

v. 24 n. 2

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

2023

Dossiê

REDIGE – REDE DISCURSO E
GÊNERO

CADERNOS DE LINGUAGEM E SOCIEDADE
Papers on Language and Society

EDITORAS-CHEFES

Viviane Cristina Vieira (UnB)
Maria Carmen A. Gomes (UnB)

EDITORA DE ENTREVISTA

Edna Cristina Muniz da Silva

EDITORA DE RESENHAS

Carolina Gonçalves Gonzales

ORGANIZAÇÃO DO FLUXO CONTÍNUO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

Maria Carmen Aires Gomes
Litiane Barbosa Macedo

EDIÇÃO FINAL DO NÚMERO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes
Sandra R. S. Campêlo

DIAGRAMAÇÃO

Sandra R. S. Campêlo

ISSN 0104-9712
e-ISSN 2179-4790

Cadernos de Linguagem e Sociedade (L&S) é um periódico interdisciplinar, de publicação semestral, que objetiva contribuir para a divulgação de pesquisas atuais, originais, resultantes de estudos da grande área dos estudos em Linguagem e Sociedade, com foco nas relações entre linguagem e práticas sociais, políticas, educacionais, culturais.

A Revista aceita, em fluxo contínuo, artigos científicos, resenhas, entrevistas e ensaios inéditos escritos em português, inglês, espanhol ou francês, resultantes de pesquisas científicas.

Dossiês especiais são propostos à Editoria e publicados por pares de outras universidades em parceria com membros/as do Comitê Científico da Revista.

COMITÊ CIENTÍFICO

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

IZABEL MAGALHÃES

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

CARMEN ROSA CALDAS-COULTHARD

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Universidade of Birmingham, Reino Unido

ANA BEATRIZ BARBOSA DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

CAROLINA GONÇALVES GONZALES

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
(Nelis/UnB)
Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CAROLINA PARRINI FERREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

CHRISTINE M. SOARES DE CARVALHO

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CLAUDIANA NOGUEIRA DE ALENCAR

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

CLÁUDIO MÁRCIO DO CARMO

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

DANIELE DE OLIVEIRA

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

DÉBORA DE CARVALHO FIGUEIREDO

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

DINA MARIA MARTINS FERREIRA

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

FÁBIO ALEXANDRE SILVA BEZERRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

FLAVIANE FARIA CARVALHO

Universidade Federal de Alfnas (UNIFAL), Brasil

GUILHERME VEIGA RIOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Universidade de Brasília (Nelis - UnB), Brasil

IRAN FERREIRA DE MELO

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
Brasil

JOANA PLAZA PINTO

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

JULIANA DE FREITAS DIAS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

KASSANDRA MUNIZ

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

LÚCIA GONÇALVES DE FREITAS

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil

MARIA APARECIDA RESENDE OTONNI

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

MARÍA LAURA PARDO GIL

Centro de Investigaciones en Antropología Filosófica y
Cultural (CIAFIC)
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y
Técnicas -CONICET, Facultad de Filosofía y LetrasFFYL,
Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

MICHELLE GOMES ALONSO DOMINGUEZ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

MICHELINE MATTEDI TOMAZI

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

NURIA LORENZO-DUS

Swansea University, Reino Unido

RODRIGO ALBUQUERQUE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

SOLANGE M. BARROS

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Brasil

TERESA OTEÍZA

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil



COMITÊ CIENTÍFICO CONSULTIVO

ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

AMANDA OLIVEIRA RECHETNICOU

Instituto Federal do Sertão Pernambuco (IFSertãoPE),
Brasil

ANA CRISTINA OSTERMANN

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

ANDRÉ R. N. MARTINS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

ANGELA B. KLEIMAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

CARLOS A. M. GOUVEIA

Universidade de Lisboa, Portugal

CÉLIA MAGALHÃES

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

ENI PULCINELLI ORLANDI

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

GERSINEY PABLO SANTOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade/UnB, Brasil

HILDO HONÓRIO DO COUTO

Universidade de Brasília, Brasil

IDA LÚCIA MACHADO

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

IVEUTA DE ABREU LOPES

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

JACOB MEY

University of Southern Denmark, Odense, Dinamarca

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Luiz Paulo da Moita Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria das Graças D. Pereira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Maria José Coracini

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

MARIA LUIZA M. SALES CORÔA

Universidade de Brasília, Brasil

MARINEY PEREIRA CONCEIÇÃO

Universidade de Brasília, Brasil

MARISA GRIGOLETTO

Universidade de São Paulo, Brasil

NORMAN FAIRCLOUGH

Lancaster University, Reino Unido

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad de Colombia, Colombia

PAULO SEGUNDO

Universidade de São Paulo, Brasil

STELLA MARIS BORTONI

Universidade de Brasília, Brasil

STEPHEN GRANT BAYNES

Universidade de Brasília, Brasil

ZILDA G. OLIVEIRA DE AQUINO

Universidade de São Paulo, Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO DO DOSSIÊ

ALEXANDRA BITTENCOURT DE CARVALHO

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

MATÍAS SOICH

Universidad de Buenos Aires, Argentina

MICHELINE MATTEDI TOMAZI

Universidade Federal Fluminense, Brasil

SAMUEL DE SÁ RIBEIRO

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília, Brasil

A revista Cadernos de Linguagem e Sociedade é publicada on-line desde 1995, com acesso universal e gratuito, no Portal dos Periódicos da UnB, sob responsabilidade da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, pelo Open Journal Systems (OJS).

O Cadernos de Linguagem e Sociedade não cobra taxa de editoração (Article Processing Charges "" APC), taxa de submissão ou publicação de artigos aos autores.

Cadernos de Linguagem e Sociedade utiliza uma licença Creative Commons - Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.



EDITORIAL

Viviane Cristina Vieira e Maria Carmen Aires Gomes

ARTIGOS

O "RACISMO REVERSO" NA FOLHA DE S. PAULO: UM ARTIGO DE OPINIÃO SOB O OLHAR DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Débora Brenda Teixeira Silva, José Roberto Alves Barbosa

NORMAN FAIRCLOUGH PARA ALÉM DA PERSPECTIVA DO MODELO TRIDIMENSIONAL

Alexcina Oliveira Cirne, Karl Heinz Effen

REFLEXIONES PEDAGÓGICAS SOBRE LAS PERCEPCIONES COLONIZADAS DEL PORTUGUÉS

Danielli Neves Matias Santos, Doris Cristina Vicente da Silva Matos

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO NA PUBLICIDADE: ANÁLISE DA CAMPANHA #AVONTÁON

Suélien Stéfani Felício Lourenço; Mariana Ramalho Procópio Xavier; Ana Carolina Gonçalves Reis

DIÁLOGOS ENTRE O GÊNERO GRAPHIC MEMOIR, A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA E INCLUSIVA E OS LETRAMENTOS

Eliane Fernandes, Fernanda Pradella Travaglini

DEMOCRACY AS A DISPUTED 'MESSAGE' IN BRAZIL'S 2022 ELECTIONS: TRACING ECHOES OF TRUMPISM AND (DE)NATURALISATION OF VIOLENCE ACROSS MEDIA SPACES

Jaime de Souza Júnior

ASPECTOS SOBRE A PRODUÇÃO DE ATIVIDADES DE LEITURA PARA AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL EM LETRAS

Cristiane Malinoski Pianaro Angelo; Renilson José Menegassi

LANGUAGE LOYALTY OF THE IBANAGS: A BASIS FOR A PROJECT-BASED LANGUAGE SOLIDARITY EXTENSION PROGRAM

Theresa Eustaquio

A GUERRA CONTRA UMA EXPRESSÃO LINGUÍSTICA: CHEGA DE "VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA"

Carolina Aita Flores, Eric Duarte Ferreira

O(S) SENTIDO(S) EM "ELAS SÃO FÁCEIS PORQUE SÃO POBRES": UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Iara Mola

DISCURSO BOLSONARISTA E A LEGITIMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE SURDA: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Tulio Adriano Alves Gontijo

A COMUNIC(AÇÃO) DA VALE S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE PÓS-ROMPIMENTO EM BRUMADINHO-MG

Jéssica Cristina Ceni, Natália Rese



A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA INDIGNAÇÃO NO GRITO FEMINISTA “UM ESTUPRADOR NO SEU CAMINHO”

Bárbara Amaral da Silva

A RETÓRICA LULISTA E O NÓS POLÍTICO SINDICALISTA NAS GREVES DE 1979

Mateus Silveira Bello, Argus

A SIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES MORADORES DA FAVELA

Paula Fernandes Teixeira

RESENHA

A REINVIDAÇÃO DE ANTÍGONA: O PARENTESCO ENTRE A VIDA E A MORTE.

Analia (ela/elu)

DOSSIÊ: REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

A REDIGE - REDE DISCURSO E GÊNERO

Maria Carmen Aires Gomes, Litiane Macedo

AVALIATIVIDADE, GÊNERO E RAÇA NO DISCURSO SOBRE CABELO CRESPO

Débora Carvalho Figueiredo, Jéssica Soares Lopes e Luana Helena Uessler

VULNERABILIDADE LINGUÍSTICA EM AMBIENTES DIGITAIS E AS FORÇAS ESCALARES DA AMEAÇA CONTRA MULHERES

Amanda Diniz Vallada e Joana Plaza Pinto

RONDA MARIA DA PENHA E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO DISCURSO DA POLÍCIA MILITAR BAIANA

Neila Priscila dos Santos Costa, Tatielle Gomes Rodrigues e Daniele de Oliveira

UNA CARACTERIZACIÓN DEL DISCURSO ANTI-GÉNERO/SEXUALIDAD Y SUS ESTRATEGIAS DESDE EL ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO

Germán Canale

REPRESENTACIONES SOCIODISCURSIVAS SOBRE LA TRATA DE PERSONAS: UN ESTUDIO DE CASO EN MEDIOS DE COMUNICACIÓN ARGENTINOS HEGEMÓNICOS Y ALTERNATIVOS

Valentina Macarone e Mariana Carolina Marchese

RESENHA/DOSSIÊ

GOLDMAN, WENDY. MULHER, ESTADO E REVOLUÇÃO: POLÍTICA DA FAMÍLIA SOVIÉTICA E DA VIDA SOCIAL ENTRE 1917 E 1936. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2014.

Yasmim Yonekura

ENTREVISTA

MULHERES EM DISCURSO – MULHERDIS

Mónica Graciela Zoppi Fontana



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society



v. 24 n. 2

2023

Com a alegria da realização de nossas atividades coletivas em mais um ano de publicações dos **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, entregamos à comunidade o **v. 24 n. 2 (2023): Fluxo contínuo e Dossiê REDIGE – Rede Discurso e Gênero**.

Os Cadernos de Linguagem e Sociedade são publicados desde 1995 pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), que tem mais de 55 anos de história e reconhecida relevância no desenvolvimento da Linguística no Brasil (<http://ppgl.unb.br/institucional/a-unidade>), assim como pelo Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade, criado em 1987 e vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (CEAM) (<https://ceam.unb.br/periodicos>). O periódico aceita submissão de artigos científicos, resenhas, ensaios e entrevistas em fluxo contínuo, sem custos, e publica dois números, anualmente.

Precursor das publicações acadêmico-científicas brasileiras no campo da Linguística moderna, de 1995 a 2016 o periódico era publicado somente em versão impressa. Em 2017, início do Quadriênio 2017-2020, o periódico passou a ser hospedado no Portal de Periódicos da UnB, quando tiveram início os primeiros esforços de internacionalização dos Programas de Pós-Graduação no País.

Viviane Cristina Vieira

vivianecvieira2@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-4148-5414>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

Maria Carmen Aires Gomes

maria_carmen@unb.br

<https://orcid.org/0009-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

EDITORIAL

No ano de 2018, todos os volumes, já publicados em versão impressa, foram digitalizados e disponibilizados na íntegra com DOI e ORCID no Portal de Periódicos da UnB <https://periodicos.unb.br/index.php/les/issue/view/133>, quando passamos a utilizar o sistema OJS 3.0, buscando responder ao incentivo da Capes pela internacionalização da Pós-Graduação brasileira.

A partir de 2017, o periódico passou a ser publicado somente em versão digital, sob o eISSN 2179-4790, dando seguimento ao nosso trabalho de excelência já reconhecido pelo Qualis Capes na avaliação de 2013-2016. Os volumes referentes aos anos de publicação e os respectivos números de publicação, com chamada em aberto em fluxo contínuo, foram organizados e publicados cumprindo-se rigorosamente a periodicidade semestral, sem atrasos e com estrita observância dos Critérios Qualis Capes, passando a ter indexação nas seguintes bases iniciais: Google Scholar, Latindex, Revency, SCOPUS e ULRICH's International Periodicals Directory.

A revista já conta com 44 números regulares publicados on line, incluindo dossiês temáticos especiais organizados por universidades parceiras, a fim de dar visibilidade ao novo formato da Revista, recém-disponibilizada em formato digital, para, assim, ampliar a rede de pessoas leitoras e colaboradoras. São mais de 750 textos científicos publicados (artigos científicos, resenhas, entrevistas) no Portal de Periódicos da UnB em português, inglês, espanhol e francês – todos textos inéditos, resultantes de sólidas pesquisas, e selecionados por meio de avaliação cega por pares da Equipe Editorial de reconhecido renome na Área Mãe da Linguística. Essa história atesta a confiabilidade e respeitabilidade da produção científica nacional e internacional da área de Linguagem e Sociedade, incluídos os Estudos Culturais, Análise de Discurso, Sociolinguística, Linguística Textual e áreas afins, divulgada pela revista.

Neste v. 24 n. 2 (2023): Fluxo contínuo e Dossiê REDIGE – Rede Discurso e Gênero que entregamos hoje à comunidade leitora e colaboradora, reunimos artigos mais teórico-metodológicos de interesse acadêmico; textos resultantes de pesquisas que investigam relações políticas e identitárias de gênero, raça, classe, capacidades, assim como reflexões sociais e pedagógicas sobre educação linguística. O fluxo contínuo também traz resenha do livro *A reivindicação de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte*, de Judith Butler, traduzido por Jamille Pinheiro Dias.

O Dossiê REDIGE – Rede Discurso e Gênero, por sua vez, nos traz estudos apresentados por conferencistas e palestrantes que compuseram o VI Seminário Práticas Socioculturais e Discurso – I Encontro Rede Discurso e Gênero, realizado, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2022 na Universidade de Brasília. A REDIGE é uma rede formada por pesquisadoras docentes das cinco regiões do Brasil, a que se somam pesquisadoras/es docentes estrangeiras/os e estudantes de pós-graduação, cujo objetivo inicial é levantar e analisar dados sobre os grupos de pesquisas em discurso e gênero que realizam estudos no continente, tendo como meta final a articular uma rede latino-americana de estudos de discurso e gênero social. O dossiê conta com 5 artigos, 1

resenha e 1 entrevista com a Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana, do grupo de pesquisa MULHERES EM DISCURSO – MulherDis.

Com a satisfação do diálogo e afeto acadêmico desta ampla comunidade nacional e internacional que idealiza e trabalha para a existência dos Cadernos de Linguagem e Sociedade, desejamos a todes uma excelente leitura e registramos nosso convite para a colaboração com a revista, seja pela submissão de propostas de publicação ou pelo interesse em compor nosso Comitê Científico, permanente e ad hoc.

Uma agradável leitura a todes!

Nosso abraço,

Editoria dos Cadernos de Linguagem e Sociedade

Viviane Vieira
Maria Carmen Aires Gomes
Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Brasília, 14 de dezembro de 2023.

Como citar:

VIEIRA, Viviane; GOMES, Maria Carmen Aires. Editorial. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2023. Disponível em: 10.26512/les.v24i2.51869. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Viviane Vieira
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



O “racismo reverso” na mídia: um artigo de opinião sob o olhar da Análise de Discurso Crítica

“Reverse racism” in the media: an opinion piece from the point of view of Critical Discourse Analysis

El “racismo inverso” en los medios de comunicación: un artículo de opinión desde el punto de vista del Análisis Crítico del Discurso

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar criticamente o discurso manifestado no artigo de opinião intitulado Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo, da Folha de S. Paulo. Baseamos teoricamente em Almeida (2019), Bento (2002, 2022), Fairclough (2001, 2003), Munanga (2004), Ribeiro (2019), Schucman (2020) e Thompson (2011), principalmente. Diante dos resultados obtidos, constatamos que o artigo analisado contribui para o fortalecimento do racismo estrutural, já que desvalida seu impacto e age em favor de pregar a existência do “racismo reverso”. Isto posto, concluímos que o discurso estudado naturaliza relações assimétricas de poder, ao julgá-las como falácias sociais.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; artigo de opinião; “Racismo reverso”.



ABSTRACT

This paper aims to critically analyze the discourse expressed in the opinion piece entitled Racism of Blacks against Whites gains strength with identitarianism, published by Folha de S. Paulo. This study was theoretically based mainly on Almeida (2019), Bento (2002, 2022), Fairclough (2001, 2003), Munanga (2004), Ribeiro (2019), Schucman (2020) and Thompson (2011). Considering the results, we discovered that the article contributes to the strengthening of structural racism, since it devalues its impact and acts in favor of preaching the existence of "reverse racism". That said, we conclude that the studied discourse naturalizes asymmetrical power relations, by judging them as social fallacies.

Keywords: Critical Discourse Analysis; opinion piece; "Reverse racism".

RESUMEN

Este trabajo pretende analizar críticamente el discurso expresado en el artículo de opinión titulado El racismo de los negros contra los blancos gana fuerza con el identitarismo, del Folha de S. Paulo. Nos basamos teóricamente en Almeida (2019), Bento (2002, 2022), Fairclough (2001, 2003), Munanga (2004), Ribeiro (2019), Schucman (2020) y Thompson (2011), principalmente. Considerando los resultados obtenidos, encontramos que el artículo contribuye a reforzar el racismo estructural, dado que devalúa su impacto y actúa a favor de predicar la existencia del "racismo inverso". Dicho esto, concluimos que el discurso estudiado naturaliza las relaciones de poder asimétricas, al juzgarlas como falacias sociales.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; artículo de opinión; "Racismo inverso".

Como citar:

SILVA, Débora Brenda Teixeira; BARBOSA, José Roberto Alves. O "racismo reverso" na mídia: um artigo de opinião sob o olhar da Análise de Discurso Crítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.42630
Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Dentre as teorias linguísticas de abordagem sociodiscursiva, importa ao presente trabalho a Análise de Discurso Crítica (ADC) de vertente faircloughiana, a abordagem dialético-relacional. De modo geral, podemos compreender a ADC enquanto um campo de estudo teórico-metodológico que se ocupa em investigar diferentes semioses enquanto prática social. Uma característica proeminente de pesquisas críticas é o desvelamento de relações assimétricas de poder, ou seja, esse tipo de investigação consiste em revelar discursos ideológicos já naturalizados e/ou normalizados.

Diante disso, desenvolvemos a seguinte questão como problemática de nosso estudo: como o discurso materializado em um artigo de opinião da Folha de S. Paulo, ao tratar de “racismo reverso”¹, contribui para a manutenção do racismo estrutural? Dessa forma, temos por objetivo analisar criticamente o discurso acerca do “racismo reverso” veiculado em um artigo de opinião da Folha de S. Paulo. Especificamente, buscamos: a) apontar as implicações do gênero artigo de opinião na (inter)ação social; b) identificar as operações ideológicas que trabalham para sustentar o discurso sobre “racismo reverso”; e c) avaliar a constituição identitária dos atores sociais representados no discurso.

Para articular os aspectos concernentes aos estudos críticos do discurso, baseamo-nos principalmente em Fairclough (2001, 2003), Gramsci (1971), Ramalho e Resende (2011), Resende e Ramalho (2006) e Thompson (2011). No que tange à questão do racismo estrutural e “racismo reverso”, dialogamos especialmente com Almeida (2019), Bento (2002, 2022), Bonfim *et al.* (2022), Mendes (2012), Munanga (2004), Ribeiro (2019) e Schucman (2020). Metodologicamente, sistematizamos o gênero artigo de opinião com intuito de verificar sua função em meio social. Em seguida, analisamos o discurso representado a partir das operações ideológicas de Thompson e, por último, traçamos as marcas identitárias que nele se fazem presente, através do significado identificacional.

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: iniciamos com a presente introdução, momento em que apresentamos o direcionamento deste estudo. Logo após, inserimos as reflexões teóricas sobre a ADC e racismo, ponderando especialmente sobre “racismo reverso”. Em seguida, trazemos a análise crítica do discurso materializado no gênero artigo de opinião, bem como a conclusão e as referências.

¹ Tendo em vista a sua inexistência na realidade social, todas as ocorrências da expressão “racismo reverso” neste artigo estão grafadas entre aspas.

1. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) é uma área de estudo multidisciplinar e transdisciplinar que serve tanto às ciências sociais como às ciências da linguagem. Consolidada nos anos 90, esse campo de estudo crítico possui diferentes abordagens. Dentre elas, podemos mencionar como exemplo a abordagem sócio-cognitiva de Teun van Dijk, a abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak e a abordagem dialético-relacional de Norman Fairclough (FERNANDES, 2014). Destacamos que este trabalho se concentra nas reflexões teóricas e metodológicas do último autor.

É relevante salientar que, apesar de existir variadas vertentes, pesquisas críticas possuem alguns princípios em comum. Wodak e Meyer (2009) mencionam que todas as abordagens partem de um problema social, bem como possuem uma perspectiva interdisciplinar, já que é comum o diálogo com outras áreas do conhecimento. Eles ressaltam, também, que estudos em ADC, considerando múltiplas semioses, objetivam desvendar ideologias e relações de poder, assim como oportunizam aos seus pesquisadores se engajarem criticamente em seus estudos, não admitindo, conseqüentemente, neutralidade científica.

A abordagem dialético-relacional de Fairclough (2003, p. 2) se firma no pressuposto de que “a linguagem é parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos.”² Em outras palavras, o autor britânico defende que há uma relação intrínseca entre a semiose e a sociedade, as quais se influenciam mutuamente. De acordo com esse aparato teórico, o texto em meio social configura o objeto de estudo de pesquisas em ADC. Por essa razão, Fairclough (2001) também se refere a sua teoria como análise de discurso textualmente orientada (ADTO).

De acordo com o modelo teórico de Fairclough (2001, 2003), a linguagem opera em meio a práticas sociais, compreendendo as estruturas mais fixas, bem como os eventos que são genuinamente mais flexíveis. De fato, a prática social figura o nível intermediário e é nela que a linguagem opera por meio de gêneros textuais, discursos e estilos.

Dessa forma, Fairclough (2003) defende que tanto agimos como interagimos por intermédio de gêneros, desenvolvemos representações por meio de discursos e identificamos a nós mesmos e aos outros através de estilos. Para o autor, o texto figura um aspecto multifuncional da vida social. Diante disso, é com base na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985) que Fairclough (2003) realiza uma aproximação mais estreita entre gênero, discurso e estilo como três significados textuais. São estes, respectivamente: significado acional, significado representacional e significado identificacional. É com base nesses significados que o autor oferece os pressupostos da análise linguística da ADC. Tratamos brevemente a seguir sobre cada um deles.

² Todas as traduções são de nossa autoria. No original: *assumption that language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements.*

Segundo Fairclough (2003, p. 65), “gêneros são aspectos especificamente discursivos dos modos de agir e interagir no curso dos eventos sociais³”. Logo, o significado acional compreende o estudo da inter(ação) discursiva que se materializa através de gêneros. É relevante destacar que os gêneros apresentam variação de estabilidade, havendo aqueles que apresentam constituições composicionais rigidamente padronizadas e outros que não possuem estruturas tão fixas. Como exemplo, podemos mencionar o gênero artigo científico que tem uma estruturação conhecida em introdução, desenvolvimento e conclusão; o mesmo não acontece com o gênero seminário que pode ser articulado de diferentes formas.

É importante frisar que Fairclough (2003) assume uma posição cautelosa com relação a nomenclatura dos gêneros e destaca que, embora tenham aqueles que são socialmente nomeados e conhecidos em suas práticas sociais, tais como receita, telefonema, *chat*, *e-mail*, dentre outros, há aqueles que, ainda que utilizados, não apresentam uma nomenclatura socialmente divulgada.

Nesse contexto, o autor salienta que a noção acerca de gêneros pode variar conforme graus de abstração. Por essa razão, Fairclough (2003) aponta uma distinção entre pré-gêneros e gêneros situados. O conceito de pré-gêneros é trazido com base em Swales (1990) e compreende a tipologia textual, caso da narração e descrição, por exemplo. Já gêneros situados são aqueles firmados em práticas sociais características, tais como plano de aula, resenha crítica e receita.

No que toca ao significado representacional, sabemos que ele se volta para o discurso como forma de representação do mundo a nossa volta. Fairclough (2003, p. 124) exprime que “discursos são formas de representação dos aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material, do mundo mental dos pensamentos, sentimentos, crenças e outros, e do mundo social⁴”. Dessa maneira, é importante salientar que o discurso pode ser compreendido de forma abstrata e concreta. Abstratamente, Fairclough (2003) explica que o discurso é visto como uma dimensão da vida social, já de forma concreta, temos os discursos como formas particulares de representação, como o discurso político de direita ou de esquerda, por exemplo.

Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 70-71), além de os discursos representarem o mundo material, eles “também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares.” É nesse contexto que podemos compreender que não há construções de sentidos neutras em ADC.

O significado identificacional, por sua vez, relaciona-se ao estilo. De acordo com Fairclough (2003), estilos constituem as identidades dos atores sociais. Dessa forma, quando agimos por meio de gêneros e representamos por intermédio de discursos, também imprimimos aspectos identitários. Como categoria de análise, podemos destacar a avaliação, que diz respeito ao que é considerado bom, ruim, desejável ou indesejável. Para Fairclough (2003), a avaliação contribui para a percepção

³ No original: *Genres are the specifically discursive aspect of ways of acting and interacting in the course of social events.*

⁴ No original: *discourses as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world.*

daquilo com que os atores sociais se comprometem. Falaremos mais sobre isso no momento em que estivermos traçando nossas análises. Por ora, é importante discutir outras duas noções necessárias para o campo de estudo da ADC, a hegemonia e a ideologia.

Para a ADC faircloughiana, a hegemonia é uma noção trabalhada a partir dos estudos de Gramsci (1971) e consiste em uma forma de poder que é atingido pelo consenso e é articulado pela ação ideológica. Nesse sentido, Vieira e Macedo (2018, p. 58) explicam que “o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social.” Assim sendo, compreendemos que o contexto sócio-histórico em que dado discurso emerge é algo válido de ser analisado pela ADC, posto que são as implicações do meio social que viabilizam certas dominações de ocorrerem.

Segundo Fairclough (2001, p. 122), a “hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade.” Nesse sentido, é importante entender que o poder enquanto hegemonia é instável, estando susceptível a mudanças. É justamente essa instabilidade que viabiliza as chamadas lutas hegemônicas, podendo culminar em mudança social.

A ideologia, por seu turno, é concebida pela ADC faircloughiana como algo essencialmente negativo, já que pode agir em favor da hegemonia. A concepção de ideologia admitida por essa vertente da ADC tem suas raízes em Thompson (2011 [1990]). De acordo com Fairclough (2001, p. 117):

[...] as ideologias são significações/construções da realidade [...] que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Thompson (2011) oferece cinco modos operacionais da ideologia que permite a análise crítica de textos. Nesse sentido, temos a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 28), “a legitimação consiste em um modo de representar relações de dominação como sendo justas e dignas de apoio.” A dissimulação diz respeito ao ocultamento, negação ou obscurecimento de relações de poder, ao passo que a unificação une identidades como pertencentes a um único grupo com o intuito de viabilizar a hegemonia. A fragmentação, por seu turno, divide pessoas quando elas oferecem alguma ameaça ao grupo hegemônico, e a reificação, por fim, naturaliza situações momentâneas em favor de uma dominação velada. Tendo em vista que a ADC se ocupa da investigação de um problema situado socialmente, a seguir discutimos brevemente sobre o racismo, salientando reflexões sobre o “racismo reverso”.

2. RACISMO E “RACISMO REVERSO”

Diante dos avanços científicos, entendemos que o conceito de raça biologicamente não existe quando atribuído a humanos. No entanto, um dia foi assim atestado com atribuições hierárquicas entre elas, sendo os brancos historicamente considerados superiores aos amarelos e negros, por exemplo. Levando isso em consideração, Munanga (2004, p. 6) aponta que o termo é utilizado na atualidade “como realidade social e política” que permanece na sociedade, carregando implicações ideológicas de poder enquanto dominação. A concepção de raça em seu sentido histórico, social, político e ideológico afeta diretamente o racismo antinegro (NOGUERA, 2014).

No Brasil, a busca por direitos e visibilidade para a população negra é uma luta contínua travada pelo movimento negro em suas diversas formas de manifestação e organização. O movimento negro pode ser entendido como a “luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” (DOMINGUES, 2007, p. 101). Se hoje, por exemplo, temos um Estatuto da Igualdade Racial ou até mesmo a existência de leis de cotas raciais que permitem que oportunidades cheguem ao negro, seja para ter acesso à universidade ou a cargos públicos, foi em decorrência dos esforços somados por esse movimento.

É importante destacar que a própria noção de raça somente foi ressignificada historicamente a partir das ações do movimento negro. Além disso, esse movimento atribuiu à raça uma compreensão política de caráter emancipatório. Ao tratar sobre o movimento negro no Brasil, Gomes (2017, p. 22) aponta que essa (re)leitura proposta foi um avanço relevante e necessário porque rompe “com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros [...]; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial e interpreta afirmativamente a raça como construção social.” Apesar das conquistas obtidas, muitos ainda são os desafios que o negro enfrenta nesta sociedade racista.

De forma geral, podemos compreender o racismo como um modo de discriminação sistêmico que é motivado por razões raciais. Apesar da breve colocação conceitual introduzida anteriormente, definir o signo racismo não é algo simples de fazer. Nesse contexto, Mendes (2012, p. 110) explica que “o termo abarca um largo espectro de fenômenos (sic), já que remete não só para aspectos de ordem ideológica [...], mas também para práticas não intencionais e processos de consequências não expectáveis.” Levando isso em consideração, salientamos aqui três concepções de racismo, o individual, o institucional e o estrutural.

Segundo Almeida (2019), o racismo individual é aquele atribuído a um indivíduo, como consequência de uma anomalia de ordem moral e ética. De acordo com essa visão, o racismo não é visto como um problema historicamente enraizado, podendo ser combatido a partir de implicações penais. O racismo institucional, por outro lado, diz respeito ao racismo produzido a partir do

desempenho das instituições. Estas atribuem vantagens e/ou desvantagens aos atores sociais envolvidos a partir de questões raciais, ainda que de forma indireta. Nesse sentido, o racismo, segundo essa percepção, é algo normalizado pelas instituições, sendo reproduzido pelos sujeitos.

No que toca ao racismo estrutural, este é visto como “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Isso implica dizer que o racismo ainda perdura em nosso meio porque está na constituição da sociedade em que vivemos. Está nas instituições porque se faz presente no corpo social. É importante salientar que essa concepção é a mais adequada no que tange ao problema vivido no Brasil, posto que “o racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (RIBEIRO, 2019, p. 7). Nessa perspectiva, Bonfim *et al.* (2022, p. 181) explanam que:

O racismo antinegro é uma forma sistemática de dominação que tem na raça, na hierarquia sociorracial entre corpos negros e brancos, o seu fundamento. Principalmente no Brasil, ele é estrutural e estruturante de qualquer relação social, pois não está apenas no nível do preconceito (no ato individual de um sujeito branco(a), a partir de um conjunto de crenças e valores, depreciar, estereotipar e humilhar corpos negros), mas organiza, estrutura, integra inescapavelmente a organização econômica, política, cultural e discursiva de nossa sociedade.

Tendo refletido acerca de algumas concepções sobre o racismo, tratamos agora sobre o “racismo reverso”. Esse “fenômeno” que tem ganhado defensores nos últimos anos pode ser definido como uma prática discriminatória ao contrário. Ou seja, seria o caso de negros praticarem racismo contra brancos, por exemplo. Considerando a definição de racismo aqui debatida, é relevante frisar que o racismo é também uma questão política e é justamente esse viés que invalida a existência do chamado “racismo reverso”. Em vista disso, Almeida (2019, p. 35) explica que “membros de grupos raciais minoritários [...] não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente”.

O que se entende a partir dessa colocação é que o negro não possui poder para discriminar e afetar a constituição social, política, cultural e educacional em que o branco está privilegiadamente inserido. Nesse contexto, Bonfim *et al.* (2022, p. 184) afirmam que “o racismo é um sistema de poder/dominação e negros(as) não possuem poder (no sentido de terem a herança colonial a seu favor) para oprimir brancos(as) racialmente.” Afinal, socialmente e historicamente, é o negro que é visto como marginal, propenso ao crime, inapto, de inteligência mediana, entre outras caracterizações depreciativas que são direcionadas a pessoas negras quando comparadas aos brancos, por exemplo.

É importante salientar dois importantes conceitos que atravessam o racismo antinegro e, conseqüentemente, as narrativas que defendem a existência de “racismo reverso”: a supremacia racial branca e a branquitude. De acordo com Hooks (2019, p. 166), a expressão supremacia racial branca diz respeito à “ideologia mais determinante da maneira como pessoas brancas

(independentemente da inclinação política, de direita ou esquerda) percebem e se relacionam com pessoas negras e pessoas não brancas nesta sociedade.”

A esse respeito, Diangelo (2018) reitera que a supremacia racial branca é também uma estrutura política, social, econômica e histórica que favorece unicamente os corpos lidos como brancos. Segundo o mesmo autor, “a supremacia branca descreve a cultura em que vivemos – uma cultura que posiciona os brancos e tudo que se associa a eles (a branquitude) como ideal” (DIANGELO, 2018, p. 58). Levando isso em consideração, compreendemos que para discutir acerca do racismo antinegro é também necessário discutir sobre a branquitude.

Nessa conjuntura, Bento (2002, p. 1) conceitua branquitude como “traços da identidade racial do branco”. Ou seja, a branquitude compreende as construções sociais relacionadas ao ser branco que, sendo historicamente naturalizadas, favorecem culturalmente, politicamente, socialmente e economicamente todos aqueles que compartilham de características reconhecidas como pertencentes à racialidade branca. Schucman (2020, p. 61), a esse respeito, aponta que a branquitude confere a pessoas que são socialmente lidas como brancas “recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.”

Segundo Cardoso (2010), a existência de uma suposta invisibilidade que recai sobre a raça branca se dá em virtude da própria ação da branquitude. Para o autor, é necessário se atentar para duas formas de branquitude, a crítica e a acrítica. A branquitude crítica pode ser entendida como aquela que reprova o racismo de modo público. Já a branquitude acrítica é aquela que não se posiciona como contrária ao racismo e, ainda que não assuma, ela “[...] sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos” (CARDOSO, 2010, p. 611). Algo em comum entre ambas é o lugar de privilégio que ocupam socialmente.

Quando se fala acerca do racismo antinegro, que é sistêmico, e se aponta também o lugar e privilégios da branquitude é corriqueiro haver algum desconforto por parte do(a) branco(a). Esse desconforto recebe o nome de fragilidade branca, conforme explicitado por Diangelo (2018). Acerca disso, é relevante considerarmos que:

A fragilidade branca pode ser definida como uma resposta ou ‘condição’ produzida e reproduzida pelas contínuas vantagens sociais e materiais da branquitude. Quando o desequilíbrio ocorre - quando se interrompe o que é familiar e tomado como certo - a fragilidade branca restaura o equilíbrio e retoma o capital ‘perdido’ via desafio. Esse capital inclui autoimagem, controle e solidariedade branca. Raiva contra o gatilho, desativação e/ou desligamento, indulgência diante da incapacitação emocional como culpa ou ‘sentimentos feridos’, saída de cena ou combinação de todos esses resultados em resposta. Outra vez essas estratégias são reflexas, raramente conscientes, mas isso não as transforma em inofensivas. (DIANGELO, 2018, p. 132).

É nessa perspectiva que Bonfim *et al.* (2022, p. 184) declaram que “é fundamental racializarmos as pessoas que são lidas socialmente como brancas, ou seja, branco(a) tem raça [...]”,

mas não sofre racismo.” Isto posto, entendemos que falar sobre branquitude e supremacia racial branca é necessário para que o racismo antinegro, bem como a noção equivocada de “racismo reverso” sejam verdadeiramente debatidos e combatidos. Afinal, como afirma Bento (2022), o que se tem no Brasil e em outras partes do mundo não é um problema unicamente de pertença negra, mas um problema/fenômeno que perpassa a relação entre negros e brancos.

Apesar de o racismo não ser um problema exclusivo de pessoas negras, neste trabalho direcionamos nossos conceitos e exemplificações partindo da perspectiva de racismo contra negros, principais vítimas do racismo no Brasil. A seguir, apresentamos a metodologia adotada no desenvolvimento deste artigo.

3. METODOLOGIA

Dentre os gêneros do domínio jornalístico, importa ao presente estudo o gênero artigo de opinião. Para Castellani e Barros (2018, p. 203), “o gênero textual ‘artigo de opinião’ é um gênero opinativo, característico da esfera jornalística, que permite ao seu autor explicitar e defender sua opinião sobre um determinado assunto polêmico de ordem social.” De modo geral, especialistas em determinados assuntos defendem uma tese, de forma a influenciar o pensar de outra pessoa.

Tendo essa perspectiva em consideração, este estudo objetiva analisar criticamente o discurso acerca do “racismo reverso” a partir do artigo de opinião intitulado *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo*, assinado pelo antropólogo Antonio Risério e veiculado pelo jornal brasileiro Folha de S. Paulo. É importante destacar que a Folha é considerada um importante banco de informações no Brasil, que advoga ter como missão a realização de um jornalismo crítico, imparcial e apartidário, abrindo espaço para a circulação de matérias diversas. Esse jornal possui tanto uma versão impressa, como também é disponibilizada em meio digital.

O artigo que constitui o *corpus* desta investigação foi colhido no site noticioso da Folha de S. Paulo, sendo publicado em janeiro de 2022. Neste trabalho, apresentamos trechos do artigo isolado em caixas, assim como os inserimos no corpo do texto marcados em itálico, ao tratar da análise da ideologia. Ao apresentar a avaliação dos aspectos identitários, numeramos os excertos para melhor indicá-los. A seleção dos trechos se deu a partir de leitura minuciosa com destaques para os parágrafos que discutiam a existência de racismo de negros contra brancos.

Para a realização desta pesquisa, baseamo-nos no aparato teórico-metodológico da ADC faircloughiana. É válido ressaltar que Fairclough (2003) fundamenta-se no Realismo Crítico de Bhaskar (1998) para o desenvolvimento de uma crítica explanatória. O teórico britânico entende que pesquisas em ADC partem de um problema social situado em meio a aspectos discursivos, considerando que discursos são imbricados a relações de poder e ideologias.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e foi operacionalizada da seguinte forma: inicialmente, sistematizamos o gênero artigo de opinião com o intuito de traçar as

implicações sociais que são por ele possibilitadas. Em seguida, identificamos as operações ideológicas que trabalham em favor de relações assimétricas de poder com base em Thompson (2011), bem como avaliamos por meio do significado identificacional a constituição identitária dos atores sociais que são apontados no artigo de opinião. A seguir, apresentamos a análise desenvolvida.

4. ANÁLISE DO MATERIAL

Nesta seção, analisamos, a partir do arcabouço metodológico da ADC, o discurso materializado no artigo de opinião *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo* (RISÉRIO, 2022). Desse modo, iniciamos apontando alguns aspectos constitutivos do gênero em questão para traçar seus possíveis efeitos em âmbito social. Em seguida, verificamos as operações ideológicas que se fazem presente no discurso estudado e, por último, avaliamos de que forma as identidades são nele firmadas.

Segundo Fairclough (2001, p. 161), o gênero discursivo é “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”. Ou seja, o gênero é sempre relacionado a uma prática social que tanto influencia como é influenciado por ela. É importante destacar que, diferentemente de Swales (1990), Fairclough (2003) não percebe o gênero como uma classe de eventos, mas entende que a comunicação é possibilitada pela relação intrínseca do gênero com as diferentes práticas sociais.

De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 62), “quando se analisa um texto em termos de gênero, o objetivo é examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos.” Desta forma, salientamos o gênero discursivo artigo de opinião, veiculado na Folha de S. Paulo em janeiro de 2022. É relevante frisar que o gênero possui caráter predominantemente opinativo, sendo característico do domínio discursivo jornalístico.

No texto, Risério (2022) articula argumentos em prol de atestar um racismo de negros contra brancos, judeus e asiáticos, também conhecido como “racismo reverso”, ainda que o termo não surja explicitamente. No início de seu artigo, ele diz: “*sob a capa do discurso antirracista, esquerda e movimento negro reproduzem projeto supremacista, tornando o neorracismo identitário mais norma que exceção.*” Por ser um artigo de opinião, o texto se constitui predominantemente a partir do pré-gênero argumentação (SWALES, 1990).

Desse modo, o autor, por meio do gênero situado artigo de opinião, age de modo a provar o seu ponto de vista. Estando envolto em práticas discursivas, o texto é produzido a partir de uma perspectiva ideológico-hegemônica, é distribuído em meio digital, consumido por diferentes leitores que podem concordar, discordar, se apropriar da linha argumentativa ou não, bem como será livremente interpretado. O artigo, por ser mediado em um jornal *online*, possui escala global, estando disponível para um largo público, embora seu acesso completo se dê mediante assinatura.

Passemos agora a entender melhor como a ideologia funciona nesse discurso que retrata negros como neorracistas. Para tanto, utilizamos as contribuições teóricas de Thompson (2011). Nesse sentido, Resende e Ramalho (2006, p. 52-53) apontam que “a abordagem de ideologia de Thompson, aliada ao arcabouço da ADC, fornece ferramentas para se analisar, linguisticamente, construções discursivas revestidas de ideologia.” Identificamos no artigo de opinião as operações ideológicas de legitimação, fragmentação, dissimulação e reificação. Observemos o trecho:

“Ataques de negros contra asiáticos, brancos e judeus invalidam a tese de que não existe racismo negro em razão da opressão a que estão submetidos. Sob a capa do discurso antirracista, esquerda e movimento negro reproduzem projeto supremacista, tornando o neorracismo identitário mais norma que exceção.” (RISÉRIO, 2022).

Nesse segmento, é possível perceber as operações legitimação e fragmentação. A legitimação ocorre quando há uma intenção de provar algo como verdadeiro, devendo, por isso, ser aceito amplamente por todos. Uma das formas de a legitimação ser construída é por meio da estratégia racionalização (THOMPSON, 2011). No texto, vemos que o autor cria uma cadeia de raciocínios com o intuito de fundamentar o “racismo reverso”, principalmente quando diz: “*ataques de negros contra asiáticos, brancos e judeus invalidam a tese de que não existe racismo negro em razão da opressão a que estão submetidos*”.

No que toca à fragmentação, Thompson (2011, p. 87) explica que a dominação hegemônica pode ser estabelecida por meio da divisão de “indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes”. Percebemos, então, que o autor do artigo analisado aponta a esquerda e o movimento negro como algo a ser combatido e, portanto, contribui para desvalidar as pautas que são defendidas por esses movimentos. Observemos o que é dito em: “*sob a capa do discurso antirracista, esquerda e movimento negro reproduzem projeto supremacista, tornando o neorracismo identitário mais norma que exceção*”.

No trecho especificado a seguir, notamos a presença da operação legitimação. Isso se dá em virtude de o antropólogo afirmar categoricamente que o racismo negro⁵ é um fato em nossa sociedade. No texto, percebemos ainda uma normalização do racismo sofrido por negros, ao enfatizar que é de conhecimento popular a existência de racismo contra essas pessoas. A esse respeito, o trecho seguinte diz:

“Todo o mundo sabe que existe racismo branco antipreto. Quanto ao racismo preto antibranco, quase ninguém quer saber. Porém, quem quer que observe a cena racial do mundo vê que o racismo negro é um fato” (RISÉRIO, 2022).

⁵ A classificação racismo negro é designada por Risério (2022) como um tipo de discriminação racista praticada por pessoas negras.

No decorrer do artigo, percebemos o apontamento de mais dois colaboradores do racismo negro, a universidade e a mídia. Com isso, o autor estabelece a fragmentação no tecimento de seu discurso por meio do expurgo do outro. De acordo com Thompson (2011, p. 87), “essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.” Segue o trecho:

“A universidade e a mídia norte-americanas insistem no discurso da inexistência de qualquer tipo de "black racism". Casos desse racismo se sucedem, mas a ordem-unida ideológica manda fingir que nada aconteceu” (RISÉRIO, 2022).

Em seguida, vemos no discurso as operações legitimação, dissimulação e reificação. Risério (2022) procura, assim, estabelecer o “racismo reverso” como factível e verídico quando diz “*pretos já contam, sim, com instrumentos de poder para institucionalizar o seu racismo*”. Segundo Ramalho e Resende (2011), a dissimulação trabalha de modo a ocultar, negar ou obscurecer relações hegemônicas. Percebemos que o racismo enquanto problema social é obscurecido no texto analisado quando o autor afirma: “*ninguém precisa ter poder para ser racista.*”

Através disso, verificamos ainda que há um afastamento da concepção estrutural de racismo, já que nega que esse problema tenha ação de poder em sua constituição. Perante o exposto, lembramos o entendimento de Mendes (2012, p. 117) ao dizer que “o racismo sistêmico diz respeito não só à construção de ideologias racistas mas também à manutenção dos privilégios, da riqueza e do poder.” Logo, o poder não é um elemento que pode ser desconsiderado ao tratar sobre racismo, como postula Risério (2022).

No que tange à reificação, Thompson (2011, p. 88) afirma que esta diz respeito à “eliminação, ou a ofuscação, do caráter sócio-histórico dos fenômenos”. É possível notar essa posição quando Risério (2022) chama de dogma o reconhecimento dos acontecimentos históricos que permeiam a constituição do ser negro até hoje em nossa sociedade. À vista disso, temos o seguinte parágrafo:

“O dogma reza que, como pretos são oprimidos, não dispõem de poder econômico ou político para institucionalizar sua hostilidade antibranca. É uma tolice. Ninguém precisa ter poder para ser racista, e pretos já contam, sim, com instrumentos de poder para institucionalizar o seu racismo” (RISÉRIO, 2022).

No trecho seguinte, identificamos as operações ideológicas legitimação e fragmentação. A legitimação é apontada por meio da tentativa que o autor faz de assegurar que o racismo negro antibranco não somente existe como também é ignorado por meio de uma consciência histórica fraudulenta, já que “*a visão atualmente dominante, marcada por ignorância e fraudes históricas, quando não pode negar o racismo negro, argumenta que o racismo branco do passado desculpa o*

racismo preto do presente” (RISÉRIO, 2022). Acerca da fragmentação, Thompson (2011, p. 87) entende que ela também se estabelece quando direciona “forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador”. É possível perceber esse posicionamento fragmentista quando Risério (2022) novamente aponta a universidade e a elite midiática como algo a se temer. O excerto que segue trata dessa questão:

[...] a visão atualmente dominante, marcada por ignorância e fraudes históricas, quando não pode negar o racismo negro, argumenta que o racismo branco do passado desculpa o racismo preto do presente. Mas [o racismo é inaceitável](#) em qualquer circunstância. A universidade e a elite midiática, porém, negaceiam” (RISÉRIO, 2022).

No decorrer do artigo de opinião, Risério (2022) aumenta a escala de vítimas do racismo negro para asiáticos e judeus. A legitimação de seu discurso é proposta por meio da acusação de que o discurso antirracista apoiado por organizações supremacistas abre espaço para a prática do “racismo reverso”. A partir disso, verificamos também a presença da operação ideológica dissimulação, já que o racismo de negros contra povos também minorizados é utilizado como forma de tirar a atenção do racismo estrutural que vitimiza negros ao longo dos anos. Diante disso, o autor contribui para que mais uma implicação negativa recaia sobre a população negra, ao mesmo tempo que invalida a causa antirracista.

“Sob a capa do discurso antirracista, o racismo negro se manifesta por meio de organizações poderosas como a Nação do Islã, supremacista negra, antissemita e homofóbica” (RISÉRIO, 2022).

No excerto que segue, o discurso de Risério (2022) é sustentado por meio da fragmentação. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 29), “a fragmentação segmenta indivíduos ou grupos potencialmente capazes de desafiar forças e interesses dominantes”. No artigo, verificamos que o movimento negro e a esquerda brasileira são apontados como organizações que representam algo ameaçador e de intenção supremacista. Vejamos o que o autor diz:

“Engana-se, mesmo com [relação ao Brasil](#), quem não quer ver racismo, separatismo e mesmo projeto supremacista em movimentos negros. O retorno à loucura supremacista aparece, agora, como discurso de esquerda” (RISÉRIO, 2022).

No último trecho selecionado, identificamos a operação ideológica legitimação, já que o “racismo reverso”, pelo autor apontado, é legitimado como algo que é atenuado pela sociedade, ao passo que o mesmo não acontece com o racismo branco. Entendemos com isso que Risério (2022) atribui um sentido de militância frívola às ações antirracistas empreendidas pelo movimento negro e seus apoiadores. Em tom de indignação, o autor do artigo faz a seguinte colocação:

“Não devemos fazer vistas grossas ao racismo negro, ao mesmo tempo que esquadrihamos o racismo branco com microscópios implacáveis” (RISÉRIO, 2022).

Diante do desvelamento das estruturas ideológicas que sustentam o discurso de Risério (2022), notamos que o racismo estrutural sofrido pelos negros é desconsiderado. Dessa forma, o artigo de opinião favorece que as causas antirracistas promovidas pelo movimento negro sejam vistas como vitimismo descabido, o que contribui para que relações assimétricas de poder se firmem cada vez mais em nosso meio. Sobre a importância de se atentar para a ação ideológica, Fairclough (2001, p. 121) afirma:

[...] as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante, e à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.

Tendo refletido acerca do gênero textual artigo de opinião em meio a práticas sociais e verificado as operações ideológicas que sustentam o discurso de Risério (2022) ao argumentar em favor de um “racismo reverso”, passemos agora a avaliar por meio da categoria avaliação, própria do significado identificacional (FAIRCLOUGH, 2003), o artigo de opinião que compõe o *corpus* do presente estudo.

Quando se analisa o significado identificacional de um texto, analisa-se os estilos que o constitui. De acordo com Resende e Ramalho (2006, p. 76), “estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos.” A forma pela qual as pessoas identificam a si mesmas e aos outros em seus discursos indica aquilo em que elas estão comprometidas e, para Fairclough (2003), isso reflete diretamente em como elas se identificam.

Dentre as subcategorias da avaliação, destacamos as afirmações avaliativas, bem como as presunções valorativas. De acordo com Fairclough (2003), as afirmações avaliativas são enunciados que indicam algo que é desejável ou indesejável, benéfico ou maléfico e podem ser percebidas por meio de verbos, advérbios, adjetivos e sinais de exclamação. As presunções valorativas, por sua vez, são concernentes a avaliações que não são evidentemente anunciadas, mas estão implícitas no discurso. À vista disso, Resende e Ramalho (2006, p. 80) declaram que “o que está ‘dito’ em um texto sempre se baseia em presunções ‘não ditas’, então, parte do trabalho de se analisar textos é tentar identificar o que está presumido.”

No artigo de opinião, podemos compreender que o autor do texto também identifica pessoas negras como racistas e ignora o histórico de opressão racial por elas vivenciado. Por meio de uma afirmação avaliativa, o autor emprega o substantivo feminino *tolice* para qualquer narrativa que se coloque contra o “racismo reverso”, atribuindo, conseqüentemente, uma avaliação de algo como indesejável. Vejamos o trecho: (1) *O dogma reza que, como pretos são oprimidos, não*

dispõem de poder econômico ou político para institucionalizar sua hostilidade antibranca. É uma tolice.

Em outro momento, percebemos que Risério (2022) identifica a universidade e a mídia americanas como negacionistas do racismo de negros contra brancos, logo aquilo defendido por elas figura algo indesejável. Observemos o segmento: (2) Mas o racismo é inaceitável em qualquer circunstância. A universidade e a elite midiática, porém, negaceiam.

No que tange a presunções valorativas, notamos que tanto o movimento negro como a esquerda brasileira são identificadas como racistas, separatistas e supremacistas. Podemos presumir com isso que, na visão do autor do artigo de opinião, as motivações das lutas empreendidas pela comunidade negra são infundadas. Segue o trecho: (3) Engana-se, mesmo com relação ao Brasil, quem não quer ver racismo, separatismo e mesmo projeto supremacista em movimentos negros. O retorno à loucura supremacista aparece, agora, como discurso de esquerda.

Em outro momento, percebemos, por fim, que o autor também se identifica como desacreditado das reais intenções das organizações antirracistas, ao passo que também aponta esses movimentos como coniventes com um neorracismo identitário. Observemos o excerto: (4) Sob a capa do discurso antirracista, esquerda e movimento negro reproduzem projeto supremacista, tornando o neorracismo identitário mais norma que exceção.

Diante do exposto, notamos que as pessoas negras são depreciadas, já que de vítimas passam a serem tachadas como agressores. Como resultado, o racismo se firma em nossa sociedade como “crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema” (MUNANGA, 2010, online). A partir disso, cria-se ou oportuniza-se a criação, no imaginário social, de que a luta antirracista empreendida pelo movimento negro não é uma luta por igualdade, mas uma luta vã por poder.

Isto posto, vemos no discurso investigado uma manifestação da fragilidade racial branca, uma vez que “[u]m modo de os brancos protegerem suas posições quando interpelados a respeito de raça é invocar o discurso de autodefesa. Por meio desse discurso, eles se caracterizam como vitimizados, criticados, recriminados e atacados” (DIANGELO, 2018, p. 135). Além disso, é um discurso que se sustenta por meio de uma branquitude acrítica que nega o racismo estrutural e seus efeitos sobre os negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise de Discurso Crítica é um campo de estudo transdisciplinar que entende a linguagem como parte essencial da vida em sociedade. De acordo com a abordagem de estudos faircloughiana, em meio a práticas sociais, os seres humanos agem e interagem por intermédio de gêneros discursivos, representam através de discursos, assim como identificam-se por meio de estilos. Através desses três elementos constituintes de toda e qualquer prática social, produzimos

significados textuais, os quais Fairclough (2003) denomina de acional, representacional e identificacional.

Pesquisas em ADC preocupam-se com assimetrias de poder, buscando apontar aquilo que está velado nos discursos. Tendo em vista que estudos críticos sempre partem de um problema de ordem social, trazemos para o debate um discurso que argumenta a existência de “racismo reverso” e buscamos desvelar as ideologias que o embasam. Dessa forma, neste trabalho, tivemos por objetivo geral analisar o discurso sobre o “racismo reverso”, tomando um artigo de opinião veiculado no jornal Folha de S. Paulo como *corpus*.

Mediante os resultados obtidos, entendemos que o gênero artigo de opinião age de modo a fortalecer a concepção de “racismo reverso” na sociedade brasileira, ainda que não seja algo pertencente à realidade social. Tendo em vista que é um gênero opinativo, constituído predominantemente do pré-gênero argumentativo, ele possui uma força socialmente reconhecida de alimentar uma ideia junto aos interlocutores. No caso, é um discurso que representa negros como agressores racistas.

Em meio as análises, verificamos que o discurso é sustentado por intermédio das operações ideológicas legitimação, fragmentação, dissimulação e reificação. Destas, as que mais se repetiram foram a legitimação e a fragmentação, as quais se fizeram presentes em seis e quatro trechos, respectivamente. A dissimulação foi constatada em 2 momentos e a reificação, somente em um. É importante salientar que essas operações revelam um discurso que não apenas aponta um racismo de negros contra outras raças, como também reforça o racismo estrutural, posto que usa concepções do racismo sistêmico, que oprime a comunidade negra, como argumentos que buscam validar a percepção de que negros também são racistas.

No que concerne à análise do significado identificacional, utilizamos a categoria avaliação, identificando avaliações afirmativas que apontam o “racismo reverso” como algo factível, que deve ser reconhecido, ao passo que contra-argumentos são vistos como indesejáveis. Além de afirmações avaliativas, constatamos também a presença de presunções valorativas, que atribuem um valor implícito ao discurso.

Dessa maneira, concluímos que, no discurso manifestado no artigo de opinião, algumas pessoas negras são identificadas como racistas; a universidade e a mídia norte-americana são postas como negacionistas; e o movimento negro, de forma geral, é visto como uma organização separatista, racista e supremacista. Através desses dados, podemos inferir que o referido discurso colabora para a manutenção do racismo estrutural, já que o desvalida com o intuito de fundamentar argumentos em prol de um racismo de negros contra brancos, judeus e asiáticos.

De acordo com Ramalho e Resende (2011, p. 25), “se reproduzimos acriticamente um aspecto problemático do senso comum, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades.” Diante disso, entendemos que o racismo estrutural está inserido em uma sistemática política de poder que unicamente favorece grupos que são socialmente privilegiados,

ou seja, aqueles que são socialmente lidos como brancos (branquitude) (BENTO, 2002, 2022; SCHUCMAN, 2020). Portanto, concordamos com Almeida (2019, p. 35) ao afirmar que “a ideia de racismo reverso serve tão somente para deslegitimar as demandas por igualdade racial.”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHASKAR, Roy. Societies. In: ARCHER, Margareth; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (ed.). **Critical realism: essential readings**. London and New York: Routledge, 1998. p. 206-257.

BONFIM, Marco Antonio Lima do; NASCIMENTO, Érica Alves do; CARVALHO, Joiciane Maria Rodrigues de; HONORATO, Kátia Daniela Gomes. Branquitude e Racismo Antinegro no BBB 21: uma análise crítica do discurso da reprodução do pacto narcísico e da fragilidade branca. **Ágora Filosófica**, Recife, v. 22, n. 1, p. 176-197, jan./abr. 2022.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 8, n. 1, p. 607- 630, enero/jun. 2010.

CASTELLANI, Rithielle Aparecida; BARROS, Eliana Merlin Deganutti de. Modelo teórico/didático do gênero artigo de opinião: ferramentas para análise do gênero. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 196-214, maio/ago. 2018.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, p. 100-122, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de discurso crítica: para a leitura de textos da contemporaneidade**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebook**. Tradução: Quintin Hoare e Geoffrey N. Smith. Londres: Lawrence & Wishart, 1971.
- HALLIDAY, Michael. **Introduction to function grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Kátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- MENDES, Maria Manuela. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. **Revista Vivência**, Natal, n. 39, p. 101-123, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira)**, Niterói, n. 1, p. 1-17, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Fundação Perseu Abramo**, [s. l.], set. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RISÉRIO, Antonio. Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.
- SWALES, Jonh Malcolm. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011 [1990].
- VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. London: Sage, 2009. p. 11-45.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Débora Brenda Teixeira Silva

Doutorado em Linguística em andamento pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Letras – Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Fortaleza/CE, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2742-4463>. E-mail: deborateix94@gmail.com

José Roberto Alves Barbosa

Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo realizado Pós-Doutorado nessa mesma IES na área de Análise do Discurso Crítica e Práticas de Letramento. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mossoró/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4287-0528>. E-mail: josealves@uern.br

Norman Fairclough para além da perspectiva do modelo tridimensional

Norman Fairclough beyond the three-dimensional model perspective

Norman Fairclough más allá de la perspectiva del modelo tridimensional

RESUMO

O artigo mostra três fases do trabalho de Fairclough com destaque para sua versão atual da ACD intitulada de 'virada argumentativa'. Essa abordagem da ACD foca na deliberação, no discurso político e nas questões de argumentação que demarcam a continuidade dos avanços da teoria social do discurso para além da proposta analítica do modelo tridimensional da obra *Discourse and social change* (1992). O resultado mostra que há uma versão nova da ACD faircloughiana com ênfase na argumentação prática e deliberação pública no processo de tomada de decisão e ação para superação de crises políticas dentro do contexto de sociedades democráticas.

Palavras-chave: discurso político; virada argumentativa faircloughiana; ação; processos argumentativos; argumentação deliberativa.



Recebido em: 16 de julho de 2022
Aceito em: 06 de junho de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.44190

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Alexcina Oliveira Cirne

alexcina.cirne@unicap.br

<https://orcid.org/0000-0001-6263-7259>

Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP), Recife, PE, Brasil

Karl Heinz Efken

karl.efken@unicap.br

<https://orcid.org/0000-0001-5432-5220>

Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP), Cidade, Estado, País

ARTIGO

ABSTRACT

The article presents three phases of Fairclough's work and highlights his current version of CDA entitled 'argumentative turn'. This CDA approach focuses on deliberation, political discourse and the issues of argument that mark the continuity of advances from the social theory of discourse beyond the analytical proposal of his three-dimensional model in *Discourse and social change* (1992). The article shows that there is a new version of Faircloughian CDA with an emphasis on practical argumentation and public deliberation in the decision-making and action process in order to overcome political crises within the context of democratic societies.

Keywords: political discourse; faircloughian argumentative turn; action; argumentative processes; deliberative argumentation.

RESUMEN

El artículo presenta tres fases del trabajo de Fairclough, y se detiene más especialmente sobre su actual comprensión del ACD, titulada como "giro argumentativo". Este enfoque del ACD se centra sobre la deliberación, sobre el discurso político y los argumentos que marcan la continuidad de los avances en la teoría del discurso social más allá de la propuesta analítica del modelo tridimensional de la obra "Discourse and social change" (1992). El resultado pretende mostrar que hay una nueva versión del ACD faircloughiano con el énfasis en la argumentación práctica y la deliberación pública en el proceso de toma de decisiones y acción para la superación de crisis políticas en el contexto de las sociedades democráticas.

Palabras clave: discurso político; giro argumentativo faircloughiano; acción; procesos argumentativos; argumentación deliberativa.

Como citar:

CIRNE, Alexcina Oliveira; EFKEN, Karl Heinz. Norman Fairclough para além da perspectiva do modelo tridimensional. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 30-43, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.44190. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

A Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, foi fundada no início da década de 1990 (janeiro de 1991), em um Simpósio em Amsterdã, o qual congregava um grupo de estudiosos com interesse nas discussões sobre teoria e métodos de análise do discurso. O marco das produções da ACD pode ser referenciado com os seguintes lançamentos: revista *Discourse and Society* (1990) por van Dijk e os livros *Language and power* de Norman Fairclough (1989), *Language, power and ideology* de Ruth Wodak (1989), o livro *Prejudice in discourse*, que foi o primeiro livro de van Dijk (1984) sobre a problemática do racismo (MAZID, 2014). De lá para cá, a ACD tem se desenvolvido de maneira proeminente, tanto no aspecto metodológico como no aspecto teórico nos quais são colocados em relevo as suas potenciais características interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares nos trabalhos de pesquisa e nas discussões dos conceitos (VAN DIJK, 2008; CIRNE, BARROS, EFKEN, 2022; RESENDE, REGIS, 2017; RESENDE, RAMALHO, 2006).

No Brasil, há uma corrente da ACD de origem inglesa bem trabalhada na academia, oriunda dos trabalhos de Norman Fairclough, com destaque para o modelo tridimensional trabalhado na obra lançada em 1992, *Discourse and social change*, traduzida no Brasil em 2001, como *Discurso e Mudança Social*. A inexistência de traduções, em língua portuguesa, das outras obras do autor em nosso mercado editorial talvez tenha contribuído para esse enfoque.

Dessa maneira, pretendemos discutir o desenvolvimento da ACD de origem inglesa, assim como se mostra nas diversas obras publicadas por Norman Fairclough, e com enfoque nos modelos analíticos teóricos e metodológicos posteriores ao modelo tridimensional da obra de 1992 que focam aspectos distintos da crítica. O artigo está dividido em três partes: a primeira parte versa sobre as três fases de análise de discurso presentes na obra de Norman Fairclough, a segunda parte dá ênfase a terceira fase conhecida como virada argumentativa e a última parte, apresenta algumas pesquisas que se baseiam na nova proposta de análise crítica do discurso político marcada por processos argumentativos e deliberativos.

1. AS TRÊS FASES OU TRÊS VARIAÇÕES DA ACD EM NORMAN FAIRCLOUGH

Norman Fairclough se empenhou em realizar modificações e aprimoramentos teóricos em suas obras, tentando com isso, sempre, responder aos desafios e problemas oriundos de realidades econômicas, políticas, sociais e culturais movidas por mudanças, rupturas e transformações constantes. Ele lançou 11 livros, sendo dois como organizador em parcerias com outros(as) pesquisadores(as). Apresentamos a seguir um quadro das obras lançadas em sua sequência cronológica:

Quadro 1 – Obras lançadas por Norman Fairclough

Language and Power 1989	Discourse and Social Change 1992	Critical Language Awareness (Organizador) 1992	Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language 1995
Media Discourse 1995	Discourse in Late Modernity – Rethinking Critical Discourse Analysis	New Labour, New Language? 2000	Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research 2003
Language and Globalization 2006	Discourse and Contemporary Social Change (Organizador) 2007	Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students 2012	

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Norman Fairclough, além dos livros citados acima, publicou dezenas de artigos em diversos periódicos e capítulos de livros em obras organizadas por outros pesquisadores. Inspirados na definição de Fairclough sobre as fases e variações de suas obras, mostramos as características próprias de cada fase, sendo uma delas já bastante conhecida e investigada em nosso cenário acadêmico brasileiro, com intensa produção de livros, artigos e eventos, e que está vinculada à obra *Discourse and social change* (1992) na qual se encontra o modelo tridimensional.

Tais variações são referenciadas em capítulo de livro intitulado *CDA as dialectical reasoning*, escrito por Norman Fairclough (2018, p. 13 – 15, tradução nossa), em que ele afirma: “minha abordagem, da ACD mudou ao longo de 30 anos”, “mudou ao longo do tempo em grande parte em resposta a mudanças sociais” e, agora, articula-se internamente, por três variações de análise crítica. Caterina (2019, p. 37), em sua obra *Struggles for hegemony in Italy’s crisis management: a case study on the 2012 labour market reform*, destaca as três fases ou variações da crítica nos trabalhos de Norman Fairclough: 1. a **crítica** do discurso ideológico (*Language and Power*); 2. a **crítica** do discurso como parte da mudança social (*Discourse and social change*) e 3. a **crítica** do discurso no debate político e na formulação de políticas (*Political Discourse Analysis: a method for advanced students*).

Na tabela abaixo, encontram-se trechos de um capítulo de livro³ escrito por Fairclough (2018, p. 14 -16, tradução nossa, grifos do autor), intitulado *CDA as dialectical reasoning*, no qual o autor descreve o processo de construção das suas três diferentes variações ou fases de análise crítica do discurso. A primeira fase refere-se à obra *Language and Power* (1989), a segunda, refere-se à obra *Discourse and Social Change* (1992) e a terceira fase se refere à obra, publicada em parceria com Isabela Fairclough, *Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students* (2012).

¹ Obra escrita em parceria com Lilie Chouliaraki.

² Obra organizada em parceria com Guiseppina Cortese e Patrizia Ardizzone.

³ O livro referenciado é o *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*, organizado por John Flowerdew e John E. Richardson (2018).

Tabela 1 – As três fases das obras de Norman Fairclough

1ª Fase	<p>“A primeira, orientada para o acordo social pós-Segunda Guerra Mundial, centrou-se na crítica ao discurso ideológico como parte de uma preocupação com a reprodução da ordem social existente. (Fairclough, 1989). [...] a principal formulação da primeira versão é uma visão radical da ACD. Ela enfatiza o poder por trás do discurso, bem como no discurso – como as pessoas com poder moldam a “ordem do discurso” e a ordem social, bem como controlam interações específicas como entrevistas. Correspondentemente, enfatiza a ideologia em vez de apenas a persuasão e manipulação. [...] Tem como objetivo conscientizar sobre como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, como um processo de emancipação social. [...] O núcleo da primeira versão é a crítica da ideologia. [...] a crítica da ideologia é uma forma de crítica explicativa sobre o porquê as características do discurso que estão abertas à crítica normativa são, no entanto, necessárias para manter a ordem social. Também se centra na crítica do poder por trás do discurso e do capitalismo. Abordagens da ACD que carecem desses focos podem falar sobre ideologias, mas não podem fazer crítica à ideologia”.</p>
2ª Fase	<p>“A segunda versão da minha abordagem, concentrou-se na crítica do discurso como parte da mudança social de cima para baixo na implementação do capitalismo neoliberal. Um exemplo é a “marketização” das universidades como parte de um esforço geral para reestruturar os serviços públicos segundo o modelo de mercado. Isso foi em parte um processo discursivo: mercantilizar as universidades significava tornar seu discurso mais parecido com os das corporações privadas, e mudanças mais amplas na estrutura, gestão e práticas apareceram pela primeira vez em novas representações da natureza e das atividades das universidades. Isso inclui mudanças ideológicas nas suposições de senso comum, por exemplo, estudantes são consumidores, universidades são empresas em competição. [...] Ao longo do tempo, a <i>ordem do discurso</i> mudou – a configuração dos discursos, gêneros e diferentes estilos que definem o caráter e o potencial discursivo das universidades – como parte de uma mudança geral em sua estrutura, gestão e práticas. Houve mudanças na <i>intertextualidade</i> e mais especificamente na <i>interdiscursividade</i>: diferentes discursos, diferentes gêneros e diferentes estilos passaram a ser combinados de novas maneiras, produzindo articulações híbridas do discurso acadêmico. [...] É porque as mudanças no discurso podem sofrer mutações e se generalizar em mudanças sociais mais amplas e, dessa maneira, elas se tornam parte tão significativa da mudança social. Trata-se das <i>relações dialéticas</i> entre o discurso e outros elementos sociais [...]”.</p>
3ª Fase	<p>“A terceira versão enfoca a crítica do debate político como um elemento das lutas por estratégias para a superação da crise de 2007+. O foco está na deliberação (argumentação prática) sobre o que devia ser feito uma vez que esse é o gênero primário do discurso político, o que exige uma “virada argumentativa” que incorpora a teoria da argumentação na ACD. As preocupações em versões anteriores (por exemplo, ideologia) não desaparecem; elas agora serão abordadas em termos de argumentos e seus elementos (premissas, conclusões). A ação (gênero) é vista como o aspecto primário do discurso, e a representação e a identidade (discursos, estilos) são tratadas como aspectos das ações e não isoladamente. A análise social crítica deve concentrar-se na argumentação prática para ir além da simples alegação de <i>que</i> o discurso apenas pode ter efeitos construtivos na vida social e na realidade, mas deve mostrar <i>como</i> fazê-lo: os discursos fornecem razões contra ou a favor de determinadas maneiras de agir. Os discursos podem ter efeitos construtivos quando argumentos práticos que contêm tais razões resistem a uma avaliação crítica e conduzem a decisões, que levam à ação e a efeitos transformadores na realidade (Fairclough e Fairclough, 2012)”.</p>

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base em Fairclough (2018)

Acreditamos que, ao citar o próprio autor, tornamos evidente a importância de mobilizar nos estudos e nas pesquisas, com foco na teoria e metodologia faircloughianas, a distinção que o mesmo faz das três fases da construção de sua proposta de análise crítica do discurso. Portanto, quando se trata da análise crítica do discurso político, Fairclough torna obrigatória a adoção das

premissas e consequências da “virada argumentativa”, a qual destaca a relevância de processos de deliberação e de argumentação na tomada de decisão para ação.

2. A ACD FAIRCLOUGHIANA E A VIRADA ARGUMENTATIVA

Abordaremos a terceira fase da ACD faircloughiana a partir do livro *Political discourse analysis: a method for advanced students*, de Fairclough e Fairclough (2012), e do capítulo de livro intitulado *CDA as dialectical reasoning*, de autoria de Fairclough (2018), publicado no livro *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*.

O objetivo dessa nova fase encontra-se descrito em *Political discourse analysis: a method for advanced students*: “apresentar uma nova abordagem para analisar o discurso político como uma contribuição para o desenvolvimento da análise crítica do discurso” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 1, tradução nossa). Para os autores, a novidade

[...] reside na integração de conceitos analítico-discursivos críticos ao quadro analítico da teoria da argumentação, com base na compreensão do discurso político como discurso principalmente argumentativo. Baseia-se em uma visão de política na qual são centrais os conceitos de deliberação e tomada de decisão em contextos de incerteza, risco e desacordo permanente (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 17, tradução nossa).

Nesta obra, a intenção é ampliar a ACD em conexão com a análise da argumentação prática que, segundo os autores, contribui para uma crítica normativa e explicativa de temas em cujos estudos a ACD tem interesse; por exemplo, legitimidade política e poder. Além disso, há um fortalecimento da ciência social crítica ao destacar que o papel da ACD não se restringe apenas à descrição de sociedades e sistemas, mas cultiva “o bem-estar de seus membros em vez de miná-lo” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 79, tradução nossa). Seguindo esse raciocínio, os autores se expressam assim:

Nosso foco na análise e avaliação da argumentação prática é novo, e mostramos como focos mais familiares (por exemplo, representações, identidades, narrativas, metáforas) podem ser incorporados à análise da argumentação de um modo que possam explicar muito melhor o significado político e eficácia dela (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 02, tradução nossa).

Para Fairclough e Fairclough (2012) e Fairclough (2018) tal fase representa a “virada argumentativa”, virada que fornece uma contribuição metodológica para a argumentação em estudos de política como parte de um projeto de mais reflexão sobre a “conexão entre visões da política, visões de discurso político e abordagens analíticas do discurso político” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 17, tradução nossa). Caterina (2019, p. 32, tradução nossa) afirma que “the ‘argumentative turn’ in CDA” (a “virada argumentativa” na ACD) se baseia numa “variante mais recente” em que “a abordagem de Fairclough faz um balanço dos desenvolvimentos anteriores e

sugere vincular a ACD e a análise da argumentação para aumentar a força analítica e a coerência da ACD”. Caterina (2019, p. 32, tradução nossa) afirma que nesta “terceira variante da ACD”, Fairclough e Fairclough (2012) realizam “uma mudança de foco das relações dialéticas para o raciocínio dialético e a argumentação”, respaldando-se em Fairclough (2018, p. 16, tradução nossa), que afirma: “a ACD é uma análise do discurso, mas é, também, ela mesma, uma forma de discurso. Em Fairclough (2013) sugeri que é uma forma de argumentação prática: argumentação a partir de um conjunto de premissas para uma afirmação sobre o que deve ser feito.”

A terceira versão da ACD faircloughiana dá primazia à análise do raciocínio prático no processo de análise do discurso político, que se inspira na proposta de análise do discurso político de van Dijk (1997), o qual entende que “os profissionais da análise crítica do discurso veem a análise de discurso político como um empreendimento essencialmente crítico [...] uma perspectiva que se concentra na reprodução e contestação do poder político por meio do discurso político” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 18, tradução nossa).

Da mesma maneira, os autores caracterizam o discurso político, a partir da proposta de van Dijk (1997), como um discurso que está “ligado a atores políticos – indivíduos (políticos, cidadãos), instituições e organizações políticas, engajados em processos e eventos políticos [...]” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 18, tradução nossa). É importante entendermos que os contextos políticos na teia teórica da “*argumentative turn*” são aqueles que possibilitam “aos atores exercer sua agência e capacitá-los para agir no mundo de uma forma que tenha impacto sobre assuntos de interesse comum”. Podemos falar de contextos políticos, como parlamento ou governo, mas que também podem ser articulados em “fóruns de discussão na internet [...], onde os cidadãos se valem de seu direito de criticar publicamente a política do governo por não cumprir os *compromissos* e *obrigações* legítimas” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 17, 18, tradução nossa, grifo do autor).

Fairclough e Fairclough (2012, p. 18, tradução nossa, grifo do autor) justificam o foco no discurso político pelo interesse em analisar como ocorre a sua projeção no espaço público e quais são os efeitos perlocutórios, ou seja,

em nossa opinião, concentrar-se na estrutura da argumentação num discurso político é relevante precisamente neste sentido, como o objetivo do discurso é o que ele é projetado a alcançar, ele consiste em convencer um público que um determinado modo de agir é correto ou que um determinado ponto de vista é verdadeiro, e esse é o *efeito perlocutório pretendido* que está ligado imanentemente ao ato de fala da argumentação.

Toda essa concepção de discurso político se alinha a uma proposta de atuação do agente no tecido institucional a fim de “trabalhar na resolução cooperativa de conflito” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 17, 18, tradução nossa), pois a “*argumentative turn*” enfatiza o papel da tomada de decisão dentro da dinâmica da luta por poder na esfera política. A dinâmica da crítica da terceira fase ou terceira variação faircloughiana está na mudança da concepção da realidade

(alcançar o “bem maior”) e que “requer ação, ação requer decisão, decisão requer deliberação” (FAIRCLOUGH, 2020, p.18, tradução nossa). De acordo com Isabela Fairclough (2015), o esquema da deliberação ocorre da seguinte maneira:

O agente está nas circunstâncias C.

O agente tem um objetivo G (gerado por uma determinada fonte normativa).

De um modo geral, se um agente faz A em C, então G será alcançado.

Portanto, o agente deve fazer A

Ou ainda (FAIRCLOUGH, 2016):

Se o agente adotar a proposta A, a consequência C seguirá.

A consequência C é inaceitável.

Portanto, o agente não deve adotar a proposta A.

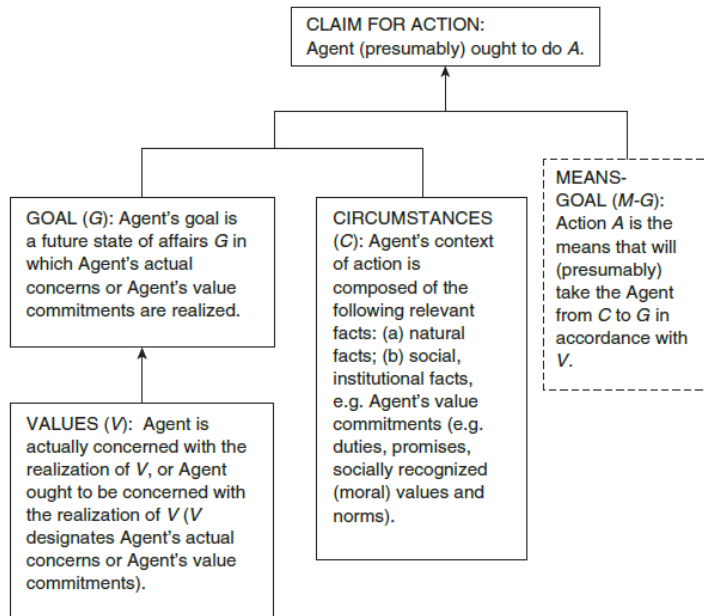
Esse trabalho enfático de Fairclough e Fairclough (2018, p. 18, tradução nossa) sobre o discurso político e a política como tomada de decisão e ação, defende que “compreender a natureza argumentativa dos textos políticos é, portanto, fundamental para poder avaliar as estratégias políticas das quais fazem parte”. Eles (2012) destacam a importância da ação, ou das razões para a ação, da prática argumentativa em que há um deslocamento de foco, comumente dado às questões de representação (retoricamente motivadas e que tem uma função argumentativa que pode ser integrada em uma explicação da ação), para uma visão de política na qual as questões sobre decisão e ação são questões fundamentais e, neste sentido, o discurso político é tido como fundamentalmente argumentativo e deliberativo.

De acordo com o esquema apresentado anteriormente, o agente não deve adotar a proposta A, mas, caso adote, não significa que o discurso político não seja argumentativo ou deliberativo por natureza. Ocorre que nem sempre os bons argumentos prevalecem, às vezes são os argumentos ruins que ganham quando, por exemplo, “as decisões são tomadas com base em interesses de poder e não na força do melhor argumento” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 235, tradução nossa), ou seja, o argumento do poder. Essa mudança de foco é o cerne da proposta argumentativa da obra *Political discourse analysis: a method for advanced students*, em que as formas de representar a realidade são subordinadas à questão sobre o que fazer, a ação. Ou seja, a valorização do argumento prático.

Neste caso, o raciocínio prático seria um tipo de argumento condutor com vistas a busca do bem-estar coletivo e alcançar o “bem maior”. O raciocínio prático como argumento condutor propiciaria, diante de um pluralismo de valores e hierarquias de valores em dada sociedade, uma avaliação mais eficiente, e, dessa forma, poderia se alcançar uma “conclusão comparando os

distintos prós e contra “razões” em relação à hierarquia de valores do agente” (MACAGNO; WALTON, 2018, p. 523, tradução nossa). Essa nova fase concede um protagonismo aos valores no processo de análise dos argumentos práticos, pois eles ajudam na “seleção e descrição das circunstâncias relevantes” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 46, tradução nossa) para uma tomada de decisão. Em seguida, apresentamos uma figura sobre a estrutura do raciocínio prático:

Quadro 2 - A estrutura do raciocínio prático



Fonte:

Figure 2.2 The structure of practical reasoning: a more detailed representation.

Fairclough e

Fairclough (2012, p. 48)

Caterina (2019, p. 33, tradução nossa) registra que essa versão da ACD faircloughiana “não nega o fato de que as decisões políticas são frequentemente determinadas por razões que não correspondem à força do melhor argumento”. Pontuamos três afirmações oriundas da obra de Daniela Caterina (2019, p. 38, tradução nossa), *Struggles for Hegemony in Italy's Crisis Management: a case study on the 2012 labour market reform*, em que a autora destaca a dinâmica da argumentação e da deliberação em Fairclough e Fairclough (2012):

Quadro 3 - Destaques da dinâmica da argumentação e da deliberação

“[...] a primazia atribuída à argumentação (prática) no discurso político não significa que todo discurso político seja apenas argumentação (prática).”
“[...] quando se fala em deliberação, esta versão da ACD faz isso de maneira meramente descritiva. Deliberação, em suma, é apenas o ato de equilibrar as razões a favor ou contra um determinado curso de ação [...]”;
“[...] a primazia ligada à argumentação (prática) no discurso político não significa que os argumentos sejam considerados como o único determinante de questões concretas de tomada de decisão [...] a ACD não nega o fato de que as decisões políticas são muitas vezes determinadas por razões que não correspondem à força do melhor argumento; pelo contrário, o poder é considerado uma dessas razões frequentemente predominantes.”

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base em Caterina (2019, p. 33, tradução nossa)

Na perspectiva da argumentação do discurso político na ACD faircloughiana, percebe-se que as questões retóricas e argumentativas não “são postas no contexto epistêmico (onde a argumentação é orientada para a verdade), mas, sim, [...] dentro de um contexto de escolha e ação, onde várias alternativas razoáveis são possíveis” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 59, tradução nossa). Quanto a essa questão, alguns pesquisadores se posicionam sobre a terceira fase de Norman Fairclough; por exemplo, Ruth Amossy (2016, p. 169) classifica como “nova, e apaixonante, tentativa da Análise do Discurso Crítica proposta por Fairclough e Fairclough (2012)”, e Mikko Poutanen (2019, p. 127, tradução nossa) menciona que a virada argumentativa faircloughiana “atingiu um equilíbrio provisório entre a teoria crítica e a teoria da deliberação [...] para sugerir que a racionalidade na comunicação espera liberdade de distorção e engano, dentro de um raciocínio livre e igual”. Dessa maneira, “a argumentação é ação em si mesma; envolver-se na argumentação significa procurar legitimar os objetivos e deslegitimar objetivos alternativos de ação”, como afirma Poutanen (2019, p. 128, tradução nossa). Fairclough e Fairclough (2012) descrevem que os rumos da busca pela legitimidade se referem a várias discussões; por exemplo, Weber afirmava que o poder é legítimo se as pessoas acreditarem que ele é legítimo. Dessas considerações, os autores (2012) chegam a seguinte compreensão:

[...] a legitimação é um tipo de justificativa argumentativa, justificativa pública, em que uma ação pode ser justificada em termos de razões e essas razões podem ser justificadas como coletivamente aceitas e reconhecidas (como dignas de serem reconhecidas) (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 122, tradução nossa).

Fairclough e Fairclough (2012, p. 111, 112, tradução nossa) fazem uma série de ponderações sobre o conceito de legitimação (WEBER, 1978; SWIFT, 2006; RAWLS, 1993; HABERMAS, 1984; 1996a; 1996b; BEETHAM, 1991) e o definem como um tipo “de justificação argumentativa”. Essas discussões compõem o cerne da virada argumentativa que é o **raciocínio dialético** que visa produzir um resultado razoável e racionalmente aceitável como produto do processo de discussão sobre o qual já comentamos um pouco ao longo do artigo. Nessa perspectiva, o modelo de argumentação prática sugerido em Fairclough e Fairclough (2012) defende o processo de tomada de decisão em contextos deliberativos na escolha do melhor argumento diante de várias alternativas de soluções aos problemas.

Mas o que há de novo nesta virada argumentativa de Norman Fairclough? É o foco analítico no discurso político como uma forma primariamente de argumentação “e envolve mais especificamente argumentação prática a favor ou contra formas particulares de agir, argumentação que pode fundamentar decisão” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 2, tradução nossa). Neste sentido, a obra amplia e refina as análises a determinado campo de discurso, neste caso, o discurso político com foco na argumentação prática e na ação, sugerindo que a política “é fundamentalmente

fazer escolhas sobre como agir em resposta a circunstâncias e objetivos, trata-se de escolher políticas, e tais escolhas e ações que se seguem baseiam-se na argumentação prática” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 1, 2, tradução nossa).

Dar conta dessa nova proposta da ACD faircloughiana demanda do pesquisador crítico o entendimento de algumas características da virada argumentativa: 1) “a alegação de que a análise dos textos deve se concentrar nas características genéricas de textos inteiros, em vez de aspectos isolados do texto, e principalmente na ação, não nas representações”; 2) “deve ser vista em relação aos argumentos nos quais eles geralmente são incorporados”; 3) “a análise deve se concentrar em como os discursos [...] fornecem aos agentes as razões para a ação” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 1, tradução nossa).

Os autores (2012) defendem que a teoria da argumentação tem muito a ganhar com a colaboração interdisciplinar da ACD focada na teorização de gêneros argumentativos do campo político. Dentro da perspectiva do livro, Fairclough e Fairclough (2012, p. 2, tradução nossa) objetivam contribuir 1º) “para a teoria da argumentação no desenvolvimento de uma visão original da estrutura e avaliação da argumentação prática” e 2º) apresentar um quadro para “analisar a argumentação de forma suficientemente explícita e clara, trabalhando através de um grande número de exemplos” a fim de que seja usado como um modelo para a realização de análise de argumentação no discurso político. Neste aspecto, dentro de um ponto de vista habermesiano, a reivindicação normativa é legítima se for objeto de um acordo entre todas as partes, “como livre e igual, no final de um processo de deliberação isento de fraude e de restrições distorcidas de poder, e, portanto, corporificando o interesse público geral” (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 112, tradução nossa).

3. A VIRADA ARGUMENTATIVA NAS PESQUISAS SOBRE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Neste item, vamos apresentar quatro pesquisas que inserem a versão mais recente da ACD faircloughiana, a virada argumentativa, no contexto de análises de seus *corpora*.

A primeira pesquisa está no artigo intitulado *Deliberation as Genre: Mapping Argumentation through Relational Discourse Structure*, dos autores Oier Imaz e Mikel Iruskieta (2017). Essa pesquisa tem textos como *corpus* e são contribuições feitas por cidadãos em um exercício deliberativo denominado *A Iniciativa Konpondu*. A iniciativa foi realizada pelo Governo Autônomo Basco entre 2007 e 2009 para fomentar a participação dos cidadãos na resolução do conflito basco. Os textos na pesquisa são classificados como microtextos argumentativos escritos a partir de uma concepção de deliberação como um gênero, ou seja, o discurso orientado a objetivos. (IMAZ, IRUSKIETA, 2017).

A segunda pesquisa, intitulada *Practical Reasoning Arguments: A Modular Approach*, dos autores Fabrizio Macagno e Douglas Walton (2018), aborda o raciocínio prático como uma estrutura

complexa de inferências classificatórias, avaliativas e práticas diante de processos de tomada de decisão. Essa pesquisa tem uma proposta interdisciplinar e intenciona destacar “o papel crucial da classificação na argumentação prática, mostrando como a ordenação de valores e preferências é apenas uma das possíveis áreas de profunda discordância” (MACAGNO, WALTON, 2018, p. 1, tradução nossa). A pesquisa apresenta gráfico das premissas presentes em Fairclough e Fairclough (2012) e se articula com outras concepções de argumentação do raciocínio prático através da combinação de três diferentes tipos de esquemas argumentativos (Cf. MACAGNO, WALTON, 2018).

A terceira é intitulada *An argumentative approach to policy ‘framing’. Competing ‘frames’ and policy conflict in the Roşia Montană case*, das autoras Isabela Fairclough e Irina Diana Mădroane, publicada em 2014. A pesquisa foca na análise do caso Roşia Montană, um conflito político que levou, em setembro de 2013, ao público mais significativo de protestos na Romênia desde a Revolução de 1989. Neste artigo, destaca-se o processo deliberativo que fundamenta a decisão e ação do debate público sobre o projeto proposto de mineração de ouro à base de cianeto em Roşia Montană (Romênia) e que foi rejeitado pelo Parlamento romeno, pois daria abertura para as maiores operações de mineração de ouro a céu aberto da Europa. (Cf. FAIRCLOUGH, MĂDROANE, 2014, 2020).

A quarta pesquisa, intitulada *The UK Government’s “Balancing Act” in the Pandemic: Rational Decision-Making from an Argumentative Perspective*, de autoria de Isabela Fairclough, publicada em 2022, trata do processo deliberativo, condução de argumentos (prós e contra) para processo de tomada de decisão, no contexto da pandemia COVID-19, no Reino Unido. A autora da pesquisa, baseando-se na terceira fase da ACD faircloughiana, caracterizada, principalmente, pelo destaque dado aos processos de tomada de decisão racional e à solução de problemas por meio da ação, assume como objetivo da investigação, analisar como o ‘equilíbrio’ entre vidas, e meios de subsistência e outras preocupações foi discutido em 4 jornais do Reino Unido, entre março de 2020 e março de 2021, na avaliação do desempenho do governo do Reino Unido. Os jornais entraram em intensos processos argumentativos que revelaram, a respeito do assunto em questão, conclusões opostas, por exemplo, apoiando bloqueios rigorosos e prolongados, ou, ao contrário, sugerindo um rápido abandono do bloqueio e um retorno à vida normal. Vale salientar que, segundo a teoria da argumentação, dados empíricos não servem tanto para apresentar custos e benefícios de uma das partes interessadas, mas muito mais para criticar a proposta do oponente alegando o alto custo de sua proposta e daí a sua inaceitabilidade, comparando-a com a sua própria. Essa estratégia argumentativa sobre os custos/benefícios, sobre as consequências negativas e inaceitáveis, mostra o tipo interessante de argumento pró/contra e traduz bem a dinâmica do raciocínio dialético argumentativo quando se trata de tomada de decisão e implementação de ações políticas em situação de crise, objetivando um bem maior para a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, neste artigo, foi apresentar a terceira e atual fase da ACD faircloughiana, no contexto de sua obra, intitulada de virada argumentativa, que intenciona apresentar uma nova forma de analisar o discurso político. É importante destacar que esta atual fase da ACD faircloughiana tem por intenção aumentar o potencial analítico da teoria social crítica com a inserção das questões da argumentação (prática) e da deliberação nos contextos políticos. Essa nova versão ou terceira fase faircloughiana se propõe a integrar os conceitos analíticos discursivos críticos à teoria da argumentação numa concepção de discurso político como discurso argumentativo.

A nova versão da ACD faircloughiana não descarta o modelo tridimensional apresentado na obra *Discourse and Social Change*, publicada em 1992, que se caracteriza pela forte insistência na compreensão do uso da linguagem como prática social e mobilização de categorias como ideologia, poder e hegemonia, mas opta por um novo modelo de análise do discurso político, dando destaque aos processos argumentativos inerentes à vida política e, especialmente, aos processos de deliberação, de tomada de decisão e produção de ação, em contextos de incerteza e pluralismo de valores. Segundo Fairclough e Fairclough (2012), a nova proposta responde melhor pelo significado e eficácia da análise. Assim, a virada argumentativa concentra-se nas questões de tomada de decisão e ação nos contextos deliberativos de resolução de conflitos a fim de alcançar um consenso possível, via poder do melhor argumento, a respeito de uma vida sempre mais democrática em sociedade.

Vale salientar que a virada argumentativa na ACD faircloughiana, já inspira e orienta as pesquisas desenvolvidas pelos membros da comunidade científica da ACD, levou-nos a apresentar quatro pesquisas que se dedicam à análise do discurso político, em contextos de incerteza, para a melhor compreensão dos processos argumentativos pró/contra mobilizados pelas diferentes partes envolvidas na luta por influência e poder na construção e reconstrução discursiva da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. *ReVEL*, edição especial, vol. 14, n.12, p. 165 – 190, 2016.

BEETHAM, D. *The Legitimation of Power*. Atlantic Highlands, NJ: International Humanities Press, 1991.

CATERINA, D. *Struggles for hegemony in Italy's crisis management: a case study on the 2012 labour market reform*. Germany: Springer, 2019.

CIRNE, O. A.; BARROS, S. M. de; EFKEN, K. H. (org.). *Diálogos e perspectivas da Análise Crítica do Discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Routledge, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis: a method for advanced students*. London: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, I. Evaluating policy as argument: the public debate over the first UK Austerity Budget. *Critical Discourse Studies*, 13 (1). pp. 57-77, 2015.

FAIRCLOUGH, I.; MĂDROANE, I. D. An argumentative approach to policy 'framing'. Competing 'frames' and policy conflict in the Roșia Montană case. *Proceedings of the 8th International Conference of the International Society for the Study of Argumentation*, 2014.

FAIRCLOUGH, I.; MĂDROANE, I. D. An Argumentative Approach to "Framing" Framing, Deliberation and Action in an Environmental Conflict. *Co-herencia* Vol. 17, No. 32 enero - junio de 2020 pp. 119-158.

FAIRCLOUGH, I. The UK Government's "Balancing Act" in the Pandemic: Rational Decision-Making from an Argumentative Perspective. In: OSWALD, S. et al (Orgs). *The Pandemic of Argumentation*. Switzerland: Springer, 2022, p. 225 – 246.

FAIRCLOUGH, I. A dialectical profile for the evaluation of practical arguments. *Rozenberg Quarterly*. Disponível em <https://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2014-a-dialectical-profile-for-the-evaluation-of-practical-arguments/> Acesso em 28 de maio de 2022.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. In: FLOWERDEM, John; RICHARDSON, John. *The routledge handbook of critical discourse studies*. London: Routledge, 2018, p. 13-25.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2ª. edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning: critique, explanation and action. *Policromias*, janeiro, Ano V. p. 12 – 30, 2020.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action. Vol. 1: Reason and the Rationalization of Society*, trans. T. McCarthy, London: Heinemann, 1984.

HABERMAS, J. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996a.

IMAZ, O. ; IRUSKIETA, M. Deliberation as Genre: Mapping Argumentation through Relational Discourse Structure. *Proceedings of the 6th Workshop Recent Advances in RST and Related Formalisms*, p. 1–10, Santiago de Compostela, Spain, September 4, 2017.

HABERMAS, J. 'Legitimation problems in the modern state'. In. OUTHWAITE, W. (ed.) *The Habermas Reader*. Cambridge: Polity Press, p. 248–265, 1996b.

MAZID, B. M. *CDA and PDA Made Simple: Language, Ideology and Power in Politics and Media*. London: Cambridge Scholars Publisher, 2014.

MACAGNO, F.; WALTON, D. Practical Reasoning Arguments: a modular approach. *Argumentation; Dordrecht*, Vol. 32, Ed. 4, dec., p. 519-547, 2018.

POUTANEN, M. Business logics: co-option of media discourse by pro-market arguments in the case of Nokia in Finland. In: MONTESSORI, N. M.; FARRELLY, M.; MULDERRIG, J. *Critical Policy Discourse Analysis*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019, p. 122-146.

RAWLS, J. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993.

RESENDE, V.; REGIS, J. F. da S. (org.). *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas: Pontes, 2017.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SWIFT, A. *Political Philosophy*. Cambridge: Polity Press, 2006.

VAN DIJK, T. 'What is political discourse analysis?'. In: BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. *Political Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 11-52.

VAN DIJK, T. *Prejudice in Discourse: an analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1984.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. 2. Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

WODAK, R. *Language, Power and Ideology: Studies in Political Discourse*. Amsterdam: J. Benjamins Publishing Company, 1989.

WEBER, M. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. vol. 2, Berkeley: University of California Press, 1978.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Alexcina Oliveira Cirne

Doutora e Mestra em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL) - PPGEL/UFMT. Membro colaboradora da Comissão de Igualdade Racial da OAB-PE. E-mail: alexcina.cirne@unicap.br

Karl Heinz Efken

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor e pesquisador da Universidade Católica de Pernambuco atuando nos Programas de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (Mestrado e Doutorado) e de Filosofia (Mestrado). E-mail: karl.efken@unicap.br

Reflexiones pedagógicas sobre las percepciones colonizadas del Portugués

Pedagogical reflections on colonized perceptions of Portuguese

Reflexões pedagógicas sobre as percepções colonizadas do português

RESUMO

O artigo analisa a aprendizagem do português associada às dinâmicas da interculturalidade, não só numa perspectiva linguística, mas a partir das percepções da língua apresentadas num estudo sociolinguístico (2016-2019) sobre a evolução das representações associadas à língua, que buscava não apenas identificar o que os alunos pensavam, mas também compreender como essas percepções poderiam interferir no processo de aprendizagem, para considerar uma adaptação metodológica na práxis. Os efeitos do chamado passado histórico na aprendizagem foram examinados contribuindo assim para o debate sobre a relação histórica entre colonialismo e linguagem.

Palavras-chave: interculturalidade; Sociolinguística; ensino de línguas.



Recebido em: 26 de janeiro de 2023
Aceito em: 22 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46912

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Danielli Neves Matias Santos

dani.neves78@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5187-753X>

Universität zu Köln, Colônia, Alemanha

Doris Cristina Vicente da Silva Matos

doris@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0002-0977-2221>

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sergipe, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The article analyzes the learning of Portuguese associated with the dynamics of interculturality, not only from a linguistic perspective, but from the perceptions of the language presented in a sociolinguistic study (2016-2019), on the evolution of representations associated with the language, which sought not only to identify what the students thought, but also to understand how these perceptions could interfere in the learning process, to consider a methodological adaptation in praxis. The effects of the so-called historical past on learning have been examined, thus contributing to the debate on the historical relationship between colonialism and language.

Keywords: interculturality; Sociolinguistics; language teaching.

RESUMEN

El artículo analiza el aprendizaje de portugués asociado con la dinámica de la interculturalidad, no solo desde una perspectiva lingüística, sino a partir de las percepciones del idioma presentadas en un estudio sociolingüístico (2016-2019), sobre la evolución de las representaciones asociadas al idioma, que buscó no solo identificar lo que pensaban los estudiantes, sino comprender cómo estas percepciones podían interferir en el proceso de aprendizaje, para considerar sobre una adecuación metodológica en la praxis. Se han examinado los efectos del llamado pasado histórico en el aprendizaje y, así, se contribuyó al debate sobre la relación histórica entre colonialismo y lenguaje.

Palabras clave: interculturalidad; Sociolingüística; didáctica de las lenguas.

Como citar:

SANTOS. Danielli Neves Matias; MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva. Reflexiones pedagógicas sobre las percepciones colonizadas del Portugués. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 44-62, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46912. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUCCIÓN Y OBJETIVOS

Este artículo conforma un espacio para la reflexión sobre las implicaciones didácticas que entrañan el pasado histórico a través de las percepciones de la lengua meta en el proceso de aprendizaje. Se trata de un análisis interdisciplinar que se acerca al pensamiento de los aprendientes desde una perspectiva sociolingüística, nutriéndose, además, de otras áreas de conocimiento (como la lingüística, la didáctica de las lenguas, la psicología y la antropología) y que, aparte, se presenta siempre enmarcado en los sistemas relativos a la didáctica de lenguas adicionales¹, a partir de ahora PLA, en los cuales se fundamenta la naturaleza de este artículo. El artículo también se apoya en las autoras Vicente da Silva Matos y Rodrigues Botelho (2020, p. 121), que afirmaren que entre las similitudes históricas de contextos como el latinoamericano, marcado por la colonización, el proceso de colonialidad es uno de los rasgos que delimitan las relaciones sociales y se manifiestan a través del lenguaje. Por lo tanto, aquí se entiende la colonialidad como el mantenimiento de la lógica colonial que jerarquiza y organiza a las antiguas colonias y, así, mantiene una relación de subordinación con los países históricamente colonizadores, propagando esta lógica de subalternización en sus propios ámbitos sociales.

Además, se entiende que las percepciones que los estudiantes tienen de la lengua meta son construcciones sociales creadas por individuos y grupos según sus historias y trayectorias de vida y asumen funciones semióticas, cognitivas, afectivas y relacionales relevantes. También, son evolutivas, cambiantes y moldeables en interacción, en dinámicas que no pueden aislarse de sus circunstancias de producción o del contexto más amplio en el que se encuentran: la creación y la circulación. Dichas percepciones no son necesariamente estables, sino que pueden evolucionar debido a la influencia de los discursos sociales, en particular los transmitidos por los medios de comunicación – estos, a su vez, están influenciados, entre otros, por factores históricos, económicos, políticos y sociales. Asimismo, la manera como los estudiantes perciben la lengua meta influye en las prácticas de la lengua y de la educación lingüística, por lo que es importante conocerlas para poder intervenir sobre ellas en una perspectiva de diversificación que favorezca las relaciones de los sujetos con los idiomas y la comunicación.

Dicho lo anterior, el objetivo del artículo es difundir los resultados de un estudio² cualitativo-interpretativo, sobre la evolución de las percepciones asociadas a la lengua portuguesa y sus hablantes, por parte de aprendientes adultos plurilingües, llevada a cabo entre los años de 2016 y 2019 en la ciudad de Barcelona, Cataluña, España. El estudio buscaba no solo identificar lo que

¹ Según Carrasco y López-Ferrero, 2023 (en evaluación). Las autoras prefieren la denominación lengua adicional a la de extranjera, por la connotación exógena y excluyente que tiene esta segunda (“lengua de los otros”), frente a la primera, más incluyente e integradora (“lengua que se añade” a la o las que ya conocía previamente el aprendiente).

² Matias Santos, D.N. (2021). Estudio sobre las percepciones asociadas a la lengua portuguesa por aprendientes plurilingües de PLE en Barcelona. Tesis Doctoral. Universidad de Barcelona. Accesible en: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/178727>.

pensaban los estudiantes, sino principalmente comprender cómo estas percepciones podían interferir en el proceso de aprendizaje, para a partir de ahí, reflexionar sobre una adecuación metodológica en la práctica docente. Para tal finalidad este artículo se centrará precisamente en el ámbito de la didáctica de las lenguas (DL) y más concretamente, en el aprendizaje de portugués como lengua adicional en contexto de educación no reglada multilingüe.

A fin de generar la información necesaria para una mejor comprensión de lo que se pretende reflexionar, se plantean las siguientes preguntas:

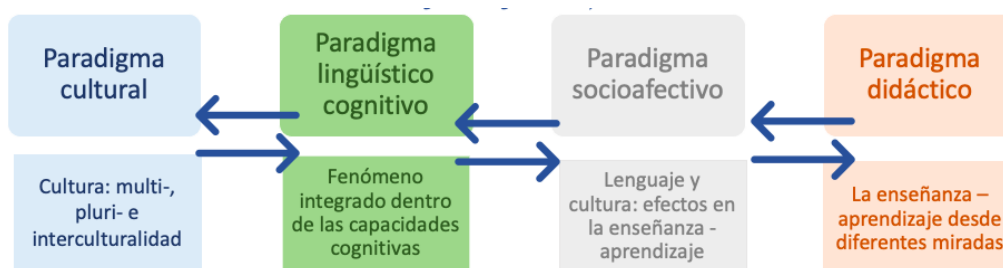
¿Qué percepciones asocian los estudiantes a la lengua portuguesa a lo largo de su proceso de aprendizaje?

¿En qué medida estas percepciones se muestran permeadas por ideas del legado colonial y, llegado el caso, facilitan o dificultan dicho aprendizaje?

1. MARCO TEÓRICO DEL ESTUDIO

Para dar respuesta a nuestras preguntas de investigación, a continuación, se presenta un resumen de las principales ideas en que se han apoyado el estudio:

Figura 1. Resumen de los principales paradigmas que han estructurado del estudio



Fuente: elaboración propia.

El punto en común que tienen estos paradigmas entre si es que todos ellos entienden las lenguas como entidades que contemplan en si un elemento constitutivo de las culturas de quienes las hablan. Y este es el punto de contacto de las ideas del marco teórico del estudio. Seguidamente, se presentan los autores de referencia de cada uno de este grupo de ideas:

1.1 Paradigma Cultural

Figura 2. Autores principales del paradigma cultural

- Fajardo Salinas (2011) y Ariño (2000): la **visión sociológica de cultura** - información adquirida por medio del aprendizaje social y Geertz (2001): conjunto de significados adquiridos y construidos
- Walsh (2005 - 2010): la **multiplicidad de cultura**
- Wertsch (1991 - 1999): el **aprendizaje** de LE como un proceso social en el marco de un **contexto cultural**
- Eagleton (2001): los **significados de la idea de cultura** desde la Ilustración hasta el posmodernismo
- Byram (1997), De Pietro y Müller (1997), Castellotti y Moore (2002): la lengua como facilitadora del **dialogo intercultural**

Fuente:

elaboración propia.

1.2 Paradigma lingüístico-cognitivo

Figura 3. Autores principales del paradigma lingüístico-cognitivo

- Woods, D. (1996): el **lenguaje** como fenómeno integrado dentro de las **capacidades cognitivas humanas** (atención, memoria, motivación, razonamiento); el **pensamiento** desde el **punto de vista cognitivo**
- Olson y Torrance (1995): el funcionamiento del **lenguaje** como **herramienta de cognición, representación e interacción** entre los sujetos
- Luria (1980), Engeström (1999): la **Teoría de la actividad**, el lenguaje como consecuencia de una actividad destinada a una finalidad
- Langacker (1987), Lakoff (1990), Talmy (2000), Dirven (2003): la **reflexión metalingüística** - el lenguaje como un objeto del pensamiento, para lo cual necesitamos de una capacidad analítica consciente

Fuente: elaboración propia.

1.3 Paradigma socioafectivo

Figura 4. Autores principales del paradigma socioafectivo

- Cambra (2003): los individuos y sus acciones en contextos culturales específicos, desde de la **etnografía**
- Vygotsky (1982), Bajtín (1981): el lenguaje como **generador de pensamiento**, como fenómeno de comunicación relacionado con el contexto sociocultural
- Torres (2008), Nunes Marchesan y Gonçalves Ramos (2014): especial atención a los factores **socioafectivo** y **psicológico**, estudian la enseñanza del PLE a partir de la interacción y de la lengua en prácticas sociales
- Py (2004): asociación **lenguas x pensamiento** del sujeto – algunas son más bonitas o feas, más fáciles o más difíciles
- Woods, P. (1995): la **etnografía** en la **investigación educativa**

Fuente: elaboración propia.

1.4 Paradigma didáctico

Figura 5. Autores principales del paradigma didáctico

- Steinberg y Kincheloe (2000), Giroux (1996): el efecto de la **producción cultural** en el **pensamiento**
- Kerbrat-Orecchioni (1992 - 1993): la lengua como **facilitadora del dialogo intercultural**, el proceso de **análisis de la interacción**, la lengua es un mosaico de la geografía, los estratos sociales e ideologías
- Schubauer-Leoni y Dolz (2004): el lenguaje basado en el **uso**, los saberes sobre la enseñanza y la adquisición de las lenguas se abordan a partir de **diferentes miradas**: profesor, expertos, aprendientes, investigadores
- Carrasco y Piccardo (2009): **plurilingüismo, culturas e identidades** en la construcción de habilidades interpersonales
- Cabré y Palou (2019): la **reflexión** sobre el **plurilingüismo** a través de las **narrativas multimodales**
- Araújo e Sá, Melo-Pfeifer y Schmidt (2015): la relación de los sujetos con las lenguas desde una **perspectiva didáctica**, las **imágenes** de las lenguas en la **comunicación intercultural**

Fuente: elaboración propia.

2. METODOLOGÍA

El estudio a que este artículo se basa se dividió dos partes, que se describen en dos etapas distintas:

1ª el Proyecto Piloto o fase de prueba, realizado en 2016 con estudiantes del curso del nivel A1 y un total de 22 participantes, fueron 10 secciones y un total de 40h/clase;

2ª el estudio Longitudinal, realizado entre los años 2016 y 2019. Esta fase se ha dividido en tres partes que correspondían a los tres cursos escolares que ha durado el curso en la escuela de idiomas. Han participado estudiantes del nivel A1 al B2. El estudio ha tenido un total de 18 informantes.

2.1 Población y Muestra

Tanto en el grupo de estudiantes del proyecto piloto como en el de aprendientes del estudio longitudinal se encuentran lo catalogado de “falsos principiantes”; término acuñado inicialmente en lengua inglesa y que ha sido utilizado por numerosos autores como Helgesen (1987), Swan (1981), Peaty (1987), Martín Peris (1987; 1988; 1993; 1998; 2004), Martín Peris y col. (2002) y Beare (2016). De esta manera se asume que una parte significativa de los informantes, dado su nivel lingüístico inicial, formaban parte de lo que dichos autores llamaron “falsos iniciantes”.

Otro aspecto relevante del perfil de los sujetos que conforman la muestra y en especial los que participaron en el estudio longitudinal, es que todos provienen de las denominadas EOI's. En España constituye el único sistema que expide certificados oficiales de nivel de lenguas. Cuentan con más de 100 años de antigüedad y actualmente están organizadas en una vasta red de centros que dependen del Departamento o Consejería de Educación de las distintas comunidades autónomas. Las EOI se dirigen a mayores de 14 años de nacionalidad española, de cualquier país de la Unión Europea o con permiso de residencia en España.

2.2 Instrumentos

Las técnicas e instrumentos utilizados para la recolección de datos se basan en las teorías de investigación sobre la enseñanza y el aprendizaje de idiomas - como Kalaja, Dufva y Alanen (2013), Kalaja (2015; 2016), pero al mismo tiempo tienen características diferentes en cuanto a la interpretación de estas teorías, la metodología acercamiento y los destinatarios. Se ha intentado establecer, de la forma más coherente posible, los criterios para acotar y hacer una selección de datos que sirvan al propósito.

En un primer momento, se ha optado por ceñirse en el análisis a las narrativas verbales y visuales de manera superficial, en su conjunto, y luego, partiendo de Bolívar Botía, Domingo y Fernández (2001), hacer un análisis más exhaustivo, es decir, la historia de cada sujeto como caso

individual, analizando los soportes estructurales de cada narrativa - clasificándolos, comparándolos y ordenándolos, sintetizándolos a través de categorías de análisis de contenido.

Dado el carácter cualitativo del estudio, además de las actividades creadas para recoger datos, también se ha trabajado con la observación de las clases y la elaboración de un diario de investigación. A partir de estos documentos y de la recopilación de la información, se ha generado una base de datos. Las actividades fueron pensadas básicamente para cada grupo específico, según el nivel de portugués de los estudiantes en ese momento. En vista de esta diversidad - y considerando la adecuación con el marco teórico de la investigación - se han seleccionado actividades específicas para cada etapa y consecuentemente, para la formación de la base de datos en ambas fases del estudio. Dependiendo del tema evocado, se ha agrupado en diferentes categorías de representaciones.

2.3 Actividades realizadas en el estudio longitudinal

Las tareas desarrolladas por los aprendientes fueron trabajadas a lo largo de tres años lectivos y, se detallan en las tablas a continuación. Cabe resaltar que la observación de las clases se hizo en los días donde las actividades para recoger datos han sido aplicadas. El objetivo fue registrar de forma sistemática y objetiva lo que sucedía en el aula a fin de estudiarlo e interpretarlo posteriormente.

También se ha optado por excluir del análisis las producciones de las asignaturas que se han ido incorporando al grupo a lo largo de los cursos y que no formaban parte del grupo del curso inicial 2016.

Tabla 1. Curso 2016-2017 nivel A1.2/A2.1: primer curso de tres

Actividad	Fecha	Objetivos
Encuesta formato en línea	03/10/2016	Primer contacto. Mapear el perfil de los sujetos participantes del estudio
Narrativa visual	12/12/2016	Observar que piensan los aprendientes acerca del aprendizaje de portugués
Texto reflexivo, semiestructurado	26/04/2017	Redactar un texto reflexivo en su propia lengua (Pavlenko, 2007). Dar a los sujetos espacio para expresar su opinión sobre lo que sienten con relación al portugués

Fuente: elaboración propia.

Tabla 2. Curso 2017-2018 nivel A2.2/B1.1: segundo curso de tres

Actividad	Fecha	Objetivos
Narrativa visual	09/10/2017	Dibujar sobre el significado de aprender portugués y las expectativas futuras

		sobre lo que es la lengua portuguesa y sus hablantes. Observar si ha habido cambios o no en relación al curso anterior
Texto reflexivo, semiestructurado	24/01/2018	Redactar un texto reflexivo sobre la relación del sujeto con la lengua portuguesa y sus hablantes. Observar si ha habido cambios o no en relación al curso anterior
<i>Focus group</i>	23/05/2018	Debatir sobre la temática del aprendizaje de portugués, exponer la opinión sobre el proceso personal de aprendizaje en comparación con el año anterior y las expectativas para el año siguiente

Fuente: elaboración propia.

Tabla 3. Curso 2018-2019 nivel B1.2/B2.1: tercer curso de tres

Actividad	Fecha	Objetivos
Narrativa visual	03/10/2018	Sobre lo que piensan los aprendientes con relación a los cambios en comparación a los años anteriores, teniendo en cuenta la lengua portuguesa y a sí mismo
Biografía lingüística	21/01/2019	Producción de una breve biografía lingüística, con base en la biografía lingüística del portfolio europeo de las lenguas: modelo acreditado nº 06.2000 (EAQUALS-ALTE), España
Entrevista individual	08/05/2019	Con los tres últimos aprendientes del estudio. Es decir, los aprendientes que han seguido en el curso desde el nivel A1 hasta el B2 (2016 -2019). Respecto sus impresiones sobre el aprendizaje del portugués y sus hablantes

Fuente: elaboración propia.

2.4 Procedimiento de recogida y análisis de datos

En cuanto a los criterios de selección de datos y análisis del discurso, la investigación se basa principalmente en los aportes de Bajtín (1982) y Vygotsky (1978, 1982), quienes proponen estudiar el lenguaje como fenómeno comunicativo relacionado con un contexto y valores de interlocución definidos por los protagonistas del diálogo. Al sugerir analizar el diálogo como una zona de co-construcción de espacios de intersubjetividad, los autores enfatizan el carácter creativo,

la mutabilidad de la comunicación dialógica, co-construida en una zona de estabilidad desigual, y su conexión con las funciones sociales del lenguaje.

La mecánica de la recopilación de datos ha sido identificar las representaciones y clasificarlas en grupos. Estos procesos están definidos por condiciones sociales y se expresan mediante representaciones. Las categorías de las representaciones fueron organizadas en grupos:

percepciones con dimensión psicolingüística - en esta categoría se ha agrupado, por un lado, las percepciones que representan a la lengua portuguesa y sus hablantes como objeto de enseñanza y aprendizaje. Por otro lado, también se forma el grupo de percepciones que representan a la lengua portuguesa como objeto afectivo, es decir, las percepciones que reflejan las emociones que la lengua genera en el aprendiente o que este siente hacia la lengua (en estas dos direcciones).

Percepciones con una dimensión sociolingüística: esta categoría incluye cuatro tipos de percepciones. La primera, de percepciones que representan la lengua portuguesa y sus hablantes como objeto cultural, es decir, la lengua reflejada en manifestaciones culturales (música, danza, gastronomía, literatura); el segundo tipo, de percepciones que representan al portugués como herramienta útil en la construcción de relaciones interpersonales, en la comunicación de los sujetos; el tercer tipo, de percepciones que reflejan el lenguaje como instrumento de empoderamiento, es decir, el "poder" que significa, para el sujeto, el hecho de dominar uno o más lenguajes frente a los demás integrantes de su entorno social; y el último tipo, de percepciones que representan el lenguaje reflejado como objeto de apropiación, es decir, percepciones que reflejan elementos de la interacción / contexto social e institucional (micro y macro) en el proceso de aprendizaje mientras los aprendientes se apropian del lenguaje y representan ello, al mismo tiempo, en la afirmación de la identidad, en comparación con sus lenguas maternas o lenguas extranjeras.

Percepciones con una dimensión pragmática: las percepciones que reflejan el uso y la funcionalidad de la lengua portuguesa, la relación del alumno con los demás hablantes de la lengua de destino, además de los aspectos pragmáticos (es decir, el uso y la relación que el alumno se mantiene con el idioma mientras lo aprende, por ejemplo, empatía o antipatía por los hablantes del idioma, etc.).

3. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Comparando el material en la base de datos, se observa la recurrencia de los siguientes factores: sonoridad, musicalidad, agradable, melodía, no muy complicada, fácil de entender, muy familiar, cercana, el hablante nativo. Existe una percepción de que existen lenguajes más importantes según los valores económicos y afectivos de cada uno. La idea central es que esta percepción, más allá de ser un aspecto formal del lenguaje, permite a los sujetos estructurar conceptos sobre la base de otros.

En todas las muestras analizadas, la lengua portuguesa se ve mucho más como un objeto afectivo y de realización personal. La mayoría de los adjetivos son positivos, quizás por la proximidad a sus lenguas maternas (castellano / catalán). Además, todos perciben las lenguas como una herramienta que puede conferir poder, más o menos importante, más capaz de comprender e intervenir en el mundo.

Las percepciones fueron agrupadas por periodo de curso (proyecto piloto y estudio longitudinal), por lo que es posible observar la frecuencia con la que han sido evocadas a lo largo de los años. En total, entre los años 2016 y 2019, se ha aislado, del análisis interpretativo de las actividades, un total de 379 representaciones asociadas a la lengua portuguesa, de las cuales 208 corresponden al proyecto piloto (2016) y 171 corresponden al estudio longitudinal (2016 - 2019). En el estudio longitudinal, 76 se refieren al primer curso de tres (2016-2017); 50 al segundo año de tres (2017-2018); y 45 son del tercer año de tres (2018-2019).

Los estudiantes eligen el portugués por todos los estereotipos y tópicos que transmiten los medios de comunicación, la familia, sus creencias, etc. Las percepciones no enfatizan toda la diversidad de los territorios de la lengua portuguesa y pueden generar prejuicios. Las percepciones de los estudiantes les dan una sensación de conocimiento, les permiten tener conocimiento sobre la cultura y el idioma, aunque si los estereotipos son solo simplificaciones sobre una nación, aun así, se refieren a un ámbito conocido. Es cierto que la mayoría de las percepciones hacen referencia a una idea favorecedora como es el hecho de asociar el lenguaje con adjetivos como festivo, alegre y divertido. Las percepciones que hacen referencia a una imagen desventajosa son la presencia de estrés, esfuerzo y lo relacionado con el aprendizaje formal, presentes en los niveles más avanzados y correspondientes a la gramática y la fonética.

Respecto a las percepciones permeadas por el legado colonial se ha seleccionado para este artículo la actividad 1 (2016-2017) del nivel A1, del estudio longitudinal: “¿Qué relación tienes con el portugués?” (cuestionario en línea). Sección 6, nombrada Mi opinión, que presentaba preguntas con respuestas de opinión y algunas afirmaciones sobre la lengua portuguesa. Esta última sección consistía en una serie de preguntas a los informantes, por último, se presentaron seis figuras y se ha pedido a los encuestados que marcaran la que mejor representase, en su opción, la lengua portuguesa. Luego se les pidió para decir el porqué de la elección (“Marca la figura que mejor representa tu idea sobre la lengua portuguesa. ¿Por qué?”). Las opciones consistían en: la primera, la representación de la bandera de Portugal; la segunda, la bandera de Brasil; la tercera, la representación de un rompecabezas (puzzle) con las banderas de los países, donde la lengua portuguesa es la oficial; la cuarta opción contaba con burbujas de diálogos con diferentes palabras en portugués y otros idiomas, tales como *olá*, *crescimento*, *amizades*, *linguagem* etc.; la quinta consistía en una figura con la pregunta: ¿hablas portugués?; y la última reflejaba una figura circular con los nombres y las banderas de los ocho países donde la lengua portuguesa es oficial. Véase figura 6.

Figura 6. Opciones de figuras para representación de la lengua portuguesa



Fuente: Captura de pantalla – cuestionario.

A partir de las respuestas de esta actividad, se ha elaborado la tabla a continuación (Tabla 4) con los motivos para la elección de las figuras representativas de la lengua portuguesa. En la primera columna, a la izquierda, se encuentran los seudónimos de los informantes; en la segunda columna, la opción que éste ha elegido, seguida de la tercera columna, con la respuesta del motivo de la elección y la cuarta columna, con un análisis interpretativo de la respuesta que se la ha dado.

Tabla 4. Motivos para la elección de figuras representativas de la lengua portuguesa

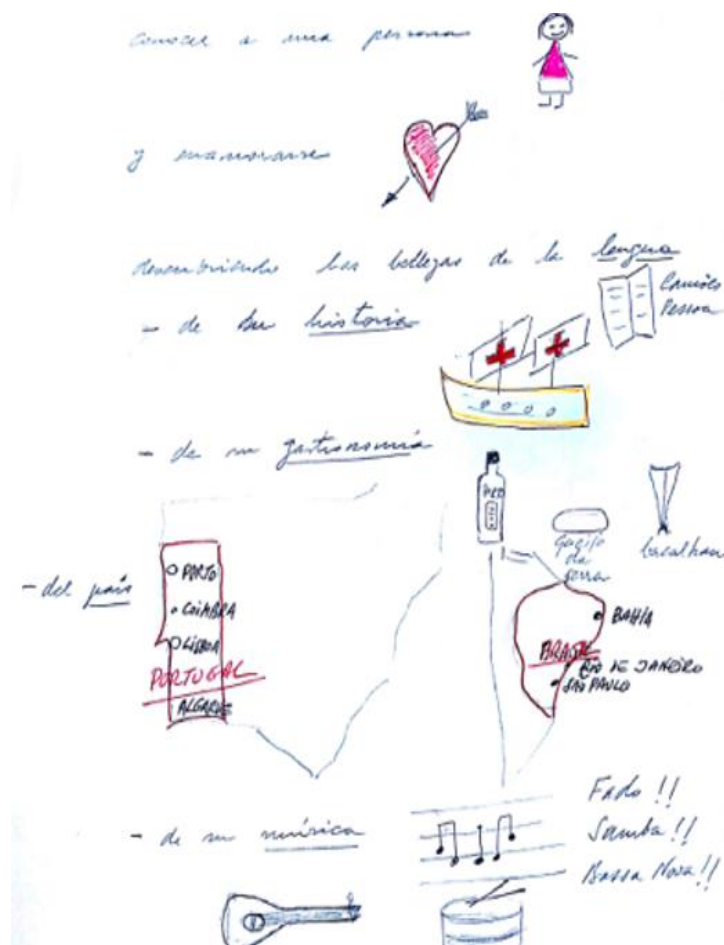
Seudónimo	Opción	Respuesta con el motivo de la elección	Análisis interpretativo
Remei	1	<i>Porque relaciono el idioma a la bandera</i>	Remei asocia la lengua portuguesa a una nación, específicamente a la bandera de una nación – en este caso, la de Portugal. Se entiende que su justificación se basa en sus creencias, pero no se ha podido identificarlas.
Susi	2	<i>Tengo familia en Brasil. Creo que es más fácil hacer esta relación</i>	La informante Susi hace una elección desde el punto de vista afectivo, ya que tiene familia en Brasil. Por ello, al asocia el idioma a la nación con que tiene vínculos afectivos.
Pedro	1	<i>Para mí el portugués es Portugal</i>	Pedro justifica su elección a partir de sus creencias. Asocia el idioma a una nación y así lo declara; sin embargo, no profundiza su justificativa.
Carmen	1	<i>Fueron los primeros</i>	Carmen evoca, a partir de su justificación, la temática histórica-lingüística y posiblemente hace referencia al hecho de tras la

			independencia de Portugal en el siglo XII; el idioma se fue expandiendo a otros territorios por los límites del actual Portugal. Se interpreta la expresión de la informante, “fueron los primeros”, como que los portugueses fueron los primeros <i>en hablar</i> el portugués antes de otros territorios.
Olga	1	<i>Identificativo</i>	La respuesta de Olga parece ambigua; es una respuesta desde el punto de vista de las creencias del sujeto, pero no se puede afirmar con qué, exactamente, ella se lo identifica (por ejemplo, la bandera de Portugal con el idioma).
Arantxa	1	<i>Porque el nombre es portugués</i>	Arantxa asocia el nombre del país al idioma y, consecuentemente, a la nación. La asociación que hace parece lógica si se piensa que gran parte de los nombres de los idiomas provienen de los países – por ejemplo, el francés en Francia, el italiano en Italia, el ruso en Rusia, el chino en China, el alemán en Alemania etc. La informante solo menciona dos de las variantes lingüísticas del portugués y, además, homogeniza las variantes internas, como si hubiera un único portugués, asociando la lengua a una nación.
Marc	1	<i>Está más cerca de nuestro país</i>	La justificación de Marc se da a partir de la asociación geográfica, es decir, el sujeto parte de la idea de proximidad de su país de origen con Portugal para justificar que la bandera de Portugal es la que, en su opinión, mejor representa la lengua portuguesa.

Fuente: elaboración propia del autor

Se pueden encontrar más ejemplificaciones de las percepciones de los estudiantes en la actividad 1 (2017-2018) nivel A2: “¿Qué significa para ti aprender portugués?” (texto acompañamiento de la narrativa visual del informante Pedro) a continuación.

Figura 7. Narrativa visual del informante Pedro



Fuente: Captura de pantalla – Narrativa visual.

En un análisis interpretativo de la Actividad 1 (2017-2018) nivel A2: “¿Qué significa para ti aprender portugués?” (texto acompañamiento de la narrativa visual), la narrativa visual de Pedro presenta elementos de afectividad, en su caso a Portugal y a Brasil. En ella, se aprecia un corazón atravesado por una flecha, elementos musicales y de manifestación cultural de la época colonial e histórica. De acuerdo con Pedro, aprender portugués es “como conocer a una persona y enamorarse, descubrir las bellezas de la lengua”, “de su historia y gastronomía”, del país, “de su música”. En el texto que acompaña su narrativa visual declara que, para él, aprender portugués es como “conocer a una persona y enamorarse de ella, descubriendo las bellezas de la lengua (hace referencia a los autores portugueses Camões y Fernando Pessoa), de su historia, de su gastronomía, del país (Oporto, Coimbra, Lisboa, Portugal, Algarve, de un lado, y del otro Bahia, Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo), de su música (Fado, Samba, Bossa Nova). Las percepciones son estereotipadas y reflejan un ambiente sociocultural, con elementos de connotación positiva en relación al portugués. Pese a que las percepciones de Pedro sean estereotipadas y de connotación positiva, remiten al legado colonial portugués. Además, hacen referencia a la gastronomía (bacalao, vino y queso), y a cuestiones históricas representadas por los barcos que han salido en el siglo XV de Portugal en dirección al territorio que hoy es llamado de brasileño.

Véase otro ejemplo de Pedro en la actividad 3 (2018-2019) nivel B1: “¿Cuál es tu relación y cómo te sientes con el portugués?” (entrevista individual):

[...] no veo el portugués como una lengua de referencia como es el inglés o mismo el alemán y francés por el hecho de no ser una lengua diferenciada a la hora de hacer negocios pero su relevancia ha sido incrementada después del crecimiento económico de Brasil del 2012 y el actual despunte de Portugal en el mercado laboral europeo.

Sobre la valoración del portugués y otros idiomas, respecto a la jerarquía de las lenguas, parece ser que el texto de Pedro (formulado por ocasión de una actividad 3 del estudio longitudinal) es el que mejor representa el prestigio de las lenguas. Para él, el inglés tiene un puesto principal en el rol de las lenguas de prestigio en el mundo, valorándose como lengua universal, útil para la comunicación global e importante para el desarrollo económico y social. El inglés probablemente sea uno de los idiomas universales para las actividades laborales y científicas. Además, si se concibe que la mayor parte de las relaciones comerciales entre los países actualmente se dan en esa lengua, que ella se aplica para el contacto con grupos de otros países, que las distintas páginas web suelen estar en inglés, entre otros posibles ejemplos.

Pensando a partir de una mirada del plurilingüismo y de la enseñanza de una lengua portuguesa global, en contra al paradigma monolingüe y colonial, es importante entender el rol de la enseñanza de lenguas, de manera general, para fomentar la diversidad lingüística de una manera no colonial, pensando el portugués más allá de Portugal, el francés más allá de Francia, el español más allá de España, el inglés más allá de Inglaterra, que sigue haciendo parte del imaginario de las personas y jerarquizando lenguas/culturas/identidades.

3.1 Tendencia de las percepciones del PLA en el estudio

La numeración de las tendencias de las percepciones sigue el orden en el que han surgido en el análisis de datos (grado de frecuencia, aparición en el tiempo, etc.).

Primera tendencia: las percepciones asociadas al modelo de hablante nativo a seguir se mantienen durante todo el proceso de aprendizaje del portugués.

Segunda tendencia: el inglés sigue siendo el idioma de la comunicación internacional y es más importante que el portugués, según su valor pragmático.

Tercera tendencia: se mantiene la importancia de la inmersión lingüística para un aprendizaje eficaz.

Cuarta tendencia: se amplía el núcleo de percepciones que asocian solo el portugués hablado en Brasil y en Portugal - los estudiantes comienzan a representar las otras variedades lingüísticas y culturales en sus discursos.

Quinta tendencia: la facilidad inicial para aprender portugués, en comparación con las lenguas maternas, se ve desestabilizada por las dificultades de aprendizaje gramatical y fonética.

Se ha notado que los estudiantes han construido percepciones (en gran medida positivas) sobre el idioma portugués y sus hablantes que han cambiado poco durante y después el proceso de aprendizaje. En otras palabras, se sugiere que estos sujetos mantuvieron sus percepciones previamente construidas antes de las clases, y que las clases de portugués han reforzado estas percepciones. Es posible afirmar, por tanto, que el cambio de percepciones es un proceso complejo, como indica Pereira (2002), porque requiere: i) un esfuerzo consciente por parte de quien lo construye; ii) contacto con sujetos de otras culturas; iii) conocimiento de las características de los miembros de la cultura con la que se relacionarán; iv) contacto particular con los miembros reales del grupo estereotipado; y iv) cambio de identidad cultural.

El cambio de las percepciones es resistente, es decir, estas representaciones son resistentes al cambio, a pesar de que ha habido cierta evolución en su núcleo, principalmente debido a que las representaciones estereotipadas son compartidas por la sociedad a la que pertenecen los estudiantes.

CONSIDERACIONES FINALES

Se concluye el artículo pensando el porqué de un estudio centrado en las percepciones de los estudiantes. En primer lugar, porque el origen del estudio se ubica en la necesidad, por parte de la autora, de estudiar una cuestión planteada en el ejercicio de la docencia como profesora de idiomas. Por ello, el estudio aquí presentado encuentra su génesis en la realidad de las aulas y en una situación didáctica real y demarcada: la enseñanza de una lengua extranjera románica a un público adulto y plurilingüe (con un repertorio lingüístico de base románica) en una ciudad multilingüe y multicultural como Barcelona. La base empírica y personal de la problemática que ha motivado el estudio lo inscribe en una dimensión práctica y legítima a la vez. En este sentido, se puede considerar de socio-didáctica, el objetivo de este artículo ha sido el de averiguar las implicaciones didácticas de las percepciones de los estudiantes sobre la lengua meta en el proceso del aprendizaje del idioma. Dicho lo anterior y a fin de generar las conclusiones necesarias para una mejor comprensión de lo que se pretende reflexionar, en las líneas subsecuentes, se dan respuestas a las preguntas del artículo.

En respuesta a la primera pregunta (¿Qué percepciones asocian los estudiantes a la lengua portuguesa a lo largo de su proceso de aprendizaje?) se expone, respecto al uso y sus hablantes, las percepciones de los estudiantes retratan hablantes amables y una lengua fácil de aprender por proximidad a las lenguas iniciales. Las percepciones que han surgido tanto en el proyecto piloto como en el estudio longitudinal indican gran similitud entre los proyectos pese a los años transcurridos entre ellos. Se ha observado que los aprendientes coinciden en lo que hace referencia a la percepción del portugués desde la perspectiva afectiva de manera positiva, y a la cognitiva haciendo referencia a la percepción fonética, representada por los sustantivos sonoridad, ritmo,

entonación, pronunciación. También en ambos casos el estudio del portugués se debe a la proximidad con sus lenguas maternas del sujeto y por el placer y la curiosidad de aprender un nuevo idioma y cultura.

En respuesta a la segunda pregunta ¿En qué medida estas percepciones se muestran permeadas por ideas del legado colonial y, llegado el caso, facilitan o dificultan dicho aprendizaje?), se observa que las representaciones aisladas indican que ellas han sido el principal elemento motivador para aprender portugués. Desde esta perspectiva, las percepciones han jugado un papel importante, tanto porque fueron el medio a través del cual se generó la motivación, como porque pudieron ser un elemento de desmotivación o rechazo al aprendizaje. Sin embargo, las mismas percepciones, por su vez colonizadas, son obstáculos para la comunicación intercultural, como un uso abusivo de estereotipos y prejuicios, que repercuten en relaciones asimétricas basadas en la discriminación. También el hecho de que todas las culturas tienden a ser etnocéntricas. Tomando por base los presupuestos teóricos de Catherine Walsh (2010, p.46), en que “la interculturalidad entendida críticamente aún no existe, o sea, es algo por construir, es un designio y una propuesta de sociedad, como proyecto político, social, epistémico y ético dirigido a la transformación estructural y sociohistórica.” En este sentido, la enseñanza de PLA puede fomentar ese proyecto y ponerlo en práctica, aunque el etnocentrismo sea un hecho.

Con base en las aportaciones de los hallazgos del estudio, los datos sugieren que las percepciones de cada uno de los sujetos que componen este estudio conviven en el ámbito social y gobiernan, de cierta forma, el ritmo con el que se desarrollan las relaciones interpersonales. En general, las clases no hicieron más que reforzar percepciones ya preexistentes. Por ejemplo: los sujetos llegaron a clase con la idealización de un modelo de hablante de portugués a seguir como objetivo, es decir, conceptualizan un hablante ideal, basado en la idea del monolenguaje, que cuente con todas las características deseables y que responda a sus propias expectativas a partir de la imagen de cuál, para él, debe ser el hablante nativo ideal; sin embargo, cuando está en el aula, no percibe a sus compañeros ni sus vivencias con base en el ideal, sino más bien muy por debajo, lo que produce un distanciamiento entre la motivación inicial de su práctica de aprendizaje y la realidad del aula en la que se encuentra, y que casi siempre no se corresponde con sus expectativas.

Este tipo de estudio se hace aún más conscientes de la complejidad que implica orientar el proceso de enseñanza-aprendizaje de los aprendientes plurilingües de portugués como lengua adicional desde un enfoque intercultural, ya que, en este proceso, intervienen actitudes, habilidades, destrezas y una ineludible necesidad de desarrollar una conciencia crítica. Es importante investigar, en el pensamiento, las percepciones y las actitudes de los estudiantes en relación con el componente cultural para comprender cómo se interiorizan los conceptos teóricos y así mejorar la enseñanza y el aprendizaje.

Dicho todo lo anterior, se observa que los aprendientes poco han modificado las percepciones construidas sobre la lengua portuguesa, lo que comprueba que el cambio de las

representaciones es un proceso complejo y resistente y eso demuestra la importancia del contexto social en que estos aprendientes viven y sus percepciones sobre las lenguas y culturas que están estudiando.

A pesar de las limitaciones que presenta todo estudio, se ha considerado que el resultado final no resta valor a la contribución de este estudio en el campo específico de las percepciones del portugués en el marco de la enseñanza de la didáctica de las lenguas extranjeras, que desde la perspectiva, se cree que pueden contribuir positivamente al desarrollo y mejora de la praxis en el campo de la enseñanza y el aprendizaje de lenguas.

REFERENCIAS

- BAJTÍN, M. J. **La estética de creación verbal**. México: Siglo XXI, 1982.
- BEARE, K. Teaching English to absolute and false beginners. **ThoughtCo**, 27 dic. 2020, 2016. Recuperado de: http://esl.about.com/od/esleffteachingtechnique/a/t_afbeginners.htm.
- BOLÍVAR BOTÍA, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa en educación: Enfoque y metodología**. Madrid: La Muralla, 2001.
- CAMBRA, M. **Une approche ethnographique de la classe de langue**. París: Didier, 2003. (Collection L.A.L.)
- CARRASCO PEREA, E. Introduction. *In*: CARRASCO PEREA, E. (coord.). **Intercomprensión(s): repères, interrogations et perspectives**. Synergies Europe, 2010. V. 5, p. 7–12. Disponible en: <http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Europe5/introduction.pdf>
- ENGESTRÖM, Y. Activity theory and individual and social transformation. En ENGESTRÖM, Y.; MIETTINEN, R.; PUNAMÄKI, R. **Perspectives on activity theory**. Nueva York: Cambridge University Press, 1999a. p. 19-38.
- ENGESTRÖM, Y. Expansive visibilization of work: an activity theoretical perspective. En **Computer Supported Cooperative Work**, 1999b. p.63-93, v. 8.
- HELGESEN, M. False beginners: activating language for accuracy and fluency. **The Language Teacher**, v. 11, n. 14, p. 23-29, 1987.
- JIN, L.; CORTAZZI, M. La cultura que aporta el alumno: ¿puente u obstáculo? En BYRAM M.; FLEMING, M. **Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas**. Enfoques a través del teatro y la etnografía. Madrid: Cambridge University Press, 2001. p. 104-125.
- JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *In*: MOSCOVICI, S. **Psicología social II**. Barcelona: Paidós, 1984. p.469-493.
- KALAJA, P. A review of five studies on learner beliefs about Second Language Learning and Teaching: Exploring the possibilities of narratives. *In*: JAKONEN, T.; JALKANEN, J.; PAAKKINEN, T.; SUNI, M. (ed.). **Kielen oppimisen virtauksia**. Flows of language learning. Jyväskylä: AFinLA, 2015. p. 21-38.
- KALAJA, P. Student teachers' beliefs about L1 and L2 discursively constructed: A longitudinal study of interpretative repertoires. En KALAJA, P.; BARCELOS, A. M. F.; ARO, M.; RUOHOTIE-LYHTY, M. (ed.). **Beliefs, agency and identity in foreign language learning and teaching**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 97-123.
- KALAJA, P.; DUFVA, H.; ALANEN, R. Experimenting with visual narratives. En BARKHUIZEN, A. G. (ed.). **Narratives in Applied Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1-26.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les Interactions Verbales**, 1. París: Armand Colin, 1990.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les Interactions Verbales**, 2. París: Armand Colin, 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Analyse du discours en interaction**. París: Armand Collin, 2005.
- LURIA, A. R. **Higher cognitive functions in man**. Nueva York: Plenum Press, 1980.
- MARTÍN PERIS, E. Características de una programación comunicativa y su repercusión en el aula. *In: Jornadas Internacionales de Didáctica de ELE*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1987. p. 39-58.
- MARTÍN PERIS, E. La enseñanza de idiomas modernos: de los contenidos a los procesos. En **Cable**, 1988. p. 16-21, v. 1.
- MARTÍN PERIS, E. El perfil del profesor de español como lengua extranjera: necesidades y tendencias. *In: MIQUEL, L.; SANS, N. (coord.). Didáctica de E/LE 1*. Actas del Congreso Expolingua. Madrid: Fundación Actilibre, 1993. p. 167-180
- MARTÍN PERIS, E. El profesor de lenguas: papel y funciones. *In: MENDOZA FILLOLA, A. (ed.). Conceptos clave en didáctica de la lengua y la literatura*. Barcelona: SEDLL/ICE/HORSORI, p. 87-100. 1998.
- MARTÍN PERIS, E. ¿Qué significa trabajar en clase con tareas comunicativas? En **RedELE**, 2004. Recuperado de: <http://www.sgci.mec.es/redele/revista/martin.htm>.
- MARTÍN PERIS, E. *et al.* (2002). **Diccionario de términos clave de ELE**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes.
- PAVLENKO, A. Autobiographic Narratives as Data in Applied Linguistics. **Applied Linguistics**, v. 2, n. 28, p.163-188, 2007.
- PEATY, D. False beginners: who are they and what to do with them. **The Language Teacher**, v. 11, n. 14, p. 4-5, 1987.
- PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereotipos**. São Paulo: E P. U., 2002.
- PÉREZ SERRANO, G. Investigación cualitativa. Retos e interrogantes. I. Métodos. Madrid: Editorial La Muralla, 1994.
- SWAN, M. False beginners. *In: JOHNSON, K.; MORROW, K. (ed.). Communication in the classroom*. London: Longman, 1981.
- VICENTE DA SILVA MATOS, D. C.; RODRIGUES BOTELHO, G. “Isso vai dar samba: a perspectiva afro-gênica e decolonial pela linguística aplicada”. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 120–137, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v20i3.28457>
- VYGOTSKY, L. S. **Mind in society: The development of higher psychological processes**. Cambridge: Mass Harvard University Press, 1978.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamiento y Lenguaje**. En Obras escogidas II. Moscú: Editorial Pedagógica, 1982.
- WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala, 2010.
- WERTSCH, J. **Voices of the mind: A Sociocultural approach to mediated action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Danielli Neves Matias Santos

Licenciada en Filología Portuguesa y Española por la Universidad Federal Fluminense de Brasil. Doctorado con calificación Sobresaliente "Cum Laude" en el área de adquisición y aprendizaje de segundas lenguas en el programa de Didáctica de las Ciencias, Lenguas, Artes y Humanidades de la Universidad de Barcelona. Desarrollando actualmente una investigación postdoctoral sobre las representaciones del portugués con estudiantes alemanes en la universidad de Colonia (Alemania). E-mail: dani.neves78@gmail.com

Doris Cristina Vicente da Silva Matos

Profesora Asociada del Departamento de Lenguas Extranjeras (DLES/UFS) y del Programa de Posgrado en Idiomas (PPGL/UFS). Doctorado en Lengua y Cultura por la Universidad Federal de Bahía, Magíster en Letras (Lingüística Aplicada a la Enseñanza/Aprendizaje del Español LE) por la Universidad Federal Fluminense, Especialización en Lengua Española Instrumental para la Lectura por la Universidad del Estado de Río de Janeiro. y Licenciada en Letras (Portugués/Español) por la Universidad Federal Fluminense. Correo electrónico: doris@academico.ufs.br

Modos de organização do discurso na publicidade: análise da campanha #Avontáon

Modes of discourse organization in advertising: analysis of the #Avontáon campaign

Formas de organizar el discurso en la publicidad: análisis de la campaña #Avontáon

RESUMO

O artigo objetiva aplicar os Modos de Organização do Discurso, de Patrick Charaudeau (2019), à campanha publicitária #AvonTáOn (2021). Foi constatada a presença de um narrador descritor, que revela o reposicionamento da Avon. Nota-se nos vídeos que a Avon instaura um comportamento alocutivo a quem assiste aos vídeos e aos personagens que encenam a situação de comunicação. A análise dos modos foi relevante para compreender como ocorre o entrecruzamento entre os estratos imagético e sonoro no estudo de imagens em movimento, além de promoverem considerações sobre o discurso da Avon relacionadas à contemporaneidade.

Palavras-chave: modos de organização do discurso; Avon; campanha publicitária.



Recebido em: 9 de junho de 2022
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.43564

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Suéllen Stéfani Felício Lourenço

suellen.lourenco@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0003-2333-0590>

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Mariana Ramalho Procópio Xavier

mariana.procopio@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0001-9661-5883>

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Ana Carolina Gonçalves Reis

carolinareis@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The article aims to apply Patrick Charaudeau's (2019) Modes of Discourse Organization to the advertising campaign #AvonTáOn (2021). The presence of a descriptor narrator was found, which reveals Avon's repositioning. It is noted in the videos that Avon introduces an allocutive behavior to those who watch the videos and the characters that stage the communication situation. The analysis of modes was relevant to understand how the intersection between the imagery and sound strata occurs in the study of moving images, in addition to promoting considerations about Avon's discourse related to contemporaneity.

Keywords: modes of discourse organization; Avon; advertising campaign.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo aplicar los Modos de Organización del Discurso de Patrick Charaudeau (2019) a la campaña publicitaria #AvonTáOn (2021). Se encontró la presencia de un narrador descriptor, lo que revela el reposicionamiento de Avon. Se nota en los videos que Avon introduce un comportamiento alocutivo a quienes miran los videos y los personajes que escenifican la situación comunicativa. El análisis de los modos fue relevante para comprender cómo ocurre la intersección entre los estratos imaginario y sonoro en el estudio de las imágenes en movimiento, además promover consideraciones sobre el discurso de Avon relacionado con la contemporaneidad.

Palabras clave: modos de organización del habla; Avon; campaña publicitaria.

Como citar:

LOURENÇO, Suellen Stéfani Felício; XAVIER, Mariana Ramalho Procópio; REIS, Ana Carolina Gonçalves. Modos de organização do discurso na publicidade: análise da campanha #Avontáon. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 63-83, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.43564. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

A publicidade não é apenas um objeto com fins mercadológicos, mas um objeto de significações do mundo, sendo que, além da venda, ela faz uma apresentação de mundos possíveis, com valores e crenças, estimulando sugestões de hábitos, gostos e comportamentos que podem levar o consumidor a satisfações imaginárias e, depois, à aquisição de um dado produto (REZENDE, 2006). Em vista disso, Monnerat (2013) assinala que a publicidade possui uma linguagem que se configura em um processo de significação do mundo, impondo imaginários coletivos e constituindo-se como uma entidade mediadora do processo de socialização, o que reflete na construção da identidade social. Ainda, o discurso publicitário é um tipo de discurso híbrido que frequentemente se apoia no binômio de texto verbal/não verbal. Assim como o texto verbal, a imagem também é um elemento de transmissão de mensagens.

Sendo assim, a estrutura da mensagem publicitária é construída sobre uma argumentação icônico-linguística, sendo que tanto a mensagem icônica faz parte do texto quanto a distribuição gráfica das palavras faz parte do icônico. No caso da publicidade audiovisual, pode ainda haver uma dimensão sonora, que não necessariamente é uma música com letra, mas que é marcada pelo aspecto não verbal, constituindo apenas efeitos sonoros. Levando em conta que os vídeos constituem um artefato multimodal no *corpus* investigado, a centralidade baseada nos aspectos imagéticos parte da premissa da relevância que esse componente tem-se apresentado para os estudos discursivos. Na contemporaneidade, conforme dito por Mendes (2013), a imagem passou a se tornar, devido às novas tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas, uma constante em estudos com gêneros discursivos.

No contexto do discurso publicitário e tendo em vista o objetivo de aplicar os Modos de Organização do Discurso (MOD's) de Patrick Charaudeau (2019) aos componentes verbal e não verbal para este tipo de discurso o objeto de investigação do estudo é a campanha publicitária #AvonTáOn. A Avon está inserida em uma área que movimenta milhões em lucros relacionados aos cuidados com a beleza, em especial, no contexto brasileiro. Em seus valores corporativos, a Avon apresenta como propósito a promoção de visibilidade para as mulheres, assumindo um compromisso público de ser referência na articulação da sociedade para o empoderamento feminino. A campanha brasileira #AvonTáOn nasce de um termo popularmente conhecido no contexto das mídias digitais da atualidade para evocar a ideia de que a marca está atenta a questões contemporâneas.

O termo, somado ao tom leve e descontraído que caracteriza a empresa em seu novo momento, inclusive, sublinha uma parceria inédita dessa indústria de maquiagem com o programa

de televisão *Big Brother Brasil (BBB)*¹, na edição 21, conhecida por trazer debates raciais ao público (assim como a edição 20). Por este motivo, justifica-se a escolha deste objeto: uma campanha atual, bastante popular (foi amplamente divulgada pela TV Globo durante o *reality*) e, sobretudo, que trata de questões sociais, como o debate racial, por exemplo. Produzida pela agência publicitária Wunderman Thompson, foi lançada no *BBB 21* no dia 25 de janeiro de 2021, na estreia do programa, com o objetivo de apresentar o reposicionamento da marca. Nos vídeos constam uma narração que ocorre em um formato de uma música pertencente, ao que se pode depreender, correlacionando-a a algumas outras no contexto sociocultural brasileiro, ao gênero musical *funk*.

Seus vídeos estão disponíveis no canal oficial da Avon no YouTube, página por meio da qual foi realizado o acesso para este estudo. Para a análise proposta, elencou-se quatro dos seis vídeos (o primeiro está repetido e o quinto é um compilado de todos) da campanha. Cumpre esclarecer que cada vídeo possui um tempo total de 30 segundos². Todos eles são compostos por uma narração, que é realizada em interface com uma trilha sonora, e trazem uma performance de celebridades e de figuras anônimas no uso dos produtos da marca (sendo no total dezesseis personagens). No momento da realização das análises notou-se que o quinto vídeo é uma repetição de imagens anteriores, compondo uma espécie de fechamento da campanha. Por tal razão, este vídeo não foi selecionado para fins de análise, por não fornecer novidades. A fim de caracterizar a pesquisa, pode-se dizer que possui uma abordagem qualitativa, dado que procura compreender fenômenos que correspondem aos aspectos de natureza social, mediante interpretação (FONTELLES, 2009). É importante reforçar que foram considerados os aspectos verbais, sonoros e visuais para proceder à análise do objeto de estudo em questão. Considerando que a campanha publicitária é constituída por um discurso verboimagético, os princípios que permeiam os (MOD's) ajudaram a pensar nas categorias verbais (texto escrito e a trilha sonora em forma de narração) e nas técnicas da materialidade linguageira.

1. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Os modos de organização do discurso (MOD's) constituem os princípios de organização da matéria linguística e dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar e argumentar. Tendo isso em vista, em função da finalidade comunicativa, as categorias de

¹ O *reality show* foi criado por John de Mol Jr., na Holanda, em 1999. No Brasil, o programa teve sua estreia em 2002, na TV Globo, e sua estrutura foi inspirada no livro 1984, de George Orwell, que enfoca sua narrativa em uma cidade na qual todos são vigiados 24 horas por dia – da mesma forma ocorre no programa. Este tem por objetivo observar o comportamento das pessoas confinadas, que devem também realizar algumas provas, e, sobretudo, seguir normas específicas. Disponível em: < <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2021/01/a-verdade-sobre-o-big-brother-brasil-que-ninguem-vai-te-contar>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

² Vídeo 1 – Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=f1wg_mcPlvk>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.
Vídeo 2 – Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=A2-O3xidBkc>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.
Vídeo 3 – Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=aTVx5Kq81_c>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.
Vídeo 4 – Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=XnLte1Lba1M>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

língua podem ser agrupadas em quatro MOD's: O Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo, conforme explica Charaudeau (2019).

O modo de organização enunciativo está relacionado à posição do locutor sobre o interlocutor, isto é, em relação a si mesmo e aos outros, resultando na construção de um aparelho enunciativo. Ainda, apresenta três funções: alocutiva, elocutiva, delocutiva. Na função alocutiva o sujeito falante se insere em uma posição de superioridade, impondo ao interlocutor a realização de determinada ação por meio do estabelecimento de uma relação de força, como ocorre nas ações solicitadas pelo locutor que indicam injunção e interpelação, como exemplos. Na função elocutiva, a seu turno, o sujeito falante manifesta o seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja envolvido nesse processo de tomada de decisão. Sendo assim, a enunciação aqui tem como objetivo revelar um ponto de vista interno do sujeito falante, de maneira que o propósito referencial é situado no universo do locutor. Por fim, na função delocutiva é retomada a fala de um terceiro. O sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor. Neste caso, aparentemente há uma enunciação objetiva, sem ter a emissão subjetiva do locutor, que faz uma retomada do ponto de vista externo, de propósitos e de textos que não pertencem ao sujeito falante.

O modo de organização narrativo organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, sendo marcado por uma lógica de princípio e fim (fechamento), o que possibilita o encadeamento de uma sucessão das ações e dos eventos nos quais os seres estão implicados (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020). Conforme aponta Charaudeau (2019), este modo se caracteriza por uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa e a organização da encenação narrativa. Esta refere-se à realização de uma representação narrativa, daquilo que faz com que a história e sua organização acional tornem-se um universo narrado; aquela, por sua vez, diz respeito à construção de uma sucessão de ações que seguem uma lógica acional, a qual constitui a trama de uma história de maneira restrita. Ressalta-se que, para que haja narrativa, é necessário ter um contador que possui uma intencionalidade, ou seja, alguém que queira transmitir algo, baseado em sua experiência do mundo, a um destinatário. Na lógica narrativa temos três componentes: os actantes, que desempenham seus papéis baseados nas ações de que são dependentes; os processos, que unem os actantes entre si; e as sequências, que integram os processos e os actantes em uma finalidade narrativa segundo princípios de organização (NOVAIS, 2015).

Cabe ressaltar que estes componentes estão relacionados entre si. Os actantes narrativos de base são actantes humanos, sendo que, de uma parte, há um actante que age e, de outra, há um actante que sofre a ação. No que se refere aos processos narrativos, estes podem ser considerados como a semantização das ações em relação à sua função narrativa, atrelada aos papéis narrativos dos actantes. Para Charaudeau (2019) o processo é uma unidade de ação que, ao estabelecer relação com outras ações, se transforma em uma função narrativa. Já com relação às sequências, cumpre dizer que a narrativa só tem sentido se relacionada a um encadeamento de acontecimentos dirigidos a um fim, de modo que, logo, os acontecimentos são definidos conforme

um princípio de intencionalidade (ou motivação). As ações, dessa forma, reagrupam-se em sequências, que se ordenam de acordo com um princípio de encadeamento. A sucessão de acontecimentos, por fim, ocorre em um enquadramento espaço-temporal, segundo o princípio de localização (CHARAUDEAU, 2019; NOVAIS, 2015).

Em se tratando de procedimentos ligados à cronologia, é preciso dizer que eles obedecem a um princípio de encadeamento e consistem em agir sobre a ordem e as relações de causalidade das sequências entre si. Esse procedimento, assim, refere-se à escolha da ordem na qual a sucessão de acontecimentos é narrada (FONSECA, 2021). Há quatro tipos de cronologia. Na primeira, cronologia contínua em progressão, as ações e sequências narrativas são dependentes de um mesmo actante e se desenrolam de maneira progressiva em uma relação de causa e consequência sem interrupção. Na segunda, cronologia contínua em inversão, as ações correspondem ao resultado de uma sequência narrativa e são apresentadas no início de um relato, de modo que a continuação desse se desenvolve retornando à cadeia de causas que levaram a tal resultado. Na terceira, a cronologia descontínua em experiência, uma sequência narrativa é interrompida em seu desenrolar para dar lugar a uma descrição encaixada na precedente, produzindo um efeito de expectativa, de suspense. Por último, na cronologia descontínua em alternância uma sequência narrativa é interrompida em seu desenrolar por uma outra sequência narrativa que se desenvolve paralelamente à precedente com um agente diferente da anterior (ASSUNÇÃO E ALVES, 2014; CHARAUDEAU, 2019).

No que diz respeito aos procedimentos ligados ao ritmo, é importante mencionar que eles obedecem ao princípio de encadeamento, em que a sucessão das consequências e ações se desenrola ora rapidamente, ora lentamente, ora de forma condensada, ora de forma alongada. Com relação aos procedimentos ligados à localização espaço-temporal, cabe dizer que eles dependem do princípio de localização concernente à situação no tempo, em que a oposição de ações situadas no passado/presente produz efeitos de narrativa. Nos procedimentos ligados à localização no espaço, em que se constroem oposições entre ações localizadas em um espaço fechado/aberto, as ações se manifestam em uma fixação no espaço e produzem efeitos de cena, de clima, de atmosfera.

O modo de organização descritivo é o que apresenta o mundo como tal, de maneira imutável. Descrever, portanto, consiste em nomear seres, localizá-los e atribuir-lhes qualidades, identificando-os através de classificações, sem necessariamente estabelecer uma relação de causalidade. Esse modo conta com três tipos de componentes, que são, ao mesmo tempo, inseparáveis e autônomos: nomear, localizar-situar e qualificar. O processo de nomear consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los em função de sua semelhança ou diferença. De acordo com Charaudeau (2019), essa identificação é limitada pela própria situação de comunicação em que se inscreve, caracterizando-se como subjetiva, tendo em vista a decisão do sujeito descritor.

De forma resumida, o componente nomear faz com que um “ser seja”, suscitando procedimentos de identificação. O componente localizar-situar, por sua vez, consiste em determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo, atribuindo-lhe características na medida em que ele depende, para a sua existência, para a sua função, ou seja, para a sua razão de ser, da posição entre espaço-tempo. Segundo Charaudeau (2019), esse componente diz respeito a um recorte objetivo do mundo, contudo, não se pode perder de vista que esse recorte caracteriza a visão que um grupo cultural projeta sobre esse mundo. O componente qualificar, por fim, consiste em construir classes e subclasses de seres, atribuindo um sentido particular a estes. Nesse sentido, a qualificação está relacionada ao olhar que o sujeito lança sobre os seres e sobre o mundo, o que demarca, então, sua subjetividade. Desse modo, qualificar é uma atividade em que o sujeito falante manifesta seu imaginário, individual e/ou coletivo, da construção e da apropriação do mundo. Portanto, o modo descritivo, em sua essência, constrói uma imagem atemporal do mundo e se expande para fora do tempo; fixa lugares (localização), épocas (situação), maneiras de ser e de fazer das pessoas, além de evidenciar características dos objetos.

O modo de organização argumentativo é referente ao processo intersubjetivo que envolve um sujeito que desenvolve uma proposição e outro que é alvo dessa proposição. Por meio deste modo é possível organizar, numa visada racionalizante, os argumentos para influenciar o interlocutor e as relações de causalidade que se instauram entre eles, com auxílio de vários procedimentos que incidem sobre o encadeamento e sobre o valor dos argumentos. Portanto, estabelece-se uma relação triangular no modo de organização argumentativo, constituída por um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo.

Cabe enfatizar que a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos, até porque o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se no que está implícito, como é o caso dos *slogans* publicitários, que aparentemente não são argumentativos, mas em sua construção implícita há a presença deste modo, de acordo com Charaudeau (2019). Segundo o semiolinguista, para haver argumentação é preciso existir um sujeito que lança mão de uma proposta de mundo que provoque um questionamento. Deve haver, ainda, um outro sujeito, que é alvo dessa argumentação: aquele a quem o sujeito que argumenta se dirige no objetivo de que compartilhem a mesma verdade. Esse sujeito alvo pode aceitar ou refutar a argumentação.

Desse modo, constitui-se uma relação triangular em que temos um sujeito argumentante e um sujeito-alvo, os quais interagem com base em uma proposta sobre o mundo (terceiro elemento da tríade). O sujeito argumentante se vale de um engajamento e busca uma influência que está relacionada à persuasão, no intento de levar o destinatário a se identificar com ele, no que se refere ao universo de discurso em que estão inseridos. Por isso, conforme Charaudeau (2019) menciona, alguns procedimentos são utilizados para a validade da argumentação, dentre eles, pode-se destacar os semânticos. Estes estão relacionados a argumentos que se fundamentam em um

consenso social. Parte-se do entendimento que os membros de dada comunidade compartilham valores, conhecidos como domínios de avaliação, no qual se inserem os domínios de verdade, do estético, do ético, do hedônico e do pragmático. Vale destacar que o domínio do hedônico é muito utilizado pela publicidade, pois define uma determinada proposição em termos de “agradável” ou “desagradável”, concernente ao âmbito dos sentidos que suscitam prazer em relação aos projetos e às ações humanas. Esse prazer é revelado pela satisfação de um desejo no mesmo instante de sua realização, o que ocorre de maneira frequente em campanhas publicitárias que buscam enaltecer o produto a ser vendido: empregam-se termos que evidenciam o prazer de obtê-lo.

2. ANÁLISES DOS MOD'S À CAMPANHA #AVONTÁON

Nesta etapa de análise cabe ressaltar que não se trata aqui de uma aplicação exaustiva de todos os modos, em todas as suas configurações e funcionalidades, sendo o trabalho guiado por aquilo que o próprio *corpus*, ou seja, os vídeos, apresentaram. Neste sentido, ao serem identificados determinados procedimentos linguísticos, procurou-se observá-los situando-os na problemática dos MOD's. É importante dizer que tão logo iniciadas as análises, foi possível perceber que todos os vídeos da campanha apresentavam uma narração musicada. A mensagem publicitária da campanha foi caracterizada desta forma, pois há uma construção narrativa específica que não coincide com os tradicionais *jingles* da publicidade, tampouco com os comerciais em que uma narrativa ficcional específica é apresentada para simular o uso/consumo de um produto. A seguir, serão apresentadas, separadamente, as análises de cada um dos modos.

2.1 Análise do Modo de Organização Narrativo

O modo de organização narrativo se faz presente na campanha, pois há a figura de um narrador, mas seus dizeres não aparecem como um contador de uma história, constituinte de um princípio, meio e fim. Compreende-se, aos assistir aos vídeos, que a narração apresentada por esse narrador é marcada por uma sonoridade, constituída de uma instrumentalização, que remete a batidas de músicas pertencentes ao gênero *funk*. Além disso, a união do que é contado pelo narrador, bem como o ritmo da narração em forma de música, é o que direciona a presença e os movimentos realizados pelos personagens que constituem o vídeo.

O sujeito que narra não é um narrador clássico, que conta uma história, mas têm-se um conjunto de elementos de ordens verbal e imagética que permitem identificar o papel desse narrador descritor, que se baseia em revelar o novo posicionamento da marca. Percebe-se que o narrador cita o nome Avon na narração musicada de cada vídeo. Na esteira de Melo (2008), nas publicidades convencionais as transações comerciais não são ditas de forma explícita, mas nas cenas são colocadas representações do mundo e dos seres de modo que o sujeito enunciador se torna um narrador de uma história ou anônimo, assumindo a cena um formato de narrativa em que circulam

os personagens que favorecem a identificação com o destinatário. Neste caso, observa-se que o narrador é uma figura anônima que ora procura mobilizar elementos de fins mercadológicos (no vídeo 3, por exemplo, menciona o nome do produto, *Renew*) ora utiliza expressões, como “tá tudo diferente”, no caso do primeiro vídeo, sinalizando o reposicionamento da Avon.

Contudo, apesar de ser anônimo, o narrador inclui-se no desenrolar das ações no primeiro vídeo, por exemplo, ao utilizar a expressão “a gente”, que aponta sua inclusão no discurso da narração musicada. Não obstante, ele implica o interlocutor no discurso, dirigindo-se a ele por meios de verbos de ação (“olha”, “espia”, “repara”, “encara”). Também, no terceiro vídeo, nota-se que o narrador anônimo se inclui no desenrolar das ações ao utilizar o vocativo para falar diretamente com os actantes, convidando-os a estarem em cena, ao mesmo tempo em que eles aparecem dançando conforme ritmo da narração musicada. Esse convite é realizado por meio do vocativo, como em: “Vai, se lança, é tua liderança” “te prepara”, “espalha e mostra a cara”, “vem que vem macia, é *Renew*, é Avon, ilumina, e pele, e pele, Avon tá *on*, tá *on*.”.

É curioso notar que a expressão “vem que vem macia”, faz referência tanto ao vocativo (convidando a mulher a se apresentar), quanto ao creme que está sendo apresentado por esta actante, indicando de modo implícito o benefício do produto, qual seja: deixar a pele macia. Não obstante, ele implica o interlocutor no discurso, dirigindo-se a ele por meios de verbos de ação, como, por exemplo, nos trechos “olha, olha, tá suave, tá *on*”, “vem com a Avon”. Com relação ao quarto vídeo o narrador implica os personagens utilizando o vocativo, sendo interpelados pela expressão “Bora”. Eles são convidados a se apresentar, movimentando-se de acordo com o ritmo da narração musicada. Ademais, neste quarto vídeo, o narrador não procura mobilizar elementos de fins mercadológicos de modo explícito, como é convencional nas publicidades. Mas, pela observância do dizer “O dia estica, a *make* fica, primeiro resiste, a cor existe” e pelo reforço do estrato imagético, compreende-se que o narrador busca apresentar produtos de maquiagem, como a base para o rosto, o gel de sobancelha e o batom líquido apresentados.

Do ponto de vista acional, as ações que ocorrem estão atreladas ao que é dito pela narração musicada. Há um papel narrativo de abertura e de fechamento, o que faz com que as ações ocorram no formato de sequências (CHARAUDEAU, 2019), sendo estas representadas pela ordem de aparecimento dos personagens. Neste caso, há uma abertura dos vídeos, que indica o início de uma série de ações, e o término da narração musicada, que indica que haverá o fechamento das ações, ou seja, uma perspectiva de finalização. Da abertura até a finalização se constituem encadeamentos sucessivos que ocorrem de maneira linear e consecutiva; as ações sucedem umas às outras, cada uma sendo motivo da anterior (CHARAUDEAU, 2019).

Nos vídeos analisados o fechamento da narração musicada ocorre sempre com a frase “Olha pra Avon que tá *on*”. Conforme aponta Charaudeau (2019), a sucessão de acontecimentos ocorre em um enquadramento espaço-temporal, constituindo o princípio de localização. Desta forma, observa-se nos vídeos que ocorre de um personagem para outro uma mudança de ambiente

em que estão inseridos, conforme eles aparecem. Ou seja, cada um se encontra em um espaço, sendo que as passagens de uma sequência para outra correspondem a mudanças de lugares. Os actantes são agentes voluntários porque eles são conscientes do seu projeto de fazer, agindo com conhecimento de causa (CHARAUDEAU, 2019). No que diz respeito aos procedimentos de cronologia, que obedecem ao princípio de encadeamento, há uma cronologia descontínua em alternância, já que as sequências narrativas se desenrolam nos vídeos alternando os personagens e apresentando diversas sequências de cenas com agentes diferentes da sequência anterior.

Acerca dos procedimentos ligados ao ritmo, que obedecem a um princípio de encadeamento, a sucessão das sequências e das ações se desenrola rapidamente por uma condensação, dado o fato de a sucessão de ações e das sequências ser breve nos vídeos. Com relação aos procedimentos ligados à localização espacial, compreende-se que, no primeiro vídeo, é construída uma localização no espaço entre oposições. Assim, ora as ações dos personagens ocorrem em um espaço fechado, como salas e quartos, ora ocorre em um espaço aberto como em uma área externa, por exemplo, por meio da qual há a construção de efeitos de sentido que remetem ao clima de verão (como a presença de um céu azul).

2.2 Análise do Modo de Organização Descritivo

No que se refere ao modo de organização descritivo, cumpre destacar que os procedimentos de localização, empregados no modo de organização narrativo, também dizem respeito a este modo, assim como nomear e atribuir qualidades aos seres. O componente nomear estabelece relação com os personagens apresentados nos vídeos, pois o processo de nomear consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los em função de sua semelhança ou diferença (CHARAUDEAU, 2019). O componente localizar-situar determina o lugar em que os seres ocupam em relação ao tempo e ao espaço, atribuindo características a esses seres. O componente qualificar consiste em atribuir a um ser uma qualidade explícita que o caracteriza e o especifica de uma maneira particular.

Portanto, a forma como os personagens estão representados na campanha indica componentes de qualificação, como, por exemplo, o modo como os cabelos estão sendo apresentados, as expressões faciais, os movimentos dos corpos (que podem sugerir poder, por exemplo), entre outros componentes. Com relação aos procedimentos linguísticos para o componente nomear, no caso deste estudo, foi empregado a denominação para designar os personagens que aparecem nos vídeos. Observa-se que a categoria de designação é utilizada na narração musicada do primeiro vídeo pelo uso de pronomes oblíquos nas expressões “me olha, me encara”, para produzir efeitos de tipificação (CHARAUDEAU, 2019), chamando atenção para os personagens que estão sendo apresentados no vídeo, no sentido de direcionar os interlocutores para repararem em como estas pessoas se apresentam na campanha.

No que concerne ao procedimento linguístico para o componente localizar-situar, nos vídeos o lugar e o tempo são incertos, sem uma identificação específica, mas há o emprego dos verbos no presente e também a mobilização de léxicos e gírias contemporâneas nos vídeos (“tá on”, como exemplo). No que diz respeito aos procedimentos linguísticos para o componente qualificar, por sua vez, há uma visão objetiva do mundo e a produção de efeitos de realidade/ficção nos vídeos, pois estes efeitos constroem uma dupla de narrador-descritor que pode ser exterior ao mundo descrito ou parte interessada em sua organização (CHARAUDEAU, 2019). Neste objeto nota-se que o narrador se encontra como parte interessada na campanha. Ainda no que se refere à qualificação, conforme aponta Charaudeau (2019), esse procedimento consiste na descrição dos seres, das indumentárias, das identidades, dos movimentos realizados e das posturas desses seres. Assim como consiste na caracterização dos seres não humanos em cena, como os objetos que aparecem, os ambientes interno ou externo, as paisagens, os cômodos de dado local, componentes observados nos vídeos da campanha.

De acordo com Charaudeau (2019), ao utilizar o procedimento da qualificação, o sujeito falante singulariza o mundo e o especifica. Com isso, pode-se apreender que, no vídeo de abertura, nas palavras “brilhando e diferente”, há o emprego do componente qualificar pelo fato de o adjetivo “brilhando” qualificar os produtos e a empresa, atribuindo um sentido particular a estes. Assim, a empresa lança um olhar subjetivo, ou seja, imagina como o consumidor a percebe. Neste caso, logo, a Avon possui uma visão subjetiva de que constrói uma instituição de sucesso. É importante pontuar que, no segundo vídeo, a descrição ocorre majoritariamente pela imagem. Além disso, há uma analogia implícita, que, conforme explana Charaudeau (2019), é um procedimento que consiste em uma analogia entre seres e qualidades pertencentes a âmbitos diferentes.

No caso deste objeto a analogia ocorre por meio de uma metáfora, quando o narrador diz “de alma lavada”, no intento de expressar tranquilidade, mesmo que isso não esteja explícito. Neste vídeo, por exemplo, há qualidades que estão relacionadas às mulheres que encenam este segundo vídeo³, a partir da narração musicada. Para Thelminha é atribuída a qualidade de que ela se ama (“Uma mulher que se ama é companhia perfeita, inclusive pra ela mesma”), à Sandy atribui-se a qualidade de ser uma mulher de sucesso (“Ela nasceu pra brilhar”), e à Larissa, atribui-se a qualidade de ser uma mulher trabalhadora, sempre ocupada (“Ela não para por nada”). Isso pode sinalizar diferentes formas de empoderamento feminino.

Com relação ao terceiro vídeo, no que diz respeito aos procedimentos de qualificação, há a presença, ao que parece ser, de um banheiro, de uma personagem, além do *Renew Pro Vitamina D*, produto apresentado pela personagem, que indica que fora produzido para proteger a pele dos raios ultravioletas emitidos pelo sol. No que se refere à encenação descritiva para o terceiro vídeo,

³ No segundo vídeo da campanha há a presença de três figuras públicas: Thelminha, campeã do *BBB 20*; Sandy, cantora brasileira; e Larissa Chehuen, modelo brasileira.

observa-se que o narrador se inclui no discurso, empregando verbos no modo imperativo afirmativo, como, por exemplo, “vai”, “olha”, “prepara”, “empodera” “vem”, “dá”, “espalha”, “mostra”, “ilumina”. Ainda, algumas palavras empregadas na narração musicada fornecem qualidades/benefícios dos produtos que são apresentados no vídeo, como as palavras “suave”, “concentrada”, “vitaminada”, “macia” “ilumina”, indicando as sensações que os produtos da linha *Renew* da Avon suscitam na pele, além de indicar uma ideia de autocuidado.

Em relação ao quarto vídeo, o narrador se inclui na campanha também quando diz “Nossa prova é aqui fora, não tem dia, não tem hora”, usando o pronome possessivo “nossa”. Aliás, ao utilizar a palavra “prova”, o narrador procura fazer uma analogia com o programa *BBB*, devido às provas de resistência que são realizadas no programa, sendo que de forma simultânea Lucas Penteado⁴ aparece iniciando o vídeo. Assim, pode-se inferir que a resistência está atrelada ao personagem, devido a opressões que sofreu no programa.

2.3 Análise do Modo de Organização Enunciativo

Em relação ao modo de organização enunciativo, cabe dizer, conforme Charaudeau (2019), que ele é centrado nos seres de fala, melhor dizendo, nos protagonistas do ato linguageiro. Na análise dos vídeos, além dos personagens, que são os protagonistas que desempenham as ações nos vídeos, considera-se também o narrador como um protagonista. Ele é o único sujeito falante nos vídeos, aliás. No que tange às três funções do modo enunciativo (alocutivo, elocutivo e delocutivo), nota-se em todos os vídeos, a partir da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, a presença do modo alocutivo.

Nesse sentido, é possível dizer que a Avon instaura um comportamento de influência em relação a quem assiste aos vídeos e aos personagens que encenam a situação de comunicação. O sujeito falante impõe um comportamento ao consumidor ao agir sobre o interlocutor e ao dizer o que deve ser feito, o que pode ser confirmado pelo uso do modo imperativo afirmativo empregado nos verbos dirigidos à pessoa com quem se fala. A Avon, aqui, ocupa uma posição de superioridade em relação ao consumidor. No primeiro vídeo, por exemplo, o narrador impõe a este a ação de “olhar, espiar, reparar e encarar” e estabelecendo junto a ele uma relação de força.

Ancorando em Mendes (2013), no estrato imagético dos vídeos há uma tentativa de se promover o engajamento do interlocutor quando as personagens fitam diretamente o telespectador, como se o colocassem em cena, em uma forma interativa. Além disso, é nesse momento que o narrador também direciona as ações das personagens. Da mesma forma que no estrato verbal, no estrato imagético observa-se o comportamento alocutivo das personagens, que inserem o interlocutor na cena, como exemplo na figura 1, observação realizada nos demais vídeos.

⁴ Figura pública, participante da edição 21 do *BBB*. Durante o programa Lucas Penteado passou por situações humilhantes, além de que alguns participantes fizeram insinuações maldosas em relação a ele, caracterizando-o como uma pessoa agressiva, que suscitaria medo.

Figura 1 - Elementos que se configuram em um comportamento alocutivo. As duas primeiras personagens pertencem ao primeiro vídeo, e a última (Thelminha), ao segundo.



Fonte: https://youtu.be/f1wg_mcPlvk. Acesso em: 10 fev. 2022.

Cabe ressaltar que no segundo vídeo, o narrador objetiva implicar o interlocutor no discurso e levá-lo a realizar determinada ação, conforme dito: “Olha pra ela, olha no olho dela”. Além disso, é nesse momento também que o narrador direciona uma ação à personagem Thelminha, que olha em direção de quem assiste à cena (Figura 1). Cabe dizer que, no segundo vídeo, a Avon também impõe ao consumidor a ação de “olhar, aumentar, vir, ligar,” estabelecendo junto a ele uma relação de força. Já para os terceiro e quarto vídeos, o narrador implica o interlocutor no discurso ao dizer “Olha pra Avon que tá *on*”.

Cabe lembrar que no terceiro vídeo o narrador também direciona uma ação à personagem, convidando-a para dançar, ao utilizar a expressão “vem que vem”, sendo que, no estrato imagético, ela aparece se movimentando conforme o que é dito na narração. No que se refere às modalidades alocutivas, foi identificada nos vídeos a categoria de interpelação, pois o locutor ao implicar o interlocutor nas ações que ocorrem, por meios das personagens no vídeo, espera que aqueles que assistirem aos vídeos se identifiquem com o que está sendo dito e mostrado. Sobre esse aspecto, convém pontuar que na categoria de interpelação o locutor destaca a pessoa idealizada dentro de um conjunto de interlocutores possíveis (CHARAUDEAU, 2019).

Com relação ao interlocutor, é importante dizer que ele é levado a executar as ações proferidas pelo narrador, mas essa execução é realizada de forma quase que involuntária, não se tratando de uma obrigação imputada ao interlocutor nos vídeos. Dito de outra forma, ele é levado a realizar tal ação sem mesmo que perceba. No segundo vídeo, por exemplo, há a implicação das personagens em cena por meio da utilização do vocativo. Elas são interpeladas pelo próprio nome, como em “Bora, Thelminha, vai, Sandy, Lari”. Outro aspecto curioso é quando o narrador diz “Olha pra ela”, empregando o modo imperativo afirmativo: há a implicação de Thelminha, que inicia o vídeo, em função do direcionamento do foco da câmera para seu rosto. Nesse sentido, os movimentos realizados pela câmera coadunam com as interpelações realizadas pelo narrador, no intento de levar o interlocutor a realizá-las ao mesmo tempo em que as personagens são

apresentadas no vídeo. Isso significa que as personagens se reconhecem como alvo do apelo (CHARAUDEAU, 2019). Outra modalidade alocutiva presente em toda a campanha é a proposta, que se configura como a do discurso da empresa. Nesse sentido, ao dizer que “*tá on*”, em todos os vídeos, isto é, que está atenta a, compreende-se, questões sociais, a Avon faz/apresenta sua proposta, fazendo com que, de modo subentendido, o interlocutor também venha a estar atento às pautas defendidas pela marca. No tocante ao primeiro vídeo, a Avon faz uma proposta para que o interlocutor conheça sua revista digital e seu *site*, assim como os produtos que estão disponíveis neste suporte, mesmo que isso esteja velado.

Já no segundo vídeo, por exemplo, a Avon leva o interlocutor, mesmo de maneira velada, a estar atento à pauta do empoderamento feminino por haver somente a presença de personagens mulheres encenando o vídeo. Para o terceiro vídeo, a Avon também busca fazer com que o interlocutor esteja atento ao empoderamento, que, desta vez, não se restringe apenas às mulheres que aparecem no terceiro vídeo, mas também ao homem ruivo que também faz parte da encenação. No quarto vídeo a empresa traz a discussão das lutas dos grupos minoritários, com atenção para as opressões das pessoas negras. Ainda, conforme Charaudeau (2019), a modalidade de proposta estabelece relação com o oferecimento, pelo locutor, de uma ação que trará benefícios ao interlocutor ou a ambos. Ao analisar o que está sendo apresentado nos vídeos, esse benefício, está também atrelado aos produtos que são apresentados na campanha.

Além de haver um comportamento alocutivo em todos vídeos, tendo como base a modalidade da interpelação e de proposta, nota-se, especificamente no segundo vídeo, a presença do comportamento elocutivo. Em alguns momentos da narração musicada, o narrador não implica o interlocutor e as personagens a realizarem determinada ação, mas expressa um ponto de vista, por meio da categoria de opinião, em uma atitude de convicção (CHARAUDEAU, 2019). Isso quer dizer que em alguns momentos, como em “Ela vai longe”, aqui ninguém se esconde”, “Ela nasceu pra brilhar”, “*tá sempre fora d’água*”, “ela não para por nada”, o narrador expressa sua opinião a partir de um universo de crenças e, ao mesmo tempo, revela o seu ponto de vista, baseado em uma certeza total.

No quarto vídeo há também a presença do comportamento elocutivo quando o narrador expressa “Nossa prova é aqui fora, não tem dia, não tem hora”, revelando o seu ponto de vista baseado em uma certeza total. Essa expressão possibilita também estabelecer uma relação de interdiscursividade com o *BBB*, pois a palavra “prova” remete às dinâmicas de jogos que ocorrem no programa. Foi possível identificar no segundo vídeo também o comportamento delocutivo, pois o sujeito falante se apaga de sua enunciação em certos momentos e não implica o interlocutor, sendo testemunha da maneira pela qual os discursos do mundo, vindo de terceiros, se impõem a ele (CHARAUDEAU, 2019). É o que ocorre em: “Uma mulher que se ama é companhia perfeita, inclusive pra ela mesma”, quando o narrador faz uma retomada de um discurso que está vinculado a um ponto de vista externo. O narrador atua aqui, então, como um relator de um discurso que se

tornou cristalizado na sociedade. Identifica-se também este comportamento no quarto vídeo, a partir das expressões: “O dia começou e a luta já tá *on*”, “E a luta começou e vai continuar. Esses enunciados remetem a formas recorrentemente empregadas na sociedade para sinalizar o dia longo de trabalhadores, indicando que, para estes, o trabalho já inicia logo cedo. Compreende-se, assim, que essas expressões podem apontar a luta contra opressões, que é feita diariamente por aqueles que são minoria na sociedade.

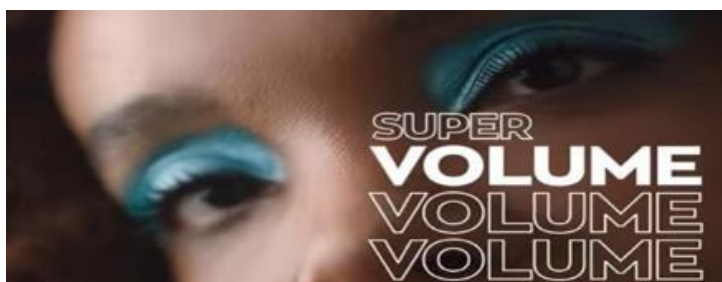
2.4 Análise do Modo de Organização Argumentativo

No modo de organização argumentativo é estabelecida uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo (CHARAUDEAU, 2019). Nesse sentido, para a campanha, o sujeito-alvo são as pessoas que se interessam por pautas sociais, no intuito de fazer com que elas possam consumir os produtos da marca. Além disso, pessoas que de algum modo se identifiquem com as representadas na campanha podem constituir o alvo do projeto de fala da empresa. A Avon estabelece, assim, uma busca de influência, até o ponto em que o sujeito alvo compartilhe do mesmo ideal de discurso do sujeito argumentante.

No propósito de encontrar algumas nuances de argumentação na campanha, compreende-se que a Avon utiliza a expressão *tá on*, linguagem coloquial contemporânea dos jovens, em um tom descontraído, para designar que está atenta. Isso pode ser confirmado pelo fato de “*on*” ser abreviação da palavra “*online*”, o que significaria estar conectado, ligado, antenado. Assim, a empresa utiliza o ‘*tá on*’ para fazer referência ao próprio argumento de reposicionamento que está sendo realizado. No caso do primeiro vídeo, a questão da diferença é apresentada como argumento para persuasão e sedução, dado que se diz na narração musicada “Tá tudo diferente”, “brilhando e diferente”. Isso indica, pois, uma diferença no que refere aos argumentos da própria empresa e, de modo implícito, demarca uma diferença em relação a outras empresas de cosméticos.

Segundo Mendes (2013), no modo de organização argumentativo, o estrato imagético pode funcionar como uma prova do que está sendo dito. No caso da campanha, pode-se dizer que o argumento da diferença é evidenciado no estrato imagético, dada as apresentações/representações das personagens. Assim, a Avon busca sinalizar um engajamento ao demarcar que está atenta a pautas sociais, já que estão presentes pessoas que materializam a diferença, como exemplo, uma mulher negra com vitiligo, que aparece no vídeo inicial. Assim, compreende-se que o objetivo principal da campanha seja: mostrar o quanto a empresa é moderna e atenta às questões contemporâneas. No caso do segundo vídeo, o interlocutor compreende que aparecerão produtos de maquiagem para os olhos, pois são mencionadas algumas expressões, como “olha no olho dela, aumenta o volume”, “alonga”, que podem indicar o aumento/alongamento dos cílios. Na figura 2, a seguir, é possível observar, novamente, o reforço do imagético em relação ao verbal.

Figura 2 - Inscrição textual do segundo vídeo indicando benefício da máscara *Supershock*, de oferecer um volume aos cílios.



Fonte: https://youtu.be/f1wg_mcPIvk. Acesso em: 10 fev. 2022.

Entende-se, assim, que a proposta do segundo vídeo é apresentar os três tipos de máscaras de cílios e mostrar que a Avon é uma empresa moderna e atenta ao empoderamento da mulher. Com relação à argumentação, a Avon implica-se no próprio discurso devido ao emprego do nome da empresa na narração musicada: “Avon tá *on*”, “Vem com a Avon”, “Olha pra Avon que tá *on*”. No que concerne ao terceiro vídeo da campanha, assim como nos demais, a Avon (sujeito argumentante) apresenta um engajamento, considerando o propósito de venda de seus produtos, atrelado a um empoderamento associado às dimensões do consumo e da beleza. Nesse sentido, considera-se que o sujeito-alvo são as pessoas que se interessam pela pauta do empoderamento, no intuito de fazer com que elas possam consumir os produtos da marca. Ademais, no terceiro vídeo, a questão da diferença é apresentada como argumento para o empoderamento, utilizada para persuasão e sedução, dado que se diz na narração musicada “vai, se lança, é tua liderança”, “te prepara”, “empodera”. Isso indica, pois, um discurso de autovalorização, autonomia e empoderamento, promovendo uma autenticidade. Porém, isso ocorre a partir de uma visão capitalista, já que, de modo implícito, ser autêntica está relacionado ao utilizar o produto para que, a partir do seu uso, a pessoa adquira este modo de ser.

No que se refere ao quarto vídeo a questão da diferença é apresentada como argumento para a pauta da resistência, já que é dito na narração musicada “O dia começou e a luta já tá *on*”, “Sabe o que é resistir, também sabe o que é suar”, “Olha o corre”, “E a luta começou e vai continuar”, “Agora insiste, a força persiste”. Isso indica um discurso baseado na força e na luta de quem enfrenta as opressões, sobretudo, as pessoas negras, maioria no vídeo. Assim, a Avon busca sinalizar um engajamento ao demarcar que está atenta a esta luta de grupos oprimidos. A partir da narração musicada do quarto vídeo, compreende-se que aparecerão produtos de maquiagem, pois são mencionadas algumas expressões como “a *make* fica”, “a cor existe”, “no olho, na boca”, o que é reforçado também nos estratos imagéticos. Com relação aos procedimentos semânticos do modo de organização argumentativo, há nos vídeos alguns domínios de avaliação, sendo estes no total

de cinco (domínio da Verdade, do Estético, do Ético, do Hedônico e do Pragmático). Nos quatro vídeos há o emprego do domínio do ético, do hedônico e do estético.

No caso dos primeiro e quarto vídeos, o domínio do ético é usado devido ao fato de a empresa se posicionar em relação às questões sociais, demarcando que está “atenada” a questões contemporâneas, está “on”. No primeiro vídeo, ainda, a Avon utiliza a expressão “tá tudo diferente”, para indicar que demonstra singularidade e estabelece uma inovação em relação ao que se apresentava no passado, instaurando, também, a sua diferença em relação a outras empresas. No quarto vídeo, ao dizer que está “on”, a Avon busca mobilizar um compromisso público de inserir a pauta da resistência nesta campanha, valorizando a luta de grupos oprimidos. Para o segundo e terceiro, há a aplicação deste domínio, pois a Avon busca mobilizar um compromisso público de inserir a pauta do empoderamento, promovendo uma discussão para a sociedade.

No tocante ao domínio do hedônico, comumente mobilizado pela publicidade, nota-se que ele se evidencia na campanha por estar associado ao âmbito dos sentidos. Por isso, no primeiro vídeo, sua presença está, de forma implícita, na frase “na pele a gente sente”, que diz de modo implícito que os produtos da Avon para a pele trazem uma sensação aprazível de modo imediato. No segundo vídeo, há a presença deste domínio, em algumas expressões como “aumentar o volume”, remetendo à audição, e “de alma lavada”, indicando, na questão tátil, uma leveza associada a um sentimento de tranquilidade. Ademais, a palavra “alonga”, diz de modo implícito o benefício do uso das máscaras de cílios da Avon, de produzir um aumento de volume/alongamento, realçando o olhar, o deixando bonito.

No caso do terceiro vídeo este domínio se evidencia na ação de olhar, relacionada à visão, e à sensação de maciez e hidratação do produto à pele, relacionado ao tato. Com relação ao quarto vídeo, compreende-se que o domínio do hedônico se faz presente devido à mobilização de algumas palavras que se associam ao âmbito do sentido, como “suar”, “no rosto”, “na pele”, sendo relacionadas ao tato. Constata-se, ainda, a presença deste domínio nas frases “a *make* fica”, “a cor existe” que diz de modo explícito o benefício do uso do batom *Power Stay*, que seria o de promover uma longa duração e de ter uma cor intensa. No que se refere ao domínio do estético, há a sua presença em todos os vídeos, por ser observada uma valorização à beleza e um enaltecimento da Avon direcionado às identidades que tematizam a pauta da diferença na campanha.

Por fim, de forma resumida, as análises concernentes aos MOD's são relevantes para compreender como ocorre o entrecruzamento entre os estratos imagético e sonoro no estudo de imagens em movimento. Há a presença de um narrador anônimo que ora se inclui na narrativa utilizando determinadas expressões que indicam esta ideia de inclusão, ora as personagens são interpeladas por ele, como, por exemplo, pelo uso do vocativo. Nota-se, ainda, a mobilização de gírias e outras expressões que indicam a contemporaneidade da campanha, além de ser possível identificar um comportamento alocutivo da empresa, que busca influenciar quem assiste aos vídeos e os personagens que encenam a campanha. Outrossim, compreende-se que a Avon possui como

sujeito-alvo da sua argumentação as pessoas interessadas nas temáticas contemporâneas sociais e aqueles que, de certa forma, se identifiquem com as pessoas que são representadas nos vídeos. A seguir, serão realizadas as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo de aplicar os Modos de Organização do Discurso (MOD's) de Patrick Charaudeau (2019) aos componentes verbal e não verbal para o discurso publicitário, cumpre ressaltar que as análises referentes aos MOD's para a campanha #AvonTáOn permitiu inferir considerações quanto ao discurso da Avon em relação a questões contemporâneas. Dentre as temáticas sociais apresentadas na campanha, destacam-se as diferentes formas de empoderamento feminino, representadas por mulheres que rompem com o padrão de beleza europeu (próximo de um ideal de branquitude e com o corpo magro), encontrado de forma recorrente na publicidade. Com isso, observa-se a presença de mulheres negras, gordas, mulheres maduras (indicando a diferença de idade) e de mulheres com descendência oriental (o que representaria a diversidade étnica no Brasil). Ademais, foi possível perceber um enaltecimento da campanha às características fenotípicas negras, como os lábios carnudos, os cabelos crespos e o uso de tranças pelas mulheres negras, o que evidencia uma valorização à cultura africana. Há também uma valorização ao uso de cabelos raspados, o que faz com que a Avon se desvincule de um imaginário de que são bonitas somente mulheres de cabelos longos. Tais discussões encontradas nesta campanha publicitária apresentam uma relevância social, pois podem subverter termos e imagens racistas, promover uma valorização à luta dos grupos minoritários, além de criarem representações positivas de diversas formas de beleza.

Compreende-se, assim, que a Avon instaura um comportamento de influência ao interlocutor. O narrador apresenta um comportamento alocutivo, que não somente procura fazer com que o interlocutor realize as ações proferidas por ele, mas busca fazer com que, mesmo de maneira implícita, os interlocutores se identifiquem com os personagens representados nos vídeos. Diante disso, acredita-se que a Avon busca trazer diferentes corpos para ilustrar a campanha, não somente pensando em um fim para a venda do produto, mas não se pode deixar de pensar que este é o objetivo principal de uma empresa: utilizar estratégias para convencer o consumidor a adquirir o produto. Isto é, apesar de a campanha promover um discurso de autovalorização, não se pode esquecer que a empresa está inserida em um mercado competitivo, que opera a partir de uma visão capitalista. Por isso, é possível entender que a autenticidade dos personagens apresentada no vídeo está atrelada ao uso do produto, dito de outro modo, a pessoa só é autêntica se utiliza o produto da Avon.

Apesar de ser observado este caráter mercadológico, é importante dizer que a escolha dos personagens possibilita inferir uma alusão à discussão temática da resistência de grupos

minoritários, sobretudo, das pessoas negras, que aparecem em todos os vídeos. É possível depreender essa alusão à temática da resistência também a partir dos seguintes enunciados: “O dia começou e a luta já tá *on*, tá *on!* Tá *on!*” Sabe o que é resistir, também sabe o que é suar”; “E a luta começou e vai continuar”. Entende-se, dessa maneira, que as palavras “luta” e “resistência” remetem o interlocutor da campanha ao combate a opressões, ao mesmo tempo, de modo implícito, o convida a combatê-las.

Verificou-se na campanha a inserção de uma personagem que possui vitiligo, o que é um avanço na publicidade, pois ainda na sociedade tem-se uma certa barreira em se compreender a doença, o que pode fazer com que os portadores enfrentem adversidades. Por outro lado, identificou-se que diferentemente das personagens negras que aparecem na campanha como um todo, o enquadramento das imagens em que ela aparece leva a perceber que, apesar de haver um enaltecimento dos cabelos soltos e crespos desta personagem, bem como um destaque para o vitiligo, supõe-se que houve uma tentativa de esconder o seu corpo, por se tratar de uma mulher gorda, o que no imaginário da sociedade é um corpo pouco aceito. Diante de tais considerações, como proposta de estudo, sugere-se a realização de uma análise comparativa entre pessoas brancas e negras, presentes na campanha “AvonTáOn, de 2021, que possibilitaria averiguar se as estratégias de representação do corpo negro são específicas e que não se comparam às adotadas para a representação do corpo branco, no intento de verificar se há rupturas e/ou reproduções de estereótipos no que concerne às pessoas negras.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO E ALVES, Carolina. Narrar e descrever: modos de organização do discurso no filme narrativo de ficção. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 181-205, jan-jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5759>. Acesso em: 12 fev. 2022.

AVON BR. **Avon Conecta**. YouTube, 26 jan. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f1Wg_mcPlvk. Acesso em: 10 fev. 2022.

AVON BR. **Maquiagem que resiste e # VeioPraFicar**. YouTube, 4 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XnLte1Lba1M>. Acesso em: 10 fev. 2022.

AVON BR. **Super máscaras de cílios Avon**. YouTube, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A2-O3xidBkc>. Acesso em: 10 fev. 2022.

AVON BR. **Toda vitaminada com Renew**. YouTube, 14 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aTVx5Kq81_c. Acesso em: 10 fev. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU; Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

FONSECA, Elaine Cristina Silva. **A representação feminina no cinema de Woody Allen: imagens e imaginários sociodiscursivos**. 2021. 236f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2021.

FONTELLES, Mauro José *et al.* **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**, 2009. Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

MELO, Mônica Santos de Souza. Estratégias discursivas e representações numa publicidade de TV. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 91-102, jan - jun, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25364>. Acesso em: 11 fev. 2022.

MENDES, Emília. Análise do discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica. In: Mendes *et al* (org.). **Imagem e Discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 125-156, 2013.

MONNERAT, Rosane. A imagem no discurso publicitário: Texto verbal e não verbal podem estar em conflito? In: MENDES, *et al.* (org.) **Imagem e Discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 406-425, 2013.

NOVAIS, Karina Nogueira Druve. **Argumentação na publicidade: os modos de organização dos efeitos de verdade**. 2015. 204f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

OBSERVATÓRIO UOL. **A verdade sobre o Big Brother Brasil que ninguém vai te contar**. Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2021/01/a-verdade-sobre-o-big-brother-brasil-que-ninguem-vai-te-contar>. Acesso em: 15 fev. 2022.

REZENDE, Graciele Silva. **Estratégias discursivas em publicidades brasileiras de cerveja**. 2006. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)**Suellen Stéfani Felício Lourenço**

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras - PPGLetras/UFV. Área de concentração: Estudos Linguísticos, Linha de Pesquisa: Estudos do Texto e do Discurso, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2022. Bacharela em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, 2019. Agradecimento à CAPES pela concessão da bolsa de estudos para a realização deste trabalho. E-mail: suellen.lourenco@ufv.br

Mariana Ramalho Procópio Xavier

Professora do Departamento de Comunicação Social, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mariana.procopio@ufv.br

Ana Carolina Gonçalves Reis

Doutora (2020) e Mestre (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (linha de pesquisa: Análise do Discurso). Graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa (2004). Professora Adjunto II desta instituição. Atualmente também atua como docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras/UFV. E-mail: carolinareis@ufv.br

Diálogos entre o gênero *graphic memoir*, a educação linguística crítica e inclusiva e os letramentos

Dialogues amongst graphic memoirs, critical and inclusive language education, and the literacies studies

Diálogos entre el género memoria gráfica, la educación linguística crítica y inclusivo y literacias

RESUMO

Apresentamos resultados de pesquisa sobre o gênero *graphic memoir*, considerando-o em interface com a educação linguística crítica. Os estudos dos letramentos e a perspectiva bakhtiniana sustentam a análise. De maneira específica: (i) descrevemos o surgimento, principais características e a popularização desse gênero e (ii) aventamos diálogos entre "El Deafo" (Bell, 2014) e uma educação que contemple as pluralidades na construção de sentidos, a diversidade sociocultural e a inclusão. Concluímos que o *graphic memoir* se aproxima de outros gêneros, conquanto deles se diferencia por seu teor autobiográfico, e que o texto de Bell é oportuno para a discussão proposta.

Palavras-chave: letramentos; *graphic memoir*; educação linguística; educação inclusiva.



Recebido em: 22 de dezembro de 2022
Aceito em: 22 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46338

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Eliane Fernandes Azzari

eliane.azzari@puc-campinas.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-3861-0712>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas), Campinas, SP, Brasil

Fernanda Pradella Travaglini

fernandatraglini.p@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6757-1762>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas), Campinas, SP, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

We conducted research on the genre graphic memoir, taking into consideration its interfaces with critical language education. We ground our analysis on literacies studies and Bakhtinian propositions. Objectively, we: (i) describe the genre's origins, main features and its popularization, and (ii) propose dialogues between "El Deafo" (Bell, 2014) and an education that caters for meaning-making plurality, sociocultural diversity and inclusion. We conclude that graphic memoirs are similar to other genres, but its difference is its autobiographic element and that Bell's text is in accordance with the proposed discussion.

Keywords: literacies; graphic memoir; language education; inclusive education.

RESUMEN

Presentamos resultados de investigación sobre el género graphic memoir, considerándolo en interfaz con la educación crítica del lenguaje. Los estudios de literacias y la perspectiva bakhtiniana sustentan el análisis. En concreto: (i) describimos el surgimiento, principales características y popularización de este género y (ii) sugerimos diálogos entre "El Delfo" (Bell, 2014) y una educación que contemple las pluralidades en la construcción de significados, la diversidad sociocultural y la inclusión. Concluimos que el graphic memoir es similar a otros géneros, aunque se diferencia de ellos por su contenido autobiográfico, y que el texto de Bell es apropiado para la discusión propuesta.

Palabras clave: literacias; graphic memoir; educación del lenguaje; educación inclusiva.

Como citar:

AZZARI, Eliane Fernandes; TRAVAGLINI, Fernanda Pradella. Diálogos entre o gênero *graphic memoir*, a educação linguística crítica e inclusiva e os letramentos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 84-100, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46338. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos resultados de nossa pesquisa¹ que traça interfaces entre o gênero discursivo/textual *graphic memoir* (doravante GM), e a educação linguística crítica voltada à inclusão. De maneira específica, objetivamos: (i) estudar o surgimento, as principais características e a popularização desse gênero e (ii) aventar diálogos possíveis entre o GM "El Deafo", de Cece Bell (2014) e uma proposta de educação linguística em língua inglesa que contemple as pluralidades na construção de sentidos, a diversidade sociocultural e a inclusão.

Assim, trazemos resultados de uma investigação qualitativa e interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2007); que busca apoio teórico nos estudos dos letramentos e em proposições bakhtinianas acerca dos gêneros e da relação subjetividade/linguagem, entre outros trabalhos resultantes de uma pesquisa bibliográfica, para tecer a nossa discussão.

De nosso ponto de vista, nosso estudo se justifica em decorrência da pertinência de sua temática, não apenas pelas possíveis contribuições para o âmbito dos estudos da linguagem, como também para colaborar na difusão do papel da educação linguística na formação crítica. Por isso, escolhemos abordar o GM "El Deafo" porque se trata de narrativa multimodal em língua inglesa (verbo-imagética na forma impressa), de caráter autobiográfico, de uma criança surda e(m) suas incursões no ambiente escolar, que também tem desdobramentos em outros gêneros, situados no contexto digital.

Tomando como base os estudos dos letramentos, concordamos com Autora (2017) e advogamos uma educação linguística crítica em que sejam contempladas práticas sociais que permitam abordar subjetividades e identidades e que propicie a construção de sentidos outros em relação às línguas/linguagens e à experiência dos sujeitos-alunos.

Ademais, escolhemos discutir o tema trazendo à tona o texto de Bell (2014), que aborda uma pauta velada e, de modo geral, silenciada pelas esferas sociais: a educação de surdos. Dadas as barreiras linguísticas que encontram, estudantes surdos ainda ficam excluídos (e, muitas vezes, privados) do acesso pleno ao direito à educação e sua inclusão nesse âmbito ainda é tratada de modo precário.

1. CAMINHOS PERCORRIDOS

Para compreender a gênese do gênero GM foi necessário mobilizar diferentes ferramentas de pesquisa. Nessa empreitada, consideramos tanto o debate acadêmico acerca do uso dessa nomenclatura como, também, de maneira simplificada, os usos socialmente atribuídos a esse termo.

Nossa investigação seguiu a seguinte organização: inicialmente, conduzimos uma busca geral no espaço digital on-line para levantar a origem e as principais características do GM e para

¹ Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao CNPq pelo apoio à pesquisa.

compreender a (im)pertinência da denominação de tal escrita como gênero textual/discursivo. Em um primeiro momento, utilizamos a ferramenta Google Search para levantar como o termo GM se vincula aos principais resultados dessa busca. Essa etapa foi amparada metodologicamente pela etnografia digital. Pink et al (2016) indicam a etnográfica digital como abordagem flexível, passível de ser utilizada de acordo com as necessidades de cada pesquisa e de seus pesquisadores – que sempre têm especificidades únicas.

Ao digitar o termo "*graphic memoir*" na ferramenta de buscas Google Search os primeiros resultados elencados já revelaram, mesmo que de maneira sucinta, usos sociais associados ao termo que apareceu vinculado a blogs de leituras² em que são feitas resenhas de trabalhos desse gênero, por vezes acompanhados de links para a compra das obras resenhadas – o que nos permitiu observar a incidência do termo no mercado editorial.

A seguir, buscamos por trabalhos em plataformas de divulgação científica como Scielo e repositório CAPES (teses, dissertações e artigos científicos) que tratavam do GM. Assim, foi possível compreender o surgimento do GM, através da leitura de debates acadêmicos, bem como apontar suas principais características. Nosso levantamento bibliográfico demonstrou a existência de pesquisas anteriores que trataram da gênese do GM e de seus modos e meios de circulação. Dentre as referências encontradas, destacam-se os trabalhos de Silva (2018); Alary (2018); Dalmaso (2015); Figueira (2013); Oliveira (2013) e Kyler (2010).

Em um segundo momento, dedicamo-nos à leitura atenta de "El Deafo" (BELL, 2014), a fim de elaborar o *corpus* a partir de extratos da obra impressa, e buscamos por materiais correlatos a esse trabalho no espaço digital, em diferentes mídias. Nessa direção, fizemos novas buscas em plataformas como Youtube usando os termos "el deafo" e "el deafo cece bell". Dentre os achados dessa etapa estão postagens relacionadas a interpretações teatrais, feitas em resposta a diferentes atividades pedagógicas de leitura de "El Deafo". Encontramos também interpretações em ASL (American Sign Language, a língua de sinais norte-americana) e, também, o projeto de leitura da GM de Bell, feito pela própria autora.

A seguir, resumimos os resultados, trazemos alguns excertos do livro de Bell e apresentamos nossa discussão, com amparo nas bases teóricas que nos orientam.

2. ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E POPULARIZAÇÃO DO GÊNERO GRAPHIC MEMOIR

Primeiramente, é preciso pontuar que, neste trabalho, empregamos o conceito de gênero (discursivo/textual) a partir do que discute Bakhtin (2016), que o define como tipos de enunciados de relativa estabilidade, que apresentam forma composicional, tema e estilo típicos. É a partir dessa

² Veja-se como exemplo: <https://www.hbook.com/story/graphic-memoirs-why-we-read-them-why-we-need-them/>; <https://mastersreview.com/graphic-memoir-tomboy-by-liz-prince/>; <https://litpick.com/review/tomboy-graphic-memoir-review-darkash375>. Acesso em 20 dez 2022.

noção que travamos diálogo entre diferentes perspectivas a fim de propor o entendimento de origens, características e caminhos que levaram à popularização do gênero *graphic memoir* (GM).

Grosso modo, GMs são textos compostos por narrativas verbo-imagéticas de caráter autobiográfico. Por suposto, contar histórias através de imagens é, por excelência, um feito humano e o signo imagético ocupa um espaço particularmente importante nas afetividades e possibilidades narrativas.

Nessa direção, Silva (2018, p. 23) aponta a centralidade da imagem na construção dos sentidos, culturalmente conectados. De acordo com a autora, esse é um fenômeno crucial em narrativas híbridas nas quais o texto imagético funciona como um fio condutor que contribui para que os/as leitor(a)s sintam, vivenciem uma experiência humana íntima que é narrada. Conforme Silva (2018, p. 21), esse tem sido um modo recorrente de "[...]compreender o mundo e revelá-lo aos outros".

Dessa forma, um GM pode ser concebido como um romance (devido à sua extensão), em que se constrói sentidos através da junção de elementos imagéticos e verbais. Doutra parte, a exemplo do que se vê nos quadrinhos, os elementos imagéticos presentes no GM são, essencialmente, desenhos e balões, enquanto os verbais são narrações, pensamentos e falas diretas de personagens, cujas temáticas, de modo geral, tangenciam (ou abordam de forma explícita) a vida pessoal do(a) autor(a). O termo "*memoir*", por excelência, já remete às narrativas autobiográficas, sendo que Couser (2012, apud DALMASO, 2015, p. 19), afirma que as autobiografias e *memoirs* são formas de narrativas de vida ("*life narratives*"), que se diferenciam em relação ao contexto cultural em que são empregadas. Diante disso, durante nossa empreitada pela (re)construção da genealogia desse gênero, emergiram algumas questões.

Uma delas diz respeito a uma possível confusão ou intercambialidade entre os termos GM e *graphic novel* (GN), uma vez que este último é também terminologia utilizada para designar um texto em que as narrativas são longas, compreendem temáticas adultas e a construção de sentidos é apoiada em quadrinhos. Ademais, por serem gêneros quadrinísticos, há que, em outra instância, pensar-se na diferenciação entre o GN e o GM e as próprias histórias em quadrinhos.

De acordo com McCloud, (1995, p. 08 apud SILVA, 2018, p. 25), quadrinhos são, em linhas gerais, "[...]imagens pictóricas e outras justapostas em uma sequência deliberada destinada a transmitir informações e/ou produzir uma resposta no espectador". Silva (2018) também recorre a Eisner (1989), para esclarecer que

[e]m sua forma mais simples, os quadrinhos empregam uma série de imagens repetitivas e símbolos reconhecíveis. Quando são usados vezes e vezes para expressar ideias similares, tornam-se uma linguagem – uma forma literária, se quiserem. E é essa aplicação disciplinada que cria a 'gramática' da Arte Sequencial (EISNER, 1989, p.8; apud. SILVA, 2018, p. 25).

Ainda sobre a natureza dos quadrinhos, Silva (2018, p.26), leitora de Ramos (2014, p. 21) afirma que “[...] os quadrinhos (podem ser entendidos) como um grande rótulo que agrega vários gêneros que compartilham a mesma linguagem em textos predominantemente narrativos”.

Na seara dos gêneros, é possível identificar diferenciação entre quadrinhos e os dois gêneros correlatos (GN e GM), ao destacar-se o aspecto autobiográfico (que é fator intrínseco do GM, mas dispensável em GN). Os GNs também se caracterizam e diferenciam dos quadrinhos tradicionais pelo fato de conterem temas mais densos, histórias mais longas e se direcionarem, desde suas origens, a um público mais adulto. Ademais, outra diferença fundamental é seu espaço de circulação de venda – enquanto os quadrinhos se popularizaram tradicionalmente com a venda em bancas de jornais, as GNs circulam nas livrarias – gerando “laços de relevância” (SILVA, 2018) do gênero com o público-alvo (leitor(a)es consumidor(a)es de romances). Nesse sentido, é durante as décadas de 80 e 90 que o termo GN passa a ser amplamente adotado pela indústria editorial.

De acordo com Oliveira (2013), o surgimento de um novo termo tal como o GN relaciona-se com a necessidade dos roteiristas/desenhistas de conquistar espaço e garantir sua inserção no mercado editorial – que, até então, estaria considerando produções quadrinísticas como menos prestigiadas, como “menor-arte” e, assim, tratando-as como menos dignas de conquistar um lugar nas estantes de livrarias. Para resolver esse impasse, teria então sido adotada a terminologia *graphic novel*, a fim de associar esses textos a outro gênero já consolidado, as “*novels*”, i.e.; o romance.

De modo geral, conclui-se haver um entrecruzamento discursivo entre interesses mercadológicos e a composição textual de GN e de GM que, de acordo com autores como Figueira (2013) e Oliveira (2012), apenas ganham tal rótulo para garantir uma fatia no mercado da leitura.

Apesar de reconhecerem os entraves discursivos desenvolvidos pelos autores supramencionados, Alary (2017) e Dalmaso (2015) entendem o GM como um gênero cuja origem remonta a outras questões, diferentes do contexto de surgimento dos quadrinhos (em produção inicialmente jornalística e com finalidade humorística). Dalmaso (2015), por exemplo, discorre sobre uma origem do GM em contexto “*underground*”, na estadunidense São Francisco, durante a década de 1950 – quando artistas produziam obras recheadas por suas experiências pessoais e com temáticas consideradas tabu naquela sociedade (tais como sexo e drogas). Nesse sentido, contribui também a discussão de Beaty (2009), retomada por Dalmaso (2015, p. 26), que esclarece que o movimento *underground* serviu como meio para que quadrinistas legitimassem seu trabalho – permitindo a inserção de experiências autobiográficas ou a “revelação de self” (nas palavras dessa autora). Assim, desde suas origens, o GM remonta a um movimento social de resistência, à necessidade da expressão de si e da (re)(a)apresentação de identidades.

Do levantamento que fizemos, destacamos também alguns livros que vêm sendo conceituados pelo público leitor em geral (e apontados no sites de livrarias) como exemplares de GM, dentre eles: Maus, de Art Spiegelman (1980); Persépolis, de Marjane Satrapi (2000); Fun

Home, de Alison Bechdel (2006); Marbles, de Ellen Forney (2012); Relish, de Lucy Knisley (2013); El Deafo, de Cece Bell (2014) e I Was Their American Dream, de Malaka Gharib (2019). Ao examinarmos esses exemplares, notamos que todos apresentam as seguintes características em comum: trata-se de livros extensos (com cem páginas ou mais); trazem narrativas que abordam a história (ou aspectos da história de vida) dos próprios autore(a)s; são textos escritos de forma multimodal, i.e.; a narrativa fundamenta a construção dos sentidos em composições verbo-imagéticas e, finalmente, todos os livros apresentam, como parte do estilo da narrativa e a exemplo do que acontece nos quadrinhos, balões com falas dos personagens.

De tal forma, como pontuado por Alary (2017, p. 29) há de fato questões mercadológicas que incidiram na utilização desses termos para distinguir GN e GM – mas, hoje, há também um uso social já consolidado dessas denominações. Assim, quadrinhos, *graphic novels* e *graphic memoirs* são distinguíveis aos olhos do público leitor, independentemente da maneira como o termo foi incorporado ao/pelo mercado livreiro. Nesse quesito, tais diferenças entre os gêneros se dão pelas especificidades da dualidade de aspectos visuais e verbais, que vêm da linguagem dos quadrinhos, através de construções autobiográficas, como salienta Dalmaso (2015, p.25), entendimento do qual Kyler (2010, p.5) também compartilha.

Esses achados fundamentaram nosso entendimento de que um GM compartilha elementos em comum com gêneros narrativos tais quais as autobiografias (histórias sobre/de si), os romances (em termo da extensão do texto) e os quadrinhos (no que tange à composição gráfica). Desse modo, pode-se afirmar que o GM é fruto de uma intersecção/hibridação entre outros gêneros textuais/discursivos, e que o trabalho com El Deafo (BELL, 2014), justifica o debate proposto a seguir.

3. O GRAPHIC MEMOIR EL DEAFO

O GM “El Deafo” (BELL, 2014) reúne os principais elementos apontados como característicos do gênero GM, a saber: conta uma história longa, de cunho autobiográfico/memorialístico (uma vez que trata da autora falando de fatos de sua própria infância) e emprega quadrinhos.

“El Deafo” surgiu inicialmente em publicações em uma página criada por Cece Bell, em meio digital on-line. Embora esse site não esteja mais disponível, há registros da página inicial em material cedido pela autora em entrevista ao jornal britânico The Guardian³.

Em 2014, após o sucesso da narrativa em meio digital, “El Deafo” foi publicado em versão impressa pela editora Amulet Books e, em 2015, conquistou o prêmio *Newbery Honor*. Ao vislumbrarmos a trajetória de “El Deafo”, notamos que a criação, a circulação e a leitura de textos

³ Disponível em: <https://www.theguardian.com/childrens-books-site/gallery/2015/aug/04/cece-bell-el-deafo-in-pictures>. Acesso em 20 nov. 2022.

(aqui entendidos como prática social), estão cada vez mais presentes no ciberespaço. Contudo, o espaço de prestígio das narrativas escritas ainda se dá através do livro impresso (cfe. Autora e Autora, 2022), processo que faz com que uma obra ganhe destaque nos meios literários, acesso às livrarias e bibliotecas e que, assim, encontre espaço em premiações, por exemplo.

Bell ainda mantém um blog⁴, através do qual interage com seus leitores (sobre El Deafo e outros de seus trabalhos). Nesse blog, há hiperlinks para “leituras em voz alta”, textos gravados pela autora e compilados em seu canal na plataforma YouTube⁵. Essa é uma rotina de Bell destinada a promover a acessibilidade, mas que também viabiliza uma prática letrada em que sons, expressões e entonações podem ser explorados e que, assim, inclui outras modalidades para a construção da narrativa e de seus sentidos. De tal forma, é possível afirmar que a narrativa do GM de Bell (2014) é pensada para a construção de sentidos tanto a partir do livro impresso quanto das manifestações feitas e divulgadas pela própria autora em ambientes digitais (ou pelo conjunto dessas produções). Portanto, a multimodalidade, para além da combinação verbo-imagem, é elemento que permite, inclusive, maior acessibilidade à obra – já que é possível escutá-la ou ainda assistir às cômicas interpretações que Bell faz, em seu canal no Youtube.

Aliás, explorando a plataforma YouTube encontramos outras (re)leituras de El Deafo: apresentações teatrais preparadas por alunos de escolas no Estados Unidos; leituras em ASL, a *American Sign Language* (língua norte-americana de sinais)⁶ e, inclusive, trailers da recente série do serviço de *streaming* da Apple TV, homônima ao GM, lançada em janeiro de 2022⁷.

Desse modo, percebe-se que a (re)construção dos sentidos na/da narrativa de Bell – que teve origem no ciberespaço, foi ao impresso e continuou sendo (re)contada no digital –, está apoiada com frequência em múltiplas modalidades. Ademais, é narrativa que trava diálogo com vozes de sujeitos oriundos de diferentes realidades e percursos sociais e pessoais. Esses textos orais (em áudios no YouTube), permitem que vivências de uma menina com deficiência auditiva narradas em El Deafo possam ser lidas e interpretadas por comunidades de ouvintes, o que expande o alcance dessa narrativa a pessoas com e sem deficiências.

O enredo de El Deafo gira em torno de um importante acontecimento na vida de Cecelia Bell, que contraiu meningite aos 4 anos de idade e que, por isso, após meses de internação hospitalar, enfrentou a surdez. O GM acompanha a vida de Cece – como a própria autora se intitula – dos 4 anos até a fase da pré-adolescência. A trama navega pelas amizades, relacionamentos (familiar e escolar) e revela sentimentos, vivências e comportamentos de Cece que, no texto

⁴ Disponível em: <https://cecebell.wordpress.com/>. Acesso em 20 nov. 2022.

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCqumqDfE9869Kow_Kygvavcg. Acesso em 20 nov. 2022.

⁶ Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yUZcRHGWIXQ](https://www.youtube.com/watch?v=yUZcRHGWIXQ;).; <https://www.youtube.com/watch?v=TiDIzOGZWBc>; <https://www.youtube.com/watch?v=nnYZnT2yMTI>. Acesso em 10 jan. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NLCWBuiyays>. Acesso em 10 jan. 2022.

impresso, por exemplo, são perceptíveis através do casamento entre verbo e imagem, sendo que a segunda modalidade parece ser tão destacada quanto (ou até mais do que) a primeira (vide Fig.1)

Figura 1 - Captura de imagem do GM “El Deafo”



Fonte: BELL (2014, p.5)

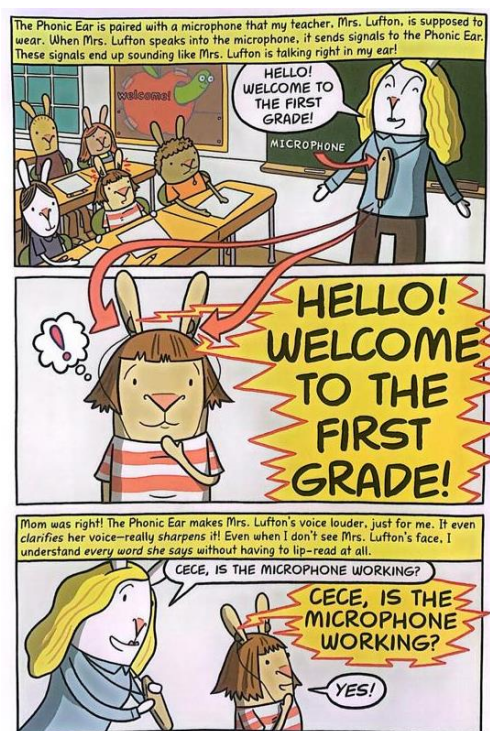
A perda de audição de Cece é representada através de imagens, sendo que, no projeto gráfico, as palavras (escritas nos balões de fala) vão sumindo gradativamente – o que representa visualmente a perda auditiva –, até que desaparecem completamente (à medida que a protagonista deixa de escutar), como pode ser visto nas Fig. 1 e 2.

Figura 2 - Captura de imagem do GM “El Deafo”



Mais adiante na narrativa, sons altos (que passam a ser escutados por Cece graças ao uso de um aparelho auditivo), também são representados graficamente através do uso de balões com cores vibrantes, como o vermelho e o amarelo (BELL, 2014, p.40). O próprio tamanho da fonte é alterado de acordo com a vivência/experiência da protagonista, indicando quando ela escuta ou não (veja a Fig. 3)

Figura 3 - Captura de imagem do GM “El Deafo”



Fonte: BELL (2014, p.40).

Ademais, através dos elementos visuais, ao longo do livro, percebe-se o quanto Cece fica impossibilitada de se expressar porque, embora não seja muda, a protagonista aparece falando poucas palavras, estando presente, mas não ativa, em eventos. Desse modo, vemos que a narrativa demonstra, através do jogo verbo-imagético e do projeto gráfico, fatos objetivos e subjetivos da vida de Cece. É através do jogo multimodal que temos acesso a informações mais profundas de sua subjetividade, representação de suas imaginações e anseios, delimitando o mundo infantil e demonstrando a experiência da autora, através da protagonista.

Durante o enredo de “El Deafo”, acompanha-se os processos de autodescoberta de Cece que passa a se identificar como criança surda – especialmente quando reconhece seu aparelho auditivo como constituinte de sua identidade e autoestima (BELL, 2014, p. 43). Nesse evento, Cece representa a si mesma como “o Batman”, ou seja, uma espécie de super-herói que, ao vestir seus aparatos, ganha superpoderes. Ao colocar o aparelho auditivo, Cece identifica-se capaz de “fazer

algo”, de atuar (e não apenas de participar) em eventos da sociedade o que, sem esse aparato, seria impossível acontecer.

Devido ao sistema de funcionamento do aparelho descrito por Cece (os interlocutores, no caso os professores, devem usar um microfone cujo som se amplifica no aparelho de Cece), a protagonista é capaz de fazer algo que nenhum outro aluno consegue: escutar seus professores que, durante conversas pessoais ou em momentos bastante peculiares, como quando estão no banheiro, podem esquecer de desligar o microfone. Esse aspecto passa a ser retratado como um elo que Cece encontra para fazer amigos, sentir-se (finalmente) querida, acolhida e desejada no ambiente educacional.

Não obstante o aparelho auditivo amplie as possibilidades de interação de Cece, é possível observar que a protagonista passa por um processo de oralização, não sendo iniciada no bilinguismo e sem acesso à ASL. Assim, em muitos momentos ao longo da narrativa, apesar de escutar com ajuda do aparelho, fica claro que Cece não consegue se expressar, o que é representado por diversos balões de pensamento e poucos balões de fala conectados à protagonista. Logo, esse encontro identitário é também desconcertante: o diferente é também solitário.

Em uma representação mais adiante na narrativa (BELL, 2014, p.69), vemos a protagonista ilustrando a si mesma como alguém que vive em um planeta diferente dos demais, demonstrando que, de fato, apesar de “fazer” e de ser “acolhida”, Cece não se sente parte das interações sociais e das culturas nas quais seus amigos ouvintes participam e se engajam. Cece parece não ficar apenas excluída da socialização – apesar de ter alguns amigos com quem interage bastante –, mas também de acesso a práticas de lazer, por não conseguir compreender desenhos animados, por exemplo (BELL, 2014, p. 74), uma atividade que faria parte do desenvolvimento de seus gostos e identidades como criança.

Como aponta Faraco (2011, p. 22), relido por Rojo e Moura (2019, p. 50), o autor-criador pode ordenar seu conteúdo sob diversas perspectivas: um olhar trágico, cômico, heroicizante, lírico, satírico (entre outras tantas) e buscar a forma composicional (romance, poema, drama, conto, entre outros) que melhor ampare a sua criação. Por consequência, *El Deafo* pode ser entendido como uma obra de perspectiva possivelmente heroicizante, contada através da forma composicional do *graphic memoir*. O próprio título “El Deafo” remete diretamente à nomeação de super-heróis, o que é reiterado pelo próprio desenho da capa do livro que (re)(a)presenta Cece voando pelo céu com uma capa vermelha. Porém, ressaltamos que, de nosso ponto de vista, o livro tateia nas fronteiras do clichê capacitista, que representa a pessoa com deficiência como alguém “especial”, romantizando uma experiência que, no mínimo, traz abalos emocionais e consequências sociais – efeitos do capacitismo no indivíduo com deficiência.

Apesar da metáfora do super-herói ser o bálsamo, uma espécie de bote salva vidas em que Cece ancora sua subjetividade, identidade e percepção de si no mundo – o que acontece ao se

comparar com Batman –, é também a outra face da moeda do irreversível: maquiagem dos efeitos insuperáveis de uma doença (meningite) que ocasionou a perda de audição.

Um aspecto crucial da obra de Bell (2014) que chama a nossa atenção é a própria representação gráfica da protagonista e de outras personagens: ao invés de serem desenhadas como figuras humanas, são todas ilustradas como coelhos que (por ironia ou não), são animais conhecidos pela sua alta capacidade reprodutiva e excelente audição, graças a suas orelhas gigantes. Apesar do primeiro aspecto da imagem popular destes animais ser irrelevante para esta análise, o segundo não o é, pois pode estar representando (ou dando vasão a) um desejo mais profundo e inatingível da Cece-adulta, sujeito-autora, hoje: o desejo de também escutar, e de escutar bem. Ao mesmo tempo, as “orelhas de coelho” podem servir de alegoria às capacidades de audição expandidas e proporcionadas pelo objeto “aparelho auditivo”, uma vez que é esse aparato que permite que Cece escutar.

De tal forma, acreditamos que as representações gráficas e os signos verbais são escolhas reveladoras da subjetividade de Cecelia Bell que, enquanto criança-surda e autora-surda, retrata e rememora sua própria infância em imagens e palavras – elementos que se complementam e que revelam, em totalidade, sentimentos de não-pertencimento, angústia e que, ao mesmo tempo, remetem à descoberta da vida, momento vivenciado por toda criança.

Por conseguinte, em contexto educacional, é possível abrir diálogo com esse GM não apenas com alunos mais jovens (o livro é tradicionalmente destinado ao público infantil), mas também outros já mais crescidos, uma vez que reflexões profundas sobre estruturas sociais, preconceitos e experiências subjetivas podem ser levantadas e incorporadas no repertório de saberes e no repertório pessoal dos educandos.

4. EL DEAFO, AUTOBIOGRAFIA E A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA VOLTADA À INCLUSÃO, PELO VIÉS DOS LETRAMENTOS

Em sua entrevista ao The Guardian, Bell elabora um importante recorte sobre seu processo de criação contando que, inicialmente, foi criando El Deafo em papéis soltos, de modo espontâneo e que, depois, juntou essas partes. Esse processo da escrita indica uma constante reconstrução das memórias, vivências e percepções de Bell que, à medida que os fatos são remontados, (re)identifica-se. Identidade e biografia dialogam intimamente com a própria história e sentimentos do sujeito-autora do GM. Assim, o olhar autobiográfico é, necessariamente, um ato dialógico em que duas versões de um mesmo sujeito se unem para compreender e criar uma narrativa baseada em fatos objetivos (datas, eventos) e subjetivos (emoções, sentimentos, lembranças afetivas etc.).

De acordo com Arfuch (2010, p.115), o termo "biográfico" remete a um amplo campo discursivo que abarca vários gêneros, que estão conectados por carregarem narrativas da vida, seus fatos e subjetividades como núcleo de tematização. Na narrativa autobiográfica, há então a incidência do que Ricoeur (1985 apud ARFUCH, 2010, p. 116) nomeia por “identidade narrativa”.

Disso conclui-se que, por mais que uma narrativa seja baseada em eventos objetivos, datados em uma vida, sua narrativização é sempre um ato de escrita/fala ficcional, submetida à (re)construção de eventos e à interação entre (ao menos) duas subjetividades: a atual, que relembra e reconta os fatos sob sua ótica presente, e a subjetividade de ontem, que efetivamente vivenciou e sentiu tais fatos – daí o dialogismo inerente à autobiografia.

Bakhtin (2016, p. 86) também elucida esse acontecimento quando trata da interpretação textual como "reflexos do reflexo", ou seja, interpretações estão sempre (inter)conectadas em uma teia com outras vivências – em uma cadeia enunciativa entre enunciados passados e outros em devir. Nesse viés, entende-se que a Cece adulta, autora e desenhista é posição-sujeito composta de inúmeros discursos-experiências (constituintes de sua subjetividade presente), que a Cece-criança, narrada em *El Deafo* efetivamente viveu, mas que, no momento (tempo-espaço) dessas vivências, a Cece-adulta ainda "não é". São diferentes posições-sujeito, das quais emergem diferentes subjetividades, atravessadas por diversificados discursos e, portanto, constituídas de maneiras distintas – embora estejam ambas personificadas em Cece Bell.

Portanto, a autobiografia inerente a esse GM nada mais é do que um processo narrativo em que se recupera fatos, eventos e experiências que são tanto objetivos quanto subjetivos sob o olhar de um sujeito que é o mesmo, mas é outro, cuja subjetividade é do "eu-hoje".

Conforme proposições bakhtinianas, relações dialógicas se dão no encontro entre enunciados em que "[...]se cruzam, convergem, divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes" (BAKHTIN, 2016, p. 61). No entanto, isto não significa que enunciados novos não criam algo igualmente novo. Pelo contrário, todo enunciado, nessa perspectiva, cria e coloca sempre algo inédito no mundo, porque toda a enunciação, enquanto ato, é única e singular. Entretanto, esses enunciados são sempre criados através daqueles enunciados que já foram dados, como esclarece Bakhtin (2016, p. 95).

A criação narrativa (que no caso da versão impressa de *El Deafo* é feita através de imagem e verbo) se dá então como um processo de objetivação que, segundo Bakhtin (2016), é um processo de colocar-se ao externo, extrapor-se. É nesse/desse fenômeno que nasce a possibilidade de uma relação dialógica consigo mesmo. Sob tal viés, vemos o trabalho de Bell (2014) como uma representação exata deste fenômeno – um *graphic memoir* em cuja narrativa há o encontro de (ao menos) duas (ou mais) vozes na criação de um enunciado chamado *El Deafo*.

Essa discussão teórico-analítica conduz à reflexão sobre diversos episódios isolados observados na narrativa de Bell: a perda da audição, o início do uso do aparelho auditivo, a autoidentificação com um super-herói (Batman), episódios que se conectam e que formam um conjunto identitário da personagem Cece, narrada por Bell. Ainda de acordo com Bakhtin (2020, p.4), entende-se que é na união desses fragmentos que se forma o todo da personagem que, por sua vez, tem uma "consciência outra", da sujeito-autora que se transfere à da personagem, e que, nessa posição sujeito da enunciação (i.e.; na escrita da GM *El Deafo*), sabe mais do que a

personagem Cece (sujeito-narrada enquanto narra a história) – podendo, assim, unir seus elos aos elos da narrativa como um todo (BAKHTIN, 2020, p. 11).

É nessa troca, nesse diálogo estabelecido entre essas subjetividades, que acontecem as identificações que constituem a Cece Bell-autora e Cece-personagem – uma compreendendo um todo e outra feita de partes, respectivamente. Cece já adulta e autora “recria” a consciência de Cece criança (e[m] personagem), ao recuperar e narrativizar suas memórias – tecendo uma teia dialógica de olhares, vivências e experiências.

Nesse sentido, defendemos que o gênero GM, como em seu exemplar *El Deafo*, seja um material favorável para o trabalho com vistas à promoção de experiências relevantes na educação linguística, especialmente a partir da perspectiva dos letramentos.

Grosso modo, letramentos são aqui entendidos como processos educacionais em que ocorrem interpretações dos sentidos (inerentes, inseridos e presentes), construídos em/por textos de quaisquer modalidades, o que implica também lidar não somente com a compreensão, mas também com a interpretação crítica dos signos que materializam esses textos⁸. Cope e Kalantzis (2000, p. 18 apud. MONTE MÓR, 2008, p.5) apontam que, fundamentada por essa visão de letramentos, é papel da pedagogia desenvolver uma “epistemologia de pluralismos”, em que as pessoas não tenham que apagar ou deixar de manifestar diferentes subjetividades durante processos educativos.

Nesse sentido, a fim de promover a educação linguística crítica, torna-se crucial desenvolver o trabalho com narrativas oriundas de sujeitos com diferentes experiências e atravessados por acontecimentos diversos. Ainda, uma orientação epistemológica pluralista dá a ver e a ouvir vozes tidas em lugar de menor prestígio ou de exclusão (de acordo com parâmetros sociais), nos contextos de educação linguística (no caso da presente discussão, como *El Deafo* é uma obra em língua inglesa, pensamos aqui uma possível inserção desse GM nesse contexto educacional). Nessa direção, entendemos que GM de Bell (2014) se apresenta como uma oportunidade para que a voz desses sujeitos-surdos possa ser ouvida em aulas de língua inglesa – assim como podem ser gerados tempos-espacos em que sejam problematizadas questões de inclusão, a partir desse texto.

Ademais, como sugere Monte Mór (2017), os processos envolvidos nas construções de sentido multimodais oferecem maneiras outras de expressar e comunicar. Essa estudiosa também salienta que o emprego da tecnologia deve ser visto como mais do que a simples adoção de aparatos tecnológicos, mas como um meio ativo para criar sentidos. Assim, o GM de Bell (2014) para além de sua forma impressa, mas também através de suas (re)criações no ciberespaço, apresenta igual potencial para, em seu conjunto, proporcionar uma experiência significativa a

⁸ O termo texto aqui é entendido de forma mais ampla, para além do verbal, em suas diferentes formas e modos de manifestação, como propõe Bakhtin (2016).

estudantes com diferentes graus e formas de acesso a textos, durante a educação em língua inglesa.

O gênero GM – no trabalho com "El Deafo" –, por proporcionar tantos intertextos em outras plataformas, inclusive aquelas com produções elaboradas por outros sujeitos além de Bell, oportuniza um diálogo direto com o potencial criativo, reflexivo e pessoal dos sujeitos-estudantes. Assim, podemos pensar também na exploração de múltiplos sentidos entre verbo, imagem e audiovisual, suas complementações e divergências, e na criação de espaços para incentivar e provocar as habilidades criativas dos estudantes para criarem seu próprio GM, narrando suas memórias e expressando suas subjetividades e olhares para a vida.

De acordo com Cope, Kalantzis e Pinheiro (2020, p. 147), as pedagogias dos letramentos críticos devem ser organizadas em torno das vozes dos alunos e seus mecanismos para articular sua experiência e conhecimentos de fundo – só assim exercita-se também a democracia em ambiente escolar. Desta maneira, reconhecer a(o) outro, à alteridade, é também parte do processo de reconhecer-se: como igual ou diferente, como posição social que ocupa e, ainda mais importante, reconhecer qual o papel da própria agência perante um mundo recheado de preconceitos e estratificações. Nessa direção, trabalhar com El Deafo pode proporcionar o ouvido à voz de Cece e pode evocar, nessa perspectiva epistemológica, uma troca genuína de saberes entre estudantes – suas vivências prévias, concepções e saberes teóricos sobre a temática do capacitismo, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, retomamos resumidamente os resultados de nossa pesquisa acerca das origens, da popularização e de empregos sociais do gênero "*graphic memoir*". Ademais, apresentamos uma possível leitura crítico-analítica do GM "El Deafo" (2014), da autora surda Cece Bell, apontando aspectos relevantes dessa narrativa verbo-visual em sua forma impressa e, também, destacando outras formas e desdobramentos desse texto que encontramos em circulação em ambientes digitais.

Além disso, tratamos da relevância da temática autobiográfica, marca distintiva do gênero *graphic memoir*, para o traçado de relações dialógicas que implicam a manifestação/representação de subjetividades e identidades e, no caso do trabalho de Bell (2014), da narrativização de uma criança surda e(m) suas relações em contextos educacionais, sob o ponto de vista de seu eu-adulto, agora na posição sujeito-autora, que retoma suas experiências e sentimentos para materializá-los verbo-imageticamente.

Dentre nossos objetivos, propusemos inter-relacionar o GM de Bell à proposta de uma educação linguística em língua inglesa que, orientada pelo viés dos letramentos, promova

necessárias discussões, problematizações e acesso a textos plurais e diversificados, visando a formação cidadã e a inclusão em contextos educacionais.

Sabemos que nossa proposta, não obstante aproxime importantes aspectos teórico-práticos em relação ao gênero estudado e às questões de linguagem e educação abordadas, é apenas um retrato breve e parcial do tema e que, por sua incompletude, requer maiores investigações e debates – o que nós, a partir deste trabalho, esperamos ter estimulado.

REFERÊNCIAS

- ALARY, V. La literariedad iconotextual en la novela gráfica hispana: prolegómenos. *Caracol*, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 27-50, jan. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/138672/140063>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- AZZARI, E. F. Articulações possíveis entre manifestações em paisagens linguístico-semióticas no ciberespaço e (uma) educação linguística crítica. In: ROCHA, C. H.; EI KADRI, M. S.; WINDLE, J. A. (Org.). *Diálogos sobre tecnologia educacional: educação linguística, mobilidade e práticas translíngues*. 01ed.Campinas: Pontes, 2017, v. 01, p. 59-92.
- AZZARI, E. F.; NASCIMENTO, I. T. V. Letramentos, narrativa transmídia e multimodalidade: percursos entre o tipográfico e o digital. *Olh@res*, revista do dep. de educação, UNIFESP, 2022.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Bocharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: WWF, 2020.
- BELL, C. *El Deafo*. New York: Harry N. Abrams, 2014.
- COUSER, Thomas G. *Memoir: An Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- DALMASO, R. L. Disability and metaphor in the graphic memoir. 2015. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repOsitOrio.ufsc.br/handle/123456789/160541>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- DENZIN, N. K, LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FIGUEIRA, D. A. A. G. Romance gráfico e discursos sobre o amadurecimento das histórias em quadrinhos. In: *Anais da 2a Jornadas Internacionais de histórias em quadrinhos*, 2., 2013, São Paulo. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 2013. p. 1-15. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/anais2ajOrnada/anais2asjOrnadas/anais/3%20-%20ARTIGO%20-%20DIEGO%20APARECIDO%20ALVES%20GOMES%20FIGUEIRA%20-%20HQ%20E%20MERCADO.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. *Letramentos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.
- KYLER, C. Mapping a Life: Reading and Looking at Contemporary Graphic Memoir. *CEA Crític*, v. 72, n. 3, p. 2–20, 2010. Disponível em: <http://www.jstOr.Org/stable/44378421>. Acesso em 06 jan. 2022.
- MONTE MÓR, W. Critical literacies, meaning making and new epistemological perspectives. **Revista Electrónica Matices en Lenguas Extranjeras** No. 2. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

OLIVEIRA, M. A. F. de. Depois da última página: intertextualidade entre hqs e literatura na graphic novel a liga Extraordinária. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repOsitOrio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106909/319584.pdf?sequence=1&isAllOwed=y>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SILVA, C. S. C. Novas leituras, histórias de outrora: transposição de obras clássicas para o gênero graphic novel. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2018.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Eliane Fernandes Azzari

Doutora e mestra em Linguística Aplicada pelo IEL/Unicamp, com estágio pós-doutoral na FFLCH/USP. Professora e pesquisadora do PPG- Linguagens, Mídia e Arte, da PUC-Campinas. eliane.azzari@puc-campinas.edu.br

Fernanda Pradella Travaglini

Graduada em Letras: port/ing (licenciatura) pela PUC-Campinas. Desenvolveu dois projetos de pesquisa de Iniciação Científica (2020-2022) com financiamentos do CNPq e da FAPESP. fernandatraglini.p@gmail.com

Democracy as a disputed 'message' in Brazil's 2022 elections: tracing echoes of trumpism and (de)naturalisation of violence across media spaces

Democracia como 'mensagem' em disputa nas eleições brasileiras de 2022: rastreando ecos do trumpismo e a (des)naturalização da violência em espaços midiáticos

Democracia como 'mensaje' en disputa en las elecciones brasileñas de 2022: rastreando ecos del trumpismo y la (des) naturalización de la violencia en los espacios mediáticos

RESUMO

Influenciado pelo Trumpismo, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, vem fazendo afirmações sem comprovação sobre a existência de supostas vulnerabilidades no sistema de votação local durante a disputa presidencial de 2022. À medida que Bolsonaro dá visibilidade a essas afirmações, tal sistema (e consequentemente a democracia) podem se tornar performativamente (ou 'produtivamente') desacreditadas ou alvos através da circulação digital e da violência textual. Esta pesquisa recorre a construtos foucaultianos e a perspectivas transdisciplinares para rastrear diferentes espaços midiáticos. Eles apontam para como disputas e dinâmicas de (des)naturalização da violência se tornam (in)visíveis no contexto eleitoral discutido.

Palavras-chave: crise da democracia; trumpismo e sistema de votação; Análise do Discurso; transmediatização e tradução; linguagem e (des)naturalização da violência.



ABSTRACT

Influenced by Trumpism, Jair Bolsonaro, the president of Brazil, has been presenting unsubstantiated claims about the existence of purported vulnerabilities in the local electronic voting system during the 2022 presidential race. As Bolsonaro gives visibility to such claims, that system (and consequently democracy) can be performatively (or 'productively') discredited and targeted through digital circulation and textual violence. This research resorts to Foucauldian constructs and transdisciplinary perspectives to trace different media spaces. These point to how disputes and dynamics of (de)naturalisation of violence become (in)visible in Brazil's 2022 electoral context.

Keywords: democracy crisis; trumpism and voting system. Discourse Analysis; transmediatisation and translation; language and (de)naturalisation of violence.

RESUMEN

Influenciado por el Trumpismo, Jair Bolsonaro, presidente de Brasil, viene haciendo afirmaciones sin comprobación sobre la existencia de supuestas vulnerabilidades en el sistema de votación local durante la disputa presidencial de 2022. A medida que Bolsonaro da visibilidad a tales afirmaciones, tal sistema (y consecuentemente la democracia) pueden volverse performativamente (o 'productivamente') desacreditadas y blanco a través de la circulación digital y la violencia textual. Esta investigación recurre a constructos foucaultianos y a perspectivas transdisciplinarias para rastrear diferentes espacios mediáticos. Señalan cómo las disputas y dinámicas de (des)naturalización de la violencia se vuelven (in)visibles en el contexto electoral discutido.

Palabras clave: crisis de la democracia; trumpismo y sistema de votación; Análisis del Discurso; transmediatización y traducción; lenguaje y (des) naturalización de la violencia.

Como citar:

SOUZA JÚNIOR, Jaime de. Democracy as a disputed 'message' in brazil's 2022 elections: tracing echoes of trumpism and (de)naturalisation of violence across media spaces. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 101-120, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.47609. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUCTION: ECHOES OF THE INTERNATIONAL FAR-RIGHT IN BRAZIL'S 2022 PRESIDENTIAL RACE

Steve Bannon, former Donald Trump's political strategist, has stated that the 2022 presidential election in Brazil would be "the most important of all time in South America"¹. Bannon's statement points to interconnexions between Jair Bolsonaro and the international far-right. Amongst such interconnexions, the domain of communicational and (geo)² political strategies in particular reaffirms the influence of Trumpism over Bolsonaro's administration.

Through a process of politicization of digital technology, Trumpism may interconnect different types of online/offline violence against democracy, generating a hybrid stratagem of 'government'. For instance, an interconnexion involving neoliberalism, militarisation, religious discourse (e.g. neopentecostalism) and Trumpism can be perceived in different contexts. In the U.S.³, with Trump; and in Bolivia⁴, with Jeanine Añez⁵.

In Brazil, this interconnexion points to two relevant aspects: (i) the neoliberal echoes of the international far-right that resonate through Bolsonaro's Pinochetian ideals⁶; and (ii) the instrumentalisation of religious and military discourses and how Bolsonaro mobilises these to (somehow) reunite⁷ the State and the church, projecting a process of *de-calendarisation* (i.e. a sense of calendar disorientation or civilisational disruption). Since such discourses can relatively control through dogmas and condition through discipline/obedience, when associated, locally, they contribute to the dissemination of beliefs or the peremptory repetition of claims through *techno-preacherism* (SOUZA JÚNIOR, 2021, p. 14).

During the presidential race, preliminary poll results showed Bolsonaro behind⁸ his main opponent, former president Luiz Inácio Lula da Silva (Workers' Party/PT). As a reaction, Bolsonaro began mobilising a script or a communicational repertoire of interpretation that was, to some extent, associated with Trumpism in the U.S. 2020 presidential election. Jair Bolsonaro's re-election campaign has been investing considerable time and effort in forging a belief that is expected to turn into a claim. In his

¹ See: <https://www.ft.com/content/4f150c07-41d7-4021-a911-a70ecacacb08>. Accessed on: 22 Aug 2022.

² In this paper, I use the parentheses in ways that might not be described in traditional grammar books/manuals. The parentheses will be frequently mobilised in order to: (i) indicate two possibilities of reading a term, like in *(geo)political*; and (ii) present actions or effects that point to a dispute, such as in: *(in)visible dynamics*.

³ Cf.: <https://www.nbcnews.com/news/us-news/live-blog/2020-06-01-nationwide-protests-over-george-floyd-death-live-n1220761/ncrd1221511#blogHeader>. Accessed on: 29 Aug 2022.

⁴ Cf.: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-11-11/bolivia-faces-power-vacuum-and-more-chaos-after-morales-quits>. Accessed on: 29 Aug 2022.

⁵ Cf.: <https://www.riotimesonline.com/brazil-news/brazil/brazil-could-offer-asylum-to-jeanine-anez-convicted-of-coup-in-bolivia-newspaper/>. Accessed on: 16 Sep 2022.

⁶ In Brazil, the influence of Pinochetian neoliberalism is currently promoted by Bolsonaro's Ministry of Economy, Paulo Guedes – locally framed as a 'Chicago boy'.

⁷ It is observed even when the Constitutional principle of *secular state* repels that.

⁸ Cf.: <https://www.as-coa.org/articles/poll-tracker-brazils-2022-presidential-election>. Accessed on: 22 Aug 2022.

view, the system would be fraud⁹-prone. He has been sending mixed messages¹⁰, leading many to believe that, if he loses, defeat will not be conceded¹¹. This was Donald Trump's script/playbook for some time in the U.S. – what contributed to the emergence of the egregious Capitol events on 6 January 2021¹².

As Bolsonaro disseminates such claims and messages through different media spaces, not only the voting system can be performatively (or 'productively') discredited and targeted through *textual violence* (SOUZA JÚNIOR, 2022), but also democracy, as a Constitutional construct, becomes a disputed 'message'. Against this background of textual violence, a pro-democracy letter-manifesto has been presented and promoted by the Faculty of Law of the University of São Paulo (USP).

The digitalisation and dissemination of the manifesto generated a *transdimensional* and a *transmedia* event (SOUZA JÚNIOR, 2021). The event became transdimensional, because it interconnected the offline dimension of the University to the on-line domain of the internet. Moreover, it can be framed as transmedia, because the manifesto and its message circulated across different media spaces, pointing to digital traces, textual trajectories and on-line disputes.

I am interested in addressing that event and its on-line resonances. To do so, I resort to Foucauldian constructs and transdisciplinary perspectives. Guided by the transdisciplinary lenses of Discourse Studies and following recommendations from the domain of transdisciplinary studies (LATOURET, 2005, p. 124; p. 182), the discussion that the paper develops is focussed strictly on the unfolding of processes of (de)naturalisation of violence. As it stands, I simply try to understand how, through these particular processes, interconnected trajectories, (in)visible dynamics and disputes emerge.

In the final section, I present a final panorama regarding the context under discussion. This includes the limitations and the potential contributions of this study.

1. THEORETICAL CONSTRUCTS: DEMOCRACY, DISCOURSE, DIGITAL CIRCULATION, TEXTUAL DISPUTES AND (DE)NATURALISATION OF VIOLENCE

In different ways, several authors have been contributing to the study¹³ of democracy. They point to how it may be endangered/subverted or preserved and perfected.

⁹Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2022/07/bolsonaro-lies-about-ballot-boxes-to-foreigners.shtml>. Accessed on: 29 Aug 2022.

¹⁰ See: <https://www.msn.com/en-gb/news/world/bolsonaro-says-he-will-respect-brazil-election-result-if-clean-transparent/ar-AA10XXPT>. Accessed on: 03 Sep 2022.

¹¹ Cf.: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-58372754>. Accessed on: 03 Sep 2022.

¹² See: <https://foreignpolicy.com/2022/03/15/bolsonaro-brazil-election-trump-gop-jan-6-insurrection/>. Accessed on: 22 Aug 2022.

¹³ See, for example, Dahl (1989) for a more comprehensive discussion on aspects/principles that can be associated with the constitution of democracy.

Amongst such contributions, we find those that project what can be viewed as a *structural perspective*. The thesis proposed by Fukuyama (1989) would provide a model through which this perspective reverberates. Such studies may point to the existence of the following elements: (i) juridical foundation; (ii) local Constitution and its principles (e.g. rule of law); (iii) three-fold nature (which usually comprises the Executive, the Judiciary and the Legislative as independent powers); (iv) institutions; and (v) a ‘toolkit’ of checks and balances.

This set of elements, which serves to exemplify some of the components and the epistemological complexity of democracy, would allow us to see each of these as ‘a brick in the wall’. The ‘wall’ would make visible the representation of a ‘final product’, whose ‘infrastructure’/bricks would reflect *liberal democracy’s* Constitutional principles. Such principles would impose a kind of order or normativity/positivity, whilst (de)regulating the functioning of democracy. The ‘image’ of the erected and ‘effective wall’ as a ‘fortress’ would also contribute to configuring and sustaining what is usually called *indirect or representative democracy*.

Alternatively, it is possible to examine democracy as a system of government by mobilising what can be described as a *relational perspective*. The latter, succinctly, leads the researcher to problematise at least two aspects. Firstly, the notion of ‘representation’ and its association with democracy. Secondly, the centrality of structures/institutions/principles and their constitutive hierarchical normativity. The assemblage of structures/institutions/principles would, on one hand, sustain and protect democracy like a fortress or, on the other, open a pathway not only to deregulation but also to *exception*, being the latter capable of endangering or subverting democracy and the normativity/positivity that it forges.

Drawing on Foucault (1995, p. 217; p. 221), it is possible to argue that the structural viewpoint and its (de)limitations contribute to understanding democracy in a rather idealised way. This viewpoint appears to ignore (or neglect) that representative democracy is constitutive of a system of government (or a domain of power-knowledge), whose positivity and trajectory are associated with some sort of condensed historicity. Nevertheless, the historicity of that domain (as a stable/structured form of ‘consciousness’/repertoire) and what it would ‘represent’ can be viewed as elements that are not transparent (i.e. easy to access). For this, the positivity that constitutes such elements may be misinterpreted (or not fully understood/accessed) by ‘ordinary citizens’.

The relational approach is also important for us to understand how circulated messages that target democracy (paradoxically being guided by one of the latter’s basic principles: *freedom*) can make visible performative changes in historicity. Such changes can put democracy’s institutions, values and integrity to the test as a central event. Through this perspective, it is possible to examine the performative/productive (de)construction of democracy “from the inside”, as Steven Levitsky and Daniel Ziblatt (2018) put it in *How democracies die*¹⁴ (2018).

¹⁴See: <https://www.theguardian.com/us-news/commentisfree/2018/jan/21/this-is-how-democracies-die>. Accessed on: 05 Sep 2022.

Here, I focus more specifically on discussing actions and reactions as dynamics of power and resistance, when Bolsonaro's performances discursively catalyse and operationalise *networked violence*. Developing this focus becomes possible because, as Foucault observes: "(...) we must conceive discourse as a violence which we do to things, or in any case we impose on them" (FOUCAULT [1970] 1981, p. 67). As it stands, networked violence, in the case at hand, involves *textual violence*. Both give rise to textual disputes, through which the Brazilian electronic voting system and democracy can be targeted.

Furthermore, if it is possible to address democracy from a discursive point of view, hence, we can conceive democracy as a discursive construct, because both its representation and 'message'¹⁵ need to be constantly reinforced and circulated in a transdimensional way. Nowadays, if this 'message' fails to be reinforced, democratic values (as 'the message' itself) may no longer circulate, nor influence the social sphere/citizens. This potential failure can generate a process of (de)naturalisation of violence, through which democracy, haunted by perils and powers, becomes a 'disputed message'. For this, democracy, as a complex or multilayered domain of power-knowledge, can be (de)constructed during Brazil's 2022 electoral process.

Democracy can be associated with perils and powers these days because, to some extent, in the so-called Western societies (but not exclusively in these), the existence of this system of government is becoming more and more dependent on media discourse and on the circulation of texts. This dependence can be viewed as an effect of algorithmic¹⁶-multilayered influence of the so-called big tech firms over (geo)politics or local partisan politics.

This influence can catalyse disputes (and violence). They may involve, for instance, these kinds of textual manifestation: (i) national Constitutions; (ii) international treaties/agreements; (iii) (written/spoken) speeches; (iv) demonstration placards (and in other contexts the bodies that accompany those); (v) journalistic texts (e.g. news items); (vi) digitalised institutional manifestoes; and (vii) social media posts. The latter (materialised, for example, as comments, memetic constructs, fake news, deepfake videos or live sessions) are capable of encapsulating, redistributing and performatively (de)constructing the messages communicated by the abovementioned items.

Directing my focus towards this 'textual dimension of democracy' is of sheer relevance. It allows me to discuss how this performative or productive dimension has an impact on the way 'democracy as a message' can be circulated, (mis)understood or (re)interpreted through textual disputes. These can 'translate' and/or be 'translated' as performative processes of (de)naturalisation of violence that derive from *transmediatisation*. The latter indicates a decentralised process of production and circulation of texts across media spaces.

¹⁵ Message, for example, of perennial dialogue, which allows for the existence of internal contradictions.

¹⁶ According to a study from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ/Netlab), Youtube's algorithm contributed to the uneven dissemination of pro-government content in Brazil's 2022 presidential race: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/b5e2b957-f8b0-4ce1-bee8-c89b30b58c15/Special%20Report%20-%20Recommendations%20on%20Youtube%20the%20case%20of%20Jovem%20Pan.pdf>. Accessed on: 15 Sep 2022.

This characterisation of the process of circulation outlined above reflects aspects that are related to the concept of *transmedia order of discourse* (SOUZA JÚNIOR, 2021, p. 2). Through it, I am led to problematise discourses, media spaces (as domains of power-knowledge), participants and texts that can (re)forge (de)stabilisation and struggles as performative processes. In the case at hand, such struggles/disputes involve the performative circulation of discourses that may be specialised/‘authorised’ (e.g. legal/journalistic) or non-specialised/‘non-authorised’ (e.g. social media influencers’ or users’ dissemination of opinions/aspirations/beliefs).

2. CORPUS AND METHODOLOGICAL DECISIONS

The corpus of this study encompasses: (i) USP’s Faculty of Law pro-democracy letter-manifesto, which was made available at their website; (ii) a tweet made public by Bolsonaro’s official profile, through which he reacts to the circulation of the letter-manifesto; (iii) a news item from *Folha de São Paulo*, which captures Bolsonaro’s ethos of recalcitrant commentator in relation to Brazil’s 2022 electoral process and also reports one of his relevant statements about USP’s manifesto; and (iv) the so-called “*people’s letter*”, an alternative pro-democracy manifesto that has been proposed and promoted by André Janones (a federal lawmaker).

The selection of such texts can be justified, first of all, in terms of their quantitative relevance. Text (i) reached more than 1 million signatories from diverse segments of the so-called civil society 16 days after being released on-line, on 26 June 2022. Text (ii) was posted on 28 July 2022, generating 22,000 retweets/ 6,892 comments/ 113,400 positive reactions (i.e. Twitter ‘hearts’). Text (iii) was published on 9 August 2022, on *Folha de São Paulo*’s website – access average¹⁷ 24 million/month. Lastly, text (iv) was released on 19 August 2022 and until 26 September 2022 it had attracted the attention of those who identify as ‘the people’, making visible more than 110,110.000 signatories.

Additionally, this selection, which is never neutral, can be justified in terms of its: (i) balance (since I take into consideration different stages and voices that give visibility to the event); and (ii) qualitative relevance. In this regard, firstly, it becomes important to point to the aspect of semiotic restriction and expansion. Whilst having an English version of these available, texts (i) and (iii) seem to have been published to circulate farther. Texts (ii) and (iv) have been originally published in Brazilian Portuguese. For this, I had to translate these into English. Secondly, I was led to take into account aspects such as participants, discourses, kinds of texts, media spaces, trajectories and resonances that these selected texts make visible, as indicated previously.

Hence, such texts are part of the corpus because they capture three key and interconnected stages of Brazil’s 2022 electoral process, namely: (i) the emergence of USP’s letter-manifesto; (ii) how Bolsonaro’s reactions to that latter resonate through different media spaces; and (iii) how André

¹⁷Cf.: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/dados-de-audiencia-do-1o-trimestre-reafirmam-lideranca-da-folha.shtml> . Accessed on: 26 Sep 2022.

Janones, as an influencer, reacts to the circulation of USP's manifesto, projecting a new *letter* and his ethos. Janones gathers more than 12 million¹⁸ followers on social media. On Twitter¹⁹, he plays a very active role as a social media influencer, bringing into the spotlight an ethos that has been engaged in confronting and 'translating' the far-right strategies of disinformation or the intricacies of specialised discourses (including those circulated by the so-called leftists). Looking at how the alternative manifesto makes the communication of such discourses less specialised (i.e. less complicated) for the 'ordinary citizen' (or 'the people') matters.

Once these aspects, stages and resonances are traced, it is necessary, firstly, to reflect on how the emergence of USP's letter-manifesto pointed to a trajectory of actions and reactions. This sense of trajectory leads me to highlight the importance of the *genealogical perspective* (FOUCAULT [1970] 1981, pp. 70-71), which, succinctly, allows me to focus on how Discourse unfolds and circulates. In other words, I take into consideration Discourse, its formation, discontinuities and modulations, as these emerge across media spaces.

Through the *critical perspective* (Foucault [1970]1981, p. 73), it is equally important to take into account how the alluded trajectory of actions and reactions pointed to the emergence of textual and epistemic disputes that became visible as the event under discussion unfolded. I discuss how/what/who these disputes (as dynamics of power and resistance) performatively include or exclude, expose or invisibilise. More precisely, the critical perspective leads me to explore the domain of the (un)said, by discussing how these disputes produced (in)visible dynamics, threats and what/who is threatened.

3. DISCUSSION

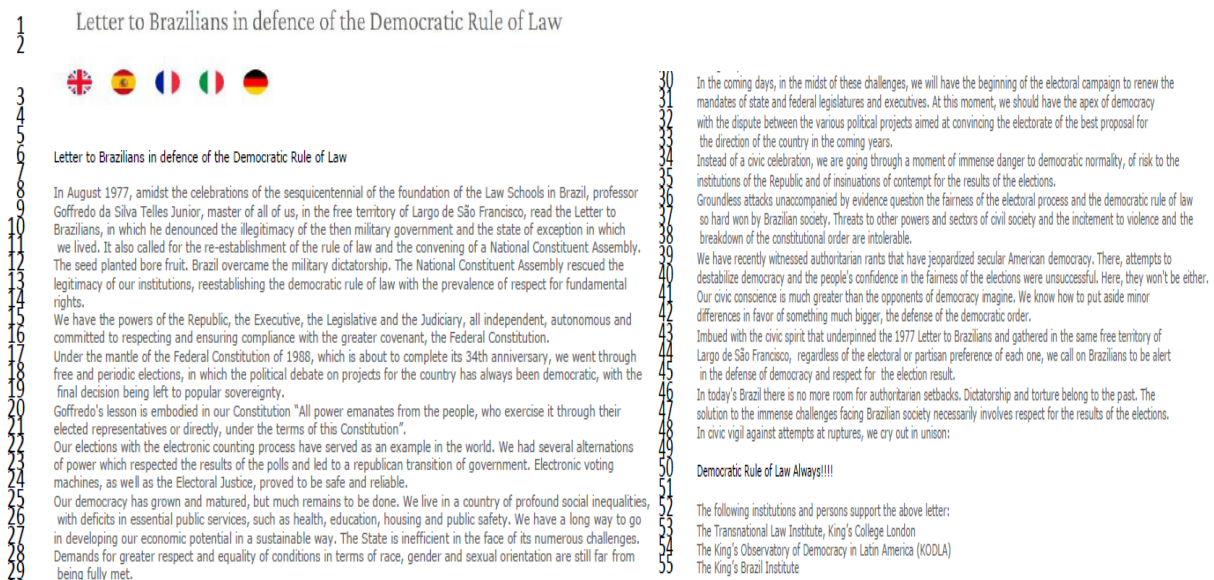
3.1 Democracy in USP's letter-manifesto and (de)naturalisation of violence

In this section, I discuss: (i) how the notion of democracy is mobilised; and (ii) what/who USP's manifesto performatively includes or excludes, whilst projecting processes of (de)naturalisation of violence.

¹⁸Cf.: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/proposta-por-janones-carta-do-povo-ja-tem-50-mil-assinaturas-confira-a-integra/> . . Accessed on: 26 Sep 2022.

¹⁹ Cf.: <https://twitter.com/AndreJanonesAdv> . Accessed on: 26 Sep 2022.

Figure 1: USP's Faculty of Law pro-democracy letter-manifesto



Source: <https://direito.usp.br/noticia/c26b69cbbd74-letter-to-brazilians-in-defence-of-the-democratic-rule-of-law>. Accessed on: 22 Sep 2022.

Preliminarily, Figure 1 exposes the layers of networked violence (cf. Section 1), which once have effectively contributed to leading Brazil to a dictatorship (line: 10). Now, context-specific elements of that network catalyse the emergence of USP's manifesto. Regarding such elements or layers, textual violence emerges explicitly in the following excerpts "(...) *insinuations of contempt* for the results of the elections" (line: 35); *Groundless attacks* unaccompanied by evidence [which] question the fairness of the electoral process and the democratic rule of law" (line: 36). These occurrences expose the vulnerabilities of democracy, if we take into account its 'textual dimension' (cf. Section 1).

It is also possible to observe how Figure 1 exposes the performative potential of textual violence. In other words: it makes visible what the repetition of such violent practices can actually generate through textual manifestations: "*Threats to other powers and sectors* of the civil society (...)" (line: 37). That potential can also give visibility to how these practices can be repeated and discursively naturalised, affecting, therefore, democracy: "(...) [through] the *incitement of violence* and the breakdown of the constitutional order (...)" (line: 38).

In addition, it becomes visible how the potential referred to can be expanded, become more hybrid and disruptive/destructive, if misleading premises of 'freedom' (cf. Section 1) are adopted locally in association with textual violence: "(...) *authoritarian rants* that have jeopardized *secular American democracy* (...) *attempts to destabilise* and people's confidence in the elections (...)" (lines: 39-41).

At this point, it is necessary to look at how the letter-manifesto produces a performative process of denaturalisation of that kind of violence. If violence unfolds in a networked way, it is

possible that reaction or a dynamics of networked resistance towards that emerges. Here, this dynamics/network can reveal a set of elements/layers, as indicated below.

The letter-manifesto itself is a form of textual manifestation (cf. Section 1) that can be viewed as the primary instrument of textual reaction. In this document, a network of textual and traceable ‘instruments’ (e.g. Constitutional principles) becomes visible. These instruments can work in association, whilst being capable of promoting textual reaction or denaturalisation of violence. In Figure 1, the following traceable and textual elements appear to work together/embedded: “[the] Letter to Brazilians (...) [which] *called for the re-establishment of rule of law*(...)” (lines: 9-11); “(...) the Federal Constitution of 1988 (...)” (line: 17); “(...) *political debate* on projects for the country (...)” (line: 18); “[a] *call on Brazilians to be alert* and in the defence of democracy and respect for the electoral results” (lines: 44-45). In this context, whilst *called for* and *call on* indicate ways of producing textual manifestation, *re-establishment of rule of law*, *political debate* and *to be alert* point to the embedded democratic elements or dynamics that indicate processes of reaction, dynamics of resistance and denaturalisation of violence.

A final dimension of the letter-manifesto can be explored. It projects specific constitutive elements that may be read as ‘messages’. The latter seem to ‘translate’ and expand (moving beyond the mere semiotic mobilisation of English) the social and political meanings of democracy (i.e. what it would stand for in this context). These meanings and message project, then, expanded and indirect conceptualisations of democracy. Such conceptualisations would reflect, as indicated below, the cherished and the contradictory constitutive elements, which, in a relational way, co-exist and seem to characterise democracy in the Brazilian scenario.

Amongst the cherished ones, the following can be singled out: “(...) the *legitimacy of (...) institutions (...) the democratic rule of law* with the prevalence of *respect for the individual rights*.” (lines: 13-14); “(...) *the powers of the Republic*, the Executive, the Legislative, the Judiciary, all *independent, autonomous*, committed to *ensuring compliance with the greater covenant, the Federal Constitution*.” (lines: 15-16); “(...) the *dispute between the various political projects* aimed at convincing the electorate of the best proposals for the direction of the country (...)” (lines: 32-33); “(...) *respect for the electoral results*” (lines: 44-45). When it comes to the contradictory and co-existent ones, I highlight these: “(...) *profound social inequalities, with deficits in essential public services*, such as health, education, housing and public safety (...). *Demands for greater respect and equality of conditions* in terms of race, gender, sexual orientation” (lines: 32-33).

From a critical standpoint, it becomes relevant to highlight the following aspects that USP’s letter-manifesto makes visible: (i) the targets of violence (e.g. democracy, its principles, powers, institutions, the electronic voting system); (ii) the ways through which networked violence emerges (e.g. through textual manifestation and textual violence); and (iii) the instruments through which textual violence can be equally resisted (e.g. pro-democracy letter-manifesto and defence of the

constitutional order and rule of law). In 4.2, we will see how such aspects can be related to the discussion involving Figures 2 and 3.

3.2 Bolsonaro's reactions towards USP's letter-manifesto in the media: tracing (in)visible dynamics and transmedia resonances

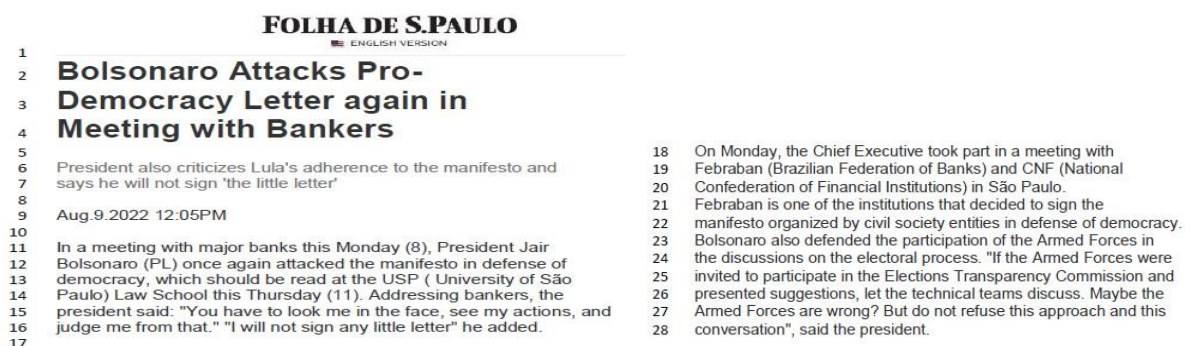
In this section, I address the process of transmediatisation of USP's pro-democracy manifesto regarding two different media spaces: Twitter and the news website *Folha de São Paulo*. Figures 2 and 3, below, allow us to have access to such spaces:

Figure 2: On Twitter, Bolsonaro reacts to the digital circulation of USP's letter-manifesto



Source: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2022/07/bolsonaro-says-he-doesnt-need-a-letter-to-defend-democracy.shtml>. Accessed on: 22 Sep 2022.

Figure 3: Bolsonaro's second reaction to the digital circulation of USP's letter-manifesto in the media



Source: <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2022/08/bolsonaro-attacks-pro-democracy-letter-again-in-meeting-with-bankers.shtml>. Accessed on: 22 Sep 2022.

In Figure 2, Bolsonaro's declaration could be viewed as an implicit dynamics of vulnerabilisation, targeting democracy. The latter, through its textual dimension, little by little, seems to 'crack' or become vulnerable with the emergence of networked and textual violence. The alluded sense of vulnerabilisation gives visibility (in different ways) to a process naturalisation of violence.

In Figure 3, this sense becomes not only more visible, but also reinforced across media spaces: "Bolsonaro *attacks* pro-democracy letter *again* (...)" (lines: 2-4). Moreover, this alluded reinforcement develops further, when, as reported by the media outlet, Bolsonaro refers to the pro-democracy manifesto as "(...) the *little* letter (...)" (line: 7). From a critical perspective, the mobilisation

of *little* projects the emergence of textual violence. It recycles and expands a sense of hierarchisation, which Bolsonaro's declaration projects in Figure 2.

It is important to note that, from a genealogical perspective, Bolsonaro uses *little* frequently – as a discursive resource, in order to construct himself as a 'superior' actor in contexts of conflict/crisis. *Little* is commonly mobilised by Bolsonaro, when he is confronted with entities or participants that may lead one to see him as inferior²⁰ in such contexts.

The recycling and expansion alluded to also contribute to making more explicit why the clash between collective (e.g. manifestoes) and individualistic forms of pro-democracy textual manifestation (e.g. tweets) should not be disregarded in Bolsonaro's declaration. In Figure 3, we can see his explicit refusal to adhere to USP's manifesto, in case Lula became one of its signatories.

In sum, we can observe that the reported statements in Figure 3 (if understood as projecting a 'conversation' with Bolsonaro's individual tweet in Figure 2) give visibility to his explicit dynamics of ratifying a perception of dispute for protagonism and legitimation in the face of the discursive authority of USP's manifesto as a collective pro-democracy textual manifestation. To understand why USP's manifesto becomes 'authorised' to circulate democratically two aspects need to be observed. On one hand, the manifesto not only emerges from a domain of power-knowledge that is specialised (i.e. a source of legal discourse), but also (and most importantly): the discourse projected through the manifesto is a Constitutional one. On the other, Bolsonaro, as a recalcitrant commentator, used his Twitter account in order to promote his own 'letter', which, according to the message that he projected, would neither be compatible with the pro-democracy views of USP's "little letter", nor with those of his opponent: Lula.

There is another implicit and relevant aspect in Bolsonaro's dynamics. Bolsonaro's explicit textual dynamics makes use of two different media spaces to become amplified. It is necessary to observe how this dynamics involves the media space of traditional journalism as its domain of culmination. In this way, an additional dimension or layer of networked violence can be activated. More precisely, in Figure 3, this suggested activation is connected with how the space of the news item and, as a consequence, the democratic and Constitutional principle of *freedom of press* may amplify a process of naturalisation. The latter can vulnerabilise democracy through textual violence.

This naturalisation is developed through an attempt to militarise the electoral process²¹, which, according to the Brazilian Constitution, should be conducted by civilians²². Here, we can see the rise of a militarising configuration or a *military order of discourse* (SOUZA JÚNIOR, 2022). This *order*, as discussed elsewhere, connects military, political and media discourses, whilst opening a

²⁰ During the Covid-19 pandemic in Brazil, Bolsonaro repeatedly disseminated a belief that the deadly Covid-19 infection should be simply regarded as 'a *little* flu' (cf. SOUZA JÚNIOR, 2021, pp. 4-5).

²¹ Cf.: <https://www.hrw.org/news/2022/04/29/brazil-armed-forces-should-not-count-votes>. Accessed on: 9 Nov 2022.

²² It should be noted that, unlike the U.S., Brazil has in its Judiciary power a special segment, the Electoral Justice. For more details, see: <https://foreignpolicy.com/2022/03/15/bolsonaro-brazil-election-trump-gop-jan-6-insurrection/>. Accessed on: 08 Oct 2022.

pathway to the performative production of textual violence and vulnerabilisation in/of democracies, as a result of the activation of military interferences in civilian domains.

The attempt referred to allows for the amplification of Bolsonaro's militarising 'suggestion', which is reported (without any indication of democratic or Constitutional contestation) in the space of journalism as follows: "If the Armed Forces were invited to participate in the Elections Transparency Commission and presented suggestions, let the technical teams discuss. Maybe the Armed Forces are wrong? But do not refuse this approach and this conversation." (lines: 26-30).

If the relational perspective is considered (cf. Section 1), Bolsonaro's reported statements in Figure 3 suggest a sense of Constitutional deviation, which seems to be naturalised/trivialised in the space of traditional journalism. This deviation would potentially promote relations of friction as follows: (i) between State institutions (i.e. The Armed Forces/Brazilian Army and TSE - the Superior Electoral Court); and (ii) between the Executive and the Judiciary powers. In this way, we would have, 'from the inside' of democracy, rule of law giving rise to a configuration that would be capable of legitimising and/or ratifying the naturalisation of traces of a state of exception as a manifestation of networked violence.

In this context, exception would materialise through Bolsonaro's 'simple suggestion'. However, this 'suggestion' ought to be read as a kind of textual violence, which, discursively, can subvert and vulnerabilise the textual dimension of democracy. This 'suggestion' also exposes how the Brazilian Army may be activated locally to take part as an actor in a context that projects an atmosphere of crisis and competition between institutions. The military are expected to operate through a domain of inter-institutional dynamics. The latter can lead the Army to take a pathway to what can constitute a deviation from their Constitutional duties, at the expense of taxpayers, whilst the military partake in a Commission whose Constitutional prerogatives of legitimation are civilian in nature.

As an effect, this scenario can promote exception instead of the ratification of the Constitutional order/normativity. The alluded senses of deviation/subversion, violence and vulnerabilisation would become manifested if the dynamics of redirecting the Armed Forces to a civilian domain (i.e. the Elections Transparency Commission) became a reality.

When examined through the genealogical lenses, it is possible to understand how a trajectory of 'conversation' between Figures 1, 2 and 3 is projected; and how these can reveal additional (in)visible layers and dynamics.

If critically observed, invisibilising (or not targeting explicitly) those who could be framed as a threat to democracy can be viewed as one of the key dynamics in USP's manifesto. When Bolsonaro refuses to endorse the message of democracy that the manifesto projects and promotes his individual tweet, it can be viewed as an attempt to 'replace' or compete with USP's manifesto. This dynamics seems to lead him to 'take a bait', which, in a sophisticated way, was 'left hanging' in the manifesto. The interconnexions between Figures 1 and 2 show how, as he takes that 'bait', this may


performatively contribute to projecting Bolsonaro as a source of violence or the potential ‘aggressor’, whose dynamics the manifesto seemed to denounce, but did not explicitly mention.

To sum up, the interconnexions between Figures 1, 2 and 3 seem to amplify Bolsonaro’s projected ethos of aggressor. One of the indirect effects of this alluded amplification points to how Bolsonaro’s conspicuous refusal to adhere to USP’s pro-democracy manifesto promotes and amplifies the image of Lula as his main opponent, whilst ratifying, through an invisible or indirect dynamics, the latter as a pro-democracy candidate. Understanding this indirect amplification of Lula’s image in that way becomes possible, since Figure 3 indicated that he was about to become a signatory of USP’s manifesto.

3.3 Democracy, (re)interpretation and co-existent ‘messages’: a ‘conversation’ between USP’s letter-manifesto and ‘the people’s letter’

In this section, we shall look at how the so-called *people’s letter* ‘converses’ with USP’s letter-manifesto. Figure 4, below, allows us to explore dynamics of (re)interpretation and related (in)visible dynamics that (de)naturalise networked violence:

Figure 4: The people’s letter

	<p>THE PEOPLE’S LETTER!</p> <p>#ThePeople’sLetter</p> <p>Read and Sign the Pro-democracy People’s Letter</p>
<p>Carta do povo brasileiro em defesa da democracia</p>	<p>Letter from the Brazilian people in defence of democracy</p>
<p>(1) Muito tem se falado sobre democracia. Mas afinal, o que é democracia para nós, o povo?</p>	<p>Much has been said about democracy. But, after all, what is democracy for us, the people?</p>
<p>(2) Democracia é termos o direito do voto, do livre pensar, de professar nossa fé e nosso credo. É vivermos livres de ameaças autoritárias e do medo da fome e do desemprego. A democracia que exigimos é aquela em que uma mãe não tenha que empurrar, com os olhos marejados, o próprio prato de comida para matar a fome de seu filho.</p>	<p>Democracy means that we have the right to vote, right to freedom of thought, right to profess our faith and creed. It means to live without [fearing] authoritarian threats, [without] fearing hunger or unemployment. The democracy that we demand is one in which a mother, teary-eyed, doesn’t have to skip a meal to feed her child.</p>
<p>(3) Nossa democracia só será para valer quando cuidarmos de todos os pequenos, os miúdos, os fragilizados, e não deixarmos ninguém para trás. Uma democracia com direitos para todos, mas que olhe especialmente para os mais vulneráveis.</p>	<p>Our democracy will only be a democracy when we take care of the little, the tiny, the vulnerable ones, not leaving anybody behind. A democracy with rights for all, and, yet, one that looks in particular after the most vulnerable.</p>
<p>(4) A democracia que buscamos é a democracia das oportunidades, onde um agricultor possa celebrar o abraço carinhoso da filha, que conseguiu, com sua dedicação e esforço, entrar numa boa universidade. Para estudar o que desejar, construir seu próprio caminho e vencer na vida.</p>	<p>The democracy that we pursue is the democracy of the opportunities, where farmer[s] can enjoy their daughter’s warm hug, after she, with dedication and effort, entered a good university. To study whatever she wants to, in order to find her own way and become a winner.</p>

(5) A democracia que buscamos todos os dias, é uma em que pais e mães não ficam com o coração apertado toda vez que seus filhos saírem para estudar, trabalhar ou se divertir, por medo da violência que mata. E que castiga ainda mais a população pobre e preta das periferias.	The democracy that we pursue every day, is one in which fathers and mothers don't have to be worried every time their daughters and sons leave for school, for work or to have fun, for fearing violence, which kills. And that punishes even more those who are black, poor and live in the peripheries.
(6) A democracia que almejamos é aquela onde lazer e cultura sejam verdadeiramente direito de todos. Ir ao cinema, assistir a uma peça de teatro, ouvir uma boa música, não podem ser privilégios de poucos.	The democracy that we seek to attain is one where leisure and culture are truly rights for all. Going to the cinema, to the theatre, listening to good music cannot be regarded as a privilege of a few.
(7) O Brasil democrático não aceita que crianças sejam abandonadas à própria sorte, com dificuldade de ler e escrever aos 10 anos. Democracia é ter direito a escola de qualidade e ter professores reconhecidos.	The democratic Brazil does not tolerate that children are left behind on their own, still facing difficulties to read and write at 10. Democracy means to have a right to quality education and teachers who are valued.
(8) Democracia é ter direito ao descanso merecido depois de décadas de trabalho duro. Ter aposentadoria decente, para poder aproveitar os netos e tudo aquilo que foi sacrificado durante a jornada da vida.	Democracy means to have the right to [some] well deserved rest after decades of hard work. To have [a] a decent pension, so that [one] can stay in touch with [their] grandchildren and enjoy the fruit of all sacrifices of a lifetime.
(9) A democracia que queremos para o Brasil cuida de cada indígena e preserva cada pedaço de terra, pois entende que o respeito à natureza e aos nossos povos originários dizem muito sobre nosso passado e ainda mais sobre o futuro que queremos. Democracia é garantir que todos tenham o direito de ser como são e amar quem quiser. Livres do preconceito, da opressão e do julgamento dos outros.	The democracy that want for Brazil takes care of every indigenous person and preserves each piece of land, because it understands that the respect for nature and our autochthonous people say a lot about our past and even more about the future that we envisage. Democracy means guaranteeing that all have the to right to be as they are and love whoever they want to. Free from the shackles of prejudice, oppression and judgment of others.
(10) A democracia do povo brasileiro só será verdadeira quando todos tiverem não somente um teto, mas também um lar para descansar o corpo e a alma depois de um dia duro de trabalho.	The democracy of the Brazilian people will only be true when all have not only shelter, but also a home in order to rest body and soul after a hard day of work.
(11) Na democracia desta nossa terra onde tudo que se planta prospera, o Estado precisa estender as mãos aos que têm os pés rachados, as mãos grossas e o rosto marcado pelo trabalho de sol a sol. Aos que usam a enxada e o arado para levar comida à mesa de todos.	In the democracy of our land where whatever you sow grows, the State needs to stretch out its hand to those who have cracked feet, thick hands and their face marked by labour from sun to sun. To those who use the hoe and the plough in order to take food to every table.
(12) A democracia que exigimos garante água em cada torneira e saneamento em cada morada. Não tolera crianças brincando em valas cheias de esgoto e lixo.	The democracy that we demand guarantees water in each tap and a sewage system that works for each home. [It] does not put up with children playing in ditches full of waste and garbage.
(13) Democracia é o direito ao amparo na hora da doença. Não deixa faltar leitos, remédios e vacinas. Não aceita que filhos e filhas, pais e mães, tenham que chorar ao leito de um ente querido que tenha partido pelo descaso do Estado.	Democracy is the right to have [some] support in times of illness. Not allowing failure in the offer of hospital beds, medicine and vaccines. [It] does not accept that sons and daughters, fathers and mothers, have to cry before the bed of a loved one who passed way because of the negligence of the State.
(14) Democracia é o direito a ter a carteira profissional assinada e direitos trabalhistas garantidos. É ter apoio e dinheiro para empreender e montar o próprio negócio. Fazer da própria criatividade e perseverança o seu ganha pão. Direito a ver o imposto que pagamos ser revertido em benefícios para todos, e não apenas para poucos.	Democracy is the right to have an official document that attests your professional trajectory and labour rights. [It] means having [some] support and money to do or start your own business. Making a living out of your own creativity and perseverance. [It means] the right to see the taxes that we pay turn into benefits for all, and not only for a few.
(15) Democracia é valorizar quem nos protege. Quem pede bênção pela manhã e vai à luta, fardado ou não, com honra e coragem, para garantir a segurança de nosso povo.	Democracy means valuing those who protect us. Those who pray for blessings in the morning and go make a living, [be it] in a [military] uniform or not, with honour and bravery, in order to guarantee the safety of our people.
(16) Democracia é o direito de conhecer as belezas deslumbrantes do Brasil. Levam a família para a praia, brincar na areia e ver o mar. E vez ou outra, o Pantanal, a Amazônia, a Serra Gaúcha, os Lençóis Maranhenses e o Cristo Redentor.	Democracy is the right to visit the stunning wonders of Brazil. [It means] taking [your] family to the beach, playing in the sand and go seeing the sea. And, once in a while, [visit] [the] <i>Pantanal</i> , [the] <i>Amazon</i> , <i>Serra Gaúcha</i> , the <i>Lençóis Maranhenses</i> and [the statue of] Christ the Redeemer.
(17) Liberdade, cuidado, direitos e oportunidades. É disso que é feita a democracia. É o que nós, o povo, acreditamos.	Freedom, welfare, rights and opportunities. This is what democracy is made of. That is what we, the people, believe in.

Source: <https://cartadopovo.com.br/>. Accessed on: 23 Sep 2022.

In Figure 4, *the people's letter* seems to propose and promote a dynamics that reinterprets, 'translates' and makes visible several aspects. The latter seemed invisibilised or gained less attention in USP's pro-democracy manifesto. In paragraph (1), *the people's letter* appears to contest the specialised way through which USP's manifesto communicated the message of democracy.

This epistemic contestation, however, does not seem to reject or defy the authority that legal discourse (in accordance with the Constitution) confers to USP's manifesto. The contestation makes visible a dynamics of expansion, which addresses an often invisible (and very subtle) layer of networked and textual violence.

This layer points to the repertoire or principles of democracy (e.g. *rule of law*) and their constitutive legal complexity as a form of epistemological violence – a violence that democracy may impose, for example, on the so-called 'ordinary citizens' (cf. Section 1). The following question is indicative of that (violent) sense of complexity which triggers contestation: "Much has been said about democracy. But, *after all, what is democracy for us, the people?*"

Additionally, the dynamics of expansion referred to makes visible a dispute that seeks to expose epistemological complexity and overcome some sort of 'communicational breakdown' or barrier between 'the people' and domains of specialised discourse like, for example, universities or courts of justice.

At this point, it is important to stress how translation can contribute to overcoming this communicational barrier. In *the people's letter*, translation emerges as a visible communicational and sociopolitical dynamics of democratisation or 'palatability', which can help 'the people' in their task of understanding 'encrypted' or complex democracy principles, such as *rule of law*. Locally, the strategy derived from this dynamics allows for more comprehensive and complex processes of reinterpretation than those that have been mobilised by USP's manifesto. The latter resorted to different semiotic systems/resources (i.e. Brazilian Portuguese and other languages/signs) in order to circulate its message of democracy, including the global sphere (cf. Figure 1).

In Figure 4, we can see how the translated and communicated meanings of democracy expand it as a message. These meanings and message, firstly, point to traces of co-existence, which emerge as transmedia resonances. Secondly, these resonances bring into the spotlight disputes that gain visibility, as we explore additional paragraphs of *the people's letter*. When we trace and contrast these resonances, translated meanings and message(s) of democracy, it is possible to perceive a 'conversation' between media spaces. As a consequence, in Figure 4, we can see some sort of *translanguaging* being strategically developed as a derived form of 'translation'.

Translanguaging, in this context, emerges as a dynamics that crosses discursive fields and serves to make levels of discursive specialisation less complex (or more understandable), pointing to how Constitutional principles of democracy, such as *rule of law* and *secular state*, resonate through those levels. In Figure 4, these principles co-exist, being reaffirmed and communicated through translanguaging, in a 'less complicated' way, as paragraph (2) shows: "*Democracy means that we have the right to vote, right to freedom of thought, right to profess our faith and creed. Moreover, it means to live without [fearing] authoritarian threats (...)*". This co-existence, as an effect, reinforces, firstly, the crafting of democracy as a continuous endeavour as well as a collective

construct. Secondly, this suggests stark contrast with Bolsonaro's individualistic dynamics of "pro-democracy" textual manifestation, which projected networked and textual violence in Figure 2.

In Figure 1 (cf. lines 25-30), aspects related to social inequalities (i.e. "race, gender and sexual orientation") as well as deficits in essential public services (i.e. "health, education, housing and public safety") are presented or 'translated' as "challenges" that "the State is inefficient [to deal with]". In Figure 1, such aspects seemed to have been naturalised as attributes that are part of the repertoire of liberal democracy. These "challenges" (a term that is often found in the liberal jargon) did not seem to be understood as part and parcel of what liberal democracy as a regime of government can also produce. If contrasted with Figure 4, this process of naturalisation, which projects networked and textual violence in Figure 1, seems to focus on the defence of *rule of law* as the cornerstone of democracy, whilst everything else (e.g. inequalities and deficits) appears to be framed as 'collateral' effects.

In Figure 4, it is exactly this idea of regarding *rule of law* as 'the real' driving force of democracy that projects a dispute. The latter leads us to see how democracy becomes a disputed message. The message under dispute indicates that the constitution of this system of government ought not to be viewed or defended solely from the point of view of legal discourse or political liberalism (cf. Section 1). Undoubtedly, *rule of law* is central, for example, to the constitution of liberal and representative democracy. Nevertheless, from a genealogical perspective, this cardinal principle may also be activated or embraced in order to produce *exceptions* to the rule, as certain 'democratic' claims or 'suggestions' emerge, giving visibility to traces that point to dysfunctional democratic panoramas (cf. Section 3.2, Fig. 3).

As it stands, in *the people's letter*, this disputed message involves the principle of *rule of law*, whilst the latter seems to be mobilised in order to expand democracy's repertoire (cf. Section 1). Through this alluded expansion, democracy's repertoire and its associated legal positivity/normativity are activated no longer to identify "challenges" that seem to be invisibilised or framed as collateral effects. In turn, through this expansion, this disputed message gives visibility to two notions of 'justice'. In Figure 1, USP's manifesto takes as central a notion of justice that is specialised, being more oriented by the technicalities of the legal domain.

In Figure 4, this specialised notion of justice appears to be complemented and balanced, making visible a(n) expanded/hybrid form of democratic consciousness/repertoire. The latter is not simply restricted to/by the technical/legal domain. It becomes, to some extent, more sociopolitically inclusive, projecting an emergent positivity or notion of *social justice*. Through this notion, the idea of *social democracy* emanates and becomes interconnected with that emergent positivity/notion. This interconnexion allows us to understand that, in the panorama under discussion, the notion of social democracy and its historicity can be viewed as a more 'productive' discursive construct, when we compare the repertoires of liberal democracy and social democracy, and the panoramas that each of these notions can derive.

For this, in Figure 4, the notion of social democracy and its productivity point to traces which become central. These can no longer be framed as ‘collateral effects’ in democratic panoramas that seem to be more robust, since they are influenced by two interconnected notions: democracy and justice. As a result, two groups of traces that interconnect and are oriented by the notions of social democracy and *social justice* can be highlighted in *the people’s letter*:

a) Components of relevance: (i) *gender and/or sexual orientation* (paragraphs: 3 and 10), (ii) *education* (paragraphs: 4 and 7), (iii) *race* (paragraphs: 5 and 9), *housing* (11), *health* (paragraph: 14), *public safety* (paragraph: 16);

b) Expansions and aspirations: (i) *infra-structure* (paragraph: 13); (ii) *employment and citizenship* (paragraph: 15); and (iii) *culture and leisure* (paragraphs: 6 and 17).

These invisibilised traces or less detailed dimensions in Figure 1 resonate from an expanded notion of democracy, which gains visibility in Figure 4. This alluded expansion indicates the necessity of amplifying liberal democracy’s repertoire in the context under discussion, whilst calling into question Fukuyama’s thesis (cf. Section 1). These traces, dimensions and expanded notions lead us to understand that the abovementioned repertoire/consciousness seems to be limited to relationally cater for the contextual and current democratic aspirations of a considerable amount of Brazilians.

As it stands, Figure 4 suggests that this limited repertoire, then, needs to be locally expanded, by incorporating a relational and more comprehensive notion of citizenship, which can be sustained and developed in tandem with an expanded notion of social justice. Otherwise, the erected wall of democracy, if (de)limited to/by the notion of *rule of law*, may begin showing its ‘cracks’ or, in other words, it may become dysfunctional, vulnerable to networked violence and/or disruptions. It is this notion of citizenship, after all, that the co-existing traces listed in *the people’s letter* appear to dispute and reflect upon. Indicative of this co-existence is what the message of democracy that the final paragraph of the *letter* textually projects as a form of denaturalisation of violence whilst it envisages: “Freedom, welfare, rights and opportunities”.

A FINAL PANORAMA

I have been arguing that violence can be performatively operated in a networked way, through the domains of language and Discourse. The operationalisation of this kind of violence gave visibility to textual violence and epistemic disputes. The latter have been ‘translated’ in this research as dynamics of (de)naturalisation of violence. To some, the notion of textual violence should not be conceived as ‘real’ violence. If this perspective is taken into account, one may argue that the focus on this ‘subtle’ kind of violence could be viewed as one of the limitations of the present study.

Notwithstanding, I have sought to show that currently this ‘subtle’ type of violence ought not to be framed as a ‘minor’, ‘less disruptive’ or ‘less destructive’. I contend that textual violence can

lead us to identify the first signs of friction and/or fracture in the erected wall of *rule of law* – here, translated as the central pillar of democracy. Textual violence can also open a pathway to the activation of additional dimensions of the repertoire of networked violence in unpredictable ways.

When we reflect on Bolsonaro's communicational strategies of techno-preacherism and de-calendarisation (cf. Introduction), we can see that these have interconnected locally with the script of Trumpism. Both the script and its related resonances appear to have contributed to Bolsonaro's defeat in the 2022 presidential race. In 2020, Trumpism generated a similar result in the U.S. With Bolsonaro's electoral defeat, a demand²³ which combines the domain of *social justice* with that of *rule of law* as part of democracy's expanding repertoire of checks and balances has re-emerged locally. The alluded combination would pave the way to hold Bolsonaro accountable for the charges that he faces – some including accusations of genocide against indigenous people. As discussed, language and Discourse allow us to understand democracy as a discursive construct, which gives visibility to the textual dimension of democracy and its related resonances. The latter lead us to look at how digital circulation in connexion with digit(al)ised texts can disseminate and/or counter violence.

Lastly, in what concerns the contributions of this study, I would highlight how, depending on one's theoretical and methodological perspectives, it invites, encourages or challenges researchers from diverse areas and transcultural contexts to address and discuss democracy. Additionally, it offers a perspective that takes as central the roles of language, Discourse and texts as common (inter/trans)disciplinary elements. These elements, as primary sources of (in)visible traces, can tell us a great deal about the democratic (?) contexts through which such traces emerge.

REFERÊNCIAS

DAHL, R. A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

FOUCAULT, M. **The order of things**: an archaeology of the Human Sciences. New York: Vintage Press, 1994.

FOUCAULT, M. [1970] The order of discourse. In: Young R (ed) **Untying the text**: a poststructuralist reader. Routledge and Kegan Paul, Boston, 1981.

FUKUYAMA, F. The end of history? **The National Interest**, 16, p. 3-18, 1989.

LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to Actor-Network- Theory. Oxford University Press, Oxford, 2005.

LEVITSKY, S. ; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Crown, 2018.

²³ See: <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2022/11/bolsonaro-precisa-ser-julgado-e-punido-por-crimes-que-cometeu.ghml> [Available in Brazilian Portuguese]. Accessed on: 8 Nov 2022.

NETLAB UFRJ. Recomendação no *Youtube*: o caso Jovem Pan. 5 de Setembro de 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

SOUZA JÚNIOR, J. de. Digital semiotics, conscription and performative vulnerabilisation: visualising the rise of the military order of discourse and its on-line resonances. **Zeitschrift für Diskursforschung** (Journal for Discourse Studies ZDF), 1, p. 42-70, 2022.

SOUZA JÚNIOR, J. de. Transmediatisation of the Covid-19 crisis in Brazil: The emergence of (bio-/geo-)political repertoires of (re-)interpretation. **Humanities & Social Sciences Communications**, v. 8, n. 210, p. 1-15, 2021.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Jaime de Souza Júnior

Doctor in Interdisciplinary Applied Linguistics. Being currently associated to Núcleo de Estudos em Discurso e Sociedade (Federal University of Rio de Janeiro Research Group), his current transdisciplinary research interests include transmedia circulation and the multimodal communication of notions such as 'fact', 'truth', 'fake', 'belief' and 'memes'. E-mail: souzajuniorprof@gmail.com

Aspectos sobre a produção de atividades de leitura para as Salas de Recursos Multifuncionais na formação docente inicial em Letras

Aspects on the production of reading activities for the Multifunctional Resource Rooms in initial teacher training in Letters

Aspectos sobre la producción de actividades de lectura para las Salas de Recursos Multifuncionales en la formación inicial del profesorado en Letras

RESUMO

Neste artigo objetiva-se compreender como professores em formação – acadêmicos de Letras – assimilam o trabalho de construção de sequências de atividades de leitura para Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). As noções dialógicas de ampliação de consciência socioideológica e o conceito de leitura como interação fundamentam as análises de sequências, produzidas com orientação mediada sobre legislação, bases interacionistas e dialógicas de leitura, apresentação e construção de sequências de atividades. Os resultados demonstram que as interações discursivas expandiram a consciência socioideológica dos professores em formação, a propiciar-lhes reflexões sobre princípios interacionistas cabíveis para organização sistematizada das habilidades em sequências de atividades de leitura.

Palavras-chave: leitura; sequência de atividades; Salas de Recursos Multifuncionais; interacionismo; dialogismo.



Recebido em: 12 de abril de 2022
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.42868

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Cristiane Malinoski Pianaro Angelo

cristiane.mpa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2297-890X>

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Brasil

Renilson José Menegassi

renilsonmenegassi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7797-811X>

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article aims to understand how teachers in training – Letters academics – assimilate the work of building sequences of reading activities for Multifunctional Resource Rooms (SRM). The dialogical notions of expansion of socio-ideological awareness and the concept of reading as interaction underlie the analysis of sequences, produced with mediated guidance on legislation, interactionist and dialogical bases of reading, presentation and construction of sequences of activities. The results demonstrate that discursive interactions have expanded the socio-ideological awareness of teachers in training, to provide them with reflections on interactionist principles suitable for the systematic organization of skills in sequences of reading activities.

Keywords: reading; sequence of activities; Multifunctional Resource Rooms; interactionism; dialogism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo los profesores en formación – Letras académicas – asimilan el trabajo de construcción de secuencias de actividades de lectura para Salas de Recursos Multifuncionales (SRM). Las nociones dialógicas de expansión de la conciencia socio-ideológica y el concepto de lectura como interacción subyacen al análisis de secuencias, producido con orientación mediada sobre bases legislativas, interaccionistas y dialógicas de lectura, presentación y construcción de secuencias de actividades. Los resultados demuestran que las interacciones discursivas han ampliado la conciencia socio-ideológica de los docentes en formación, para dotarlos de reflexiones sobre principios interaccionistas adecuados para la organización sistemática de habilidades en secuencias de actividades lectoras.

Palabras clave: leer; secuencia de actividades; Salas de Recursos Multifuncionales; interaccionismo; dialogismo.

Como citar:

ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro; MENEGASSI, Renilson José. Aspectos sobre a produção de atividades de leitura para as Salas de Recursos Multifuncionais na formação docente inicial em Letras. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 121-141, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.42868. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



ASPECTOS DO TEMA DO ARTIGO

No âmbito da Resolução CNE/CP 2/2019 (BRASIL, 2020), que define diretrizes curriculares para a formação inicial de professores para a Educação Básica, os cursos em nível de licenciatura devem abordar temáticas que consolidem o desenvolvimento pleno das pessoas, dentre estas: “V - marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais” (BRASIL, 2020, p. 47). Desse modo, de acordo com a legislação, o docente em formação precisa receber orientações legais, teóricas, metodológicas e práticas quanto a programas que atendem alunos com deficiências e necessidades especiais, como é o caso da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Nessa perspectiva, Angelo e Menegassi (2022a) esclarecem que o trabalho realizado em SRM articula-se às habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, incluindo a educação especial, segundo o que se preceitua na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Em meio às habilidades destacam-se as de leitura, que são definidas como “desenvolvimentos cognitivo-discursivos específicos que o leitor manifesta no trato com o texto de modo a produzir sentidos e dar conta das demandas sociais que exigem a prática leitora” (ANGELO; MENEGASSI, 2022a). Assim, tais habilidades são organizadas em sequências de atividades de leitura de modo a considerar o caráter progressivo, processual, contextualizado, discursivo e valorativo do desenvolvimento das habilidades, a auxiliar o aluno-leitor na produção de sentidos ao texto (ANGELO; MENEGASSI, 2022a).

Para que o professor construa sequências de atividades que contribuam para o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento do trabalho com a linguagem e a língua no contexto da SRM, faz-se necessário que os cursos de Letras proporcionem aos professores em formação orientações quanto às peculiaridades do trabalho junto a alunos com deficiências ou necessidades especiais, à natureza processual do desenvolvimento das habilidades de leitura e aos aspectos teóricos e metodológicos que compõem as sequências de atividades de leitura. É necessário que os cursos de Letras ampliem a consciência socioideológica do professor em formação no que se refere às práticas em SRM (VOLÓCHINOV, 2017). Todas essas necessidades se amparam em documento oficial (BRASIL, 2019), que são aqui discutidas à luz das teorias linguísticas do Interacionismo e do Dialogismo.

A partir dessas considerações, desenvolveu-se uma prática de formação em uma turma de de 3.º ano do curso de Letras – Português e Literaturas Correspondentes, da Universidade Estadual de Maringá, durante aulas da disciplina Linguística Aplicada e Ensino de Língua Materna, com o objetivo de compreender como os professores em formação assimilam o trabalho de construção de sequências de atividades de leitura em SRM. Em virtude da pandemia de COVID-19 (2020-2021),

a prática, em um total de 30 h/a, foi realizada no formato de ensino remoto, com o uso do recurso de aula *on-line* pela plataforma *Google Meet*.

Neste artigo, analisa-se e discute-se sequência de atividades de leitura produzida por alunos de Letras, como mostra do trabalho realizado, a apresentar como as orientações na formação se consolidaram na prática de construção de sequências, a expandir os horizontes dos professores sobre aspectos do trabalho na SRM. Para tanto, organiza-se este texto em três seções: na primeira, discorre-se sobre a noção dialógica de consciência socioideológica dos sujeitos (VOLÓCHINOV, 2017), bem como sobre o conceito de leitura como interação (ANGELO; MENEGASSI, 2022b), enquanto princípio teórico-prático que norteou a construção das sequências; na segunda, apontam-se os aportes metodológicos da prática de formação, a abarcar uma síntese do percurso de atividades junto aos alunos de Letras que culminou na elaboração das sequências de leitura; na terceira seção, analisa-se e discute-se, como exemplificação do trabalho realizado, uma sequência de atividades de leitura voltada às SRM, a envolver a versão inicial – sem interferências das práticas junto aos professores em formação – e a versão final – após discussões e orientações teórico-metodológicas.

1. ASPECTOS TEÓRICOS DE SUSTENTAÇÃO DO TRABALHO

Para orientar a construção de sequências de atividades de leitura em SRM, elegeram-se como prismas teóricos: a) a noção dialógica de ampliação de consciência socioideológica do professor em formação, a considerar que a consciência do ser humano fortalece-se e amplia-se a partir dos signos criados no processo de comunicação de uma coletividade organizada (VOLÓCHINOV, 2017); b) o conceito de leitura como interação (ANGELO; MENEGASSI, 2022b), que, junto aos pressupostos do Dialogismo (VOLÓCHINOV, 2017; 2019), propicia um trabalho orientado e organizado para o desenvolvimento de diversas habilidades de leitura presentes na BNCC (BRASIL, 2018).

Para o dialogismo, a consciência do indivíduo só existe enquanto tal na interação com outras consciências individuais, isto é, forma-se e desenvolve-se pela alteridade, pelas relações sociais. Por isso, constitui-se como um evento social e ideológico, uma vez que “[...] só pode ser sociológica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 97). Ao situá-la sociologicamente, Volóchinov (2017, p. 98) ressalta que “a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade”. Assim, no trabalho com os alunos do curso de Letras, por meio das interações discursivas com enunciados concretos, da compreensão, produção, revisão, reescrita e refacção orientadas sobre as sequências de atividades de leitura, tencionou-se expandir a consciência do professor em formação a lhe propiciar condições de compreender as peculiaridades do trabalho docente em SRM no que se refere às práticas de linguagem, em específico a leitura.

Um dos aspectos para o trabalho em SRM refere-se ao conceito de leitura e de habilidades de leitura. Angelo e Menegassi (2022b) ressaltam que são vários os conceitos de leitura – estruturalista, cognitivista, interacionista, discursivo, dialógico, a considerar os diversos posicionamentos teórico-práticos concernentes ao modo como o leitor se relaciona com o texto, que orientam os encaminhamentos didáticos em torno da compreensão da leitura, da formação e do desenvolvimento do leitor na escola brasileira.

No contexto da SRM, o professor ensina o aluno a decodificar e a trabalhar com o texto, isto é, a localizar informações explícitas, a produzir inferências, ainda que simples, em virtude das dificuldades do público-alvo, a estabelecer relações entre o texto e as experiências vivenciais. Desse modo, o conceito de leitura como interação mostra-se mais profícuo para esse contexto, segundo Angelo e Menegassi (2022a), visto que se volta tanto ao leitor quanto ao texto e às convenções de interação social em que se dá a leitura, a auxiliar na formação e no desenvolvimento do aluno como leitor.

A partir do conceito interacionista, considera-se a leitura como uma “atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos” (KOCH; ELIAS, 2011, p. 11), que se realiza com base na materialidade textual, porém, requer a mobilização dos saberes no interior do evento comunicativo. Para que essa produção de sentidos aconteça, ocorre a ativação de todo um processo cognitivo, que compreende a decodificação, a compreensão e a interpretação, a suscitar uma produção individual de sentido, a um novo texto, por sua vez. Em cada uma dessas etapas do processo cognitivo, o leitor faz uso de diversas habilidades, que seriam ensinadas no contexto da SRM, a ponderar a progressão e o necessário domínio das capacidades linguísticas e textuais básicas para a leitura de diferentes gêneros discursivos. Na decodificação, as habilidades relacionam-se com o código linguístico e envolvem: a compreensão das diferenças entre escrita e outras formas gráficas; a compreensão da natureza alfabética do nosso sistema de escrita; a decodificação de palavras e textos escritos, dentre outras (BRASIL, 2018).

O processo de interação sujeito/linguagem envolve a compreensão do texto, que, nos termos de Perfetti, Landi e Oakhill (2013, p. 246), consiste na “[...] representação mental da mensagem do texto”. Para compreender ou constituir a representação mental, o leitor necessita recuperar as informações textuais, isto é, identificar, reconhecer e organizar as informações do texto, habilidades definidas pela BNCC (BRASIL, 2018), como também estabelecer inferências, produzindo uma informação, a partir de relações entre o que é dito, na realidade, identificado, reconhecido e organizado, e o que conhece anteriormente, de suas relações sociais já estabelecidas.

A leitura abarca também a interpretação do tema, que é o momento que o leitor utiliza sua capacidade crítica para julgar o que lê e produzir novos sentidos, um novo texto a partir do texto lido (MENEGASSI, 2010b). Nessa relação, o leitor manifesta uma atitude valorativa sobre o tema, isto é, avalia, completa, rechaça, concorda, reproduz, polemiza, adapta o que está exposto no texto

– noções que vão ao encontro dos pressupostos dialógicos da linguagem (BAKHTIN, 2003; MEDVIÉDEV, 2019; VOLÓCHINOV, 2019).

Conforme Angelo e Menegassi (2022a), em SRM o conceito interacionista sustenta o trabalho com as habilidades básicas de leitura em sequências de atividades de leitura, ou seja, as habilidades de decodificação, compreensão e interpretação e valoração do tema do texto, a melhorar e ampliar as condições de leitura do aluno, a capacitá-lo para a autonomia e o exercício da cidadania.

Desse modo, no âmbito da formação docente inicial em Letras, é necessário oferecer interações discursivas com aportes teórico-metodológicos sobre: a) os conceitos de leitura; b) as habilidades envolvidas na leitura; c) a produção, a organização e a sequenciação de atividades de leitura voltadas às SRM, de modo a expandir o desenvolvimento do discurso interior dos professores em formação. Com a consciência desenvolvida, o professor tem condições de materializar, no mundo exterior, em suas vivências profissionais em SRM e/ou outros contextos que haja alunos com deficiências ou necessidades especiais, produções próprias de sequências de atividades de leitura, em consonância com as características e a realidade dos alunos e as circunstâncias de ensino delineadas.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DE APLICAÇÃO E COLETA DAS SEQUÊNCIAS DE ATIVIDADES

O trabalho foi desenvolvido em uma turma de docentes em formação inicial do 3.º ano do curso de Letras, na habilitação de Português e Literaturas Correspondentes, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), composta por 26 alunos, no formato de ensino remoto, com o uso do recurso de aula *on-line* pela plataforma *Google Meet*, durante a pandemia de COVID-19, no ano de 2021.

O objetivo foi propiciar o ensino e a compreensão de encaminhamentos teóricos, metodológicos e aplicados às práticas de leitura em contexto de SRM e para o Programa Mais Aprendizagem (PMA¹), a partir do princípio de que a apropriação dos processos de leitura pelos professores em formação requer que o trabalho lhes direcionado seja intencional e cientificamente planejado, com o intuito de atuar no processo de desenvolvimento da consciência socioideológica como professor.

Ressalte-se que, no 3.º ano, o currículo do curso de Letras da UEM² contempla as disciplinas de Estágio Supervisionado II e Prática de Formação do Professor de Língua Portuguesa, cujos conteúdos abordados dialogam com os que são tratados na disciplina de Linguística Aplicada e

¹O Programa Mais Aprendizagem - PMA visa a atender todos os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio, com necessidade de reforço nas habilidades de leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, a serem contempladas por todos os componentes curriculares, para que consigam prosseguir sua trajetória escolar, acompanhando com êxito as aulas na turma de matrícula regular” (PARANÁ, 2021, p. 2).

² Disponível em http://www.dlp.uem.br/index.php/Grade_Curricular. Acesso em 03 abr. 2022.

Ensino de Língua Materna – lócus de atuação do trabalho, a demonstrar que os professores em formação investigados se encontravam inseridos em ambientes e discussões constantes a respeito do ensino de Língua Portuguesa e as dificuldades de aprendizagem.

Como parte do conteúdo programático da disciplina sobre o ensino da prática de leitura, abordou-se a temática sobre “Atividades de leitura para o Programa Mais Aprendizagem e para a Sala de Recursos Multifuncionais”, a contemplar 30 horas-aula. O conteúdo organizou-se em quatro blocos temáticos de apresentação: i) caso de ensino “E agora? O que eu vou fazer?³”; ii) o Atendimento Escolar Especializado em SRM e o PMA; iii) conceitos e habilidades de leitura; iv) produção de sequências de atividades de leitura. No Quadro 1 são sistematizadas as atividades.

Quadro 1: Atividades desenvolvidas junto aos professores em formação

Bloco temático	Objetivo	Atividades
Caso de ensino “E agora? O que eu vou fazer?” (DUEK, 2011)	Compreender, a partir da leitura de um caso de ensino, os dilemas enfrentados por um professor no atendimento a um aluno com transtorno do neurodesenvolvimento.	- Leitura e discussão do caso de ensino “E agora? O que eu vou fazer?” (DUEK, 2011); - Discussão das semelhanças e diferenças entre o caso de ensino e a realidade vivenciada pelos professores em formação.
O Atendimento Escolar Especializado em SRM e o PMA	Compreender aspectos da legislação que orientam o atendimento a alunos com transtorno do neurodesenvolvimento e outras condições peculiares de aprendizagem.	- Discussão da legislação que ampara o Programa Sala de Recursos Multifuncionais (PARANÁ, 2018); - Discussão da legislação que ampara o Programa Mais Aprendizagem (PARANÁ, 2021); - Caracterização dos transtornos do neurodesenvolvimento, a partir do Manual de Diagnóstico dos Transtornos Mentais – DSM 5, da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014).
Conceito e habilidades de leitura	Compreender as características do conceito de leitura como interação. Analisar as habilidades de leitura privilegiadas em atividades específicas de leitura.	- Conceito de leitura e de habilidades de decodificação e de compreensão: implicações para o contexto da SRM e do PMA (MENEGASSI, 2010b; ANGELO; MENEGASSI, 2022b); - Discussão de cenas de interação entre professor e aluno com deficiência intelectual, a apreender as habilidades de leitura dominadas e não dominadas pelo aluno; - Apresentação de exemplos de atividades focadas nas habilidades de decodificação e de compreensão; - Elaboração e sequenciação de atividades de leitura com foco nas habilidades de decodificação e de compreensão (MENEGASSI, 2016); - Atividade de leitura compartilhada para compreensão do conceito de inferência –

³ Casos de ensino são “narrativas que mostram situações complexas vividas por professores durante sua atividade docente. Trazem exemplos de como agir em determinadas circunstâncias, bem como dilemas e conflitos enfrentados por docentes ao lidar com situações de ensino e com seus alunos” (DUEK, 2011, p. 65)”

		habilidade básica no processo de leitura (ANGELO; MENEGASSI, 2020); - Apresentação de uma sequência de atividades de leitura como foco nas habilidades de leitura (ANGELO, 2021; ANGELO; MENEGASSI, 2022).
Produção de sequência de atividades de leitura	Produzir uma sequência de atividades de leitura voltada à SRM ou ao PMA.	- Elaboração de uma sequência de atividades de leitura para a SRM ou o PMA, sem orientação teórico-metodológica; - Orientação sistematizada para a produção de uma sequência de atividades de leitura; - Reformulação da sequência de atividades de leitura, a partir da orientação sistematizada; - Elaboração da versão final da sequência de atividades de leitura.

FONTE: Os autores (2022).

Durante os encontros, os professores produziram sequências de atividades de leitura, a considerar-se como proposta de aplicação a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) ou ao Programa Mais Aprendizagem (PMA). Para a produção das sequências ofereceu-se o conto “Bicicletando” e solicitou-se o trabalho em duplas ou trios para que os professores pudessem compartilhar experiências e ideias no processo de produção. Eis o texto para a produção das atividades de leitura.

Bicicletando

Numa tarde ensolarada, João e sua mãe saíram a passeio pelas alamedas da vizinhança em direção à praça. João se divertia pedalando a nova bicicleta que ganhara de Natal, enquanto sua mãe admirava-o com orgulho.

Lá chegando, a mãe acomodou-se em seu banco predileto enquanto João circulava animadamente ao redor da praça. Por alguns instantes a mãe não o enxergava, oculto pelas grandes árvores, mas ficava sossegada, pois conhecia a habilidade de João

Cada vez que passava pelo banco da mãe, João acenava e ela olhava-o envaidecida.

Depois de passar várias vezes pela mãe, o menino resolveu demonstrar aquilo que tinha aprendido.

- Olhe, mamãe, estou dirigindo a bicicleta sem uma das mãos!

- Muito bem!

Alguns minutos depois, o filho volta dizendo:

- Mamãe, sem as duas mãos!

E a mãe apreensiva, lhe diz:

- Cuidado, querido, não a deixe embalar na descida.

Mais alguns minutos e ela se vira à direita para vê-lo, vindo em sua direção. Agora, equilibrando-se sobre a bicicleta:

- Veja, mãe, sem um pé!

E na volta seguinte:

- Mããããã, sem os dentes!!!!

Pobre Joãozinho...

BORGES, E. Textos contados e recontados da tradição popular e das vivências cotidianas para fins pedagógicos. 2011. Disponível em <https://armazemdetexto.blogspot.com>. Acesso em 20 mar. 2021.

Os professores produziram a versão inicial da sequência de leitura, no início do trabalho, sem qualquer orientação teórico-metodológica, para verificação de seus conhecimentos prévios

sobre a produção de atividades de leitura. Durante as práticas de formação, receberam, além de orientações teórico-metodológicas e exemplos, indicações precisas nas próprias sequências sobre os aspectos que deveriam ser melhorados no que se refere à modalidade e à ordenação e sequenciação das perguntas de leitura, conforme propostas por Menegassi (2016). A partir das orientações e das indicações, os professores produziram a segunda versão e a versão final da sequência de leitura. Compreende-se que esse procedimento de produção, revisão, reescrita e refacção de sequências oferece implicações à formação docente, a favorecer ao professor a apreensão dos elementos necessários para a elaboração de sequências próprias, em função da realidade dos alunos da SRM, de suas necessidades, seus interesses, suas facilidades e dificuldades de leitura, a expandir sua consciência socioideológica.

3. ASPECTOS DAS SEQUÊNCIAS DE ATIVIDADES DE LEITURA PRODUZIDAS

Foram produzidas treze sequências de atividades de leitura. Apresenta-se, analisa-se e discute-se, nesta seção, um exemplo de sequência de leitura, elaborada por dois professores em formação, tanto a versão inicial – sem interferências das práticas de formação – como a segunda versão e a versão finalizada – após discussões e orientações teórico-metodológicas, no processo de refacção. Escolheu-se essa sequência para análise pelas seguintes razões: a) ser direcionada às SRM; b) contemplar na versão final atividades antes da leitura e após a leitura; c) apontar as habilidades trabalhadas em cada atividade; d) demonstrar atividades com habilidades de decodificação.

Versão inicial

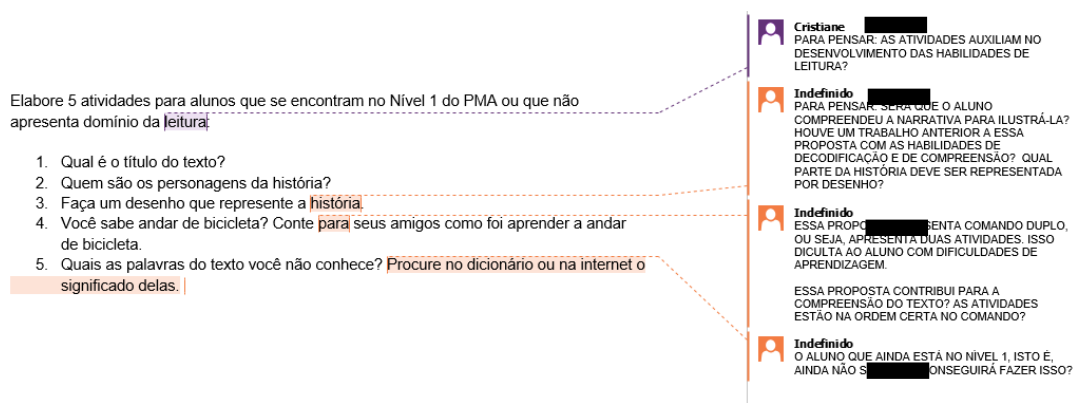
1. Qual é o título do texto?
2. Quem são os personagens da história?
3. Faça um desenho que represente a história.
4. Você sabe andar de bicicleta? Conte para seus amigos como foi aprender a andar de bicicleta.
5. Quais as palavras do texto você não conhece? Procure no dicionário ou na internet o significado delas.

A sequência compõe-se de cinco questões, sendo 1. e 2. relacionadas à estrutura textual, 5. sobre a consulta de palavras em dicionário, 4. sobre as experiências vivenciais do leitor e 3. a ilustração da narrativa. Desse modo, não se percebem atividades que levem o aluno ao desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, como decodificação, localização de informações e estabelecimento de inferências (BRASIL, 2018). Também não ocorre uma ordenação adequada para as atividades (MENEGASSI, 2016). Por exemplo, a questão 5., que solicita ao aluno descobrir o significado de palavras desconhecidas por meio da consulta ao dicionário, é colocada na etapa final, após já ter demonstrado compreensão por meio da ilustração e sua interpretação – questão 3. e 4., a explicitar como foi aprender a andar de bicicleta, portanto, a atividade não acrescenta ao desenvolvimento as habilidades de compreensão e de interpretação de modo

processual. São aspectos considerados como lacunas na formação do professor, a sopesar que, no contexto de curso de Letras, questões relacionadas a especificidades do trabalho com a leitura e a escrita junto a alunos com deficiências ou com dificuldades de aprendizagem ainda não são problematizadas com frequência. Dessa forma, o trabalho junto aos alunos do 3.º ano do curso de Letras buscou minimizar tais lacunas evidenciadas na produção inicial, por meio de orientações teórico-metodológicas em questões relacionadas às habilidades e ao desenvolvimento de sequência de atividades de leitura para o contexto de SRM e PMA.

Após a elaboração da sequência inicial, os professores receberam orientações teóricas e metodológicas, quando participaram de discussões acerca de conceitos e habilidades de leitura, bem como visualizaram uma sequência de atividades de leitura produzida para o contexto de SRM (ANGELO, 2021) e receberam sugestões de reformulação na própria sequência inicial de atividades.

Figura 1: Orientações para a refacção da sequência inicial de atividades de leitura



Fonte: Os autores (2022)

As orientações na versão inicial estabelecem a interação com o professor para a melhoria do trabalho de assimilação da sequência. A considerar que, segundo Volóchinov (2017), a consciência socioideológica do sujeito é construída por meio da interação discursiva nas relações sociais, os diálogos instituídos com o professor em formação visavam a uma compreensão ideológica, no sentido de fazê-lo perceber quem é o sujeito aluno de SRM, quais as particularidades desse público, qual é o compromisso social do professor frente à SRM, como se caracteriza a leitura nesse contexto. A partir das orientações sistematizadas e dos comentários sobre aspectos que necessitavam ser considerados, os professores reformularam as sequências iniciais de atividades de leitura e apresentaram uma nova sequência com 10 atividades antes da leitura e 8 após a leitura, a demonstrar a compreensão do tema e das necessidades da situação específica da SRM. Apresentam-se, aqui, para discussão, 4 atividades com as diretrizes para a refacção da sequência:

Figura 2: Segunda versão pela refacção da sequência de atividades de leitura

<p>Atividades antes da leitura:</p> <p>- Leia a lista de atividades que as crianças podem fazer no seu dia a dia como lazer: (Habilidade de leitura-decodificação).</p> <p>jogar futebol brincar de esconde-esconde jogar burquinha brincar de pista de carrinho pintura com lápis guerra de bexiga d'água andar de bicicleta brincar com massinha de modelar</p> <p>Atividade de pós-leitura:</p> <p>- Qual é o título da história? (localizar uma informação explícita)</p> <p>- Em que sentido a palavra bicicletando foi empregada no texto?</p> <p>a) () andar de bicicleta. b) () consertar a bicicleta. c) () arrumar a bicicleta. d) () andar de triciclo.</p> <p>- Você sabe o que significa "alameda"? Se não souber, busque no dicionário ou na internet seu significado. Procure em revistas imagens de alamedas. (habilidade de leitura - consultar o dicionário, localizar o significado e relacionar com imagens)</p>	<p>Cristiane [REDACTED] ESSA ATIVIDADE TEM POR OBJETIVO SOMENTE DESENVOLVER AS HABILIDADES DE DECODIFICAÇÃO?</p> <p>Cristiane [REDACTED] SUGESTÃO: ELABORAR UMA ATIVIDADE PARA QUE O ALUNO POSSA TRABALHAR COM ESSA LISTA DE BRINCADEIRAS</p> <p>Cristiane [REDACTED] QUAL É A HABILIDADE SOLICITADA NESSA ATIVIDADE?</p> <p>Indefinido [REDACTED] SUGESTÃO: APRESENTAR A PARTE DO TEXTO EM QUE A PALAVRA SE ENCONTRA. OBSERVEM [REDACTED] SOLICITADAS DIVERSAS ATIVIDADES AO ALUNO. REFLITAM.</p>
---	--

Fonte: Os autores (2022)

Para a segunda versão do trabalho, os professores elaboraram atividades específicas para a etapa antes da leitura, um aspecto não presente na versão inicial, a recuperar, em uma lista, as experiências vivenciais do aluno da SRM com brincadeiras de criança. Orientam, para essa atividade, o trabalho com a habilidade de decodificação – “Saber *decodificar palavras e textos escritos*” (BRASIL, 2018, p. 93, grifo do documento). Nas diretrizes para a refacção, são apresentados questionamentos e orientações para que o trabalho se estenda para o desenvolvimento de outras habilidades de decodificação e de compreensão, a instigar a expansão da consciência dos professores.

A primeira atividade após a leitura, também, está na sequência inicial, a deixar à mostra o seu propósito: desenvolver a habilidade de localizar informações explícitas (BRASIL, 2018), como habilidade básica para a compreensão de textos. Associada à primeira atividade, apresenta-se uma segunda pergunta, em que se solicita que o aluno infira o sentido da palavra que dá título do texto, “Bicicletando”. Para essa proposta, oferecem-se alternativas para que o aluno selecione, a partir da compreensão obtida do texto, qual delas condiz com o sentido do título. Nessa atividade, os professores não informam qual é a habilidade trabalhada, o que demonstra ainda o processo de assimilação e compreensão das habilidades organizadas em sequências de leitura. A terceira atividade resulta da reformulação de uma proposta apresentada na sequência inicial. Na nova versão, aponta-se explicitamente a palavra que o aluno deve procurar no dicionário ou na internet, como também o direciona a procurar imagens condizentes com o significado encontrado, a demonstrar uma preocupação para que o aluno tome a palavra como um signo ideológico, uma unidade de sentido na realidade social, outro aspecto considerado na ampliação pretendida com os professores. Constata-se, assim, que as interações discursivas com os professores, por meio da

orientações teórico-práticas e indicações de diretrizes para a refacção das atividades, começam a se mostrar profícuas para o despertar da sua consciência.

Após as reformulações orientadas, a sequência final de leitura apresenta 13 atividades antes da leitura e 15 após a leitura, a demonstrar uma ampliação significativa no quantitativo de atividades ao se comparar com a sequência inicial. Na sequência final, os docentes em formação relacionam, também, as habilidades trabalhadas em cada uma das atividades. Apresentam-se, analisam-se e discutem-se, como exemplificação, 4 atividades antes de leitura e 7 atividades após a leitura, com o intuito de indicar como as orientações teórico-metodológicas durante o trabalho formativo se consolidaram na prática de construção de sequências, a expandir os horizontes sociais e ideológicos dos professores em formação.

Atividades antes da leitura:

- 1) Leia a lista de atividades que as crianças podem fazer no seu dia a dia como lazer (Habilidades de leitura: habilidades de decodificação: ler palavras compostas por sílabas canônicas e não canônicas – habilidades de compreensão: ativar o conhecimento prévio).

jogar futebol
brincar de esconde-esconde
jogar burquinha
brincar de pista de carrinho
pintura com lápis
guerra de bexiga d'água
andar de bicicleta
brincar com massinha de modelar

- 2) Após a leitura das atividades que as crianças podem fazer, separe-as em duas colunas, entre as que podem ser feitas em lugar aberto e as que devem ser feitas em lugar fechado (habilidade categorização de elementos).

jogar futebol
brincar de esconde-esconde
jogar burquinha
brincar de pista de carrinho
pintura com lápis
guerra de bexiga d'água
andar de bicicleta
brincar com massinha de modelar

Brincadeiras para lugares abertos/amplos	Brincadeiras para lugares fechados/pequenos

- 3) Utilize cada tracinho abaixo para fazer a separação silábica de todas as atividades para criança da lista anterior, da mesma forma que o exemplo. (Habilidade de decodificação de palavras com sílabas canônicas e não-canônicas; Identificar, ao ouvir uma palavra, o número de sílabas que ela tem.)

jogar futebol **jo gar fu te bol**
brincar de esconde-esconde _ _ _ _ _ - _ _ _ _
jogar burquinha _ _ _ _ _
brincar de pista de carrinho _ _ _ _ _
pintura com lápis _ _ _ _ _
guerra de bexiga d'água _ _ _ _ _
andar de bicicleta _ _ _ _ _
brincar com massinha de modelar _ _ _ _ _

- 4) Agora que você já viu a diversidade de atividades que uma criança pode realizar, vamos ler um texto sobre um menino bem esperto que estreou sua nova bicicleta. O que você acha que acontece com o menino nessa história? (Habilidades: Fazer previsões a partir do título, do assunto do texto,

do gênero, do suporte; levantar hipóteses de como o texto continua a partir de informações do início dele.)

Atividades pós-leitura:

- 1) Qual é o título da história? (Localizar uma informação explícita)
- 2) Em que sentido a palavra bicicletando foi empregada no texto? (Inferir significado de palavras a partir do contexto.)
 - A) () andar de bicicleta. B) consertar a bicicleta. D) lavar a bicicleta. E) comprar a bicicleta.
- 3) Com quem João foi à praça? (Habilidade de localizar informações no texto.)
- 4) Por que o narrador fala “Pobre Joãozinho...”? (Habilidade de compreensão.)
- 5) “Por que a mãe do João disse: ‘Cuidado, querido, não a deixe embalar na descida?’”
- 6) Você pratica e faz atividade ao ar livre como a de João? (Habilidade de interpretação.) Em duplas, conte uma história de quando praticou uma atividade ao ar livre para seu colega. (Habilidade de interpretação.)
- 7) Separe quais são características de João e quais não são: (Habilidade de compreensão.)

Corajoso Habilidoso Alegre Medroso Cuidadoso
Animado Querido Triste Ativo Preguiçoso

São características de João	Não são características do João

Ocorrem diversas alterações na sequência de atividades entre as versões. Em conformidade com os pressupostos do interacionismo (MENEGASSI, 2016), a sondagem por meio da produção de uma versão inicial, sem intervenções, mostrou-se relevante para avaliar os conhecimentos prévios do professor em formação e levantar as lacunas que seriam sanadas no curso de formação docente.

Uma das alterações que se mostra é a indicação explícita, na versão final, de atividades antes da leitura, a proporcionar ao aluno uma atividade intelectual desde o início do processo de leitura, a prepará-lo para o conteúdo do texto, a revisar e atualizar seus conhecimentos prévios, a direcionar seus pensamentos, a desenvolver sua consciência, a instigar a percepção de valores sociais, a aguçar a sua curiosidade, a estabelecer objetivos e a criar expectativas para a leitura, a estabelecer perguntas e previsões sobre o texto (MENEGASSI, 2010c). Assim, o aluno da SRM, a partir da mediação do professor, pelas atividades prévias sobre as brincadeiras que a criança gosta de realizar e sobre os espaços em que as realiza – atividades 1 e 2, tem a possibilidade de participar ativamente da leitura, colocar-se como leitor, pois aciona os conhecimentos prévios que o levarão a interagir com a história narrada em “Bicicletando”. Essa atividade prévia demonstra favorável na sequência produzida pelos professores.

Ainda no bloco das atividades antes da leitura, apresentam-se atividades que oportunizam o trabalho com as habilidades de decodificação – claramente nomeadas pelos professores em formação no comando da atividade 1: “Habilidades de leitura: habilidades de decodificação: ler palavras compostas por sílabas canônicas e não canônicas”, na atividade 2: “Identificar, ao ouvir uma palavra, o número de sílabas que ela tem”. Ocorre o desenvolvimento da consciência para o reconhecimento das habilidades de decodificação, como também para a necessidade de um trabalho para o desempenho dessas habilidades nos alunos. Conforme Volóchinov (2017, p. 95), “o signo é um fenômeno do mundo externo”, pois “[...] surge apenas no processo de interação entre

consciências individuais”. Nesse sentido, a expansão do horizonte social e ideológico dos professores, materializada na proposição das atividades propícias ao público-alvo das SRM e na identificação das habilidades de decodificação, originou-se das interações discursivas nas práticas de formação, a envolver, por exemplo: a assimilação dos princípios do interacionismo na leitura (ANGELO; MENEGASSI, 2002b), o reconhecimento das etapas do processo de leitura (MENEGASSI, 2010b), o diálogo com as intervenções e questionamentos nas sequências iniciais de leitura, por exemplo: “Houve um trabalho anterior com as habilidades de decodificação e compreensão?”; “O aluno que está no nível 1, isto é, ainda não sabe ler, conseguirá fazer isso?” (Figura 1).

Outra proposta - atividade 3 - solicita a classificação das brincadeiras, a especificar aquelas que são feitas em espaços abertos e aquelas em espaços fechados. A habilidade de categorizar e formar classes exige análise, interpretação e organização de dados, sendo, portanto, fundamental para o desenvolvimento da linguagem do público-alvo da SRM (ANGELO, 2021). Desse modo, para classificar o brincar de esconde-esconde como uma brincadeira a ser realizada em espaço grande e aberto, é preciso que o aluno leve em conta as características da brincadeira, por exemplo, a envolver várias crianças que precisam ter possibilidades de escolha de lugar para se esconder, requer área livre para correr, sendo necessário, portanto, um recinto mais amplo. Os professores elaboram a atividade – inexistente na versão inicial – a considerar os exemplos oferecidos, analisados e discutidos durante as aulas (ANGELO, 2021), que os levaram a compreender que a habilidade de categorizar é inerente às ações do ser humano no mundo e ao uso sistemático da língua (ANGELO, 2021), a expandir, assim, a sua consciência social como professor.

Para a atividade 3, os professores apontam o trabalho com as habilidades de “Fazer previsões a partir do título, do assunto do texto, do gênero, do suporte; Levantar hipóteses de como o texto continua a partir de informações do início dele”, descritas pela BNCC (BRASIL, 2018), necessárias para que o leitor interaja com o texto, compreendendo-o, conforme pressupostos do interacionismo (MENEGASSI, 2010a; 2010c; 2016). Ressalte-se, ainda, que a atividade estabelece conexões entre as propostas antes da leitura e o texto a ser lido - “Agora que você já viu a diversidade de atividades que uma criança pode realizar, vamos ler um texto sobre um menino bem esperto que estreou sua nova bicicleta (...)”, bem como propõe um objetivo de leitura: ler o texto para saber o que acontece com o menino que acabara de ganhar uma bicicleta, a evidenciar que os professores assimilaram especificidades de produção e organização de uma sequência de atividades de leitura, isto é, do caráter harmônico, contextualizado, progressivo do trabalho com as habilidades em prol da formação e do desenvolvimento do aluno da SRM.

Ainda a respeito das atividades antes da leitura, são percebidos determinados valores sociais intrínsecos à relação das brincadeiras arroladas pelos professores em formação, o que demonstra a consciência para a elaboração de uma lista, cujos itens não são apenas formas linguísticas, desvinculadas da realidade socialmente organizada, mas, sim, signos ideológicos

(VOLÓCHINOV, 2017), aspectos que foram assimilados a partir do trabalho com o conceito de leitura como interação (ANGELO; MENEGASSI, 2022b), a albergar nuances do dialogismo (VOLÓCHINOV, 2017; 2019). Assim, são apresentadas na lista brincadeiras tradicionais que envolvem a interação de crianças, a atividade física, o trabalho manual criativo, excluindo-se elementos tecnológicos, como televisão, videogame ou celulares, muitas vezes estimulados pela mídia e pelas redes sociais. Nos cursos de formação inicial, discussões acerca de valores sociais e históricos inerentes aos discursos precisam ser problematizados para que os textos e as atividades de leitura a alunos de SRM levem em conta a realidade social e visem à ampliação do horizonte social e valorativo dos alunos (VOLÓCHINOV, 2019).

No que se refere às atividades após a leitura, constata-se que os professores se conscientizam, paulatinamente, acerca da necessidade do desenvolvimento de um trabalho voltado às habilidades de compreensão e de interpretação (MENEGASSI, 2010a; 2010b; 2016). Como primeira atividade, propõem uma pergunta de localização de informação explícita no texto, destacada na composição estrutural do texto – “1) Qual é o título da história?”, questão que já compunha as sequências anteriores. Em consonância com a visão processual de leitura, elencam a segunda atividade, que leva o aluno a inferir o sentido do título, a ressaltar o enredo do conto – “2) Em que sentido a palavra biciletando foi empregada no texto?” – atividade que se fazia presente na segunda versão da sequência, como também indicam explicitamente a habilidade trabalhada: “Inferir significado de palavras a partir do contexto”, a acatar, para a elaboração final da sequência, a solicitação dos pesquisadores para que indicasse a habilidade que se buscava desenvolver no aluno. Há, desse modo, uma alteração progressiva e prolífera no modo como os professores concebem e organizam as habilidades na sequência de leitura. Isso demonstra que orientações sistematizadas, como a produção, a revisão, a reescrita e a refacção orientadas de sequências de leitura proporcionam desafios cognitivos e discursivos aos professores em formação, expandindo a sua consciência do papel de docente de língua em SRM.

Diferentemente da primeira versão da sequência, são oferecidas na versão final perguntas de compreensão textual e inferencial que ensinam o leitor, orientam-no na sua aprendizagem, para auxiliá-lo na formação e no desenvolvimento como leitor (MENEGASSI, 2016). Para tanto, são propostas perguntas respondidas com partes do texto, cabendo ao aluno ir buscá-las, por exemplo, “3) Com quem João foi à praça?”, e perguntas de compreensão inferencial – “4) Por que o narrador fala ‘Pobre Joãozinho’...?” – que requisitam, por parte do aluno, o estabelecimento de relações entre informações textuais e informações não-textuais, ou seja, aquelas do conhecimento do leitor. Assim, ao ler no texto que o menino gritou – “Mãããeee, sem os dentes!!!!”, após fazer manobras perigosas com a bicicleta, o aluno infere que o personagem caiu e quebrou os dentes. Em sala de aula, o

professor demonstraria diferentes entonações para ‘Pobre Joãozinho’, a evidenciar que o narrador sente pena do menino: a) entonação triste para a frase; b) de deboche, com entonação com risos; c) de indignação com suas atitudes, com entonação em voz mais alta e acelerada. Aspectos entonacionais valorativos da leitura (MENEGASSI et al., 2022) eram omitidos nas sequências iniciais e, embora tenham sido trabalhados ao longo das intervenções, com orientações teórico-metodológicas, não foram acatados na elaboração da sequência final de leitura, a denotar que nem todas as lacunas detectadas foram preenchidas pelo trabalho realizado com professores. Um aspecto que merece mais investigação a buscar melhores processos de resolução.

Outra pergunta de compreensão proposta na sequência – “5) Por que a mãe do João disse: ‘Cuidado, querido, não a deixe embalar na descida?’” – aparece após a pergunta “4) Por que o narrador fala ‘Pobre Joãozinho’...?”, em ordenamento não adequado para que o aluno construa uma representação mental da narrativa, a partir da sequência dos acontecimentos, segundo pressupostos do interacionismo (MENEGASSI, 2010a; 2010b). Na história, primeiramente a mãe solicita ao filho que tenha cuidado ao dirigir a bicicleta e depois ocorre a queda, a levar o narrador a expressar “Pobre Joãozinho” à personagem. Avalia-se, ainda, que o trabalho com a frase dita pela mãe, tanto concernente ao porquê da fala quanto aos aspectos entonacionais – como a mãe pronunciou a frase, que valor a mãe evidencia na entonação – auxilia a compreender, posteriormente, os sentidos de ‘Pobre Joãozinho’ no texto, a confirmar a importância de se contemplar os aspectos axiológicos da linguagem (VOLÓCHINOV, 2017; 2019) na formação inicial do professor, conforme discutem Menegassi et al. (2022). Pondera-se, também, que a imprecisão no ordenamento das perguntas é própria do processo de formação desses professores, que poderiam estar mais absortos em produzir um número maior de atividades e em dar conta de várias habilidades envolvidas na leitura.

É nítido que a sequência de leitura direciona para um trabalho mais voltado ao processo de compreensão do texto, principalmente à produção de inferências – atividades 2, 4, 5 e 7, o que mostra uma alteração muito pertinente nos conhecimentos do professor no que se refere aos princípios do interacionismo e às etapas do processo de leitura, a permitir a produção de sentidos ao texto (MENEGASSI, 2020b). No entanto, em algumas situações as atividades requerem um nível maior de interação do professor com o aluno com deficiências ou necessidades especiais, visto que se exige o domínio de habilidades complexas para o nível de leitura do público, como é o caso da atividade 7, que demanda do leitor a inferência dos predicativos do personagem a partir da leitura, da integração entre as informações textuais e não-textuais. Por exemplo, para inferir que o menino é corajoso e habilidoso, o leitor necessita localizar informações condizentes com tais atributos – por exemplo, “Mamãe, sem as duas mãos!”, “Veja, mãe, sem um pé!”, “estou dirigindo a bicicleta sem uma das mãos”, para inferir que o garoto é ativo, o leitor precisa localizar a informação de que João passava

várias vezes pela mãe, pedalando a sua bicicleta, como também necessita localizar informações que descartem, por meio das inferências, determinados atributos, como ao ler que o garoto circulava animadamente pela praça, o leitor infere que o personagem não é triste.

A complexidade da atividade para o público de SRM demonstra que os professores em formação ainda estão em processo de conceber as especificidades do programa e das características do alunado com deficiências ou necessidades especiais. É válido ressaltar que o curso de Letras, na qual os sujeitos da investigação se encontram inseridos, não apresenta, em sua grade, discussões e orientações teóricas, metodológicas e práticas voltadas às SRM, como instrui a Resolução CNE/CP 2/2019 (BRASIL, 2020), que trata das diretrizes para a formação docente inicial, sendo a prática de formação oferecida no trabalho aqui relatado a primeira oportunidade para refletir essas questões.

A sequência apresenta, também, uma atividade que exige a intervenção do conhecimento prévio e da opinião do leitor para a produção de uma resposta pessoal, a qual é identificada pelos professores em formação com finalidade de devolver a habilidade de interpretação (MENEGASSI, 2010a). Assim, a atividade “6) Você faz alguma atividade ao ar livre como a de João? a) Em duplas, conte uma história de quando praticou uma atividade ao ar livre para seu colega” expande o olhar do aluno para além do texto, entrelaçando os acontecimentos textuais – o passeio de João na praça com sua mãe, as peripécias do menino com a bicicleta, o acidente do garoto com a bicicleta – com as experiências de vida do aluno no que se refere às diversões na infância. Embora a atividade de interpretação já estivesse presente na sequência inicial, os docentes em formação reformulam a atividade, alterando a pergunta de “Você sabe andar de bicicleta?” para “Você faz alguma atividade ao ar livre como a de João?”, a propiciar uma interação mais propícia entre o leitor e o texto. Outra alteração que se mostra é a ação de andar de bicicleta para a ação de fazer uma atividade ao ar livre, a abranger, certamente, uma maior possibilidade de participação do aluno, já que nem todas as crianças possuem bicicleta ou um espaço suficiente para praticar essa atividade física. Assim, os professores em formação deixam mais à mostra os princípios do interacionismo e a preocupação de tornar o aluno um participante mais ativo na leitura.

As orientações teórico-metodológicas oferecidas levaram os professores em formação à ampliação da consciência (VOLÓCHINOV, 2017) em relação: a) às habilidades envolvidas na prática discursiva da leitura; b) à necessidade de um trabalho voltado às habilidades básicas de leitura junto aos alunos; c) à necessidade de organização das atividades de leitura em sequências a contemplar caráter progressivo, processual, contextualizado, cognitivo e discursivo do trabalho com as habilidades em prol da formação e do desenvolvimento do aluno da SRM.

ASPECTOS SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E O TRABALHO NA SRM

Neste artigo, analisou-se e discutiu-se uma sequência de atividades de leitura a alunos de SRM produzida por professores em formação de um 3.º ano de Letras Português, para demonstrar como as orientações teórico-metodológicas durante a investigação se consolidaram na prática de construção de sequências, a expandir os horizontes sociais e ideológicos como professores de SRM.

Constatou-se que, na produção inicial da sequência, sem orientações teórico-metodológicas, não se levava em conta os princípios do interacionismo (MENEGASSI, 2016; ANGELO; MENEGASSI, 2022b) para o desenvolvimento das habilidades de leitura, como as habilidades de decodificação, a habilidade de localização de informações e de estabelecimento de inferências (BRASIL, 2018), como também não se encaminhava um trabalho com as axiologias sociais inerentes às produções discursivas (VOLÓCHINOV, 2017; 2019). Esses aspectos foram considerados como lacunas na formação docente inicial, a demandar uma organização didática que não negligenciasse as especificidades da prática da leitura junto a alunos com deficiências ou necessidades especiais.

Dessa forma, o trabalho junto aos professores em formação visou a minimizar essas lacunas por meio de orientações teórico-metodológicas para a construção de sequências de atividades de leitura a alunos de SRM. Durante o trabalho, os professores em formação: a) discutiram um caso de ensino sobre a experiência de um professor com aluno com transtorno do neurodesenvolvimento; b) apreenderam aspectos da legislação sobre SRM; c) observaram como o DSM 5 caracteriza os transtornos do neurodesenvolvimento; d) discutiram sobre conceitos de leitura, com foco no interacionismo e no dialogismo; e) analisaram as habilidades de leitura elencadas pela BNCC (BRASIL, 2018); f) discutiram exemplos de interação na leitura entre professor e aluno com deficiência; g) analisaram e produziram exemplos de atividades focadas em habilidades de decodificação e de compreensão; h) participaram de uma leitura compartilhada para a compreensão do conceito de inferência; i) visualizaram e discutiram uma sequência de leitura, a apreender os princípios para organização das atividades; j) reformularam a sequência inicial de leitura, a partir das orientações explicitadas nos itens (a) a (i) e nas diretrizes e indicações do formador nas sequências iniciais; k) elaboraram a versão final da sequência de atividades de leitura a alunos da SRM.

Para análise e discussão dos registros coletados, foram selecionadas 12 atividades, das 28 elaboradas por dois professores em formação, como mostra do trabalho realizado. Constatou-se que, após o período de formação, a sequência de leitura passou a trazer os princípios do interacionismo, a se evidenciar: a) atividades antes da leitura e atividades após a leitura; b) quantitativo expressivo de atividades de leitura; c) ampliação no número de habilidades de leitura a serem trabalhadas com os alunos; d) desenvolvimento das habilidades de decodificação; e)

desenvolvimento das habilidades de compreensão, como localização de informações e inferência; f) melhor organização das atividades de interpretação. Notou-se, também, que algumas lacunas percebidas na etapa inicial persistiram, como o trabalho com as axiologias inerentes às produções discursivas (VOLÓCHINOV, 2019). Ainda, algumas atividades elaboradas, como as que requerem a produção de inferências, se mostram complexas para o público da SRM, a demandar uma maior interação do professor com o aluno, na realidade, novas pesquisas sobre o tema.

Os resultados indicaram que as interações discursivas no período de formação fortaleceram e expandiram os horizontes sociais e ideológicos dos professores em formação, a fazê-los refletir sobre a realidade da SRM, as especificidades do público que frequenta o programa, os princípios interacionistas aplicáveis a essa situação de ensino, a necessidade de uma organização sistematizada das habilidades em sequências de atividades de leitura.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *DSM 5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J. A leitura compartilhada em sala de apoio. In: FUZA, Â. F.; OHUSCHI, M. C. G.; MENEGASSI, R. J. (org.). *Interação e escrita no ensino de língua*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2020, p. 33-63.

ANGELO, C. M. P. *Relatório final de estágio pós-doutoral: sequência de atividades de leitura para sala de recursos multifuncionais – desenvolvimento de habilidades de leitura*. 2021.

ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J. A leitura em Sala de Recursos Multifuncionais. In: ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. (org.). *Leitura e Ensino de Língua*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022a, p. 237-272.

ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J. Conceitos de leitura e ensino de língua. In: ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. (org.). *Leitura e Ensino de Língua*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022b, p. 13-84.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 13 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 2/2019. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação*. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, p. 46-49. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 4 abr. 2022.

DUEK, V. P. *Educação inclusiva e formação continuada: contribuições dos casos de ensino para os processos de aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores*. 2011. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14342>. Acesso em: 10 fev. 2021.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução: Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2019 [1928].

PARANÁ, SEED. *Instrução n.º 09/2018 – SUED/SEED*. Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais. Curitiba: 2018. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/2018/instrucao_092018.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

PARANÁ, SEED. *Instrução n.º 02/2021 – DEDUC/SEED*. Estabelece a organização do Programa Mais Aprendizagem - PMA para os estudantes matriculados no Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio, das instituições de ensino da rede pública estadual. Curitiba: 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/instrucao_022021_deducseed_maisaprendizagem.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

MENEGASSI, R. J. Perguntas de leitura. In: MENEGASSI, R. J. (org.). *Leitura e ensino*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2010a, p.167-189.

MENEGASSI, R. J. O leitor e o processo de leitura. In: GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (org.). *Leitura: aspectos teóricos e práticos*. Maringá: Eduem, 2010b, p. 35-59.

MENEGASSI, R. J. Estratégias de leitura. In: Menegassi, R. J. (org.). *Leitura e ensino*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2010c, p. 41-63.

MENEGASSI, R. J. Ordenação e sequenciação de perguntas na aula de leitura. In: YAEGASHI, S. F. R. et al. (org.). *Psicopedagogia: reflexões sobre práticas educacionais em espaços escolares e não-escolares*. Curitiba: CRV, 2016, p. 41-60.

MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F.; ANGELO, C. M. P. A leitura em perspectiva dialógica: atividades com o poema. In: ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. (org.). *Leitura e Ensino de Língua*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 371-418.

PERFETTI, C. A.; LANDI, N.; OAKHILL, J. A aquisição da habilidade de compreensão da leitura. In: SNOWLING, Margaret J.; HULME, Charles. (org.). *A ciência da leitura*. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 245-265.

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017[1929/1930].

VOLÓCHINOV, V. N. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Tradução: Sheila Grillo; Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2019[1926].

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Cristiane Malinoski Pianaro Angelo

Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Trabalho vinculado ao Projeto “Flexibilização curricular em Língua Portuguesa para alunos com transtornos do neurodesenvolvimento”, com apoio da Fundação Araucária – Pesquisa Básica e Aplicada. E-mail: cristiane.mpa@gmail.com

Renilson José Menegassi

Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Maringá/PR, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7797-811X>. E-mail: renilsonmenegassi@gmail.com

Language loyalty of the Ibanags: A basis for a project-based language solidarity extension program

*Lealdade linguística dos Ibanags: uma base
para um programa de extensão de
solidariedade linguística baseado em projetos*

*Lealtad lingüística de los Ibanags: una base
para un programa de extensión de solidaridad
lingüística basado en proyectos*

RESUMO

As pessoas que vivem no norte das Filipinas, principalmente na região do Vale de Cagayan, falam o ybanag como língua. Utilizando um desenho de investigação sequencial-explicativo, este estudo investigou o compromisso dos Ibanags com a sua língua nativa numa cidade no norte das Filipinas. De acordo com as conclusões do estudo, os entrevistados utilizam principalmente o Ybanag como linguagem de autoexpressão e para se comunicarem com suas famílias, vizinhos e comunidade. Por outro lado, a comunicação no local de trabalho, na igreja e nas escolas é conduzida principalmente em filipino. Uma atitude favorável é demonstrada pelos entrevistados em relação à língua Ybanag. Quando os entrevistados foram categorizados por idade e sexo, não houve variação perceptível em seus idiomas preferidos. Os resultados também indicaram que não há variação significativa nas atitudes dos entrevistados em relação à língua Ybanag quando são agrupados por idade e sexo. Portanto, é aconselhável que a comunidade implemente um programa de extensão de solidariedade linguística baseado em projetos, a fim de proteger a língua Ybanag.

Palavras-chave: Ilagan; Isabela; domínios de uso da linguagem; sociolinguística.



Ma. Theresa L. Eustaquio

ma.theresa.eustaquio@isu.edu.ph

<https://orcid.org/0000-0001-9340-4722>

Isabela State University, Echague Campus,
Philippines

Juanito P. Tandoc Jr

juanito.p.tandoc@isu.edu.ph

Isabela State University, Echague Campus,
Philippines

ABSTRACT

People who live in the Northern Philippines, notably in the Cagayan Valley Region, speak Ybanag as a language. Using a sequential-explanatory research design, this study investigated the Ibanags' commitment to their native tongue in a town in the Northern Philippines. According to the study's findings, the respondents mostly utilize Ybanag as a language of self-expression and to communicate with their family, neighbors, and community. On the other hand, communication in the workplace, the church, and schools is primarily conducted in Filipino. A favorable attitude is shown by the respondents regarding the Ybanag language. When respondents were categorized by age and gender, there was no discernible variation in their preferred languages. The results also indicated that there is no significant variation in the respondents' attitudes toward the Ybanag language when they are grouped by age and gender. Therefore, it is advised that the community implement a project-based linguistic solidarity extension program in order to protect the Ybanag tongue.

Keywords: Ilagan, Isabela, domains of language use, sociolinguistics.

RESUMEN

Las personas que viven en el norte de Filipinas, especialmente en la región del valle de Cagayán, hablan ybanag como idioma. Utilizando un diseño de investigación explicativo secuencial, este estudio investigó el compromiso de los ibanag con su lengua nativa en un pueblo del norte de Filipinas. Según los hallazgos del estudio, los encuestados utilizan principalmente el ybanag como lenguaje de autoexpresión y para comunicarse con su familia, vecinos y comunidad. Por otro lado, la comunicación en el lugar de trabajo, la iglesia y las escuelas se realiza principalmente en filipino. Los encuestados muestran una actitud favorable hacia la lengua ybanag. Cuando los encuestados fueron categorizados por edad y género, no hubo variación discernible en sus idiomas preferidos. Los resultados también indicaron que no hay una variación significativa en las actitudes de los encuestados hacia el idioma ybanag cuando se los agrupa por edad y género. Por lo tanto, se recomienda que la comunidad implemente un programa de extensión lingüística solidaria basado en proyectos con el fin de proteger la lengua ybanag.

Palabras clave: Ilagan; Isabela; dominios de uso de la lengua; sociolingüística.

Como citar:

EUSTAQUIO, Ma. Theresa L.; TANDOC JR, Juanito P. Language loyalty of the Ibanags: A basis for a project-based language solidarity extension program. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.45688. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUCTION

1. BACKGROUND

Language is an essential component of cultural beauty. The act of nation building is driven by the passion and consistency of language use. So, language loyalty is the essence of a country. The Ybanag language is widely spoken in Cagayan Valley, the Philippines.

A local study indicates that the once-dominant minority language in the Cagayan Valley Region is currently under peril and headed for extinction. A language dies every 14 days, according to the Living Tongues Institute's estimate that between 50 and 70 percent of the world's languages are endangered. Researchers have previously observed that rural Filipinos seem to give up their native tongues when they adopt the dominant languages and cultures they are exposed to.

TAN (2013) asserts that of the 500, 000 speakers of the language, there may be fewer Ibanag speakers now. While English and Filipino have been designated as the official languages of communication in Philippine academic settings, indigenous languages, particularly those with less than one million speakers, are in danger of dying out or becoming extinct. The major Philippine languages like Filipino and Ilocano are slowly displacing some of those indigenous tongues in favor of English.

Loyalty to a language is the outcome of a desire to uphold cultural practices and preserve an identity that is expressed through the use of that language. Even in difficult circumstances, those who are dedicated to a language will try to keep it alive. Language shift and language stability are two ways to look at language loyalty.

According to SZECSY and SZILAGYI (2021), loyalty to one's language is typically demonstrated by a desire to uphold cultural customs and preserve an identity that is expressed via the use of that language. Even in difficult circumstances, those who are dedicated to a language will try to keep it alive. Language maintenance refers to the methods that groups employ to maintain the survival of the language to which they are devoted.

The type of communication situation, namely communication among "their own" or among "others," is what matters most. Communicative loyalty is related to the communicative function of the language and assumes the real presence of communicative skills of speakers, but it manifests itself differently and depends on parameters of the communicative situation such as age, social status, and level of communicators' education (LI, MOSKVITCHEVA & ALEKSANDROVA, 2019).

The default language for the speaker can be chosen using language preferences. Speaker can also decide whether they want to be able to change the language that is used to present their portal. Depending on the circumstance, which may have an impact on the speaker's language and communication style, the strategy may occasionally vary. When they are in a different social group, location, or even in common venues like market and school, it is possible to identify the factors that cause these abrupt changes in communicative approach.

Since the strongest sense of identification is tied to speaking the same language, disregarding indigenous languages results in a nation losing its identity on both an individual and a national level. In this situation, the researcher would like to ascertain the Ibanags' language loyalty in Ilagan City, Philippines in order to ascertain whether the people are still speaking the language and, if not, to develop a program to extend linguistic solidarity. Additionally, the community will gain from this study in terms of maintaining its culture and retaining an identity that is expressed with the aid of the Ibanags' linguistic fidelity.

1.1 Research Questions

Generally, this study was conducted to determine the language loyalty of the Ibanags in Ilagan City, Philippines. Specifically, it aims to answer the following questions:

1. What is the language preference of the Ibanags in the following situations:
 - a. Talking to family;
 - b. Talking to people in school;
 - c. Talking to people in the neighborhood;
 - d. Talking to people in the workplace;
 - e. Talking to people in church;
 - f. Expressing themselves.
2. What is the attitude of the Ibanags towards the Ybanag language?

2. METHOD

2.1 Design

The researcher used a mixed method specifically the sequential-explanatory design to collect and gather information about the language loyalty of the Ibanags in Ilagan City, Philippines. This mixed-method design is employed to offset the weakness of one method (CRESWELL, 2015).

2.2 Subject and Study Site

The participants of this study were the Ibanags of Ilagan, Isabela ranging from teens aged 13-19 years old, general population aged 20-59 years old, and senior citizens aged 60 years old and above. The key-informants for the interview are the cultural masters and native Ybanag speakers of the town. Inclusion-exclusion criteria was also followed in the selection of the participants of the study. For the quantitative part, there were 45 respondents, while 15 participants for the qualitative part.

2.3 Instrumentation

Survey questionnaire and a semi-structured interview were the instrument used in the study. The questionnaire was divided into different sections: profile, domain of language preferences, and attitudes toward the use of Ybanag language. The interview questions were based on the use of a priori approach.

2.4 Procedure

The researcher made a letter for the approval to conduct the study. The study started from January 2022 to October 2022. The participants' consent was secured first before administering the survey questionnaire and the interviews were conducted during their available time and chosen location. Member checking via correspondence technique was also employed in the transcription of interviews.

2.5 Mode of Analysis

The quantitative data were analyzed using SPSS, while the interviews were transcribed, coded and thematized using a repertory grid. From the data analyses conducted, data categories were formulated and themes evolved. The qualitative data gathered were used to support the quantitative part of the study. The quantitative data and themes were analyzed by looking at the data under each one and connecting them with common concepts and statements.

2.6 Ethical Consideration

At the initial phase, request letters and consent forms were given and sought from the respondents and key informants of the study. All the involved participants were informed of the study's objectives and aims, and their rights and responsibilities. They were also guaranteed anonymity. Numbers were used to represent them in the interview transcription and data analysis.

3. RESULTS AND DISCUSSIONS

3.1a Language preference of the Ibanags when communicating with their Family

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>Father</i>	Ybanag	30	66.7
	Tagalog	7	15.6
	Ilocano	8	17.8
	Total	45	100.0
<i>Mother</i>	Ybanag	30	66.7

	Tagalog	7	15.6
	Ilocano	8	17.8
	Total	45	100.0
<i>Siblings</i>	Ybanag	29	64.4
	Tagalog	7	15.6
	Ilocano	9	20.0
	Total	45	100.0
<i>Aunts and Uncles</i>	Ybanag	28	62.2
	Tagalog	8	17.8
	Ilocano	9	20.0
	Total	45	100.0
<i>Grandparents</i>	Ybanag	31	68.9
	Tagalog	7	15.6
	Ilocano	7	15.6
	Total	45	100.0
<i>relatives outside the locality</i>	Ybanag	9	20.0
	Tagalog	18	40.0
	Ilocano	18	40.0
	Total	45	100.0
<i>relatives outside the country</i>	Ybanag	7	15.5
	Tagalog	22	48.9
	Ilocano	16	35.6
	Total	45	100.0
<i>What language do you use at family meetings?</i>	Ybanag	16	35.6
	Tagalog	14	31.1
	Ilocano	15	33.4
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you write a personal letter to your father, mother, or any member of your family?</i>	Ybanag	10	22.2
	Tagalog	26	57.8
	Ilocano	9	20.0
	Total	45	100.0

Language

Mean

Rank

Ybanag	20.6	1
Tagalog	12.8	2
Ilocano	11	3
Others	0	-

Table 3.1 presents the data on the most used language by the respondents when talking to their family. This result is also evident on the interview conducted where the participants mentioned that when they are talking with their family, they used the Ybanag language especially when the topic is about their day-to-day activities. Among their responses were:

P1: *I use Ybanag when I talk with my mother and father. We don't use other language at home because we can only express ourselves freely when we use Ybanag.*

P5: *We use Ybanag at home. When I am with my family, for example when I am with my grandparents, we communicate using the language.*

P11: *I am using Ybanag even in my letters sent to my parents when I am still working abroad. There are times I use Tagalog, but I am more at ease using my mother tongue.*

Everyone needs to be able to talk clearly. A person's ethnic group is bound to them when they can communicate effectively in their first or native language, which also helps to create their identity. The first place a child learns effective communication is at home, where they should feel protected from criticism. This significantly adds to the usage of indigenous languages being predominant at home and while interacting with the family. The process of rapprochement between Indigenous and non-Indigenous people will be aided by a greater awareness and respect for Indigenous languages. This is similar to the results of LINDERO (2017) which concluded that families of indigenous backgrounds use their indigenous language in communicating within their family. This is due to the non-discriminating environment in the household and the ease of self-expression when speaking the native tongue.

3.1b Language preference of the Ibanags when communicating in their school

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>What language do you use when you talk to your teachers?</i>	Ybanag	2	4.4
	Tagalog	23	51.1
	Ilocano	19	42.2
	Others	1	2.2
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you talk to your colleagues/classmates?</i>	Ybanag	2	4.4
	Tagalog	25	55.6
	Ilocano	18	40.0
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>Which language is used in giving school instructions?</i>	Ybanag	1	2.2
	Tagalog	23	51.1
	Ilocano	8	17.8
	Others	13	28.9
	Total	45	100.0
	Ybanag	12	26.7

<i>Which language is used in the classrooms?</i>	Tagalog	24	53.3
	Ilocano	9	20.0
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>Which language is used in the school's curriculum?</i>	Ybanag	1	2.2
	Tagalog	22	48.9
	Ilocano	9	20.0
	Others	13	28.9
	Total	45	100.0

<i>Language</i>	<i>Mean</i>	<i>Rank</i>
<i>Ybanag</i>	3.6	4
<i>Tagalog</i>	23.4	1
<i>Ilocano</i>	12.6	2
<i>Others</i>	5.4	3

Table 3.2 presents the data on the most used language by the respondents when communicating in the school. It was shown that in all the parameters of school communication, Tagalog is the most spoken language.

In relation to table 3.1, if children are trained to speak with their indigenous language at home and when communicating with family members, they are more likely to bring this aspect when they go to school, but since Tagalog is perceived to be a more formal medium used in school, it is evident that the respondents use Tagalog. This can be seen on the results of the interview conducted where the participants mentioned that in school, they use the language “understood by many” in order to be understood by their interlocutors. Moreover, the school is located in the part of the Municipality dominated by Ilocano speakers, which explains why the second most used language is Ilocano. Among the participants mentioned:

P2: *I speak Iloco in school because my friends talk to me using the language. As for my teachers, we use either Tagalog or English. But there are teachers who would allow us to use our mother tongue Ybanag especially in our Literature class.*

P13: *I use whatever the required language at school. I cannot use Ybanag because only few people can understand my language.*

P8: *What I noticed from my colleagues is that even though we are all Ybanag speakers, we use English and Tagalog in the office. Yes, there are instances that we use Ybanag but only when uttering expressions.*

P4: *My classmates use Ybanag when we were still in elementary. Now, since the younger generation were not taught and exposed to the language, I communicate with them using Tagalog in school.*

As a result, Ybanag is seen as a minority in the educational setting. As a result, it came in last out of all the languages used. Teaching an indigenous language improves the spirit by highlighting the importance of cultural diversity and creating respect for one another. The revitalization of indigenous youth's cultural identities must also be a goal of education.

3.1c Language preference of the Ibanags when communicating in their Neighborhood/Community

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>What language do you use when you meet Ybanag friends in the neighborhood?</i>	Ybanag	24	53.3
	Tagalog	9	20.0
	Ilocano	12	26.7
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you want to buy something in the market?</i>	Ybanag	14	31.1
	Tagalog	16	35.6
	Ilocano	15	33.3
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you use your mobile in making a phone call in the Ybanag community?</i>	Ybanag	16	35.6
	Tagalog	17	37.8
	Ilocano	12	26.7
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0

<i>Language</i>	<i>Mean</i>	<i>Rank</i>
<i>Ybanag</i>	18	1
<i>Tagalog</i>	14	2
<i>Ilocano</i>	13	3
<i>Others</i>	0	-

The table presents the data on the most used language by the respondents when communicating in their neighborhood/community. It was shown that when the respondents converse with their Ybanag friends in the neighborhood, they use the Ybanag language. Likewise, as the participants were interviewed, it was revealed further that when the community they belong to use Ybanag, they will use Ybanag. As P2 mentioned “*This is not actually required by the community or my neighbor but since we are Ybanag speakers in the community, we are speaking the language to express ourselves better.*” This is also apparent in other responses of the participants like:

P4: “I used Ybanag when conversing with my neighbor. We are all Ybanag speaking people in the community so it is never an issue or hard for us to use the language in day-to-day conversations.”

P5: “Yes, we use Ybanag especially if we are talking about our cultural practices. We also use it when we are in the market if the seller is also an Ybanag speaker.”

In relation to Tables 3.1a and 3.1b, an indigenous person living in an indigenous community where they speak the same language will most likely converse and communicate in their mother tongue. With the expanding global acknowledgement of indigenous knowledge systems, hope is being reignited for indigenous languages to thrive and proliferate in spoken and written forms. Numerous indigenous tribes have already established their own mechanisms for language revitalization. It is critical to guarantee that a traditional language is used only with the community's direct involvement, approval, and instruction. This is similar to the results of the study conducted by DWEIK, NOFAL & QAWASMEH (2014) when they conducted a study that focuses on the language loyalty of Muslims in Vancouver, Canada. Results of language use in the neighborhood show that native language which is Arabic is used mostly in the Muslim community in Vancouver than English when talking with friends in the neighborhood.

3.1d Language preference of the Ybanags when communicating in their Workplace

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>What language do you use with your colleagues at work?</i>	Ybanag	9	30.0
	Tagalog	13	43.3
	Ilocano	8	26.6
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0
<i>What language do you use with your customers at work?</i>	Ybanag	11	36.6
	Tagalog	10	33.3
	Ilocano	9	30.0
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0
<i>What language do you use at work when you discuss business or technical matters with your boss?</i>	Ybanag	7	23.3
	Tagalog	14	46.6
	Ilocano	9	30.0
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0
<i>What language do you use at work when you discuss business or technical matters with your colleagues?</i>	Ybanag	8	26.6
	Tagalog	13	43.3
	Ilocano	9	30.0
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0

	Total	30	100.0
<i>What language do you use at work when you discuss general topics (weather, sports, politics) with your colleagues?</i>	Ybanag	9	30.0
	Tagalog	12	40.0
	Ilocano	9	30.0
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0
<i>What language do you use when you write an e-mail to your Ybanag colleagues?</i>	Ybanag	11	36.6
	Tagalog	15	50.0
	Ilocano	4	13.3
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0
<i>What language do you use when you give instructions and directions orally at your workplace to your Ybanag colleagues?</i>	Ybanag	10	33.3
	Tagalog	13	43.3
	Ilocano	7	23.3
	Others	0	0.0
	Total	30	100.0

<i>Language</i>	<i>Mean</i>	<i>Rank</i>
<i>Ybanag</i>	9.3	2
<i>Tagalog</i>	12.9	1
<i>Ilocano</i>	7.9	3
<i>Others</i>	0	-

Table 3.1d presents the data on the most used language by the respondents when communicating in their workplace. Note that the teen respondents were excluded from the tabulation of this results because the workplace variable is not yet applicable to them. Only respondents from the general population and seniors are included in this portion, constituting to a total of 30 respondents.

Workplace is a diverse environment, comprised of many people from many different backgrounds. As compared to tables 3.1, 3.2 and 3.3 where the native Ybanag speakers tend to communicate within their local community which speaks the same indigenous language as they use, people in the workplace tend to be more language specific due to many reasons—professionalism, easier understanding and fear of discrimination. Individuals in fear of discrimination or disadvantages arising from the use of indigenous language are less likely to prefer these as official languages. This result is further manifested in the interview where the participants mentioned that “*we do not use Ybanag in their workplace because they use the language of the majority which is Tagalog.*” They also mentioned that they only use Ybanag when they know that “*our listener is also Ybanag speaker.*”

A study based on data from the United States Census Bureau's 2015 American Consumer Survey shows that Tagalog is the most commonly spoken non-English language after Spanish in California, Nevada, and Washington (CBS LOS ANGELES, 2017). Tagalog is one of three recognized languages in workplaces in San Francisco, California, along with Spanish and Chinese, making all essential city services be communicated using these languages along with English. LESADA (2017) also noted that other career fields are able to rely less on their native tongue and more on Tagalog in the workplace.

3.1.e Language preference of the Ibanags when communicating in their Religion

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>What language do you use when you pray in your homes?</i>	Ybanag	18	40.0
	Tagalog	15	33.3
	Ilocano	12	26.7
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you pray in your church/mosque?</i>	Ybanag	14	31.1
	Tagalog	17	37.8
	Ilocano	13	28.9
	Others	1	2.2
	Total	45	100.0
<i>What language do you use when you supplicate after praying?</i>	Ybanag	15	33.3
	Tagalog	18	40.0
	Ilocano	12	26.7
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>What language do you use at religious meetings outside churches/mosques?</i>	Ybanag	6	13.3
	Tagalog	19	42.2
	Ilocano	19	42.2
	Others	1	2.2
	Total	45	100.0

<i>Language</i>	<i>Mean</i>	<i>Rank</i>
<i>Ybanag</i>	13.3	3
<i>Tagalog</i>	17.3	1
<i>Ilocano</i>	14	2
<i>Others</i>	0.5	4

Table 3.5 presents the data on the most used language by the respondents when communicating in their church. The result was also observed during the interview where the participants mentioned that they use the language of their churchmates and language of known by

many. They mentioned “We use Tagalog or Filipino in the church. Even the sermons, praise and worships songs are in Tagalog (P11).” P2 said “I use English when delivering my sermons but when I explain it, I use Tagalog because it is understood by many. If I observe that my audience know Ybanag, I will use the language.” P6 mentioned “Yes, I use Ibanag in the church, but I prefer Tagalog or Filipino because the young generation cannot understand the Ybanag language especially that I am in charged with the youth ministry.”

Similar to the results of table 3.4, Ibanag people tend to use the Tagalog language when they communicate and converse in religious gatherings because it is viewed as something more formal and comprehensive to other non-ybanag language speakers. This is similar to the study of BACCAY (2019) in which respondents from the areas in the Northern Philippine region of Ilocos use Tagalog more than Ilocano in masses and events held by religious groups. It was found out that the predominance of the use of Tagalog language which is the basis of the national language in the conduct of religious gatherings is to encourage more participants, not because it was most preferred.

3.1.f Language preference of the Ibanags when communicating for Self-Expression

<i>Variable</i>	<i>Language</i>	<i>Frequency</i>	<i>Percentage</i>
<i>In what language do you express yourself when you are happy?</i>	Ybanag	25	55.6
	Tagalog	8	17.8
	Ilocano	11	24.4
	Others	1	2.2
	Total	45	100.0
<i>In what language do you express yourself when you are angry and stressed?</i>	Ybanag	28	62.2
	Tagalog	6	13.3
	Ilocano	11	24.4
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>In what language do you express yourself express yourself when you are in a hurry?</i>	Ybanag	26	57.8
	Tagalog	8	17.8
	Ilocano	11	24.4
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0
<i>In what language do you express yourself express yourself when you dream?</i>	Ybanag	26	57.8
	Tagalog	9	20.0
	Ilocano	10	22.2
	Others	0	0.0
	Total	45	100.0

<i>Language</i>	<i>Mean</i>	<i>Rank</i>
-----------------	-------------	-------------

<i>Ybanag</i>	26.3	1
<i>Tagalog</i>	7.8	3
<i>Ilocano</i>	10.8	2
<i>Others</i>	0.3	4

Table 2.6 presents the data on the most used language by the respondents when expressing themselves. This result is apparent in their responses during the interview. P1 highlighted that “Whenever I communicate, I use my mother tongue especially when I really wanted to shout out my feelings. I feel comfortable with it even though others might think I am very noisy.” P14 also said “I am always at ease when I use Ybanag in my daily conversation. That is why even at school or in our church, and I am required to give my commentaries or responses, I use Ybanag especially when my listeners know the language.”

Evidently, people tend to express themselves in the language that they are most comfortable. For those who are listening, expressing emotions can be a source of discomfort. Certain individuals are inherently incapable or uncomfortable with receiving and digesting the sentiments of others. It is critical for people to have an emotional language in order to verbally describe their emotions. When people vocally communicate their feelings, the more explicit they may be, the less ambiguous their emotions will be for the one interpreting the information. They are able to describe the intensity of the emotion they are experiencing, whether it is light, moderate, or powerful, as they increase their emotional language.

This is comparable to the results of the study conducted by DWEIK, NOFAL & QAWASMEH (2014) when they conducted a study that focuses on the language loyalty of Muslims in Vancouver, Canada. Results of language use in the domain of emotion and self-expression indicate that Arabic is the dominant language in self-expression among the Muslim Arabs of Vancouver. They report using mostly Arabic when they are happy, angry and when they are in a hurry. They use it unconsciously in their dreams and to express their happiness.

3.1 Attitudes of the Ibanags towards the Ybanag language

<i>Statements (I believe that Ybanag language is...)</i>	<i>Mean</i>	<i>Qualitative Description</i>
1. the most beautiful language.	3.26	Strongly Agree
2. the most prestigious language	3.28	Strongly Agree
3. the symbol of my Filipino identity.	3.26	Strongly Agree
4. more useful than English.	2.24	Agree
5. my national language.	2.93	Agree
6. important to be taught in school.	2.66	Agree
7. dying in my home.	1.95	Disagree
8. dying in the Philippines	2.24	Agree
9. important to be used in all domains.	2.31	Agree

10. <i>important that my children communicate effectively in it.</i>	2.71	Agree
11. <i>important to be used in mosques, religious activities and meetings.</i>	2.86	Agree
12. <i>important to be used in every aspect of daily life as English language is used.</i>	2.73	Agree
13. <i>associated with the Philippines heritage and history</i>	3.35	Strongly Agree
GRAND MEAN	2.75	Agree

Table 3.2 presents the attitudes of the Ybanags towards the Ybanag language. Item 7 which states that “I believe that Ybanag language is dying at home” got the lowest weighted mean of 1.95. This means that the respondents disagree to the statement that the Ybanag language is dying at home. This was supported by the previous results of this research, on table 2.1 which showed that Ybanag is the most spoken language by the respondents at home. Item number 13 got the highest weighted mean of 3.35. This means that majority of the respondents strongly agree to the statement “I believe that Ybanag language is associated with the Philippines heritage and history”. Overall, the statements obtained a grand mean of 2.75 which signifies positive attitude of the respondents towards the Ybanag language.

The results are similar to the study of Esteron (2020). It was worth noting that the respondents seem to have very high regard toward Ybanag, thus a very positive attitude toward their mother tongue. With a mean score of 1.22, the respondents agree that Ybanag is an important part of them. This could be since it is their first language. It also helps that Ybanag is the language of the community. This finding is quite expected given that Ybanag figures in the respondents’ immediate environment, family, and community. Interestingly, however, this positive attitude toward Ybanag could not have been only pragmatic but also symbolic. Their attitude is positive rather than negative because they perceive Ilocano language as an easy language to learn as it is a language that is familiar to them. Richard & Schmidt (1992) note that speakers tend to develop a positive or negative attitude toward a language relative to their impression of the difficulty or simplicity of the language. Moreover, since these respondents speak Ybanag as their mother tongue, it would be easy for them to identify the language. In this way, not only their Ybanag language identity but also their Ybanag ethnic identity is constructed.

4. CONCLUSIONS

There was an equal number of respondents across age groups and males make up the majority of the respondents with a small margin from the females. Ybanag is the predominant language used by the respondents in communicating with the family, neighborhood and community,

and as a language of self-expression. On the other hand, Tagalog is the predominantly used language in communication in school, workplace and church. Regarding attitude towards the Ybanag language, the respondents portray a positive attitude. There was no significant difference on the language preference of the respondents when they are grouped according to age and gender. In terms of the significant difference on the attitude of the respondents on the Ybanag language when grouped according to age and gender, the results show no significant difference.

With regards to language loyalty, as defined in the earlier sections of this paper it pertains to the preference for a particular language; continued use of a language because of this, especially within a culture where another language is dominant. It is evident that on occasions and circumstances where the respondents communicate and/or converse with people belonging to the same Indigenous group which is Ybanag, they prefer to use their own language. But considering the Language of solidarity, as defined on Merriam webster, it is a unity (as of a group or class) that produces or is based on community of interests, objectives, and standards. People use the dominant language when communicating with diverse group of people just to fit within that group. And it is evident in the study that when these Ybanags were surrounded by people speaking a language which the respondents perceive as “more dominant”, they tend to converse with that dominant language. With the premise given by the definition of language loyalty and language of solidarity, the researcher concludes that the language loyalty is still exhibited by the respondents of this study.

With these results, respondents should maintain the use of the Ybanag language so as not to let the language and the culture as a whole die. This can be improved by speaking the language to young members of the family to continue the transfer of language to the young and aid in its language acquisition.

Language teachers should also consider each language spoken by each student, be it a minority or a major one, as unique part of their culture, so as not create stigma and prejudice on native language speakers.

REFERÊNCIAS

- BACCAY, O. PIA | NCCA-PIA promotes Ibanag culture, 2019.
<http://news.pia.gov.ph/article/view/461471423093/ncca-pia-promotes-ibanag-culture>
- CRESWELL, J. W. *A concise Introduction to Mixed Methods Research*. Sage Publications, 2015.
- DWEIK, B.; NOFAL, M.; QAWASMEH, R. (2014). Language use and language attitudes among the muslim Arabs of Vancouver/ Canada: A sociolinguistic study. *International Journal of Linguistics and Communication*, 2.
- ESTERON, J. Language attitudes and identity construction of trilingual learners in a rural school in the Philippines, v. 23, p. 89-103, 2020. 10.24071/lt.2020.230107.
- LESADA, J. *Taglish in Metro Manila: An analysis of Tagalog-English code-switching*. Doctoral dissertation, 2017.

LI, X.; MOSKVITCHEVA, S.; ALEKSANDROVA, O. *Language loyalty and representation of dialects in the People's Republic of China*. European Proceedings of Social and Behavioural Sciences, 2019.

LINDERO, T. First language interference in learning the English Language. *Journal of English as an International Language*, v. 13, 2017.

RICHARDS, J.; SCHMIDT, R. *Longman dictionary of language teaching and applied linguistics*. Third Edition. Longman: Pearson Education Limited, 2002.

SZECSI, T.; SZILAGYI, J. Language assessment literacy: Analyzing the perspectives of mainstream teachers toward English learners. *Journal of English Learner Education*, v. 12, n. 1, 2021.

TAN, M. *Filipino's mothers*. Philippine Daily Inquirer, 2012.
<https://www.pressreader.com/philippines/philippine-daily-inquirer-1109/20120229/283055526339488>

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Ma. Theresa L. Eustaquio

Dr. Ma. Theresa L. Eustaquio is an Associate Professor I of Isabela State University Echague Campus, Philippines. She is a graduate of Doctor of Philosophy in Language Education at Saint Louis University, Master of Arts in Education major in English and Bachelor of Arts in English at Isabela State University. She published researches along testing and assessment, language teaching, curriculum planning, and sociolinguistics. ma.theresa.eustaquio@isu.edu.ph

Juanito P. Tandoc Jr

Dr. Juanito P. Tandoc Jr. is a full-fledged Professor of Isabela State University Echague Campus, Philippines. He is a graduate of Doctor of Philosophy in Language Education at Saint Louis University, Master of Arts in Education major in English at University of La Salette and Bachelor of Arts in English at Isabela State University. He published researches along psycholinguistics, language teaching, and sociolinguistics. juanito.p.tandoc@isu.edu.ph

A guerra contra uma expressão linguística: chega de “violência obstétrica”

The war against a linguistic expression: no more “obstetric violence”

La guerra contra una expresión lingüística: no más “violencia obstétrica”

RESUMO

Em 2019, o Ministério da Saúde (MS) emitiu um despacho abolindo a expressão “violência obstétrica” de seus documentos oficiais. Isso se deu na esteira de o Conselho Federal de Medicina (CFM), em 2018, já ter adotado esse posicionamento. Realizamos uma análise de discurso (AD) embasada em Foucault e outros autores da AD franco-brasileira, visando demonstrar a existência de um alinhamento ideológico entre o MS e o CFM; e evidenciar como a sugestão de abolição da expressão “violência obstétrica” insere essa temática no contexto da guerra cultural, além de ser uma tentativa silenciamento das discussões sobre o assunto.

Palavras-chave: violência obstétrica; análise de discurso; guerra cultural.



Recebido em: 27 de janeiro de 2023
Aceito em: 22 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46920

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Carolina Aita Flores

caro.alflores@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9205-6869>

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Chapecó-SC, Brasil

Eric Duarte Ferreira

eric@uffs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-1324-6547>

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Chapecó-SC, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

In 2019, the Ministry of Health (MH) issued an order abolishing the expression “obstetric violence” from its official documents. This happened after the Federal Council of Medicine (FCM), in 2018, had already adopted this position. We performed a discourse analysis (DA) based on Foucault and other French-Brazilian DA authors, aiming to demonstrate the existence of an ideological alignment between MH and FCM; and to show how the suggestion to abolish the expression “obstetric violence” inserts this theme in the context of the cultural war, in addition to being an attempt to silence discussions on the subject.

Keywords: obstetric violence; discourse analysis; culture war.

RESUMEN

En 2019, el Ministerio de Salud (MS) emitió una orden aboliendo la expresión “violencia obstétrica” de sus documentos oficiales. Esto sucedió después de que el Consejo Federal de Medicina (CFM), en 2018, ya hubiera adoptado esta posición. Realizamos un análisis del discurso (AD) basado en Foucault y otros autores franco-brasileños de AD, con el objetivo de demostrar la existencia de una alineación ideológica entre MS y CFM; y mostrar cómo la sugerencia de abolir la expresión “violencia obstétrica” inserta este tema en el contexto de la guerra cultural, además de ser un intento de silenciar las discusiones sobre el tema.

Palabras clave: violencia obstétrica; análisis del discurso; guerra cultural.

Como citar:

FLORES, Carolina Aita; FERREIRA, Eric Duarte. A guerra contra uma expressão linguística: chega de “violência obstétrica”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 160-178, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46920. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Carolina Aita Flores
caro.aflores@gmail.com.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Em 03 de maio de 2019, o Ministério da Saúde (MS) do governo Bolsonaro produziu um despacho em que recomendava a abolição da expressão “violência obstétrica” (VO), firmando que “o termo ‘violência obstétrica’ tem conotação inadequada, não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado no continuum gestação-parto-puerpério” (Brasil, 2019a).

Essa conduta de sugerir a abolição de um termo consagrado internacionalmente, causou repercussão na mídia e em diversas entidades, que se posicionaram emitindo notas de apoio ou de repúdio à decisão ministerial (Bulhões; Campos; Barbosa, 2020). Uma das entidades a se posicionar em relação ao despacho foi o Ministério Público Federal (MPF), que emitiu uma recomendação em que exigia que o MS reconhecesse a legitimidade da expressão “violência obstétrica” e se abstinhasse de “empregar quaisquer ações voltadas especificamente à abolição do uso da expressão ‘violência obstétrica’, empregando, ao invés, ações voltadas a coibir as práticas agressivas, maus tratos e desrespeitos durante o parto (MPF, 2019, não paginado).

Em nota ao jornal *Folha de São Paulo*, o MS alegou estar embasado em pedidos de instituições médicas e ter seguido orientações destas instituições (Cancian, 2019). Um dos documentos que embasou o despacho foi um parecer produzido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) no ano de 2018. No parecer, a expressão é considerada “uma agressão contra a medicina e a especialidade de ginecologia e obstetrícia” (CFM, 2018, p. 1) e a sua abolição é recomendada.

Esses acontecimentos constituíram nosso objeto de investigação, por considerarmos extremamente relevante que um órgão representante do governo federal e uma autarquia médica se posicionem de modo a interditar uma expressão linguística. O trabalho que apresentamos aqui se trata de um segmento da dissertação “A violência obstétrica como discursividade a ser combatida”, produzida durante o curso de Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, em 2022.

Selecionamos três documentos para compor nosso *corpus*: a) o Parecer Nº 32, de 23 de outubro de 2018, do Conselho Federal de Medicina; b) o Despacho SEI nº 9087621, do Ministério da Saúde, de 3 de maio de 2019; c) a Recomendação do Ministério Público Federal ao Ministério da Saúde, de 7 de maio de 2019. Nosso recorte temporal se situa entre 23 de outubro de 2018 e 7 de maio de 2019, período em que transcorreram os eventos relacionados ao *corpus*.

Nosso referencial teórico-metodológico está embasado na perspectiva foucaultiana, entrelaçado com autores da Análise de Discurso (AD) franco-brasileira e com a discussão sobre “guerra cultural bolsonarista” empreendida por Castro Rocha (2021). Seguindo as indicações metodológicas de Courtine (2014), selecionamos um conjunto de sequências discursivas (SDs) para análise. Através da análise das SDs, procuraremos atender a dois objetivos: demonstrar a existência de um alinhamento ideológico entre o MS da gestão bolsonarista e o CFM; e evidenciar como a sugestão de abolição da expressão “violência obstétrica” insere essa temática no rol de

assuntos em disputa no contexto de guerra cultural que estamos vivendo no Brasil, além de ser uma tentativa de censura e silenciamento das discussões sobre o assunto.

1. AS RELAÇÕES ENTRE DISCURSO E ORDEM: A INTERDIÇÃO DO/NO DISCURSO

Foucault, ao ministrar sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, fala sobre a ordem do discurso. O autor afirma que o discurso é regulado por forças que o controlam, selecionam, organizam e redistribuem. Essa regulação do discurso visa “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 8-9). Uma das formas de dominar o discurso é a interdição. É ao falar sobre esse procedimento de exclusão do discurso que Foucault profere a célebre frase de que não se pode dizer qualquer coisa em qualquer tempo. Nas palavras dele: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9).

Os três tipos de interdição do discurso mencionados por Foucault – tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado do sujeito que fala – se cruzam, se interconectam e são mais evidentes em campos como a sexualidade e as políticas públicas de saúde. Nessas áreas, a interdição cerceia os discursos e revela sua ligação com o desejo e o poder. O discurso, entendido dessa forma também pela psicanálise, não é apenas aquilo que manifesta ou oculta o desejo, sendo também objeto de desejo (Foucault, 2014). Desse modo, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10).

Acreditamos que o discurso sobre o sexo e, em específico, sobre a reprodução e a sexualidade feminina, ainda seja algo pelo que se luta, ainda gere uma disputa de poder. Por esse motivo, nosso olhar se direcionou para a expressão “violência obstétrica” e para a recomendação de sua abolição nos documentos oficiais do MS e do CFM.

Como diz Foucault (2019a), não falamos menos de sexo, falamos de outras maneiras, diferentes pessoas falam, de seus pontos de vista e para obter diferentes efeitos. A questão que nos aflige é quando não se pode falar sobre o sexo, ou no caso do nosso objeto de investigação, sobre uma violência envolvendo a vida reprodutiva. Nos inquietamos quando uma instância governamental, responsável por gerir a saúde das mulheres, se posiciona de modo a interditar palavras valiosas para o reconhecimento de uma forma de violência contra a mulher. Nos lembramos de Foucault (2019a, p. 31, grifos nossos), quando comenta o que pode ou não ser dito e por quem:

O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a)

coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

É sobre essas e outras nuances do discurso, sobre quem pode ou não pode falar, sobre o que pode ou não ser dito, que nos debruçaremos nas análises das sequências discursivas. A apresentação das análises das SDs não segue a cronologia com que os documentos foram produzidos, e sim procura discutir as regularidades discursivas encontradas, que articulam os dizeres dos diferentes documentos entre si com o referencial teórico abordado e com aspectos da guerra cultural bolsonarista. As SDs foram selecionadas após repetidas leituras dos documentos que integram o *corpus*¹.

2. “O DISCURSO É UMA VIOLÊNCIA QUE FAZEMOS ÀS COISAS”: ANÁLISES DAS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS

A primeira sequência discursiva que iremos apresentar foi extraída do parecer do CFM (que precedeu o despacho do MS). Nesta sequência, a autarquia aborda a existência de violência contra a mulher e, à primeira vista, esta SD poderia ser lida como uma produção feminista, por admitir a existência de desigualdade entre os gêneros masculinos e femininos:

SD1: Reconhecidamente, as **diferentes formas de violência contra a mulher** que ocorrem no Brasil e no mundo envolvem uma **longa história de opressão e submissão do gênero feminino**. Mulheres e homens **sempre** ocuparam papéis diferentes nas diversas sociedades e agrupamentos sociais, e **as características biológicas e sexuais femininas se confundiram com as necessidades sociais e culturais dos grupos**, que **impuseram às mulheres as tarefas domésticas e os cuidados das crianças**, e aos homens as tarefas fora do lar (CFM, 2018, p. 2, grifos nossos).

Nessa SD, o CFM, ao utilizar a palavra *reconhecidamente*, admite a existência da violência contra a mulher como algo estabelecido. Porém, é peremptório ao afirmar que isso se deve a uma *longa história* e que mulheres e homens *sempre* ocuparam papéis diferentes. Ao considerarmos o conceito de memória discursiva como aquilo que fala antes, os já-ditos que possibilitam novos dizeres correlatos (Orlandi, 2020), podemos associar a naturalização realizada pelo CFM ao atrelar *características biológicas* a tarefas domésticas impostas às mulheres, ao discurso da época do nascimento da clínica médica, que procurava nos corpos as marcas “naturais” do feminino e masculino para sustentar o que a ideologia burguesa e os costumes familiares propunham (Diniz, 1996). Conforme Costa (1996 *apud* Diniz, 1996, p. 111), “o sexo dos filósofos e moralistas havia

¹ A leitura dos documentos que compõem o *corpus* poderá auxiliar a compreensão das análises empreendidas neste artigo. O leitor pode acessar a íntegra dos documentos nos anexos da dissertação de Flores (2022), disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5853>

decretado a diferença e a desigualdade entre mulheres e homens; a ciência médica vai confirmar o bem-fundado da pretensão política”.

Para a AD, existem dois eixos em torno dos quais o discurso se organiza. No eixo vertical temos o *interdiscurso*², que representa todos os já-ditos, os enunciados dizíveis e já esquecidos; enquanto no eixo horizontal temos o *intradiscurso*, o eixo da formulação, o que se diz em um dado momento, sob certas condições (Orlandi, 2020). Desse modo, é possível conectar o dizer do CFM, em pleno século XXI, aos já-ditos dos médicos do século XVIII, que desenvolveram um modelo de dois sexos, fundado biologicamente, para dar legitimidade científica à desigualdade social. Esse modelo descrevia o crânio das mulheres, de tamanho menor, como inferior ao dos homens e desqualificado para a atividade intelectual; já os ossos largos da pélvis seriam próprios à maternidade, ou seja, mais uma marcação do lugar da mulher na sociedade (DINIZ, 1996). Sob essa ótica, “sua constituição natural [da mulher] a qualificava, de maneira inequívoca, apenas para as atividades domésticas e a reprodução” (Diniz, 1996, p. 112).

Retomando a temática da violência contra a mulher, o CFM argumenta que a discussão sobre VO seria reducionista, pois faria parte de algo maior, como é ilustrado na SD2:

SD2: Estamos, assim, diante de uma discussão muito mais ampla, que nos remete à violência de gênero. Assim, a violência na assistência ao parto, por agora **convertida** em “violência obstétrica”, **tem sua origem** enraizada nos **movimentos sociais e feministas**. Desta forma, em razão da **radicalidade** desses movimentos em prol de incorporar novas práticas assistenciais às gestantes, e em defesa de sua autonomia, os **médicos obstetras estão sendo estigmatizados e processados** por realizarem procedimentos que não estejam de acordo com **a nova proposta de cuidados** (CFM, 2018, p. 3, grifos nossos).

A SD acima nos parece uma tentativa de deflexão da responsabilidade por atos violentos, pois a violência no parto não teria relação com a conduta do obstetra, mas sim *origem* nos *movimentos sociais e feministas* – esses sim os responsáveis por “inaugurarem” essa forma de violência. Essa tentativa de eximir a responsabilidade do médico e atribuir as causas da VO a outras instâncias é reforçada pelo relator do parecer ao comentar o assunto no jornal *Folha de São Paulo*: “O que a gente percebe é que existe um *movimento orquestrado de algumas instituições* de trazer para o médico obstetra a responsabilidade pela situação caótica que está a assistência à gestante”. Para o relator, o debate sobre a VO tem “viés ideológico” e ele emenda: “Essa discussão veio importada de *países com viés socialista*, e o Brasil também adotou” (Cancian, 2019, grifos nossos).

Percebe-se na SD2 o tom pejorativo com que o CFM se refere aos movimentos sociais, vistos como *radicais* em defender a autonomia³ das mulheres, provocando quase que uma inversão de valores, em que a mulher não seria a vítima, mas sim o médico, que vem sendo *estigmatizado e processado*. Também poderíamos supor existir uma relutância médica em admitir a VO como um problema local, o que aparece na fala do relator quando diz que a discussão em torno da VO seria

² O interdiscurso é um conceito bastante conhecido na AD. Pêcheux (2016) afirma que o interdiscurso se refere àquilo que “fala” antes, em outro lugar, que conecta diferentes formações discursivas.

³ Mais adiante retomaremos a discussão sobre o conceito de *autonomia*.

importada de países com viés socialista, referindo-se à Venezuela e Argentina, países pioneiros na regulamentação de legislações sobre VO. Já a *nova proposta de cuidados* parece se referir ao movimento de humanização do parto, citado na SD3:

SD3: É interessante destacar um artigo de revisão publicado recentemente sobre as políticas públicas voltadas para a **humanização** na atenção ao nascimento, que **demonstra exatamente como vem ocorrendo toda esta articulação**. Ali está compilada parte de **toda esta história** que se iniciou ainda na década de 1990, com medidas econômicas – aumentando o valor pago à assistência ao parto vaginal – e implementação da obrigatoriedade de no mínimo seis consultas de pré-natal, a garantia de vagas para gestantes inscritas no programa de humanização, entre outras. Paralelamente, foram criados os centros de parto normal, extra-hospitalares, com autonomia da enfermeira obstétrica ao chamado parto eutócico, e realizaram-se **dezenas de eventos voltados para estabelecer as bases ideológicas que sustentariam o novo modelo de assistência ao parto**, com base na autonomia da mulher e de seu protagonismo no parto, ou nascimento, como preferem chamar (CFM, 2018, p. 4, grifos nossos).

Vale destacar que o artigo⁴ citado no parecer foi escrito por Daphne Rattner, médica que, à época da publicação (2009), trabalhava no Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde – mesmo órgão responsável pela elaboração do despacho que compõe nosso *corpus* analítico. Novamente, parece existir uma marca pejorativa, por parte do CFM, ao se referir à formação do movimento de humanização do parto como *toda esta articulação* ou *toda esta história*. Ao incluir o artigo de Rattner no parecer e mencionar as *dezenas de eventos* que estabeleceram as *bases ideológicas* para a consolidação do modelo humanizado, o CFM parece ignorar sua própria participação na história da humanização, posto o que é colocado por Rattner (2009, p. 760): “ao final de 1997, ampla parceria é costurada entre governo e sociedade civil, tendo como sede o Conselho Federal de Medicina e, como mote, ‘natural é parto normal’”.

Ao pinçarmos algumas expressões abordadas até aqui, como *viés ideológico* e *bases ideológicas*, percebemos elementos de intertextualidade entre o discurso do CFM e o discurso bolsonarista. Como aponta Seraglio (2021), a regularidade do *viés ideológico* nos discursos do presidente Bolsonaro evidencia que ideológico é tudo o que é diferente: “assim, por não conseguir lidar com o diferente, elege como ideológico tudo aquilo que se apresenta como divergente, e conseqüentemente, como inimigo que deve ser eliminado” (Seraglio, 2021, p. 92). Ainda segundo a autora, o viés ideológico, compreendido dessa forma, é um dos operadores que constitui uma *formação discursiva*⁵ *bolsonarista* e está atrelado à guerra cultural promovida pelo bolsonarismo (Seraglio, 2021).

O discurso produzido pelo CFM a respeito da violência obstétrica nos leva a postular que essa é mais uma das temáticas em disputa na guerra cultural em que estamos inseridos e que os

⁴ O artigo é referenciado no parecer CFM Nº 32/2018 como Rattner (2009).

⁵ Esse é um conceito clássico da AD, descrito inicialmente por Foucault. Pêcheux, outro representante da vertente francesa da AD, em uma releitura do conceito, acrescenta uma reflexão sobre a materialidade do discurso e do sentido: “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161 *apud* GREGOLIN, 2006, p. 63).

inimigos apontados pelo CFM seriam os *movimentos sociais e feministas*, com suas *bases ideológicas* para promover a *autonomia da mulher e seu protagonismo*, como está ilustrado na SD4:

SD4: Os movimentos sociais e feministas, apoiados em publicação da OMS de 1996, e em outras surgidas após este período, organizaram protocolos de atenção ao parto voltados para a chamada “**atenção humanizada ao parto**”, com foco principal na assistência provida pela enfermeira obstétrica e a doula. As **evidências científicas** encontradas passaram a ser chamadas de “**boas práticas**”, o que, por si só, **discrimina as práticas que não estejam de acordo com estas**. É importante salientar que o **Ministério da Saúde vem dando total apoio a estes movimentos**, em especial nas **últimas duas décadas**, e estabelecendo políticas públicas **sem ouvir as entidades médicas**, que foram **completamente afastadas deste cenário** (CFM, 2018, p. 3, grifos nossos).

É interessante observar o uso de aspas nas expressões *atenção humanizada ao parto* e *boas práticas*. Entre as funções principais das aspas, está o destaque para exprimir ironia ou expressões usadas fora do contexto habitual. Ao se referir às práticas de humanização usando aspas, o CFM parece menosprezá-las, pois sua origem viria de território inimigo: os movimentos sociais e feministas.

Authier-Revuz (1990) considera que o ato de demarcar fragmentos discursivos utilizando aspas teria a função de manter certas palavras “à distância”, tornando-as um objeto, que como tal é remetido a outro lugar, a outra enunciação. A compreensão dos fragmentos demarcados por aspas remete à alteridade, a um outro discurso, um discurso diferente. Assim, as aspas utilizadas pelo CFM para se referir à “atenção humanizada ao parto” e às “boas práticas” podem ser um indicativo da distância que a autarquia deseja manter em relação a elas. Situar essas condutas entre aspas, segundo a concepção de Authier-Revuz (1990), as demarcaria como “exteriores” em relação ao discurso do CFM, um ponto de heterogeneidade, um “discurso dos outros”.

Apesar de as aspas servirem, em certos casos, para “manter distância” em relação a um discurso alheio, para marcar o exterior, elas também podem revelar “zonas de contato”. Nessas zonas, é possível perceber, através dos pontos escolhidos para demarcar as fronteiras, “de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir” (Authier-Revuz, 1990, p. 31). Em situações de embates discursivos pode existir, ainda, “uma ‘luta pela vida’ quando o que se joga na zona de contato não é da ordem da discussão, por mais violenta que seja, mas do direito à existência para **um** dos dois [discursos] apenas” (Authier-Revuz, 1990, p. 31, grifos no original). Ao reconhecermos a influência do parecer do CFM sobre despacho do MS podemos inferir que, nessa luta discursiva, ambas as entidades se posicionam a favor da sobrevivência do mesmo discurso: o da abolição da expressão “violência obstétrica”.

Resgatando o artigo de Rattner (2009), citado pelo próprio CFM, a autora salienta que o termo *humanização* é polissêmico, possuindo múltiplas significações. Entretanto, ela reforça que o sentido adotado na publicação é o de *práticas legitimadas pelas evidências científicas* (RATTNER, 2009). O CFM, apesar de admitir que as *boas práticas* estão embasadas em *evidências científicas*,

alega que as práticas não embasadas em evidências sofreriam *discriminação* (SD4). Gostaríamos de chamar atenção para o não-dito na SD anterior e levantar a questão: quais seriam essas outras práticas? Seriam as práticas violentas, as não baseadas em evidências científicas? Seriam as práticas ultrapassadas, já não recomendadas pela OMS, mas que ainda assim são utilizadas rotineiramente?

Outro ponto de destaque na SD4 envolve a alegação de que o MS *vem dando total apoio a esses movimentos*. Na visão do CFM, haveria um alinhamento entre o MS e os movimentos sociais e feministas. Se analisarmos a referência temporal *nas últimas duas décadas* também notamos que o CFM faz alusão aos governos de esquerda, que estiveram no poder durante esse período e que *não ouviam as entidades médicas*, que foram mantidas distantes do debate sobre as políticas públicas da assistência ao parto, segundo o parecer. Contudo, apesar de o CFM afirmar não ser ouvido pelo MS e ser mantido distante da formulação de políticas públicas, o próprio MS, no despacho, alega aproximação com os conselhos de especialidades, haja vista a SD5:

SD5: Nessa perspectiva, têm-se intensificado **esforços de aproximação** com a academia, **conselhos de especialidades** e sociedades científicas para discussões ampliadas (BRASIL, 2019a, não paginado, grifos nossos).

Acreditamos que *esforços de aproximação* seja um eufemismo na descrição da relação que se consolidou entre o MS do governo Bolsonaro e os conselhos de medicina. Nos últimos meses de 2021, uma série de reportagens na mídia tratou da “aproximação” entre o ex-presidente do CFM, Mauro Ribeiro (gestão 2019-2022), e o ex-presidente Bolsonaro.

Trazendo a discussão para o cenário da pandemia de Covid-19, a omissão do CFM e dos conselhos regionais de medicina diante das repetidas propagandas de Bolsonaro sobre o uso de medicamentos ineficazes no combate à Covid-19, foi explicada pelo desejo de manter “o alinhamento ideológico das chefias desses órgãos com o presidente Jair Bolsonaro” (MARTINS, 2021). Este alinhamento é tão explícito, que foi verbalizado pelo próprio ex-presidente, diante do mundo inteiro, diretamente do púlpito da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 26 de setembro de 2021, quando disse: “Desde o início da pandemia, apoiamos a *autonomia* do médico na busca do tratamento precoce, seguindo recomendação do *nosso* Conselho Federal de Medicina” (BOLSONARO, 2021, grifos nossos).

Analisando os documentos que integram o *corpus*, as falas do ex-presidente Bolsonaro e do ex-presidente do CFM, Mauro Ribeiro, percebemos uma regularidade discursiva abarcando a noção de *autonomia*. O discurso sobre autonomia parece ser algo pelo que se luta, por parte da classe médica. No parecer do CFM, por exemplo, a palavra “autonomia” é mencionada 14 vezes, enquanto não aparece uma única vez na recomendação do MPF ao MS. No contexto da pandemia, a ênfase na autonomia médica foi a bandeira levantada por Bolsonaro para a prescrição de medicamentos

como a cloroquina, mesmo após contraindicação da OMS, por falta de evidências científicas (JUCÁ, 2021).

A autonomia médica também foi defendida de maneira veemente pelo ex-presidente do CFM, Mauro Ribeiro, em entrevista a um programa da Rádio Jovem Pan, no dia 13 de outubro de 2021. Para Ribeiro (2021), a discussão em torno da cloroquina estava sendo “politizada” e “os médicos brasileiros estão sendo atacados de uma forma covarde por *determinados segmentos da população*”. Poderíamos inferir que uma parte dos *segmentos da população*, citados por Ribeiro, seria a esquerda, posto que o próprio ex-presidente “politizava” a discussão, ao afirmar que “Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaína”⁶.

Ribeiro (2021, grifos nossos) segue a entrevista defendendo a bandeira da autonomia médica:

Nós estamos muito tranquilos, muito serenos, porque o Conselho Federal de Medicina, a única coisa que faz é defender a *autonomia* do médico brasileiro e, mais uma vez, nós reiteramos que *autonomia* é um princípio milenar da medicina hipocrática, junto com o sigilo dos médicos, então sigilo e *autonomia* são dois princípios milenares da medicina.

Isso [princípio da autonomia] não é uma determinação do Conselho Federal de Medicina, isso é uma determinação, esse princípio, ele é da medicina desde os primórdios da medicina e o *Conselho Federal de Medicina não tem limites para defender a autonomia* do médico brasileiro.

Em nosso gesto de leitura, em meio à pandemia, a narrativa de autonomia médica foi sustentada por Bolsonaro e pelo CFM para escamotear uma estratégia política de preservação da economia, em detrimento da saúde da população. Já no contexto da interdição da expressão “violência obstétrica”, os médicos advogam em defesa de sua própria autonomia, em prejuízo à autonomia da mulher. Articulando a fala de Mauro Ribeiro a um trecho do parecer do CFM, destacamos a questão dos *limites* para a autonomia, conforme a SD6:

SD6: Os médicos entendem que **a autonomia da mulher deve ter limites**, principalmente quando existem fatores que possam colocar tanto a mãe quanto a criança em risco se o parto vaginal for escolhido, **e em local que não seja o hospital** (CFM, 2018, p. 1).

A autonomia da parturiente para escolher o local de nascimento, em caso de parto vaginal, *deve ter limites* como explicitado nessa SD e o local privilegiado para o nascimento é o *hospital*. Esta SD foi extraída da introdução do parecer e, ao longo de todo o documento, percebe-se uma tensão entre a autonomia do médico e a autonomia da mulher. É bom lembrar que, em algumas das SDs analisadas anteriormente, havia menção à autonomia, como na SD2, que afirma que em defesa da *autonomia* da mulher, médicos obstetras estão sendo estigmatizados e processados, e

⁶ A fala de Bolsonaro pode ser acessada em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-de-esquerda-tubaina-diz-bolsonaro-sobre-liberacao,70003308307>

na SD3, que menciona como o novo modelo de assistência ao parto tem como base a *autonomia* da mulher e seu protagonismo.

No parecer, a autonomia da mulher é citada quase como um entrave à autonomia médica. Isso é visível no trecho em que o CFM menciona o Projeto de Lei (PL) nº 7.633/2014, sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato: “Pretendendo valorizar a humanização no nascimento e assegurar a *autonomia das mulheres* na assistência ao parto, este PL *restringe bastante a autonomia do médico* que assiste o parto” (CFM, 2018, p. 6, grifos nossos).

O PL em questão é criticado por *restringir* a autonomia do médico para assegurar a autonomia das mulheres. Ao colocarmos lado a lado as afirmações de que o *CFM não tem limites para defender a autonomia do médico brasileiro* e que *os médicos entendem que a autonomia da mulher deve ter limites*, podemos inferir que quem “ganha” a disputa de autonomia são os médicos, já que para eles não há limites. Aqui percebemos a relação indissociável entre poder e saber, abordada por Foucault (2019b), pois se o poder envolve relações de força, que força terá a mulher atendida por um médico que não possui limites para o “uso” de seu saber? Saber este que se materializa através do poder de seu lugar de fala: o lugar da autoridade médica.

Apesar de proposto há quase uma década, o PL supracitado, que possui uma seção dedicada à erradicação da violência obstétrica, foi apensado ao PL 6567/2013 (que dispõe sobre o parto humanizado) em 2017 e ainda se encontra em tramitação na Câmara de Deputados. Vale destacar que o Brasil não possui uma lei federal que trate da VO, apesar de existirem diversos diplomas legais em nível estadual sobre o tema⁷. Essas legislações já sancionadas são compreendidas como conquistas, por parte dos movimentos de mulheres, e o MPF refere-se a elas na recomendação dirigida ao MS, conforme podemos observar na SD a seguir:

SD7: O termo “violência obstétrica” está consolidado em diversas legislações e documentos científicos internacionais, bem como já é consagrado no Brasil em diversos diplomas legais estaduais, sendo exemplos a Lei nº 17.097/2017 do Estado de Santa Catarina; a Lei nº 5217 DE 26/06/2018 no Estado do Mato Grosso do Sul, a Lei nº 16499 de 06/12/2018 no Estado de Pernambuco, a Lei nº 23.175/18 no Estado de Minas Gerais, dentre outras, refletindo, portanto, a preocupação de toda a sociedade brasileira em reconhecer, por meio de seus legisladores, a ocorrência da violência física, verbal e emocional no atendimento ao parto e adotar ações positivas para coibir tais práticas (MPF, 2019a, não paginado, grifos nossos).

Como podemos constatar na SD7, na perspectiva do MPF, o termo “VO” está consolidado e, para subsidiar esse ponto de vista, o órgão cita a existência de publicações científicas internacionais, bem como legislações estaduais que refletem uma preocupação da sociedade brasileira com essa forma de violência. Sobre esse mesmo assunto, o CFM se manifesta da seguinte forma:

⁷ Na dissertação de Flores (2022) há uma seção dedicada à explanação sobre as legislações estaduais a respeito da VO.

SD8: Está em curso, em diversos estados da União e em alguns municípios, a edição de leis que, **sob o manto de suposta proteção às gestantes, transferem de forma inconsequente para o médico obstetra** toda a responsabilidade das mazelas da ineficiência do acesso à saúde. Essas leis, que contam com o **apoio de algumas ONGs e outros grupos associativos, criam situações de conflito**, em sua grande parte **amparadas em movimentos político-ideológicos, influenciando negativamente na harmonia** das equipes multiprofissionais, bem como nos procedimentos e **condutas baseadas em evidências científicas** comprovadas. O CFM repudia os atos que reduzem a participação dos médicos obstetras na integralidade do atendimento à gestante, assim como na **demonização progressiva a que esta especialidade está sendo exposta**, em especial pela responsabilização dos graves indicadores de mortalidade e morbidade na área materno-infantil. O CFM reconhece que **a proliferação de leis que tratam do tema “violência obstétrica” embute posições político-ideológicas**, e na prática não garantem nem oportunizam uma assistência integral, em todos os níveis de atenção à gestante e ao nascituro. (CFM, 2018, p. 11, grifos nossos).

Nesta SD, é explícita a aversão do CFM não apenas quanto à terminologia “violência obstétrica”, mas também quanto à existência de leis que dão sustentação jurídica e visibilidade a essa forma de violência. Constata-se, novamente, uma inversão nos papéis da vítima e do agressor, posto que na visão do Conselho, essas leis *supostamente deveriam proteger as gestantes, mas demonizam a especialidade da obstetrícia*. O uso do termo “proliferação”, como produzido pelo CFM, atribui um caráter negativo à promulgação das referidas leis, equiparando-as a algo contagioso, que se prolifera, como um vírus que se replica e contamina a visão da sociedade sobre a classe médica-obstétrica.

Na SD8 há, novamente, menção ao *viés ideológico* (conforme apontado na SD3) e as ONGs e movimentos de mulheres são retratados de forma belicosa, como *criadores de conflitos* que *influenciam negativamente* a relação entre a equipe de saúde. De acordo com o Conselho, além de prejudicarem a *harmonia das equipes multiprofissionais*, o movimento feminista e suas reivindicações legais atrapalhariam também a adoção de *condutas baseadas em evidências científicas* – nesse trecho o CFM é defensor das boas práticas.

É importante mencionar que a história por trás do termo “VO” está associada a mudanças socioculturais, lutas por direitos e novas formas de se compreender a sexualidade da mulher que se intensificaram a partir da década de 1980, com os movimentos de mulheres. A associação da palavra “violência” ao adjetivo “obstétrica” é significativa, pois demonstra um aumento do foco nas práticas médicas e de demais profissionais de saúde, o que contribuiu para a construção de novos referenciais na área e deu origem a importantes documentos e protocolos de assistência específicos (Velasquez, 2021).

Ao estudar a VO em uma perspectiva histórica, Velasquez (2021) comenta que o termo gera resistência na comunidade médica e que essa forma de violência é uma experiência subjetiva e, por este motivo, para melhor compreendê-la, é preciso admitir que a violência na assistência ao nascimento sempre existiu, porém, aspectos hoje considerados violentos podem ter sido entendidos, no passado, como maneiras de ajudar a mulher ou de salvar o bebê. Desse modo, a autora nos alerta que “historicizar o processo e entender o quando e o porquê são essenciais, para

não olharmos para o passado com os olhos e ferramentas do presente e julgar ações como violentas onde essa concepção não existia, cometendo assim um erro crucial” (Velasquez, 2021, p. 249).

Além de situar a violência historicamente, Velasquez (2021) aponta que, como qualquer outro conceito, a denominação “VO” é fluida e precisa estar aberta ao diálogo e à possibilidade de uso de outros termos para defini-la. Concordamos com a importância do diálogo e do debate sobre diferentes nomenclaturas que descrevam situações violentas no contexto perinatal. Nossa inquietação se dá em torno da abolição de uma expressão linguística, como proposto pelo governo Bolsonaro e sustentado até hoje. Diniz, Aguiar e Niy (2021, p. 292) comentam que “o tema da violência obstétrica nunca foi tão político como no momento atual [de 2020], quando alguns atores sociais se recusam a dialogar diante do termo ‘violência obstétrica’”. Argumentamos que, um dos motivos para a relevância política atual da discussão em torno da VO, é sua inserção no contexto da guerra cultural.

As autoras anteriormente mencionadas lutam pelo direito das mulheres de descrever, analisar e nomear a realidade das experiências femininas da forma mais clara possível, usando termos coerentes com o debate científico e com a mudança social (Diniz; Aguiar; Niy, 2021). Reunindo-se a elas e a Foucault, a escritora Rebecca Solnit reconhece que linguagem é poder e acrescenta que isso funciona em dois sentidos: pode-se usar o poder das palavras para enterrar seu significado, ou então para desenterrá-lo e fazê-lo vir à tona. Solnit (2017), cuja obra inspirou a criação do neologismo *mansplaining*⁸, advoga que designações como *violência doméstica*, *cultura do estupro*, *senso de direito ao sexo*⁹ (e por que não *violência obstétrica?*¹⁰) “são algumas das ferramentas linguísticas que redefinem o mundo que muitas mulheres encontram diariamente e abrem o caminho para começar a mudá-lo” (Solnit, 2017, p. 170). Acrescentamos a expressão “violência obstétrica” à lista de Solnit, por concordamos que a língua pode ser o primeiro lugar de mudança de uma experiência feminina singular como a VO, sendo necessário falar sobre ela, discuti-la, nomeá-la.

Nessa linha de raciocínio, se linguagem é poder e também pode ser o *locus* inicial de uma mudança, interditar expressões linguísticas seria uma tentativa de enfraquecer esse poder e impedir a mudança? Seria uma forma de silenciar vozes que lutam para serem ouvidas? Vejamos com que palavras se materializou a interdição realizada pelo CFM no final de 2018, nas conclusões do Parecer N°32/2018 e reproduzida pelo MS, no início de 2019, no Despacho SEI n° 9087621:

SD9: Por fim, o CFM considera que o termo “violência obstétrica”, além de ser **pejorativo**, traz em seu bojo **riscos permanentes de conflito** entre pacientes e médicos nos serviços de saúde e, **para efeito de pacificação e justiça**, avalia que **tal termo seja**

⁸ Construído a partir da junção das palavras “*man*” (homem) e “*explaining*” (explicação). Significa o ato de homens tentarem insistentemente explicar algo para uma mulher quando ela já sabe sobre o assunto (ALBUQUERQUE, 2020).

⁹ Do inglês “*sexual entitlement*”.

¹⁰ O acréscimo da expressão “violência obstétrica” à lista de expressões destacadas por Solnit é nosso.

abolido, e que as deficiências na assistência ao binômio materno-fetal tenham outra abordagem e conceituação (CFM, 2018, p. 12, grifos nossos).

SD10: Pelos motivos explicitados, ressalta-se que a expressão “**violência obstétrica**” **não agrega valor** e, portanto, **estratégias têm sido fortalecidas para a abolição do seu uso** com foco na ética e na produção de cuidados em saúde qualificada. Ratifica-se, assim, o compromisso de as normativas deste Ministério pautarem-se nessa orientação (BRASIL, 2019a, não paginado, grifos nossos).

Na SD9, o CFM utiliza o adjetivo *pejorativo* para se referir à expressão “VO”, o que em nossa análise, reforça que a discussão sobre essa forma de violência está ligada à guerra cultural bolsonarista, pois a entidade atribui à VO *riscos permanentes de conflito* e justifica que sua abolição se dá em nome da *pacificação* e da *justiça*. A retórica do CFM, nessas poucas frases, é repleta de termos que fazem alusão à ideia de combate: *riscos, conflitos, pacificação, justiça*. Em uma releitura do trabalho de Palharini (2017), *Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil*, que problematiza se a autonomia no parto é para o médico ou para a mulher, trazemos o questionamento *justiça para quem?* Sugerir a extinção de uma expressão linguística é fazer justiça para quem?

Situando a narrativa do CFM, na SD9, com outros discursos que a precederam, trazemos a opinião do médico Roberto Magliano de Moraes, no artigo *Violência obstétrica ou contra o obstetra?*, publicado em 2016, dois anos antes do parecer do CFM. Moraes (2016, não paginado, grifos nossos) considera a VO uma “falácia” e compara o médico ao “‘soldado’ descartável e desvalorizado, que fica no ‘front’ de uma *luta* arriscada e muitas vezes inglória, pelo direito ao nascimento com dignidade e segurança”. Argumentamos que a narrativa belicosa do CFM e de representantes da medicina hegemônica, como Moraes, reverbera o discurso da guerra cultural bolsonarista.

De acordo com Castro Rocha (2021, p. 115), a guerra cultural bolsonarista abrange uma visão fundamentalista do mundo, que visa eliminar, pura e simplesmente, tudo o que seja diferente, “é a recusa intolerante do que não seja espelho”. Nessa guerra cultural “à *la Bolsonaro*”, uma das armas é a linguagem, mais especificamente, a “retórica do ódio” – técnica discursiva ensinada e disseminada nas últimas décadas por Olavo de Carvalho, “guru intelectual” do bolsonarismo. Castro Rocha (2021) se refere à retórica do ódio, tanto como técnica, quanto como “sistema de crenças” e argumenta que sua disseminação produziu um “efeito Olavo de Carvalho” e influenciou outros discursos. Entre as características da retórica do ódio estão o uso da reiteração e da redundância, formando um estilo de prosa-bélica que “manipula com esperteza uma gama de artifícios que, ao suprimir as mediações entre os pontos discutidos, inviabiliza o pensamento, demandando somente a *adesão irrestrita* à palavra oracular” (Castro Rocha, 2021, p. 85).

Selecionamos um pequeno recorte do parecer do CFM que, apesar de não considerarmos relevante enquanto SD, parece ilustrar o “efeito Olavo de Carvalho”, posto que a retórica médica apresenta alguns traços discursivos como os descritos por Castro Rocha sobre a prosa olavista: “Dito isso, não há um ponto de equilíbrio entre *conflitos inconciliáveis*, principalmente no tocante a

dilemas opostos” (CFM, 2018, p. 10, grifos nossos). Se o principal propósito da retórica do ódio é eliminar simbolicamente o outro e reduzi-lo a um inimigo a ser abatido (Castro Rocha, 2021), no campo de batalha simbólico que analisamos, de um lado do *front* se encontra o médico¹¹, *soldado descartável e desvalorizado*, do outro a expressão “violência obstétrica”, eleita a inimiga a ser eliminada.

Autores como Bugalho e Castro Rocha entendem que “a retórica é apenas um estágio inicial num ciclo de intolerância” (Bugalho, 2020, p. 89) e que a “intolerância é a marca d’água da guerra cultural” (Castro Rocha, 2021, p. 210). Nesse sentido, gostaríamos de frisar que o ato de abolir uma expressão linguística poderia refletir o extravasamento da retórica para a prática, de uma luta discursiva (*o discurso é pelo que se luta*) para uma luta extradiscursiva, que poderia culminar, por exemplo, com a revogação das leis que fiscalizam práticas assistenciais violentas. Pensando nos retrocessos que uma conduta como essa poderia ocasionar, salientamos que “a retórica tem um poder devastador quando tornada prática, que aliás, é o fim de toda retórica: que se concretize no mundo real” (Bugalho, 2020, p. 90).

Mantendo a discussão sobre a VO no âmbito da guerra cultural, é interessante olhar para as elucubrações entabuladas por Foucault a respeito da noção de “guerra”. Mesmo antes da disseminação das discussões sobre “guerra cultural”, no curso *Em defesa da sociedade*, de 1976, Foucault já se dedicava a compreender a guerra como “analisador” das relações de poder (Foucault, 2010). Segundo ele, o discurso histórico-político ocidental instaurou uma percepção de guerra perpétua, em que “uma estrutura binária perpassa a sociedade” e, por isso, estamos em guerra uns com os outros, contínua e permanentemente: “Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém” (Foucault, 2010, p. 43). Para Foucault (2010), anteriormente à luta de classes destacada por Marx, existia uma luta de raças. A divisão binária da sociedade era baseada na diferença: de línguas, de força, de vigor, de violência. Haveria sempre uma “outra” raça e essa “não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, por uns tempos, triunfou e dominou, mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele” (Foucault, 2010, p. 52)

O discurso da luta de raças funcionaria a partir de um princípio de segregação, por meio da eliminação do que é diferente para se alcançar uma “purificação” ou “normalização” da sociedade (Foucault, 2010). É possível perceber afinidades entre a concepção foucaultiana da luta de raças e a visão de Castro Rocha sobre a guerra cultural bolsonarista, que “acha feio o que não é espelho”. Para Foucault (2010), o discurso da luta de raças estaria na origem de um racismo de Estado, servindo à estratégia global dos conservadorismos sociais, em que o Estado seria o “protetor” da integridade, da superioridade e da pureza da raça. Para Castro Rocha (2021), a guerra cultural é uma política de Estado adotada pelo bolsonarismo para governar, ou talvez, não governar. Se a

¹¹ Referimo-nos à medicina tradicional hegemônica, representada por órgãos de classe como o CFM.

guerra cultural visa aniquilar o que é diferente, o Estado (representado pelo MS) se prestou ao papel de cúmplice do saber médico hegemônico ao validar uma política de aniquilação linguística.

Foucault (2010, p. 201) também compreende a guerra como “gabarito de inteligibilidade dos processos históricos”. Aliando a perspectiva foucaultiana a de Castro Rocha (2021), a guerra cultural seria a matriz de compreensão do paradoxo do modo de governar bolsonarista:

O êxito do bolsonarismo significa o fracasso do governo Bolsonaro. Sem guerra cultural, como manter as massas digitais mobilizadas em constante excitação? Contudo, a guerra cultural, pela negação de dados objetivos e pela necessidade intrínseca de inventar inimigos em série, não permite que se administre a coisa pública. [...] A guerra cultural é a origem e a forma da arquitetura da destruição, marca d'água do bolsonarismo, mas, por isso mesmo, será (ou já é?) a razão do fracasso rotundo do governo Bolsonaro (Castro Rocha, 2021, p. 346-347, grifos no original).

Como discutimos anteriormente, o despacho produzido pelo MS se deu na esteira do parecer do CFM e se mostrou fortemente influenciado por ele. Apesar disso, o MS apresenta um discurso menos belicoso quando sugere a abolição da expressão “violência obstétrica”, como consta na SD10 (supracitada). Para o MS, a expressão *não agrega valor*. Aqui, de modo semelhante à indagação de para quem seria feita justiça com a abolição da terminologia “VO”, nos questionamos: para quem ela não agrega valor? Se pensarmos sobre a noção de *valor* através de uma perspectiva kantiana, podemos afirmar que o julgamento do que tem ou não valor não é um julgamento lógico, mas sim um julgamento estético e, em última instância, subjetivo (Kant, 2005).

No caso da VO, o julgamento subjetivo sobre as experiências vividas no parto deve ser o da mulher. Em uma manifestação da ReHuNa (Rede pela Humanização do Parto e Nascimento) sobre o despacho do MS, a entidade se posiciona de modo a defender que “as principais interessadas, que podem qualificar a assistência que recebem como violenta (ou não), são as mulheres, que têm se mobilizado para dar visibilidade a essa violência, oculta nos serviços de saúde” (Rehuna, 2019 *apud* Bulhões; Campos; Barbosa, 2020, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos, de uma perspectiva foucaultiana, as sequências discursivas que compõem nosso *corpus*, percebemos um alinhamento ideológico entre a medicina tradicional hegemônica, representada pelo Conselho Federal de Medicina e a retórica bolsonarista, representada pela gestão à frente do Ministério da Saúde à época. Em nossa opinião, o gesto de abolição da expressão “violência obstétrica” se deu como uma tentativa de silenciamento das discussões sobre o assunto e reforçou a ideia de que a assistência obstétrica brasileira está inserida em um contexto amplo de guerra cultural. Nesse sentido, a violência obstétrica foi eleita, tanto pelos representantes da medicina hegemônica, quanto pelo Ministério da Saúde, como a inimiga a ser combatida.

Apesar de a extinção do termo “VO” ser compreendida como uma tentativa de silenciamento ou censura, ao entrelaçarmos teoria, descrição e interpretação, nos recordamos da obstinada contestação de Foucault a respeito da hipótese repressiva da sexualidade. De modo semelhante às tentativas de reprimir as discussões sobre sexualidade, tentar “abafar” a discussão em torno da violência obstétrica produziu o efeito oposto, visto que só fez com que o debate pegasse fogo, gerando uma explosão discursiva sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. **Glossário do feminismo**: entenda os termos usados pelo movimento. Guia do estudante. 8 out. 2020.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BOLSONARO, J. M. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia-Geral da ONU**. Nova Iorque, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Despacho SEI nº 9087621 de 3 de maio de 2019**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YBWx1D>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BUGALHO, H. **Minha especialidade é matar**: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.
- BULHÕES, M. A.; CAMPOS, M. M.; BARBOSA, L. C. de C. O desuso do termo “violência obstétrica” pelo Ministério da Saúde: antecedentes históricos, disputas e controvérsias. *In*: VARGAS, A. de F. M.; DE SOUZA, C. H. M.; CAMPOS, M. M. (orgs). **Tendências e controvérsias nas pesquisas em ciências sociais e saúde**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2020. p. 40-55.
- CANCIAN, N. Ministério da Saúde veta termo violência obstétrica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 maio 2019.
- CASTRO ROCHA, J. C. de. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- CFM. **Parecer CFM nº 32 de 23 de outubro de 2018**. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 2018. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2018/32>. Acesso em: 26 jan. 2023
- COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DINIZ, C. S. G. **Assistência ao parto e relações de gênero**: elementos para uma releitura médico-social. 1996. Dissertação (Mestrado em Medicina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DINIZ; C. S. G.; AGUIAR, J. M.; NIY, D. Y. "Medicalização do parto" e "violência obstétrica": olhares complementares sobre o mesmo fenômeno. *In*: TEIXEIRA, L. A. et al. **Medicalização do parto**: saberes e práticas. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 268-297.

- FLORES, C. A. **A violência obstétrica como discursividade a ser combatida**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5853>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 9. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019a.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019b.
- GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- JUCÁ, B. Como o Conselho de Medicina silenciou diante do negacionismo de Bolsonaro e abraçou a cloroquina. **El País**, Fortaleza, 15 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-15/como-o-conselho-de-medicina-silenciou-diante-do-negacionismo-de-bolsonaro-e-abracou-a-cloroquina.html>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- MARTINS, L. Ex-conselheiros contam por que o CFM não ousa desmentir governo sobre falsos tratamentos para Covid-19. **The Intercept Brasil**, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/01/27/cfm-nao-ousa-desmentir-governo-sobre-falsos-tratamentos-para-covid-19/>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- MORAIS, R. M. de. **Violência obstétrica ou contra o obstetra?** Site do Conselho Federal de Medicina. 26 fev. 2016. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/violencia-obstetrica-ou-contra-o-obstetra/>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- MPF. **Recomendação nº 29/2019**. Autos nº 1.34.001.007752/2013-81. Inquérito Civil. 07 maio 2019. São Paulo: Ministério Público Federal, 2019. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/recomendacao_ms_violencia_obstetrica.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, e174907, dez. 2017.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 13, supl. 1, p. 759-768, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000500027>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- RIBEIRO, M. Entrevista ao programa **Os Pingos nos Is**, da rádio Jovem Pan. 13 out. 2021. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/politizam-um-tratamento-e-atacam-medicos-de-forma-covarde-diz-presidente-do-conselho-federal-de-medicina.html>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SERAGLIO, M. K. T. **O discurso político do viés ideológico na transição para o governo Bolsonaro (2018-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4397>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- SOLNIT, R. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

VELASQUEZ, L. Violência obstétrica em perspectiva histórica (1950-2012). *In*: TEIXEIRA, L. A. et al. **Medicalização do parto: saberes e práticas**. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 237-267.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Carolina Aita Flores

Doutoranda em Saúde Coletiva pelo IMS-UERJ. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisa, através da perspectiva foucaultiana, temas como violência obstétrica, parto e nascimento, discurso médico, guerra cultural, entre outros. Atua como psicóloga clínica e perinatal. E-mail: caro.aflores@gmail.com

Eric Duarte Ferreira

Doutor em Linguística e Professor do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó-SC. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso da UFFS, o FRONTEIRAS, e do Grupo de Pesquisa Língua(gem), discurso e subjetividade (UFFS). Coordenou, junto com o prof. Dr. Atilio Butturi Junior (UFSC), a coletânea *Análises no Campo do Discurso: Debates Interdisciplinares*, publicada em 2017 pela Editora Mercado de Letras. E-mail: eric@uffs.edu.br

O(s) sentido(s) em “elas são fáceis porque são pobres”: Uma análise discursiva

The meaning(s) in “They are easy because they are poor”: a discursive analysis

El(los) significado(s) de “Son fáciles porque son pobres”: un análisis discursivo

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu em problematizar a sobreposição do contexto sócio-histórico às circunstâncias imediatas de produção do discurso “Elas são fáceis porque são pobres”, enunciado pelo agora ex-deputado Arthur Do Val. Mobilizando conceitos da Análise do Discurso francesa aplicados ao conjunto de falas do ex-parlamentar vazados para a imprensa, a pesquisa identificou um sujeito discursivo filiado a uma formação discursiva fortemente caracterizada pela misoginia, (re)produtor de uma expressão que recupera um dos já-ditos sobre “mulher fácil” na memória discursiva dos brasileiros, e que na posição homem-público possivelmente enunciaria tal como na de homem comum, não fossem as coerções sociais.

Palavras-chave: mulher fácil; Análise do Discurso Francesa; memória discursiva; formação discursiva; interdiscurso.



Recebido em: 05 de julho de 2022
Aceito em: 31 de maio de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.43964

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Iara Mola

iaramola@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4761-903>

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM),
São Paulo, DF, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The objective of this study was to problematize the overlapping of the socio-historical context with the immediate circumstances of production of the speech “They are easy because they are poor”, enunciated by the now ex-deputy Arthur Do Val. Mobilizing French Discourse Analysis concepts applied to the set of speeches by the former parliamentarian leaked to the press, the research identified a discursive subject affiliated with a discursive formation strongly characterized by misogyny, (re)producer of an expression that recovers one of the already- sayings about “easy woman” in the discursive memory of Brazilians, and that in the public-man position he would possibly enunciate as in the common man, were it not for social constraints.

Keywords: easy women; French Discourse Analysis; discursive memory; discursive training; interdiscourse.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue problematizar la superposición del contexto sociohistórico con las circunstancias inmediatas de producción del discurso “Son fáciles porque son pobres”, enunciado por el ahora exdiputado Arthur Do Val. Movilizando conceptos de Análisis del Discurso Francés aplicados al conjunto de discursos del ex parlamentario filtrados a la prensa, la investigación identificó un sujeto discursivo afiliado a una formación discursiva fuertemente caracterizada por la misoginia, (re)productor de una expresión que recupera una de las ya- dichos sobre la “mujer fácil” en la memoria discursiva de los brasileños, y que en la posición de hombre público posiblemente enunciaría como en el hombre común, si no fuera por las constricciones sociales.

Palabras clave: mujer fácil; Análisis Del Discurso Francés; memoria discursiva; formación discursiva; interdiscurso.

Como citar:

MOLA, Iara. O(s) sentido(s) em “elas são fáceis porque são pobres”: Uma análise discursiva. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 179-199, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.43964. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

No senso comum, parece já bem assentada a compreensão de que a cada texto corresponde um papel de enunciador situado num determinado contexto. Quando, por exemplo, uma mãe se dirige ao filho “advertindo-o” por meio de falas como “*Se continuar chorando, vai ter um motivo para chorar de verdade...*”, “*A gente ‘conversa’ quando chegar em casa...*” e “*Me responde de novo, que eu te quebro os dentes*”, as “ameaças” de que esses enunciados se revestem – e/ou que muitas vezes chegam mesmo a explicitar – não são culturalmente apreendidas como expressões de violência por parte da família. Ao contrário: agrupadas em matérias publicadas em diferentes suportes (BAZAN, 2019) e/ou recuperadas em rodas de conversa entre familiares e amigos, apresentam-se, via de regra, como objeto de humor. Todavia, se, deslocadas desses para outros papéis sociais, essas mães reproduzissem esses mesmos enunciados para outros interlocutores, a tratativa seria outra decerto.

Ocorre que, diferentemente do que se verifica em relação à posição-mãe considerada no exemplo, a dissociação entre *homem na vida privada* e *homem público* pode não ser – e/ou não é – tão bem distinguida assim. Ao menos, trata-se do resultado observado em relação aos desdobramentos nas esferas de atividade social e política relativos aos áudios de WhatsApp vazados à imprensa em 4 de março de 2022 contendo as polêmicas declarações do agora ex-deputado estadual paulista Arthur do Val (CARTA CAPITAL, 2022; PODER360, 2022), para quem, “infelizmente”, “pessoa pública”, como ele, “não tem direito nem a privacidade” (BORGES; AMARAL, 2022).

Valendo-se do aplicativo de mensagens instantâneas durante viagem à Ucrânia, na qual buscava acompanhar a guerra aí iniciada pela Rússia, Do Val – vulgo “Mamãe Falei”, como também ficou conhecido em razão do seu canal no YouTube, eleito pelo Democratas (DEM) como o segundo mais votado nas eleições de 2018 – dirigia-se, segundo ele próprio e informações posteriormente replicadas pela imprensa, a “um grupo de amigos do futebol” quando, em se reportando às ucranianas, verbalizou, entre outras, as seguintes passagens: “[...] **são fáceis porque elas são pobres [...]**”, “[...] **é inacreditável a facilidade... [...]**” e “**Essas cidades mais pobres, elas são as melhores [...]**” (CARTA CAPITAL, 2022; PODER360, 2022, grifos desta pesquisadora).

Fato é que as declarações contidas nesses áudios não foram socialmente relativizadas, não obstante o pedido de desculpas e as alegações explicitadas logo no dia seguinte à propagação desses conteúdos, quando do retorno de Do Val ao Brasil: “**Foi errado o que falei, não é isso que eu penso. O que falei foi um erro num momento de empolgação. [...] não tive tempo de fazer absolutamente nada [...]**” (CNN, 2022, grifos desta pesquisadora)], ele disse. Da mesma forma, também não o foi a sua tentativa de distinguir a atuação de dois sujeitos discursivos associados a uma mesma figura de enunciador: “[...] **Peço só que entendam os contextos. Uma coisa é o Arthur que foi lá fazer a missão que fez e saiu. Outra coisa é o Arthur que já tinha saído e**

mandou um áudio num grupo privado para os amigos dele de forma errada, descabida"; “Não foi na melhor das posturas, é nítido aquilo. Mas, **como falei, é um áudio privado**” (CNN, 2022, grifos desta pesquisadora)], alegou.

Com a ampla repercussão negativa derivada dessas falas – massivamente condenadas como sexistas –, o até então pré-candidato ao Governo de São Paulo em 2022 pelo Podemos sofreu uma série de sanções, que começaram pela retirada dessa sua candidatura e pela sua desfiliação do partido, passando pela sua saída do Movimento Brasil Livre (o MBL, no qual se destacara tanto como líder quanto como membro) e chegando a vários pedidos de cassação assinados individual ou coletivamente por mais de 20 deputados (TADEU, 2022), dos quais adviria a perda do seu mandato.

No conjunto, porém, mesmo diante da sua importância, tanto a repercussão quanto o desfecho desse processo não são o que configura o principal objeto de interesse deste trabalho, que reside na etapa anterior da qual esses resultados sobrevieram: a problematização em torno da(s) potencial(is) razão(ões) pela(s) qual(is) tamanha repercussão negativa teria se dado, culminando daí as sanções. Afinal, diferentemente do que se verifica por parte da apreciação social quanto a certos “modos de dizer” (entre os quais, novamente, se encontra o “*Toda mãe fala isso...*” no que respeita às “ameaças” que recaem sobre os filhos quando elas estão investidas da posição-mãe), por qual razão, no evento envolvendo Do Val, o contexto imediato de fala (de caráter “privado”, na sua posição-homem comum) teria sido sumariamente desprezado pela opinião pública, sem uma “relativização” que enveredasse, por exemplo, pelo “*Todo homem fala isso...*”? Ou, ainda, pelo “*Todo homem fala essas coisas quando está entre amigos, como no grupo do futebol...*”?

Nesse caso, é certo que bem se poderia recorrer à observação de que, também diferentemente do que sucede a uma mãe, Do Val não é uma figura anônima, o que por si só “justificaria” a pena aplicada e encerraria aí mesmo a discussão pretendida. Contudo, se expandido esse acontecimento do cenário político que se detém especificamente sobre o ex-deputado para aquele que envolve autoridades políticas dotadas de uma posição de poder ainda mais significativa do que a dele, um rápido levantamento basta para se constatar que, dentro desse mesmo período de um novo governo à frente do Brasil, foram de muito menor alcance e/ou efetividade as mobilizações gerais acerca de outras declarações sexistas – não obstante elas serem igualmente explícitas no sentido de objetificarem sexualmente as mulheres, entre as quais estavam as próprias brasileiras, em particular.

A título de ilustração, em abril de 2019, Jair Bolsonaro “gerou polêmica ao se mostrar contrário à vinda de turistas do público LGBTQI+ para o Brasil”, mas “favorável ao turismo sexual com mulheres”: “[...] ‘**Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade**’” (SABÓIA, 2022, grifos desta pesquisadora), verbalizou. Com a ressalva de que, no caso do ex-presidente, tal fala não se deu na sua condição de sujeito discursivo “comum”, dirigindo-se, por

exemplo, a uma plateia de “amigos do futebol”: ela se efetivou na condição assumida de representante máximo do Executivo, que enuncia investido desse papel social, dirigindo-se, portanto, a toda a população. E, embora diversos estados brasileiros tenham lançado campanhas contra a exploração sexual em resposta a essa fala homofóbica e machista, o “turismo sexual” incentivado por Bolsonaro não reverberou – social e, sobretudo, politicamente – com a mesma intensidade com que o “turismo sexual” atribuído à ida de Arthur do Val à Ucrânia, depois de conhecido o teor dos áudios vazados.

Assim, tomando-se a língua como objeto simbólico e a partir dos processos de significação da expressão “mulher fácil”, o objetivo deste estudo consiste em problematizar essa sobreposição do contexto sócio-histórico às circunstâncias imediatas de produção do discurso “*Elas são fáceis porque são pobres*” enunciado por Do Val.

Para tanto, parte-se da suposição de que, no que tange ao(s) efeito(s) de sentido por ele fomentado(s), do(s) qual(is) decorreu toda a repercussão negativa desdobrada na responsabilização do ex-deputado enquanto parlamentar, três aspectos, em especial, possam ter sido determinantes. Primeiro, o de que Do Val teria comprometido uma “regra básica” de silenciamento/cumplicidade nos “modos de dizer” dos homens sobre as mulheres quando eles estão entre si, isto é, o fato de, ainda que a seu total contragosto, ter tornado possível a publicização de um desses “modos de dizer” sobre elas.¹ Segundo, o de que tenha aí incidido o peso da *memória discursiva* dos brasileiros no que se refere às desqualificações a que são historicamente submetidos os sujeitos *mulher* e *pobre*, bem como o sujeito *mulher pobre* e os sentidos já mais ou menos estabilizados sobre o que configuraria a expressão “mulher fácil”. E, terceiro, o de que tenha incidido ainda o próprio peso do contexto mais amplo no qual estava situado o contexto imediato envolvendo as falas já destacadas: os efeitos danosos – já conhecidos – da guerra.

No que abrange a primeira hipótese, a pesquisa se apoia nas contribuições de Zanello (2020) para avançar um pouco mais, ainda que também em linhas gerais, na contextualização aqui resumida, assinalando-as já na primeira parte deste estudo. Isto porque, não bastasse ter emergido da conversa de um grupo masculino dentro do WhatsApp – o “do futebol” –, a misoginia presente nas declarações de Do Val se insere no campo discursivo das discussões sobre gênero (como o são o machismo estrutural e a própria violência de gênero), devendo, por isso, ser já acomodada dentro dessa conjuntura sócio-histórica, na qual falas dessa natureza se mostram *concebidas por* e ao mesmo tempo *provenientes de* um dado tipo de masculinidade, tal como ele foi sendo forjado culturalmente.

¹ Daí, inclusive, a possibilidade de se aventar, num estudo futuro, se esse também não seria um dos motivos pelos quais essa cassação do mandato teria contado com a adesão tão maciça de outros homens públicos como ele, haja vista que a votação em favor dela foi unânime e que, dos 73 deputados presentes na sessão em questão, apenas 16 eram mulheres.

No que se volta à memória discursiva, consoante a finalidade deste trabalho, foram delimitados dois *corpus*, cada qual apresentado na terceira parte do artigo: o primeiro atendeu à necessidade de que fossem recuperados os já-ditos sobre “mulher fácil”, e o segundo permitiu que, com base no conhecimento desses já-ditos, o(s) efeito(s) de sentido suscitado(s) por Do Val mediante as suas falas pudesse(m) ser mais bem depreendido(s) – assim também facultando, por extensão, a compreensão mais efetiva acerca da própria repercussão e das contrapartidas dele oriundas.

Já a respeito da guerra entre Rússia e Ucrânia, interessa destacar o que sintetizava o momento inicial desse confronto, no qual se fixa o próprio vazamento dos áudios com as falas do ex-parlamentar: ela teve início em 24 de fevereiro de 2022, quando “[...] Militares russos entraram na Ucrânia por mar, ar e terra fortemente armados, com fuzis, tanques blindados e aviões de alta tecnologia [...]” (SANTOS, 2022). Portanto, desse dia até a data em que as declarações de Do Val viriam a público, em 4 de março, transcorreram praticamente uma semana, durante a qual o mundo todo assistia, perplexo, ao desespero de milhares de civis – de crianças a idosos – em busca de “alternativas” para escapar aos desastres de um conflito que ainda se arrastaria por muito tempo.

Por fim, visando a alcançar o objetivo proposto, o trabalho se ancora no dispositivo teórico-metodológico disponibilizado pela Análise do Discurso de linha francesa – doravante, também “AD” –, mobilizando os conceitos de *memória discursiva*, de *formação discursiva* e de *interdiscurso* principalmente a partir de Orlandi (2013), a fim de desvelar o processo de significação do qual resultou, senão toda, parte da repercussão nas esferas social e política a que o hoje ex-deputado estadual foi chamado a responder. Pincelada nas suas proposições mais essenciais, essa teoria é explicitada na segunda parte deste trabalho, antecedida somente por uma rápida explanação das bases da disciplina na qual se engendra. Quanto à análise, reservada à terceira parte, posterior à apresentação dos *corpora*, seguem as considerações finais e as referências que tornaram esta pesquisa possível.

1. DA MISOGINIA NA FALA INDIVIDUAL MASCULINA AOS GRUPOS MASCULINOS QUE A SUSTENTAM SÓCIO-HISTORICAMENTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Discorrendo sobre em quê o fato de “ser ‘homem’ favorece ou contribui para as violências”, Zanello (2020, p. 80) desenvolve um estudo no qual esse tema é tratado em uma perspectiva histórica e cultural, situada também no campo dos estudos de gênero. Logo, isso significa que a pesquisadora parte do princípio de que “não se nasce homem”: “torna-se homem”, de modo que “existem certas formas de masculinidade que são interpeladas, pela cultura, em determinado momento histórico”, sendo que, no caso do Brasil, a forma de masculinidade predominante “é danosa para os próprios homens e para todos e todas aqueles/aquelas com quem eles têm convivido”, como a própria psicóloga considera, baseada nos dados com que introduz a pesquisa.

Alinhada aos estudos que dialogam com os movimentos feministas, Zanello (2020, p. 81) entende “gênero como uma categoria essencialmente política, que, como tal, é eminentemente relacional, passando pela distribuição desigual de poderes e privilégios”, implicando, pois, a impossibilidade de se “pensar as masculinidades sem relacioná-las às mulheres”. E, estudiosa dessa temática, ela explica que **“a masculinidade se constrói sobre um repúdio específico, a misoginia, sendo ela a argamassa afetiva da casa dos homens”** (p. 83, grifos desta pesquisadora). E que, se, em diversas situações – tais como no próprio feminicídio –, essa misoginia pode ser claramente identificada, existem outras nas quais ela “causa confusão”, a exemplo de quando “parece exaltar as mulheres”, como no caso da objetificação sexual.

Assim, ao se deter sobre as masculinidades e a misoginia “no funcionamento da lógica da casa dos homens², brasileiros, em grupos exclusivamente masculinos de WhatsApp” (ZANELLO, 2020, p. 83), a autora chega à formulação de seis categorias de análise, avaliadas conforme a frequência e a repetição com que se deram nesses grupos – quatro deles eram compostos por sujeitos de classe média e, dois, por sujeitos de classe média-alta, entre brancos e negros de todas as regiões do Brasil.

Das seis categorias, no entanto – e não obstante a importância de se conferir cada vez mais visibilidade a cada uma –, somente uma delas é notabilizada neste trabalho, por ser a mais pertinente à melhor compreensão da própria formação discursiva (tal como se recuperará na seção adiante) na qual se constrói o sujeito discursivo Arthur do Val: a objetificação sexual das mulheres como “prova” de que se é homem, a qual é apontada por Zanello (2020, p. 84) como “a mais recorrente e volumosa nos compartilhamentos”. Isto porque é nela que sobressai a ideia de que “um verdadeiro ‘macho’” é “aquele que aproveita todas as chances de ‘comer’ uma mulher ou de, pelo menos, vê-la como uma possível presa” (p. 85), assim como Mamãe Falei sinalizaria ter visto, ao associar mulheres refugiadas da guerra a “[*presas*] fáceis”, conforme seguirá sendo analisado.

Ademais, além de os homens as assimilarem como “coisas sexuais”, é nessa categoria que se verifica a necessidade masculina de que não seja perdida qualquer oportunidade de se “comer” essas mulheres, sendo esse um dos verbos empregados corriqueiramente nos próprios grupos analisados – os quais Zanello (2020, p. 85) manteve “para trazer à baila uma semântica própria da broderagem e já associada a certa forma de um olhar (treinado na

² Termo cunhado por Daniel Welzer-lang (2011 *apud* ZANELLO, 2020, p. 82) e tomado emprestado pela autora, que explica se tratar de “uma metáfora que aponta para o caráter altamente homoafetivo das masculinidades”, posto que “quem avalia os homens são os próprios homens”, e não as mulheres. Ainda sobre essa metáfora, “[...] Essa casa seria constituída por vários cômodos simbólicos e para atravessar de um a outro mais “alto” (especial), seria necessário ser avaliado por outros homens que já atravessaram as mesmas provas”, sobressaindo daí a conclusão de que “O que gere a casa dos homens é a cumplicidade” (KIMMEL, 2009, 2016 *apud* ZANELLO, 2020, p. 82). Uma cumplicidade levada a efeito mediante “um silenciamento que visa proteger os ‘brothers’ antes e acima de qualquer situação”.

masculinidade hegemônica) sobre as mulheres, o qual é interpelado e deve ser compartilhado (para pertencer ao grupo da casa dos homens)”.

E, uma vez que esses homens não podem perder a oportunidade de (tentar) “comer” qualquer mulher da sua convivência – desde “a prima da esposa, a professora de dança da filha e a vizinha” até “a moça da padaria” (ZANELLO, 2020, p. 85), que estão no seu entorno mais próximo –, por que as ucranianas, conhecidas pela peculiaridade da sua beleza e objeto do desejo sexual masculino nas suas aspirações mais distantes, seriam deixadas “passar”, ainda que na condição de refugiadas da guerra?

2. MEMÓRIA DISCURSIVA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E INTERDISCURSO: ALGUNS DOS CONCEITOS DA AD

Nascida sob o signo da articulação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, a Análise do Discurso de tradição francesa foi elaborada a partir dos conceitos de *discurso*, *sentido*, *sujeito* e *condições de produção* (MUSSALIM, 2004). Até então, o percurso dos estruturalistas (anos 1950 e 1960) fora marcado pela deliberada exclusão do sujeito, para os quais a língua era vista como objetivada, padronizada, possível de ser analisada cientificamente, estudada a partir de regularidades, sendo que as influências externas, geradoras de irregularidades, não afetavam o sistema por não serem consideradas partes da estrutura. A língua, portanto, não era apreendida na sua relação com o mundo, mas como um sistema fechado sobre si mesmo.

Foi no final da década de 1960 que houve uma subversão do paradigma reinante, quando o *sujeito* passa a ser o centro do novo cenário e é encontrado na Psicanálise, materialmente constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia. É precisamente na AD, então, que ele se torna a noção central do quadro teórico do discurso, apresentado na concepção freudiana como sendo “clivado”, dividido entre o consciente e o inconsciente – o “Outro” –, pelo qual é constantemente atravessado.

Tendo na França um dos principais lugares onde se deu o seu desenvolvimento, graças a grandes contribuições como as publicações de Michel Pêcheux e Foucault – *Análise automática do discurso* e *Arqueologia do saber*, respectivamente (MAINGUENEAU, 2015) –, a AD se tornou uma disciplina autônoma, que compreende que nenhum discurso pode ser analisado independentemente do contexto sócio-histórico no qual é produzido, postulando-se aí a relação que contempla entre *língua*, *sujeito* e *história*.

Nessa mesma linha, discorrendo a respeito do que são as chamadas “condições de produção” – que “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” –, Orlandi (2013, p. 30) acrescenta que “Também a memória faz parte da produção do discurso”. Em suas palavras, trata-se da maneira segundo a qual a memória “‘aciona’, faz valer” as condições dessa produção, sendo essa uma perspectiva que a leva a ser também assimilada como “interdiscurso”:

[...] Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos **memória discursiva**: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra tomada. **O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada [...]** (ORLANDI, 2013, p. 31, grifos desta pesquisadora.)

Acerca, portanto, dessa memória discursiva, dada a inextricável relação *língua-sujeito-história*, o que a teoria discursiva defende é que “O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2013, p. 31).

Assim, no que se aplica à expressão “mulher fácil”, o que essa base teórica propõe – por ter em vista que nenhum discurso “nasce” no momento da enunciação, mas, sim, que os discursos vão sendo produzidos no interior dessa rede interdiscursiva, na qual vão sendo tecidas relações de aliança, de antagonismo ou de aparente neutralidade – é que existe um “saber discursivo” que tanto “tornou possível” esse dizer por parte de Arthur do Val quanto “retornou sob a forma de um pré-construído”. E que, justamente em razão desse “retorno”, no qual “outros dizeres” sobre “mulher fácil” já estão abarcados – bem como sobre “mulher pobre” e sobre “mulher pobre ser fácil” –, afetaram o modo como esse sujeito discursivo produziu sentido em uma situação discursiva dada. Afinal, “[...] O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas [...]” (ORLANDI, 2013, p. 32).

Sobre esse sentido produzido, importa salientar, contudo, que ele não deve ser tomado com um sentido pelo qual se pudesse/se possa ponderar que esse enunciador tivesse/tenha sido “prejudicado”, já que aquilo que “mulher fácil” significa ultrapassa o universo da intencionalidade particular para remeter àquilo que significa como resultado de um entendimento socialmente construído: antes, o discurso sobre a “mulher fácil” explicitado na fala desse sujeito revela a sua relação de adesão para com aquilo que ele significa em um dos seus sentidos possíveis (poderia, por exemplo, ter sido de oposição), permitindo que se entreveja aí a ideologia por meio da qual tanto essa fala quanto essa adesão se dão.

Dado que, como já se pontuou, nenhum discurso nasce dissociadamente de outros, mas, sim, junto a discursos outros com os quais se relaciona dialogicamente, embora nem sempre de maneira explicitada – Maingueneau (2008) distingue esse conceito como um sistema de restrições e coerções globais, uma vez que é por meio da *interdiscursividade* que se encontra um espaço de embate de diversas formações discursivas –, daí o porquê de o *interdiscurso* passar à condição de unidade de análise pertinente à investigação do analista que se debruça sobre o estudo do discurso.

Já quanto a essas “diversas formações discursivas”, sabe-se que a *formação discursiva* é “básica [ainda que “polêmica”] na Análise do Discurso”, conforme pondera Orlandi (2013, p. 43), definindo-se, de maneira bastante sintetizada, como “aquilo que numa formação ideológica dada –

ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e o que deve ser dito”.

Logo, nesse sentido, tem-se que, como ponto de partida, a formação discursiva a que Do Val se filiaria, socio-historicamente, é aquela dos homens identificados com o tipo de masculinidade hegemônica (ZANELLO, 2020), marcado pelo seu cunho machista-sexista-misógino, no qual – entre outras falas e comportamentos – eles objetificam sexualmente as mulheres a fim de se atestar como tal perante outros homens. Inclusive, fazendo-o muitas vezes de maneira dissimulada, sob a alegação de “estarem brincando” ou “fazendo uma piada”, mascarando a violência a pretexto de “humor”.

“Oficialmente”, porém, Do Val se apresentava apenas como homem branco, de 35 anos, heterossexual [três informações que, até aqui, ainda sob essa perspectiva sócio-histórica, já o alçariam à condição de potencial enunciador filiado a essa formação discursiva, característica de uma forma de masculinidade amparada na misoginia (ZANELLO, 2020)], natural de São Paulo, formado em Engenharia Química, empresário, deputado estadual, defensor dos “princípios liberais” e da “defesa dos interesses dos indivíduos a [sic] mercê do agigantamento do estado” (ARTHUR..., [2019]).

3. DOS CORPORA À ANÁLISE: O QUE DIZEM OS JÁ-DITOS DO QUE FOI DITO “DE NOVO”

Em relação à constituição do primeiro *corpus* constituído para a problematização pretendida, o *campo discursivo* (MAINGUENEAU, 2008) selecionado para a averiguação dos *já-ditos* a respeito de “mulher fácil” foi o próprio campo acadêmico, no qual, tendo-se em vista a sua função social, se estimou lograr o achado de estudos que possibilitassem o acesso mais bem delineado às formações discursivas por entre as quais essa expressão já circulou – e, por conseguinte, aos efeitos de sentido daí mais ou menos já estabilizados mediante esse uso. Para tornar isso efetivamente possível, no entanto, faltava ainda contemplar o *espaço discursivo* (MAINGUENEAU, 2008), isto é, um subconjunto de formações discursivas cuja relação esta analista julgasse pertinente para o propósito desta pesquisa. Nesse caso, tal subconjunto foi constituído por sete artigos acadêmicos e um capítulo de livro, todos eles coletados de uma mesma plataforma: o Google Acadêmico.

Em consulta efetuada em março no Google Acadêmico por meio da expressão-chave “mulher fácil” – digitada entre aspas, a fim de que as palavras não fossem localizadas dissociadamente uma da outra –, o buscador elencou 684 resultados, dos quais foram destacados os oito primeiros, relativos à primeira página: os de França (2013), Queiroz (2016), Aragão (2016), Morga (1995), Novaes e Rossi (2018), Monteiro e Coutinho (2020), outro de Queiroz (2019) e Salustino e Rodrigues (2018), na ordem em que apareceram. Os dois últimos resultados abrangidos pelo Google Acadêmico nessa primeira página consistiam em citações.

Realizadas a leitura e a análise de todas as publicações selecionadas³, o sentido de “mulher fácil” depreendido de cada uma delas foi contemplado no Quadro 1, cuja síntese serve de base à análise do segundo *corpus*.

Quadro 1 – Síntese do sentido depreendido de “mulher fácil” em oito estudos.

MORGA (1995)	• mulher que dá vazão à própria libido, relacionando-se sexualmente com quem for de seu interesse (que “se entrega”, “por amor”).
FRANÇA (2013)	• mulher que, ao mostrar partes do próprio corpo no seu modo de vestir, passa a ser considerada “oferecida”, facilmente “passível de aliciamento” – caso da brasileira.
QUEIROZ (2016, 2019)	• mulher que se prostitui buscando o próprio sustento, obtendo dinheiro como contrapartida aos serviços sexuais por ela prestados.
ARAGÃO (2016)	O mesmo encontrado em Queiroz (2016, 2019).
NOVAES; ROSSI (2018)	O mesmo encontrado em França (2013).
SALUSTINO; RODRIGUES (2018)	• O mesmo encontrado em Morga (1995). • O mesmo encontrado em França (2013).
MONTEIRO; COUTINHO (2020)	• mulher que dá vazão à própria libido, relacionando-se sexualmente com quem for de seu interesse, indiferente às coerções sociais – “depravada”, “desregrada”; • mulher passível de aliciamento.

Fonte: Elaborado pela autora com base em cada pesquisa, 2022.

Em relação ao segundo *corpus*, especificamente, este consistiu no conjunto das falas de Arthur do Val envolvendo o “são fáceis porque elas são pobres” nos áudios vazados para a imprensa. Fielmente reproduzidos conforme a transcrição da fonte identificada (PODER360, 2022), os fragmentos em destaque configuram o total daqueles que interessam a esta análise; aqueles não destacados – conquanto também sejam relevantes por expressar o ponto de vista do seu enunciador – foram desconsiderados nesta investigação por não corresponderem àquelas apreciações que envolvem mais diretamente o estigma “ucraniana = mulher fácil = mulher pobre”:

[1] Mano, só vou falar uma coisa para vocês: acabei de cruzar a fronteira a pé aqui, da Ucrânia com a Eslováquia. Maluco, eu juro, eu nunca na minha vida, tenho 35 anos, nunca vi nada parecido em termos de mina bonita. A fila das refugiadas irmão... Imagina uma fila sei lá, eu tô sem palavras. Uma fila sei lá de 200 metros ou mais, só deusa. É sem noção, cara, é inacreditável, é um bagulho fora de série. Se você pegar a fila da melhor balada do Brasil, na melhor época do ano, não chega aos pés da fila de refugiados aqui. Eu tô mal, to triste porque é inacreditável (PODER360, 2022).

[2] Detalhe, hein, mano, detalhe. Elas olham hein. E vou te dizer: são fáceis porque elas são pobres. E aqui cara, minha carta do Instagram, cheia de inscritos, funciona demais. Depois eu conto a história. Não peguei ninguém mas eu coleí em duas minas, que a gente não tinha tempo, em 2 grupos de mina, e é inacreditável a facilidade. Essas minas em São

³ Atendendo às coerções do gênero artigo acadêmico, optou-se pela supressão da análise mais minuciosa desses materiais, a fim de que pudesse ser privilegiada a análise principal que essa primeira buscava tão somente viabilizar.

Paulo você dá bom dia e elas iam cuspir na sua cara. E aqui elas são simpáticas, super gente boas... (PODER360, 2022)

[3]Mano, eu tô mal. Eu passei agora por quatro barreiras alfandegárias. São duas casinhas em cada país. Mano, eu juro pra você eu contei: são 12 policiais deusas. Mas deusas que você casa e faz tudo que ela quiser. Assim, eu tô mal. Eu não tenho nem palavras para expressar. Quatro dessas eram minas assim que você, mano, nem se te dizer, se ela cagar você limpa o cu dela com a língua. Inacreditável **Assim que essa guerra passar vou voltar para cá...** (PODER360, 2022)

[4]O Renan faz uma viagem todo ano. É que nos últimos 3 anos ele não fez. Ele chama 'tour de blond'. O que ele faz? Ele viaja os países e vai só para pegar loira. Ele tem técnicas já. Ele já está avançado. Para começar que ele fala sueco, então assim, o cara é viciado nisso. E ele me umas dicas, por exemplo, você nunca pode ir para as cidades litorâneas. Você nunca pode ir para as cidades que tenham as melhores baladas. Tem que ir para as cidades normais, porque daí você pega as minas assim. Você não pega na balada, não pega na praia. Você pega ela no mercado, na padaria. Que nem a recepcionista do hotel que veio para cima de mim aqui, eu, meu Deus, falei 'não é possível que isso esteja acontecendo'. É uma mentira, um filme, isso não é possível. E é isso.... **Essas cidades mais pobres, elas são as melhores. É assim, juro por Deus, é outro mundo. Eu tenho 35 anos cara, eu nunca vivi isso. E eu nem peguei ninguém aqui. Eu não peguei ninguém aqui. Mas só a sensação de saber o que eu poderia fazer, e sentir como é o game, enfim, já sabem né? Já estou comprando minha passagem para o leste europeu pro ano que vem, assim que chegar em São Paulo** (PODER360, 2022).

Na totalidade das falas de Arthur do Val, verifica-se, portanto, que ele não chega a verbalizar a expressão “mulher fácil” ou “mulheres fáceis”: a palavra “mulheres” fica subentendida no contexto, quando, referindo-se às ucranianas como “minas bonitas”, ele, no segundo excerto, as recupera pelo pronome pessoal, dizendo que **“Elas olham [...]”** e acrescentando “[...] E vou te dizer: **são fáceis** porque **elas** são pobres [...]” (PODER360, 2022, grifos desta pesquisadora).

Na mesma direção, são duas as indicações, no próprio texto, de que o enunciador se refere às ucranianas, não bastasse o pedido de desculpas feito por ele posteriormente, no qual essa relação entre “elas” e essas mulheres foi ratificado. Primeiro, o “aqui”, de que ele se utiliza como dêitico espacial, o situa exatamente na fronteira entre a Ucrânia e a Eslováquia, sendo que a sua viagem fora, declaradamente, para a Ucrânia. Segundo, tendo-se em vista o contexto de guerra por parte da Rússia contra a Ucrânia, as “refugiadas” que faziam fila para fugir do país atacado eram, portanto, as ucranianas. Assim, por “elas”, o então deputado abarcava todo o grupo de mulheres ucranianas que, não obstante ser conhecido pelo senso comum como um dos grupos de mulheres mais bonitas de todo o mundo, se encontrava, no exato momento desse enunciado, sob condição de extrema vulnerabilidade, dados os terrores constitutivos desse tipo de conflito.

Recuperando-se o Quadro 1 elaborado na seção anterior, a fim de esmiuçar um pouco mais a questão da memória discursiva na qual os sentidos de “mulher fácil” já se encontram mais ou menos estabilizados, tem-se que eles são valorados negativamente na sua quase totalidade.

Ocorre que, analisando-se agora de forma mais pormenorizada cada um dos quatro fragmentos, tem-se que, uma vez que, já no primeiro enunciado, as “minas bonitas” que Do Val propagandeia aos amigos a fim de “se provar” como homem diante deles (ZANELLO, 2020) são aquelas que, na transcrição, estão na mesma linha que as “refugiadas” em fila, os sentidos segundo os quais essas seriam mulheres se prostituindo em busca do próprio sustento [obtendo dinheiro como contrapartida aos serviços sexuais por elas prestados, tal como se viu nos estudos de Queiroz (2016, 2019) e de Aragão (2016) (terceira e quarta linhas do Quadro 1)], já seriam tomados, por si sós, como “absurdos”. Ora, eram “refugiadas”, e não “prostitutas”! Logo, a expressão “mulher fácil”, até então identificada por essas pesquisadoras como lexias que também constituem a grade semântica da prostituição, não se aplicaria às ucranianas: pelo contrário, ela as insultaria. Afinal, ainda que, em meio a essa fila, pudessem existir (e/ou tenham mesmo existido) profissionais do sexo, ela possível/provavelmente se constituía/se constituiria de mulheres das mais diferentes idades e cujas atividades de trabalho eram/seriam também as mais variáveis, desde donas de casa até outras funções socialmente mais prestigiadas.

No todo, porém, à parte a distinção também encontrada no estudo de Monteiro e Coutinho (2020) entre as “mulheres fáceis” e aquelas “honestas” (que são, por simples oposição, as “não fáceis”, na última linha do Quadro 1), o que parece sobressair é o entendimento de que, pelo próprio contexto (bem como pelas notícias fortemente veiculadas pela mídia na cobertura dessa guerra), as ucranianas nessa fila não estavam investidas do papel social de “mulheres fáceis”: como bem as designou o próprio Do Val, eram todas “refugiadas”. Nessa fila de “sei lá de 200 metros ou mais” (PODER360, 2022), elas não configuravam um reduto de “só deusas”. Até porque, ironicamente, se elas assim o fossem, não seriam exatamente o que eram naquele momento – “refugiadas”.

No mais, ainda sobre esse primeiro excerto, ao manifestar todo o impacto que a beleza das ucranianas teria causado sobre os seus próprios sentidos “[...] É sem noção, cara, é inacreditável, é um bagulho fora de série. [...]” (PODER360, 2022), provando-se mais uma vez como homem aos amigos (ZANELLO, 2020)], Do Val propõe uma comparação aparentemente condizente, no que se refere exclusivamente a “filas”, mas absolutamente insustentável quando essas filas são situadas no contexto daquilo a que cada uma se destina: “[...] Se você pegar **a fila da melhor balada do Brasil, na melhor época do ano**, não chega aos pés da **fila de refugiados aqui [...]**”. Uma, portanto, é “a fila da melhor balada no Brasil, na melhor época do ano”; a outra, a que ela faria “oposição”, é a “fila de refugiados” da Ucrânia, naquilo que já se registra como o pior momento da história do país.

Desse modo, também se pode aventar que, ainda que muitas das mulheres da referida fila viessem a estar na posição-prostitutas, a sua designação como “mulheres fáceis” tenderia a, no

mínimo, parecer “insensível”. Afinal, mesmo que, dos tempos mais remotos até os dias atuais, ainda prepondere a relação prostituição-pobreza, a prostituição hipotética por parte dessas mulheres não se daria em razão da sua “facilidade”, mas, antes, se explicaria em função da sua dificuldade num contexto que possivelmente não figuraria à opinião pública tão somente como “uma escolha”, mas como “um ato de desespero” – de novo, eram “refugiadas”. O próprio deputado assinala isso por duas vezes, situando-as nessa condição, nesse papel social.

No segundo fragmento, Do Val chama atenção dos amigos para o fato de que as ucranianas “olham” “[...] Detalhe, hein, mano, detalhe. Elas olham hein. [...]”], ao que emenda: “[...] E vou te dizer: são fáceis **porque** elas são pobres. [...]” (PODER360, grifo desta pesquisadora)]. A começar por esse último fragmento, observa-se que o enunciador estabeleceu aí, por meio de uma oração subordinada explicativa, uma relação entre as mulheres “serem fáceis” e “serem pobres”, de modo que se poderia deduzir que, “porque são pobres”, as mulheres “são fáceis”. Ou, ainda, que toda mulher que é “pobre” é uma “mulher fácil”. Assim, por meio desse silogismo (1. “Toda mulher pobre é ‘fácil’”; 2. As mulheres ucranianas são/estão pobres; 3. Logo, as mulheres ucranianas são ‘fáceis’”), eis que, não bastasse o seu caráter sexista, Do Val também ventilou um sofisma, dada a inconsistência dessa própria estrutura de raciocínio que, ao menos no Brasil, o próprio senso comum rejeitou.

Ademais, além da manifesta rejeição por parte da sociedade em relação a essa declaração, observa-se ainda que, de volta aos sentidos de “mulher fácil” levantados no Quadro 1, por mais que Queiroz (2016, 2019) e Aragão (2016) tenham desvelado o entendimento de “mulher fácil” como o de “prostituta” (que pratica o ato sexual por dinheiro, na terceira e na quarta linhas), nada se explicitou a respeito da sua pobreza, especificamente. Isto porque não basta ser “pobre” para ser prostituta. Por essa razão, tanto essa formulação quanto a sua designação aplicada às ucranianas redundariam num sentido potencialmente reprovado.

Logo, essa é uma associação que só explicaria, mais uma vez, ante a necessidade de “se provar” como homem aos amigos. Nesse caso, mais do que atribuir “facilidade” a mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, a ênfase na fala de Do Val recairia justamente sobre a (suposta) “facilidade” de ele, como homem, “pegar” todas aquelas que quisesse, se tivesse desfrutado essa oportunidade. Porque, dessa sua ótica autoconfiante, se *ele* quisesse, *e/le* conseguiria – o que implica que, ainda que não o tivesse feito, a sua validação como homem junto aos amigos estaria assentada na simples manifestação do seu desejo. E daí o entendimento que remonta à Zanello (2020, 85) quanto ao “verdadeiro ‘macho’” nos grupos masculinos de WhatsApp, porque ele “aproveita todas as chances de ‘comer’ uma mulher ou de, pelo menos, vê-la como uma possível presa”.

A esse respeito, inclusive, tanto é preciso aproveitar a oportunidade de “comê-las” que, diante dessa impossibilidade de fazê-lo imediatamente, durante a viagem em curso, Mamãe Falei desabafa no terceiro excerto: “Mano, eu tô mal”, “[...] Assim, eu tô mal” (PODER360, 2022). E, no

mesmo fragmento, projetando-se como um homem que “não deixará a oportunidade passar”, planeja: “[...] Assim que essa guerra passar vou voltar para cá...”. E, na última passagem, repete esse mesmo movimento de pesar e de projeção: “E eu nem peguei ninguém aqui. Eu não peguei ninguém aqui. Mas só a sensação de saber o que eu poderia fazer, e sentir como é o game, enfim, já sabem né? Já estou comprando minha passagem para o leste europeu pro ano que vem [...]”.

Antes, no entanto, de efetivamente passar às minúcias do terceiro e do quarto excertos, há que se destacar ainda a primeira parte do segundo trecho analisado, ou seja, o “detalhe” de que “elas olham”, na percepção do enunciador, pois essa informação também pode servir de base à conclusão de que “elas são fáceis”, não obstante a causalidade explicitada se dar por meio do emprego de “porque”.

Nesse caso, sucede que, ainda que, pelo simples fato de “olharem”, Do Val pudesse deduzir que esse seria um “indício de facilidade”, a ação de “olhar” não integra o conjunto de ações social-discursivamente “previstos” para que uma mulher seja considerada “fácil”. Inclusive, quando, logo adiante, ainda nessa passagem, ele acrescenta que “[...] é inacreditável a facilidade. Essas minas em São Paulo você dá bom dia e elas iam cuspir na sua cara. E aqui elas são simpáticas, super gente boas...” (PODER360, 2022), poder-se-ia objetar aí, a contar pela sua própria menção à “simpatia” e ao “supergente boa”, que o enunciador confundiria “educação”, “solicitude” e até mesmo a própria “simpatia” com “facilidade”.

De volta a Monteiro e Coutinho (2020), a partir das definições por elas próprias recuperadas (e sintetizadas na última linha do Quadro 1), tem-se que, para que uma mulher seja considerada “fácil”, ela deve “se entregar a uns e outros, por interesse ou mera depravação”, deve “desrespeitar franca e abertamente as convenções sociais”, deve “ser de vários homens”, “desregrada e de costumes dissolutos”, desprovida do “mínimo de ética sexual exigível”. Ora, “olhar” não dá conta desse tipo de comportamento, tampouco insinua a prostituição propriamente dita. E, “de quebra”, agora de volta aos estudos de França (2013) e de Novaes e Rossi (2018) (respectivamente, na segunda e na quinta linhas do Quadro 1), também não indica, por si só, que essas mulheres sejam/fossem “passíveis de aliciamento”.

Nessa direção do “aliciamento” a que poderiam ser mais suscetíveis, importa ainda acrescentar que as duas últimas pesquisas em questão se debruçaram sobre a representação da mulher brasileira mediante a exploração do seu corpo, de maneira que o sentido de “facilidade” a ela atribuído se constitui de um conjunto de peculiaridades que, sócio-histórica e culturalmente, a ultrapassam, tal como já pontuado (FRANÇA, 2013; NOVAES; ROSSI, 2018). Assim, a imagem dessa “mulher fácil” vinculada à brasileira se articula à imagem construída pelo próprio Brasil como nação, sobre a qual influem até mesmo os aspectos do seu clima tropical, do qual redundou também uma cultura na qual, aos poucos, foi-se normalizando um determinado modo de vestir feminino. E um modo de vestir que, lido sob outras perspectivas, situadas em outros contextos nos quais

predominam temperaturas preponderantemente mais amenas – como no continente europeu –, pode favorecer esse sentido apreendido de “oferecimento”, de mulheres “passíveis de aliciamento”.

Ocorre, contudo, que esses fatores – sobre os quais este trabalho não busca qualquer justificativa – não se reproduzem sócio, histórica e/ou culturalmente no cenário ucraniano. Nele, portanto, faltariam elementos que facultassem essa compreensão de que o “olhar” já descortinaria, por si mesmo, essa “facilidade” reiterada por Do Val. Afinal, na memória discursiva que talvez se possa dizer “global”, consta que “as mulheres brasileiras são fáceis”; o mesmo não se diz em relação às europeias – se é que isso já tenha sido alguma vez cogitado.

Em relação ao terceiro excerto do *corpus*, nele, mais uma vez, se destaca o emprego da palavra “guerra” – em “[...] Assim que essa guerra passar vou voltar para cá...” (PODER360, 2022). Isto porque, por mais que, posteriormente, o próprio enunciador tenha “pedido para que se entendessem os contextos” [porque “Uma coisa é o Arthur que foi lá fazer a missão que fez e saiu. Outra coisa é o Arthur que já tinha saído e mandou um áudio num grupo privado para os amigos dele de forma errada, descabida”] (CNN, 2022), tem-se que o contexto da guerra era/foi algo comum tanto ao homem público que saiu em “missão” quanto ao homem interagindo num grupo privado. Em outras palavras, a guerra atravessava o enunciado de qualquer que fosse o sujeito discursivo em questão. Tanto que, na superfície linguística do enunciado, estão “as refugiadas”, “a fila de refugiados” e “essa guerra”.

Por fim, no quarto excerto, Do Val retoma a associação entre a “facilidade” que teria vislumbrado no contato com as ucranianas (porque essas seriam mulheres “fáceis) e a pobreza: “[...] Essas **idades mais pobres**, elas **são as melhores**. [...]” (PODER360, 2022). Não fosse por se tratar de um sofisma, aventa-se que a própria ênfase dada à “pobreza” em associação a mulheres “refugiadas”, quaisquer que fossem as suas origens, bastaria para que, no momento sócio-histórico atual, a opinião pública daí exaltasse a vulnerabilidade humana interpelada pela vulnerabilidade econômica e social – e não a “facilidade” das vítimas da guerra. Além disso, tem-se, novamente, que a “facilidade” mencionada seria muito mais uma percepção própria acerca das possibilidades que o ex-parlamentar vislumbrava desfrutar, afirmando-se como homem aos amigos (ZANELLO, 2020), do que uma característica das refugiadas da guerra.

Em suma, o estudo sugere que o conjunto de falas analisadas indica “um modo de dizer” indissociavelmente atrelado aos aspectos sócio-históricos e culturais de uma comunidade discursiva a que, como sujeito discursivo investido do papel social de homem público ou não, o sujeito Do Val pertence, desvelando um modo de pensar e, por conseguinte, de ser e de se comportar que parece totalmente orientado pelo tipo de masculinidade hegemônico (ZANELLO, 2020).

Assim, conquanto, no dia seguinte ao vazamento do áudio, o mesmo enunciador tenha afirmado “Foi errado o que falei, não é isso que eu penso. O que falei foi um erro num momento de empolgação. [...]” (CNN, 2022), o que a teoria revela é que, como todo sujeito, Do Val “[...] significa

em condições determinadas”: de um lado, está impelido “**pela língua**”; de outro, “**pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva**”; no todo, “**por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas**” (ORLANDI, 2013, p. 53, grifos desta pesquisadora).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base unicamente na materialidade linguística analisada no decorrer deste trabalho, não é possível afirmar que a sobreposição do contexto sócio-histórico às circunstâncias imediatas de produção do discurso de Do Val, cujos áudios vazaram em março de 2022, teria também se dado com base na publicização de “um modo de dizer” sobre as mulheres que, por sua vez, teria impactado na lealdade e na cumplicidade que sustentam os próprios modos de funcionamento desses discursos misóginos. Entretanto, se essa é uma constatação que o exame do *corpus* delimitado não faculta por um lado, de forma a tornar possível a validação do primeiro pressuposto, há, por outro, aquilo que ele permite identificar claramente: a manifestação da objetificação sexual das mulheres como uma “prova” que, na sua conversa com o “grupo de amigos do futebol”, Do Val lhes daria de que “é homem”. E, embora essa não tenha sido a tônica dada a este trabalho, fato é que a incorporação desse contexto, abrangendo a posição do sujeito na conjuntura sócio-histórica na qual falas como a do ex-deputado se engendram e se mantêm em circulação, também contribui para com este e outros estudos no sentido de ressaltar, para além dos já-ditos recuperados, os meandros ideológicos e identitários que constituem, então, essa forma de masculinidade que ainda hoje impera por todo o país.

Já quanto aos já-ditos envolvendo a expressão “mulher fácil” e/ou a associação “mulher pobre = mulher fácil” que poderiam ter sido evocados na memória discursiva da sociedade brasileira a partir das declarações de Do Val, o que a investigação permitiu verificar foi que o sentido de “mulher fácil” empenhado por ele não foi o mesmo que aquele encontrado na literatura do século XIX, nem aquele empregado pelos personagens do sul da Bahia de Jorge Amado no século XX ou pelas moradoras de capitais nordestinas, assim como também não o foi em relação ao entendimento do antigo Código Penal. Todavia, validando a segunda hipótese, ele guarda alguma correspondência com o sentido que recai sobre a imagem nacional e internacionalmente já consolidada sobre as próprias brasileiras, mesmo que as ucranianas não estivessem “exibindo os seus corpos”, fazendo crer que isso indicasse algum “oferecimento”.

Ademais, ainda quanto à problematização pretendida no objetivo em si, tem-se que, ao extrapolar a circunstância imediata da sua produção (no caso, a da mensagem “em caráter privado” emitida ao grupo de amigos já reportado), o estudo permite inferir que a maior particularidade dos sentidos socialmente suscitados por esse discurso residiria justamente no contexto mais amplo no

qual esse enunciador se encontrava, por abranger um cenário de guerra que impactou negativamente o mundo todo – o que, por sua vez, valida a terceira e última suposição. E num mundo todo que ainda buscava se reerguer (humana, política, social e economicamente), depois de dois longos anos de uma batalha travada contra a pandemia da Covid-19, da qual, entre outros efeitos devastadores, resultaram milhões de vidas perdidas e o acirramento da miséria da população em diversos países. E foi nesse cenário que, no mesmo conjunto de falas, “as minas bonitas” e “fáceis” que o sujeito discursivo desejava “pegar” eram/foram as mesmas por ele também reportadas como refugiadas da guerra.

Como prolongamento e/ou aprofundamento deste trabalho, uma possibilidade consiste na adoção de uma metodologia também e/ou exclusivamente quantitativa, na qual sejam realizadas entrevistas com uma amostra bastante heterogênea. No caso, para esses respondentes, considerando-se que os áudios vazados contivessem as mesmas afirmações aqui destacadas, mas situadas num cenário que não o de guerra, esse conteúdo sexista produzido como algo “originalmente privado” por parte de um “homem público” desencadearia, possível e/ou provavelmente, uma mesma reação de repúdio? Votar-se-ia a favor de que o seu mandato fosse cassado? E se, no lugar das referências às ucranianas, as mulheres em questão fossem as africanas? Ou brasileiras que, à margem das grandes capitais, ocupam espaços de total desprestígio socioeconômico? Sobre elas, a propósito, o próprio sujeito coletivo já não verbalizaria o mesmo?

No que respeita a essa última questão, trata-se de um viés de investigação ainda bastante atual, especialmente quando se tem em vista que a objetificação sexual da mulher nesses discursos misóginos se fundamenta em idealizações de cunho também racial, conferindo maior “*status*” a mulheres brancas de ascendência europeia – em detrimento de outras, como pretas e indígenas.

Ademais, para além da ampliação da pesquisa dentro da própria Análise do Discurso de linha francesa – respaldada, por exemplo, pela análise do discurso pornográfico a partir de Maingueneau –, outros trabalhos podem vir a ser empreendidos a partir de autores encontrados na própria Psicanálise – a exemplo de Freud, com o seu célebre “Psicologia das Massas”, cujas contribuições respaldariam discussões sobre os modos de coesão e de pertencimento identitário que une “homens comuns” em grupos como o “de futebol”, em analogia ao grupo para quem Do Val enviou as mensagens.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. S. S. de. Variantes regionais e sociais de “prostituta” em capitais nordestinas: dados do ALIB. In: MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L.; FERREIRA, A. A. G. O. (Orgs.). **Léxico em cena**: contribuições para os estudos lexicais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 125-131. (Série Trilhas Linguísticas, 28).

ARTHUR do Val. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)*, São Paulo, [2019]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300611>. Acesso em: 7 abr. 2022.

BAZAN, V. 20 coisas que toda mãe já disse ou vai dizer. **MegaCurioso**, [s. l.], 14 jul. 2019. Estilo de vida. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/humor/70166-20-coisas-que-toda-mae-diz.htm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BORGES, Stella; AMARAL, Luciana. Arthur do Val desiste de concorrer ao governo de SP após áudios sexistas. **Uol**, São Paulo e Brasília, 5 mar. 2022. Eleições 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/05/arthur-do-val-fala-sobre-pre-candidatura-apos-audio-sexista.htm>. Acesso em: 9 mai. 2023.

CARTA CAPITAL. Em áudios, Arthur do Val tece comentários machistas sobre mulheres ucranianas: 'São fáceis, porque elas são pobres'. **Carta Capital**, [s. l.], 4 mar. 2022. Carta Expressa. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-audios-arthur-do-val-tece-comentarios-machistas-sobre-mulheres-ucranianas-sao-faceis-porque-elas-sao-pobres/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CNN. "Foi errado o que falei"; Arthur do Val se desculpa por conteúdo de áudios sobre ucranianas. **CNN Brasil**, São Paulo, 5 mar. 2022. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/foi-errado-o-que-falei-arthur-do-val-fala-de-audios-sobre-ucranianas/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 16. [s.l.]: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FRANÇA, G. R. A. Entre ditos e não-ditos: a imagem da mulher brasileira no discurso do turismo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1385661010_ARQUIVO_GloriadaRessurreicaoAbreuFranca.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução: Sírio Possenti. Curitiba: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MONTEIRO, I. P. R. W.; COUTINHO, A. L. C. Gênero e violência contra a mulher no direito brasileiro: uma análise histórica. *In*: MELO, E. (Org.). **Maternidade e direito** [livro eletrônico]. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 65-76.

MORGA, A. E. Literatura e História: a cumplicidade do desejo contido. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 1, p. 30-45, ago./dez. 1995. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/905/746>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L.; FERREIRA, A. A. G. O. (Orgs.). **Léxico em cena**: contribuições para os estudos lexicais. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2016. 294 p. (Série Trilhas Linguísticas, 28).

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2, p. 101-139.

NOVAES, C. B.; ROSSI, C. R. O corpo das mulheres brasileiras e o seu estereótipo no universo fitness em Portugal. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 52, e185216, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/J6c3s9mqvtLPKkHM6GnTsxG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PODER360. Ucrânianas “são fáceis porque são pobres”, diz Mamãe Falei. **Poder360**, [s. l.], 4 mar. 2022. Europa em guerra. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/europa-em-guerra/ucranianas-sao-faceis-porque-sao-pobres-diz-mamae-falei/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

QUEIROZ, R. C. R. de. As designações para “prostituta” em *Terras do Sem Fim*, obra de Jorge Amado. **Interdisciplinar**, [s. l.], ano XI, v. 24, p. 131-142, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/5406/4431>. Acesso em: 22 mar. 2022.

QUEIROZ, R. C. R. de. A Uma análise das unidades fraseológicas em *Terras do Sem Fim*, romance de Jorge Amado. **Polifonia**, Cuiabá (MT), v. 26, n. 41, p. 142-156, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7302>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SABÓIA, G. Relembre declarações com ofensas às mulheres feitas pelo presidente e a família Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2022. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/relembre-declaracoes-com-ofensas-as-mulheres-feitas-pelo-presidente-a-familia-bolsonaro-25423642>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SALUSTINO, R. V. da S.; RODRIGUES, H. de F. A ignorância do ciúme: quando a certeza faz duvidar a alma. In: CONGRESSO INTERNACIONAL 2018 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA (ABRALIC), 15., 2018, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: Editora ABRALIC, 2018. p. 3.535-3.546. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547735044.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, G. dos. Quando e como começou a Guerra na Ucrânia? Entenda por que Rússia invadiu a Ucrânia neste resumo. **Rádio Jornal Pernambuco**, Pernambuco, 18 out. 2022. Guerra Rússia e Ucrânia. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2022/03/14955067-quando-e-como-comecou-a-guerra-na-ucrania-entenda-por-que-russia-invadiu-a-ucrania-neste-resumo.html>. Acesso em: 11 mai. 2013.

TADEU, V. Entenda o processo que pode levar à cassação do mandato de Arthur do Val. **CNN Brasil**, São Paulo, 9 mar. 2022. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-processo-que-pode-levar-a-cassacao-do-mandato-de-arthur-do-val/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ZANELLO, V. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: FERREIRA, L. (Org.) **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020. 194 p. p. 79-102.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Iara Mola

Doutoranda em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) sob financiamento da CAPES e Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob financiamento do CNPq. Consultora linguística, hoje especialista em Comunicação no Instituto J&F. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4761-903>. E-mail: iamola@gmail.com.

Discurso bolsonarista e a legitimação de atores sociais da comunidade surda: uma análise de conjuntura

Bolsonarist discourse and the legitimation of social actors in the deaf community: a conjuncture analysis

El discurso bolsonarista y la legitimación de los actores sociales en la comunidad sorda: un análisis sobre la coyuntura

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre a conjuntura nacional brasileira de modo a desvelar os mecanismos utilizados ideologicamente que fazem com que atores sociais da comunidade surda legitimem os discursos bolsonaristas mesmo depois de tantos ataques. As bases teóricas utilizadas são o Realismo Crítico (1978), a Análise Crítica do Discurso (2003) e a Linguística Sistêmico Funcional (1994). Em consonância, a metodologia qualitativa de caráter analítico também foi usada com base na perspectiva da ACD. Esperamos que este trabalho contribua no processo de autoemancipação dos membros da comunidade surda que ainda estão presos nas amarras sociais discursivas proferidas por este grupo social.

Palavras-chave: discurso bolsonarista; comunidade surda; autoemancipação; Análise Crítica do Discurso; Realismo Crítico..



Recebido em: 18 de janeiro de 2023
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46836

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Túlio Adriano Alves Gontijo

tulioalbras@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0100-5247>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

Solange Maria de Barros

solmarbarros@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1708-8657>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

antonio.moraes@ufr.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5519-1583>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This work aims to reflect on the Brazilian national conjuncture in order to reveal the ideologically used mechanisms that make social actors of the deaf community legitimize Bolsonaroist discourses even after so many attacks. The theoretical bases used are Critical Realism (1978), Critical Discourse Analysis (2003) and Systemic Functional Linguistics (1994). Accordingly, the qualitative methodology of an analytical nature is also used based on the CDA perspective. We hope that this work contributes to the process of self-emancipation of the members of the deaf community who are still trapped in the discursive social ties uttered by this social group.

Keywords: bolsonarist discourse; deaf community; self-emancipation; Critical Discourse Analysis; Critical Realism.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la coyuntura nacional brasileña con el fin de revelar los mecanismos utilizados ideológicamente que hacen que los actores sociales de la comunidad sorda legitimen los discursos bolsonaristas incluso después de los ataques. La base teórica utilizada son el Realismo Crítico (1978), el Análisis Crítico del Discurso (2003) y la Lingüística Funcional Sistémica (1994). En consonancia con la metodología cualitativa de carácter analítico que es usada también como base en la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Esperamos que este trabajo contribuya en el proceso de autoemancipación de los miembros de la comunidad sorda, que aún están presos en los amarres discursivos sociales, pronunciados por este grupo social.

Palabras clave: discurso bolsonarista; comunidad sorda; autoemancipación; Análisis Crítico del Discurso (ACD); Realismo Crítico.

Como citar:

GONTIJO, Túlio Adriano Alves; BARROS, Solange Maria de; MORAES, Antônio Henrique Coutelo de. Discurso bolsonarista e a legitimação de atores sociais da comunidade surda: uma análise de conjuntura. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 200-218, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46836; Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as razões/motivos por que membros da comunidade surda continuam a defender o atual/ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (PL) enquanto parceiro da comunidade surda, nas lutas em prol de um país mais inclusivo. O trabalho apresenta uma discussão sobre essa temática, de modo a proporcionar uma possível autoemancipação de membros da comunidade surda que ainda se identificam com o discurso autoritário e desumano do presidente Bolsonaro¹.

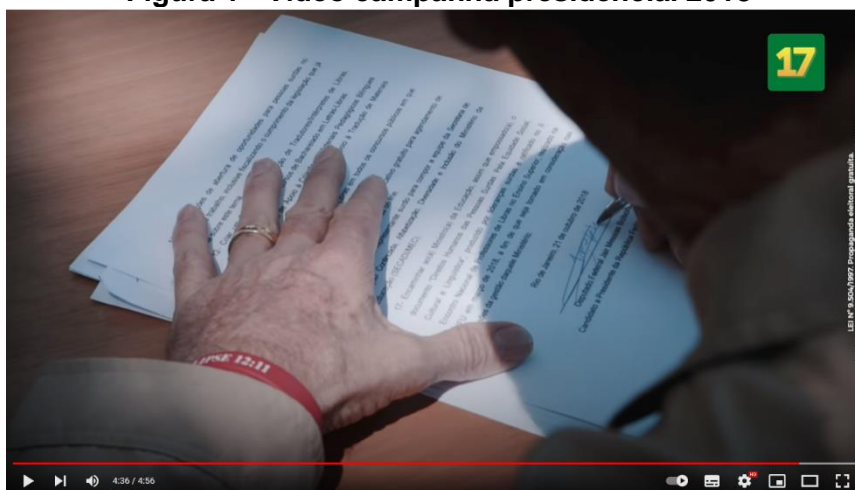
Quando falamos sobre a comunidade surda, é importante lembrar que, segundo a autora surda Karin Strobel (2016), esta comunidade não é constituída somente por sujeitos Surdos, mas, sim, pelos familiares de Surdos, professores, intérpretes, ou seja, por pessoas que estão envolvidas com a língua de sinais e com a cultura surda. A respeito desta última, ainda segundo Strobel (2016), são os artefatos culturais que fazem com que os Surdos vejam o mundo de forma diferente dos ouvintes.

Um dos principais artefatos culturais do povo Surdo é o linguístico, o orgulho de sua língua, considerando que o seu uso e difusão ainda são fortes dentro das associações e federações, bem como nos ambientes acadêmicos e profissionais. Outro artefato bastante presente é o político. Esses artefatos são elaborados por meio do engajamento social dessa comunidade nas lutas pela conquista e garantia dos seus direitos.

Em 2018, desde o início da campanha presidencial, o então candidato Bolsonaro passou a contar com a atuação de uma equipe de intérpretes de Libras em todos os seus pronunciamentos, aparições públicas, live, e, ainda, no material audiovisual, vinculado à TV aberta. Era possível identificar que havia uma equipe fixa de profissionais ligados à sua imagem, realizando a interpretação no par linguístico Libras/Língua Portuguesa.

Nessa mesma linha, o presidente se reuniu, no dia 18 de outubro de 2018, com representantes da comunidade surda, e assinou um documento intitulado *Termo de Compromisso com a Comunidade Surda Brasileira*. No documento, constavam 17 termos que, posteriormente, foram traduzidos para Libras e incorporados a um vídeo institucional de sua campanha. O vídeo completo pode ser encontrado no canal do Youtube do Partido Social Liberal (PSL), ao qual o candidato era filiado à época.

¹ Vale ressaltar que, no último dia 30 de outubro, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) se elegeu com 60.345.999 votos (50,90%) como o novo presidente do Brasil.

Figura 1 - Vídeo campanha presidencial 2018

#EstouComBolsonaro
Bolsonaro assina termos de compromisso com a Comunidade Surda

Fonte: Canal YouTube PSL - Disponível em: <https://youtu.be/tH4ygdGoUFM>.

Numa análise sociossemiótica do vídeo, primeiramente, observa-se a construção de uma narrativa em que a assinatura feita à mão sugere um “acordo de cavalheiros”. O gesto coloca em evidência a imagem de uma aliança de casamento, simbolizando um homem que defende a família. Além disso, utiliza uma pulseira contendo os dizeres “Apocalipse 12:11”, funcionando no contexto como símbolo de homem “religioso”, “cidadão de bem”, como bem utilizado em sua campanha para presidência da república.

No dia 1º de janeiro de 2019, na posse presidencial, a primeira-dama Michele Bolsonaro proferiu um discurso inédito feito em Libras, trazendo uma intérprete para fazer a tradução Libras/Voz para a Língua Portuguesa. Destacamos, aqui, que a atual primeira-dama do Brasil tem um histórico com a comunidade surda e que é usuária da Libras, anterior à campanha política para a presidência de 2018.

Figura 2 – Discurso da primeira-dama Michele Bolsonaro em Libras

Fonte: G1 – Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/michelle-bolsonaro-faz-discurso-em-libras.ghtml>

Esses gestos simbólicos formaram na comunidade surda a crença de que os quatro anos do mandato do presidente Bolsonaro seriam frutíferos para ela, que avanços significativos aconteceriam e que o uso e difusão da Libras fossem acontecer de modo a fazer com que a língua e a cultura surdas seriam respeitadas. Contudo isso não aconteceu. Desde o ano de 2019, houve um retrocesso nas conquistas da comunidade, e os termos assinados na campanha não foram concretizados.

1. REALISMO CRÍTICO E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO FERRAMENTAS

Bhaskar (1978) assevera que a ciência tem o propósito de desvelar algo que sirva para transformar a realidade social. Nas palavras de Barros (2015, p. 27):

O conhecimento precisa fazer sentido para que a realidade possa ser transformada. É preciso penetrar nas raízes dos problemas sociais, com suas estruturas, mecanismos e poderes, visualizando, assim, uma crítica explanatória que possa gerar argumentos críticos a favor da transformação social.

Pensando em mecanismos que viabilizem emancipação/autoemancipação, analisamos elementos sociossemióticos utilizados pelo governo Bolsonaro para fazer com que a comunidade surda, ou, felizmente, parte dela, “compre a ideia” de que o atual governo luta em prol das pessoas surdas.

Segundo Fairclough, Jesop e Sayer, na tradução de Foscaches (2016, p. 51), a “semiose pressupõe atores sociais concretos, com propósitos e dotados de habilidades, bem como relações sociais, objetos materiais e espaço temporalidade.” Ou seja, usando atores sociais da comunidade surda, como são os intérpretes de Libras, o governo usa o “acesso a língua” enquanto ferramenta de persuasão.

Em consonância com o Realismo Crítico de Bhaskar, utilizamos também a Análise Crítica do Discurso (ACD), cujo escopo constitui-se de elementos teóricos e sociais por meio dos quais busca operar mudanças que superem as desigualdades sociais que são sustentadas pela ideologia e hegemonia. (GONTIJO; BARROS; MARQUES-SANTOS, 2021, p. 22). Segundo os autores (p. 23), a ACD é “uma teoria transdisciplinar que atua também com o intuito de desvelar as construções ideológicas, a fim de contribuir com proposituras de desconstrução que permeiam mudanças na sociedade.”

A ACD, enquanto enquadre teórico-metodológico deste estudo, possibilita que os dados sejam coletados e analisados, a partir de uma explanação da conjuntura, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999). Consideramos o contexto sócio-histórico de ações e falas do atual presidente do Brasil, dando destaque aos elementos semióticos utilizados para a manutenção ideológica de poder e controle de Bolsonaro.

Vale ressaltar que a ACD trabalha no modelo tridimensional do discurso analisando nos textos os modos de agir, representar e modo de ser (FAIRCLOUGH, 2003). Este modelo é baseado nas metafunções de Halliday (1994) e possui três significados do discurso, são eles: Significado Acional; Significado Representacional e Significado Identificacional. Os três significados do discurso estão presentes simultaneamente no texto. Neste estudo, utilizamos os significados Identificacional e o Representacional, considerando que o primeiro está intimamente ligado às identidades e o segundo está relacionado às diversas formas discursivas de representar a si mesmo e ao mundo.

2. ANALISANDO A CONJUNTURA

É importante entendermos que a atuação dos intérpretes de Libras nas campanhas eleitorais já era obrigatória desde o ano de 2015, quando foi sancionada a Lei 13.146 que, em seu Capítulo IV – Do direito à participação na vida pública e política, apresenta:

Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações:

[...] III - garantia de que os pronunciamentos oficiais, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos elencados no art. 67 desta Lei (BRASIL, 2015).

Consta no art. 67 que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso da subtítuloção, por meio de legenda oculta, **janela com intérprete da Libras**, audiodescrição entre outros. Portanto o candidato Bolsonaro nada mais fez do que cumprir a legislação vigente e fornecer, aos mais de 10 milhões de brasileiros Surdos ou deficientes auditivos (IBGE, 2010), o acesso à informação a que eles têm direito. Ou seja, não é uma novidade trazida por candidato A ou B, mas, sim, o cumprimento da legislação vigente. No entanto, como os Surdos foram sempre excluídos dos ambientes políticos por falta de acesso à informação, é justo que os membros, principalmente os Surdos, sintam-se contemplados com este acesso.

Outro fator relevante a ser considerado aqui é que, do conjunto das principais legislações sobre acessibilidade para a comunidade surda, apenas uma foi sancionada no mandato do então presidente do Brasil, conforme demonstra tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Legislações

LEI	ANO	OBJETIVO	PRESIDENTE
LEI No 10.098	2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
LEI Nº 10.436	2002	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
DECRETO Nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 11.796	2008	Institui o Dia Nacional dos Surdos.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 12.319	2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	DILMA ROUSSEF
LEI Nº 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.	JAIR MESSIAS BOLSONARO

Fonte: Elaborado pelos autores

Podemos identificar, na tabela acima, que o atual governo não fez muito em prol da comunidade surda em seus quatro anos de mandato que se encerra no dia 31 de dezembro de 2022. Vale destacar que houve governos mais abertos ao diálogo e aos anseios da nossa comunidade. Por exemplo, nos dois governos de Lula da Silva, sancionaram-se três das principais leis para a Libras, para os Surdos e para os profissionais tradutores intérpretes.

Como dito anteriormente, a primeira-dama Michele Bolsonaro realizou seu discurso em Libras, na posse presidencial, discurso este considerado emocionante. Em determinado momento, a fala foi direcionada à comunidade surda e às pessoas com deficiência. Vejamos a tradução literal realizada pelos autores:

Gostaria, de modo muito especial, de dirigir-me à comunidade surda, às pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. **Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados.** Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. Agradeço aos intérpretes de Libras do Brasil, que têm feito um trabalho de inclusão tão importante. (Michele Bolsonaro, 1º de janeiro de 2019 – Cerimônia de Posse Presidencial).

Quando Michele dirige seu discurso à comunidade surda, ela faz com que os integrantes desta comunidade se sintam parte do país, vistos e ouvidos. O uso dos processos existenciais “**serão**” e “**terão**”, do participante existente **vocês** – representando a comunidade surda e as pessoas com deficiência – e as circunstâncias de causa (finalidade ou benefício), **valorizados** e **seus direitos respeitados**, deixam claros o compromisso da primeira-dama para com os Surdos e toda a comunidade surda.

Ao finalizar seu discurso, Michele faz um agradecimento aos intérpretes de Libras que segundo ela “têm feito um trabalho de inclusão tão importante”. No entanto, nada foi feito para esta classe de trabalhadores que, diariamente, contribui com a acessibilidade comunicacional dos Surdos, em todas as áreas. Percebe-se que houve um reconhecimento no campo verbal; porém, no campo material, na prática, nenhuma mudança foi realizada para auxiliar os profissionais.

Com relação ao já mencionado termo de compromisso, assinado com a comunidade surda, **o oitavo termo** firma “enquadrar os atuais servidores tradutores/intérpretes que tenham formação de nível superior e que atuam no serviço público (da categoria D para a categoria E)”. No entanto, o Projeto de Lei N° 9.384 (atual 5.614/2020) está em tramitação desde o ano de 2017. Esse projeto de lei, que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogou a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, mas não houve apoio do governo até então para a sua sanção.

Na verdade, houve um retrocesso, considerando que, em 20 de dezembro de 2019, foi sancionado o decreto N° 10.185 que “extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.” (BRASIL, 2019). Dentre esses cargos estão os de Tradutor Intérprete e o de Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais², profissionais que atuam na tradução e interpretação dos setores federais, principalmente, nas unidades educacionais – Universidades e Instituto Federais.

A extinção desses cargos impossibilita a realização de concurso público para preenchimento de vagas remanescentes, obrigando a Administração Pública a realizar a contratação temporária ou terceirização desses profissionais, as quais inviabilizam a continuidade das atividades, após dois anos de trabalho. Trata-se, portanto, de um procedimento que acarreta grande prejuízo para a formação dos alunos Surdos³.

Os **termos de compromisso cinco e seis** versam sobre a Inclusão da Libras como disciplina obrigatória no currículo da educação básica e nos currículos dos cursos da área de saúde. E assim como o termo anterior, não foram colocados em prática. Evidência dessa omissão é a

² O termo tradutor intérprete de Linguagem de sinais é utilizado erroneamente, considerando que desde o ano de 2002, a Libras é reconhecida como língua e não uma linguagem.

³ Para entender melhor sobre os percalços da relação tradutor intérprete e alunos surdos no ensino superior, os autores Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021) dialogam sobre esta temática.

atuação de muitos licenciados em Letras-Libras na formação de professores de Libras que atuam no campo da tradução e interpretação.

A não obrigatoriedade de oferta da disciplina de Libras nos cursos da saúde priva os Surdos do acesso aos serviços básicos de saúde. Aragão et al., 2015; Oliveira et al., 2015; Souza et al., 2016 e Pires e Almeida, 2017, abordam esta temática, enfatizando a falta de comunicação como principal fator que leva os Surdos a temerem quando necessitam buscar acesso aos serviços de saúde.

O **termo de número 12** aborda a criação de “um programa de formação de tradutores/Intérpretes de libras, aumentando a quantidade de cursos de Bacharelado em Letras-Libras.” Infelizmente este compromisso também não foi colocado em prática, conforme podemos ver na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Cursos de Letras Libras/ tradução

UNIVERSIDADE	NOME DO CURSO	MODALIDADE	INÍCIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Letras - Libras	Presencial	01/04/2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Letras - Libras	A Distância	28/06/2008
	Letras - Libras	Presencial	03/08/2009
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Letras - Libras	Presencial	30/10/2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Letras - Libras	Presencial	18/08/2014
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI	Letras - Libras	A Distância	11/02/2019
FACULDADE EFICAZ	Letras - Libras	A Distância	01/07/2019
FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA	Letras - Libras	A Distância	12/10/2020
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Letras - Libras	A Distância	01/02/2019
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Letras - Libras	Presencial	06/03/2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa	Presencial	01/09/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)	Presencial	12/08/2015
---	---	------------	------------

Fonte: produzido pelos autores com base nos dados do e-MEC 2022/2. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>

Olhando atentamente os dados apresentados na tabela acima, percebe-se que dos 12 cursos de Letras-Libras bacharelado ou Letras tradução/interpretação ativos no país, somente 4 instituições iniciaram suas atividades, a partir de 2019 – início do mandato de Bolsonaro. Dois desses 4 cursos iniciaram suas atividades em fevereiro de 2019, ou seja, dois meses após a posse do presidente, isso sugere que eles já haviam sido aprovados anteriormente. Além disso, com exceção do curso da Universidade Federal da Grande Dourados, todos os outros 3 são oriundos de faculdades particulares – 75% - e todos são ofertados na modalidade à distância.

Os termos de **número sete** – “Regulamentar o uso de legenda iniciando por tornar legenda obrigatória para toda a programação de televisão que não seja ao vivo e para filmes brasileiros”; o **termo nove** – “Apoiar o esporte para pessoas surdas de todas as faixas etárias”; o **termo 14** – Disponibilizar provas em Libras em todos os concursos públicos em que haja surdos inscritos e; o **termo 15** – Criar, disponibilizar e manter aplicativos gratuitos para agendamento de serviços de intérpretes de libras online, nenhum foi colocado em prática.

No entanto, o **décimo sexto termo**, que se compromete a “Convidar um representante surdo para compor a equipe da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC)” foi colocado em prática, mas com alguns adendos que merecem ser cuidadosamente avaliados.

Após a sua posse, a primeira ação do ministro da Educação, Véléz Rodriguez, foi desmontar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC, para a subpasta Modalidades Especializadas de Educação – SEMESP. Segundo pesquisadores, este movimento se deu em prol da extensão da pasta com a diversidade, tendo sido alvo de ataques do presidente durante toda a sua campanha.

Dentro da SEMESP, foi criada a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos – DIPEBS. Para dirigir tal pasta, foi convidada uma das professoras surdas de maior renome no país, a Dra. Karin Lilian Strobel. A presença de uma representante da comunidade surda no alto escalão do governo foi uma grande conquista. As imagens a seguir de um membro surdo entre o presidente, a primeira-dama e alguns ministros são ímpares para essa comunidade.

Figura 3 - Lançamento o projeto LibrasGov



Fonte: site do governo federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/governo-federal-lanca-o-projeto-librasgov>

No site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi realizada uma reportagem sobre o lançamento do LibrasGov. Diz que: “A iniciativa tem a proposta de registrar os sinais **utilizados na política**, a fim de possibilitar que todas as pessoas do país usem os mesmos **símbolos**.” (grifo nosso). Identificamos que, dentro do governo, existe uma falta de conhecimento, uma vez que a reportagem apresenta como “símbolos” o que deveria ser sinais, considerando o reconhecimento da Libras pela lei 10.436/2002. Questionamos: (1) Por que um projeto registra os sinais utilizados na política, antes mesmo de serem utilizados no ambiente educacional? (2) Por que não um projeto que registre um compilado de sinais utilizados na saúde, na cultura? Isso demonstra que o uso da Libras tem sido utilizado como ferramenta de massa de manobra política, e não como ferramenta de inclusão social.

A professora Karen Strobel atuou na pasta por dois anos, pois, em janeiro de 2020, o então ministro da educação, Abraham Weintraub, a exonerou do cargo de diretora da DIPEBS, nomeando para a função a surda Crisiane Nunes Bez Batti. No final do primeiro semestre de 2022, Crisiane deixou a pasta, e o professor surdo, Rodrigo Rosso Marques, assumiu a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, por meio da Portaria Nº 843 do Ministério da Educação.

Somente representantes surdos estiveram à frente da DIPEBS/MEC. No entanto, segundo a ex-diretora Crisiane Nunes, em entrevista ao professor Nelson Pimenta, no programa “Bate Papo em Libras”, do canal Libras BR, a SEMESP não tem autonomia para executar seus projetos, mas, sim, precisa da aprovação das demais secretarias (figura 4), para que um projeto seja colocado em prática. O que é, claramente, uma forma de inviabilizar suas atividades.

Figura 4 – Secretarias do Ministério da Educação institucional/secretarias



Fonte: Site do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/>

Ao acessar o site do MEC, na pasta de programas e ações da SEMESP, é possível identificar dados sobre a Lei 14.191/2021 que inclui a modalidade de educação bilíngue para os Surdos e alguns outros projetos.

A seguir, apresentamos uma tabela com os projetos direcionados à comunidade surda, disponíveis no site da SEMESP/MEC, considerando que a página foi atualizada no dia 13 de setembro de 2022.

Tabela 3 – Projetos da SEMESP

Projeto	Descrição no site do MEC
Programa Cinema Acessível	O projeto Cinema Acessível é uma parceria da SEMESP/DIPEBS com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), para o desenvolvimento de modelo de Salas de Cinema Acessíveis, a serem implementadas pelas Redes de Ensino Municipais, Estaduais e Distrital, públicas ou privadas conveniadas. Essas sessões de cinema irão garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência: audiodescrição para pessoas cegas, janelas de Libras e legenda para surdos e pessoas com deficiência auditiva.
Escolas Bilingues de Surdos	A DIPEBS vem realizando articulações com os municípios interessados em investir na educação bilíngue de surdos. (...)
PNLD Acessível 2022 - Libras	Programa que disponibiliza livros didáticos em formatos acessíveis aos estudantes e professores surdos, respeitando a especificidade linguística desse público. Esses materiais serão elaborados com base na primeira língua do surdo, a Libras, considerada a língua de ensino, instrução, comunicação e interação, e no português escrito, que deve ser ensinado com metodologia de segunda língua.

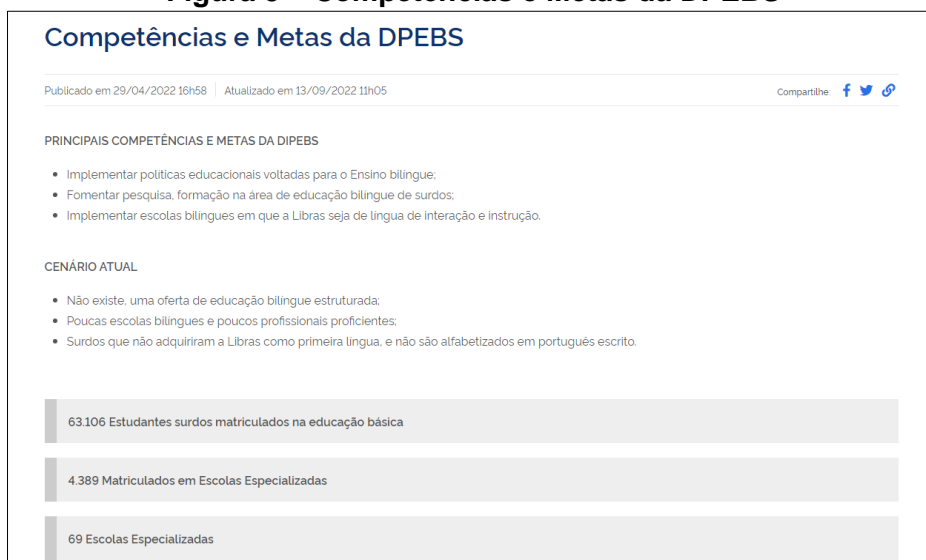
<p>Referencial Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos (PSLS):</p>	<p>Em parceria com pesquisadores da área, a DIPEBS organizou o material que será usado como referencial curricular para o ensino de português como segunda língua para estudantes surdos (PSLS). A publicação está disponível em gov.br/mec.</p>
<p>Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica em Educação Bilíngue de Surdos</p>	<p>Executado pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), o programa tem por finalidade promover a formação continuada em Educação Bilíngue de Surdos de profissionais da Educação Básica, por meio da Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação – RENAFOR, com base no Decreto 8.752, de 9 de maio de 2016. Essa ação é realizada em parceria com as Instituições Federais de Educação Superior.</p>
<p>Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos</p>	<p>Foi formada a Câmara Técnica no Conselho Nacional de Educação (CNE) para discussões e alinhamento da proposta das diretrizes, que irão orientar gestores e demais profissionais da educação sobre a educação bilíngue de surdos. Em breve, essas diretrizes serão apresentadas em consulta pública.</p>

Fonte: Portam MEC – Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programas-e-aco-es>

Identificamos, aqui, seis programas/ações da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, sendo que quatro estão no plano da prospecção, conforme destacados pelos verbos grifados na tabela acima. O que significa dizer, que somete em três anos e 10 meses, após a sua posse, Bolsonaro e sua equipe não colocaram em prática estas ações.

As informações aqui apresentadas constam no site do MEC. Nele não há nenhuma outra informação, dados, prestação de contas, etc. Após quase quatro anos, a menção a esses projetos na forma de prospecção permite afirmar que esse é o saldo daquele/a que prometeu valorizar e respeitar os direitos dos surdos.

No que tange à situação da DPEBS, é ainda menos expositivo.

Figura 5 – Competências e Metas da DPEBS

Fonte: Site do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/competencias-e-metas-da-dpebs>

Uma primeira observação incide sobre o quantitativo de informações em uma pasta tão importante como a DPEBS, além de sua falta de tradução para a Libras. Uma segunda observação recai sobre a ausência de execução efetiva de quaisquer competências e metas da diretoria. O uso da Libras e do intérprete estão a serviço apenas da tradução quando do interesse público em se promover, promover a autoimagem de luta do direito linguístico da comunidade surda. Não se trata, portanto, do acesso aos Surdos. A imagem a seguir é exemplar nesse sentido. O presidente Bolsonaro, com a mão, empurra o intérprete para trás e posiciona-se à sua frente, interditando a visualização da tradução. Antes, o Intérprete de Libras está à frente do presidente para permitir a visualização adequada da sinalização, tendo em vista que essa é uma língua de modalidade visuoespacial.

Figura 6 - Bolsonaro empurra TILS

Fonte: UOL News. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/28/bolsonaro-intereprete-evento-do-pl.htm>

Não obstante essas ações de Bolsonaro e de sua gestão revelarem que não estão compromissados com as necessidades e demandas da comunidade surda, muitos membros da comunidade Surda ainda se identificam com o discurso bolsonarista e se posicionam a favor da sua reeleição. A seguir, realizamos uma reflexão a partir do contexto sócio-histórico dos Surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, destacamos que a nossa intenção não foi, neste momento, abordar questões misóginas, machistas, LGBTfóbicas, segregadoras, racistas e de corrupção, em que Bolsonaro e seus aliados se envolveram durante seu mandato. Deixemos para trabalhos futuros. Procuramos focar apenas no descumprimento ao atendimento dos direitos linguísticos de pessoas surdas, e menos ainda nos direitos trabalhistas dos Intérpretes de Libras.

Em relação ao objetivo aqui proposto de refletir sobre as razões por que membros da comunidade surda mantêm apoio a um governo que os atacam, a trajetória social e histórica dos surdos pode oferecer algumas elucidações. Conforme asseveram Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021, p.14) “o contexto sócio-histórico dos Surdos quase sempre foi permeado por episódios em que eles eram considerados seres abjetos, deixados à margem da sociedade, sendo considerados incapazes”, e isso reverberou na construção de identidades surdas, muitas vezes, subjugadas, até mesmo pelos próprios Surdos, como inferiores aos ouvintes. Os Surdos sempre tiveram que se adequar ao meio, aceitar que a sua língua não faça parte do currículo escolar, mas o inglês – língua ideologicamente hegemônica - sim. Eles tiveram que lidar com a falta de comunicação em todos os locais, desde a escola, espaços de convivência e principalmente dentro de suas próprias famílias.

Os intérpretes de Libras, como mencionado anteriormente, também fazem parte da comunidade Surda, atuando sozinhos nas instituições de ensino, precisando de dois ou mais empregos para conseguir sobreviver, considerados desvalorizados e sem estimativa profissional.

Ao verem um candidato que se compromete a mudar tudo isso, a atuar em prol da comunidade surda, lutar pelos seus direitos, implantar uma política bilíngue de ensino, criar escolas com essa abordagem, é compreensível que a comunidade surda veja, neste representante político, um aliado, acreditando num futuro melhor.

No entanto, os acenos restringiram-se à nomeação de representantes Surdos para cargos, sem nenhuma autonomia, ao discurso de relevância da atuação dos intérpretes de Libras – sem aqui desconsiderar o trabalho de extrema importância e árduo de tradução, principalmente em um contexto em que eram comuns falas desrespeitosas e hostis. Nesse sentido, cabem aos membros da comunidade surda correlacionar o dito e o feito para que possam desapegar dos discursos vazios, consolidando a sua forma odiosa, e que, mesmo assim, ainda queiram que ele continue nos representando.

Nesta última eleição, notou-se uma movimentação relevante de atores sociais membros da comunidade surda. Alguns atores sociais de grande influência na comunidade Surda posicionaram-se contra as injustiças sociais, de modo a fazer com que membros Surdos tivessem cada vez mais acesso às informações, aos dados e à verdade sobre o que acontece na política brasileira. Exemplo disso foram as publicações de uma das maiores pesquisadoras dos estudos Surdos e Linguística da Libras no Brasil, Dra. Ronice Quadros, que, em sua rede social, fez traduções de vídeos, além de provocar reflexões importantíssimas para o momento atual em que vivemos.

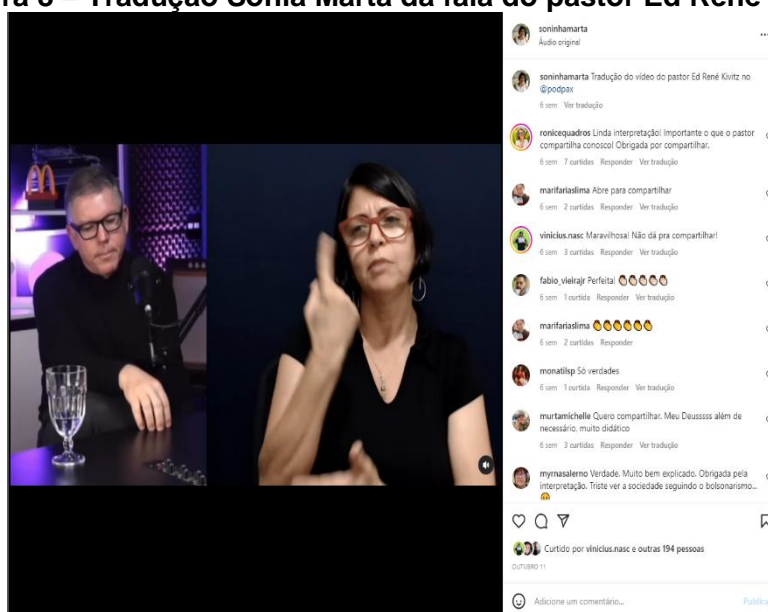
Figura 7 – Redes Sociais Ronice Quadros



Fonte: Instagram - <https://www.instagram.com/ronicequadros/>

As postagens sobre o tema somaram mais de 5.400 likes, da mesma forma que a pesquisadora, Sonia Marta, fez em suas redes sociais, se posicionando a favor da democracia, fazendo tradução de falas como a do pastor Ed René Kivitz no @podpax (Figura 6).

Figura 8 – Tradução Sonia Marta da fala do pastor Ed René Kivitz



Fonte: Instagram - <https://www.instagram.com/p/CjmHBYfjRCoxFuQn9I01GlpWFjPbSVaa2CDCWw0/>

É necessário que mais atores sociais estejam dispostos a se envolver com a política do nosso país, e que outros políticos e partidos estejam comprometidos com a acessibilidade e abertos ao diálogo com a comunidade surda. Felizmente, como pudemos ver na tabela 1 – Legislações, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstra ter uma postura mais sensível às necessidades das pessoas com deficiência. Esperamos que, na sua próxima gestão, muito mais seja construído em prol da comunidade surda.

[...] a emancipação, enquanto pensamento libertador, deve ser pensada coletivamente, de modo a contribuir com a transformação social, que por sua vez possibilita um processo de autoemancipação, processo esse que não deve ser imposto e sim estimulado. (GONTIJO; BARROS; MARQUES-SANTOS, 2021, p. 21).

Por fim, esperamos que este trabalho contribua no processo de autoemancipação dos membros da comunidade surda, que ainda estão presos nas amarras sociais discursivas, proferidas pelo então e futuro ex-presidente Bolsonaro. Assim como Gontijo, Barros e Marques-Santos, em consonância com Bhaskar (1998), acreditamos que a emancipação deve acontecer de dentro para fora. Não existe e nunca existirá transformação social sem mudanças internas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. da S. *et al.* Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em Libras. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 23, p. 1014-1023, 2015.

BARROS, S. M. *Realismo Crítico e Emancipação Humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

BHASKAR, R. R. Critical Realism and Dialectic. In: ARCHER, M. S. (ed.). *Critical Realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.

CHOULIARAKI, L.; FAIRGLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: rethinking critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

BRASIL. *Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=234606>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. *Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015*. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019*. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/794991836/decreto-10185-19>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Londres, Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo crítico e semiose. Tradução de Gabriel Valdez Foschaches. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, p. 43-69, jan./jun. 2016.

GONTIJO, T. A. A; BARROS; S. M. de; MARQUES-SANTOS. L. E. *Representações surdas na desconstrução de práticas ouvintistas: um estudo crítico-discursivo*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Londres: Arnold, 1994.

OLIVEIRA, Y. C. A. de; CELINO, S. D. de M.; COSTA, G. M. C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 307-320, 2015.

PIRES, H. F.; ALMEIDA, M. A. P. T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 1, 2016.

RODRIGUES, C. H. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Translatio*, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/79144/48558>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SOUZA, M. F. N. S. de et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Revista CEFAC*, v. 19, p. 395-405, 2017.

STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Túlio Adriano Alves Gontijo

Doutorando e mestre em Estudos em Linguagem – PPGEL/UFMT. Graduação em Letras-Libras pela UFMT. Atual Coordenador do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão- NAI/UFMT. Professor do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). E-mail: tuliolibras@gmail.com

Solange Maria de Barros

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado na Universidade de Londres (Instituto de Educação - IOE). Possui estudos doutorais livres pela Universidade de Lancaster (Reino Unido). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). Atualmente é professora no Curso de Letras/Inglês da UFMT. Email: solmarbarros@gmail.com

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pós-doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). Atualmente, é professor do curso de Letras – Língua e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. Email: antonio.moraes@ufr.edu.br

A Comunic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG

The Communic(action) from Vale S.A. and the NGO Cabinet of Post-rupture Crisis in Brumadinho-MG

La comunic(acción) de Vale S.A. y la ONG Gabinete de Crise Post-ruptura en Brumadinho-MG

RESUMO

Nosso objetivo é compreender como as narrativas disseminadas pela Vale S.A. e pela ONG Gabinete de Crise, no momento pós-crime do rompimento na barragem (B1) em Brumadinho, se apresentam enquanto performativas. Isso é realizado com base na Hermenêutica Ricoeuriana. Foram coletados dados secundários, e realizada uma análise narrativa baseada na metodologia de Gioia et al. (2013). Os dados coletados correspondem à comunicação do dia do rompimento até junho de 2021. Como resultado, observa-se o conceito de grandes narrativas e sua articulação com diferentes racionalidades e dimensões do imaginário social, que quando articulados discursiva e performativamente evidenciam “mundos possíveis” para o estabelecimento das ações organizacionais.

Palavras-chave: crime corporativo; performatividade narrativa; Paul Ricoeur; estudos organizacionais.



Jéssica Cristina Ceni

jessica.ceni@pucpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-8686-2730>

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Cidade, Estado, País

Natália Rese

resenati@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2043-3092>

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Cidade, Estado, País

ABSTRACT

Our goal is to understand how the narratives disseminated by Vale S.A. and the NGO Cabinet de Crise, in the post-crime moment of the breach in the tailings dam (B1) in Brumadinho, are presented as performative. This is executed based on Ricoeurian Hermeneutics. We collected secondary data and have done a narrative analysis based on Gioia et al. (2013) methodology. The collected data correspond the communication from the day of the breach until June 2021. As the result, we can see the concept of grand narratives and their articulation with the different rationalities and dimensions of the social imaginary, which when discursively and performatively articulated, show “possible worlds” for the settlement of organizational actions.

Keywords: corporative crime; narrative performativity; Paul Ricoeur; organizational Studies.

RESUMEN

Nuestro objetivo es comprender cómo las narrativas difundidas por Vale S.A. y de la ONG Cabinet de Crise, en el momento posterior al crimen de la ruptura de la presa (B1) en Brumadinho, se presentan como performativos. Esto se hace con base en la Hermenéutica Ricoeuriana. Se recolectaron datos secundarios y se realizó un análisis narrativo basado en la metodología de Gioia et al. (2013). Los datos recolectados corresponden a la comunicación producida desde el día del crimen hasta junio de 2021. Como resultado, se observa el concepto de grandes narrativas y su articulación con diferentes racionalidades y dimensiones del imaginario social, que al articularse discursiva y performativamente, muestran “mundos posibles” para el establecimiento de acciones organizacionales.

Palabras clave: crimen corporativo; performatividad narrativa; Paul Ricoeur; estudios organizacionales.

Como citar:

CENI, Jéssica Cristina; RESE, Natália. A Comunic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.48004. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As estórias¹ têm sido protagonistas do fazer organizacional há tempos. No entanto, o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar estórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações. Além disso, posiciona-se aqui que os atos organizacionais, quando articulados em narrativas performativas e discursos de ação, estes podem mobilizar, transformar e performar sobre a realidade social, o que significa, logo, que a forma como as organizações (e pessoas) interpretam e referem-se à realidade é capaz de direcionar cursos de ação e práticas que sustentam uma realidade discursivamente articulada.

Nesse contexto, partindo da Hermenêutica Ricoeuriana, compreendemos que a linguagem ao ser posta em uso pelas interpretações e tipificações compartilhadas socio historicamente, podem operar tanto construtiva quanto destrutivamente em relação as situações presentes, e assim, há a concepção de que as narrativas são capazes de abrir mundos possíveis de ação presente e futura na medida que podem contestar ou confirmar o que é o mundo “real” (RICOEUR, 1991). Isso é compreendido pela performatividade narrativa. (GOND *et al.* 2016).

Para Ricoeur (2018) a performatividade narrativa decorre da ideia de que o discurso parte da realidade para que de algum modo volte a ela. E nesse contexto, centraliza-se nesse trabalho o conceito de ficção, não àquele que denota fantasia, mas sim a ficção calcada no imaginário social e que é intersubjetivo, pautado sobre visões de mundo, ideologias e utopias. Ricoeur (2018) aponta que todo discurso possui uma referência ou denotação: remete para uma realidade extralinguística e podem ser inclusive a causa desta realidade, e por isso, compreendemos as organizações enquanto arenas de interação comunicativa, ou seja, “a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais” (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019). À vista destes posicionamentos, este trabalho visa compreender como as narrativas disseminadas pela Vale S.A. e pela ONG Gabinete de Crise², no momento do pós-crime do rompimento na barragem de rejeitos (B1) na Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, se apresentam enquanto performativas.

2. HERMENÊUTICA RICOEURIANA E A PERFORMATIVIDADE NARRATIVA

Por muito tempo a hermenêutica ficou condicionada à função do compreender (interpretar), por isso o problema central de Ricoeur (1990) é o de que a hermenêutica, enquanto uma teoria das operações da compreensão, não deveria dissociar a relação entre o *explicar* e o *compreender*

¹ Existe o reconhecimento de que na língua portuguesa a palavra “estória” não está mais em uso. Estória aqui vem de *story* do inglês, e, portanto, esta palavra é utilizada aqui como recurso de pesquisa e que segundo o dicionário Cambridge significa “descrição, **tanto verdadeira como imaginária**, de uma série de eventos conectados”.

² A constituição da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil foi constituída logo após o rompimento em Brumadinho e representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental” (GABINETE DE CRISE, 2019).

(interpretar) e seria na complementariedade entre essas duas atitudes que figuraria a hermenêutica. (Ricoeur, 1990). Para Ricoeur (1990) “é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação do ser. [...] O ser se dá ao homem mediante as sequências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda existência com relação ao ser, já é uma hermenêutica”. Ricoeur parte do pressuposto de que o homem se orienta no mundo por meio da atividade fundamental da interpretação - ora, um “animal hermenêutico” (RICOEUR, 1979) o qual recorre à uma estrutura simbólica - a linguagem – que por sua vez se situa como condição primordial para a experiência humana.

Ricoeur (1990) argumenta que a linguagem não é um mundo próprio, nem sequer um mundo, todavia compreendendo que estamos no mundo, somos afetados por ele e nos orientamos nele, temos algo a dizer, temos experiências para trazer à linguagem e ao interpretarmos o mundo que nos cerca incorporamos tipificações e interpretações nesse processo (GURWITSCH, 1962). As tipificações são as arenas de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, e as interpretações são decorrentes antes de qualquer coisa “da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções.” (WAGNER, 1979, p. 18).

Dessa forma, o mundo da vida real (*lebenswelt*) é vivido pela experiência diária dotada de uma familiaridade particular relacionada ao entendimento de como o mundo é. Essa familiaridade é divergente de qualquer tipo de conhecimento científico. O mundo da vida real é um mundo *taken for granted*. (GURWITSCH, 1962, WAGNER, 1979). Ele é construído por meio da conduta humana dotada de significado, ou seja, por meio das ações e interações humanas, contexto que a linguagem constitui não só uma atividade de representar e descrever o mundo, como também compreende um processo de invenção, que segundo Rocha (2014, p. 624) é esta dimensão que torna a linguagem possível de intervir no mundo e, portanto, apresentar um **papel performativo**: “os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo.”

Esse processo de invenção surge, conforme aponta Ricoeur (1990, 1991), por um trabalho de imaginação regido por regras, isto é, pelas expressões do imaginário social e seus referentes, como a ideologia e a utopia consideradas por ele enquanto *ficções práticas*. Isso decorre porque a referência trazida à linguagem atravessa intenções humanas que estão pautadas não apenas sobre a realidade factual, mas sim sobre aquilo que se significa e se diz sobre essa realidade. É por essa razão que Ricoeur no texto “*The function of fiction in shaping reality*” publicado em 1979 argumenta que “sob o choque da ficção, a realidade se torna problemática.” As ficções práticas fazem parte do imaginário social que é estabelecido pelas interpretações de realidade decorrentes do processo de recriação da realidade narrativamente e pautado sobre as singularidades históricas, temporais e experiências individuais e coletivas (GURWITSCH, 1962, p.53), e por isso, nossa experiência – e conseqüente interpretação da realidade - estabelece-se em um mundo público, intersubjetivo e comum a todos nós (GURWITSCH, 1962; WAGNER, 1979).

Nesse contexto, Ricoeur (1979) argumenta que a confirmação ou contestação da realidade pauta-se sobre essa relação da ideologia e utopia³, considerada por ele enquanto *ficções práticas*. Por um lado, a ideologia enquanto integração é traduzida pela promoção de uma identidade a um determinado grupo (RICOEUR, 1991; SARGENT, 2008), já a utopia permite variações imaginárias em torno do social, expondo as aberturas da ideologia, constituindo o imaginário social enquanto subversivo. (RICOEUR, 1991, p. 89).

Ricoeur (1991) salienta que a relação essencial entre utopia e ideologia é estabelecida sobre uma correlação funcional, ou seja, a comum não-congruência com a realidade, assim, ambas apresentam um aspecto ficcional que não exprime uma referência no mundo. Enquanto a ideologia reflete o desejo de grupos em não mudar seu status, a utopia reflete o desejo de grupos que almejam a mudança para melhorá-lo (SARGENT, 2008). Enfim, argumenta-se aqui que o imaginário social se estabelece pelas interpretações de realidade para além de qualquer ambiente físico concreto e factual, ao passo que o processo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (o que trataremos e compreenderemos posteriormente como mimese narrativa) traz elementos ficcionais que sustentam a construção e recepção narrativa. Elementos esses pautados pelo próprio imaginário social, cujas expressões são a ideologia e a utopia. **Os indivíduos, portanto, ao fazerem sentindo do mundo real por meio das narrativas, apresentam capacidade e aderência de produzir uma realidade coalescente com o que o imaginário social carrega e que é ficcional.**

3. ORGANIZAÇÃO COMO COMUNIC(AÇÃO), FICÇÃO E MIMASE NARRATIVA

Ao compreender as organizações enquanto arenas de interação comunicativa posicionamentos que é “a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais” (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019). Situa-se que a comunicação, aqui, é tratada como um processo recursivo de produção e negociação de significados e as organizações são resultado desse processo, sendo compreendidas como *talked into being*. (SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, 2019).

Esse processo de produção e negociação de significados se estabelece por meio do imaginário social, que é pautado sobre as bases de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo e, logo, carrega elementos não congruentes com a realidade “material” (RICOEUR, 1991). E é nesse contexto que a ficção se situa enquanto referência do discurso, emergindo, por um lado enquanto elemento não racionalizado da comunicação, em vista de que é parte do imaginário social e da forma como os indivíduos fazem sentindo sobre o real, por

³ Nesse trabalho aborda-se a função positiva da ideologia e da utopia, todavia reconhece-se também que a ideologia e utopia apresentam uma função negativa, ou patológica promovida na imaginação social e que figura a ideologia enquanto distorção e a utopia enquanto loucura. (SANFELICE, 2013).

outro quando estabelece-se como elemento racionalizado do comunicação na medida que o locutor busca implicar ficcionalidade na narrativa construída e disseminada buscando um direcionamento específico e utilitário ao que é desejado transmitir enquanto real. (WALTON, 1990).

Como observado até aqui, existe uma relação estreita entre ficção e performatividade narrativa. Para aprofundarmos ainda mais esse entendimento é necessário compreender o que Ricoeur (1994) chama de mimese narrativa, isto é, o processo pelo qual as pessoas constroem versões criativas da realidade e que podem redescrever o real e conseqüente impactar o mundo da vida, em outras palavras, “refazer” a prática ou ação humana (RICOEUR, 1979). Ricoeur (1994) estabelece que a mimese narrativa é caracterizada pelo processo de mediação que configura a “recriação da realidade” pela linguagem, que se estabelece pela constituição e construção narrativa, a qual por sua vez se estabelece em três momentos não lineares e nem cíclicos, que ele trata enquanto mimese I, II, III.

A mimese I relaciona-se a uma pré-compreensão do mundo do qual o indivíduo faz parte, e possui dois traços: a) as estruturas inteligíveis (conceptual network), isto é, a maneira como determinado grupo social narra e organiza a narrativa, e b) as formas simbólicas, caracterizadas pelas crenças, valores, questões éticas e morais socialmente compartilhadas. (RICOEUR, 1994). A mimese II compreende a temporalidade e a capacidade das narrativas em interrelacionar o tempo vivido – acronológico – e o tempo estrutural ou cronológico. É aqui que existe o encadeamento do enredo no qual os significados, símbolos, eventos, são incorporados e sequenciados, propositalmente ou não, na construção de uma narrativa. É na mimese II que o reino da “ficção” é aberto. Por fim, a mimese III pauta-se sobre as aberturas de sentido e os processos de negociação e disputa do que será tido como uma “verdade” ou enquanto “real”, isso ocorre por um processo recursivo e dialógico entre aquele que desenvolve e dissemina narrativas e àquele que a consomem. Ricoeur (1994) alude esse momento baseado sobre a refiguração da narrativa pelo ouvinte-leitor que irá estabelecer qual seria o “fim narrativo”, o qual não é rígido, mas sim pautado sobre os limites daquele que consome esse discurso e seus referentes. Ricoeur (1994) alude sobre a capacidade de recepção daquilo que é socialmente compartilhado por meio das narrativas.

Conforme Savage (2019, p. 12) pontua que para Ricoeur “as narrativas não surgem apenas do sentido das palavras que são reunidas e compartilhadas, mas sim de suas referências a uma verdade - a verdade sobre a realidade” e que “o que um leitor recebe não é somente o sentido da obra, mas, por meio de seu sentido, sua referência”, ou seja, qual é o mundo de sentido que ela abre, (RICOEUR, 1994, p. 120), e que por sua vez pode perpetuar o *status quo* ou promover mudanças. Isso significa, que o ato de narrar explicita a experiência humana e, portanto, as narrativas são capazes de descrever ações humanas específicas e abrir mundos possíveis de ação e de concepção do real, como ainda podem mobilizá-lo, ou seja, performar (RICOEUR, 1994).

4. PERCURSO METODOLÓGICO

O corpus de análise foi a comunicação da Vale e da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil, pós-crime corporativo, caracterizado pelo rompimento na barragem, a partir de dados secundários. Há o reconhecimento de que a realidade é complexa e composta por múltiplas vozes, as quais apresentam diferentes impactos e alcances, e dentro dessa arena discursiva – a Vale e a ONG Gabinete de Crise – se situaram enquanto frutíferas para análise. Por um lado, tem-se a responsável direta do crime – a Vale S.A, que por sua vez possui como primazia a reparação da imagem organizacional e da recuperação da sua legitimidade – e por outro a ONG, constituída especificamente após a concretização do crime representando a articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos e criada especificamente no período pós-rompimento na busca pela reparação dos impactos decorrentes desse crime.

4.1 Coleta dos dados

A coleta de dados referente à Vale S.A. ocorreu por meio do site oficial da empresa, especialmente em uma área específica que reúne informações a respeito do rompimento. Foram acessadas as notícias e documentos do dia do rompimento até o dia 01 de junho de 2021, data final da coleta. A respeito da ONG Gabinete de Crise Sociedade Civil, a coleta foi feita no Facebook, pois o site estava fora do ar, outro local forma as matérias compartilhadas no “Projeto Manuelzão” assinadas pela ONG.

Quadro 1 - Dados coletados

Fonte	Dados
Site da Vale (http://www.vale.com/brasil/pt/)	290 páginas de documentos (press releases, notícias) extraídas da página chamada ‘reparação e desenvolvimento’
Página do facebook ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil (https://www.facebook.com/gabinetedasociedade)	141 publicações e 10 imagens.
Site do Projeto Manuelzão (https://manuelzao.ufmg.br/)	44 páginas de documentos cuja autoria é da ONG

Elaboração própria.

4.2 Análise de conteúdo e aproximação narrativa

Enquanto uma pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização da metodologia indutiva proposta Gioia *et al.* (2013). Toda a análise partiu do compilado dos dados que foram organizados cronologicamente em planilhas de dados. Apoiada nessa metodologia as etapas de análise foram: 1. compilação dos trechos mais relevantes dos dados (elementos de primeira ordem); 2.

classificação do sumário dos trechos em temas de segunda ordem; e, por fim, • 3. definição das dimensões agregadas que guiaram a seção de resultados e análise, e que se estabeleceu enquanto a aproximação das narrativas que emergiram dos dados.

Nessa primeira fase houve 290 elementos de primeira ordem relacionados à Vale e 151 referentes à ONG. Na segunda etapa foram observados 15 temas de segunda ordem referentes à Vale e 6 temas referentes à ONG. Na terceira etapa, no que diz respeito as dimensões agregadas estas foram tratadas enquanto *grandes narrativas* que compuseram toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021, data que finalizei a coleta. Emergiram desse processo de análise cinco grandes narrativas da comunicação da Vale e três grandes narrativas na comunicação da ONG, como poderá ser observado na parte dos resultados. Por fim, ressalto que escolha do termo *grande narrativa* surgiu a partir de um processo reflexivo a respeito dos resultados desta pesquisa durante a análise dos dados. Esse termo que é baseado sobre entendimento das grandes narrativas modernas, que é definido por Bernstein (1991). Segundo o autor as grandes narrativas são discursos de segunda ordem que se estabelecem para serem articuladas e legitimadas pelo discurso institucionalizado, isto é, por práticas ou narrativas concretas de primeira ordem. Além disso, uma grande narrativa faz referência aos discursos socialmente compartilhados e que compõem o imaginário social.

5. VALE S.A. E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM

A Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira que além de atuar em setores como logística, energia e siderúrgica, se estabelece como uma das maiores mineradoras do mundo atuando como produtora de minério de ferro, pelotas e níquel. Foi criada em 1942 por meio do decreto-lei 4.352/42 assinado pelo presidente da época Getúlio Vargas para exploração de minas de ferro na região de Itabira em Minas Gerais, e por isso, foi até 2007 conhecida como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, sendo atualmente uma empresa privada de capital aberto. (VALE, 2021).

A empresa passou para o setor privado no final do século XX, houve a mudança de nome dado que a Vale (2012) precisou de adaptação frente as mudanças do mercado e da globalização. Na época constituíram Fundação Vale, que apresentava enquanto objetivo “contribuir para o desenvolvimento integrado-econômico, ambiental e social [...] articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais” e a adesão ao Projeto Vale Florestar, entre outros acordos de proteção ao meio ambiente, apesar disso, a Vale se viu ao longo dos anos 2000 submersa em ações judiciais decorrentes dos seus impactos ambientais, que incluem o rompimento na barragem do Fundão em Mariana em 2015, e o na Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho ocorrido em 2019. (VALE, 2012, p. 381).

5.1 O rompimento da Barragem na Mina de Córrego do Feijão

E as sirenes não tocaram...

A menos de 200 km do local que havia ocorrido em 2015 “o maior desastre socioambiental do Brasil e um dos maiores relacionados à mineração no mundo” (MODENA, HELLER, 2016, p. 22) se rompe a barragem na Mina de Córrego do Feijão no dia 25 de janeiro, em Brumadinho, Minas Gerais. Na mineração existem diferentes tipos de barragens; são estruturas que servem como reservatório de contenção e acúmulo de líquidos ou misturas de líquidos com sólidos oriundos do processo de mineração. No Brasil há dois tipos principais: as do método à montante e as do método jusante. A Vale utilizou o método conhecido como à montante, tanto na barragem de Mariana, quando na Mina de Córrego do Feijão. Esse método, conforme entrevista com o geólogo e professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Eduardo Marques,

"é a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar, já que ocupa menos espaço da bacia hidrográfica; mas é também a mais perigosa e com maior risco, por isso países com características similares ao do Brasil não a usam ou estão a proibindo." (ODILLA, 2019).

A barragem situada Brumadinho foi construída em 1976. Desativada em 2015, a Vale S.A. formalizou um processo administrativo para obtenção de uma **Licença Prévia**, concomitante à **Licença de Instalação** para expansão da Mina de Córrego do Feijão **mesmo com mobilização popular contrária**. A Câmara de atividades minerárias dá continuidade com o processo de licenciamento, que é aprovado no dia 11 de dezembro de 2018, menos de três meses antes do rompimento. Dois anos após este crime, são contabilizadas mais de 270 mortes incluindo duas gestantes e 11 desaparecidos. Dentre os mortos, 127 trabalhadores diretos da Vale e os outros 118 terceirizados da empresa. (SANTOS, 2019).

Com o rompimento tem-se diversos impactos ambientais, socioeconômicos, problemas de saúde, doenças e dengue na região. Impactos com consequências de longo prazo, principalmente ao Rio Paraopeba. Segundo relatório da Fundação Oswaldo Cruz, o rio servia de captação de água que abastecia parte da região metropolitana de Belo Horizonte e as cidades de Caetanópolis, Paraopeba e Pará de Minas. Além disso, outros municípios foram afetados pela degradação da água. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019). Falar sobre o rompimento não significa apenas aludir a um evento específico ocorrido, afinal, estabelecem-se impactos cujo prazo para recuperação e mitigação é incalculável e até mesmo irreversível. A responsabilização é necessária, exatamente por isso, após o crime houve a constituição da ONG Gabinete de Crise representando a articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela Companhia Vale, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de

2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na Bacia do Rio doce.” (GABINETE DE CRISE, 2019).

6. A COMUNIC(AÇÃO) DA VALE S.A.

Antes de Brumadinho, houve em 2015 o rompimento em Mariana, e mesmo que até hoje a responsabilidade pública e discursiva recaia sobre a empresa Samarco, a responsabilidade operacional recaia sobre a Vale. Refletir isso é necessário, afinal, a comunicação da Vale S.A. surge deste contexto. Assim, um questionamento que surge durante a análise foi: Há uma naturalização de eventos dessa natureza na comunicação da Vale? Outro ponto é a respeito do local da coleta de dados: o site da empresa apresenta uma página cujo título é “reparação e desenvolvimento” promovida com o intuito de divulgar as ações e as notícias relacionadas as barragens e ao rompimento de Brumadinho. Nesse caso, as a “reparação e desenvolvimento” é para quem? Para o que?

Com base nisso e conforme exposto, as dimensões agregadas situam-se, portanto, enquanto *grandes narrativas* que compõem toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021. Ressalta-se que cada grande narrativa que emerge da comunicação da Vale é sustentada por sentidos que surgem a partir dos temas de segunda ordem, e que por sua vez, também são compostos por enredos diversos que os sustentam. Ao englobar um ou mais enredos, os sentidos que compõem cada grande narrativa se estabelecem sem marcações temporais específicas e, portanto, são fluídos e interrelacionados ao longo do tempo.

6.1 A barragem na Mina de Córrego do Feijão rompeu, e agora?

Essa grande narrativa baseia-se sobre o i) reconhecimento do evento, e sua continuidade se dá pelo posicionamento da empresa em ii) esclarecer e justificar o evento e na aderência de iii) narrativas de defesa. Centraliza-se aqui o afastamento da responsabilidade da Vale em relação ao rompimento e suas causas e ao se justificar pontuam que as possíveis causas do eram questões aquém do controle, e implicitamente, o que fica é de que a culpa não é efetivamente da Vale. Ademais, a empresa trata o evento normalizando-o enquanto um risco (situação) inerente às operações, e que apesar disso, o negócio é vantajoso e vale a pena - para o nós e o nosso país. O uso constante da palavra acidente para aludir o rompimento promove a abertura para um mundo narrativo que a afasta e a desvincula a responsabilidade e culpa da Vale, como afirmam que “nós somos os maiores interessados no esclarecimento das causas do rompimento”, reforçando um papel de vítima. (VALE, 2019a).

Consoante, a empresa argumenta que nenhuma instituição poderia ser capaz – pelo menos não ainda – de acusá-la alegando que ela sabia da possibilidade do rompimento, pois segundo ela,

seria incoerente ter consciência do risco, já que ela não queria que isso se concretizasse e não estava movendo nenhum tipo de esforço deliberado para o rompimento acontecesse.

6.2 “A empresa está empenhando todos os esforços no apoio aos atingidos”

O foco aqui recai sobre as i) ações realizadas e/ou prospectadas no que tange a reparação às vítimas e a comunidade, ao passo que dá demasiada importância ao resgate e busca de ii) animais domésticos. Outros sentidos desta narrativa são as ações de reparação do iii) Rio Paraopeba; as iv) Doações financeiras e indenizações como ações de reparação. Divulgaram o balanço das ações em relação as frentes de atuação caracterizadas por: i) ações humanitárias; ii) meio ambiente; iii) indenizações emergenciais; iv) obras de retenção de rejeitos; e v) barragens. Estabelecem que a Vale está reparando os danos causados decorrentes do acidente “inesperado”, e que além disso, ela é uma empresa que escuta a comunidade e está aberta ao diálogo. (VALE, 2019b; 2020).

Em suma, a abertura de mundo narrativa que se promove aqui, parte da questão: se a culpa e a responsabilidade são afastadas da Vale, mas ela “mesmo assim” move mundo e fundos para implementar ações, projetos e programas de mitigação. Em vista disso, qual é o lugar que a empresa visa ocupar narrativamente? Qual é a identidade que ela constrói para si

6.3 Somos uma empresa sólida e legítima

Aqui o intuito é o de evidenciar uma determinada imagem organizacional e mostrar que a Vale S.A. é legítima. Aborda-se a respeito da segurança das barragens, o relacionamento da Vale com a comunidade, com os acionistas e as autoridades, e para além disso, ressalta a respeito da criação de dois comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário (CIAE): um direcionado à assistência e à recuperação da área atingida e outro dedicado à apuração das causas e responsabilidades. A empresa dissemina narrativas pautadas sobre o sentido do que ela foi ou é enquanto empresa, a fim de trabalhar sua imagem e reputação. Há o reforço contínuo de enfatizar sua legitimidade. Para fazer isso a Vale S.A. manifesta e enfatiza sobre os investimentos realizados para segurança das barragens, utiliza-se continuamente de recursos intertextuais, tabelas e infográficos esses investimentos. A comunicação estabelece que a imagem de que Vale está preocupada em melhorar suas operações, e mais do que isso de que ela sempre realizou as devidas manutenções para garantia de segurança das barragens. Aqui é reforçado de novo o papel de vítima.

6.4 Pandemia

Considerando o contexto da pandemia, a Vale estabelece narrativas pautadas sobre i) as medidas preventivas e ii) ações de contenção do coronavírus promovidas pela empresa. Essa situação permitiu com que a Vale parasse de direcionar seus sentidos para o rompimento e passasse a pontuar outras questões. Se até então poderíamos observar a abertura de um mundo narrativo que afastava a culpa e a responsabilidade da Vale frente ao rompimento, mas que ainda assim tinha como foco principal o mesmo e a mitigação de seus impactos, a partir da construção desse novo mote narrativo, a Vale se afasta cada vez mais do rompimento e da necessidade de o aludi-lo.

6.5 Risco Iminente das barragens

O tema da instabilidade das barragens teve início a partir do momento que a empresa pontua respeito do descomissionamento de todas as barragens a montante, e relembra que tal decisão vem de 2016, “logo após o acidente da Samarco”. (VALE, 2019c). Com o rompimento em Brumadinho a empresa denota a necessidade de fazer o descomissionamento o quanto antes. Para compreender essa narrativa, situa-se o Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEB), o PAEB é considerado como uma ferramenta importante na gestão de barragens, previsto por lei. Seu objetivo é evitar ou minimizar danos com perdas de vida, sendo o meio pelo qual a empresa define o risco das barragens, em níveis:

Nível 1: Quando detectada anomalia [...] que demanda inspeções especiais.

Nível 2: Quando o resultado das ações adotadas na anomalia referida do nível I for classificada como “não controlada” ou “não extinta” [...]

Nível 3: Situação de ruptura iminente ou está ocorrendo. (VALE, 2021a).

Nessa grande narrativa, a alusão aos níveis do PAEB é corriqueira. Um exemplo é a notícia intitulada “Vale eleva nível de alerta em três barragens”: de forma preventiva, o protocolo para início do nível 3 do PAEB para três barragens. As barragens que passarão para nível três são: B3/B4, da Mina Mar Azul, em Macacos/Nova Lima, e as barragens Forquilha I e Forquilha III, da Mina Fábrica, em Ouro Preto (MG). [...] (VALE, 2019d).

Se a informação divulgada pela própria Vale a respeito dos níveis, o sentido presente é de que essas três barragens estão em situação de ruptura iminente (nível 3). Além dessa situação, a Vale divulgou algumas notícias alarmando sobre a Mina Coco Soco em Barão de Cocais (MG) (VALE, 2019e), como diversas outras notícias aludindo mudanças de níveis 1 e 2, seja aumentando ou diminuindo o nível. Nesse contexto, a empresa se coloca como empenhada para aumentar a condição de segurança das suas barragens, todavia, se por um lado há a divulgação de ações de

manutenção a partir de construções e reformas, por outro a maior parte das medidas preventivas divulgadas pela empresa caracterizam-se pela realização de simulados de evacuação com a comunidade e testes de acionamento de sirenes.

Por fim, é possível observar que apesar de enfatizar continuamente as diversas ações previstas pelo PAEB em suas barragens, em nenhum momento a empresa se coloca efetivamente enquanto ouvinte desta comunidade impactada e nem tampouco dá voz a ela, e isso é uma contradição, pois em diversos momentos ela se posiciona enquanto preocupada em ouvir. O que fica disso é um quadro de referência para ação que se fundamenta exclusivamente em normativas e protocolos institucionais e governamentais.

7. A COMUNIC(AÇÃO) DA ONG GABINETE DE CRISE

Em toda comunicação da ONG o rompimento na Mina Córrego do Feijão é um crime ambiental de responsabilidade da VALE S.A. e não um acidente, conforme a empresa continuamente alude. Os dados coletados foram publicados pela ONG entre 22 de fevereiro de 2019 até 17 de novembro de 2020. Emergem três grandes narrativas: i) O rompimento da barragem enquanto crime ambiental; ii) As operações de mineração e seus impactos; iii) A atuação social e política da ONG. Diferente da Vale, que desenvolve narrativas exclusivamente sob seu nome, a ONG apresenta o compartilhamento e desenvolvimento de narrativas cujo sentido e construção atravessa outras entidades e a população impactada. Ao fazer isso a ONG evoca um traço narrativo mais emocional, dialógico e humano, e, portanto, diferente da Vale que utiliza uma comunicação pautada sobre a razão e uma lógica de causa e efeito. Enfim, as narrativas que compõe a comunicação da ONG abordam sobre situações provocadas pelo rompimento e pelas operações de mineração, e seus entendimentos direcionam possíveis ações sociais por parte dela e da comunidade impactada, que por sua vez desencadeiam ou não ações e posicionamentos por parte das instituições envolvidas.

7.1 “As mãos dos acionistas estão sujas de lama”

A ONG situa o rompimento da barragem enquanto crime ambiental. A narrativa a respeito do crime, fundamenta-se sobre o i) o rompimento e a responsabilidade da Vale; e ii) seus impactos. Aqui enfatizam sobre os impactos decorrentes do crime e há uma contínua humanização das vítimas, na medida que aludem impactos tidos enquanto invisíveis, mas que ainda assim se fazem presentes no cotidiano destes atingidos. Conforme a ONG assevera que

Todas essas afetações são os resultados do novo crime cometido neste ano pela segunda maior mineradora do mundo. [...] Foi, sem dúvida, uma **negligência criminosa da empresa**, fiscalização, licenciamento ambiental. **Não existe falta de tecnologia**. A tragédia foi, na realidade, fruto de decisões políticas e econômicas. (GABINETE DE CRISE, 2019).

O sentido presente nesse documento, que é tratado junto da imagem abaixo, traduz que a Vale (e seus acionistas) não estão apenas com mãos sujas de lama, mas também sujas de sangue. (GABINETE DE CRISE, 2019). Ao aludir os impactos na saúde, enfatizam a mineração enquanto geradora de violências, que por sua vez, é transformada em sofrimento manifestado na vida cotidiana das pessoas que são atingidas direta ou indiretamente. Assim, a ONG reforça a necessidade de mudança nas operações de mineração. É estabelecido enquanto quadro de referência para ação as seguintes questões: se há pessoas que estão em sofrimento diário e com a saúde psicológica abalada, o que deve ser feito? Por que continuam fazendo as coisas dessa forma danosa, se existem outras possibilidades?

Figura 1 - 3 meses de crime ambiental: Não foi acidente



Fonte: Gabinete de Crise (2019)

7.2 Operações de mineração: Sociedade Civil denuncia impunidade e ‘terrorismo’ de barragens e violação de direitos

Essa grande narrativa é estabelecida entre março de 2019 até novembro de 2020. Aqui a ONG adere uma postura crítica e de denúncia sobre os riscos inerentes as operações de mineração e, portanto, alude i) a insustentabilidade e a impunidade na mineração, e ii) o terrorismo das barragens.

A partir da publicação de uma carta aberta de junho de 2019 questionam a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Na carta a ONG solicita clareza e transparência no acesso de informações confiáveis sobre as operações de mineração e ressalta o seguinte questionamento:

Seria a atividade mineradora tão relevante para a sociedade em termos de pagamento de impostos e de geração de empregos que compensaria os danos e os riscos de toda ordem que acarreta para esta mesma sociedade em termos dos impactos ambientais da atividade normal das minas e dos impactos oriundos da ocorrência de um sinistro? (MANUELZÃO, 2019).

Observa-se que a insustentabilidade da mineração é pautada sobre as vivências pessoais dessa comunidade impactada, e para além disso, nas incoerências e contradições das práticas e

discursos do setor minerário. A memória é um elemento presente, pois há um reforço contínuo em comunicar que o rompimento de 2015 não teve responsabilização mesmo anos depois. No que diz respeito ao rompimento de Brumadinho, a ONG apresentou denúncias sobre a impunidade e evidenciou os conflitos de interesses e relações de poder nas operações de mineração ao aludir que a empresa contratada para fiscalizar as barragens prestou serviços para mineradoras que precisa fiscalizar.

Por conseguinte, entre março de 2019 até setembro de 2020 a ONG compartilhou 35 publicações a respeito do “terrorismo das barragens”. Ela denuncia e conscientiza como os modos de viver nas comunidades e regiões são impactados pelas operações de mineração. A ONG dá voz aos interesses e ao sofrimento das comunidades, diferente de como a VALE estabelece os sentidos sobre a instabilidade das barragens que é exclusivamente pautado sobre pressupostos técnicos e normativos. Em suma, a ONG em sua comunicação, além de situar a Vale enquanto empresa criminosa, enfatiza as contradições de suas práticas e o impacto disso sobre as comunidades e a região impactadas por suas operações e decisões.

7.3 “Após o crime cometido pela Vale...não podemos nos calar!”

Por fragmentos de paisagens que remetem há tempos de quando o que se comia era o que se cultivava, na mata, nas hortas e nos quintais, e o nascer vinha de parto, muitas das vezes natural, seguimos os rastros da lama INVISÍVEL que paralisa a vida de um povo nascido em terras. [...] Querem calar o canto dos pássaros, o coaxar de sapos noturnos, a vida de gentes da Terra, por um monte de barulhos, de máquinas ensandecidas, de vozes inconscientes, de caminhos de destruição. Não há informações claras. Não há o devido cuidado com as pessoas e com a natureza. A única coisa que é mais ou menos certa é o cronograma para o desastre. (CORUJO, 2019).

O trecho do dia 24 de junho de 2019 traz a fala da ambientalista Maria Teresa Corujo, representante da ONG e a partir de uma auralidade não vista na comunicação da Vale, esse o trecho traz consigo uma subjetividade de alguém que vive e luta para que esse cenário mude.

É com este pano de fundo que a ONG enquanto articulação de movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos mencionou que tem como objetivo “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela companhia Vale” (GABINETE DE CRISE, 2019), com base nisso, outra grande narrativa presente na sua comunicação é a respeito da sua atuação social e política. Nesta narrativa os sentidos são direcionados i) aos protestos e atuação social, e ii) à comunicação pela conscientização e defesa das comunidades. Em suma, ao se comunicar diretamente com as comunidades impactadas sobre as operações da Vale, a ONG conscientizou e defendeu as comunidades impactadas em suas diversas ações sociais e políticas.

8. ARTICULAÇÕES FINAIS: A PERFORMATIVIDADE NARRATIVA NA COMUNICAÇÃO DA VALE S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE

Para entender ficção antes se compreende o imaginário social, situado enquanto aquilo que é socialmente compartilhado e com origem na repetição histórica de discursos e práticas. Quando Ricoeur (1991) trabalha o imaginário social, ele o discute enquanto um processo “de imaginação” que é governado por regras, vejo agora essa questão enquanto central, haja vista que o autor se refere aos diferentes tipos de racionalidade capazes de fundamentar a construção e recriação da realidade narrativamente e, portanto, o imaginário social é um indicativo de que nenhuma interpretação é individual, pois carrega consigo as ficções práticas, isto é, ideologia e a utopia. Assim, as interpretações, normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo ao serem estabelecidos no discurso podem operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação a uma situação presente, e, portanto, performar. Sobre isso, Ricoeur (1990, p. 99) argumentou que “o sentido de um texto não está por detrás do texto, mas a sua frente. Não é algo de oculto, mas de algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que ele aponta enquanto mundo possível.” Mais do que entender a intenção daquilo que é dito, o que torna a linguagem possível de intervir no mundo - performar - é o seu caráter aberto e, logo, a realidade efetivada visada por aquilo que se enuncia.

Dito isto, o entendimento dos dados a partir da concepção das grandes narrativas produzidas tanto pela Vale quanto pelo Gabinete vai ao encontro da Hermenêutica Ricoeuriana. Bernstein (1991) pontua que as grandes narrativas não podem ser confirmadas empiricamente, pois “são uma das formas centrais pelas quais o imaginário social é instituído e manifestado”, entendimento que vai ao encontro da ideia de ficções. Com base nisso, as grandes narrativas apresentam como expressões a ideologia e a utopia. Com base nisso, volto ao argumento de Ricoeur (1991) a respeito de que o potencial interpretativo - fundamentado sobre o imaginário social e as ficções práticas - transposto narrativamente gera novos entendimentos sobre o real, abrindo outros mundos possíveis de ação, e conseqüentemente performar, mas isso é possível apenas porque há esse lastro que vem das práticas e discursos de primeira ordem na constituição das grandes narrativas que se estabelecem pelas racionalizações do imaginário social.

Estas elaborações podem ser observadas na composição e disseminação das grandes narrativas, tanto da Vale quanto do Gabinete de Crise, que se apresentam com o poder de confirmar, desafiar, negar ou contestar o real, não apenas sobre o rompimento que aconteceu e questões circunscritas a ele, como posicionam por estas divergentes formas de enxergar o mundo da vida real, as quais são estabelecidas por meio do trabalho de elaboração narrativo (mimese) pautado sobre imaginário social e suas ficções práticas.

Em outras palavras, mais do que “versões narrativas” a respeito do acontecimento e seus desencadeamentos, tem-se diferentes racionalidades: por um lado, na comunicação da Vale há a

supremacia de uma racionalidade instrumental que evidência uma visão de mundo pautada sobre o cálculo utilitário e no êxito econômico, e, por outro, no Gabinete há a supremacia de uma racionalidade substantiva pautada sobre uma visão de mundo que situa o ser humano como ponto de referência para a ordenação pessoal e social (KALBERG, 1980). Isso pode ser percebido, respectivamente, pelos traços de linguagens usados pela Vale e pela ONG: por um lado observamos pela Vale uma linguagem mais “estática” que é pautada sobre normativas e questões institucionais que lhes dá respaldo ao significar ações por lógicas racionais e de causa e efeito e que, por conseguinte, justificam os impactos destas ações sobre a região e o cotidiano das pessoas que vivem ao redor, por outro lado a comunicação da ONG apresenta traços mais poéticos, dialógicos e subjetivos ao se utilizar de falas autorais de seus membros e da própria comunidade situando portanto o ser humano como ponto de referência para a ordenação social.

Concluimos com o que foi trazido inicialmente: o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar histórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações. Não podemos nos furtar de apontar que o alcance das narrativas comunicadas pela Vale S.A. é absolutamente superior àquele da ONG Gabinete de Crise, seja por todo o seu investimento comunicacional, seus interesses, ou mesmo pela infra-estrutura de suporte a todos esse processo. E, portanto, o processo de *Storytelling* sobre o rompimento da Barragem em Brumadinho é protagonizado veementemente pela Vale S.A., que conduz sua narrativa pela instrumentalidade normalizadora e naturalizadora de um crime corporativo, que é tratado como algo acidental e capaz de ser reparado. Dar voz aqui às narrativas da ONG Gabinete de Crise é, também, uma forma de colocar em diálogo mundos diversos e abrir espaço para uma mudança (ou pelo menos reflexão) sobre a instrumentalidade naturalizante e normalizadora das ações organizacionais.

REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Jay M. Grand narratives. In: **On Paul Ricoeur**. Routledge, 2002. p. 116-137.
- CORUJO, M. T. **O que se esconde por trás das ameaças de rompimento da barragem sul superior da mina do gongo soco, em Barão de Cocais - Minas Gerais?** Facebook: ONG GABINETE DE CRISE. Publicado em 24 de junho de 2019.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Avaliação dos Impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG)**. Ministério da Saúde, 2019.
- GIOIA, *et al.* Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational research methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013.
- GOND, *et al.* What do we mean by performativity in organizational and management theory?. **International Journal of Management Reviews**, v. 18, n. 4, p. 440-463, 2016.
- GURWITSCH, A. The Common-Sense World as Social Reality: A Discourse on Alfred Schutz. **Social Research**, p. 50-72, 1962.

- KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. **American journal of sociology**, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.
- MANUELZÃO. **Gabinete de Crise interpela FIEMG e IBRAM em carta aberta**. Acesso em junho de 2021. Publicado em 7 de junho de 2019.
- MODENA, C. M.; HELLER, L. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência & Cultura**, v. 68, n.3, 2016.
- ODILLA, F. **Tragédia em Brumadinho: O perigo à saúde que vem da lama**. Acesso em maio, 2021.
- RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. *Tras. Teresa Louro Perez*. Lisboa: 1991.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Francisco Alves, 4º Edição, 1990.
- RICOEUR, P. **O discurso da ação**. Lisboa, Edições 70, 2018.
- RICOEUR, P. The function of fiction in shaping reality. **Man and World**, v. 12, p. 123-141, 1979.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.
- ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.
- SANFELICE, V. O IMAGINÁRIO POÉTICO-SOCIAL EM PAUL RICOEUR: MÍMESIS E UTOPIA. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 29, n. 1, p. 109-126, 2013.
- SANTOS, L. B. D. A lama de Mariana e Brumadinho Não Vale o Progresso. **Escenários: Empresa y Territorio**, v. 8, nº11, 2019.
- SARGENT, Lyman Tower. Ideology and Utopia: Karl Mannheim and Paul Ricoeur. **Journal of Political Ideologies**, v. 13, n. 3, p. 263-273, 2008.
- SAVAGE, P.; CORNELISSEN, J.; FRANCK, H. Fiction and organization studies. **Organization studies**, v. 39, n. 7, p. 975-994, 2018.
- VALE S.A. Capítulo 10: Vale: a Construção de uma Marca. EM: **Nossa história 2012**.
- VALE S.A. **Quem somos?** Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx> Acesso em: maio, 2021.
- VALE S.A. **Reparação e desenvolvimento: Segurança das barragens**. Acesso em setembro de 2021a.
- VALE S.A. **Vale atualiza ações da reparação em Brumadinho**. Publicado em 20 de janeiro de 2020.
- VALE S.A. **Vale atualiza ações humanitárias e de reparação até 21/3**. Publicado em 22 de março de 2019b.
- VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre deslizamento de talude na cava da Mina de Gongo Soco**. Publicado em 31 de maio de 2019e.
- VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre o rompimento da barragem de Brumadinho**. Publicado em: 27 de janeiro de 2019a.
- VALE S.A. **Vale eleva nível de alerta de três barragens**. Publicado em 27 de março de 2019d.
- VALE S.A. **Vale esclarece sobre descomissionamento das barragens a montante**. Publicado em 30 de janeiro de 2019c.
- VÁSQUEZ, C.; SCHOENEBOERN, D. Communication as Constitutive of Organization (CCO). **The international encyclopedia of strategic communication**, p. 1-12, 2018.
- WAGNER, H. R. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. 1979.

WALTON, K. L. **Mimesis as make-believe: On the foundations of the representational arts.**
Harvard University Press, 1990.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Jéssica Cristina Ceni

Professora Colaboradora no Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Professora-Online na Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); jessica.ceni@pucpr.br

Natália Rese

Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR); resenati@gmail.com

A construção discursiva da indignação no grito feminista “um estuprador no seu caminho”

The discursive construction of indignation in the feminist scream “a rapist in your path”

La construcción discursiva de la indignación en el grito feminista “un violador en tu camino”

RESUMO

Neste trabalho, analisamos como se dá a construção discursiva da indignação, emoção fortemente presente em redes sociais online, onde pessoas expõem suas indignações, pessoais ou coletivas. Tomamos como corpus a música “Um estuprador no seu caminho”, lançada pelo coletivo feminista Las Tesis, ganhando versões ao redor do mundo após sua viralização em 2020. Fundamentada em teóricos da Análise do Discurso que defendem a racionalidade das emoções (Plantin, Amossy, Micheli) e também na proposta precursora de Aristóteles sobre as paixões, constatamos que a indignação funciona em um esquema organizacional próprio, é fundamentada nos valores de justiça/injustiça/dignidade e se insere nas retóricas judicial e epidítica.

Palavras-chave: discurso; retórica. Emoções; indignação; valores.



Recebido em: 03 de maio de 2022
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.43179

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Bárbara Amaral da Silva

barbara.amaral87@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1469-9575>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Cidade, Estado, País

ARTIGO

ABSTRACT

In this work, we analyze how the discursive construction of indignation takes place, an emotion that is strongly present in online social networks, where people expose their personal or collective indignation. We took as corpus the song “A rapist in your path”, released by the feminist collective Las Tesis, gaining versions around the world after it went viral in 2020. Based on Discourse Analysis theorists who defend the rationality of emotions (Plantin, Amossy, Micheli) and also in Aristotle’s precursor proposal on the passions, we found that indignation works in its own organizational scheme, is based on the values of justice/injustice/dignity and is inserted in judicial and epideictic rhetoric.

Keywords: discourse; rhetoric; emoticons; indignation; values.

RESUMEN

En este trabajo analizamos cómo se produce la construcción discursiva de la indignación, una emoción fuertemente presente en las redes sociales online, donde las personas exponen su indignación, personal o colectiva. Tomamos como corpus la canción “Un violador en tu camino”, lanzada por el colectivo feminista Las Tesis, ganando versiones en todo el mundo tras su viralización en 2020. Basada en teóricas del Análisis del Discurso que defienden la racionalidad de las emociones (Plantin, Amossy, Micheli) y también en la propuesta precursora de Aristóteles sobre las pasiones, encontramos que la indignación funciona en un esquema organizativo propio, se fundamenta en los valores de justicia/injusticia/dignidad y se inserta en la retórica judicial y epidíctica.

Palabras clave: discurso; retórica; emociones; indignación; valores.

Como citar:

SILVA, Bárbara Amaral da. A construção discursiva da indignação no grito feminista “um estuprador no seu caminho”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 238-250, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.43179. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Conforme Torck (2014), a palavra “indignação” ganhou popularidade, no mundo, em 2011, após o lançamento, na França, da polêmica obra *Indignez-vous!* (traduzida para o português como *Indignai-vos*), de Stéphane Hessel. A indignação do autor, que sobreviveu a campos de concentração e era ativista dos direitos humanos, foi criticada como sendo seletiva. Neste trabalho, não vamos entrar no mérito de dizer quais indignações são legítimas e quais são oportunistas, afinal, para nós, as emoções¹ se originam, principalmente, de julgamentos de valor, e estes sofrem grandes variações temporais, sociais e até individuais. Além disso, como analistas do discurso, lidamos apenas com a emoção mostrada, sem nos questionar, também, se ela foi mesmo sentida ou não. Assim, neste trabalho, pretendemos verificar como a indignação é construída discursivamente.

Retomando Lima (2018, p. 102), para nós, “[...] na indignação, o sujeito tem a possibilidade de ‘gritar’, de protestar”. Defendemos, aqui, que esse protesto emerge do julgamento de valor de um sujeito a respeito do que é justo/injusto. Nossa escolha por esta emoção se deu por sua forte presença em redes sociais online, em que pessoas expõem suas indignações, pessoais e/ou coletivas, certamente buscando outros que compartilham a mesma emoção. Como comprovou Castells (2013), a internet e as redes sociais online facilitaram a organização de protestos e movimentos sociais, uma vez que, ao perceberem que sentem algo em comum, a indignação, as pessoas têm esperança de poderem mudar uma situação injusta.

Para nossa proposta, tomamos como base uma música que “viralizou” em fins de 2019 e início de 2020, do coletivo feminista *Las Tesis*, intitulada “Um estuprador no seu caminho” (na tradução do português). Antes de apresentá-la juntamente ao seu contexto de produção, retomaremos, na próxima seção, de forma breve, algumas das principais teorias que fundamentam a análise do *corpus*.

1. AS EMOÇÕES NO DISCURSO

O desprestígio frequentemente ligado à expressão das emoções não é recente. Já nos primeiros estudos sobre as paixões, na Antiguidade, elas foram colocadas em lado oposto à razão. Foi nesse sentido que Aristóteles, por exemplo, escreveu “Os factos [sic] não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são os mesmos para o homem que está indignado ou para o calmo [...]” (ARISTÓTELES, 2005, p. 159, 1377b). Essa mesma linha de pensamento é seguida até hoje por diversos pesquisadores, a exemplo de Meyer (2007) para quem as emoções cegam os apaixonados e os impedem de ver as falhas de seu amante. Certamente, se de fato sentidas, as paixões podem interferir em nossos julgamentos, o que não significa que a expressão

¹ Neste trabalho, utilizaremos, sem distinção, os termos “emoção”, “paixão” e “*pathos*”.

delas esteja ligada a um sujeito descontrolado ou irracional. Se assim fosse, corroboramos Amossy (2010), teríamos sujeitos surdos aos argumentos, uma vez que as paixões usadas para influenciar o auditório impediriam a própria compreensão deles. Fugindo a esse tipo de pensamento, corroboramos pesquisadores para os quais não é possível excluir o lado racional das emoções.

Além disso, com Lima (2018), Charaudeau (2010), Amossy (2010) e outros pesquisadores, defendemos que as emoções não podem ser reduzidas a sensações, “[...] pois não é o corpo que se emociona, mas sim o sujeito” (LIMA, 2018, p. 93). Nesse sentido, a nosso ver, tentar apreender uma emoção no discurso não é simplesmente retomar um enunciado como “Estou com calafrios” e relacioná-lo a uma emoção, uma vez que esta sensação poderia estar ligada a várias emoções, como tristeza, medo etc.. Ainda que a descrição do estado físico de um sujeito possa ser levada em conta para designar uma emoção, isto, por si só, não é o suficiente.

A tentativa de apreender as emoções no discurso deve levar em conta toda a situação de comunicação. Afinal, é na relação com o outro que elas se constroem e se mostram, variando conforme os sujeitos envolvidos, o momento e o lugar da interação. Nas palavras de Lima (2018, p. 93), “[as emoções] dizem respeito a avaliações, interpretações e expressões de sentidos e por isso implicam relação e regulamento de intercâmbios”. Nesse sentido, a pesquisadora ainda lembra Aristóteles, que já inseria as paixões em uma relação dialógica, de um sujeito com outro, e em uma situação concreta, a exemplo de quando o filósofo trata da ira e afirma que “[...] convém distinguir em que estado de espírito se acham os irascíveis, contra quem costumam irritar-se e em que circunstâncias” (ARISTÓTELES, 2005, p. 161, 1378a).

A relação com outro e com o mundo é o que também liga emoções a representações. Para Charaudeau (2010), nesse sentido, as emoções irrompem de avaliações/julgamentos que o sujeito faz daquilo que ele chama de representações sócio-discursivas, a partir dos saberes de crença desse sujeito. Em sentido semelhante, Lima (2018) liga as emoções a representações de si e do outro, mais especificamente as emoções estão ligadas a julgamentos de valor a respeito dessas representações. Assim, um sujeito emocionado nada mais é que um sujeito engajado no mundo, em que seus julgamentos podem contribuir também para a construção de imagens de si. Para além das representações, as emoções estão ligadas a julgamentos/avaliações sobre o mundo. Assim, podemos dizer que “[...] As emoções não são forças irracionais, mas resultado de nossas percepções e do valor conferido a elas em nossa vida” (LIMA, 2018, p. 95).

Aqui, ainda vale ressaltar que vários outros autores abordam as emoções sob o prisma da razão e de seus elementos. Plantin (2010), por exemplo, defende a possibilidade de argumentar emoções, isto é, de apresentar justificativas no discurso para dar legitimidade ao sujeito emocionado. Assim, existiriam razões para emoções, as quais estariam fundamentadas em *topoi*. Seguindo Plantin, Micheli (2006) também destaca a importância de argumentar emoções para estabelecer legitimidade ou até obrigatoriedade a elas. Amossy (2010), por sua vez, lembra as normas, os valores e as crenças que sustentam as paixões, isto é, sua fundamentação na *doxa* e

em elementos dóxicos. Por fim, mencionamos a contradição na perspectiva de Meyer, uma vez que ele aborda as emoções como descontrole ao mesmo tempo em que as coloca como um julgamento ligado a valores. Assim, para ele, é importante conhecer os valores do auditório, o que possibilitaria reconhecer o que “[...] o enraivece, o *que* ele aprecia, o *que* ele detesta, o *que* ele despreza, ou *contra* o *que* ele se indigna [...]” (MEYER, 2007, p. 39) (grifos do autor). A contradição existe no sentido de que o julgamento é racional e, assim, não teria como, a nosso ver, as emoções impedirem o raciocínio.

Tendo em vista a necessidade de apreender as emoções em uma situação concreta, com sujeitos, tempo e espaço bem demarcados, antes de analisarmos a construção discursiva da indignação na música feminista “Um estuprador no seu caminho”, apresentaremos seu contexto de produção.

2. UM ESTUPRADOR NO SEU CAMINHO: O CONTEXTO

No dia 20 de novembro, de 2019, a performance “Um estuprador no seu caminho” foi realizada pela primeira vez pelo coletivo feminista *Las Tesis*, em Valparaíso, no Chile. O objetivo do coletivo, que é formado por Paula Cometa, Daffne Valdés, Sibila Sotomayor e Lea Cáceres, como o próprio nome indica, é adaptar textos (teses) de autoras feministas para peças de teatrais. Em entrevista à BBC News Mundo (2019)², Paula conta que já trabalharam com *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, com a desmistificação de que o estupro é cometido para o prazer sexual do estuprador, tese de Rita Segato, antropóloga argentina, e que a referida performance decorreu da falta de atenção que o Chile dava a casos de violência sexual, homicídios e estupros. A convite da companhia de teatro *La Peste*, a apresentação aconteceu em meio a uma semana conturbada no Chile, em que uma série de protestos foi deflagrada a partir de uma reivindicação estudantil contra o aumento no valor da tarifa do metrô, conforme noticiado pelo G1³. Ainda conforme a BBC News Mundo (2019), após esta performance, o coletivo foi convidado a se apresentar em Santiago, no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, 25 de novembro. Para tornar a apresentação ainda maior, as integrantes do coletivo convocaram mulheres que quisessem participar e, com isso, mais de cem pessoas compuseram a cena na capital do Chile.

Foi a partir das gravações da apresentação e da sua disseminação na internet que a música e a coreografia foram reproduzidas incansavelmente em vários outros países, isto é, “viralizaram”. Conforme notícia da Carta Capital⁴, a música feminista percorreu o mundo, Cidade do México, Paris, Istambul, Londres, Madrid são só alguns exemplos de lugares em que a performance aconteceu.

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>. Acesso em: 21 dez. 2020.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Nesse sentido, é possível perceber que esses protestos seguiram a tendência atual de ser criados/impulsionados/organizados por meio da internet e de redes sociais, assim como vários outros, a exemplo da Marcha das Vadias, movimento social que compartilha informações principalmente em comunidades do *Facebook*⁵⁶⁷⁸; o movimento *Me too*⁹ (Eu também), iniciado em 2006 na rede *MySpace*, por Tarana Burkner, e “viralizado” em 2017 principalmente no *Twitter* e no *Instagram*, denuncia a violência sexual sofrida por mulheres; o protesto *Ni Una Menos* (Nem uma a menos), iniciado em Buenos Aires, contra os feminicídios; além, claro, de outros protestos e movimentos organizados que nada têm, ou tiveram a ver, com questões feministas, a exemplo dos protestos de 2013 no Brasil, que contou amplamente com a internet. Sobre a articulação de pessoas em movimentos sociais a partir da internet, Castells (2013, s.p.d) reflete:

[...] estas [as redes sociais da internet] são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes [...].

Após a disseminação dos vídeos na internet, conforme a entrevista dada à BBC News (2019), as criadoras da performance decidiram divulgar a letra oficial criada por elas, para que pudesse ser adaptada à realidade de cada país em que fosse reproduzida. Apesar dessa possibilidade, em muitos países, a letra foi apenas traduzida para o idioma da nação, e poucas alterações foram feitas de fato. Assim, letra e coreografia que, inicialmente, foram pensadas para a realidade chilena, isto é, a ditadura chilena, que durou quase 20 anos, a violência policial, o abuso sexual vivido por mulheres e o desprezo às denúncias feitas por elas, na verdade, aproximam-se da realidade de vários outros lugares do mundo. A “viralização” da performance evidencia, pois, nas palavras de Paula que “[...] a violência sistemática que os seres humanos sofrem a partir de estruturas do Estado moderno é viral” (BBC NEWS MUNDO, 2019).

Apresentamos, em seguida, a versão em português da música, adaptada ao contexto brasileiro, a partir da qual analisaremos a construção discursiva da indignação. A versão original¹⁰ também pode ser encontrada na internet.

O patriarcado é um juiz/ Que nos julga por nascer/ E nosso castigo/ É a violência que não vê/ O patriarcado é um juiz/ Que nos julga por nascer/ E nosso castigo/ É

⁵ Marcha das Vadias São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁶ Marcha das Vadias Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadias/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁷ Marcha das Vadias de Brasília. Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁸ Marcha das Vadias Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

⁹ Me Too. Disponível em: <https://metoomvmt.org/get-to-know-us/history-inception/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

¹⁰ COLECTIVO LASTESIS. *Un violador en tu camino*. 2019. Disponível em: <https://letraschile.com/colectivo-lastesis/un-violador-en-tu-camino>. Acesso em: 22 dez. 2020.

a violência que se vê/ Femicídio/ Impunidade para o assassino/ É a agressão/ O estupro e a ocultação/ E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia/ E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia/ E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia/ E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia/ O estuprador era você/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ É a PM/ Os juízes/ O Estado/ O presidente/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ Minha pequena não dorme tranquila/ O agressor é da própria família/ O Estado elitista forma o racista/ E a vida preta em dobro se arrisca/ Quem cuida de mim não é a força nacional/ São mulheres, amigas, lutadoras feministas/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estado opressor é um macho estuprador/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ O estuprador é você/ Se sente, se sente, Marielle está presente/ Se sente, se sente, Marielle está presente/ O assassino dela é amigo do presidente/ Cê sente, cê sente? Marielle está presente/ Cê sente, cê sente? Marielle está presente/ O assassino dela é amigo do presidente/ Se cuida, se cuida, se cuida seu machista/ A América Latina vai ser toda feminista/ Se cuida, se cuida, se cuida seu machista/ A América Latina vai ser toda feminista/ Se cuida, se cuida, se cuida seu machista/ A América Latina vai ser toda feminista/ Se cuida, se cuida, se cuida seu machista/ A América Latina vai ser toda feminista! (SÉCULO DIÁRIO, 2019)¹¹

Na versão brasileira da música, a maior diferença está na inserção do trecho que relembra a figura de Marielle Franco (presente!).

Sobre a coreografia, conforme a BBC News Mundo (2019), é uma forma de se posicionar politicamente nas ruas, um dos lugares mais perigosos ao corpo de uma mulher. Além disso, os agachamentos feitos durante a performance retomam denúncias de abusos policiais que obrigaram detidos a fazerem agachamentos nus. Por fim, sacolejar os braços e dançar têm o simbolismo da libertação daquilo que te domina moralmente e da culpa, muitas vezes carregada por mulheres abusadas sexualmente.

3. A INDIGNAÇÃO NO GRITO FEMINISTA: “UM ESTUPRADOR NO SEU CAMINHO

Diversos autores, alguns dos quais abordaremos neste trabalho, já teorizaram sobre a indignação. Em diferentes perspectivas teóricas, não é incomum encontrar diferentes definições e pontos de vista a respeito desta emoção. Tendo consciência disso, corroboramos Torck (2014, spd) para quem a indignação é “[...] defined as Anger about something Unjust [...]”¹². Seguindo essa mesma ideia que relaciona a indignação a valores como justo/injusto, filiamo-nos também a Mattei (2005¹³ apud TORCK, 2014, spd), segundo o qual esta emoção é o que experimentamos “[...] face au déni de dignité dont souffre injustement un homme ou un groupe d’hommes. C’est la dignité comme *principe* premier de l’humanité qui justifierait l’indignation, comme *sentiment* second

¹¹ Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/mulheres-realizam-performance-o-estuprador-e-voce-em-vitoria>. Acesso em 22 dez. 2020.

¹² “[...] definida como Raiva sobre algo injusto [...]” (Tradução nossa).

¹³ Mattei, JF. *De l’indignation*. Paris : Editions de la Table Ronde, 2005.

d'humanité"¹⁴ (grifos do autor). Na música feminista, a ideia dos males imerecidos, da injustiça, fica clara, primeiramente, na afirmação de que o patriarcado “nos julga por nascer”, isto é, *apenas* por nascer, ou ainda, sem motivo algum, a mulher é julgada. Por enfrentarem inúmeros “castigos”, como “violência”, “feminicídio”, “agressão”, “estupro” etc., claramente estamos diante da negação da dignidade das mulheres e do sofrimento injusto a elas causado.

Ao discorrer sobre as características dos que sofrem injustiça, Aristóteles (2005) coloca aqueles que foram alvo de injustiça diversas vezes e não recorreram aos tribunais, porque não sabiam ou porque não podiam se defender. É o caso das mulheres, que, historicamente, sofreram/sofrem injustiças sem ter o direito de se defender ou sem serem levadas a sério ao tentarem se defender. Aqui, vale lembrar que, se um *ethos*¹⁵ indignado poderia cair bem a um homem, que seria visto como justo, um *ethos* indignado nunca foi bem-visto às mulheres, que, em seus *corpos dóceis*, no sentido de Foucault (1987), foram/são disciplinados para não ocupar espaços públicos e para não reivindicar. O filósofo estagirita lembra também “As injustiças que as vítimas têm vergonha de declarar, como os ultrajes sofridos pelas mulheres da sua família, por elas próprias, ou pelos seus filhos” (ARISTÓTELES, 2005, p. 143, 1373a). Novamente, é o caso das mulheres, que, envergonhadas, não denunciam os agressores.

O assassinato de Marielle ainda aparece na música como exemplo da injustiça cometida contra uma mulher. Ainda que não esteja explícito, mencionar esse caso é uma forma de retomar não só as violências sofridas pelos grupos que Marielle representava, mulheres, negros, gays e pobres, mas de trazer à tona a indignação sentida por grande parte da população em relação ao crime. Para nós, retomar eventos fortemente patêmicos, como esse, é uma estratégia para trazer à memória as emoções desencadeadas por eles também.

Aspecto importante tanto para decidir o que é justo/injusto quanto para definir a indignação é a culpabilidade de um agente que teria realizado o mal imerecido, a injustiça, voluntariamente. Sobre os valores do justo/injusto, Aristóteles (2005, p. 145, 1373b) esclarece: “Sofrer injustiça é ser vítima de um tratamento injusto por parte de um agente voluntário” e ainda explica “pois é na intenção que reside a malícia e o acto (sic) injusto, e termos tais como ultraje e roubo indicam já a intenção [...]” (ARISTÓTELES, 2005, p. 146, 1374a). Assim como em “ultraje” e “roubo”, nos “castigos” citados na letra da música, “violência”, “feminicídio”, “agressão” e “estupro”, existe sempre um agente que provou essas ações de forma voluntária, isto é, existe um culpado, afinal não há como conceber a ideia de um “estupro culposo”. Assim, a indignação se diferencia da compaixão/piedade engendrada pelo sofrimento do outro, mas quando não há a quem culpar, como

¹⁴ “[...] perante a negação da dignidade injustamente sofrida por um homem ou grupo de homens. É a dignidade como princípio primeiro de humanidade que justificaria a indignação, como sentimento secundário de humanidade” (Tradução livre nossa).

¹⁵ Com Amossy (2010), para nós, o *ethos* diz respeito a imagens de si e do outro.

em desastres naturais, a exemplo de terremotos, tsunamis etc.. É isso que Micheli (2008, p. 138) afirma, ao colocar a piedade como “[...] un état de choses négatif non comme l’effet du hasard [...]”¹⁶.

Vários autores apresentam a indignação como sendo, de certo modo, “superior” a outras emoções. Para Jasper (2014), a indignação seria uma raiva com base moral, e para Ambroise-Rendu & Delporte (2008) ela não se expressaria da mesma forma que o ódio, uma vez é que mais nobre, mais altruísta e faz parte da categoria de emoções positivas. Para além dessa base nobre, conforme Torck (2014), ao contrário da raiva, e acrescentamos do ódio, a indignação nunca será direcionada a si mesmo, mas a um culpado, como vínhamos demonstrando. É nesse sentido que Micheli (2006, *spd*) insere a indignação na classe das emoções baseadas no agente (“Agent-based emotions”), uma vez que seria possível atribuir responsabilidade a alguém. Esse direcionamento da emoção a um agente exterior à vítima é expresso na letra da música em diversos momentos. O “patriarcado” já aparece no início da letra como o primeiro culpado. Em seguida, temos: “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia”. A polifonia que ressoa da negativa, “não”, evidencia a voz de um outro que coloca a culpa dos estupros nas próprias mulheres, por estarem sozinhas em determinado lugar, por usarem determinado tipo de roupa etc.. Entretanto, a voz indignada mostra o contrário, que as vítimas não são as culpadas. Depois, temos: “O estuprador é você/ É a PM/ Os juízes/ O Estado/ O presidente/ O estado opressor é um macho estuprador!”. Por esse excerto suceder imediatamente o anterior, acreditamos que “você” se refere àqueles outros que colocam a culpa nas vítimas. Além deles, a Polícia Militar, o Estado e o atual presidente, Jair Bolsonaro são colocados como culpados pelas violências sofridas pelas mulheres, certamente por disseminarem ideias e ações machistas. A música ainda lembra que grande parte dos agressores/estupradores fazem parte da família da vítima, ou são próximos a ela: “Minha pequena não dorme tranquila/ O agressor é da própria família”. Por fim, os culpados pelo assassinato de Marielle Franco também são evidenciados “Marielle está presente/ O assassino dela é amigo do presidente!”.

Partindo de Plantin e de sua defesa sobre a gradação da argumentação, Lima (2018, p. 96) defende “[...] uma gradação das emoções”, que depende da percepção e da relação do sujeito com determinada situação ou evento. Dessa forma, uma mulher que sofreu algum tipo de violência, assim como sua família e amigos próximos, potencialmente, experienciará uma indignação muito mais forte em relação ao evento de violência que alguém que não sofreu, mas que, ainda assim, indigna-se com as injustiças sofridas pelos outros. Nesse mesmo sentido, com Ortony; Clore; Collins (2011), defendemos que a indignação aumenta proporcionalmente à imprevisibilidade do desvio da pessoa em relação às expectativas baseadas em sua função social. A partir dessa constatação, é possível pensar que a letra da música feminista teria, ainda, um alto nível de indignação. Isto porque os agressores das mulheres são exatamente aqueles que deveriam trazer algum tipo de segurança e proteção, mas que subvertem seu papel, sendo eles “PM”, “os juízes”, “o Estado”, “o Presidente” e “a própria família”. O alto grau de

¹⁶ “[...] um estado negativo de coisas não como efeito do azar [...]” (Tradução nossa).

imprevisibilidade é o que aumenta a indignação. Tendo em vista os agentes apontados como culpados pelas violências às mulheres, ainda corroboramos Lima (2018) no sentido de que na indignação esse agente é mais um opressor que um ofensor, este que, por sua vez, estaria presente na raiva. A música denuncia justamente as instituições que oprimem as mulheres, inclusive com a utilização da palavra “opressor”, o que resulta nos diversos tipos de violência.

Pelo fato de, na música, as mulheres se tornarem juízas que condenam um culpado, levando em conta os valores de justiça/injustiça, para nós, é possível inserir a indignação em uma retórica judicial. Além disso, corroboramos ainda o pensamento de Dumasy (2008) segundo o qual a indignação se insere, também, em uma retórica epidítica, isto é, do elogio e da censura. Recusando a perspectiva de Aristóteles, para quem o discurso epidítico seria apenas uma questão de estética, e corroborando Perelman e Tyteca, que tratam do reforço a valores a partir do discurso epidítico, Dumasy (2008, spd) esclarece que, muitas vezes, não é possível dissociar a retórica epidítica de um objetivo puramente político: “[...] il s’agit, dans le blâme par exemple, de désigner à l’exécration de la communauté celui qui est désigné comme ne se conformant pas à ses normes, et donc de l’exclure ou de l’amener à résipiscence, cela afin de revivifier les valeurs affaiblies ou mises en danger.”¹⁷ Pela letra da música, além da culpa direcionada aos agentes, percebemos a retomada e a defesa de valores como a vida e a igualdade entre os seres humanos. De modo mais específico, as mulheres querem a preservação da vida de outras mulheres e também a igualdade entre homens e mulheres, independentemente de raça, classe ou orientação sexual, tal como ficou claro com a memória à Marielle Franco e também no seguinte excerto da música: “Estado elitista forma o racista/ E a vida preta em dobro se arrisca”. Por fim, a eliminação dos agentes aparece em tom de ameaça em: “Se cuida, se cuida, se cuida seu machista/ A América Latina vai ser toda feminista”. As mulheres mostram, então, que todas as ideias e comportamentos que estão por trás do “machista” não serão mais tolerados, que não há e não haverá mais lugar para alguém assim.

Realizadas essas reflexões podemos, com mais facilidade, compreender a proposta de Aristóteles (2005, p. 187, 1386b) sobre a indignação, como sendo “[...] a pena experimentada por êxitos imerecidos [...] contra os que imerecidamente gozam de felicidade”. Voltando à música analisada, vimos que ela denuncia a opressão às mulheres por indivíduos e instituições cujo cerne é o patriarcado e as relações desiguais de poder. É possível pensar, pois, que a indignação advém também do questionamento a respeito do lugar de poder que os homens ocupam. Nesse sentido, poderíamos parafrasear a definição do filósofo para algo como “a pena experimentada por poderes imerecidos [...] contra os que imerecidamente gozam de privilégios”. Dessa forma, podemos compreender também a indignação daqueles que se indignam contra a indignação do outro. E novamente pensando na luta de grupos estigmatizados, é comum encontrarmos aqueles que se indignam com o grito desses grupos, que se

¹⁷ “[...] trata-se, por exemplo, de culpar, designar para execração da comunidade aquele que é designado como não conforme às suas normas, e então de excluí-lo ou de trazê-lo à resipiscência, a fim de reviver valores enfraquecidos ou em perigo.” (Tradução nossa).

indignam contra a busca por direitos iguais. Nas palavras de Aristóteles (2005, p. 189, 1387b), “De modo geral, os que se consideram dignos de regalias que outros não merecem sentem-se tentados a indignar-se contra tais pessoas e coisas”. É comum, então, vermos homens se indignarem contra a indignação das mulheres, uma vez que, para eles, apenas eles são dignos de êxitos e felicidades ou, ainda, que a opressão feminina não seria uma injustiça ou que não existiria opressão às mulheres. Seria muito simples invalidar essa indignação apenas afirmando os valores de justiça e dignidade, porém, como já afirmamos, os valores não são os mesmos para todos e o que é injusto para alguns pode não ser para outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender a construção discursiva da indignação nos permitiu chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, que a indignação é fundamentada nos valores justiça/injustiça/dignidade. Além disso, reformulando a proposta de Tork (2014), podemos dizer que a indignação funciona em um esquema do tipo: A se sente indignado sobre a injustiça que B fez a A ou a C por D. No caso analisado, teríamos, então, pessoas que se sentem indignadas sobre a injustiça (opressão) que o patriarcado (e suas instituições) cometeu a elas mesmas ou a outras pessoas por questões/relações de poder. Vimos também a importância do agenciamento da violência a um culpado que é outro e não as próprias vítimas. Por tudo, inserimos a indignação em uma retórica judicial e também epidítica da censura, em que se tenta resgatar valores que foram perdidos. Na música analisada, a justiça e a dignidade estão ligadas à busca pela igualdade. Finalmente, embora na análise do discurso não lidemos com a recepção, o fato de a música ter se espalhado pelo mundo pode ser um indício de que a construção da indignação funcionou e, ainda, que o *ethos emocionado* (GALINARI, 2007) do orador conseguiu envolver o auditório em uma *comunidade emocional*, em que muitos sentiram a mesma indignação.

REFERÊNCIAS

AMBROISE-RENDU, Anne Claude; DELPORTE, Christian. L'indignation, un sentiment au prisme de l'histoire. In: _____ (orgs.). *L'indignation: Histoire d'une émotion politique et morale, 19e-20e siècles*. Paris: Nouveau Monde éditions, 2008.

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3 éd. Paris: Armand Colin, 2010.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2 ed. Obras completas de Aristóteles. Coordenação de António Pedro Mesquita. Volume VIII, Tomo I. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Allberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da moeda, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, Edição Digital, julho 2013. ISBN: 978-85-378-1115-3.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília & MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010. V. 2, p. 23-56.

COLECTIVO LASTESIS. *Un violador en tu camino*. 2019. Disponível em: <https://letraschile.com/colectivo-lastesis/un-violador-en-tu-camino>. Acesso em: 22 dez. 2020.

DUMASY, Lise. Eugène de Mirecourt pamphlétaire et biographe: de l'indignation comme fonds de commerce. In: AMBROISE-RENDU, Anne Claude; DELPORTE, Christian (orgs.). *L'indignation: Histoire d'une émotion politique et morale*, 19e-20e siècles. Paris: Nouveau Monde éditions, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. nascimento da prisão. 27 ed. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

G1. Entenda a onda de protestos no Chile. Portal G1. 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GALINARI, Melliandro Mendes. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1. p. 221-239.

GALVANI, Giovanna. "O estuprador é você": música feminista contra violência percorre o mundo. *Carta Capital*. 01 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contr-violencia-percorre-o-mundo/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

JASPER, James M. Constructing Indignation: Anger Dynamics in Protest Movements. *Emotion Review*. Vol. 6, No. 3, 2014, p. 208–213. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1754073914522863>. Acesso em: 24 dez. 2020.

LIMA, Helcira. Emoções e representações de si: a propósito da indignação e do embaraço. In: CUNHA, Gustavo Ximenes; OLIVEIRA, Ana Larissa A. Marciotto. *Múltiplas perspectivas de face nos estudos da linguagem* [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018, p. 93-107.

MARCHA DAS VADIAS SÃO PAULO. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasSP/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MARCHA DAS VADIAS BELO HORIZONTE. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadias/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MARCHA DAS VADIAS DE BRASÍLIA. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MARCHA DAS VADIAS RIO DE JANEIRO. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ME TOO. Disponível em: <https://metoomvmt.org/get-to-know-us/history-inception/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MICHELI, Raphaël. La construction argumentative des émotions: pitié et indignation dans le débat parlementaire de 1908 sur l'abolition de la peine de mort. In: *Émotions et discours: L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2008. Disponível em: <https://books.openedition.org/pur/30430>. Acesso em 27 dez. 2020.

MICHELI, Raphaël. The argumentative Construction of emotions: The exemple of Indignation in Pro-Life Rhetoric. ISSA Proceedings 2006. *Rozenberg Quarterly: The Magazine*, 2006. Disponível em: <http://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2006-the-argumentative-construction-of-emotions-the-example-of-indignation-in-pro-life-rhetoric/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ORTONY, Andrew; CLORE, Gerald L.; COLLINS, Allan. Reactions to Agents. In: *The Cognitive Structure of Emotions*. Capítulo 7. Cambridge University Press, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/cognitive-structure-of-emotions/33FBA9FA0A8A86143DD86D84088F289B>. Acesso em: 29 dez. 2020.

PAIS, Ana. 'O estupro é você': o que pensam as criadoras do hino feminista que virou fenômeno global. *BBC NEWS BRASIL*. 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50711095>. Acesso em: 21 dez. 2020.

TORCK, Danièle. About na Emotion, Indignation, And its argumentation. The case of the argumentum Ad Selectivum. ISSA Proceedings 2014. *Rozenberg Quarterly: The Magazine*, 2014. Disponível em: <http://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-2014-about-an-emotion-indignation-and-its-argumentation-the-case-of-the-argumentum-ad-selectivum/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Bárbara Amaral da Silva

Doutora e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, Trabalha, principalmente, com análise do discurso, argumentação, retórica, gêneros do discurso, feminismo, gênero social e produção textual acadêmica. E-mail: barbara.amaral87@gmail.com

A retórica lulista e o Nós político sindicalista nas greves de 1979

Lulist rhetoric and the unionist political We in the 1979 strikes

La retórica lulista y el Nosotros político sindicalista en las huelgas de 1979

RESUMO

Neste trabalho analisaremos o funcionamento discursivo do Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva na posição enunciativa de sindicalista, em 1979. Para tanto, aproximamos o discurso político em Courtine (2015) do lulismo em Singer (2012), da polêmica em Amossy (2014) e dos usos do Nós em Dahlet (2016). Para análise, transcrevemos quatro sequências discursivas (COURTINE, 1981) dos documentários “Trabalhadores: presente!” (1979) e “ABC da Greve” (1991). Propomos que a retórica lulista pode ser compreendida como um “fogo conduzido”, de maneira que, de um lado, inflama seu público pela polêmica, de outro, o conduz para a conciliação.

Palavras-chave: discurso político; polêmica; conciliação; retórica lulista.



Recebido em: 22 de dezembro de 2022
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46330

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Mateus Silveira Bello

mateussbello@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),
Campinas, SP, Brasil

Argus Romero Abreu de Moraes

argusromero@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3606-110X>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

In this work, we analyze the discursive functioning of We in Lula's speeches as an unionist, in 1979. To do so, we bring political discourse (COURTINE, 2015) closer to Lulism (SINGER, 2012), to polemics (AMOSSY, 2014) and to the uses of We (DAHLET, 2016). For analysis, we transcribed four discursive sequences (COURTINE, 1981) from the documentaries "Workers: present!" (1979) and "ABC of Strike" (1991). We propose that Lula's rhetoric can be understood as a "led fire", in a way that, on the one hand, it inflames its public with polemics, on the other, it leads it to conciliation.

Keywords: political discourse; polemics; Lula's rhetoric.

RESUMEN

En este trabajo, analizaremos el funcionamiento discursivo del Nosotros en los pronunciamientos de Luiz Inácio Lula da Silva en la posición enunciativa de sindicalista, en 1979. Para ello, acercaremos el discurso político en Courtine (2015) al lulismo en Singer (2012), a la polémica en Amossy (2014) y los usos de Nosotros en Dahlet (2016). Para el análisis, transcribimos cuatro secuencias discursivas (COURTINE, 1981) de los documentales "Trabajadores: ¡presente!" (1979) y "ABC de la Huelga" (1991). Proponemos que la retórica de Lula puede ser entendida como un "fuego dirigido", de manera que, por un lado, enciende a su público con polémicas, por otro, lo lleva a la conciliación.

Palabras clave: discurso político; polémica; conciliación; la retórica de Lula.

Como citar:

BELLO, Mateus Silveira; MORAIS, Argus Romero Abreu de. A retórica lulista e o Nós político sindicalista nas greves de 1979. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 251-268, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46330. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No presente trabalho, temos por objetivo compreender o funcionamento discursivo do pronome Nós na polarização argumentativa Nós vs. Eles em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva na posição enunciativa de sindicalista, em 1979. Nosso principal intuito é verificar como Lula se utiliza do Nós (DAHLET, 2016) para articular em suas falas marcas “polêmicas” (AMOSSY, 2014) e de “conciliação” (SINGER, 2012), do “fogo” e da “eletricidade” (PIOVEZANI, 2015), sendo elas responsáveis por materializar simbolicamente uma tensão imaginária entre o mesmo e o outro, o harmônico e o contraditório e a politização e a despolitização.

A análise contribui não apenas para a melhor compreensão da força argumentativa dessa ideologia política, mas da própria dinâmica social do país em relação às demandas por cidadania, conectando o presente, o passado e o futuro. Desde a sua emergência como porta-voz do operariado na década de 1970, do sindicalismo à chegada ao poder, Lula mobiliza a tensão democrática entre a abertura ao diálogo e a pressão via conflito moderado de interesses, sendo, portanto, um traço marcante da sua retórica ao longo dos seus mais de 40 anos de trajetória política (BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022). E não apenas da sua posição de Presidente, como apontado por Singer (2012).

O fato de o político ter sido recém-eleito para o seu terceiro mandato presidencial demonstra a importância de os estudos da argumentação avançarem no entendimento das suas estratégias de persuasão política, envolvendo aspectos que atravessam a organização do seu discurso, a construção da imagem de si e os efeitos patêmicos (AMOSSY, 2014).

Dito isso, neste texto, focaremos nos pronunciamentos de Lula nas greves do ABC em 1979, tendo sido recortadas quatro sequências discursivas de referência (COURTINE, 1981) nas quais ele se utiliza de marcas enunciativas de construção de uma subjetividade política operária pelo Nós. O fato de haver uma profusão muito maior de material audiovisual do que materiais escritos registrando os pronunciamentos de Lula em seu período sindicalista dificultou a montagem de um *corpus* mais robusto.

Ou seja, como as intervenções de Lula se davam de forma oral e não havia ainda os recursos tecnológicos atuais que permitem registrar amplamente as falas públicas, os dados da época são exíguos, motivo pelo qual nos apropriamos de gravações televisionadas do período, reaproveitadas em documentários a respeito da sua biografia política. A despeito disso, como veremos, a análise das sequências discursivas selecionadas se mostra bastante produtiva quando relacionada à produção teórica sobre as características históricas do ideário político de Lula, de modo que o texto apresenta uma maior incursão explicativa do que descritiva. Ademais, por uma questão de simplicidade metodológica, não analisaremos as imagens, apenas os textos transcritos.

Por fim, o material de análise é composto pela transcrição de dois trechos de dois documentários distintos, quais sejam: “Trabalhadores: presente!”, dirigido por João Batista de

Andrade, lançado ainda em 1979, no qual aborda a greve de ônibus em São Paulo no mesmo ano; e “ABC da Greve”, de Leon Hirsman, lançado em 1991, no qual selecionamos o trecho em que Lula, na posição de Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979.

1. OS SENTIDOS DO LULISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Segundo Singer (2012), o lulismo pode ser definido como um modelo político-econômico brasileiro que ocorreu ao longo de 13 anos – de 2003 a 2016 – e que se constituiu como um projeto de Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar os interesses capitalistas. Para o estudioso, em um país com um número muito expressivo de pessoas em situação de miséria, cujo mercado interno tem um grande potencial, foram realizadas políticas de ampliação da distribuição de renda e de diminuição da pobreza –via programas de combate à fome e instrumentos de incentivo ao consumo – mantendo a ordem política e econômica vigente.

Não obstante, as mudanças estruturais introduzidas, embora limitadas e lentas devido ao tamanho e historicidade das desigualdades sociais no Brasil, tiveram um efeito poderoso na perspectiva do subproletariado, grupo mais pauperizado da sociedade brasileira e principal beneficiado por elas. Tal fenômeno político existiu sob o signo da contradição, correlacionando conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança em um mesmo movimento (SINGER, 2012).

Curiosamente, o lulismo caracterizou-se pela inversão do comportamento eleitoral de 1989, no qual o PT perdeu as eleições presidenciais pelo voto do eleitorado mais pobre em Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional/PRN). Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder executivo nacional, alterou-se a própria base social deste partido, migrando paulatinamente da classe média com formação universitária para o subproletariado (SINGER, 2012).

Consoante Singer (2012), desde as eleições de 1989, o comportamento eleitoral dos votantes mais pobres do Brasil priorizava um Estado fortalecido para promover ações de combate à pobreza, embora rejeitassem o caminho da ruptura proposto pela Esquerda tradicional. Nas Eleições Presidenciais de 2005, o realinhamento lulista parece confirmar essa afirmação, tendo como consequência a repolarização da disputa eleitoral.

A biografia de Lula o permitiu tornar-se um legítimo representante do subproletariado, o principal porta-voz da articulação e manutenção das alianças orquestradas pelo movimento político que encampa. Para Ab’Saber (2014), o carisma foi fundamental para a consolidação do seu projeto político, embora, para chegar ao poder, Lula tenha renovado a sua imagem de liderança. Antes associada à Esquerda sindicalista, adequou-a às mudanças sociais, políticas e econômicas no país durante o seu governo.

Ab'Saber (2014) trabalha com a definição weberiana de carisma, para quem tal característica seria uma qualidade da exceção. Ele argumenta que, enquanto o patriarcado e a burocracia estão alicerçados na estabilidade, o carisma, no sentido inverso, inspiraria o diferente, o singular. O líder carismático seria um indivíduo ungido que foi guiado pelo destino para executar um objetivo determinado. A missão da pessoa que dispõe de tal atributo é convencer a população de que ele é o eleito para cumprir tal tarefa. Em função disso, as pessoas lhe devem admiração.

Ainda segundo Ab'Saber (2014), desde a sua atuação como representante sindical na década de 1970, Lula apresentava o desejo de se tornar uma liderança universal do Brasil. Desse modo, ele reorienta seu carisma e força política a fim de convencer suas bases admiradoras/de apoio/eleitoras a respeito dos seus planos de governo. Por meio da imagem de Lula, o PT passou a agregar a ideia de que a grande massa de excluídos brasileiros seria incluída via mercado, como um pacto de aceitação da classe trabalhadora da gestão capitalista da sua própria existência.

Tornou-se necessária, então, uma espécie de integração simbólica, através da qual as pessoas precisavam acreditar que estavam ganhando algo, mesmo que pouco. É nesse processo que se constituiu a ideia de carisma, como um efeito de credibilidade que faz com que as pessoas acreditem estar sendo beneficiadas por uma política de inclusão devido ao amor do líder por eles. Para Ab'Saber (2014), o líder carismático estimula uma cultura anticrítica, uma vez que, no seu dizer, ela se caracterizaria por não estimular conflitos, mascarando desigualdades estruturais pela inclusão via consumo e colocando em segundo plano uma perspectiva de luta anti-sistêmica.

Pode-se afirmar que o lulismo enseja uma rearticulação ideológica que transforma a centralidade do conflito na política brasileira. Antes, a partir do conflito entre “Direita” e “Esquerda”. Depois, a partir do conflito entre “ricos” e “pobres”. Alteram-se, com isso, os sentidos da disputa eleitoral entre PT e PSDB na década de 1990 e na de 2000, de modo que o PT se tornou o representante do subproletariado na arena política, operando um deslocamento ideológico de classe que o torna menos “dos trabalhadores” e mais “dos pobres” (a esse respeito, ver BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022). Assim, a polarização tradicional entre Esquerda e Direita esmaeceu, sendo substituída por uma polarização entre ricos e pobres, estratégia parecida com aquela desenvolvida pelo varguismo na década de 1950 (AB'SABER, 2014; SINGER, 2012).

A reação negativa das camadas médias às transformações realizadas pelo lulismo demonstra que, apesar do reformismo lento e desmobilizador, tal projeto político promoveu mudanças substanciais na realidade brasileira. A polarização atual na sociedade é sintoma do movimento dessas estruturas sociais, em que o subproletariado aderiu ao lulismo na expectativa de que se realizasse um programa de inclusão social e econômica, enquanto a classe média, de forma geral, aderiu ao antipetismo, visando restaurar o *status quo* perdido durante esse período (SINGER, 2018).

Para Souza (2009), o lulismo mexeu com o conflito nuclear no Brasil que opõe incluídos e excluídos. Segundo o sociólogo, a ralé – o subproletariado em Singer (2012) – seria composta pelos

grupos que são literalmente explorados como corpo, reduzidos a uma espécie de “tração animal” funcionalmente relegada ao exercício das atividades manuais consideradas indignas. Essa organização social permite que a classe média tradicional poupe o tempo que gastaria com tarefas domésticas e manuais, permitindo-a investi-lo no trabalho produtivo e intelectual que lhe garante distinção social.

Souza (2009) sustenta que as classes populares no Brasil são literalmente invisibilizadas e mal compreendidas devido ao patrimonialismo estatal institucionalizado, que se ancora no povo brasileiro como uma espécie de segunda natureza, sobre a qual não se reflete ou questiona. A formulação da identidade brasileira em torno do “mito da democracia racial” estabelece uma ligação orgânica entre o Estado e o racismo, sedimentando uma política de exclusão histórica da maioria populacional no país.

Ainda para Souza (2009), a classe média brasileira estabeleceu ideologicamente uma compreensão seletiva de que a ética está no reconhecimento da corrupção do Estado, e de que as classes populares, conseqüentemente, são antiéticas por apoiarem o Estado, sustentando e naturalizando a ideia de que as elites sociais são superiores às classes sociais mais pobres. Como a ralé compõe a maioria populacional no Brasil, ela seria, além de excluída, a principal responsável pelo atraso e pela não evolução da sociedade brasileira. Ao incluir tais grupos através de políticas públicas de Estado, deslocando-a do sentido de responsável pelo subdesenvolvimento do país para o sentido de responsável pelo seu desenvolvimento, o lulismo gerou uma reação negativa das classes médias, fortemente apoiada em um afeto histórico de ódio de classe-raça.

Como vimos, não era pretensão do lulismo produzir um confronto contra as classes dominantes, mas, ao realizar políticas públicas que efetivamente diminuíram a pobreza no país, passou a confrontá-las, mesmo sem desejar. No Brasil, posições reformistas fracas, baseadas em mudanças sociais lentas e graduais, possuem um conteúdo perigoso aos olhos das elites, uma vez que envolvem a diminuição paulatina da pobreza, diminuindo, portanto, a reserva de mão de obra. Embora não ameacem o sistema capitalista, afetam seu modo de reprodução. Um exemplo disso teria sido a escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013 (SOUZA, 2009).

Por conseguinte, pela inclusão do subproletariado como ator apolítico, o lulismo fez com que todos os segmentos políticos ideológicos se reposicionassem no Brasil. Com o seu fortalecimento como base política autônoma, a Esquerda teve que (re)definir seu discurso à sombra de uma liderança popular, defrontando-se com imaginários que também marcaram a Era Vargas (1930 a 1945 e 1950 a 1954). Singer (2012) ressalta que, dado o seu conteúdo de classe, palavras como “popular” – que tinham caído em desuso tanto na retórica neoliberal da Direita quanto no ideário desenvolvimentista da Esquerda – passaram a ser amplamente utilizadas nos pronunciamentos políticos.

A partir das discussões propostas por Singer (2012), Souza (2009) e Ab’Saber (2014), é possível compreender o lulismo como um movimento político caracterizado, a um só tempo, como

uma política de massa e uma revolução passiva. Sua base social, o subproletariado brasileiro, atua na esfera política historicamente como massa, a qual tem na figura do líder carismático – o que não implica, necessariamente, autoritário, é importante que fique claro, como pode-se perceber no caso analisado – seu porta-voz, sua forma de fazer política. Sustentado por esta fração da classe trabalhadora, o lulismo hegemonizou durante 13 anos a política brasileira, promovendo mudanças sociais sem mobilização popular e sem radicalização dos conflitos sociais entre as classes. Porém, esse movimento acabou por gerar a reação dos setores médios da sociedade, os quais sentiram-se ameaçados pela perda do seu *status quo* relativo.

Tal movimento provocou mudanças significativas na cultura política brasileira nas últimas décadas ao repolarizá-la pelo embate entre ricos e pobres, ou, simbolizado de outra forma, entre lulistas/petistas e antilulistas/antipetistas. Marcado discursivamente por estratégias políticas de construção de consensos, e não pelo estímulo a conflitos ideológicos irreconciliáveis, a retórica lulista não pode ser considerada, em momento algum, como movimento radical, de ruptura social (BELLO, 2020).

Ao contrário, caracteriza-se, desde o início, pela moderação e mediação. Como consequência, há o deslocamento do foco enunciativo do discurso político nacional de conceitos mais ligados historicamente ao campo de Esquerda, como “trabalhadores” e “burguesia”, para os de “povo” e “elite”. Essa política do consenso, no entanto, não significou uma estratégia de apagamento das divisões sociais e econômicas da realidade brasileira. Ela se configurou, antes, como uma nova forma de gerir os conflitos, mobilizando uma polarização que obscurece as posições de classe dentro do sistema de produção capitalista. Repolarizando a política brasileira entre “ricos” e “pobres”, “excluídos” e “incluídos”, o lulismo no poder acabou por deslocando o foco enunciativo do cenário político brasileiro (BELLO, 2020).

Além do avanço de uma agenda – e demanda – neoliberal das políticas de Direita na sociedade brasileira, a crise do lulismo como movimento político se deu também pelo fato de não terem sido construídas bases efetivas para sustentar os avanços sociais que suscitou, decorrentes de uma política sem mobilização e de unificação da classe trabalhadora em torno de pautas desenvolvimentistas e republicanas (SINGER, 2018).

A partir dos pressupostos acima esboçados, os quais caracterizam as raízes sociais e ideológicas da retórica lulista¹, faz-se necessário compreender como elas se materializam no fio do discurso em pronunciamentos históricos de seu líder, tornando possível a emergência enunciativa – consciente e/ou inconsciente – de Luiz Inácio Lula da Silva como condensação de uma ideia, de

¹ Por lulismo, entendemos a definição trazida por Singer (2012) a respeito do modelo político instaurado com a chegada de Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo nacional. Por retórica lulista, compreendemos as características argumentativas de Lula como liderança política desde a década de 1970, conforme a proposta teórica do presente texto. Sugerimos, portanto, uma ampliação dos sentidos do lulismo.

um movimento político. Extrapola, por conseguinte, a sua existência corpórea de personalidade individualizada para e por determinados grupos sociais.

2. A RETÓRICA LULISTA E A FALA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Consoante Courtine (2015), com o surgimento das sociedades de massa, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a fala pública sofreu profundas mudanças. Ainda reconhecido por sua vibrante eloquência, os pilares da tradição retórica – a *cátedra*, o *palanque* e o *tribunal* – se modificaram a partir da constituição de dispositivos, discursos, oradores, lugares e públicos inéditos. Com o desenvolvimento das diversas ordens de democracia republicana burguesa, impôs-se à necessidade de se falar em público um deslocamento da centralidade discursiva para as massas, visando atingir a maioria da sociedade, e não apenas a sua parcela mais letrada.

Durante o século XX, sob o medo dessas mesmas multidões, aprofundaram-se as políticas de controle das massas por meio de dispositivos coercitivos e de construção do consenso, pautados, principalmente, nos imaginários e na violência. Nesse processo, construiu-se a figura carismática do líder como um dispositivo de governamentalidade, associada à ideia, mais uma vez, de que as massas necessitam de um guia. Tal dispositivo reúne um conjunto de instituições, procedimentos e conhecimentos que permitem exercer, de forma específica, o poder sobre a população (COURTINE, 2015).

O desenvolvimento da democracia política moderna trouxe consigo o prestígio do líder, considerado, pelo exposto, um dos principais dispositivos de garantia da docilidade das multidões. Almejando “domesticá-las”, acrescentou-se a essa figura popular as técnicas de propaganda política, como práticas discursivas capazes de construir mecanismos de conversão das massas “abertas” em “fechadas” (COURTINE, 2015).

O processo histórico de fechamento das massas, pela presença inicial de um líder carismático, inclui também o desenvolvimento de dispositivos discursivos cerimoniais, responsáveis por organizar o campo dos rituais e dos pronunciamentos. Ademais, tais dispositivos derivam de modelos de “domesticação” religiosa, configurando-se como uma espécie de missa política, pela regularidade e frequência, pela repetição familiar e precisa dos ritos, como uma experiência em que as massas se domesticam por elas mesmas (COURTINE, 2015).

O discurso político na era de massas articula simultaneamente um líder carismático, uma nova forma de fala pública e uma perspectiva de controle dessas massas. Com o advento da fala operária, inaugurou-se um tipo de eloquência que articula sob a forma de palavras o clamor confuso, ruidoso dos protestos populares. A voz do líder inflama-se denunciando as injustiças e os sofrimentos, e sua eloquência repercute as vozes dos ecos dos injustiçados e sofredores com uma tonalidade religiosa (COURTINE, 2015). “O discurso da ciência retorna então no discurso da revolta:

o líder metamorfoseia-se, para, na sequência, tornar-se um profeta; a eloquência proletária modifica-se, para, finalmente, tornar-se uma utopia religiosa”, afirma Courtine (2015, p. 280).

“O advento da fala popular seria apenas uma repetição mascarada do seu apagamento”, acrescenta Courtine (2015, p. 280), pois há um duplo mal-entendido na formação do discurso operário. O primeiro consiste no fato de que este demorou muito tempo para encontrar sua própria voz e acabou por se relacionar com um discurso imemorial, das antigas profecias religiosas. Já o segundo consiste no fato de que o discurso da liberdade, realizado pelos “profetas da revolta” – militantes – no seio do operariado, foi sufocado pelo discurso da especialidade, sendo este nutrido no meio sindical nas/pelas falas dirigidas aos operários.

O autor afirma que isto revela um desencontro entre a voz do povo e a história, o que marca profundamente a genealogia discursiva do último século. Todavia, o século XX parece ter sido aquele em que se deu o declínio dos profetas e a irresistível ascensão dos *experts*. Os discursos cinzentos da burocracia conseguiram atingir, praticamente em todos os pontos do Ocidente, os fogos discursivos da revolta (COURTINE, 2015).

O surgimento da era das massas cria, portanto, novas formas de fala pública popular. O povo, que por séculos estava limitado a se manifestar politicamente através de gritos, ruídos e fúria, a partir do final do século XIX, passa a constituir uma fala política por intermédio do movimento operário e a partir da constituição da figura do líder enquanto porta-voz. Estar na multidão passa a ser um estado de sujeição e fascinação amorosa, numa relação em que o líder da massa ocupa o lugar do ideal de Eu de cada um. É o desejo de conformidade e pertencimento que moldará a relação entre o líder e as massas, uma vez que simboliza o abandono da singularidade do indivíduo em nome do amor pelos demais (COURTINE, 2015).

Já no final dos anos 1970, Luiz Inácio Lula da Silva era considerado uma liderança política sindical, o que se deve à inédita força que ele representou ao enfrentar a classe patronal e o comando político da Ditadura Militar brasileira. A fala deste operário rompe tanto na sua forma quanto em seu conteúdo com alguns parâmetros tradicionais da retórica. Os altos volumes, os movimentos bastante rigorosos de articulação fonética, os alongamentos de determinadas sílabas, os gestos fortes e enfáticos são características marcantes do sindicalista, cuja voz cumpriu um papel fundamental na produção da ênfase, da autoridade e da convicção em seu dizer. As falas e gestos de Lula continham a firmeza, a rigidez e a potência dos corpos que trabalham nos canteiros de obra, nos chãos de fábrica e nas plantações de todo Brasil. A força de exortação de uma luta por direitos não poderia expressar-se em um verbo, corpo e voz sem energia (PIOVEZANI, 2015).

Como *expert*, líder ou profeta, o porta-voz da classe trabalhadora ainda é um “dos nossos”. É um igual, mas é também um superior, um herói para os demais. Passa a haver uma dívida e nenhuma dúvida da parte dos trabalhadores em relação àquele que de alguma maneira lhes dava voz. Lula produziria, assim, uma imagem de “igual superior”, aquele que, ao mesmo tempo, é

comum e extraordinário. Pela legitimidade da fala do líder, a voz do povo é ouvida, embora mais ou menos silenciada (PIOVEZANI, 2015).

Em mais quarenta anos de trajetória política, Lula ainda mantém traços do carisma em suas intervenções públicas, tal como a energia relativamente incomum de seu corpo e da sua voz para uma pessoa de sua idade. O carisma weberiano pressupõe hierarquia e desigualdade entre o que possui o dom extraordinário e os demais que reconhecem a virtude excepcional daquele a que prestam obediência. Segundo Piovezani (2015), no caso de Lula, trata-se menos de um carisma que domina e mais de um que seduz.

A despeito disso, a capacidade comunicativa deste político brasileiro foi extremamente criticada e deslegitimada pela imprensa ao longo do tempo, pois a oratória e eloquência ligadas às marcas sociolinguísticas das classes populares brasileiras são intensa e extensamente taxadas de incorreção, deselegância e vulgaridade, quando não de barbárie, pela elite intelectual brasileira. Com sua oratória popular materializada em uma voz grave, áspera e gutural, o sindicalista deu voz – como canalização institucional das demandas sociais – aos trabalhadores pobres brasileiros, defrontando-se e negociando com os patrões e políticos durante a Ditadura Militar (PIOVEZANI, 2015).

De acordo com Amossy (2014), a polêmica funciona como uma modalidade argumentativa fundamental ao jogo contínuo de tomadas e retomadas da voz do outro na cena pública para compor – implícita e/ou explicitamente – as próprias perspectivas de mundo, bem como desconstruir as do Oponente. Esse processo dialógico pauta-se na elaboração coletiva de *dicotomias*, quando se organizam opiniões antagônicas e excludentes entre si; de *polarizações*, quando os atores sociais divergem em relação a um determinado tema e buscam persuadir o espectador; e de *desqualificação* dos adversários, quando os argumentos almejam desconstruir as qualidades destes no intuito de minar a sua autoridade e legitimidade na disputa pelo convencimento do auditório.

Vista desse modo, a polarização adquire uma conotação positiva, pois torna-se condição necessária à elaboração social dos argumentos com vistas a fomentar a adesão racional e emocional do público em relação ao que se considera a melhor proposta para o bem-estar coletivo, mesmo quando os acordos não são possíveis (AMOSSY, 2014). O Nós, portanto, se configura como uma categoria linguística fundamental para o debate público em sociedades democráticas, especialmente no discurso político, responsável pelos processos deliberativos em relação às principais propostas de uma comunidade.

Para Dahlet (2016), o Nós no discurso político funciona enunciativamente como forma linguística capaz de englobar todos os indivíduos em uma representação consensual e estável, portanto, imaginária. Assim, o Nós seria uma subjetividade linguístico-discursiva transitória, pois limitada ao processo enunciativo e vinculado aos efeitos de evidência do sujeito coletivo. O Nós, nesta perspectiva, funciona como um eu dilatado, de contornos vagos, como um fator de ilimitação do Eu (e não de sua multiplicação) fruto da indeterminação do espaço comum das comunidades

transitórias, determinadas pelas necessidades do eu político. O Nós é derivado de um Eu só e sua fórmula geral pode ser materializada do seguinte modo: NÓS = EU + NÃO EU.

O Nós como primeira pessoa do plural leva à fusão de uma coleção de sujeitos distintos em uma comunidade única de *reflexão* e *ação*. Porém, é possível redimensionar essa ideia, pois a realidade à qual o Nós se refere, assim como os outros marcadores pessoais, não seria extralinguística, constante e objetivável, mas uma realidade construída no e pelo discurso, sendo singular, subjetiva, linguística e circunstanciável.

Tendo isso por pressuposto, em nosso texto, interessa-nos, especialmente, a dupla estrutura de incerteza do Nós. Isto é, a indeterminação do Nós pode ser qualitativa, quando oscila entre inclusão e exclusão e entre inclusão restrita [EU + VOCÊ(S) – ELE(S)] e inclusão ampliada [EU + VOCÊ(S) + ELE(S)]. E pode ser quantitativa, quando o Nós, estende-se, idealmente *ad infinitum*, tornando-se incontável ao englobar tanto o público presente quanto o ausente (DAHLET, 2016). Passemos, a seguir, às análises.

3. O NÓS EM FALAS DO LULA SINDICALISTA

Segundo Almeida (2011), as greves operárias do ABC paulista de 1979 a 1989 simbolizaram o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial, tendo como foco a luta contra a super exploração da força de trabalho e a oposição às políticas econômicas do governo na época. Essa onda de greves representou o ressurgimento da mobilização dos trabalhadores no Brasil, tendo sido fundamental para a redemocratização do país nos anos seguintes.

Almeida (2011) afirma ainda que a década de 1980 foi um período fundamental para a movimentação e consolidação de direitos a partir do protagonismo da sociedade civil. Segundo o historiador, três agentes políticos surgiram nessa época, sendo fundamentais para o processo de redemocratização dos anos 1980, elencados a seguir: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A atuação de Lula na greve dos operários no último ano da década anterior tornou-o uma das principais lideranças associadas à organização desses três agentes, especialmente o PT. Nessa época, formava-se um Nós político que buscava constituir um sujeito cidadão, contrário ao Regime Militar. Nossa investigação tem por objetivo avaliar o funcionamento discursivo do Nós em pronunciamentos de Lula na posição enunciativa de líder sindical em 1979. Para análise, recortamos trechos do documentário “Trabalhadores: presente!”, de João Batista de Andrade, lançado em 1979 e “ABC da Greve”, de Leon Hirsman, lançado em 1991.

A transformação das suas falas no documentário em dados para nossa análise implica a conversão da superfície linguística, nosso *corpus* bruto, em dado empírico, expressão de um discurso concreto, de um objeto teórico ou, ainda, de um objeto linguisticamente de-superficializado (COURTINE, 1981). Nesse processo, selecionamos quatro sequências discursivas de referência

(COURTINE, 1981) nas quais Lula remete ao Nós, ou outras formas linguísticas de representação do sujeito coletivo que contribuíssem para a investigação.

Do primeiro documentário, selecionamos o pronunciamento de Lula durante as comemorações de 1º de maio, Dia do Trabalhador, em São Paulo, quando ocorreram duas festas simultâneas: uma oficial, organizada pelo governo no estádio de futebol completamente vazio; e outra organizada pelos trabalhadores, também em um estádio de futebol, mas na região do ABC, com mais de 150 mil participantes. Foi a primeira festa independente do trabalhador brasileiro desde 1964, reconhecida como um marco histórico do movimento sindical brasileiro. Já do segundo documentário, selecionamos o trecho em que Lula, na posição de presidente do sindicato dos metalúrgicos, discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979. Na assembleia de greve, no trecho descrito do documentário, Lula se pronuncia para operários que ficaram 45 dias paralisados. Estima-se que 140 mil trabalhadores participaram dessa greve, a qual eclodiu às vésperas da posse do general Figueiredo à Presidência da República.

Nos documentários, pode-se notar, por exemplo, o movimento das multidões se silenciando – abaixando o volume de seus ruídos e murmurando mais baixo – para escutar a voz ampliada do líder, a qual conta com mecanismos técnicos sonoros, e se concentra na visibilidade daquele corpo a uma altura superior da dos demais, uma vez que se apresenta em cima do palanque. Tanto o dispositivo quanto o local de realização destes pronunciamentos sindicais, cujo público são operários da região do ABC paulista, revelam estruturas sociais e simbólicas do Brasil da época, na qual o espaço público com maior possibilidade de reunir grandes massas de pessoas eram os estádios de futebol e grandes avenidas dos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo.

Como o espaço da assembleia de greve ou de comemoração do Dia Trabalhador é um espaço voltado para um público específico, o operariado, parece fazer sentido a realização desses eventos em estádios, visando, de certa forma, a proteção e a acústica ao mesmo tempo que visibiliza e reúne os trabalhadores em um grande espaço. É importante ressaltar que essas assembleias ocorriam apesar do processo político da época, de cerceamento dos direitos à manifestação, devido à Ditadura Militar.

O uso do palanque como dispositivo indica, pelo menos, dois aspectos. Primeiro, como os meios de comunicação populares na época (rádio e televisão) eram (e ainda o são) hegemônicos pelos interesses do capital, a fala dos trabalhadores não tem neles um espaço de privilégio, cabendo a utilização de recursos *in situ*. Segundo, só é possível a aquisição de equipamentos para a construção de um palanque através de uma organização coletiva como a sindical. Por mais que seja o diretor que fale, há toda uma estrutura que legitima e condiciona a fala através do mecanismo de participação sindical.

Abaixo, dispomos as quatro formulações que destacamos dos dois pronunciamentos, sendo as duas primeiras referentes ao pronunciamento durante o 1º de maio de 1979 e as duas últimas,

à assembleia de greve. Os destaques são nossos e indicam a marca da primeira pessoa de plural, tanto no pronome pessoal quanto nos verbos e pronomes possessivos.

SDR 1: **Companheiros**, ontem, ontem à noite, no sindicato de Osasco, quando **discutíamos** a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores de Osasco que pra cada jogador de futebol famoso que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu, **nós** traríamos um dirigente sindical aqui;

SDR 2: Diziam que o salário da classe trabalhadora era culpado pela inflação, arrocharam durante 15 anos o **nosso** salário e a inflação continua tão alta como estava antes de 1974;

SDR 3: Agora **companheiros, companheiros**, depois de dois dias de ausência, **nós** voltamos aqui. A diretoria do Sindicato volta para assumir a greve que **nós** começamos no dia 13;

SDR 4: Agora, é um pedido que faço, não saiam em passeata. Não saiam em passeata. Saiam daqui direto para as suas casas. **Estamos entendidos?**

Nas sequências discursivas acima, é possível perceber a presença hegemônica, apesar de oscilante no sentido qualitativo, do que Dahlet (2016) denomina como *nós inclusivo restrito*, sintetizado na seguinte fórmula: $NÓS = EU + VOCÊ(S)$. Nesse sentido, é importante caracterizar tanto quem é o Eu que fala através desses pronunciamentos quanto quem são os Vocês que esse discurso toma como interlocutor. Lula é legitimado por uma posição institucional, uma vez que ele compõe a Diretoria do Sindicato. Seu pronunciamento só se torna possível por ele ocupar este lugar dentro do discurso operário brasileiro. Ele não se apresenta, portanto, como qualquer operário. Apesar de ser um operário, ele é o operário eleito dentro de um processo representativo organizado por um grande sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. É aí que se articulam duas imagens: a de *comum* e a de *excepcional*.

A forma *nós inclusivo restrito* também está presente nessas formulações, porque ele não fala por e para todos, mas somente para os participantes da greve e para os sindicalizados. A oscilação dos valores deste Nós pode representar três composições, as quais apresentamos a seguir: a primeira, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato*; a segunda, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes*; e a terceira, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes + Trabalhadores ausentes*.

Esta última, mais precisamente, quando o Vocês é acompanhado de todos, indetermina ainda mais o público da fala, ampliando e dando contornos mais vagos. Se relacionarmos a presença deste *nós inclusivo restrito* em pronunciamentos históricos de um dirigente sindical como Lula com a discussão proposta por Courtine (2015), podemos compreender o processo de conversão das massas “abertas” em massas “fechadas”.

Courtine (2015) pontua que esses rituais operários durante o século XX assemelham-se às missas cristãs, uma vez que os pronunciamentos se estruturam por certas regularidades e repetição de palavras, marcas presentes também no discurso religioso. Uma marca recorrente nos

pronunciamentos de Lula, não restrita ao sindicalista, vale ressaltar, é o uso do vocativo “companheiros”, presente na SDR 1 e na SDR 3. Ele é uma marca retórica de *ethos* do ex-sindicalista, já amplamente reconhecida pelo público de forma geral. Além de mostrar proximidade com seus interlocutores, trata-se de um termo usado historicamente pela militância de esquerda, marcando uma posição discursiva pelo atrelamento à memória lexical desse movimento na função de vocativo, o qual carrega etimologicamente referências militares e referências comunais.

Outro elemento interessante sobre o uso desse vocativo é a constante não diferenciação de gênero por Lula, o que indica ou que os trabalhadores em sua maioria são homens ou que o feminino não é política e morfologicamente demarcado por questões sociais e ideológicas nesse período da sua fala.

Piovezani (2015) sustenta através da metáfora da passagem “do fogo para a eletricidade” que a relação entre os falantes e os ouvintes no discurso político passa de uma forma aquecida, agitada e sem controle para uma forma conduzida, sem contato e distante. É a passagem do espetáculo pirotécnico, no qual as palavras e gestos do orador são chamadas que aquecem seus ouvintes, para um fluido gélido que se descarrega sobre o público, com a função de conduzi-lo, e não de inflamá-lo. Trata-se, então, da transição de uma energia ardente para uma energia mais discreta, produzindo um pronunciamento menos espetacular com a função de religar à distância os polos da interlocução.

Tanto a retórica da eletricidade quanto a retórica do fogo são mobilizadas por Lula em seus discursos na posição de sindicalista. Ao mesmo tempo em que seu discurso é inflamado, provocando (re)ações nas massas, objetivando um *fazer-fazer*, ele é também um discurso conduzido, dialogado, que visa atingir um público distante através de efeitos de proximidade, objetivando um *fazer-saber* (ver PIOVEZANI, 2015). Há a incorporação, portanto, de dois sujeitos enunciativos, os quais discutiremos a seguir.

O primeiro sujeito, o *profeta da revolta*, relaciona-se à *retórica do fogo*, como podemos ver nas SDR 1 e SDR 2, estando marcado pela articulação denúncia/anúncio através da polarização argumentativa Nós (operários) *versus* Eles (governo e multinacionais, isto é, os patrões). Simultaneamente, inflama sua voz denunciando o discurso supostamente mentiroso e anti-trabalhista do grupo adversário, ao anunciar o momento histórico de tomada de consciência dos trabalhadores, de poder ser uma voz legítima e de querer conquistar mais direitos através da reação organizada. Aproxima-se, assim, da imagem do *profeta*, da pessoa que fala “o que irá acontecer mais adiante” ou “em nome de alguém” (COURTINE, 2015).

Na SDR 1, a oposição ocorre através do Nós (operários), que, pelo Sindicato, estão organizando “aqui” (Estádio da Vila Euclides) uma festa frente ao Eles (Governo Federal + multinacionais), responsáveis por levarem um jogador de futebol “lá” (festa oficial organizada pelo Governo Federal no Pacaembu). O referente “festa em comemoração ao dia do trabalhador” está

sendo (re)direcionado pelo locutor (Nós), a fim de dominá-lo e dar uma orientação específica ao seu sentido: só é festa do trabalhador se for organizada pelo trabalhador.

Na SDR 2, a materialização da polarização argumentativa decorre da anteposição do Eles elíptico do verbo “diziam” ao salário da classe trabalhadora/nosso salário. Demonstrando que o Eles culpava o Nós pela alta da inflação, o que não se verificou real, pois após 5 (cinco) anos de não realização dos interesses do Nós, a inflação continuava alta. Ou seja, tal argumento apenas escamoteava os interesses do Eles. Vemos, assim, a relação de oposição entre Nós, detentores da verdade, e Eles, da mentira. Assim, compreendemos que o sujeito formado dentro da “retórica do fogo” é constituído em oposição ao seu adversário e pode ser sintetizado, esquematicamente, como *o operário é o que o governo e as multinacionais não são*.

Além disso, é possível avaliar as SDR1 e 2 com base na modalidade argumentativa polêmica, nos termos de Amossy (2014), uma vez que elas promovem, através da encenação de seu discurso, a dicotomização (Nós vs. Eles), a polarização (Eles contra Nós) e a desqualificação do outro (Eles não querem que Nós). A função da polêmica como estratégia argumentativa é a de protesto, uma vez que funciona como acusação e denúncia. Isto é, a polêmica pública como meio de apontar erros e levantar-se contra seus adversários. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança. Estando inscrito em uma relação de poder, acontece como ato de resistência.

O discurso polêmico aparece aqui, portanto, como um meio de ação coletiva. Se ele exacerba um conflito de opiniões, é para contribuir com a derrubada de um determinado *status quo*. Dessa forma, a polêmica também contribui para criar a ilusão de unidade em torno de um princípio comum, permitindo que grupos com muitas divergências possam juntar-se em torno de uma mesma pauta, como são os casos das melhores condições sociais e salariais para o operariado. De forma ambivalente, a polêmica que divide é a mesma que conecta, visto que um adversário comum agrega. A voz operária de Lula expõe grupos antagônicos, operários e patrões, e, com isso, autoriza encontros do Nós no espaço público, como o da assembleia sindical.

O segundo sujeito, o *expert*, relacionado à “retórica da eletricidade”, é marcado por uma voz que conduz o público através de um tom frio e que apenas presta contas aos seus mandatários. Pode-se ver isso nas SDR 3 e 4, nas quais há um repasse dos resultados da greve até o momento e orientações de como seguir em diante. Na SDR 3, o Nós (Diretoria do Sindicato) realiza três ações: voltar, assumir e começar. Já na SDR 4, há um certo *tom professoral* na expressão “estamos entendidos”, além do uso enfático do verbo no modo imperativo “saíam”, o qual indicaria não necessariamente uma ordem, mas uma orientação a partir do que estava sendo discutido anteriormente, conforme demarcado pela ação “fazer um pedido”. Há também a possibilidade discursiva, nesta SDR, de um Nós sem mim, na medida em que a ação engendrada pelo sujeito coletivo visa uma ação apenas dos sindicalizados e não dos sindicalistas.

É um discurso que *autoriza* e *orienta* uma ação, a greve, através da sua institucionalização via sindicato, garantindo a continuidade da ação a partir da garantia da legitimidade da instituição.

Assim, o referente “greve” está definido a partir da posição-sujeito sindicalista e é legitimado a partir da legitimidade de seu instrumento. A greve (ação) legitima o Sindicato (instrumento) e é legitimada por ele.

Para Courtine (2015), o movimento do sujeito enunciativo *profeta da revolta* para o *expert* marca o efeito da burocratização estatal sob o discurso operário ao longo do século XX. O interessante é perceber que Lula, na função de líder sindical, caracteriza-se por articular estes dois sujeitos enunciativos, que se materializam em uma tendência que, ao mesmo tempo, inflama os trabalhadores a permanecerem em greve, instrumento de luta para a conquista de melhores condições de trabalho, e os conduz a não simplesmente se revoltarem de forma desorganizada. Dessa maneira, produz simultaneamente ordem e desordem, inflamação e condução.

É importante ressaltar que, apesar de os pronunciamentos terem sido gravados por mecanismos audiovisuais, eles não foram produzidos para serem transmitidos via televisão e/ou cinema. Ao contrário, foram realizados por e para o dispositivo palanque, característico do movimento operário brasileiro do final da década de 1970 e durante toda a década de 1980. Como verifica-se nas quatro SDRs, as marcas da eloquência operária são muito nítidas, como se deixa entrever pela (i) indiferença em relação ao rebuscamento das palavras, (ii) pelo desinvestimento em relação às técnicas argumentativas sofisticadas e (iii) pela valorização de uma persuasão fundamentada na repetição.

O sujeito enunciativo *Lula sindicalista* é constituído por uma articulação contraditória de diversas imagens que se aliam e se confrontam, como a do fogo e da eletricidade; do profeta da revolta e do *expert*; do comum e do excepcional. O discurso operário lulista realiza-se através de marcas que pertencem, a um só passo, ao campo enunciativo *religioso* e ao *pedagógico*, projetando uma imagem de líder que é uma voz do saber, *expert* em fazer greves e em dar respostas aos problemas dos operários, e que, por isso, pode conduzi-los (PIOVEZANI, 2015). Ademais, é também uma voz da revolta que fomenta uma reação contra as mentiras e os desmandos dos adversários. A figura do líder sindical é definida aqui pela ação que realiza, fazer greves; pela instituição que representa e a partir da qual é representado, o sindicato; e pela oposição a seus adversários, o governo e as multinacionais, com interesses opostos.

Com base nessas características, temos sustentado em outros trabalhos (BELLO, 2020; BELLO; MORAIS, 2022) que desde a década de 1970 a retórica lulista pode ser lida como um “fogo conduzido”, de maneira que, de um lado, inflama seu público, de outro, ela o faz conduzindo-o dentro de um jogo político constituído. Isso significa que as ações políticas defendidas por Lula continuamente atuaram nos limites da polêmica (AMOSSY, 2014) e buscaram a conciliação política (SINGER, 2012), de modo que esses aspectos não se restringem à chegada de Lula ao poder. O Nós vs. Eles têm uma função de organizar as massas para o diálogo, e não para a ruptura, ajustando a correlação de forças entre os grupos sociais.

Destarte, apesar das acusações contemporâneas de ser um líder radical ou comunista, o que a análise dos seus pronunciamentos tem demonstrado é que, seja como porta-voz, seja com *expert*, a fala pública de Lula sempre se caracterizou pela sua promoção das regras da democracia, promovendo o respeito às normas e às instituições. Não haveria, portanto, ruptura entre um suposto “radical das décadas de 1970-80” e um “conciliador das décadas de 1990-2000”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando sindicalista, Lula constituiu-se como porta-voz dos operários. Através da greve (ação), o sindicato (instrumento) é legitimado, assim como o seu líder. Para tanto, Lula oscila entre o “fogo” e a “eletricidade”, produzindo-se como sujeito pela articulação contraditória entre a imagem do profeta da revolta e do *expert* sindicalista. A primeira imagem remete ao porta-voz, aquele que fala em nome dos interesses do trabalhador e que anseia se legitimar como voz que possa representá-los: sendo trabalhador, Lula representa-o e opõe-se aos que não o são, ao Eles (governos e multinacionais). A segunda imagem vincula-se a um sujeito fundado por um saber-fazer excepcional, legitimidade adquirida pela ação no chão de fábrica, a greve. Sua autoridade decorre de um saber-fazer: as conquistas trabalhistas pelo diálogo com patrões, governo e trabalhadores.

Destarte, já na década de 1970, pode-se notar que Lula desloca o vocabulário oriundo da militância comunista anti-ditadura militar, pautado nas diferenças entre civis/militares e burguesia/proletariado, para o vocabulário trabalhista sindical e popular, focado nas diferenças entre trabalhadores e patrões-governos. Tais conclusões expandem os sentidos do lulismo propostos por Singer (2012; 2018), alargando-os no tempo.

Para o sociólogo, a chegada de Lula à Presidência desencadeia uma nova repolarização na política brasileira, em que a polarização ideológica que opõe ricos e pobres enseja uma “diluição” semântica do antagonismo de classes sociais no país. A pesquisa que temos desenvolvido tem apontado, além disso, que a retórica lulista promove essa diluição, ainda que por outros conceitos, desde a emergência de Lula como liderança sindical, de modo que ricos/elite e povo/pobres seria o passo seguinte a uma estratégia iniciada décadas antes.

REFERÊNCIAS

- AB’SABER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2014.
- ALMEIDA, G. R. de. **História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise econômica no Brasil (1979-1989)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- AMOSSY, R. **Apologie de la polemique**. Paris: PUF, 2014.

ANDRADE, J. B. **Trabalhadores: presente!** São Paulo: RCP TV, 1979 (36 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4Dg66-0CN0>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BELLO, M. S. **Entre o Fogo e a Eletricidade: o Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva (1979-2018)**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura). Universidade Federal de São João Del-Rei, 2020.

BELLO, M. S.; MORAIS, A. R. A. A política da despolitização Lulista: o Nós político na Carta ao Povo Brasileiro (2002). In: LAGUARDIA, A.; MORAIS, A. R. A. de; LOMBARDI, K. H.; RESENDE, M. A. de A. (Org.). **Engajamentos contemporâneos: linguagem, política e educação**. Campinas: Pontes Editores, 2022, v. 1, p. 34-54.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, Paris: n. 62, jun. 1981. DOI: 10.3917/puf.amos.2014.01

COURTINE, J.-J. A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas. In: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, Vozes, 2015, p. 261-289.

DAHLET, P. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. In: EMEDIATO, W. **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 2016 p. 214-40.

HIRSMAN, L. ABC da Greve. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022 (75 min.). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra67290/abc-da-greve>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

PIOVEZANI, C. Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, Vozes, 2015, p. 290-337.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: companhia das letras, 2018.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Mateus Silveira Bello

Mestre em Letras: Discurso e Representação Social pelo Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (Promel/UFSJ) e doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: mateussbello@gmail.com

Argus Romero Abreu de Moraes

Realiza estágio pós-doutoral sênior no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PDS-FAPERJ/PIGPLA-UFRJ). E-mail: argusromero@yahoo.com.br

A significação da violência em narrativas de adolescentes moradores da favela

The meaning of violence in the narratives of teenagers from poor communities

El significado de la violencia en narrativas de adolescentes habitantes de favelas

RESUMO

O estudo objetiva investigar, à luz da Análise da Narrativa, a forma como um grupo de adolescentes, moradores de favelas do Rio de Janeiro, significa, no discurso narrativo, a violência no contexto social onde vivem. Para tal, serão utilizadas as teorias de sistemas de coerência e identidades sociais. A pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista. Os dados foram gerados a partir de entrevistas em grupo e a análise privilegia uma abordagem microinteracional e situada do discurso. A partir do exame dos dados, foi possível notar a forma ambígua com que a violência é construída pelos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: narrativas; sistemas de coerência; identidade; favela; violência.



Recebido em: 26 de fevereiro de 2023
Aceito em: 22 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.47318

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Paula Fernandes Teixeira

paulaf.teixeira@yahoo.com

<https://orcid.org/0000-0002-1548-5384>

Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This paper aims to investigate, in the light of the Narrative Analysis, the way a group of teenagers from poor communities of Rio de Janeiro signifies, in the narrative discourse, violence in the social context where they live – the favela. To this end, the theories of coherence systems and social identities will be taken into account. The study is of a qualitative and interpretative nature. The data were generated by means of group interviews and the analysis focus on a micro-interactional and situated approach to the discourse. The results show that the way they represent violence is marked by ambiguities.

Keywords: narratives; coherence systems; identity; favela; violence.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo investigar, a la luz del Análisis Narrativo, cómo un grupo de adolescentes, habitantes de favelas de Río de Janeiro, significa la violencia en el contexto social donde viven. Para ello, se utilizarán las teorías de sistemas de coherencia e identidades sociales. La investigación es de naturaleza cualitativa e interpretativa. Los datos se generaron a partir de entrevistas grupales y el análisis favorece un enfoque microinteraccional y situado del discurso. A partir del examen de los datos, fue posible notar la forma ambigua en la que la violencia es construida por los sujetos de la pesquisa.

Palabras clave: narrativas; sistemas de coherencia; identidad; favela; violencia.

Como citar:

TEIXEIRA, Paula Fernandes. A significação da violência em narrativas de adolescentes moradores da favela. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 269-288, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.47318. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Vivemos hoje na era pós-moderna, à qual Bauman (2005) refere-se como modernidade líquida, uma vez que a compreensão que temos de nós mesmos e do mundo ao nosso redor encontra-se em constante fluxo. Essa “trama movente” (Fabrício, 2006), que abarca as intensas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas experienciadas pela sociedade pós-moderna tem afetado a maneira como determinados fatos sociais são compreendidos, tanto pelos cientistas como pelos atores sociais (Moita Lopes, 2003).

Nesse viés, a área dos estudos da linguagem, como parte integrante das ciências sociais, vem buscando entender e interpretar os sentidos construídos discursivamente pelos sujeitos sociais, principalmente através de microanálises etnográficas (Bastos; Biar, 2015; Rampton, 2006). Assim, o presente estudo visa a analisar discursivamente os significados que os atores sociais participantes desta pesquisa – adolescentes, entre 15 e 18 anos, estudantes da rede pública de ensino e moradores de comunidades periféricas da Ilha do Governador, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro – atribuem aos fatos sociais que os cercam, especialmente à violência no contexto social no qual estão inseridos (Lessing, 2008; Misse, 2008; Sarti, 2011; Velho, 2004; Zaluar, 1999).

Fundamentado na Linguística Interacional e no paradigma socioconstrucionista e interpretativista de pesquisa, este trabalho discutirá sobre as noções de identidade (Bauman, 2005; Bucholtz; Hall, 1996; Moita Lopes, 2002, 2003; Moita Lopes; Bastos, 2010), sistemas de coerência (Linde, 1993) e Análise da Narrativa (Bastos, 2004, 2005; Bamberg; Georgakopoulou, 2008; Bruner, 1990; Labov, 1972; Mishler, 1986). Juntas, essas áreas compõem o aporte teórico-metodológico necessário para a condução desta pesquisa.

Com base nas teorias supramencionadas e em alinhamento ao postulado por Fabrício e Bastos (2009, p. 40): “práticas discursivas, práticas identitárias e mundo social se encontram entrelaçados”, o presente estudo tem como objetivo: a) entender quais significados são coconstruídos e negociados pelos participantes, por meio de suas narrativas, e o que eles indicam sobre as identidades sociais do grupo; b) entender, levando em consideração o sistema de coerência especializado sob o qual operam, materializado no discurso narrativo, os significados atribuídos pelos sujeitos de pesquisa à violência na favela.

Discutiremos, inicialmente, importantes aspectos relativos aos significados atribuídos à pobreza e à violência na favela. Na seção seguinte, abordaremos em mais detalhes as teorias que compõem o aporte teórico-metodológico deste trabalho. Na sequência, apresentaremos a metodologia utilizada para coleta e análise dos dados, assim como o contexto da pesquisa. Em seguida, será conduzida a análise dos dados, atrelada às teorias e estudos da área de interesse da pesquisa. Na última seção, será apresentada a conclusão e considerações finais sobre o estudo.

1. A SIGNIFICAÇÃO DA POBREZA

Segundo Sarti (2011), a definição de pobreza é algo relativo, de forma que “qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico” (2011, p. 42). Ou seja, partindo do princípio de que a realidade social é simbolicamente construída no discurso, pode-se afirmar, então, que a pobreza, assim como todo objeto social, só pode ser compreendida por meio da significação daqueles que a vivem. Notar-se-á, nos dados desta pesquisa, que os participantes não se autointitulam pobres, mas se reconhecem como estando em situação de vulnerabilidade social. Então, embora eles não utilizem explicitamente a classificação pobre, entendo que eles se reconhecem como tal, razão pela qual esse termo será adotado no presente trabalho.

Ainda no que tange à compreensão do que é ser pobre, ressalta-se também que definições simplistas, por vezes, beiram o estereótipo, como acontece no sistema de coerência do senso comum, que, no geral, parece definir os mais pobres apenas em termos daquilo que não possuem (sem mencionar idealizações mais preconceituosas e estigmatizantes, que associam a imagem dessa parcela expressiva da população, principalmente daqueles que moram em favelas, à criminalidade, por exemplo).

Contudo, Sarti (2011) critica esse pensamento sociológico que nega referências positivas às classes menos favorecidas, pois embora sejam quase sempre representadas pela escassez, elas não são feitas só de ausências. Há, nesses grupos, valores fortemente emblemáticos e caracterizadores da lógica particular desses indivíduos, como a moral da família, do estudo e do trabalho (Oliveira, 2012; Sarti, 2011; Zaluar, 2000 [1985]), que está diretamente ligada ao sistema de crenças e valores das classes populares.

2. VIOLÊNCIA E FAVELA

A violência, assim como a pobreza, não é de fácil definição. Em essência, ela significa o emprego da força que, quando em excesso, ultrapassa os limites e regras tácitas, tornando-se violenta e maléfica (Zaluar, 1999). Entretanto, a violência pode se apresentar de várias formas, desde aquela que inflige dor e injúria física, conforme a sua definição mais básica, àquela moral ou simbólica (Zaluar 2003), cujo dano acontece na alma. Para Zaluar (1999) e Misse (2008), violência é, assim, um termo polifônico, tanto no que tange a sua significação como suas manifestações; porém, na prática, o que vai caracterizar um ato como violento ou não é a percepção daquele que a vive. Nesse contexto, Misse (2008, p. 8) explica que

As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta.

Dessa forma, enquanto determinada experiência pode ser classificada como violenta por um indivíduo, pode não o ser por outro, visto que suas crenças, valores e história de vida podem interferir na construção desses significados. Tal fenômeno far-se-á nítido nos dados desta pesquisa, uma vez que os participantes da primeira e da segunda entrevista narram, de formas bem diferentes, episódios de violência na favela.

Ainda nesse viés polifônico, Zaluar (1999) pontua a existência de diferentes formas de violência, como o não reconhecimento do outro, a negação da dignidade humana, a ausência de compaixão, entre outros. Porém, a estudiosa chama especial atenção para a concepção de violência estrutural, ligada diretamente a questões relacionadas à pobreza, como desigualdade social, segregação, preconceito e exclusão. Essa violência moral, conforme mencionado no início deste tópico, não atinge o corpo, mas deixa marcas talvez até mais profundas na constituição do indivíduo, ao ser discriminado ou receber tratamento diferente devido à localidade onde mora. Muitas vezes, esse tipo de violência é silencioso (Zaluar, 1999), derivado justamente das inequidades sociais e econômicas existentes em nossa sociedade.

Em se tratando do contexto específico desta pesquisa, outro tipo de violência que vale ser mencionada é a problemática do tráfico de drogas e das facções criminosas nas favelas no Rio de Janeiro. Embora a grande maioria dos moradores dessas localidades sejam trabalhadores honestos, é inegável o fato de que, com o passar do tempo, essas regiões foram sendo tomadas por criminosos associados ao mercado de drogas e ao crime organizado, o que impacta a vida da sociedade como um todo. Segundo Lessing (2008), há atualmente, nas favelas do Rio de Janeiro, um comércio de drogas altamente estruturado, como não é visto em nenhum outro estado brasileiro.

Porém, a maioria dessas facções promovem, de certa forma, melhorias na infraestrutura da comunidade, o que geralmente funciona como troca de favores, já que é esperado dos beneficiários que colaborem com os traficantes, no sentido de não passarem informações para a polícia ou até mesmo escondendo drogas e armamentos em suas residências, por exemplo. Dessa forma, conforme apontam Zaluar (2000 [1985]) e Sarti (2011), a própria definição de bandido se torna complexa e ambígua, já que ao mesmo tempo que impõem “relações tensas, com base no medo de quem se sabe ameaçado, no limite, por armas de fogo” (Sarti, 2011, p. 124-125), eles também atuam como “defensor[es] da inviolabilidade do território que ocupam” (Zaluar, 2000 [1985]), o que faz com que sejam categorizados, muitas vezes, de forma positiva pelos moradores. Tal fato pode ser, igualmente, observado no excerto 2, desta pesquisa.

3. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a compreensão e análise dos dados de pesquisa, foi utilizada uma tríade teórico-metodológica, conforme exposto na sequência.

3.1 Sistemas de coerência

Segundo a teoria de Linde (1993), a coerência discursiva é criada em caráter cooperativo na interação e representa uma espécie de obrigação social dos participantes, a fim de que se construam como membros competentes de suas culturas. Nesse sentido, coerência é aquilo que permite que os significados sejam coconstruídos e negociados nas práticas discursivas, funcionando como uma rede de conhecimentos, crenças e valores compartilhados que envolve os participantes, deixando-os em uma espécie de sintonia em relação ao que está sendo dito.

Segundo a estudiosa, a coerência passa por dois processos: um de demanda individual, na qual o indivíduo, a partir da sua subjetividade, atribui coerência ao que está sendo dito; e outro, ainda mais relevante, de demanda interpessoal, no qual a coerência é construída socialmente, em uma atividade colaborativa entre os participantes. Essa coerência social, criada e negociada na interação, está ligada diretamente à cultura, crenças e valores dos participantes. Então, caso os atores sociais não compartilhem dos mesmos sistemas de coerência, essa espécie de sintonia pode ser desfeita, colocando em jogo a construção de sentidos, pois o que é coerente para um, pode não o ser para outro.

Em relação aos diferentes sistemas de coerência, Linde (1993) os divide em senso comum, que representa um sistema de crenças e suposições que supostamente são compartilhados por todos os membros daquela cultura. Isto é, quando todos os participantes estão operando nesse sistema, a coerência é facilmente construída, já que as crenças nele presentes são evidentes e explícitas para todos. Porém, a estudiosa sublinha a existência de outros sistemas de coerência, os especializados, que dizem respeito à lógica de grupos específicos, pertencentes a determinadas áreas do conhecimento ou contextos mais restritos, como é o caso dos sujeitos deste estudo.

3.2 Performances identitárias

No que tange à concepção de identidade, alinhando-me, uma vez mais, aos estudos pós-modernos e socioconstrucionistas, que abordam essa temática dentro uma concepção antiessencialista (Bauman, 2005; Bucholtz; Hall, 2005; Fabrício; Bastos, 2009; Moita Lopes, 2002, 2003), na qual a identidade é entendida não como uma categoria fechada e fixa, em que as pessoas 'são', mas sim como algo fluído, que está sujeito a construções e reformulações a todo tempo. Tal concepção tem como foco de análise as práticas discursivas, por entender que a identidade é um produto direto dela e, especialmente, da linguagem, estando, portanto, ligada muito mais a questões sociais e culturais do que cognitivas ou psicológicas (Bucholtz; Hall, 2005).

A utilização das teorias relativas à identidade será essencial para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados, uma vez que os indivíduos, enquanto constroem suas identidades no discurso, vão, automaticamente, se alinhando a determinados valores, e é nesse processo que "as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo suas identidades sociais ao agir no

mundo por intermédio da linguagem” (Moita Lopes, 2002, p. 30). Então, para entender melhor esse grupo de indivíduos e investigar a forma como compreendem e categorizam o mundo social que os cercam, faz-se indispensável analisar suas performances identitárias, que são local e socialmente situadas (Bucholtz; Hall, 2005).

Outro ponto relevante para esta pesquisa é a noção de identidade de grupo, uma espécie de “eu coletivo”. Isto é, além da construção de uma identidade social, de certa forma individualizada, os indivíduos, por vezes, reivindicam também identidades que remetem à noção de grupo. A esse fenômeno, Sarti (2011) chama de identidade étnica, que são as características, valores, crenças e ideologias que os indivíduos reclamam para si e para o grupo do qual fazem parte, demonstrando uma forte noção de pertencimento. Assim, a identidade é entendida, também, como um fenômeno relacional (Bucholtz; Hall, 2005; Fabrício; Bastos, 2009), uma vez que é construída em relação ao contexto social e situacional da interação e, fundamentalmente, em relação às similaridades e/ou diferenças que se estabelecem diante de outras identidades sociais, ou seja, em relação ao outro.

Em outras palavras, são as relações de similaridades que fazem os membros do grupo se reconhecerem como tal, no sentido de se alinharem aos mesmos valores e crenças, por exemplo, enquanto as diferenças promovem uma espécie de fronteira entre o nós e o eles, ao ressaltar as singularidades que os distinguem. Processo semelhante acontece no presente estudo, quando os participantes das entrevistas, por diversas vezes, reivindicam a identidade de legítimos moradores da favela ao invocarem características que eles julgam serem específicas desse grupo e, com isso, traçam uma nítida, porém não tão explícita, diferenciação entre eles, os “crias” da favela, e eu, a estrangeira.

Então, com base no exposto, assume-se que olhar para a construção e negociação situada das identidades é, também, uma forma de gerar inteligibilidades sobre o contexto macrossocial a partir de uma perspectiva êmica, pois “práticas discursivas, práticas identitárias e mundo social se encontram entrelaçados, em permanente relação de implicação mútua, já que constituem e são constituídos uns pelos outros” (Fabrício; Bastos, 2009, p. 40).

3.3 Análise da Narrativa

A narrativa pode ser entendida como “forma de organização básica da experiência humana” (Bastos, 2004), já que que “contando histórias, os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos” (Bastos; Biar, 2015). Independente do assunto da narrativa, ela sempre é uma forma de autoapresentação do narrador, ou seja, tudo que é dito (e como é dito) funciona para reivindicar identidade(s) (Mishler, 1986). Porém, na atividade de narrar, “não apenas transmitimos o sentido de quem somos, mas também construímos relações com os outros e com o mundo que nos cerca” (Bastos, 2005, p. 74). Assim, as histórias que contamos são tidas como espaço privilegiado para a produção de sentido (De Fina; Perrino, 201), através das quais é possível

estudar a vida social no geral (Bastos, 2004, 2005). Portanto, olhar para as histórias contadas, tanto em conversas cotidianas como em entrevistas, propicia acesso ao universo simbólico dos indivíduos, tanto no que tange à forma como significam a si próprios, como as outras pessoas e o mundo.

No que tange à estrutura da narrativa, este estudo tem como fio condutor o modelo laboviano, principalmente em termos de identificação do “esqueleto” da história. Para esse autor, a estrutura geral da narrativa, quando completa, é tipicamente composta das seguintes partes (Labov, 1972): resumo (orações que abrem a narrativa e sintetizam o seu conteúdo); orientação (contextualização da história); ação complicadora (sequência de eventos), avaliação (é a parte mais importante, pois é por meio dela que o narrador indica o ponto da narrativa, podendo ser externa – quando o fluxo narrativo é suspenso – ou encaixada – quando é feita ao longo da história, por pistas de contextualização, por exemplo); resultado (conclusão da série de eventos) e coda (estabelece uma ponte entre o tempo da narrativa e o tempo presente).

Apesar de termos como parâmetro para identificação e análise das narrativas desta pesquisa o modelo canônico laboviano exposto acima, consideramos igualmente relevantes as teorias de Bamberg e Georgakopoulou (2008), que defendem a importância de se olhar também para as narrativas menores, as *small stories*. Essas narrativas são assim chamadas em referência à sua extensão, pois são de fato mais curtas, e também à tendência pós-moderna das microanálises.

Contudo, chamamos a atenção para o fato de que não só a estrutura da narrativa e o evento narrado são relevantes para a sua análise, mas também (e talvez principalmente) o evento narrativo – o plano da interação –, que pode revelar questões essenciais sobre as histórias (Bamberg; Georgakopoulou, 2008). Portanto, a combinação do exame tanto dos eventos narrados como das sutilezas e nuances interacionais do evento narrativo viabiliza a compreensão dos sentidos que estão sendo coconstruídos e negociados por meio das narrativas, sentidos esses que podem apontar para questões que transcendem o aqui e o agora e que são fundamentais para a compreensão do mundo social.

4. METODOLOGIA

O presente estudo insere-se em uma abordagem sociointeracional do discurso e flerta com a Etnometodologia e a Etnografia. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e interpretativista que, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), constitui-se em uma atividade situada, que busca “entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Isto é, visa a compreender o mundo social a partir da perspectiva dos próprios atores sociais.

Os dados que compõem o *corpus* de análise deste trabalho foram gerados a partir de entrevista de pesquisa, que se constitui em importante ferramenta da pesquisa interpretativista,

principalmente no que tange ao estudo da narrativa, posto que “a análise de como e o que as pessoas narram em entrevistas de pesquisa remete a estruturas socioculturais mais amplas, ao universo social no qual transitam os interactantes” (Bastos; Santos, 2013).

4.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada com sete adolescentes, com idade entre 15 e 18 anos. Além de moradores de favelas da Ilha do Governador, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, os jovens têm em comum o fato de serem atendidos pelo Programa Forças no Esporte – Profesp, que se trata de um programa social desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Cidadania, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Educação, tendo como público-alvo crianças e adolescentes com idade entre 6 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social.

4.2 As entrevistas

As narrativas analisadas foram geradas a partir de duas entrevistas semiestruturadas, conduzidas em grupos: a primeira composta por três rapazes e a segunda por quatro jovens (três meninas e um menino). Os encontros aconteceram na biblioteca da Organização Militar onde os jovens são atendidos pelo Profesp, que também era o meu local de trabalho à época.

Nas entrevistas, busquei abordar tópicos mais voltados para a educação, família e aspirações para o futuro; contudo, conforme costuma acontecer em entrevistas semiestruturadas, a conversa acabou seguindo seu próprio rumo, levando-nos a conversar, principalmente, sobre o assunto favela, trazendo a reboque o tema violência.

Por ter sido conduzida com seres humanos, a presente pesquisa foi submetida à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 031/2020, tendo obtido o parecer favorável para a sua realização, conforme o protocolo 60/2020. Vale ressaltar que todos os participantes, bem como seus responsáveis, concordaram com a pesquisa por meio de assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e do Consentimento Livre e Esclarecido, respectivamente. Além disso, seus nomes, bem como os nomes das comunidades onde moram, foram substituídos ao longo do trabalho por outros, fictícios, para que suas identidades sejam preservadas.

4.3 Procedimentos de análise dos dados – segmentação e transcrição

Os excertos selecionados foram transcritos com base em adaptações e simplificações das convenções utilizadas na Análise da Conversa e na Sociolinguística Interacional, conforme proposto por Garcez, Bulla e Loder (2014). Nas transcrições, procurei capturar o máximo de aspectos

paralinguísticos possíveis, como entonação, volume, ritmo, pausas, inflexões, risadas e demais pistas de contextualização (Gumperz, 2013 [1982]) que pudessem ser relevantes para a análise.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Para os fins deste estudo, foram selecionadas duas narrativas: uma proveniente da entrevista 1 e outra da entrevista 2. A análise terá início a partir da identificação da estrutura básica da narrativa, com base no modelo laboviano. Identificadas as principais partes, olharei, especialmente por meio das avaliações e das pistas de contextualização emitidas na interação, para o que as histórias narradas apontam com relação ao universo simbólico dos indivíduos, especialmente no que tange ao tópico violência na favela.

5.1 Entrevista 1 – Bernardo, Augusto e Peter

A entrevista teve início com uma breve apresentação dos participantes. Pedi a eles que me dissessem nome, idade, local onde moram e onde estudam. Em seguida, falamos um pouco sobre escola e educação e depois perguntei-lhes como haviam sido suas infâncias. Ao direcionar a pergunta para o participante Augusto, desenrolou-se o trecho a seguir, aos 12 minutos e 10 segundos da entrevista.

Excerto 1 - “ei gente, é tiro, hhh, daqui a pouco passa” hhhh (12:10 – 13:33)

01	Paula	Augusto, o que que você LEMbra aí assim? o que que
02		você...
03	Augusto	minha infância era muito <u>boa</u> , fio. a gente
04		brincava, não subia↑ não queria saber de nada.
05	Bernardo	hh até quatro da manhã na rua jogando bola, não
06		tem essa de tiro, de polícia, IXI↑ só vai↑
07	Paula	mas por que, <u>hoje</u> tem?
08	Bernardo	↑AH [tem
09	Augusto	[muito. seis horas da manhã quando fui sair
10		pro profesp na↑ semana passada tava tendo tiro,
11		fio
12	Paula	é? lá no Parque Re[al?
13	Augusto	[e acordei com- acordei com som
14		de tiro
15	Bernardo	eu fui buscar=
16	Peter	=despertador natural hhh
17	Bernardo	eu fui buscar minha saudosa menina na faculdade e
18		a gente hh ficou vendo o tiroteio hhhhhh
19	Paula	caramba
20	Bernardo	a gente dentro do ônibus- do ônibus não, da van.
21		aí do nada eu ouvi um pipoco, só que eu, a gente
22		costuma usar é... a linguagem popular pra... cria
23		ou rataria (.)
24	Paula	hum
25	Bernardo	né, que quer dizer que a gente tipo é criado em
26		favela, morro, então tipo não tem (.) [tanto

27	Augusto	[a gente é
28		cria[do
29	Bernardo	[exatamente
30	Augusto	então a gente chama de cria
31	Bernardo	é
32	Paula	hum
33	Bernardo	aí tipo a gente não tem <u>tanta</u> preocupação assim,
34		entendeu?
35	Paula	entendi
36	Bernardo	por causa do costume. (.) aí eu fiquei lá tipo
37		"caraca, é tiro" hhhh e tô vendo as pessoas
38		desesperadas "ei gente, é tiro, hhh, daqui a pouco
39		passa" hhhh
40	Peter	daqui a pouco passa uma bala pegar no vidro
41		"eita!" hhh
42	Bernardo	hhhhh
43	Peter	é normal hhhhh
44	Bernardo	hhhhh
45	Peter	lá em casa tem que trocar o vidro todo mês
46	Bernardo	HHHHHHH pior que é hhh
47	Peter	Mas é
48	Bernardo	hhhhh, a casa da minha avó ela já trocou hh umas
49		cinco, mané
50	Paula	↑caramba, SÉRio gente?
51	Augusto	sério

Ao ser perguntado sobre sua infância, Augusto diz que era muito boa, ao que Bernardo complementa: até quatro da manhã na rua jogando bola, não tem essa de tiro, de polícia (linhas 05-06). Tal comentário deixa implícito que hoje em dia a situação está diferente no local onde moram, que aparenta não ser mais tão tranquilo quanto costumava ser quando eram crianças. Essa observação levou-me a fazer uma pergunta de confirmação (linha 07), que acabou servindo de gatilho para as duas pequenas histórias que se seguiram, ambas relacionadas ao local onde moram.

A primeira narrativa, uma *small story* (Bamberg; Georgakopoulou, 2008), é introduzida por Augusto na linha 09 que, de acordo com o modelo laboviano, contaria apenas com uma breve orientação - seis horas da manhã quando fui sair pro profesp na↑ semana passada -, seguida da ação complicadora, que se constitui em dois eventos: começou um tiroteio e ele acordou em decorrência do barulho dos tiros (linhas 10-11, 13-14). Ao olharmos unicamente para o evento narrado, poderíamos facilmente inferir que se trata de uma experiência negativa ou até traumática, devido ao seu caráter violento. Entretanto, ao olharmos para o evento narrativo (o plano interacional), nota-se que a história é enquadrada por Peter (linha 16) como algo engraçado, ao passo que ele faz um comentário sarcástico sobre o evento (=despertador natural hhh), que vem acompanhado de risadas.

Bernardo parece concordar com a avaliação de Peter ao se alinhar a ele por meio da inserção de uma outra narrativa, que começa, igualmente, com o enquadre de "algo engraçado". Garcez (2001), baseando-se na obra de Sacks (1992 *apud* Garcez, 2001), chama a atenção para o importante papel que segundas histórias têm na interação, pois são consideradas uma maneira de

ratificar a relevância da história anterior. Além disso, nesse caso específico, a introdução de uma segunda história sobre o mesmo tema (tiroteio) parece ter o intuito subjetivo de reivindicar uma identidade coletiva, de mostrar que ambos compartilham do mesmo sistema de coerência e que, portanto, compreendem um ao outro.

Em relação a essa segunda narrativa, um pouco mais complexa que a primeira, nota-se que Bernardo tenta negociar um turno maior para narrar sua experiência (linha 15), mas é interrompido pelo comentário de Peter (linha 16). No entanto, essa interrupção não parece ter sido interpretada pelos participantes como algo rude; pelo contrário, nota-se que eles estão engajados na coprodução de sentidos, o que indica um alto envolvimento dos participantes com o assunto em pauta. Na linha 17, Bernardo pega o turno novamente e consegue dar prosseguimento à sua narrativa. Ele começa fazendo um resumo do que será a história: *eu fui buscar minha saudosa menina na faculdade e a gente hh ficou vendo o tiroteio hhhhhh* (linhas 17-18). Já no resumo, é possível ver, por meio das avaliações encaixadas de Bernardo (prosódia e risadas), que ele entende a experiência que está prestes a narrar como algo divertido e engraçado. Em seguida, ele orienta os demais participantes com relação ao local onde a história se passa, a van, e introduz a primeira oração narrativa, constitutiva da ação complicadora: *aí do nada eu ouvi um pipoco*, (linha 21).

Porém, em vez de dar prosseguimento à narrativa, o participante decide suspender o fluxo da história para oferecer uma explicação de pano de fundo. Então, ao abrir esse parêntese, Bernardo identifica-se como *cria/rataria*, que quer dizer que a gente tipo é criado em favela, morro, (linhas 25-26). Ao fazê-lo, o adolescente reivindica para si e para os demais participantes, já que usa o pronome *a gente*, a identidade de um legítimo morador de comunidade, alguém que por ter sido criado na favela tem uma espécie de autoridade para falar sobre o assunto, demonstrando, também, bastante senso de pertencimento e afiliação ao local e ao grupo dos quais faz parte. Além disso, Bernardo parece usar seu comentário para justificar a falta de preocupação com o tiroteio, conforme linhas 33 e 34, já que por ser “rataria”, parece estar acostumado a vivenciar esse tipo de experiência.

Já na linha 36, Bernardo retoma a narrativa, dizendo: *aí eu fiquei lá tipo “caraca, é tiro” hhhh e tô vendo as pessoas desesperadas “ei gente, é tiro, hhh, daqui a pouco passa” hhhh*. Com base nesse trecho, nota-se que a sequência de eventos de sua experiência foi: estava na van com sua namorada, ouviu barulho de tiros, observou que as pessoas presentes ficaram assustadas e alertou-as de que não havia o que temer, pois o tiroteio não demoraria a acabar. Embora ele não use todos os verbos de forma explícita no pretérito perfeito, é possível notar que há junção temporal em sua história e, portanto, mesmo que não seja uma narrativa canônica nos moldes laboviano, é uma narrativa. No que tange à forma como Bernardo avalia a experiência, pelo conteúdo de suas próprias falas reportadas e pelas pistas de contextualização do plano interacional, percebe-se, mais uma vez, que ele enquadra os acontecimentos como algo engraçado e corriqueiro. Isso também fica claro nos comentários que se

seguem à narrativa e que complementam e se alinham a sua avaliação, pois todos são repletos de risadas, apesar de retratarem situações que dentro do sistema de coerência do senso comum são entendidas como sérias. Merece atenção, também, o meu comentário: †caramba, SÉRio gente? (linha 50), no qual fica nítido o meu espanto com os eventos narrados por eles. Esse sentimento, marcado principalmente pela interjeição *caramba* e pela entonação da minha fala, aponta para os diferentes sistemas de coerência sob os quais operamos. Enquanto para eles tiros e janelas quebradas por balas perdidas (linhas 40-49) são normais e engraçados, para mim, mais alinhada ao senso comum, é algo que parece causar certa perplexidade.

O ponto da narrativa parece ser mostrar que a comunidade, a qual era tranquila na época de suas infâncias, foi tornando-se violenta com o passar do tempo, mas que, apesar disso, eles – crias do morro – não sentem medo por já terem se habituado. Contudo, o que mais chama a atenção nesse excerto é o fato de classificarem, tanto implícita (conforme as inúmeras pistas de contextualização ao longo da narrativa) quanto explicitamente (conforme linha 43), esses episódios como normais. Por meio dessas duas narrativas breves, eles parecem, então, normalizar e naturalizar a violência, o que chama a atenção para questões mais amplas, relacionadas ao contexto macrossocial no qual estão inseridos, indo além do plano narrado ou narrativo.

A entrevista, que teve a duração de 48 minutos, continuou depois disso com o surgimento de várias outras narrativas, sobre esse e outros assuntos. Porém, devido às limitações e escopo deste estudo, me limitarei a análise apenas desse excerto.

5.2 Entrevista 2 – Daniele, Ricardo e Tatiane

Iniciamos a entrevista 2 discutindo, também, sobre aspectos relacionados à vida cotidiana deles. Vários assuntos foram conversados, até que começam a falar sobre a influência do tráfico de drogas nas regiões onde moram, o que fez emergir uma sequência de narrativas sobre experiências violentas vivenciadas pelos participantes. Dentre elas, selecionei a que vem a seguir, devido a relevantes aspectos observados tanto em seu nível micro como macro.

Excerto 2 - “minha avó até explicar que ele não era bandido, que ele não era nada, ele ti- já tinha apanhado muito” (36:40 – 37:47)

01	Daniele	uma vez meu irmão tinha:: (.) meu irmão tinha uns
02		treze anos >agora tem dezenove< aí tipo ele foi
03		>com a mi- ele foi< comprar pão (.) na hora que a
04		polícia tipo entrou né, e aí (.) ele tinha medo
05		d- ele tem ainda °fobia de polícia, tem muito
06		medo muito medo° >a polícia aponta ele já sai
07		correndo< aí el- >antigamente ele criança né<, aí
08		a polícia apontou ele saiu correndo com o saco de
09		pão na mão e o dinheiro, aí ele entrou d- dentro
10		de casa, aí as polícias viu, aí quando entrou lá
11		

12		dentro de casa a polícia entrou e bateu muito nele eu tava na hora eu vi, aí comecei a chor[ar
13	Tatiane	[ele
14		tinha quantos an[os?
15	Daniele	[minha av- meu irmão tinha treze
16		anos
17	Tatiane	°que isso gente°
18	Daniele	ele tem uma marca ele >[tem uma marca aqui até
19		hoje aqui ó<
20	Ricardo	[porque també::m a maioria
21		dos bandidos dá mai:s medo que:: NÃO, a maioria
22		da: da polícia dá mais medo que os bandidos
23	Paula	tem mais medo de: [polícia do que dos bandidos
24	Daniele	[ele tem uma marca aqu- até
25		aqu- no pescoço até ho[je assim
26	Paula	[disso?
27	Tatiane	até [porque a gente convive
28	Daniele	[porque eles bateram com aquele ferro assim,
29		aí bateram muito no meu irmão >[meu irmão foi
30		desmaiado pro hospital<
31	Ricardo	[pé de cabra?
32	Daniele	é↓
33	Tatiane	até porque a gente convive né, aí tipo assim, a
34		gente é acostumada co[m a comunidade
35	Daniele	[deram coronhada na cabeça
36		dele, aí: minha avó até explicar que ele não era
37		bandido, que ele não era nada, ele ti- já tinha
38		apanhado muito. até hoje=
39	Paula	=por isso ele tem fobia, né?

Nesse excerto, a narrativa tem seu início já na linha 01, com uma expressão que tipicamente marca o início de histórias, *uma vez*, informando para os ouvintes que um turno maior de fala, cujo enquadre é de narrativa, está para começar. Em seguida, tem-se a orientação, na qual Daniele nos situa sobre quando a história aconteceu: meu irmão tinha:: (.) meu irmão tinha uns treze anos >agora tem dezenove< (linhas 01-02). Logo após, a narradora introduz a primeira oração narrativa: ele foi >com a mi- ele foi< comprar pão (.) na hora que a polícia tipo entrou né, (linhas 02-04). Porém, quando ela ia introduzir a segunda oração da ação complicadora, por meio do marcador e aí (.) (linha 04), resolve suspender o fluxo narrativo para introduzir avaliações externas, ao dizer como seu irmão se sentia e continua se sentindo em relação à polícia: ele tinha medo d- ele tem ainda °fobia de polícia, tem muito medo muito medo° >a polícia aponta ele já sai correndo< (linhas 04-07). Nesse trecho avaliativo, nota-se o uso repetido do advérbio de intensidade *muito* e da palavra *fobia*, que enfatizam e potencializam o sentimento de medo atribuído ao seu irmão e que claramente conferem caráter negativo à experiência que está sendo narrada.

Em seguida, na linha 07, depois de reforçar que naquela época ele era criança, o que parece funcionar, em seu ponto de vista, como justificativa para a atitude do seu irmão de sair correndo, Daniele retoma o fluxo narrativo, introduzindo as demais orações da ação complicadora:

aí a polícia apontou ele saiu correndo com o saco de pão na mão e o dinheiro, aí ele entrou dentro de casa, aí as polícias viu, aí quando entrou lá dentro de casa a polícia entrou e bateu muito nele (linhas 07-12). Com base nessa sequência de eventos, percebemos que o núcleo da história, sua ação complicadora, é composto das seguintes ações: seu irmão, por ter medo da polícia e ser ainda imaturo, quando a viu, saiu correndo; a polícia correu atrás dele, mas mesmo sem um motivo concreto, bateu muito nele (elemento de avaliação encaixada), ao que Daniele complementa: eu tava na hora eu vi, aí comecei a chor[ar (linha 12). Este último enunciado funciona também como uma avaliação da ação complicadora, pois ao dizer que chorou muito vendo a cena, a adolescente parece mostrar que entendeu aquela experiência como dolorosa, o que aponta para a forma como ela significou o ocorrido.

A narradora não parece ser a única a avaliar os eventos narrados negativamente. Depois de perguntar a idade do personagem principal da história, Tatiane parece alinhar-se à avaliação feita por Daniele por meio do comentário "que isso gente" (linha 17), que demonstra espanto e repreensão em relação ao que estava sendo narrado. Ou seja, assim como Daniele, Tatiane parece julgar a ação da polícia como exagerada e infundada, causadora de dor e sofrimento desnecessários. Após um enunciado de Daniele (linhas 18-19), que se assemelha a uma coda por nos trazer de volta ao tempo presente por meio do marcador *hoje*, ele tem uma marca ele >[tem uma marca aqui até hoje aqui ó<, Ricardo também se alinha aos significados que estão sendo coconstruídos e atribuídos à polícia, ao dizer que a maioria da: da polícia dá mais medo que os bandidos (linhas 21-22). Percebe-se, assim, que a polícia é claramente significada por eles de forma negativa, associada ao medo e à violência.

Sobre esse entendimento, de que eles se sentem mais confortáveis na presença de bandidos do que da polícia, Tatiane diz, nas linhas 27 e 33-34, que isso acontece porque eles convivem com bandidos, já estando, portanto, acostumados. É possível interpretar tais enunciados como uma espécie de justificativa para o fato de eles preferirem os bandidos à polícia, o que se torna explícito, principalmente, pelo marcador *porque* (linhas 27 e 33), comumente utilizado para introduzir explicações. Ou seja, dentro do sistema de coerência do senso comum, mesmo que a polícia seja, muitas vezes, avaliada também de forma negativa, é esperada uma preferência dos bandidos em relação a ela. Então, talvez Tatiane tenha sentido a necessidade de justificar o porquê de eles terem mais medo da polícia que dos bandidos por perceberem que estavam contrariando a expectativa do senso comum.

Voltando à análise mais estrutural da narrativa, percebe-se que Daniele retoma a ação complicadora nas linhas 28-31, [porque eles bateram com aquele ferro assim, aí bateram muito no meu irmão >[meu irmão foi desmaiado pro hospital<, mesmo depois de aparentemente já tê-la terminado. Tal fato parece ter sido em decorrência da ativa contribuição dos demais participantes na história, o que talvez a tenha estimulado a continuar sua narrativa, levando-a a inserir mais detalhes. Na linha 35, ela acrescenta mais uma oração narrativa: [deram coronhada

na cabeça dele, seguida do que parece ser o resultado da série de eventos, aí: minha avó até explicar que ele não era bandido, que ele não era nada, ele já tinha apanhado muito. (linhas 36-38), finalizando com uma coda coconstruída por ela e por mim, nas linhas 38 e 39: até hoje= / =por isso ele tem fobia, né?, que retoma o tempo presente com o verbo *tem*, concluindo a história.

O ponto da narrativa, em última análise, parece ser, então, de que a polícia é covarde e é por isso que se deve ter mais medo dela do que dos bandidos, opinião que foi construída e negociada de forma coparticipativa entre a narradora e os demais participantes.

Depois dessa narrativa, quatro outras histórias sobre a mesma temática ainda surgiram na sequência, todas elas carregadas de eventos violentos, como abuso policial e jovens inocentes assassinados. Embora tais histórias sejam de grande relevância e repletas de significados, não irei abordá-las aqui devido às limitações de espaço e recorte analítico deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivou-se entender e analisar, por meio do discurso narrativo, a coconstrução e negociação de significados pelos adolescentes participantes da pesquisa em relação às identidades sociais, crenças e valores do grupo, especialmente no que tange à violência no contexto onde vivem: a favela.

Então, ao escrutinar os dois excertos narrativos que compuseram o corpus de análise desta pesquisa, foi possível observar que as representações que fizeram das comunidades onde moram foram carregadas de significados, deixando transparecer a forma como eles se veem no mundo, seus valores e como entendem e categorizam a vida social que os cerca. Contudo, foi possível notar, também, que esses significados são repletos de ambiguidades e conflitos, principalmente no que tange à violência, pois enquanto para o grupo 1 esse fenômeno aparenta ser algo que, de tão comum, é até motivo de piada, para o grupo 2 é fonte de grande medo e angústia.

No excerto 1, há uma nítida naturalização da violência, o que é observado por meio das pistas de contextualização do evento narrativo, como as risadas, as piadas e a forma jocosa com que a narrativa sobre tiroteio foi contada. Uma das interpretações possíveis para essa naturalização da violência, segundo Velho (2004), é o fato de esse fenômeno social estar cada vez mais presente em nossas rotinas, o que, de certa forma, apaga o seu caráter extraordinário (Bruner, 1990).

Porém, é possível, ainda, interpretar que as histórias foram contadas dessa maneira em uma tentativa dos participantes de se projetarem sob uma luz favorável na conversa (Goffman, [1959] 2020). Levando em consideração a assimetria do encontro, no sentido de que não compartilhamos da mesma idade, gênero ou classe social, é possível que eles estivessem buscando uma desassociação da imagem de vulnerabilidade e fragilidade, a fim de se construírem de forma positiva na interação.

Já no excerto 2, a violência na favela, que nessa passagem é personificada pela figura policial, recebeu um enquadre bem diferente, sendo avaliada como causadora de dor e sofrimento. Além dessa narrativa, várias outras, que não estiveram sob escrutínio neste trabalho devido às limitações de espaço, foram contadas na entrevista, conforme mencionado na análise do excerto 2, e todas atribuem esse mesmo significado negativo à violência. Em outras palavras, em nenhuma delas é notada qualquer pista de contextualização que dite um enquadre engraçado ou alegre às mais variadas formas de violência que se manifestam na favela.

No que tange à construção identitária e sistemas de coerências dos sujeitos de pesquisa, vale destacar que em ambos os excertos é possível notar a distinção que os participantes fazem entre “nós”, os crias da favela, que já estamos habituados à violência, e “vocês”, que pertencem a outro contexto, e talvez não entendam bem a nossa realidade. Ou seja, percebe-se, então, que eles se entendem como um grupo à parte da sociedade, de certa forma desassociados do senso comum.

Portanto, levando em consideração que o micro contém o macro, no sentido de que as situações sociais são ancoradas no mundo social ao redor (Goffman, 1986), ao analisar as histórias desses sete adolescentes, é possível ter uma noção bem aproximada das vulnerabilidades que atingem esse grupo da população e de como eles entendem essas questões. Embora a violência não seja novidade para ninguém, analisar esses fenômenos sob a perspectiva do próprio nativo tem um significado muito mais forte e completo.

Então, ao findar desta pesquisa, espero colaborar para a geração de novas inteligibilidades sobre o contexto social deste grupo, bem como incentivar o desenvolvimento de mais políticas que, assim como o Profesp, busquem a promoção de uma vida mais plena, digna e segura para esses jovens. Por fim, deixo o caminho aberto para que mais pesquisas sobre essa temática sejam realizadas, principalmente no que tange à ordem moral e ao sistema de crenças e valores desses grupos.

REFERÊNCIAS

- BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, v. 28, n. 3, p. 377-396, 2008.
- BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, v. 31, p. 97-126, 2015.
- BASTOS, L. C.; SANTOS, W. Introdução: Entrevista, narrativa e pesquisa. *In*: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. (org.). **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2005.

- BRUNER, J. **Acts of meaning**: Four Lectures on Mind and Culture. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- BUCHOLTZ, M; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. **Discourse studies**, v. 7, 4–5, p. 585-614, 2005.
- DE FINA, A.; PERRINO, S. Introduction: Interviews vs. 'natural' contexts: A false dilemma. **Language in Society**, v. 40, p. 1–11, 2011.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- FABRÍCIO, B. F.; BASTOS, L. C. Identidade de grupo: a memória como garantia do nós face ao outro. *In*: PEREIRA, M. G. D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (org.). **Discursos sócio-culturais em interação: Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política, gênero e migração**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 39-66.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescobertas em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo, Parábola Editorial, 2006. p. 45-63.
- GARCEZ, W. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. *In*: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (org.) **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.
- GARCEZ, P. M.; BULLA, G. S.; LODER, L. L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. **DELTA**, v. 30, n. 2, p.257-288, 2014.
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Harper & Row, 1986.
- GOFFMAN, E. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. 6. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 [1959].
- GUMPERZ, J. Convenções de Contextualização. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (org.) **Sociolinguística Interacional**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Edições Loyola, 2002. p. 149-182
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. *In*: LABOV, W. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972, p. 354-392.
- LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 80, mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2020.
- LINDE, C. **Life stories**: the creation of coherence. New York: Oxford University Press, 1993.
- MISHLER, E. The analysis of interview-narratives. *In*: Sarbin (org.) **Narrative Psychology: The storied nature of human conduct**. New York: Praeger, 1986.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, 2008.
- MOITA LOPES, L.P. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L.P. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. A experiência identitária na lógica dos fluxos: uma lente para se entender a vida social. *In*: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.) **Para além da identidade**: fluxos, movimentos e trânsito. Belo Horizonte, UFMG, 2010. p.09-22.

OLIVEIRA, T. **Educação e ascensão social**: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense. Tese de doutorado. Letras, PPGL, PUC-Rio. 2012.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo, Parábola Editorial, 2006. p. 109-128

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

VELHO, G. **A questão social do novo milênio**: violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel6/GilbertoVelho.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1985].

ZALUAR, A. M. **O contexto social e institucional da violência**, 2003. Disponível em: http://www.ims.uerj.br/nupevi/artigos_periodicos.html?keepThis=true&TB_iframe=true&height=500&width=900. Acesso em: 21 ago. 2020.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da democratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, 1999.

ANEXOS

Quadro adaptado de convenções Jefferson de transcrição, conforme proposto por Garcez, Bulla e Loder (2014).

(.)	Micropausa
=	Fala colada
Palav-	Marca de corte abrupto
[Texto]	Falas sobrepostas
,	Entonação contínua
>palavra<	Fala acelerada
<palavra>	Fala desacelerada
↑texto	Entonação ascendente da sílaba
↓texto	Entonação descendente da sílaba
.	Entonação descendente do turno
?	Entonação ascendente do turno
-	Marca de interrupção abrupta da fala
:	Alongamento de som
TEXTO	Fala com volume mais alto
°texto°	Volume baixo
<u>Texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
()	Fala inaudível
((Texto))	Comentários da transcritora
hhhh	Riso expirado

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Paula Fernandes Teixeira

Formada em Letras (Inglês/Português) pela Fundação Educacional da Região dos Lago; Especialista em Língua Inglesa e Mestre em Letras/Estudos da Linguagem, ambas pela PUC-Rio (Departamento de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem). Pesquisadora na área de Análise de Narrativas e Interação Social, afiliada ao grupo de pesquisa NAVIS, PUC-Rio. E-mail: paulaf.teixeira@yahoo.com

BUTLER, Judith. A reivindicação de Antígona: O parentesco entre a vida e a morte. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Prefácio de Berenice Bento (UnB). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 176 p. ISBN 978-65-5802-8

Resenhado por Analia Bicalho Vencioneck

Antígona, a última tragédia da Trilogia Tebana de Sófocles, foi submetida pelo cânone Ocidental a uma interpretação moral cristalizada que sempre condenou a húbri da personagem central enquanto um atentado à lei do Estado e à ordem simbólica que o rege; é contra tal condenação viciosa que Judith Butler argumenta em *Antígona's claim*, obra publicada pela primeira vez em 2000. Em 2022, contamos com nova tradução do texto para o português sob o título *A reivindicação de Antígona* feita por Jamille Pinheiro Dias, com prefácio de Berenice Bento (UnB). Sendo essa a segunda tradução da obra de J. Butler no Brasil, abre-se a possibilidade de um contraponto crítico à tradução anterior, publicada em 2014, sob o título *O clamor de Antígona*.



Recebido em: 29 de maio de 2023
Aceito em: 01 de outubro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.48806

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Analia Bicalho Vencioneck

vencioneck.analia@gmail.com

vencioneck.analia@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-7233-0509>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESENHA

De modo geral, pode-se afirmar que o livro de Judith Butler é fundamental para os estudos de gênero, uma vez que reflete sobre papéis sociais de gênero partindo de colocações históricas dentro do plano da linguagem e do Direito. Ainda, é leitura imprescindível para aqueles que têm interesse no percurso da crítica de Butler sobre corpos dissidentes quanto às normas binárias de gênero e, mais especificamente, sobre o direito ao luto, discussão que precede outras duas obras nas quais a filósofa investiga contextos de violência de guerra, opressão estatal e a negação ao luto a determinados sujeitos: *Vida Precária: Os poderes de luto e da violência*, publicada pela primeira vez em 2004, e *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*, originalmente de 2009. Bento, em prefácio à obra, diz que “o luto é interpretado por Butler (...) como um dispositivo que permite compreender a distribuição diferenciada de humanidade operada pelo Estado” (Bento; 2022, p. 20).

O texto começa e termina com indagações como: “Quem é Antígona?” e “O que ela representa?”, expressando a impossibilidade de reduzir a importância dessa figura com respostas simples. Neste sentido, vale retomar a desconformidade de parentesco que Antígona incorpora: é filha e ao mesmo tempo irmã do próprio pai, e tem por Polinices, seu irmão, um tipo de amor polemicamente diferenciado, em comparação aos demais entes familiares. Quando Polinices é morto em duelo, Creonte, o rei de Tebas, decreta que seu corpo permaneça exposto aos abutres e que não seja enterrado. Antígona age em desconformidade ao decreto real e enterra seu irmão. Seu gesto de paixão contraria diferentes leis impostas – a de Creonte, o Rei de Tebas, e a de seu pai, Édipo, que profetiza e condena o destino trágico de Polinices; com isso, ela manifesta uma aberração do parentesco.

O livro, dividido em três capítulos intitulados “A reivindicação de Antígona” (Butler, 2022, p. 25), “Leis não escritas, transmissões aberrantes” (p. 61) e “Obediência promíscua” (p. 103), retoma a tragédia e suas interpretações pelo cânone da crítica ocidental para observar o modo como, até então, certas leituras do texto apenas ratificaram o sentido do destino trágico da protagonista. Butler investiga com rigor especial as interpretações oferecidas por Friedrich Hegel e Jacques Lacan: o primeiro afirmou haver uma separação entre família e Estado, e avaliou o ato de Antígona como um desafio às leis da cidade ou da universalidade em nome das leis “não escritas” dos deuses antigos ou domésticos; já Lacan fundamenta sua leitura na inescapável ordem simbólica, soberana e desvinculada das normais sociais e da História.

Ao resgatar a crítica prévia, Butler verifica o predomínio de uma interpretação que lê Antígona não como “uma figura cujo discurso tem implicações políticas, mas sim como alguém que articula uma oposição pré-política à política” (2022, p. 27), cujo fundamento pode ser recuperado pela leitura de Hegel, que opõe o feminino de Antígona, correspondente ao particular, doméstico e primitivo, ao suposto masculino universal de Creonte, a lei da comunidade, racional e superior. Para a leitura hegeliana, Antígona seria uma alegoria para a passagem do código matriarcal ao patriarcal, “do parentesco e de sua dissolução”, representando assim “a lei dos deuses domésticos” (p. 26),

enquanto Creonte representa “uma ordem ética emergente e a autoridade do Estado, fundada nos princípios da universalidade” (p. 27), representando “a lei do Estado” (p. 30). O primeiro problema da interpretação hegeliana surge ao assumir que família e Estado não estejam diretamente implicados, e que o poder de Creonte não seja contingente, fruto de uma linha sucessória familiar.

Butler rejeita o rótulo de reivindicadora das leis do parentesco impugnado a Antígona, uma vez que sendo ela mesma filha de um vínculo incestuoso, dedicada a um amor exclusivista – e potencialmente incestuoso – em relação a Polínicês, já está desprendida de tais leis (p. 37) e, em certa medida, simbolicamente condenada. Ela, diante de Creonte e da acusação, não nega o feito de ter enterrado o irmão, e com isso torna-se ameaçadora à soberania masculina do rei. Lacan, nesse sentido, observa na personagem uma malsucedida incorporação da lei simbólica binária Pai/Mãe, o que produz uma personalidade psicótica, situada nas fronteiras do imaginário e do simbólico na esfera das leis que determinam o acesso à linguagem. A autora, em contrapartida, argumenta que o caso de Antígona contesta a própria interpretação psicanalítica e cultural em torno de Édipo como metáfora fundamental e estruturante da noção de parentesco e nos oferece a chave de uma nova interpretação cultural.

Um ponto crucial levantado por J. Butler refere-se à afirmação de que o destino trágico de Antígona começa anteriormente ao ato que a condena, mas que é ela quem o realiza. Butler propõe uma reinterpretação tensionada do determinismo, de modo a buscar nessa figura um *caso exemplar* para falar sobre indivíduos a quem são negados o direito ao luto e à vida fora dos parâmetros implicados pela lei estatal. Antígona não é “condenada”, mas encaminha-se, ela própria, à condenação através de uma série de atos que desafiam a lei instituída; em exílio, decretado por Creonte, ela tira a própria vida; nisso lê-se um legado em sua agência (p. 61). Mas seria sua morte necessária? Como é forjada a aparência de sua necessidade? Ainda: como contestar, ou mesmo conjurar, o destino trágico que Antígona incorpora? Com esse gesto interpelativo ao texto abre-se a possibilidade de pensarmos sobre novos parentescos e novas relações familiares sem o jugo do simbólico e da tragicidade psicanalítica.

Lacan associa o desejo de Antígona como a efetivação do “puro e simples desejo de morte como tal” e de permanecer na criminalidade, uma vez incorporada a maldição do pai. Para Butler, no entanto, essa

criminalidade atesta um direito inconsciente, marca de uma legalidade que precede a codificação, sobre a qual o simbólico, em suas forclusões precipitadas, deve fracassar, colocando a pergunta acerca da possibilidade de haver novas bases para a comunicabilidade e para a vida (2020, p. 101).

Antígona incorporaria uma insurgência dentro do próprio poder que sustenta a ordem soberana das leis, uma demanda inconsciente do Direito. Essa demanda, que se realiza na linguagem, refere-se àquilo que não cabe ao registro, ou que poderia vir a substituir o poder vigente. Por isso, em vez de representar uma possível emergência da ordem familiar, ela atesta uma ruptura

irremediável da mesma. Antígona “fala a linguagem do direito da qual está excluída”, assim como mulheres, crianças e escravizados, “participando da linguagem da reivindicação de direitos” (p. 126). Sua reivindicação não seria em nome dos deuses antigos, e tampouco representaria esse simbólico malsucedido em relação à lei paterna, mas visa a uma outra ordem, ainda não nominada, que encontra correspondência na imagem de vidas condenadas à “morte social” (ibidem), que não “adentraram a vida da comunidade legítima, na qual há padrões de reconhecimento que permitem alcançar a condição humana” (p. 137).

Do excerto da *Estética* de Hegel que introduz o livro, onde se lê: “Eles são tomados e devastados por algo intrínseco ao próprio ser”, talvez possamos extrair uma síntese do argumento que Butler desenvolve sobre o destino trágico de Antígona e daqueles a quem ela representaria no âmbito do direito ao luto e à vida social: a intrinsecabilidade referida, que condena esses sujeitos não é natural, mas fruto de um processo social implicado na ordem simbólica que se perpetua ao ser internalizada nos sujeitos dissidentes. Simbolicamente, é a manifestação latente do ato ilocutório representado pelo discurso de Édipo para Antígona em *Édipo em Colono*, no qual prevê e ao mesmo tempo decreta o acontecimento trágico, efetivando a lei paterna sobre os filhos.

Antígona realiza e quebra a maldição paterna ao se recusar a obedecer a lei contingente de Creonte e a lei premonitória do pai; nesse processo, ela, “masculinizada”, passa a ser vista como a possibilidade de um poder alternativo que, no entanto, não se concretiza, uma vez que ela assimila melancolicamente seu próprio destino trágico, procedido como uma autoimolação, dada sua situação de parentesco consanguíneo que a condena na linguagem, desde seu nascimento, à *morte social*. Butler direciona a reflexão de modo a deixar entrever na figura de Antígona um legado de possibilidades em aberto para se pensar as novas ordens familiares de mães e pais solo, de gays, lésbicas, transgêneros, e suas demandas por direitos políticos, provando a validade e atualidade de sua reivindicação.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **A reivindicação de Antígona**: O parentesco entre a vida e a morte. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Prefácio de Berenice Bento (UnB). 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: Os poderes do Luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2015.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Analia Bicalho Vencioneck

Doutoranda em Literatura Comparada no programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da UFRJ. E-mail para contato: vencioneck.analia@letras.ufrj.br

Como citar:

BUTLER, Judith. A reivindicação de Antígona: O parentesco entre a vida e a morte. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Prefácio de Berenice Bento (UnB). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 176 p. ISBN 978-65-5802-8. Resenha de Analia Bicalho Vencioneck. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 289-293, jul./dez. 2023. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



Dossier REDIGE – Rede Discurso e Gênero

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Maria Carmen Aires Gomes

maria.carmen@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

Litiane Barbosa Macedo

litiane.macedo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3742-0300>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

O Dossiê REDIGE – Rede Discurso e Gênero – tem como objetivo reunir os estudos desenvolvidos e apresentados por conferencistas e palestrantes que compuseram o VI Seminário Práticas Socioculturais e Discurso – I Encontro Rede Discurso e Gênero, realizado, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2022 na Universidade de Brasília, com o objetivo de apresentar ao público amplo, e compartilhar, pesquisas em linguagens, discurso e gênero nas mais variadas abordagens epistemológicas e metodológicas, de forma a promover neste interlocuções e articulações considerando os contextos diversos, a pluralidade dos lugares de fala e diferentes campos dos estudos.

APRESENTAÇÃO

A REDIGE é o resultado do projeto **Rede de Pesquisa em Discurso e Gênero: cartografia para integração Brasil e América Latina**, aprovado pelo CNPq (2021), desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/CEAM/UnB), Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/IL/UnB) e Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED), com a equipe formada por pesquisadoras docentes das cinco regiões do Brasil, a que se somam pesquisadoras/es docentes estrangeiras/os e estudantes de pós-graduação. O referido projeto objetiva levantar e analisar dados sobre os grupos de pesquisas em discurso e gênero que realizam estudos no continente, tendo como meta final a articular uma rede latino-americana de estudos de discurso e gênero, com o desejo de conhecer, mapear e articular grupos de pesquisa em discurso e gênero que poderiam beneficiar-se do mútuo contato.

Nos últimos dois anos, a investigação levantou e analisou dados sobre os grupos e as pesquisas em discurso e gênero realizadas no continente para produzir cartografias com base no mapeamento dos grupos, suas temáticas, abordagens teóricas e metodológicas com vistas à consolidação da rede latino-americana de estudos de discurso e gênero. Neste mapeamento, identificamos o **MulherDis** como um grupo de pesquisa atuante com uma produção extremamente qualificada, e por este motivo, neste Dossiê, apresentamos uma entrevista com a Profa. Dra. **Mônica Graciela Zoppi Fontana**, líder do referido grupo, a fim de que ela possa divulgar os estudos e pesquisas ali realizados, os temas estudados, os projetos desenvolvidos, a abordagem teórico-metodológica aplicada, além das parcerias nacionais e internacionais.

Compõem esta publicação cinco artigos científicos produzidos por pesquisadoras e pesquisador que lideram, ou fazem parte, de grupos de pesquisas que investigam as relações entre gênero social, e suas intersecções, e discurso tanto no Brasil quanto na Argentina e Uruguai. O **Núcleo de Estudos de Gênero Através da Linguagem** (NuGaL), liderado pela Profa. Dra. Debora Figueiredo, é um grupo de pesquisa situado no campo da Análise Feminista Crítica de Discurso (Heberle et al, 2006; Lazar, 2007; Caldas-Coulthard, 2019), interessado na relação mútua e constitutiva entre discurso e gênero. Os trabalhos do grupo tratam das relações entre gênero, raça, classe, sexualidade e poder no marco do capitalismo financeiro do terceiro milênio, sobretudo no que diz respeito ao papel da linguagem, ou das semioses, na construção e reconstrução dos sistemas de crença e conhecimento, das relações e das identidades sociais. Em *Avaliatividade, gênero e raça no discurso sobre cabelo crespo*, Debora Carvalho Figueiredo, Jéssica Soares Lopes e Luana Helena Uessler tratam das relações entre gênero, raça e poder, a partir de práticas sociais de cuidados dos cabelos afro, por meio de análise de narrativas de mulheres negras sobre a transição capilar, foi realizada análise crítica (Fairclough, 2003) das relações que englobam as intersecções entre gênero, capitalismo, raça e discurso sobre cabelos crespos, com foco no subsistema de Atitude dentro do Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005).

O Grupo de pesquisa **Perspectivas Linguísticas Contemporâneas sobre Identidade, Subjetividade e Conhecimento** liderado pela Profa.Dra. Joana Plaza Pinto, cujos trabalhos sobre

corpo, linguagem e performatividade são amplamente reconhecidos na comunidade científica. No texto *Vulnerabilidade linguística em ambientes digitais e as forças escalares da ameaça contra mulheres*, Amanda Diniz Vallada e Joana Plaza Pinto ampliam o debate sobre as relações entre fala e conduta discutindo condições de vulnerabilidade linguística nas ameaças contra mulheres nas coarticulações entre interações digitais e face a face, focando no caso das ameaças à jornalista Vera Magalhães durante a campanha eleitoral de 2022. No ambiente digital, a citacionalidade dos enunciados ameaçadores leva ao crescimento exponencial de repetições. A circulação promove transformações dos textos digitais e as repetições evidenciam o “legado citacional”, ambas características sujeitas a mudanças de escala da cadeia textual à conduta violenta invocando um cronotopo da história de violência contra mulheres.

A Profa.Dra. Daniele de Oliveira, atua na linha de pesquisa Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA, e lidera o grupo de pesquisa **Margens e Entrelinhas**, onde investiga os seguintes temas: relações raciais e discurso; branquitude, racismo e discurso e estudos críticos do discurso. Neila Priscila dos Santos Costa, Tatielle Gomes Rodrigues e Daniele de Oliveira, em *Ronda maria da penha e a violência contra mulheres no discurso da polícia militar baiana*, analisaram discursos referentes à violência de gênero contra mulheres a partir de falas da coronel Denice Santiago, autora do projeto Ronda Maria da Penha, situado no Estado da Bahia, à luz dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), que têm como objetivo central investigar a (re)produção discursiva do poder e do abuso de poder nas relações sociais, aqui, as que envolvem violências contra mulheres. O corpus analisado foi coletado através do Canal Vrá!!!, hospedado no YouTube, projeto da jornalista baiana Luana Assiz, e refere-se à entrevista da jornalista com a coronel Denice Santiago.

No Uruguai, o Prof.Dr. Germán Canale lidera o **Núcleo de Análisis del Discurso en Sociedad** investigando diversos processos e práticas discursivas em articulação com fenômenos sociais, culturais e políticos mais amplos; uma das linhas de investigação são: gênero, sexualidade e discurso. Neste dossiê, o referido pesquisador reflete criticamente sobre um aspecto do “armamento simbólico” das atuais lutas contra o gênero e a diversidade sexual: as estratégias discursivas, no texto *Una caracterización del discurso anti-género/sexualidad y sus estrategias desde el análisis crítico del discurso*. Apresenta uma definição operacional de “discurso anti-género/sexualidade” que mostra o complexo quadro social, político, económico e cultural que sustenta a produção e circulação deste discurso. Em seguida, identifica as estratégias mais recorrentes do discurso antigênero/sexualidade e seus potenciais efeitos retóricos – com base em pesquisas próprias e de outros autores regionais.

Na Argentina, a Profa.Dra. Mariana Marchese membra da **Rede Discurso e Gênero da Argentina** e diretora de Trabalhos Práticos para o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina / Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. Neste Dossiê, Valentina Marcarrone e Mariana Marchese, em *Representaciones sociodiscursivas sobre la trata de*

personas: un estudio de caso en medios de comunicación argentinos hegemónicos y alternativos, tratam do tráfico de pessoas, entendido como uma sequência criminosa que inclui o sequestro e o desaparecimento forçado de mulheres, que são consideradas corpos-objetos, e comercializadas para exploração sexual (Staff Wilson, 2009; Torres Falcón, 2016). Analisam contrastivamente como essa questão é construída por uma mídia hegemônica, "Página 12: la otra mirada", e pela abordagem de uma mídia alternativa, por meio da análise linguístico-discursiva, identifica-se que a mídia hegemônica, embora se apresente como divergente, está restrita pela matriz genérica (Bajtín, 2003), enquanto a mídia alternativa se afasta dessa matriz e, assim, pode alcançar maior empatia com essa realidade.

Soma-se a este dossiê a resenha *Um olhar ao passado, pensando o futuro: resenhando mulher, estado e revolução*, elaborada por Yasmim Yonekur, da obra escrita por Wendy Goldman: *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

As relações entre gênero social e linguagens são o foco de investigadores e investigadoras na área da Linguística desde o início da década de 1980. Vallada e Pinto (2021), em *Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo*, identificam e descrevem, por meio de uma pesquisa bibliográfica, as características de estudos denominados de linguística feminista publicados em artigos pós-anos 2000, cinco décadas depois do estabelecimento do campo, em 1975, e apontam a relevância dos estudos de gênero para pesquisar fenômenos da linguagem. Segundo as pesquisadoras, considerando as pesquisas sobre gênero e linguagem, pode-se creditar os estudos pioneiros brasileiros a Ostermann (1994; 1995) e Figueiredo (1997; 1998a; 1998b), o que implica dizer que há três décadas pesquisadoras e pesquisadores dedicam-se a tal temática. As pesquisadoras ressaltam também a importante contribuição de Carmen Rosa Caldas-Coulthard, com destacada produção científica da estudiosa, é, sem dúvida, uma das pessoas mais influentes para uma geração de mulheres linguistas feministas brasileiras; suas publicações foram fundamentais para estimular a produção de pesquisa nacional no campo.

O diálogo entre os pressupostos linguístico-pragmáticos e o estudo crítico da heteronormatividade tem sido desenvolvido em pesquisas de Motschenbacher (2011), Pinto (2002; 2007), Borba (2014; 2015). No âmbito dos estudos da Sociolinguística Interacional e da Linguística Textual, Anna Christina Bentes também tem desenvolvido pesquisas articulando categorizações sociais, a ativação/manutenção de determinados tópicos discursivos e o estabelecimento de determinadas relações intertextuais que auxiliam na estruturação de um mapa de coletivos de mulheres, MAMU, elaborado por Maria Carolina Machado (2014). Destacamos os estudos "pioneiros da Linguística Aplicada Indisciplinar na paulatina tradução teórica e política das problematizações queer para o campo dos estudos da linguagem no Brasil" (Silva; Melo, 2020, p. 276), principalmente as pesquisas desenvolvidas por Moita Lopes (e seu grupo de pesquisa) sobre discurso, corpo, identidade e masculinidades (2001, 2002, 2003, 2006).

Atualmente, são muitas as pesquisas no âmbito dos estudos discursivos críticos que se vinculam às perspectivas feministas e estudos de gênero para discutir as relações entre discursos, práticas sociais, gênero social, corpo, poder e ideologias (Lazar, 2007; Caldas-Coulthard; van Leeuwen, 2004; Caldas-Coulthard; Moon, 2010, 2019; Figueiredo, 2004; 2009; Heberle, 2004; Gomes, 2019, 2018, 2017; Magalhães, 2009; Borges, 2018; Gonzales e Vieira, 2016; Vieira; Dias, 2016; Silva e Melo, 2020; Tomazi, 2019; 2020; Resende, 2009; Oliveira, 2018; Macedo; Figueiredo, 2020).

Lazar (2007), em *Feminist Critical Discourse Analysis: articulating a feminist discourse praxis*, propõe-se a articular os estudos discursivos críticos e as pesquisas feministas de forma a desenvolver uma ADC feminista (estudos discursivos críticos feministas) que “objetiva avançar numa compreensão rica e diferenciada dos funcionamentos complexos de poder e ideologia nos discursos que sustentam (hierarquicamente) arranjos de gêneros sociais” (p. 141) de forma a “mostrar como premissas de gênero frequentemente aceitas como certas relações hegemônicas de poder são discursivamente produzidas, sustentadas, negociadas e transformadas em diferentes contextos e comunidades. (p. 142). Uma vez que relações de poder são socialmente situadas e relacionais, os estudos feministas mencionados aqui inevitavelmente abordam questões situadas em nosso contexto social – brasileiro, latino-americano (Gomes; Carvalho, 2020; Ribeiro; Gomes, 2020; Gomes, 2016; Gonzales; Vieira, 2016; Vieira; Dias, 2016).

A forma pela qual nos definimos/identificamos ou nos definem/identificam depende de nossa posicionalidade, ou seja, nos constituímos numa intersecção de cruzamentos: raça, etnia, geografia, gênero, sexualidade, classe social, faixa etária, deficiência, incapacidade, tamanho-gordura. Nossos privilégios e nossas vulnerabilidades se constituem, se produzem, se negociam, se transformam, por meio dos atos de fala e de atos de corpo/discurso. Para além de uma ADC feminista, conforme propõe Lazar (2007), é preciso pensar em uma abordagem discursivo crítica feminista queer, que ultrapasse as relações de poder entre categorias essencialmente definidas “homens e mulheres”. Como chama atenção Borges: “fomentar um cuidado maior com questões que giram em torno da normatividade e da estabilidade das categorias analisadas, tornando a investigação mais autorreflexiva e crítica em relação a suas próprias limitações epistemológicas e teóricas” (Borges, 2018, p. 81).

Moita Lopes e Fabrício (2020, p. 376), ressaltam que é preciso considerar o queer nas lentes interseccionais, já que

o gênero/sexualidade precisa ser considerado em conjunto com os atravessamentos dos corpos por sentidos de classe social, raça, etnia, religião, idade, nacionalidade etc. Essa é uma noção importante no sentido de que, ao se interseccionar o gênero e a sexualidade com outras dimensões sociais, os significados performatizados são ainda mais desestabilizados.

A proposta de uma linguística *queer*, segundo Borba (2015, p. 94), buscaria investigar “como discursos (no sentido foucaultiano de práticas que produzem os objetos dos quais falam) deixam traços na língua, possibilitam a ação social e são, na performance linguística, sustentados ou subvertidos”. Em defesa também de uma linguística *queer*, Silva e Melo (2020) organizam um dossiê no periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* com o objetivo de apresentar as perspectivas *Queer* nos estudos da linguagem e afirmam que:

o campo dos estudos da linguagem vem sendo, nas últimas décadas, perturbado por demandas há algumas décadas inimaginadas: feministas, *queer*, LGBT, negras, dentre outras formas de politização e questionamento das normatividades sociais vigentes e de suas estruturas de poder. Nesse contexto, especialmente a partir de 1970, com a publicação de *Language and Womens Place*, de Robin Lakoff, questões de gênero ascendem ao privilegiado espaço dos “interesses” da Linguística, uma linguística ainda tão branca, cisgênera, masculina, heterossexual e eurocentrada (Silva; Melo, 2020, p. 275).

Moita Lopes e Fabrício (2020, p. 381-382) defendem também que “teorizações *queer* e visões performativas da linguagem apresentam enormes vantagens epistêmicas” pois, ao privilegiarem “a diversidade de formas de vida, elas não só focalizam a interação e a emergência de sentidos singulares como também propõem um outro modo de produzir conhecimento” que considerem “as indeterminações, incertezas e acasos constitutivos de nossa experiência social”.

Gomes, Vieira admitem a necessidade de um esforço feminista “para re-pensar abordagens teóricas, metodológicas e políticas coerentes com nossos problemas e demandas sociais latino-americanos, tendo em mente a reestruturação da noção de poder segundo a ética nativa da coexistência, da com-vivência, da sustentabilidade” (Gomes, Vieira, 2020, p. 190). Falar sobre as relações entre gênero e linguagem requer uma compreensão mais complexa sobre a ontologia do ser porque somos constantemente reinterpretados, submetidos a normas e regulações de como ser, o que ser e como ser, e invariavelmente essas práticas são produzidas e circuladas atravessadas pelas relações de poder e saber; discursivamente produzidas. É importante pensar em tais problematizações não só como discursivas, mas também como não-discursivas, já que se trata de um emaranhado complexo que envolve fatores econômicos, estruturais, políticos, além do olhar enviesado dos investimentos morais e éticos. Para o campo dos estudos discursivos, as temáticas sobre gênero interseccionalizadas a outros eixos identitários - raça, classe, geopolítica, etnia, tamanho/gordura, capacidade intelectual, religião, entre outros - à luz de uma analítica decolonial das práticas sociais tem sido muito caras para o ensino (letramento crítico, racial), para as pesquisas e para a nossa vida em sociedade.

Esse breve panorama da atualidade sobre os estudos que relacionam linguagem, discurso, gênero, sexualidade, raça em interseção a outros eixos identitários nos mostra que esse campo interdisciplinar/multidisciplinar cresceu muito nas últimas décadas e com algumas dificuldades tem-se legitimado no Brasil, na América-Latina e Caribe. Considerando que são diferentes posições

epistemológicas, metodológicas e ontológicas, apresentamos neste Dossiê, investigações produzidas no âmbito da Rede Discurso e Gênero (REDIGE).

Desejamos leituras com fissuras, intersecções e rasgos

Maria Carmen Aires Gomes e Litiane Barbosa Macedo

Dezembro 2023.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, V.L.O.; ALMEIDA, D. M. V. [As narrativas do pós-armário no Youtube: discurso, cultura e subjetividades](#). *Gláuks – Revista de Letras e Artes (Universidade Federal de Viçosa – ISSN: 1415-9015)*. v. 19, nº 1., p. 199-218, 2019.
- BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun., 2015.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cad. Pagu*. n. 43, p. 1-13, Campinas, jul./dez. 2014.
- BORGES, L. A. *Meu corpo, minhas regras: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans)feministas*. 2018. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília, Universidade de Brasília, 2018.
- CALDAS-COULTHARD, C.; LEEUWEN, T. V. Discurso Crítico e Gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de atores sociais. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 11-33, 2004.
- CALDAS-COULTHARD, C. Mulheres Públicas: Poder, Representações Semióticas e Gênero. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.
- CALDAS-COULTHARD, C.; MOON, R. 'Curvy, hunky, kinky': using corpora as tools for critical analysis. *Discourse & Society*, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 99-133, 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0957926509353843>.
- FIGUEIREDO, D.C. Gênero e poder no discurso jurídico. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 37-52, 1997.
- FIGUEIREDO, D.C. Discurso, gênero e identidade: Uma análise crítica de sentenças jurídicas em casos de estupro. *Revista Ciências da Saúde (Campinas)*, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 214-232, 1998a.
- FIGUEIREDO, D.C. Identities and gender in the discourse of rape trials. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, UFSC, v. 7, n. 2, p. 85-102, 1998b.
- FIGUEIREDO, D.C. Linguagem e gênero social: contribuições da análise crítica do discurso e da lingüística sistêmico-funcional. *D.E.L.T.A.*, v. 25, n. esp., p. 732-753, 2009.
- FIGUEIREDO, D.C. Violência sexual e controle legal: uma análise Crítica de três extratos de sentenças em caso de Violência contra a mulher. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 61-84, 2004.
- GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. "Não podem ser negras e gordas": analisando a violência verbal em reações sociodiscursivas produzidas por leitores/as em contextos jornalísticos digitais brasileiros. *Revista de estudos da linguagem*, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 1667-1695, oct. 2020. ISSN 2237-2083.

- GOMES, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. *Polifonia*, v. 23, n. 33, p. 89-109, 2016a.
- GOMES, M. C. A. Identidades de gênero no movimento funk: um estudo explanatório crítico de notícias jornalísticas brasileiras. *Ilha do Desterro* (UFSC), v. 69, p. 183-200, 2016b.
- GOMES, M. C. A. Violência, Intolerância e corpo feminino: analisando as reações sociodiscursivas na mídia em torno da prática de amamentação. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. v. 19, n. 2, p. 175-194, 2017.
- GOMES, M. C. A. Dos “elogios” às ofensas: ações performativas, violências e regulações de gênero em práticas sócio-discursivas políticas brasileiras. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 1, p. 76-98, 2019.
- GOMES, M.C.A; VIEIRA, V. “Estudos Discursivos Críticos: análise crítica de problemas sociais discursivamente manifestos”. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L; LARA, G.P. *Teorias Discursivas - novas práticas e formas discursivas*. 1 ed. Campinas: Pontes Editora, 2020. p. 173-200.
- GONZALES, C.; VIEIRA, V. Uso de metáforas em falas de docentes sobre currículos escolares. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 1, p. 99-117, 2019. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13\(1\)Gonzalez&Vieira.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13(1)Gonzalez&Vieira.pdf). Acesso em: 23 abr. 2019.
- GONZALEZ, C.; VIEIRA, V. A mulher como alvo de campanhas publicitárias: uma análise semiótico-social das campanhas Nesfit, da Nestlé. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 15, n. 3, p. 347-365, set./dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n3/1518-7632-ld-15-03-00347.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- HEBERLE, V. M. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 85-112, 2004.
- HEBERLE, V.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEIREDO, D. (Org.). *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Ufsc, 2006.
- LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: articulating a feminist discourse praxis. *Critical Discourse Studies*, v. 4, n. 2, p. 141-164, august, 2007.
- LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 12 de Julho de 2020.
- MACEDO, L. B.; FIGUEIREDO, D. C. “Não posso colocar essa palavra feminismo porque eu acho muito forte”: discurso e linguagem avaliativa sobre feminismo em narrativas de gênero produzidas por acadêmicas cabo-verdianas. *Critical Discourse Studies*, v. 1, p. 1-30, 2020.
- MAGALHÃES, I. Gênero e discurso no Brasil. *Discurso & Sociedad*, v. 3, p. 714-737, 2009.
- MELO, G.C.V; SILVA JÚNIOR, P.M.; MARQUES, A.A.S. Discursos sobre raça: quando as teorias queer nos ajudam a interrogar a norma. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 21(2),2020. p.411-434.
- MOITA LOPES, L. P. Como ser homem, heterossexual e branco na escola: posicionamentos múltiplos em narrativas orais. In: *II Congresso Internacional da ABRALIN*, 2001, Fortaleza. Programa & Resumos, 2001. p. 239-239.
- MOITA LOPES, L. P. Letramento e construção da identidade social. In: *IV semana de letras neo-latinas*, 2002, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos, 2002. p. 48-48.
- MOITA LOPES, L. P. Discurso como espaço de construção das identidades sociais de gênero e sexualidade. In: *13 Intercâmbio de Pesquisa em Lingüística Aplicada*, 2003, São Paulo. 13 InPLA - Caderno de Resumos, 2003. p. 157-157.

- MOITA LOPES, L. P. Falta homem até pra homem: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: Viviane Maria Heberle; Ana Cristina Ostermann; Débora de Carvalho Figueiredo. (Org.). *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 131-157.
- LOPES, L.P.; FABRÍCIO, B. F. Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações Queer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 370-387, 31 dez. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/les.v21i2.35701>.
- MOTSCHENBACHER, H. Taking Queer Linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. *International Journal of the Sociology of Language*, [S.L.], v. 2011, n. 212, p. 149-179, 2011. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/ijsl.2011.050>.
- OLIVEIRA, D.; RESENDE, V. M. Branquitude, discurso e representação de mulheres no ambiente acadêmico da UFBA. *Bakhtiniana*, São Paulo, 15 (4): 149-171, out./dez. 2020.
- OLIVEIRA, D. A representação do crime de racismo no discurso do jornal baiano Correio. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 19, p. 79-94, 2018.
- OSTERMANN, A.C. Bonita de doer: análise crítica do discurso em revistas para meninas adolescentes. *The Specialist*, São Paulo, v. 15, n. 1-2, p. 151-162, 1995.
- OSTERMANN, A.C. Male's Dominance in Conversational Interactions. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 127-133, 1994.
- PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. *Gênero*. Niterói, n.1, v. 3, p.101-110, 2002.
- PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.*, n.1, v.23, p.1-26, 2007.
- RESENDE, V. M.; RABELO, N. Do vídeo à denúncia: representação do estupro coletivo no Twitter e estratégias discursivas. *LINGUAGEM & ENSINO (UCPEL. IMPRESSO)*, v. 22, p. 263-292, 2019.
- RESENDE, V. M. Entre a análise discursiva crítica e a crítica explanatória: a crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o protagonismo juvenil. In: SILVA, D.E.G.; LEAL, M.C. D.; PACHECO, M.N.C. (Org.). *Questões de discurso: representação, gênero, identidade e discriminação*. 1ed.Goiânia: Cênone, p. 101-112, 2009.
- RIBEIRO, S. S.; GOMES, M. C. A. 'Práticas discursivas de resistência motivadas pela iterabilidade de violências: análise discursivo-crítica dos relatos de homens trans estudantes'. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 1, p. 1-25, 2020.
- TOMAZI, M. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Siscurso & Sociedad*, v. 14, p. 823-844, 2020.
- TOMAZI, M. M. (Des)construção de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Interdisciplinar*, v. 31, p. 197-219, 2019.
- VALLADA, A. D.; PINTO, J. P. Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1-17, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n164988>.
- VIEIRA, V.; DIAS, J. de F. Análise de discurso crítica e filosofia da meta-realidade: reflexões sobre ética e identidades. *Polifonia*, [S. I.], v. 23, n. 33, p. 51-69, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3862>.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Maria Carmen Aires Gomes

Professora Titular do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora da Rede Discurso e Gênero (REDIGE), da ALED). Coordena o Grupo de Pesquisa AFECTO é e dirigente do NELLs (CEAM). Faz parte do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio (UnB/CNPq). Bolsista Produtividade Pesquisa 2. E-mail: maria.carmen@unb.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8496712334085415>

Litiane Barbosa Macedo

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise Crítica do Discurso; Gramática Sistêmica Funcional; Estudos da Linguagem e Interseccionalidades; Estudos da Tradução; Estudos decoloniais; Feminismo Negro; Estudos de Gênero em contextos africanos; Educação Antirracista. Membro dos grupos de pesquisa: NuGal (UFSC) e AFECTO (UnB) e também da REDIGE. E-mail: litiane.macedo@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6790768970782842>.

Como citar:

GOMES, Maria Carmen Aires; MACEDO, Litiane Barbosa. Apresentação do Dossiê. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 294-303, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51824. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Maria Carmen Aires Gomes,
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Avaliatividade, gênero e raça no discurso sobre cabelo crespo

*Appraisal, gender and race in the discourse
about coily hair*

*Valoración, género y raza en el discurso sobre
el cabello rizado*

RESUMO

Este artigo trata das relações entre gênero, raça e poder, onde as práticas sociais dos cuidados dos cabelos afro são o foco de nossa análise (Fairclough, 2003). Levando em consideração a linguagem em uso e as macroestruturas de gênero e raça que organizam a vida social, entendemos o sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005) como uma das possibilidades de análise crítica do discurso dentro da perspectiva linguística sistêmica-funcional (Halliday; Matthiessen, 2014). Através da análise de narrativas com foco no subsistema de Atitude, elaboramos criticamente as relações que englobam as intersecções entre gênero, capitalismo, raça e discurso sobre cabelos crespos.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso; Sistema de Avaliatividade; cabelo crespo.



Recebido em: 21 de outubro de 2023.
Aceito em: 9 de novembro de 2023.
DOI: 10.26512/les.v24i2.51271

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Débora de Carvalho Figueiredo

deborafigueiredo@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1937-9394>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, SC, Brasil

Jéssica Soares Lopes

soareslopesjessica@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, SC, Brasil

Luana Helena Uessler

luessler@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5993-5201>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, SC, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article deals with the relationship between gender, race and power, in which the social practices of Afro hair care are the focus of our analysis (Fairclough, 2003). Taking into account language in use and the macro-structures of gender and race that organize social life, we understand the system of Appraisal (Martin; White, 2005) as one of the possibilities for critical discourse analysis within the perspective of systemic-functional linguistics (Halliday; Matthiessen, 2014). By analyzing narratives with a focus on the Attitude subsystem, we critically elaborate the intersections between gender, capitalism, race and the discourse on coily hair.

Keywords: Critical discourse analysis; Appraisal system; coily hair.

RESUMEN

Este artículo trata de las relaciones entre género, raza y poder, donde las prácticas sociales del cuidado del cabello afro son el foco de nuestro análisis (Fairclough, 2003). Teniendo en cuenta el lenguaje en uso y las macroestructuras de género y raza que organizan la vida social, entendemos el sistema de Valoración (Martin; White, 2005) como una de las posibilidades de análisis crítico del discurso dentro de la perspectiva lingüística sistémico-funcional (Halliday; Matthiessen, 2014). Analizando las narrativas con un enfoque en el subsistema Actitud, elaboramos críticamente las relaciones que abarcan las intersecciones entre género, capitalismo, raza y el discurso sobre el cabello rizado.

Palabras clave: análisis crítico del discurso; Sistema de Valoración; cabello rizado.

Como citar:

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho; LOPES, Jéssica Soares; UESSLER, Luana Helena. Avaliatividade, gênero e raça no discurso sobre cabelo crespo. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 304-325, jan./jun. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51271. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

Este artigo trata das relações entre gênero, raça e poder no marco do capitalismo financeiro do terceiro milênio, sobretudo no que diz respeito ao papel da linguagem, ou das semioses, na construção e reconstrução das macroestruturas de gênero e raça que organizam a vida social. Para tanto, tomamos o nível das práticas sociais como foco de nossa análise (Fairclough, 2003), em particular a prática dos cuidados dos cabelos afro, entendida aqui como espaço de construção, negociação e disputa de significados ligados a identidades racializadas de gênero.

O capitalismo, segundo Nancy Fraser (2018), pode ser entendido não apenas como modo de produção econômica, mas também como ordem social institucionalizada. Evitando uma análise puramente econômica ou economicista da realidade, as teorizações críticas de Fraser se sobressaem por incorporar perspectivas feministas, antirracistas e ecológicas. Dessa posição, tornou-se essencial investigar como o capitalismo está ligado não apenas a formas de exploração econômica, mas também a formas de dominação de gênero e de discriminação étnico-racial, além de um nível galopante e irreversível de destruição do meio ambiente. O foco dessa perspectiva são as interações complexas e multifacetadas entre esferas econômicas e não-econômicas da vida social, como a relação entre formas de desigualdade econômica e formas de dominação social e política (Bargu; Bottici, 2017).

Por exemplo, historicamente, pessoas negras foram concebidas como 'não bonitas', como esteticamente inferiores a pessoas brancas, ou foram restritas a identidades raciais sexualizadas, animalizantes e pejorativas, e um dos aspectos mais frequentemente representados como negativos é o cabelo afro. Essa visão canônica da beleza como branca retirou do campo das representações dominantes imagens de pessoas negras, exceto em situações de subalternidade. E aqui, como lembra Fraser, o não-reconhecimento de certos grupos sociais é visto como algo material, uma vez que se trata de uma relação social institucionalizada, e não apenas de um estado psicológico ou de algo meramente simbólico. Da perspectiva discursiva crítica que embasa este artigo, o poder e suas hierarquias de opressão não são apenas discursivos ou simbólicos, mas ocupam lugares concretos e produzem efeitos materiais na vida de opressores e oprimidos, como ilustra o racismo.

Essa perspectiva dualista nos permite entender, do ponto de vista de gênero e raça, tanto as dimensões culturais dos arranjos econômicos (por exemplo, a divisão do trabalho por sexo, a feminização e racialização de certas profissões) quanto as dimensões econômicas das identidades tidas como 'culturais' ou 'raciais' (p. ex. a falta de acesso de pessoas negras à educação e ao mercado de trabalho formal; o pagamento de salários menores a mulheres negras).

Entretanto, historicamente o capitalismo tem mantido uma relação contingente e oportunista com o heterossexismo e até mesmo com o racismo, não uma relação lógica ou funcionalmente

necessária, como evidenciam a exploração capitalista do *pink money*¹ e a monetização do feminismo (incluindo o feminismo negro) através da estratégia promocional conhecida como *femvertising*².

Visto que mulheres não são um grupo homogêneo, a representação de mulheres consideradas “fora do padrão”, como mulheres trans e negras, é recente em imagens de campanhas publicitárias, em contraste com a predominância histórica de imagens de mulheres cis brancas. Assim como existem contradições na relação entre capitalismo e feminismo, também movimentos feministas possuem posições internas distintas ao lidar com questões raciais. Como apontado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), mesmo não assumindo posições explicitamente racistas, em termos históricos feministas brancas de classe média se tornaram a imagem universalizada do que é uma “mulher”, apagando especificidades e demandas de mulheres não-brancas em geral³.

Segundo Angela Gilliam e Onik'a Gilliam (2010, p.307), “o cabelo continua sendo o principal lugar de luta das mulheres negras pela afirmação de sua corporalidade”. Sendo assim, discursos sobre cabelo possuem dimensões distintas de gênero para mulheres brancas e negras, e no contexto brasileiro atual pautas sobre cabelos afro têm ganhado mais visibilidade. Através de relatos de cuidados e transição capilar em blogs, em redes sociais, ou em estudos acerca de como cabelos afros são caracterizados e classificados, é possível observar criticamente como discursos e práticas sociais afetam as identidades e as oportunidades materiais de mulheres negras. Nessa linha, o presente artigo apresenta e aplica ferramentas disponíveis na perspectiva da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional para investigar relatos de mulheres negras que têm como temática central o cabelo afro, perpassando assim questões de gênero e raça dentro do contexto do capitalismo.

1. BASES TEÓRICAS

1.1 Análise Crítica do Discurso (ACD)

¹ “O termo ‘pink money’ descreve o poder de compra da comunidade gay, muitas vezes em relação a doações políticas. Com o fortalecimento do movimento pelos direitos LGBT, o ‘pink money’ deixou de representar um mercado marginalizado e tornou-se uma indústria em crescimento em muitas partes do Ocidente, como os EUA e o Reino Unido. Muitas empresas focalizam consumidores gay, incluindo casas noturnas, lojas, restaurantes e até mesmo empresas de táxi. A demanda por esses serviços surge da discriminação por parte de empresas tradicionais.” https://en.wikipedia.org/wiki/Pink_money (nossa tradução)..

² O termo ‘femvertising’ foi usado pela primeira vez pela SHE Media na Advertising Media New York de 2014. Um *portmanteu* que combina partes de palavras *fem* (que pode derivar de feminino, fêmea ou feminismo) e *advertising* (publicidade), ‘femvertising’ poderia ser traduzido para o português como publicidade de empoderamento feminino. Se trata de uma estratégia de marketing e comunicação usada por certas marcas para promover seus produtos e alcançar maior engajamento com a marca através de discursos de empoderamento feminino. O texto de referência para o termo pode ser encontrado em <https://www.femvertisingawards.com/>

³ Como exemplo, podemos apontar questões centrais como o impacto do trabalho doméstico para mulheres negras e apelos a uma ideia de sororidade “pós-racial”, que ignora a importância potencial da solidariedade entre mulheres e homens negros (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Os trabalhos na área de ACD exploram as relações dialéticas entre o discurso (incluindo aqui a linguagem verbal, assim como outras formas de semiose, tais como as imagens visuais, as cores, o layout textual etc.) e outros elementos das práticas sociais. O foco de atenção desses trabalhos são as mudanças radicais que têm ocorrido na contemporaneidade, e o papel que o discurso desempenha em processos de reprodução e mudança social. Atualmente, uma premissa comum dentro das ciências sociais é a de que as entidades sociais (instituições, organizações, corporações, agentes sociais etc.) são constituídas através de processos sociais, e que o discurso (ou a semiose) é um aspecto central de grande parte desses processos. Dessa forma, podemos dizer que as entidades sociais são, em grande parte, efeitos do discurso (Chiapello; Fairclough, 2002).

Em suas últimas publicações (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Chiapello; Fairclough, 2002; Fairclough, 2003, 2010), Norman Fairclough tem procurado definir de forma mais precisa a localização teórica e analítica da ACD. Segundo o autor, o discurso é um momento das práticas sociais, e a semiose (seja ela linguística ou visual, ou ambas) é uma parte intrínseca dos processos sociais materiais. Fairclough (2003) descreve a vida social como uma série de cadeias interligadas de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais etc.), cada uma delas possuindo pelo menos um elemento semiótico.

As práticas sociais são formas mais ou menos estáveis de atividades sociais, e são compostas dos seguintes elementos: atividades; sujeitos e suas relações sociais; instrumentos; objetos; tempo e espaço; formas de consciência; valores; discurso (ou semiose) (Chiapello; Fairclough, 2002, p. 193). Esses elementos, embora diferentes entre si, não estão isolados ou completamente separados uns dos outros. Assim, a ACD constitui-se na análise das relações dialéticas entre a semiose (que inclui linguagem verbal e não verbal) e os demais elementos das práticas sociais.

Em termos gerais, a semiose integra as práticas sociais de três formas. Primeiro, como parte da atividade social dentro de uma determinada prática – uma vez que é quase impossível pensar em alguma prática social que não inclua pelo menos um elemento semiótico, especialmente na forma discursiva. Os discursos, como parte das atividades sociais, constituem gêneros, isto é, diferentes modos de agir, de produzir a vida social em uma forma semiótica. A semiose é parte integral das representações. Como atores sociais, em qualquer prática social reproduzimos representações de outras práticas, assim como representações da prática específica na qual estamos engajados. O discurso, ao participar das representações e autorrepresentações de práticas sociais, constitui discursos. Terceiro, a semiose participa das materializações das posições específicas de sujeito existentes dentro de uma determinada prática social. As identidades dos atores sociais envolvidos numa determinada prática são parcialmente determinadas pela prática em si. As variáveis individuais (gênero, etnia, classe social, idade etc.), quando parte de uma prática

social específica, produzem realizações distintas de posições concretas de sujeito. O discurso, como parte das formas de ser, constitui estilos (Chiapello; Fairclough, 2002).

1.2 Linguagem e gênero

O gênero é um sistema binário que divide os seres humanos em duas categorias: homens e mulheres. Sua força conceitual e material é tamanha que esse sistema organiza virtualmente todos os aspectos de nossas vidas, desde os mais íntimos até os mais públicos. Basicamente, “todos os corpos humanos nas sociedades modernas são alocados um lugar na estrutura binária de gênero” (Cranny-Francis *et al.*, 2003, p. 1). Entretanto, o sistema de gêneros é tão insidioso e naturalizado e está presente em tantos espaços sociais que muitas vezes faz com que seja difícil detectar seu funcionamento.

Entre os dois termos de um par binário (p. ex. homem/mulher) existe um desequilíbrio necessário de poder (Derrida, 1976). Para as críticas feministas, no caso do gênero, esse desequilíbrio sempre privilegia o termo masculino do par, atribuindo ao termo feminino uma posição secundária. Essa oposição de poder é também a base das divisões sociais, especialmente as existentes entre homens e mulheres (cf. Cixous, 1975). É por meio de “dualismos que as mulheres são construídas como ‘outras’, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são, como ocorre na teoria psicanalítica lacaniana” (Woodward, 2000, p. 52).

Em síntese, o sistema de gênero não só divide a raça humana em duas categorias, mas privilegia a categoria masculina em relação à feminina. Nesse sentido, o gênero, como um dos sistemas classificatórios formadores da cultura, funciona como uma forma de estruturar hierarquicamente os papéis sociais.

A posição de Judith Butler (1999), compartilhada por muitas pesquisadoras, é a do funcionamento social do gênero através de performance. Segundo essa autora, o gênero é um processo de incorporação (*embodiment*) gerado pelo desempenho repetitivo de atos de gênero. De forma similar a Foucault, Butler atribui um poder normativo à própria noção de identidade de gênero e à tentativa de descrevê-la. Alinhando-se com a posição de Butler, Wodak (1997) afirma que a simples definição de gênero exclui e desvaloriza muitos corpos, práticas e discursos, ao mesmo tempo em que esconde seu caráter social e culturalmente construído e a ilusão de suas certezas. Por ser um dos sistemas sociais centrais de discriminação e opressão, o gênero tornou-se um tema recorrente de pesquisas críticas a partir dos anos 1960 e 1970, com o advento dos movimentos feministas de segunda onda feminista, que adentraram também o campo dos estudos linguísticos, como ilustram os trabalhos pioneiros de Lakoff (1975), Spender (1980), Cameron (1985), entre outros.

A partir dos anos 1980, o campo da linguística feminista vem produzindo uma vasta gama de pesquisas sobre linguagem, gênero e sexualidade, a partir de diversos posicionamentos

feministas que, embora adotando abordagens distintas, compartilham um compromisso com a investigação das desigualdades sociais em seus aspectos linguísticos e discursivos. Por volta dos anos 1990, a linguagem e o discurso assumiram papel central nas teorizações feministas, ao mesmo tempo em que as teorias feministas passaram a assumir um papel mais explicitamente central em muitas investigações empíricas no campo dos estudos linguísticos e discursivos (Bucholtz, 2014).

Dentro desse campo, as teorias feministas de segunda onda produziram estudos que representam abordagens da 'diferença' para a investigação sobre linguagem e gênero, uma vez que tomam as diferenças de gênero como ponto de partida. Essa perspectiva é muitas vezes tachada de essencialista porque postula uma 'essência' cultural compartilhada que unificaria todas as mulheres e as diferenciaria dos homens. Entretanto, tal abordagem foi necessária nos primeiros anos do feminismo de segunda onda para colocar as mulheres em foco na academia, e continua sendo uma ferramenta valiosa para as pesquisas feministas, desde que suas limitações sejam reconhecidas (Bucholtz, 2014).

Como resposta à linguística feminista de segunda onda, abordagens alternativas ampliaram o campo da linguística feminista crítica ao incluir os eixos de raça e classe, além de avançar também nos estudos da masculinidade (cf. Ehrlich, Meyerhoff, Holmes, 2014).

1.3 Discurso, Gênero e Raça

Embora o feminismo materialista enfatize a questão de classe, a questão de raça e etnia nem sempre é focalizada, apesar de a racialização estar embasada em interpretações sociopolíticas do corpo e, portanto, ser fundamentalmente uma questão material. A interseção de raça e etnia com classe, gênero e sexualidade tem sido objeto de investigação do feminismo negro interseccional e do feminismo pós-colonial ou decolonial (Resende, 2019; Collins, 2000; Carneiro, 2003).

Esses movimentos intelectuais e políticos representam um importante contraponto às versões majoritariamente brancas do feminismo (p. ex., Collins 2000; Moraga; Anzaldúa, 1981), e algumas dessas teóricas preferem trocar o rótulo 'feminismo' por termos que colocam as mulheres negras/não-brancas no centro do pensamento e da ação política (por exemplo, o conceito de 'mulherismo-africana', cunhado por Hudson-Weems (2006) e baseado em práticas ancestrais africanas).

As relações entre gênero e raça têm sido exploradas, majoritariamente, por mulheres negras que adotam o conceito de interseccionalidade, utilizado pela primeira vez pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989) como construto e ferramenta analítica para discutir as interdependências de raça, gênero e classe. Mapeando tanto o conceito de interseccionalidade quanto o de consubstancialidade, Hirata (2014, p. 62) aponta que a origem do termo também vai ao encontro

do 'Black feminism' do final dos anos 1970, onde grande parte da crítica atenta-se contra o "feminismo branco, de classe média, heteronormativo" (Idem, ibidem). Dessa perspectiva, mulheres racializadas comporiam uma identidade interseccionada, onde os sistemas de dominação de raça, gênero e classe convergem, e uma análise focando apenas em 'gênero' não seria suficiente. No contexto brasileiro, o feminismo negro também ganhou força no mesmo período, tendo como nomes centrais na discussão a antropóloga Lélia Gonzalez, defensora de um feminismo afrolatinoamericano (Gonzalez, 1988), e a filósofa Sueli Carneiro, responsável pela popularização da expressão "enegrecer o feminismo" (Carneiro, 2003, 2013).

Sendo assim, repensar a origem branca e eurocêntrica do feminismo permite que suas demandas sejam adequadas às especificidades de mulheres negras – Ribeiro (2018) ilustra esse ponto com o fato de que uma das demandas iniciais do feminismo eurocêntrico era a reivindicação por trabalho fora de casa, sem a necessidade de permissão do marido. Entretanto, mulheres negras "trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas" (CARNEIRO, 2013). Um exemplo de como essa diferença histórica entre mulheres brancas e negras é transportada para a contemporaneidade é a situação das trabalhadoras domésticas brasileiras (nicho predominantemente composto por trabalhadoras negras), mulheres que são afetadas diretamente pelas intersecções de classe, raça e gênero. Por conta dessas diferenças, Sueli Carneiro defende precisamente a ação política feminista antirracista:

O olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (Carneiro, 2013).

Dentro das demandas específicas do feminismo negro podemos apontar discussões sobre estética e racismo. Nesse contexto, Taylor (1999) descreve, ao discutir estética antirracista, o impacto das "maneiras não explícitas em que história e cultura condicionam nossas escolhas, crenças, desejos e preferências" (p.20, nossa tradução), possibilitando assim observar criticamente o que é hoje considerado belo ou feio. Dada a imposição histórica de conceitos determinados pela cultura branca, beleza é também uma questão racial. Para mulheres negras, a preocupação estética representa, além da discussão da origem racista de discursos que classificam como feias as características físicas de pessoas negras, também uma demanda por reconhecimento da própria beleza. Em *400 Years without a Comb*, Willie Morrow (1990 *apud* Thompson, 2009) faz um apanhado histórico de práticas de cuidados de cabelos afro, argumentando que cor de pele e cabelo

são tão interligados que tomam grande dimensão nas vidas de pessoas negras, sendo assim características quase inseparáveis.

Uma das questões centrais no que tange às interconexões entre estética e racismo é explicitada por Sueli Carneiro que aponta como o racismo “superlativa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros subalternos” e “institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária” (Carneiro, 2003, p. 119), tendo como exemplo a recorrência abusiva do o que a autora chama de “inflação de mulheres loiras” na televisão brasileira – ou a “loirização”. Longe de ser uma problemática restrita a questões de representação televisiva, a necessidade de se discutir uma estética antirracista também vem de questões muito mais profundas.

Em uma sociedade racista, a construção do belo e da “boa aparência” possui implicações materiais, por exemplo no mercado de trabalho, sendo o requisito de boa aparência (comum em anúncios de emprego) um “eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular” (Carneiro, 2003, p. 121).

1.4 O caso do cabelo

A fim de pensar o gênero em uma análise interseccional, e buscando apresentar uma discussão contemporânea sobre discurso, gênero e raça, definimos como tema de análise as discussões em torno do cabelo natural ou cabelo afro. Essas discussões, em sua maioria conduzidas por mulheres negras, levam em consideração gênero e raça e também problematizam as formas com as quais o capitalismo se apropria das pautas de grupos minorizados, como argumentamos mais adiante.

O tópico ‘cabelo’ é explorado por diversos teóricos, seja a partir de estudos sociológicos, a partir do campo da psicologia ou a partir de estudos na área da saúde. O cabelo afro – que engloba desde o cabelo cacheado ao cabelo crespo, assim como penteados como dreadlocks, tranças nagôs e cornrows – e que é explorado majoritariamente por teóricas negras estadunidenses, tem recebido também atenção no Brasil (Gomes, 2006; Quintão, 2013; Gomes, 2017; Oliveira, 2017). Diferentes teóricas que abordam a questão do cabelo em comunidades afro-diaspóricas apontam para distinções de gênero no que se refere a como sujeitos negros entendem e vivenciam a face sociopolítica do cabelo afro. Brooks Higginbotham (*apud* Walker, 2007, p. 5) postula que mulheres negras são ‘sujeitos únicos’ para explorar as relações entre raça, gênero e classe – essas mesmas relações também são possíveis de serem observadas a partir da cultura da beleza. Desta forma, noções de desejo, não-desejo, beleza e feiura em relação ao cabelo são construídas a partir de um padrão de beleza eurocêntrico de ‘cabelo bonito’, que por sua vez é longo, liso e por vezes louro, como destaca Banks (2000, p. 2). Assim, o cabelo afro é considerado ‘indesejável’ dentro dos

padrões de beleza dominantes. Se por um lado existem movimentos que discutem a importância de se acabar com ideais de beleza – uma discussão deveras oportuna que tem como aspecto central as influências do capitalismo neoliberal e do patriarcado no que se refere à emancipação das mulheres (Wolf, 2002), por outro lado existe uma parcela de mulheres negras que discute percepções de beleza em uma cultura que por muito tempo se espelhou na beleza de mulheres brancas.

Dentro desse panorama, a discussão sobre o cabelo afro deve incluir os impactos políticos e culturais do cabelo para pessoas negras, visto que o cabelo é um marcador do corpo social racializado. Apesar de discussões em torno da estética afro-diaspórica terem voltado a ganhar força no Brasil na última década (Gomes, 2006; Bouzón, 2010; Barros, 2019; Mizrahi, 2019), por conta do ativismo online de mulheres negras que defendem a aceitação do cabelo natural e também da transição capilar para mulheres crespas e cacheadas que não têm mais interesse em utilizar métodos de alisamento, químicos ou não, os movimentos estéticos afro-diaspóricos datam, pelo menos, dos anos 1950 e 1960, com a ascensão dos Panteras Negras nos Estados Unidos e do movimento *Black is beautiful*. Todavia, essa linguagem simbólica criada por meio de recursos visuais teve como objetivo a transmissão do potencial revolucionário social e político da estética negra (Ongiri, 2010, p. 52), e se expressou não só pelo Afro de Angela Davis, mas também por roupas e acessórios, materializando assim diversos símbolos estéticos. Um segundo exemplo, contemporâneo e local, é o da geração Afrotombamento baiana, formada por jovens negros que se utilizam da estética para construir uma identidade visual coletiva que rompe com padrões de beleza europeus (Leite; Souza, 2017).

2. PROPOSTA ANALÍTICO-METODOLÓGICA

Definida a problemática, apresentamos o sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005) como uma das possibilidades de análise crítica do discurso dentro da perspectiva linguística sistêmica-funcional (Halliday; Matthiessen, 2014). Esse sistema permite analisar as formas como pessoas fazem avaliações através de suas escolhas linguísticas. Em seu trabalho seminal “*The language of evaluation: appraisal in English*” (2005), Martin and White conceituam e descrevem o sistema de avaliatividade, indicando que o modelo tem por foco a função ‘interpessoal’ da linguagem, isto é, a interação e a forma subjetiva como os falantes ou escritores se posicionam em textos, e como “aprovam, desaprovam, demonstram entusiasmo, aplaudem e criticam” (p. 1, nossa tradução). Assim, o sistema da avaliatividade focaliza a construção de textos, expressando sentimentos e valores por meio de escolhas linguísticas. Essas escolhas apontam também para a construção da identidade do próprio produtor do texto e de seu público ideal.

Três principais subsistemas compõem o sistema da Avaliatividade: Atitude, Engajamento e Gradação. Atitude refere-se aos sentimentos, “incluindo reações emocionais, julgamentos de

comportamento, e a avaliação das coisas” (Martin; White, 2005, p. 35, nossa tradução). O segundo subsistema, Engajamento, refere-se às formas nas quais a voz da autoria do texto se posiciona e se engaja com outras vozes presentes no texto. Por fim, a Gradação, como apontam Pinton e Pereira (2017, p. 270), perpassa os sistemas de Atitude e Engajamento, pois oferece como recurso o mecanismo de graduar sentimentos.

Para a proposta deste artigo, iremos dar ênfase ao subsistema ‘Atitude’, que também é dividido em três regiões “de sentimentos” (White; Martin, p. 35): ‘afeto’, ‘julgamento’ e ‘apreciação’. Em síntese, afeto corresponde a reações emocionais, enquanto julgamento – como o nome indica – corresponde a julgamentos de comportamento, e apreciação corresponde à avaliação de coisas. Através da análise de posicionamentos de afeto e julgamento nos textos selecionados, podemos observar valores e emoções associadas ao cabelo afro nos relatos de mulheres negras.

Para Martin e White (2005), ‘afeto’ envolve o registro de sentimentos positivos e negativos, ou seja, “nos sentimos felizes ou tristes, confiantes ou ansiosos, interessados ou entediados?” (p. 42, nossa tradução). O principal recurso para a realização desse tipo de significado são adjetivos⁴, embora processos afetivos mentais ou comportamentais⁵ também expressem afeto. *Julgamento* se refere a “atitudes comportamentais que admiramos, criticamos, condenamos ou elogiamos” (Martin; White, 2005, p. 42, nossa tradução). É importante frisar que tais comportamentos e escolhas linguísticas são moldados socialmente e não acontecem em um vácuo, portanto podem ser classificados como positivos ou negativos de acordo com o contexto de uso. Os autores dividem os ‘julgamentos’ entre aqueles que lidam com estima social e os que lidam com sanção social. Julgamentos de estima social são ligados normalidade, capacidade e tenacidade. Desta forma, avaliam como alguém pode ser, ou não, incomum, capaz ou resoluto.

Por outro lado, julgamentos de sanção social lidam com veracidade e propriedade, o quão confiável ou ético alguém é. Assim, os autores apontam que julgamentos de estima social são ligados à cultura oral, enquanto julgamentos de sanção social são codificados por meio da escrita e ligados a regras e regulamentações (Martin; White, 2005, p. 52).

A última região do sistema de Atitude é a *Apreciação*, que se refere ao ato de avaliar ‘coisas’ – incluindo coisas criadas, performances e fenômenos naturais, expressando qual é seu “valor” (Martin; White, 2005, p. 56). Nossa apreciação das coisas pode ser dividida em três campos: como reagimos a elas (reação), como elas são arranjadas/dispostas (composição) e o quanto elas são ‘valiosas’ (valoração). Esta região também pode ser classificada entre avaliações positivas e

⁴ Apesar de maior frequência de uso, é importante frisar que não existem estruturas gramaticais definidas como padrão ao investigar um texto no sistema de Avaliatividade, sendo a análise realizada com foco no significado em contexto.

⁵ O conceito de ‘processo’, que a grosso modo corresponde ao conceito de ‘verbo’ na gramática normativa, é utilizado na gramática sistêmico-funcional para referir-se a um dos elementos do sistema de transitividade, pertencente à função ideacional da linguagem. Cf. Halliday; Matthiessen, 2014; Thompson, 2004; Fuzer; Cabral, 2014.

negativas. *Gradação* é uma parte do subsistema de atitude que possibilita dar nuance e intensidade para os recursos de expressão de emoções (Martin; White, 2005). Escolhas lexicais que intensificam ou suavizam o significado de uma expressão são denominadas força, enquanto aquelas que graduem ou relativizam categorias são chamadas de foco.

Dentro dos recursos de força, pode-se utilizar palavras que indicam intensidade, como ‘muito’ ou ‘extremamente’; itens lexicais que em si exprimem diferentes graus de intensidade como ‘contente, feliz, extasiado’; intensificadores que permitem comparação como ‘melhor’ ou ‘pior’; advérbios; palavras de gradação de quantidade, maneira ou modalidade – como ‘incrivelmente, várias, pode e poderia’, respectivamente – e por fim, interjeições, metáforas e até mesmo palavrões. Enquanto alguns desses recursos são léxicos atitudinais, ou seja, palavras que isoladamente já indicam graus de intensidade, outros necessitam se combinar a palavras de conteúdo para que haja sentido de gradação.

Os recursos de foco possibilitam a gradação em casos que normalmente não são graduáveis, através de foco ou suavização de categorias. Na afirmação “ela é uma mulher de verdade”, por exemplo, existe uma focalização que intensifica esse indivíduo dentro da categoria mulher, normalmente não graduável. A suavização, por outro lado, permite que categorias se tornem menos rígidas a fim de expressar menor intensidade. Ao dizer que “ela é meio fã dessa banda”, a categoria ‘fã’, não graduável, se torna menos definitiva e rígida, permitindo diferentes graus de pertencimento.

3. EXEMPLO DE ANÁLISE

Definido o arcabouço metodológico, os trechos aqui utilizados para análise foram retirados do website Terra⁶, em uma reportagem onde quatro mulheres negras foram entrevistadas e responderam perguntas sobre a questão do cabelo crespo. As respostas de perguntas de entrevistas podem ser lidas como narrativas que se prolongam por algum tempo, e o entendimento destas narrativas é uma das formas de compreender a performance social humana, como mostram estudos na área de análise de narrativas (De Fina; Georgakopoulou, 2015). Ainda, relatos e narrativas performam diferentes funções no dia a dia, seja por meio do consumo das mesmas a partir de conversas, notícias em jornais ou – pensando nas possibilidades contemporâneas – em publicações em redes sociais. Sendo assim, narrativas são sempre contextualizadas e os contextos moldam essas narrativas, que carregam pesos políticos e ideológicos.

Com o propósito de ilustrar os possíveis usos da avaliatividade como ferramenta para a análise crítica do discurso, a primeira narrativa a ser analisada é da rapper Mc Soffia:

⁶ Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/beleza/cabelos/cabelos-crespos-mulheres-falam-sobre-direito-ao-corpo-e-penteado-afro.8c5198a24a2d1a2177869d23f62c385b0qwrRCRD.html>> Acesso em: 05 set. 2023.

Eu já alisei meu cabelo quando era pequena. A pressão da sociedade me fazia alisar, porque na escola as meninas ficavam falando que meu cabelo era duro, ruim, de bombril, essas coisas. Aí, pra não ser mais zoada por toda a escola, eu pedi pra alisar o cabelo, porque a gente sofre muito lá. Mas agora minha mãe me leva em eventos de mulheres negras com cabelos lindos, igual ao meu, e aí eu não quis mais alisar e, se alguém me xingar, eu vou ligar sim, né? Mas já tenho até resposta pra dar.

“na escola as meninas ficavam falando que meu cabelo era **duro, ruim**, de bombril, essas coisas”.

Ruim = apreciação de valoração negativa;
Duro = apreciação de composição negativa

Fragmento 1: Apreciação

“A gente **sofre** muito lá [na escola]”

Sofrer = processo mental afetivo, intensificado pelo subsistema de gradação - “muito”

Fragmento 2: Afeto

“Mas agora minha mãe me leva em eventos de mulheres negras com **cabelos lindos**, igual ao meu, e aí eu não quis mais alisar”.

Cabelos lindos = reação positiva, sendo comparado ao seu próprio cabelo.

Fragmento 3: Apreciação

Em seu relato, observável por meio do *Afeto*, Mc Soffia demonstra como o desejo de alisar o cabelo vem de processos dolorosos que partem do julgamento de outras meninas, sendo a não-apreciação de seu cabelo moldada socialmente, a partir da construção discursiva racista do outro. A partir da análise da região de *Apreciação*, também é perceptível como o poder de agência atribuído a sua mãe impacta positivamente a percepção de Soffia em relação a seus cabelos: é a mãe que a leva em eventos com mulheres negras que têm, como aponta Soffia, ‘cabelos lindos’, em contraste com as escolhas lexicais utilizadas para ilustrar a forma com que as “meninas da escola” avaliavam seu cabelo.

Como segundo exemplo de análise trazemos o relato da cantora Tássia Reis, à época com 25 anos, que também reflete sobre experiências de preconceito na infância em relação a seus cabelos:

Acho que todas as mulheres negras desse país [sofriam com isso], né? E só por isso que eu usava química, relaxamento, na tentativa de me aproximar mais do padrão que é imposto pra todo mundo, e eu tinha vergonha. Não queria ser zoada. Então usava preso, usava trança, e passava como a “estilosa” e não a neguinha do cabelo duro. Eu nunca fugi do estereótipo. Isso na escola. Porque eu considero a escola o pior lugar para uma menina crespa. É muito cruel. E na rua também, entre os amigos. Lembro de uma vez que saí na rua, inclusive minha mãe tinha até feito um desses relaxamentos, mas o cabelo continuava bem volumoso, e aí saí na rua me sentindo maravilhosa, e em dois minutos começaram a me zoar e eu voltei pra casa e preendi o cabelo. Eu só queria ser aceita.

“Acho que todas as mulheres negras desse país [**sofriam** com isso], né?”

Sofrer = processo mental afetivo

Fragmento 4: Afeto

“eu tinha **vergonha**”

Vergonha = processo mental afetivo

Fragmento 5: Afeto

“Porque eu considero a escola o **pio**r lugar para uma menina crespa”

Pior = gradação de “lugar”

Fragmento 6: Gradação

“É **muito cruel**”

Cruel = julgamento de sanção social negativo (propriedade), intensificado pelo subsistema de gradação - “**muito**”

Fragmento 7: Julgamento

Ao descrever sentimentos relacionados à sua vivência como uma “menina crespa”, Tássia faz uso de processos mentais afetivos (sofrer, ter vergonha) e, por meio de julgamento, apreciação e gradação, avalia o ambiente escolar caracterizando-o negativamente e refletindo sobre o impacto emocional de se perceber alvo de olhares racistas, já que seu cabelo era visto como fora dos parâmetros do desejável naquele contexto.

No trecho “porque eu considero a escola o pior lugar para uma menina crespa”, gradação foi o recurso utilizado de forma a comparar, através do intensificador “pior”, os lugares que ela frequentava enquanto criança, refletindo enquanto adulta sobre esses mesmos espaços. O relato de Tássia, diferente do de Mc Soffia, faz uso do recurso de gradação, além de afeto e julgamento, para caracterizar negativamente o ambiente escolar. A vergonha e o sofrimento descritos através de processos mentais afetivos e julgamento de sanção social podem ser entendidos como reflexo de situações vividas dentro da escola em relação a seu cabelo, expressas através de experiências individuais – como em “eu tinha vergonha”, e generalizadas, como em “todas as mulheres negras desse país”.

Ao tentar se “aproximar mais do padrão que é imposto pra todo mundo”, adotando penteados como tranças ou prendendo os cabelos, Tássia caracteriza seu cabelo natural negativamente, e em contraste a uma percepção social positiva sobre si mesma ao diminuir o volume de seus cabelos crespos:

passava como a “**estilosa**” e não a neguinha do cabelo **duro**

Estilosa = julgamento de estima social positivo (normalidade)

Duro = apreciação de composição negativa

Fragmento 8: Julgamento e Apreciação

De forma semelhante, ao narrar sair de casa com os cabelos relaxados quimicamente, o volume dos cabelos é caracterizado negativamente e em contraste a um julgamento de estima social positivo. Tássia aponta – de forma consciente ou não – como, em oposição a seu julgamento positivo inicial, a perspectiva racista de outros sobre sua aparência afetou sua própria percepção sobre seu cabelo:

saí na rua me sentindo **maravilhosa**

Maravilhosa = julgamento de estima social positivo (normalidade)

Fragmento 9: Julgamento

mas o cabelo continuava **bem volumoso**

volumoso = apreciação de composição negativa, intensificada pelo subsistema de gradação - “bem”

Fragmento 10: Apreciação

A palavra “volumoso” ganha sentido negativo ao ser utilizada no contexto desta frase, sendo descrita como uma característica indesejável na situação relatada, já que está em oposição ao efeito esperado do relaxamento (diminuir o volume dos cabelos crespos).

Nossa terceira análise apresenta o relato da cantora e compositora Paula Lima ao ser questionada sobre parar de alisar seus cabelos. A cantora afirma que:

Olha, na verdade, eu usei prancha por muito tempo. Aí depois comecei a trançar porque achava style e vi um filme com a Angela Bassett que ela tinha umas tranças grossas, e fiquei apaixonada por elas. Aí fiquei anos com a trança, só que gosto muito de água. Então quando tirei férias e fui pra Bahia, eu desencanei e deixei meu cabelo como ele tivesse que ser. E aí rolou, porque lembro que na época fazia Ídolos, e aí voltei de férias e já ia trançar o cabelo de novo. Mas fui me adaptando porque as pessoas começaram a elogiar tanto que eu comecei a me ver de uma outra forma no espelho também.

Comecei a trançar porque [eu] achava style

Style = apreciação de estima social positiva

Fragmento 11: Apreciação

Tássia Reis e Paula Lima fazem uso dos termos “style/estilosa” de formas diferentes: Tássia Reis utiliza o adjetivo como julgamento, enquanto Paula Lima opta por utilizar como apreciação. A cantora afirma que começou a usar tranças por achar as mesmas estilosas - apesar de teóricas como Grada Kilomba (2008) e Ingrid Banks (2000) atrelarem penteados afro ao próprio cabelo crespo em termos de instrumentos políticos e de consciência racial politizada (e não meramente como “estilosos”).

Fui me adaptando porque as pessoas começaram a elogiar tanto que eu comecei a me ver de uma outra forma no espelho também (...)
--

Elogiar = afeto positivo (satisfação)
--

Fragmento 12: Afeto

Neste fragmento, Paula Lima faz uso da região de afeto para registro do sentimento positivo em relação a validação de outros sobre seu cabelo. É importante ter em mente que a aprovação do outro em termos de estética não afeta o sujeito somente de forma subjetiva (como baixa ou alta autoaceitação), mas também o afeta em termos materiais, como por exemplo o acesso livre a certos

espaços, ou até mesmo os mecanismos de seleção dentro do mercado de trabalho, onde não é rara a exigência de “boa aparência” (leia-se ‘aparência o mais próxima possível do modelo eurocêntrico de beleza) como pré-requisito.

O quarto e último relato analisado é o de Lúcia Udemezue, diferenciado das demais entrevistadas pois, como aponta a reportagem, seu depoimento “representa o coletivo Manifesto Crespo, de diversas idades e opiniões”. No relato, Lúcia aponta que o grupo promove discussões sobre “identidade, corpo e cabelo crespo” com mulheres negras.

o cabelo crespo pode e deve ser encarado de uma forma criativa

criativa : apreciação de valoração positiva
--

Fragmento 12: Apreciação

A apreciação positiva contida no trecho acima se liga à perspectiva que pode ser adotada a partir de discussões sobre cabelo crespo, apontando para possibilidades criativas ao invés de padrões e expectativas restritivas.

fazendo com que se desmistifique a ideia de que existe cabelo ruim

ruim : apreciação de valoração negativa
--

Fragmento 13: Apreciação

Aqui a valoração negativa está ligada a uma ideia que deve ser revisada e transformada através da criatividade. O cabelo então ganha conotação positiva de forma indireta, através do entendimento de que cabelo ruim não existe. Esta perspectiva remete a parte dos relatos de Mc Soffia e Paula Lima que, através do contato com mulheres negras “de cabelos lindos” em eventos e com o penteado de Angela Bassett, puderam construir referências estéticas positivas e mais diversas em relação aos próprios cabelos.

Podemos perceber nas falas analisadas que, apesar de se tratar de quatro mulheres diferentes que atuam e vivem em contextos diversos, suas narrativas fazem uso da região avaliativa de apreciação, de forma a (re)construir qual ou quais valores foram atribuídos a seus cabelos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos apresentar conceitos, discussões e possibilidades de análises dentro da área de ACD que englobassem as intersecções entre gênero, capitalismo, raça e discurso, tomando como exemplo narrativas que abordam a questão do cabelo para mulheres negras. Como

instrumento de análise, fizemos uso do Sistema de Avaliatividade (Martin; White, 2005) a fim de compreender de qual ou quais formas as escritoras/falantes relatam suas experiências e adotam posturas avaliativas, como também negociam seus posicionamentos com seus interlocutores.

Mesmo reconhecendo que a manipulação do cabelo é uma técnica corporal e um comportamento social presente nas mais diversas culturas, para o negro, e mais especificamente para a mulher negra brasileira, esse processo não se dá sem conflitos. Estes embates podem expressar sentimentos de rejeição, aceitação, resignificação e, até mesmo, de negação ao pertencimento étnico/racial, visto que múltiplas representações negativas construídas sobre o cabelo do negro no contexto de uma sociedade racista influenciam o comportamento individual e coletivo. A partir das narrativas aqui analisadas como ilustração, pode-se perceber, por exemplo, que a “escola” é um tema central ao pensar a relação entre cabelo afro e subjetividade/identidade, sendo o cabelo afro designado como negativo no ambiente escolar dentro dos três sistemas (afeto, apreciação e julgamento).

Apesar de não ter se dado de forma avaliativa, nos textos analisados também são mencionadas manipulações capilares, sejam elas químicas ou não. Produtos e serviços relacionados a alisamentos, relaxamentos e outros processos que alteram a textura dos cabelos afro merecem atenção na complexa configuração onde capitalismo, racismo e estética se entrelaçam. O caso do cabelo é, então, um exemplo da face multidimensional das relações sociais no capitalismo tardio, que se apropria até mesmo das demandas de movimentos sociais para fins de lucro.

Finalmente, é importante frisar que a Análise Crítica do Discurso como instrumento teórico-metodológico nos permite fazer uso de diferentes instrumentos de análise. Dessa forma, a proposta que aqui apresentamos, assim como as teorias sociais que utilizamos, são um pequeno exemplo das inúmeras possibilidades que podem ser exploradas no campo dos estudos críticos sobre discurso, gênero e raça.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminism for the 99%: A Manifesto**. London: Verso, 2019.
- BANKS, Ingrid. **Hair matters: beauty, power, and Black women’s consciousness**. Nova Iorque: New York University Press, 2000.
- BARGU, B.; BOTTICI, C. Introduction. In: BARGU, B.; BOTTICI, C. (Eds.) **Feminism, Capitalism, and Critique: Essays in Honor of Nancy Fraser**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- BARROS, Maria Beatriz dos Santos. **Causando um tombamento: Karol Conká e uma negritude empoderada possível**. In: III Jornada Internacional GEMInIS (JIG 2018) - São Paulo-SP, 2019. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/jig2018/trabalho/82391>
- BOUZÓN, Patrícia Gino. **Construindo identidades: Um estudo etnográfico sobre manipulação da aparência em salões de beleza na cidade do Rio de Janeiro**. 2010. 334 f. Tese (Doutorado) -

Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BUCHOLTZ, Mary. The feminist foundations of language, gender, and sexuality research. In: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet. **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014. p. 23-47.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. (2 ed). New York and London: Routledge, 1999.

CAMERON, Deborah. **Feminism And Linguistic Theory**. London: Palgrave Macmillan, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero** (2013). Disponível em <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>

CHIAPELLO, E.; FAIRCLOUGH, N. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. **Discourse & Society**, London, Thousand Oaks and New Delhi, Vol. 13, No. 2, p. 185-208, 2002.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIXOUS, Hélène; COHEN, Keith; COHEN, Paula. The Laugh of the Medusa. **Signs**, Chicago, v. 1, n. 4, p. 875-893, summer 1976.

COLLINS, Patricia. Hills. **Black Feminist Thought**. New York and London: Routledge, 2000.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, 1989.

CRANNY-FRANCIS, Anne. et al (Eds.) **Gender studies: Terms and debates**. London: Palgrave/Macmillan, 2003.

DAVIS, Angela. Afro Images: Politics, Fashion, and Nostalgia. **Critical Inquiry**, v. 21, n. 1, p. 37-45, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976. Translated by Gayatri Chakravorty Spivak.

EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (ed.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. 2. ed. Hoboken: Willey Blackwell, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: The critical study of language**. 2nd ed. London: Routledge, 2010.

FINA, Anna de; GEORGAKOPOULOU, Alexandra (ed.). **The Handbook of Narrative Analysis**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism: A conversation in critical theory**. Cambridge: Polity Press, 2018.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GILLIAM, Angela.; GILLIAM, Onik'a. Raça Brasil: por quem, para quem. **Cadernos Pagu**, (6/7), 307-310, 1 jan. 2010. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1873>

GOMES, Larisse Louise Pontes. “**Posso tocar no seu cabelo?**” Entre o “liso” e o “crespo”: transição capilar, uma (re)construção identitária? 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprnzalodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 21, p. 40-51, dez. 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782002000300004>

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. London and New York: Routledge, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v.26, n. 1, 2014.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Clenora Hudson-Weems's Africana Womanism. In: PHILLIPS, Layli (ed.). **The Womanist Reader**. New York: Routledge, 2006. p. 37-54.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. London: Continuum, 2005.

MIZRAHI, Mylene. As políticas dos cabelos negros, entre mulheres: estética, relacionalidade e dissidência no Rio de Janeiro. **Mana**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 457-488, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p457>

MORAGA, Cherríe & ANZALDÚA, Gloria (orgs.). **This bridge called my back**: writings by radical women of color. Nova York: Kitchen Table, p. 165-74.

LAKOFF, Robin. **Language and Women's Place**. Nova York: Harper and Now, 1975.

LEITE, Nara de Cervino Teixeira; SOUZA, Josenilde Silva. Geração Afrotombamento Baiana: a estética negra como meio difusor de empoderamento. **13º Colóquio de Moda**, Bauru, p. 1-15, out. 2017.

ONGIRI, Amy Abugo. **Spectacular Blackness**: the cultural politics of the black power movement and the search for a black aesthetic. Charlottesville: University of Virginia Press, 2010.

OLIVEIRA, Paula Beatriz de Carvalho e. **Ressignificações em torno de cabelos crespos e cacheados**: Uma análise sobre performances corporais nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia/Rio de Janeiro. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PINTON, Francieli Matzenbac; PEREIRA, Gabriela Eckert. Atitude e engajamento em textos argumentativos produzidos no contexto escolar: desafios para o professor de leitura e escrita. **Entrepalavras**, v. 7, p. 266-282, ago./dez. 2017.

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. **O que ela tem na cabeça?**: um estudo sobre o cabelo como performance identitária. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RESENDE, Viviane. (Org.) **Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade:** o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Trad. de Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro, Edufba/Pallas, 2004.

SPENDER, Dale. **Man Made Language.** Abingdon: Routledge & Kegan Paul, 1980.

TAYLOR, Paul C. Malcolm's Conk and Danto's Colors; Or, Four Logical Petitions concerning Race, Beauty, and Aesthetics. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 16-20, 1999. <http://dx.doi.org/10.2307/432060>

THOMPSON, Cheryl. Black Women, Beauty, and Hair as a Matter of Being. **Women's Studies**, [S.L.], v. 38, n. 8, p. 831-856, 15 out. 2009. <http://dx.doi.org/10.1080/00497870903238463>

THOMPSON, Geoff. **Introducing functional grammar.** (2 ed). London: Arnold, 2004.

VIEIRA, João. Direito ao Corpo: mulheres falam sobre seus cabelos crespos. **Terra**, 2015. Disponível em <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/beleza/cabelos/cabelos-crespos-mulheres-falam-sobre-direito-ao-corpo-e-penteado-afro,8c5198a24a2d1a2177869d23f62c385b0gwrRCRD.html>>. Acesso em: 05 de set. de 2023

WALKER, Andre. **Andre Talks Hair.** New York: Fireside, 1998.

WODAK, Ruth (ed.). **Gender and Discourse.** London: Sage Publications, 1997.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Débora de Carvalho Figueiredo

Possui graduação em Direito (UFSC), mestrado e doutorado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (UFSC). É professora associada 3 da UFSC. Atua principalmente nos seguintes temas: discurso e gênero; análise crítica do discurso jurídico; linguística feminista; direito das mulheres; direitos sexuais e reprodutivos; violências de gênero. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero Através da Linguagem (NuGal) E-mail: deborafigueiredo@terra.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3128279923506227>

Jéssica Soares Lopes

Possui bacharelado em Letras - Inglês (UFSC) e mestrado no Programa de Pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC), na linha de Estudos do Discurso e da Tradução em Contextos Socioculturais. Doutorado em andamento na área de concentração de Estudos Literários e Culturais (PPGI/UFSC), onde pesquisa Literatura Irlandesa. Membro do NuGal (Núcleo de Estudos de Gênero Através da Linguagem/UFSC) e NEI (Núcleo de Estudos Irlandeses/UFSC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480791285045069>

Luana Helena Uessler

Licenciada em Letras - Inglês (UFSC) e mestre em inglês: Estudos Linguísticos e Literários (UFSC). Atualmente é doutoranda no mesmo programa, com pesquisa com foco nos estudos literários de contos irlandeses contemporâneos. É membro do NuGal (Núcleo de Estudos de Gênero e Através da Linguagem) e do NEI (Núcleo de Estudos Irlandeses). E-mail: luessler@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3821579624484634>

DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Vulnerabilidade linguística em ambientes digitais e as forças escalares da ameaça contra mulheres

*Linguistic vulnerability in digital settings and
scalar forces of the threat against women*

*Vulnerabilidad lingüística en escenario
digitales y fuerzas escalares del hilo contra las
mujeres*

RESUMO

Este artigo busca ampliar o debate sobre as relações entre fala e conduta discutindo condições de vulnerabilidade linguística nas ameaças contra mulheres nas coarticulações entre interações digitais e face a face. Nossa análise foca no caso das ameaças à jornalista Vera Magalhães durante a campanha eleitoral de 2022. No ambiente digital, a citacionalidade dos enunciados ameaçadores leva ao crescimento exponencial de repetições. A circulação promove transformações dos textos digitais e as repetições evidenciam o “legado citacional”, ambas características sujeitas a mudanças de escala da cadeia textual à conduta violenta invocando um cronotopo da história de violência contra mulheres.

Palavras-chave: ameaça; cronotopo; vulnerabilidade linguística; citacionalidade; conduta; ambiente digital.



Recebido em: 08 de setembro de 2023
Aceito em: 20 de novembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.50742

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Amanda Diniz Vallada

amandavallada@discente.ufg.br

<https://orcid.org/0000-0002-5512-6087>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia,
GO, Brasil

Joana Plaza Pinto

joplazapinto@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0001-8052-9390>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia,
GO, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article seeks to broaden the debate on the relations between speech and conduct in discussing linguistic vulnerability conditions in threats against women in the coarticulations between digital and face-to-face interactions. Our analysis focuses on the threats to journalist Vera Magalhães during the 2022 election campaign. In the digital setting, the citationality of threatening statements leads to exponential growth of repetitions. The circulation promotes digital texts transformations, and the repetitions show the "citational legacy", both of them characteristics subject to changes in the scale from textual chain to violent conduct invoking a chronotope of history of violence against women.

Keywords: threat; chronotope; linguistic vulnerability; citationality; conduct; digital setting.

RESUMEN

Este artículo busca ampliar el debate sobre las relaciones entre lenguaje y conducta al discutir las condiciones de vulnerabilidad lingüística en amenazas contra mujeres en interacciones digitales y presenciales. Nuestro análisis se centra en las amenazas a la periodista Vera Magalhães durante la campaña electoral 2022. En el escenario digital, la citación de declaraciones amenazantes conduce a un crecimiento exponencial de repeticiones. La circulación promueve transformaciones de textos digitales y repeticiones muestran el "legado citacional", ambas características sujetas a cambios de escala desde la cadena textual hasta la conducta violenta invocando un cronotopo de la historia de violencia contra mujeres.

Palabras clave: amenaza; vulnerabilidad lingüística; citación; conducta; escenario digital.

Como citar:

VALLADA, Amanda Diniz; PINTO, Joana Plaza. Vulnerabilidade linguística em ambientes digitais e as forças escalares da ameaça contra mulheres. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 326-340, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.50742. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 14 de setembro de 2022, Douglas Garcia, então deputado estadual por São Paulo, inicia uma interação indesejada com a jornalista Vera Magalhães nos bastidores de um debate entre candidatos ao governo do estado paulista realizado pela TV Cultura. Esse evento foi filmado por diferentes pessoas com celulares pessoais, incluindo Vera Magalhães e o próprio deputado. Caracterizado desde a primeira notícia pública como uma ameaça e hostilização contra uma mulher profissional da imprensa, essa interação indesejada movimentou a mídia jornalística e social nos dias seguintes¹ e foi motivo de manifestações de repúdio por parte de figuras políticas – tanto associadas quanto não associadas ao espectro bolsonarista da filiação política de Garcia – e, ainda, de ações por parte de instituições legais².

Ainda que esse ataque tenha sido bastante recontextualizado, ele não é de forma alguma um “incidente isolado” (Cameron, 2020), no que diz respeito à ascensão bolsonarista e sua relação com profissionais da imprensa, especialmente jornalistas e comunicadoras mulheres. Em 2020, a jornalista Patrícia Campos Mello, por exemplo, foi alvo de ataques iniciados por Hans River, funcionário de uma agência de disparo em massa de mensagens pelo WhatsApp, e fomentados em redes sociais pelo então presidente e um de seus filhos³.

É expressivo, aliás, o papel da mediação digital nessas ações violentas. Mesmo na era mais otimista da análise da comunicação mediada por computador (1990-2015), estudos mostravam que um suposto potencial de equidade de gênero de participação nos ambientes digitais era apenas isso: suposto, pois as evidências já mostravam que gênero não é invisível nem irrelevante na interação online e que não há qualquer tipo de equidade de poder ou status quando o foco é o gênero (Herring; Stoerger, 2014).

Neste momento de plataformação das políticas interacionais e dos enquadres regulados por algoritmos (Varis, 2021), viralização de notícias falsas, criação de *deep fakes*, ofensas e ameaças em comentários, postagens e transmissões ao vivo operam grande parte da violência que as profissionais da imprensa vêm sofrendo. Além de ameaças e ofensas feitas em ambiente de qualidade apenas (aparentemente) offline, Magalhães e Campos Mello foram durante anos vítimas de violência online dos tipos elencados.

As situações vivenciadas por essas duas jornalistas são apenas exemplares de uma crescente violência digital contra jornalistas mulheres espalhadas por diversos países de forma tão

¹ Ex.: “Vera Magalhães é ofendida por deputado bolsonarista e se revolta: ‘Inaceitável’”: <https://natelinha.uol.com.br/eleicoes-2022-na-tv/2022/09/14/vera-magalhaes-e-ofendida-por-deputado-bolsonarista-e-se-revolta-inaceitavel-187324.php>.

² A exemplo do procedimento aberto pelo Ministério Público de São Paulo. Confira em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/15/mp-vai-investigar-deputado-douglas-garcia-por-stalking-e-dano-emocional-a-vera-magalhaes-diz-advogado.ghtml>. Último acesso em 01 de agosto de 2023.

³ Para conhecer mais sobre o caso, confira: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51551610>. Último acesso em 01 ago. 2023.

contundente que foi objeto de pesquisa da UNESCO. No relatório do estudo, intitulado *The chilling: global trends in online violence against women journalists* (Posetti *et al.*, 2021, p. 5), vemos que

não há nada de virtual a respeito da violência online. Ela tem se tornado a nova linha de frente na segurança jornalística – e as jornalistas mulheres estão no epicentro do risco. A misoginia em rede e o *gaslighting* se interseccionam com racismo, intolerância religiosa, homofobia e outras formas de discriminação para ameaçar jornalistas mulheres – severa e desproporcionalmente. Ameaças de violência sexual e morte são frequentes e às vezes se estendem às famílias. Esse fenômeno também está vinculado à ascensão da desinformação viral, das redes de conspiração digital e da polarização política. Os impactos sobre aspectos psicológicos, físicos, profissionais e de segurança digital associados a essa crescente crise de liberdade de expressão e de igualdade de gênero estão se sobrepondo, convergindo e ficando frequentemente inseparáveis. Eles também estão progressivamente entornando para o offline, às vezes com consequências devastadoras.⁴

O relatório da UNESCO se mostra útil no sentido de expor a complexidade dos fatores que constroem a violência contra as mulheres profissionais da imprensa, de intolerância de vários tipos à ação online coordenada. Como veremos melhor adiante, as plataformas digitais atuam, de fato, como ambientes que catalisam os ataques contra essas mulheres, coparticipando das mudanças escalares da violência. Esses ataques coordenados têm impactos materiais na vida das mulheres atacadas: das jornalistas que participaram dos estudos da UNESCO, 26% relatam disfunções de ordem mental, 20% declaram ter se retirado completamente de redes sociais abertas e 38% afirmam ter procurado estar menos publicamente expostas no que diz respeito à preparação de matérias e reportagens (Posetti *et al.*, 2021).

Em certa medida, a ameaça a mulheres jornalistas em ambientes online articula o silenciamento de mulheres que desestabilizam o monopólio masculino sobre situações de fala pública valorada, criando empecilhos ou mesmo impedindo que elas prossigam livremente com seu trabalho – 4% das jornalistas atacadas que contribuíram com os estudos da UNESCO deixaram seus postos de trabalho e 2% abandonaram completamente o jornalismo (Posetti *et al.*, 2021).

Os mecanismos que propiciam o engendramento da violência perpetuada digitalmente não são nosso objeto de investigação neste artigo. Todavia, é importante reconhecer que a pouca ou nenhuma moderação das redes sociais ativamente proporcionam o assédio direcionado, ocultado pela ilusão de anonimato e facilitado pela infraestrutura digital, de modo que “a violência online frequentemente ‘pula’ entre plataformas em ataques orquestrados” (Posetti *et al.*, 2021, p. 14).

Esse cenário violento nos remete a diferentes escalas de ação violenta contra mulheres jornalistas, invocando um *cronotopo*, isto é, co-ocorrências de eventos em diferentes tempos e espaços (Blommaert, 2015) como blocos da história da articulação de violências contra mulheres (violência online, risco, misoginia, *gaslighting*, racismo, intolerância religiosa, homofobia, violência sexual, morte) e ideologias linguísticas generificadas (Cameron; Shaw, 2016). Essas co-ocorrências

⁴ Todas as traduções foram feitas pelas autoras para fins exclusivos deste artigo.

são integradas por diferentes tipos de fala e de conduta, que estão perfeitamente sintetizadas na expressão “ameaça de violência sexual”; enquanto a ameaça se caracteriza como uma fala ou ação linguística, a violência sexual é da ordem da conduta ou da ação corporal.

Em meio à discussão sobre efeitos de atos ilocucionários em *How to do things with words*, uma afirmação aparentemente simples deixa pista teórica para pensarmos essas diferentes escalas neste mesmo cronotopo: “*our [speech] acts are acts*” (Austin, 1962, p. 105). A simplicidade dessa afirmação é sua força teórica; as relações entre fala e conduta são a problemática que caracteriza as práticas linguísticas como ações sociais. Em *Excitable Speech*, publicado originalmente em 1997, Judith Butler (1997) debateu sobre o campo de forças da linguagem, espaço em que nos constituímos e operamos, acionando estruturas, circulações e efeitos. Isso foi há um quarto de século, mas a atualidade do problema está atestada na tradução recente de seu livro no Brasil sob o título *Discurso de Ódio* (Butler, 2021).

Este artigo busca ampliar o debate sobre as relações entre fala e conduta ao discutir as condições de vulnerabilidade linguística nas ameaças contra mulheres jornalistas nas coarticulações entre interações digitais e interações face a face. Nossa análise foca no caso das ameaças à jornalista Vera Magalhães durante a campanha presidencial de 2022, fundamentada nas categorias de escala e cronotopo (Blommaert, 2015) para entender a articulação entre os movimentos textuais, citação e repetição, como forças motrizes da direção dos atos (Butler, 1997). Acreditamos que essa ampliação do debate tem o potencial de direcionar nossas análises sobre gênero como um princípio estrutural nos usos e avaliações linguísticas (Cameron, 2012; Cameron; Shaw, 2016; Litosseliti, 2006; Mcelhinny, 2014) diante das intensas extrapolações escalares do nexos online-offline (Varis, 2021; Varis; Blommaert, 2015).

Para isso, primeiro, vamos descrever o evento em foco e a rede de textos que é evocada em torno dele, procurando analisar os recursos que organizam as mudanças de escala nessa rede. Em seguida, procuramos compreender como as vulnerabilidades linguística e corporal se articulam no percurso dessas mudanças, especificamente em relação ao crescimento exponencial das repetições no ambiente digital, sobrepondo violência linguística e conduta. A seção final busca articular as consequências teóricas da nossa análise.

1. REDES TEXTUAIS DIGITAIS DAS AGRESSÕES CONTRA MULHERES JORNALISTAS

A cena é reconhecível: em uma filmagem em posição de *selfie* invocando uma terceira audiência não simultânea, uma pessoa inicia uma interação com outra com uma pergunta provocativa, a pessoa que pergunta adota um turno contínuo e sobreposto a qualquer outro turno alheio que emerja na interação copresencial indicando que não espera resposta satisfatória, os enunciados enquadram qualquer resposta repetindo a pergunta e sobrepondo sentenças

afirmativas diretas com repertório de intensa afetividade (avaliações, contraditos etc.) alternando a direção da face entre a pessoa cofilmada e a audiência não simultânea “atrás da tela”.

Trata-se de uma cena própria de supostos atos de indignação “contra tudo isso que está aí”, uma negação política da Política, nos termos de Wendy Brown (2019). Por que é reconhecível? Porque circulou intensamente (e ainda circula) em nossos dispositivos digitais, desde 2013 (Andrade, 2016), em ambientes digitais sem moderação (aplicativos como WhatsApp e Telegram) ou com moderação mínima (plataformas como YouTube e Facebook) (Cesarino, 2022; Sanque, 2020).

A infraestrutura das plataformas de nova mídia acelera a velocidade da circulação de textos que compõem o nexo online/offline através de processos de desintermediação e reintermediação – isto é, processos que promovem o desengajamento do sistema pré-cibernético (como a desconfiança em relação à “mídia tradicional”) e, ao mesmo tempo, integram novos esquemas de mediação (que assumem uma posição de vanguarda para a interpretação dos enunciados). Esse tipo de vídeo é um reconhecido recurso do *modus operandi* da Direita 2.0, possibilitado pelas infraestruturas cibernéticas contemporâneas, “tanto a ênfase no plano pré-representacional dos afetos como as tendências cronotópicas (ou seja, de organização espaço-temporal) constitutivas dessas forças políticas são características dessa infraestrutura técnica” (Cesarino, 2022, p. 90–91).

Esse tipo de vídeo é o cerne do material empírico que etnografamos digitalmente (Ciborga *et al.*, 2022) e foi escolhido como estudo de caso pelo seu caráter emblemático em meio às trajetórias semióticas das agressões contra mulheres jornalistas no ambiente digital (Posetti *et al.*, 2021). Trata-se do vídeo filmado pelo celular do então deputado estadual Douglas Garcia, que segue essa estrutura cênica de “indignação”. Nossa etnografia digital desse vídeo, feito exclusivamente para o ambiente digital, nos levou a outros diferentes vídeos que circularam em torno desse evento, pois, como consequência da posse individual de dispositivos celulares com câmera, é possível encontrar diferentes ângulos do mesmo evento.

Tivemos acesso a três filmagens de ângulos diferentes, todas disponibilizadas pelo Canal UOL: a filmagem do celular do próprio deputado, a filmagem do celular da Vera Magalhães e a filmagem de um celular de pessoa anônima que captou o ângulo do evento que de fato viralizou na mesma madrugada do dia 14/09/2022 nas redes sociais: depois de cerca de um minuto da interação indesejada que mobilizava cada vez mais pessoas no entorno (é possível ver nos vídeos pelo menos três outras pessoas também filmando o ocorrido), o apresentador da TV Cultura Leão Serva retirou inadvertidamente o celular da mão do deputado, interpelando-o com uma ofensa, e arremessando o aparelho no meio das cadeiras da plateia do auditório nas dependências do Memorial da América Latina (São Paulo, SP) onde ocorria o debate. De algum ponto entre essas cadeiras esta filmagem viralizada foi feita.

Nossa análise também considerou notícias sobre o evento publicadas no decorrer do referido dia 14 e alguns textos (notícias, coluna de opinião) publicados em dias posteriores. Nessas

notícias e textos, é possível ler um eco de conexão estabelecida na viralização nas redes sociais: esse evento como uma recontextualização de outro ocorrido alguns dias antes, em 28/08/2022, em função da repetição de versões da frase “Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro” dirigida a Vera Magalhães. Essa frase foi dita por Jair Bolsonaro (então filiado ao Partido Liberal), durante o debate entre candidatas e candidatos à Presidência na TV Bandeirantes. Duas semanas depois, o deputado Douglas Garcia citou a frase enquanto filmava a interação indesejada com a jornalista: “A senhora é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”.

Assim como ecoou nas redes sociais, algumas notícias também conectam este “ataque” a outros cometidos pelo então presidente contra a jornalista Patricia Campos Mello, do jornal Folha de S. Paulo. As notícias enquadram os eventos com a participação de Bolsonaro como “ataque” e o evento com participação de Douglas Garcia como “ofensa”. Quando em agosto de 2022 o então presidente atacava a jornalista Vera Magalhães, ele já tinha sido condenado em duas instâncias diferentes por ataques à jornalista Campos Mello. Alguns dias após o ataque a Magalhães, o então presidente mencionou em uma entrevista pública a Jovem Pan fatos de vida privada e sentimental da jornalista Amanda Klein. Os atos, os agentes e os textos centrais produzidos em cada ato podem ser esquematizados numa linha do tempo:

Figura 1 – Linha do tempo dos eventos relacionados explicitamente



Fonte: Autoras (2023)

Um homem em posição de autoridade política (ex., deputado e presidente) assedia publicamente uma mulher profissional do jornalismo no momento em que ela participa como jornalista num evento de interesse público. Isso é reconhecível como a mesma estrutura exemplar analisada no artigo seminal de Erving Goffman (2013, p. 109–110): “[...] uma mulher deve estar sempre de prontidão [...] para que outros lhe alterem o chão onde pisa, uma vez que **está sujeita a se transformar momentaneamente em objeto de atenção e aprovação**, e não – ou não apenas – participante da ação.” Goffman faz essa afirmação ao analisar a mudança de *footing* que o então presidente Nixon constrói, ao final de uma sessão com jornalistas em 1973, quando ele passa a comentar a aparência da jornalista Helen Thomas, como um “um momento na política de gênero” (Goffman, 2013, p. 109). A violência dirigida a mulheres jornalistas compreende recursos de diversas camadas, como conjuntura política, infraestrutura digital, instituição e campo social, além da política de gênero. Como observam James Collins e Stef Slembrouck (2009, p. 38) ao comentarem o caso de Nixon descrito por Goffman, essas diferentes camadas operam esquemas sociais de longas e extensivas escalas de tempo e espaço no contexto das condutas comunicativas.

Não se pode esquecer que essas mulheres são comunicadoras públicas – produzem matérias, fazem entrevistas, mediam a informação à audiência, emitem opinião em produtos que são lidos, assistidos, escutados, comentados, aprovados, refutados por milhares de pessoas todos os dias. Jornalistas mulheres são, portanto, mulheres de fala pública, mulheres que se engajam cotidianamente em práticas de linguagem públicas e estimadas. Pensar a ação linguística das mulheres em contextos públicos implica considerar uma situação que é, de certa maneira, cultural e historicamente esdrúxula. Afinal, a participação feminina em eventos culturalmente valorados de fala pública é um fenômeno relativamente recente no Ocidente, especialmente se considerarmos atividades de fala de participação mista (Bean, 2006), ou seja, de participação tanto feminina quanto masculina.

A produção linguística pública socialmente estimada por parte das mulheres rompe com a dinâmica dualista que delega aos homens a fala pública e às mulheres a fala privada (Gal, 2002; Pratt, 2013). Na lógica que organiza esse dualismo, individualidade, sentimento e amor são princípios que formam a esfera privada, ao passo que comunidade, racionalidade e dinheiro formam a esfera pública (Gal, 2002; Vallada, 2021). É nesse cenário histórico-cultural que se encontram as mulheres de fala pública, constantemente negociando espaços, posições e possibilidades de produção linguística (Collins; Slembrouck, 2009; Goffman, 2013), tomando para si mais do que a “sombra de linguagem” (Cameron, 1992) que lhes foi delegada no funcionamento sexista da linguagem.

A associação entre a fala das mulheres e o espaço privado é certamente uma ideologia linguística distintiva da Modernidade ocidental que ainda faz parte das concepções de linguagem e gênero do tempo corrente (Cameron, 2012). Esse tipo de avaliação generificada da linguagem consiste no que a Antropologia Linguística chama de **ideologia linguística**. As ideologias

linguísticas “são concepções, quer explicitamente articuladas, quer incorporadas na prática comunicativa, que retratam tentativas incompletas, ou ‘parcialmente bem-sucedidas’, de racionalizar o uso linguístico”, conforme define Paul Kroskrity (2004, p. 496). Deborah Cameron e Sylvia Shaw (2016), por sua vez, enfatizam que as ideologias linguísticas idealizam o objeto que parecem apenas descrever, tornando inteligíveis práticas de linguagem complexas através de simplificações e generalizações que ressaltam aspectos consonantes a interesses morais e políticos e apagam aspectos dissonantes a tais interesses (Irvine, 1989; Irvine; Gal, 2000).

As jornalistas Magalhães, Klein e Campos Mello, ao operarem em disparidade com a fusão ideológica entre mulheres, fala feminina e esfera privada, perturbam os princípios de sentimentalidade e individualidade associados a esse eixo. Por isso, os ataques dirigidos a elas praticados por autoridades políticas abusam de recursos que aludem a suas vidas pessoais, seus interesses românticos e sua emotividade. Bolsonaro diz a Magalhães que ela tem “uma paixão por ele”, que ela “dorme pensando nele”; alguns dias depois, ele menciona o casamento de Klein em entrevista a ela. Nessas condutas, a legitimidade da voz pública das jornalistas é colocada em xeque, bem como a eficiência de sua racionalidade, formando a oposição público X privado como diferentes escalas nas recontextualizações das suas falas.

Essas recontextualizações, como racionalizações e simplificações linguísticas que atuam no esforço de reintegrar a voz pública das mulheres ao lugar do privado e do emocional, se mostram relevantes quando as condições materiais de participação interacional das jornalistas são desestabilizadas. A combinação de gênero e emoção para a avaliação ofensiva da linguagem das mulheres em contextos públicos, como mostra Lia Litosseliti (2006), performa ações sociais e discursivas que vão desde a contestação do argumento até a influência sobre o trabalho interacional requerido das participantes. Nos eventos que destacamos aqui, a ideologia linguística da voz feminina emocional é temporalmente recuperada para co-organizar a mudança de escala da violência contra as jornalistas.

Por isso, se o material que compilamos constrói incontáveis eventos ofensivos ou “ataques” como o passado da interação indesejada entre o então deputado e a jornalista, no evento em foco, é porque “o poder constitutivo da linguagem transcende o tempo da produção/percepção do enunciado” (Ochs, 1992, p. 345). Essas trajetórias semióticas sobre as agressões ao status de mulheres jornalistas construídas em textos e interações digitais são pontos nas trajetórias semióticas de eventos similares à zombaria de Nixon contra uma jornalista em 1973 analisada por Goffman (2013). Como essa “relação temporalmente transcendente” (Ochs, 1992) atua na distribuição de atos e condutas nessa política do gênero entre autoridades públicas e mulheres jornalistas?

2. VULNERABILIDADE LINGUÍSTICA, CITACIONALIDADE E CONDUTA NA RESSEMIOTIZAÇÃO DIGITAL

De Austin a Goffman, atos são reconhecidos na forma de rituais,

[...] repetido no tempo, e, conseqüentemente, mantém uma esfera de operação que não é restrita ao momento do próprio enunciado. O ato de fala ilocucionário performa sua ação *no momento* do enunciado, contudo, na medida em que o momento é ritualizado, nunca é apenas um momento único. O “momento” no ritual é uma **historicidade condensada**: excede-se em direções passadas e futuras, um efeito de invocações anteriores e futuras que constituem e escapam à instância da enunciação. (Butler, 1997, p. 3. Grifos nossos).

Para entender essa “historicidade condensada”, começamos com a noção bakhtiniana de cronotopo, como interpretada por Blommaert (2015, p. 109), para entender essa “co-ocorrência de eventos de diferentes tempos e espaços”. Um cronotopo pode ser identificado no modo complexo como diferentes eventos interacionais são indexicalmente correlacionados como “o mesmo” ou “do mesmo tipo”, não apenas por mero alinhamento denotacional (o “conteúdo” que é referido pelo que é “dito”), mas por aspectos pragmáticos e metapragmáticos da sua organização. Essas correlações, portanto, regimentam valores implícitos e evocam práticas sedimentadas, pressupondo como apropriado (passado do ato de fala) e acarretando seus efeitos em dado parâmetro contextual (futuro do ato de fala) (Silverstein, 2003), apontando não apenas para a posição social que quem fala visa projetar, mas também para a posição social projetada para quem escuta (Ochs, 1992), muito além da figura reduzida da interlocutora explicitamente ratificada, identificando posições num dado evento.

Assim é que notamos uma sobreposição de ocorrências no mesmo cronotopo num contínuo de recontextualizações e pré-contextualizações. Quando as notícias sobre a “ofensa” do deputado contra a jornalista referem a outros eventos prévios e nós relacionamos com o evento analisado por Goffman (2013), estamos apontando valores implícitos e evocando certas práticas de hierarquização de gênero em espaços públicos. “Ataques” e “ofensas” são invocações de posições generificadas, que indiciam estereótipos culturais e histórias condensadas (Pinto, 2015), sintetizadas na mesma sequência de fala do ex-presidente contra a jornalista no debate presidencial de 28/08/2022: mulheres como objetos de falas e condutas sexualizadas (“Eu acho que você dorme pensando em mim, você tem uma paixão por mim”) ou mulheres como objetos não-profissionais ou não-sujeitos profissionais (“Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”). Atos de violência linguística dependem daquilo que torna comunicável a violência, uma vez que certos usos se tornam emblemáticos porque são citáveis, ou seja, circulam repetida e constantemente (Silva; Alencar, 2014).

Mas o que torna legítimo o paralelismo entre “ataque” e “ofensa” na correlação entre os eventos de 28/08 e 14/09/2022? “Ataques” linguísticos, assim como “ofensas”, são correlacionados à ameaça, ou seja, excedem o tempo da sua enunciação acarretando efeitos “criativos”, no sentido

de Silverstein (2003) de criar condições para atos futuros contra quem é interpelada pelos “ataques” e “ofensas”. Como explicita Butler (1997, p. 9): “Embora a ameaça não seja exatamente o ato que ela pressagia, ela ainda é um ato, um ato de fala, que não apenas anuncia o ato que está por vir, mas registra uma certa força na linguagem, uma força que ao mesmo tempo pressagia e inaugura uma força subsequente.”

Está evidente até aqui que não apenas um cronotopo da política de gênero (tempo e espaço da distribuição generificada dos atos) organiza o caso sob análise, mas uma temporalidade opera a natureza dos atos de fala como condutas. O ato de fala de ameaça é a promessa de uma conduta futura, “a ameaça prefigura ou, na verdade, promete um ato corporal, mas já é um ato corporal, estabelecendo assim no seu próprio gesto os contornos do ato que está por vir” (Butler, 1997, p. 11).

O ato de fala tanto prenuncia quanto é o próprio ato corporal, que causa medo e funciona como ameaça porque ele relembra, ou reencena, como chama Butler (1997), endereçamentos pretéritos que permitem que o ato corrente seja percebido como “ameaçável”. Aquilo que chamamos de cena reconhecível no início da seção 2, não é reconhecível somente porque foi um episódio altamente circulado e ressemiotizado, mas, também, porque atende àquilo que identificamos como ameaça de violência física.

Nesse sentido, a violência linguística que antecipa e preludia o ato corporal expõe a vulnerabilidade do corpo endereçado num dado campo social. No ambiente digital, o caráter citável dos enunciados leva ao crescimento exponencial de repetições em escalas antes impensáveis, como desdobramento daquilo que Letícia Cesarino chama de “aceleração da temporalidade sociotécnica” (Cesarino, 2022, p. 88). Essa escalabilidade constitui uma progressão ameaçadora da repetição da citação em direção à conduta. Por um lado, uma ameaça se transforma ao circular no ambiente digital sob a forma de postagem compartilhada e comentada incontáveis vezes, recontextualizada, recontextualizada, reavaliada e reenquadrada em diversas outras formas, como postagens em outras plataformas, relatos, memes etc. Por outro lado, o aumento exponencial de repetições se articula com o que Judith Butler (1997) chamou de “legado citacional” do ato de fala, fazendo dos itens repetidos e transformados ao longo do trajeto digital objetos discursivos explicitamente reflexivos, como provam as notícias que relacionam o caso de Vera Magalhães aos demais casos contra jornalistas mulheres. Essas duas características da circulação digital da ameaça estão sujeitas a mudanças de escala na cadeia de textos e, portanto, sedimentam o caminho em direção à conduta violenta, estabelecendo uma ponte entre a violência linguística e a violência física.

A proximidade de corpos na interação indesejada imposta pelo deputado contra Magalhães mostram a progressão da violência linguística para a violência física, deixando em evidência a vulnerabilidade de corpos e das falas femininas. Há uma sobreposição da conduta desse populismo digital citado por Douglas Cesarino (estrutura reconhecível da filmagem) e a história das condutas

de ameaças corporais contra mulheres. O ato de ameaça, então, se torna uma ameaça não só pelo ato locucionário (o que é dito), mas pela conduta do corpo nos atos de fala ofensivos nesse modus operandi do populismo digital (projeção de atos futuros).

3. CONCLUSÃO

Ao analisar a interação indesejada entre o deputado Douglas Garcia e a jornalista Vera Magalhães, nos encontramos numa rede de textos, que circulam entre dispositivos digitais de participantes co-presenciais e plataformas de mídia tradicional e redes sociais de participações não simultâneas. Essa circulação promove transformações dos textos digitais e as repetições evidenciam o “legado citacional” dos atos, ambas características sujeitas a mudanças de escala da cadeia de textos à conduta violenta. A mudança de escala da fala agressiva contra mulheres é, então, uma mudança da fala em direção à conduta como ato futuro projetado, evidenciando um cronotopo da história da violência contra as mulheres.

A vulnerabilidade linguística é uma categoria para a compreensão desse cronotopo da violência como um ato de fala ao mesmo tempo linguístico e corporal. Essa categoria é produtiva na avaliação das forças e efeitos de atos de violência linguística, uma vez que oferece mecanismos teóricos para compreender a ameaça como um ato que enuncia tanto corpos vulneráveis quanto corpos violentadores. É central nesse debate a citacionalidade dos enunciados ameaçadores e o caráter citável de outras estruturas convencionais invocadas em atos de fala que operam o efeito de ameaça.

Se é verdade que, em 1973, a jornalista Helen Thomas participou da zombaria de Nixon fazendo uma pirueta de bailarina no Salão Oval da Casa Branca e ratificando sua invocação como objeto generificado (Goffman, 2013, p. 143), não é mais isso que ocorre no início do século XXI. Depois de meio século, essas zombarias e desqualificações estão se tornando cada vez mais elas mesmas objetos jurídicos em processos contra essas figuras públicas que desqualificam mulheres jornalistas (Posetti *et al.*, 2021). E, o mais importante, as decisões, por enquanto, correm a favor das mulheres.

Isso é possível porque “a possibilidade de um ato de fala ressignificar um contexto anterior depende, em parte, da lacuna entre o contexto originário ou a intenção pela qual um enunciado é animado e os efeitos que ele produz.” (Butler, 1997, p. 14). O cronotopo da história da violência contra as mulheres identificado nas histórias invocáveis dessa violência é dinâmico e está submetido a ser reestruturado em termos de padrões e agenciamentos e, por conseguinte, reposicionado em termos de valores e significados. É o percurso de mudança projetado que anima esta análise: das invocações do “privado” e da “incompetência profissional” às notícias que reconhecem a violência linguística e a avaliam como repudiável e inaceitável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Olívia Costa de. **“Contra tudo isto que está aí”: moralismo e política nas manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa**. 2016. 144 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.
- BEAN, Judith. Gaining a public voice: a historical perspective on American women’s public speaking. *In*: BAXTER, Judith Mattson (org.). **Speaking out: the female voice in public contexts**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006. p. 21–39.
- BLOMMAERT, Jan. Chronotopes, Scales, and Complexity in the Study of Language in Society. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, n. 1, p. 105–116, 2015.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: Uma política do performativo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: A politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.
- CAMERON, Deborah. **Feminism and Linguistic Theory**. 2. ed. Londres: Macmillan, 1992.
- CAMERON, Deborah. **Incidentes isolados**. 2020. Disponível em: <https://contxt.letras.ufrj.br/incidentes-isolados/>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2012.
- CAMERON, Deborah; SHAW, Sylvia. **Gender, power and political speech: Women and Language in the 2015 UK General Election**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- CARRANZA, Isolda E. Digital first-order place, velocity and chronotope in globalized communication. *In*: PARINI, Alejandro; YUS, Francisco (org.). **The Discursive Construction of Place in the Digital Age**. New York: Routledge, 2023. p. 47–65.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CIBORGA, Coletiva *et al.* **Etnografia digital: Um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais**. Goiânia: Cegraf, 2022.
- COLLINS, James; SLEMBROUCK, Stef. Goffman and globalization: frame, footing and scale in migration-connected multilingualism. *In*: COLLINS, James; SLEMBROUCK, Stef; BAYNHAM, Mike (org.). **Globalization and language contact: Scale, migration, and communicative practices**. London: Continuum, 2009. p. 19–41.
- GAL, Susan. A Semiotics of the Public/Private Distinction. **differences**, v. 13, n. 1, p. 77–95, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Footing. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 107–148.
- HERRING, Susan C.; STOERGER, Sharon. Gender and (A)nonymity in Computer-Mediated Communication. *In*: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (org.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. 2. ed. Malden: Wiley Blackwell, 2014. p. 567–586.
- IRVINE, Judith. When talk isn’t cheap: language and political economy. **American Ethnologist**, v. 16, n. 2, p. 248–267, 1989.
- IRVINE, Judith; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. *In*: KROSKRITY, Paul (org.). **Regimes of Language: ideologies, politics and identities**. Santa Fé: School of American Research Press, 2000. p. 35–84.

- KROSKRITY, Paul. Language ideologies. *In*: DURANTI, Alessandro (org.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Malden: Blackwell, 2004. p. 496–517.
- LITOSSELITI, Lia. Constructing gender in public arguments: the female voice as emotional voice. *In*: BAXTER, Judith (org.). **Speaking out: the female voice in public contexts**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006. p. 40–58.
- MCELHINNY, Bonnie. Theorizing Gender in Sociolinguistics and Linguistic Anthropology: Toward Effective Interventions in Gender Inequity. *In*: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (org.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. 2. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd, 2014. p. 48–67.
- OCHS, Elinor. Indexing gender. *In*: DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles (org.). **Rethinking context: Language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 335–358.
- PINTO, Joana Plaza. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. Special Issue, p. 199–221, 2015.
- POSETTI, Julie *et al.* **The chilling: global trends in online violence against women journalists**. Unesco, 2021.
- PRATT, Mary Louise. Utopias Linguísticas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 52, n. 2, p. 437–459, 2013.
- SANQUE, Douglas Roberto Knupp. “**Pela família**”; **Múltiplas indexicalidades do signo “família” na comunicação do impeachment de Dilma Roussef**. 2020. 289 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- SILVA, Daniel; ALENCAR, Claudiana de. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. *In*: SILVA, Daniel; FERREIRA, Dina; ALENCAR, Claudiana de (org.). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 259–282.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, v. 23, n. 3–4, p. 193–229, 2003.
- VALLADA, Amanda Diniz. **Inventando a diferença: ideologias linguísticas e história natural dos discursos do novo biologismo**. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Goiânia, 2021.
- VARIS, Piia. Digital ethnography in the study of language, gender, and sexuality. *In*: ANGOURI, Jo; BAXTER, Judith (org.). **The Routledge handbook of language, gender, and sexuality**. New York: Routledge, 2021. p. 164–177.
- VARIS, Piia; BLOMMAERT, Jan. Conviviality and collectives on social media: Virality, memes, and new social structures. **Multilingual Margins**, v. 2, n. 1, p. 31–45, 2015.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Amanda Diniz Vallada

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de Doutorado da CAPES. E-mail: amandavallada@discente.ufg.br

Joana Plaza Pinto

Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail: joplazapinto@ufg.br

DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Ronda Maria da Penha e a violência contra mulheres no discurso da polícia militar baiana

*Ronda Maria da Penha and violence against
women in the discourse of the baiana military
police*

*Ronda Maria da Penha y la violencia contra las
mujeres en el discurso de la policía militar de
Bahia*

RESUMO

Este trabalho analisou discursos referentes à violência de gênero contra mulheres a partir de falas da coronel Denice Santiago, autora do projeto Ronda Maria da Penha, situado no Estado da Bahia. Realizamos esta investigação à luz dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), que têm como objetivo central investigar a (re)produção discursiva do poder e do abuso de poder nas relações sociais, aqui, as que envolvem violências contra mulheres. O corpus analisado foi coletado através do Canal Vrá!!!, hospedado no YouTube, projeto da jornalista baiana Luana Assiz, e refere-se à entrevista da jornalista com a coronel Denice Santiago.

Palavras-chave: violência de gênero; Ronda Maria da Penha; Estudos Críticos do Discurso.



Recebido em: 13 de outubro de 2023
Aceito em: 23 de novembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.51172

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Neila Priscila dos Santos Costa

neila_priscila@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-3179-6104>

Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil

Tatielle Gomes Rodrigues

tatielle_rodrigues@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1963-8058>

Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil

Daniele de Oliveira

danieleoliveira99@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, BA, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This work analyzed discourse referring to gender-based violence against women as from speeches by colonel Denice Santiago, author of Ronda Maria da Penha project, based in the State of Bahia. We carried out this investigation in the light of Critical Discourse Studies (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), which have as their central objective to investigate the discursive (re)production of power and power abuse in social relations, herein, those that involve violence against women. The corpus analyzed was collected through Canal Vrá!!!, hosted on YouTube, a project by the baiana journalist Luana Assiz, and refers to the journalist's interview with colonel Denice Santiago.

Keywords: gender-based violence; Ronda Maria da Penha; Critical Discourse Studies.

RESUMEN

Este trabajo analizó discursos referidos a la violencia de género contra las mujeres a partir de discursos de la coronel Denice Santiago, autora del proyecto Ronda Maria da Penha, ubicada en el Estado de Bahia. Realizamos esta investigación a la luz de los Estudios Críticos del Discurso (Fairclough, 2003; van Dijk, 2008), que tienen como objetivo central investigar la (re)producción discursiva de poder y el abuso de poder en relaciones sociales, en este caso, que involucran violencia contra mujeres. El corpus analizado fue recopilado a través del Canal Vrá!!!, alojado en YouTube, proyecto de la periodista baiana Luana Assiz, y hace referencia a la entrevista de la periodista a la coronel Denice Santiago.

Palabras clave: violencia de género; Ronda Maria da Penha; Estudios Críticos del Discurso.

Como citar:

COSTA, Neila Priscila dos Santos; RODRIGUES, Tatielle Gomes; OLIVEIRA, Daniele de. Ronda Maria da Penha e a violência contra mulheres no discurso da polícia militar baiana. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 341-356, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51172. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Os números sobre a violência contra a mulher no Brasil são estarrecedores. Entre 2009 e 2019, 50.056 mulheres foram assassinadas, o que significa dizer que uma mulher foi morta a cada duas horas nesse período. Além disso, estima-se que, em média, acontecem 822 mil casos de estupros por ano em nosso país, sendo 80% de mulheres. Esses números foram apresentados pelo Atlas da Violência que preparou um especial sobre a violência contra a mulher em 2022, no contexto do dia internacional da mulher, lembrado em 08 de março de cada ano. Quando se refere à interseccionalidade com a raça, o Atlas informa que 66% das mulheres mortas no Brasil em 2019 eram negras. E mais, em algumas regiões do país, as mulheres negras sofrem risco dobrado de serem vítimas de algum tipo de violência, segundo levantamento do Ministério da Saúde. Esses dados evidenciam o alto risco de ser mulher no Brasil e que esse risco é potencializado quando se trata de mulheres negras. Outro dado importante, identificado pelo Balanço Ligue 180, é que quase 80% das chamadas em 2019 foram relacionadas à violência doméstica e familiar. Nesses registros, os agressores são principalmente: companheiros (33,15%), ex-companheiros (17,94%) e cônjuges (12,13%).

Diante deste cenário, o intuito desta investigação é refletir sobre a violência contra a mulher a partir da análise de uma entrevista concedida pela Coronel Denice Santiago, comandante da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar da Bahia, à jornalista Luana Assiz, ambas mulheres negras, tendo em vista quais discursos emergem desse diálogo. Sendo assim, partimos de um breve histórico sobre o surgimento da Lei da Maria da Penha e também da Ronda Maria da Penha, no contexto da Bahia. Na sequência, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam a análise, a saber, os fundamentos da perspectiva relacional de Norman Fairclough e da perspectiva sociocognitiva de Teun van Dijk, ambos expoentes dos Estudos Críticos do Discurso. Em seguida, passamos à análise da entrevista propriamente dita e concluímos o trabalho com as considerações finais desta investigação.

1. A LEI E A RONDA MARIA DA PENHA

A pauta da violência contra a mulher ganha relevância na década de 1980 quando o Brasil promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, que havia sido aprovada pelas Nações Unidas em 1979 (Almeida; Borba, 2022). Além disso, demandas feministas ensejam a criação das DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em 1985. Mas só em 2006 é promulgada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) com o intuito de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. O fato que deu origem à LMP foi a omissão do Estado no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de lesão corporal e de tentativa de homicídio pelo próprio marido em 1983. Ressaltamos que a LMP também prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Dessa forma, tanto o combate à violência contra a mulher quanto a reeducação dos agressores podem ser vistos como políticas públicas cujo intuito é minimizar a violência de gênero no Brasil. E a Lei Maria da Penha pode ser considerada um marco histórico nessa luta, já que tipificou essa forma de violência como crime tendo em vista suas especificidades.

Quando se trata de violência de gênero, em geral, refere-se à violência de um homem contra uma mulher, a despeito da possibilidade de a violência de gênero ser praticada, por exemplo, por um homem contra outro ou por uma mulher contra outra (Safiotti, 2015). A primazia da mulher nesse contexto fundamenta-se na hegemonia do patriarcado na nossa sociedade, que se refere, nos termos de Cecília Sardenberg, a uma ordem social também chamada patriarcalismo, aquela que está “inscrita e perpetrada nas nossas instituições sociais, nos nossos sistemas de crenças e valores e no nosso universo simbólico” (Sardenberg, 2011, p. 2). Lia Machado complementa ao dizer que o patriarcado é “um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros” (Machado, 2000, p. 4) com vistas à valorização do masculino, da masculinidade, sobretudo, a masculinidade hegemônica, pautada em modelos tradicionalistas, cristãos, e à desqualificação do feminino e das feminilidades como um todo. Safiotti nos lembra que o patriarcado não caminha sozinho, ele está em estado de simbiose com o capitalismo e o racismo (Machado, 2000, p. 4). Além disso, o próprio texto da LMP, embora tenha por foco a violência contra a mulher, não deixa de adotar o termo gênero em seu texto, o que se justifica pela necessidade de uma “abertura jurídica para também resguardar os direitos de pessoas transsexuais” (Almeida; Borba, 2022, p. 148).

No escopo da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é criada a Ronda Maria da Penha (RMP – PMBA), na Bahia, no dia 08 de março de 2015, quando esse Estado ocupava o segundo lugar no ranking de homicídio de mulheres, portanto, um dos piores cenários do país. A RMP foi criada pela coronel Denice Santiago, inspirada pela Patrulha Maria da Penha, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e é especializada na prevenção e no enfrentamento à violência contra a mulher. De modo mais específico, trata-se de “visitas diárias de acompanhamento às mulheres que tiverem a medida protetiva de urgência deferida pela Justiça¹”. Dessa forma, a RMP possibilita a proteção a essas mulheres, já que oferece atendimento contínuo com equipe multidisciplinar.

A RMP é uma parceria entre as secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM-BA) e de Segurança Pública (SSP) do governo estadual, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Até setembro de 2022, a RMP já estava em 22 municípios da Bahia, incluindo a capital, Salvador².

¹ Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/ronda-maria-da-penha.pdf> Acesso em: 5 ago. 2023.

² Disponível em: <https://plataformamulhersegura.org.br/preciso-de-ajuda/ronda-maria-da-penha-de-salvador> Acesso em: 5 ago. 2023.

Importa destacar que, em julho de 2015, foi criada também a Ronda para Homens, um subprojeto da RMP, com o objetivo de “sensibilizar e capacitar homens que residem em territórios vulneráveis à violência em Salvador e profissionais de segurança pública, promovendo mudanças culturais e reduzindo a reincidência entre os autores de violência” (Bueno; Brigagão, 2017). Apesar de implementada apenas na capital, o projeto Ronda para Homens se desloca para o interior quando há demanda de formação de policiais militares e/ou guardas municipais.

A criação desses centros de responsabilização e de reeducação para os agressores explicita a necessidade de uma profunda mudança na relação entre as mulheres e seus agressores, de uma perspectiva mais ampla do que simplesmente punitivista, conforme ressaltaram Almeida e Borba (2022). Tendo em vista que o gênero é uma categoria relacional (Zanello, 2018), a reflexão não pode separar estudos feministas de estudos sobre a masculinidade, assim a ação de políticas públicas precisa considerar os dois lados da relação, o que já havia sido ressaltado por Safiotti (2015[2004]), para quem a real transformação de uma relação violenta parte da ajuda às duas partes dessa relação.

Tendo em vista o objetivo da LMP de criar “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (artigo 1º), tais mecanismos vêm sendo implementados e gerando impactos desde o primeiro ano da Lei (Bonetti; Pinheiro, 2009), além de trazer

importantes inovações no ordenamento jurídico brasileiro na medida em que criou novas atribuições para as instituições da Polícia e da Justiça, além de comprometer na sua efetiva aplicabilidade outras instituições governamentais que, tradicionalmente, não participavam de ações de prevenção, atenção e enfrentamento da violência de gênero (Sardenberg; Grossi, 2015, p. 497).

Bueno e Brigagão (2017) destacam como desafios, tanto da Ronda Maria da Penha quanto da Ronda para Homens, a pequena capacidade de ação em função da ausência de orçamento específico, embora ressaltem que o projeto da Ronda é audacioso e já apresenta resultados preliminares interessantes. Outro desafio apontado pelas autoras é a resistência da própria polícia em relação às questões de gênero. Aliás, o olhar interseccional sobre o assunto é crucial e indispensável, uma vez que não se trata apenas de gênero, o ser humano precisa ser lido como sujeito interseccional que é, seja pelo viés das vantagens estruturais, muitas vezes marcadas pelos privilégios combinados, como pelo viés das desvantagens estruturais, aí estão os grupos e sujeitos sociais comumente denominados de “minorias”, termo inadequado do ponto de vista numérico, embora coerente do ponto de vista dos seus direitos negligenciados, desatendidos, invisibilizados. A resistência policial em direção às categorias de gênero, raça, classe é bastante complexa, e, portanto, uma resistência interseccional, que culmina também numa abordagem carente desse olhar. Kimberlé Crenshaw (2002), ativista, pesquisadora e jurista estadunidense, autora do conceito de interseccionalidade, explica que a discriminação sofrida por determinados grupos e sujeitos sociais são discriminações interseccionais, sendo que a interseccionalidade trata, portanto, da

interseção das desigualdades de gênero, raça, classe, origem geográfica, dentre outras sobreposições. Considerando que, junto com o racismo e as relações de classe, o patriarcado é um dos alicerces da sociedade brasileira (Safiotti, 2015[2004]), iniciativas como estas são fundamentais para uma verdadeira mudança sociocultural.

Entendida como uma relação de poder, em função da desigualdade entre os gêneros sociais, a violência contra a mulher passa também pelo aspecto ideológico, tendo em vista que o patriarcado ainda é muito forte em nossa cultura. Não por acaso, como já foi dito, quando se pensa em violência de gênero está se referindo, fundamentalmente, à violência contra a mulher, já que ela “deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (Safiotti, 2015, p. 85).

E se é ideológico, o fenômeno é também discursivo, o que nos remete ao campo dos Estudos Críticos do Discurso que tem por objetivo, entre outros, se debruçar sobre discursos ideologicamente orientados sobre determinado problema social, seja o discurso opressor que explicita uma relação abusiva de poder, seja o discurso da resistência, como é o caso desta investigação. Adotamos ainda uma perspectiva crítica feminista em nossa abordagem, tal como proposto por Lazar (2007) que defende a necessidade de mostrar as maneiras complexas, sutis ou não, por meio das quais as premissas sobre gênero e sobre as relações de poder hegemônicas são produzidas, sustentadas, negociadas e desafiadas discursivamente em diferentes contextos.

2. ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

A violência de gênero é, indubitavelmente, um problema social que pode ser representado no discurso. Nos termos de Fairclough (2009), a ordem social brasileira “precisa” da violência de gênero para manter os privilégios dos homens que se beneficiam amplamente da sujeição de mulheres. Sendo assim, a perspectiva crítica de estudos dos discursos se configura como adequada para a análise que propomos neste trabalho.

No Brasil, os Estudos Críticos do Discurso (ECD) foram popularizados principalmente pelos estudos de Norman Fairclough, o primeiro a ter uma obra dessa área de estudos traduzida para língua portuguesa³, e de Teun van Dijk, o que acumula mais traduções nessa área em língua portuguesa além de estabelecer um diálogo mais próximo com pesquisadoras/es do Brasil e da América Latina. Pioneiros dos ECD, não só no Brasil, a perspectiva crítica desses autores fundamentará nossa investigação.

Fairclough (1989, 2003), em sua perspectiva relacional, destaca a relação interna e dialética entre a linguagem e a sociedade, aproximação também fundamental para a perspectiva cognitiva proposta por van Dijk (2008), que articula estruturas sociais às estruturas discursivas por meio da interface cognitiva. Está claro, portanto, que as abordagens relacional e cognitiva podem ser

³ Trata-se de *Discurso e mudança social*, livro traduzido por Izabel Magalhães em 2001 e considerado um dos responsáveis pela divulgação dos ECD no Brasil.

acionadas de modo coerente com vistas a análises cujo objetivo está em investigar como problemas sociais são discursivizados em determinadas práticas sociais.

O conceito de práticas sociais parte da percepção de que a vida social é constituída de práticas, formas habituais ligadas a tempos e espaços específicos e que são acionadas para interagir no mundo (Chouliaraki; Fairclough, 1999). A autora e o autor ressaltam que a vantagem dessa perspectiva é que as práticas sociais funcionam como um ponto de conexão entre as estruturas abstratas e seus mecanismos e os eventos concretos. “São as ações localizadas dos atores sociais [os eventos concretos] que estabilizam, em maior ou menor grau, a prática, do mesmo modo que o conhecimento internalizado da prática ajusta o modo de agir do ator social aos limites previstos por essa mesma prática” (Gonçalves-Segundo, 2018, p. 84), o que, por sua vez, conduz ao elemento cognitivo (van Dijk, 2008), aqui compreendido como imprescindível para intermediar as relações entre as práticas sociais e as ordens de discurso (Foucault, 1996).

Fairclough (2003, p. 25) define a ordem do discurso, ancorado em Foucault (1996), como “uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos”. As possibilidades de uso da linguagem são acionadas ou excluídas nos discursos, gêneros e estilos, incorporando também determinadas ideologias e, portanto, as ordens do discurso organizam as diversas áreas da vida social por meio da diversidade de usos da linguagem e dos discursos por ela veiculados.

As práticas são constituídas tanto em domínios especializados, como a política e a economia, quanto no domínio da cultura, incluindo a vida cotidiana (Chouliaraki; Fairclough, 1999). E se se constituem em diferentes domínios, elas não só se articulam como tal articulação envolve relações de poder ideologicamente orientadas. Tais redes de práticas são mantidas e também modificadas a partir das dinâmicas dessas relações de poder. A partir de Gramsci (1995), o poder é compreendido como hegemonia, que se constitui com a naturalização de determinadas práticas sociais, bem como de relações entre práticas. Dito de outra forma, as relações de poder se fundamentam no consentimento, não na coerção, mas nas redes de práticas ideologicamente legitimadas.

A ideologia pode ser compreendida a partir da perspectiva de van Dijk (1998) que a concebe como um sistema de crenças ou representações mentais socialmente compartilhadas por membros de um grupo. Dessa forma, a ideologia organiza a sociedade em grupos coesos em termos de crenças e valores, o que cria a oposição *Nós* contra *Eles* (van Dijk, 2008). O conflito social parte exatamente dessa oposição, já que cada grupo quer legitimar suas crenças e valores no espaço das práticas sociais. O abuso de poder (van Dijk, 2008) acontece quando o sistema de crenças de um grupo é imposto e coloniza o de outro, por meio da mídia, por exemplo.

A análise do discurso presente em determinada prática social pode explicitar como esse poder se (re)produz, uma vez que “o discurso e a comunicação (...) desempenham um papel central na (trans)formação da ideologia” (van Dijk, 2008, p. 49). Além disso, o discurso é um dos momentos integrantes das práticas sociais que envolvem também ação e interação, relações sociais, pessoas

(com crenças, valores, atitudes, histórias etc.) e mundo material (Fairclough, 2003). Nessa perspectiva, o discurso é compreendido de duas formas, uma mais abstrata, a linguagem usada na vida social, e outra mais concreta, como maneiras particulares de representar o mundo (Fairclough, 2003).

A partir das propostas de Fairclough e van Dijk, Lazar (2007) faz uma articulação entre os ECD e os estudos feministas para propor uma Análise de Discurso Crítica Feminista que, para a autora, tem por objetivo ampliar o entendimento sobre o complexo trabalho do poder e da ideologia no discurso para sustentar hierarquicamente acordos sociais de gênero.

Nossa proposta é, pois, analisar o discurso em tela como uma maneira particular de representar o mundo, a partir de algumas categorias discursivas, a saber: avaliação (Fairclough, 2003), alguns aspectos da representação de atores sociais (van Leeuwen, 2003), interdiscurso (Fairclough, 2003), seleção lexical (Amaral, 2016), culpabilização da vítima (van Dijk, 2008) e algumas estruturas sintáticas.

3. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DA CORONEL DENICE SANTIAGO: UMA ANÁLISE

O momento de análise é sempre desafiador, uma vez que culmina na observação, interpretação e explanação de muitos elementos que coexistem num material de análise sempre de certa complexidade, como é o vídeo do *Canal Vrá!!!*, escolhido para nossa investigação. Aqui, a análise se dedica a alguns desses elementos, sem a intenção de esgotá-la.

O *Canal Vrá!!!* está hospedado no YouTube e é descrito como um projeto da jornalista baiana Luana Assiz que informa: “Aqui, você assistirá a entrevistas com pessoas que colaboram para desconstruir as ideias que sustentam o machismo e o racismo.”⁴ O canal conta com pouco mais de mil inscritos. Já o vídeo em tela, intitulado *Violência Doméstica contra a mulher*, com duração de 13min28s, foi postado em 19 de abril de 2019 e conta com 1.163 visualizações desde então, tendo recebido 85 curtidas e nenhuma marcação como “não gostei”, além de 9 comentários⁵[3]. Trata-se de uma entrevista feita por Luana Assiz com a coronel da Polícia Militar da Bahia, Denice Santiago.

É importante ressaltar que neste trabalho nosso objetivo é analisar apenas a linguagem verbal e os discursos que ela veicula, a despeito da materialidade do vídeo envolver outras semioses. Passemos, pois, para a análise propriamente dita.

A introdução do vídeo é composta por falas de mulheres cujas identidades se encontram em sigilo, não se vê os seus rostos ou imagens suas, se ouve apenas suas vozes, que revelam em seu conteúdo como essas mulheres se distanciam, no nível discursivo, do sujeito agressor, seu

⁴ Disponível na descrição do canal: <https://www.youtube.com/@CanalVra/about> Acesso em: 02 out 2023.

⁵ Dados levantados no próprio canal em 2 out. 2023.

companheiro/marido, delimitando o que Van Dijk (2008) chama de endogrupo (nós, a gente) e exogrupo (o pronome masculino, o homem), como no trecho:

e que ele mandava na casa. Que ele era o homem, que ele mandava e que a gente tinha que ficar quieto (voz feminina 1).

Estar em sigilo já é indicativo de que algo/alguém deve ficar acobertado, fora da vista das pessoas, em segredo, por muitos motivos, embora em casos de violência, seja para garantir a segurança e a integridade da vítima. Também o *nós x ele* revela uma quebra no interior do núcleo familiar, seja em nível afetivo, simbólico, como material, sendo o “a gente” o grupo em que a mulher participa e que provavelmente os filhos, também. Uma segunda voz relata:

quem sabe se eu tivesse saído de casa antes, mas eu jamais ia ter coragem (...) de ter saído de casa antes, porque eu achava que era uma coisa até normal, digamos assim.

O espaço é doméstico e a relação é íntima, afetiva. Essas falas desenham a imagem de um convívio familiar delimitado aqui pelo contexto que rege a “casa”. O “normal” mencionado pela voz feminina com tom especulativo (“quem sabe se eu tivesse...”), se trata na verdade da violência vivida, traçada como norma dentro da relação afetiva e do convívio familiar. No fundo aparentemente não houve falta de coragem de ter saído da casa em si, mas de ter quebrado com a norma de uma suposta vida de casal e familiar; essa norma, partindo de uma interdiscursividade da família tradicional cisheteropatriarcal cristã “até que a morte os separe”, estabelece como “normal” e aceitável as violências sofridas pela mulher no ambiente doméstico/familiar, incentivando-as a permanecer, a não criar coragem de sair de casa, nas palavras da participante do vídeo: “porque eu achava que era uma coisa normal” sofrer violências e agressões, daí pensar o que é a família, e sobretudo, a família ocidental, tradicional, que é patriarcal, colonial, essa instituição de grande impacto para a estruturação das nossas sociedades ocidentalizadas.

Além das avaliações da Luana Assiz à Ronda Maria da Penha, considerando-a como “muito importante” para o Estado da Bahia, ela também constrói brevemente, ainda na introdução do vídeo, o perfil das mulheres atendidas pela Ronda:

As mulheres atendidas pela Ronda Maria da Penha são aquelas que já estão sob a medida protetiva, que é expedida pela justiça, então elas necessariamente passaram por aquele processo de romper, na verdade, o silêncio e ter a coragem de ir lá denunciar o agressor. Mas a gente sabe que isso é muito difícil né, para quem está vivendo uma situação de agressão. O que a senhora diria para quem está na situação de violência e que ainda não teve essa coragem, não teve ainda essa oportunidade de denunciar?”

Enquanto esboça um breve perfil das mulheres vítimas de violência doméstica, Luana Assiz também faz uma afirmação avaliativa explícita “isso é muito difícil”, fortalecida pelo advérbio “muito”, sobre o processo de romper o silêncio, partindo de uma associação (van Leuween, 2003) com o grupo de mulheres que vivem essa situação ou presenciam violências contra outras mulheres ao se colocar dentro do grupo: “mas a gente sabe que isso é muito difícil né...”, esboçando alguma experiência de causa, certamente como mulher negra, sujeito social que mais sofre violências no

Brasil, conforme Mapas da Violência disponibilizados pela FLACSO Brasil (Flacso Brasil, 2012). É ainda de se pensar no fenômeno como coletivo e generalizado, e que por mais que a violência não atinja a minha pele branca no sentido concreto em termos de raça, em termos de gênero, sim, o coletivo mulheres é impactado sob diversas maneiras, sobretudo, no quesito simbólico. Ainda sobre o perfil das mulheres atendidas, Luana Assiz modaliza, elas “necessariamente” são mulheres que saíram da dinâmica repetitiva de término-retorno à relação com seu agressor, essa é uma característica indispensável para pensarmos sobre as vítimas que estão sob medida protetiva.

A coronel Denice Santiago responde ao questionamento da jornalista, não de forma categórica, mas contextualizada, descritiva e explicativa, o que indica que não há uma resposta objetiva e rápida para um problema social estrutural como é a violência de gênero contra mulheres, que grande parte das vezes é uma violência interseccional (Akotirene, 2019), e que por sua vez não deve ser objetivada, nem simplificada. Denice faz isso muito bem, primeiro quando descreve as etapas que levam a vítima a buscar apoio e acolhimento da Ronda, desde a contextualização do fenômeno como algo muito cruel com as mulheres, a mencioná-lo como cultural. Explica que, nas palavras dela: “culturalmente ele é aceito na sociedade”. Essa construção lógica acarreta dois caminhos de raciocínio: primeiro que, por ser cultural, limita-se à ideia de algo aceitável, já estabelecido e transmitido entre gerações, como costumes, saberes, tradições e comportamentos, e que, por isso, cristaliza-se, naturaliza-se, passa-se por cima, se releva, pois é algo que “sempre aconteceu”, “faz parte da nossa cultura”, como algo intransitivo. Essa é uma ideia perigosa que pode ajudar na perpetuação do fenômeno da violência. Por outro lado, se é cultural, é algo também construído, cuja historicidade revela de certa maneira tal construção e, conseqüentemente, o como e o quem construiu. Tais raciocínios transitam entre o determinado e o construído, este último pautado na questão da agência e também da responsabilidade implicada nesta posição em direção à transformação (Archer, 2000).

Mais um momento da entrevista a se pontuar refere-se ao que Denice julga ser importante em todo trabalho da Ronda Maria da Penha, ela diz:

O que é mais importante em tudo isso? Que essa mulher não retorne a esse ciclo de violência. Porque a gente precisa entender que existe toda uma conjuntura social, amigos, parentes, que vão dizer pra ela todo o tempo “dê uma outra chance, perdoe”. E a mulher, pela sua condição, de esposa dedicada, de bela, recatada e do lar, tem uma tendência natural a voltar ao seu relacionamento e a perdoar. Mesmo por quê? Ali está o homem que ela escolheu pra viver ao lado dela. Em alguns casos, é o pai dos filhos dela.

Denice aborda a dinâmica das redes de relações sociais e interpessoais das mulheres atendidas pela Ronda, que muitas vezes as incentivam, com sugestões de dar uma nova chance e perdoar o agressor, a manterem-se em relações abusivas, e isso é feito por pessoas próximas, como amigos e familiares, momento em que seria importante problematizar tais relações de amizade e questionar o que é de fato (ser) família. O imaginário social ainda recai sobre o fato do agressor ser majoritariamente um desconhecido e de mulheres serem agredidas em vias públicas,

dadas justificativas de estarem se expondo, mas o quadro é justamente o oposto, as mulheres são mais frequentemente agredidas em casa, por pessoas conhecidas, da família, do seu círculo social, sobretudo, seus companheiros (Flacso Brasil, 2012). A coronel incorre num essencialismo, ao acionar o léxico *natural* para falar sobre a condição da mulher como uma *tendência natural*, que tem como efeito um sujeito esposa, dedicada, bela, recatada e do lar. Esse (inter)discurso nos lembra não apenas a fala de um militar, ex-representante da extrema-direita do nosso país, cuja misoginia, racismo, dentre outras tendências fundamentalistas eram escancaradas nas suas falas públicas, bem como nas suas posturas, mas também o imaginário social cristianizado e essencialista. Originalmente, esse discurso, com a mesma seleção lexical, aparece na capa da revista Veja, no contexto do golpe político-parlamentar sofrido pela ex-presidenta, Dilma Rousseff⁶. Não há um motivo inato, uma tendência natural para a mulher voltar ao seu relacionamento abusivo e perdoar, nem que justificada pelo fato daquele homem ser “pai dos filhos dela”, há, sim, motivos sócio-históricos, econômicos e estruturais. Em nome do “pai” muito abuso é perdoado, entendendo este paterno como uma instituição, um sistema simbólico. A fala da coronel neste trecho é reflexo também da corporação que ela representa, uma corporação cuja conjuntura histórica e social revela um perfil patriarcalista, machista, misógino, racista.

Mais uma fala da coronel merece análise:

Nós trabalhamos com um tipo diferente de criminoso. O nosso criminoso é João, que é gente boa, que bateu lage lá em casa comigo. É Cláudio, que carregou as compras de Dona Maria, gente boa, que é um excelente amigo, um excelente parceiro de várias atividades, mas é um péssimo marido, mas é um péssimo companheiro, é um marido agressor, um pai agressor, e nesse universo, nessa realidade, ele é um criminoso, e como tal ele precisa ser punido da mesma forma que a gente repudia um homicida, da mesma forma que a gente repudia um ladrão, um estelionatário, enfim, qualquer crime que esteja capturado no Código Penal Brasileiro, nós precisamos entender e também repugnar esse agressor da violência doméstica-familiar que é uma tendência cultural para a gente não fazer.

Esse trecho da entrevista é muito importante. Denice é categórica quanto à definição de um agressor de mulheres como criminoso, tal como um ladrão, um estelionatário e um homicida. Ao avaliar o “nosso criminoso”, esse “tipo diferente de criminoso”, ela diz que é sempre aquele que mora conosco ou perto de nós, é o nosso vizinho, o amigo que é “excelente parceiro de várias atividades”, ou o Cláudio, da nossa rua, “que carregou as compras de Dona Maria”. A avaliação aí passa pelo afetivo, são pessoas do nosso convívio, com as quais construímos vínculos de afeto. Mas, e ela usa a adversativa, não é por isso que deixam de ser criminosos, um péssimo companheiro, um marido agressor, um pai agressor, e continua qualificando esse sujeito.

É nesse sentido que, em seu processo de modalização e investida de sua posição social como policial, ela reforça e sentencia a necessidade de se tratar tais “queridos” como criminosos: “ele é um criminoso, e como tal ele precisa ser punido, da mesma forma que a gente repudia um

⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar> Acesso 26 nov. 2023.

homicida”. E mais adiante, respaldada pelo Código Penal Brasileiro, reafirma: “nós *precisamos entender* e também repugnar esse agressor da violência doméstica-familiar que é uma tendência cultural para a gente não fazer”, ou seja, a tendência, como já discutido anteriormente neste texto, é relevar, deixar passar batido.

Denice deixa explícito em sua fala a importância de tratar o crime de violência contra a mulher do mesmo modo que são tratados outros crimes, em que a pessoa que comete o crime precisa ser punida, em suas palavras, ela enfatiza isso quando diz: “Na verdade esse homem matou uma mulher. *Ponto*”. Ao utilizar esse sinal de pontuação também na sua fala, ao invés de utilizá-lo somente na entonação, Denice faz uma escolha lexical para enfatizar com veemência o fato de que quem comete o crime de violência contra a mulher deve ser punido, assim como os outros crimes. Segundo Amaral (2016) a escolha lexical no discurso é um ato político, que, por sua vez, é também ideológico. Desta forma, a entrevistada marca um discurso de resistência em sua fala.

A coronel explica ainda sobre a culpabilização da vítima (van Dijk, 2010), ao afirmar que “a tendência que a gente tem socialmente é de ouvir que a mulher errou ao escolher, a mulher deve ter feito alguma coisa, por isso que ele brigou”. A culpabilização da vítima parte de construções ideológicas religiosas, patriarcais e machistas que visam responsabilizar a pessoa que sofreu a violência, ao invés de responsabilizar o seu agressor. Essa recorrência expõe a “naturalização” da violência e desigualdade de gênero que envolvem construções históricas e sociais formadas para manter a mulher nesse espaço de subalternidade, que não tem voz, nem espaço na sociedade.

A entrevistadora Luana Assiz exalta a importância do trabalho da RMP na mudança cultural, em sua fala “ainda tem muito o que mudar na cultura, isso não é de um dia para a noite, mas o trabalho que é feito na Ronda Maria da Penha já pelo menos faz uma proteção a essas mulheres que passam por isso”. Nesse trecho, ela avalia o trabalho da Ronda, uma vez que defende aspectos que considera bons. De acordo com Fairclough (2003), a avaliação, compreendida como um recurso lingüístico-discursivo do significado identificacional, evidencia perspectivas do agente social acerca de algo, podendo atribuir-lhe um caráter através de uma avaliação discursiva.

Ainda na fala de Luana Assiz, ela destaca que uma das mulheres atendidas pela Ronda definiu o trabalho do grupo como “Salvadores de Marias”, e complementa dizendo que “é um nome muito forte e que representa muito”. Em relação a isso, Denice diz que “esse nome nos define”, nesse caso, ela atribui o termo à unidade coletiva, não é só ela que se identifica, mas todo o grupo. Além disso, a etimologia da palavra “salvador” remete àquele que salva, que ampara, que protege, de referência religiosa. Em sua fala, Denice afirma que “são salvadores dessas mulheres na perspectiva de permitirem a elas reviver”. Ao explicar isso, ela remete aos objetivos da ronda, de resgatar a mulher dessa “prisão” e trazê-la de volta à vida. Nesse caso, Denice caracteriza a Ronda como essa unidade de salvação, que “salva” essas mulheres.

Em relação ao termo “Salvadores de Marias”, Luana diz que esse trabalho da ronda “personaliza, né? dá uma noção de que é realmente um trabalho que olha pra pessoa, não são

números, não são casos, não são ocorrências. São pessoas que estão ali com as vidas nas mãos de vocês”. Essa afirmação contrapõe o papel da polícia “comum”, pois essa instituição não pessoaliza as abordagens e o tratamento das situações, como vemos comumente a ação policial no dia a dia e através da mídia. A abordagem policial parte de três fatores: (i) atitude da pessoa abordada no encontro com o policial, (ii) taxas criminais do entorno e (iii) características do ambiente do local do encontro (Pinc, 2014, p. 36), ou seja, a ação da polícia é reativa, não preventiva como no caso da Ronda. Para responder a essa fala da entrevistadora, a coronel afirmou que “é na Ronda Maria da Penha, Luana, que eu me sinto mais policial militar”. Nesse trecho Denice traça sua identidade como policial militar em dois momentos, num primeiro ela exalta a ronda como sendo esse espaço de sua identidade policial; num segundo momento, essa ideia escancara o fato de que se ela não estivesse na Ronda, não se sentiria tão policial militar.

Acerca do trabalho da Ronda, Denice diz que esta não é somente uma instituição de enfrentamento, mas que “*enfrentar* quando tiver que ser feito, *usar* a força quando tiver que ser feito, mas sobretudo *prevenir, cuidar, zelar*, é assim, na ronda, neste trabalho que a gente fez que eu penso que a polícia militar é mais polícia militar”. Nesse trecho, a coronel faz uma seleção lexical de processos verbais e estabelece um paralelismo morfológico para explicar e exaltar o trabalho feito pela Ronda. Ela evidencia nesse trecho que não se vê enquanto policial militar fora do âmbito da RMP.

Ao falar sobre o trabalho realizado na Ronda, Denice diz que eles não podem falhar, que ela não pode falhar, e afirma que se falhar e perder uma dessas mulheres que são acompanhadas pela Ronda “*vai sinalizar uma fraqueza do Estado*”. Nesse trecho, é possível notar a identificação da PM enquanto aparato estatal, e que não pode haver erros. Além disso, ela utiliza marcadores textuais que fazem uma relação paratática, marcada pelo paralelismo sintático para ressaltar o comprometimento do grupo com o trabalho, “*nós somos incansáveis, nós somos incessantes*”. A coronel também faz uma afirmação avaliativa explícita sobre o trabalho da Ronda, evidenciando suas problemáticas, quando diz que “é um trabalho muito complexo, um trabalho muito desgastante emocionalmente, que a gente se depara com uma miséria humana muito complicada”. Ressaltamos o uso do advérbio “muito”, repetidas vezes de modo a fortalecer o nível de dificuldade do trabalho.

Ao finalizar a entrevista, como de costume da instituição da Polícia Militar, Denice agradece aos seus superiores, e diz:

Eu preciso agradecer o apoio do governo do Estado, eu preciso agradecer o apoio do meu comandante e do meu comandante imediato, o coronel Lázaro, porque são homens no lugar de homens que conseguem permitir que eu no comando de uma operação de unidade policial militar, consiga empreender uma marca feminina nessa gestão.

No trecho citado é possível notar, através das palavras da coronel, como a figura do homem é posta em âmbito autoritário, aquele que mantém o controle e o poder, enquanto aquele que permite, que manda, que a “permitiu” estar nesse lugar por ser mulher. Em outras palavras, ela diz

que a gestão é masculina, já que é difícil para uma mulher alcançar o lugar que ela alcançou, sendo ela uma das poucas mulheres que conseguiu estar ali. Nesse caso, ela consegue através da “boa vontade masculina” deixar apenas uma “marca”. Assim, é possível notar como os traços do patriarcado ainda estão enraizados na instituição da Polícia Militar da Bahia.

Por fim, Denice deixa a seguinte mensagem final: “mulheres, saibam que a gente vai estar lá aptas e prontas para salvá-las, porque essa é a *nossa missão*, para isso que eu me predispus”. Nesse trecho, Denice demonstra uma postura heroica, além de elevar o trabalho da Ronda enquanto uma missão, trecho esse que ela destaca em dois momentos de sua entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, constatamos nessa análise que, em grande parte da entrevista, a coronel Denice Santiago se orgulha de fazer parte da Ronda Maria da Penha e apresenta o projeto partindo de um discurso de resistência que delineia a importância de erradicar tal violência através de políticas públicas como é o caso da própria RMP e da Ronda para Homens, no sentido de enfrentar, prevenir, cuidar, zelar, informar, e ainda, como nas palavras da coronel, “usar a força quando tiver que ser feito”. Luana Assiz reitera o papel da ronda ao caracterizá-la como “muito importante” para o Estado da Bahia e para uma transformação sociocultural.

Alguns resultados da análise confirmam um caráter essencialista no discurso da coronel ao falar sobre a condição da mulher como uma *tendência natural*, posicionando este sujeito em lugares sociais de gênero estanques, como a de esposa, dedicada, bela, recatada e do lar, o que reflete mais do que sua posição pessoal, a posição de uma corporação representada ali por ela. Além disso, Denice projeta essa associação da sua pessoa com a Ronda, bem como com a corporação ao mencionar sobre a missão deles em proteger e salvar mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, traçando um perfil heróico e também de compromisso com o Estado, uma vez que como ela diz, se a Ronda falhar, “vai sinalizar uma fraqueza do Estado”.

Esse perfil heróico adotado é perceptível a partir da identificação da coronel com a definição atribuída por uma das mulheres atendidas pela Ronda, classificando o grupo como “Salvadores de Marias”, cuja adesão de Denice é afirmada na frase “esse nome nos define”. Essa definição revela um interdiscurso cristianizado, muito presente no imaginário social, bem como no perfil da corporação.

A coronel desmistifica a figura do criminoso como sendo aquele que é desconhecido, que está na rua e distante da vítima. Ao contrário, ela diz que o criminoso é “João, que é gente boa, que bateu lige lá em casa comigo. É Cláudio, que carregou as compras de Dona Maria, gente boa, que é um excelente amigo, [...], mas é um péssimo marido, mas é um péssimo companheiro, é um marido agressor, um pai agressor”. Além disso, ela afirma que esse criminoso precisa ser punido,

do mesmo modo que punimos crimes como homicídio, estelionato, roubo, etc., enfim, “qualquer crime que esteja capturado no Código Penal Brasileiro”.

Muitos outros elementos podem ser observados e analisados nos posicionamentos da coronel da Polícia Militar da Bahia, Denice Santiago, aqui elencamos apenas alguns momentos da entrevista com a jornalista Luana Assiz, que se mostraram mais evidentes e que destacam traços relevantes quando se trata do debate e da caracterização do crime de violência contra mulheres.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, M. Realismo e o problema da agência. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 2, p. 51-75, 2000.
- ALMEIDA, E. V. L.; BORBA, F. (2022). A lei Maria da Penha: uma política pública brasileira de combate à desigualdade de gênero. **Debate Feminista**, v. 32, n. 64: e2355. <https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2022.64.2355>
- BUENO, S.; BRIGAGÃO, J. Ronda para Homens da Ronda Maria da Penha PMBA/Salvador (BA). *In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.) Práticas inovadoras de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. – (Série Casoteca FBSP, v. 1), p. 43-54. Disponível em: <https://casoteca.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/casoteca-2017.pdf> Acesso em: 5 ago. 2023.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: dez. 2016.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Routledge: London, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London; New York: Longman, 1989.
- FLACSO BRASIL. **Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil, 2012**. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/>
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].
- LAZAR, M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, 4:2, 141-164, DOI: 10.1080/17405900701464816
- MACHADO, L. Z. **Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado?**. 2000.
- OLIVEIRA, L. A. **Facetas ideológicas das escolhas lexicais: a não neutralidade da língua em uso**. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 10, n. 16, p. 67-85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13704>. Acesso 05 ago 2023.

PINC, Tânia. Por que o policial aborda? Um estudo empírico sobre a fundada suspeita. **Confluências**, v. 16, n. 3, 2014, p. 34-59.

SAFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SARDENBERG, C. M. B.; GROSSI, M. P. Balanço sobre a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 2015, p. 497-500. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications, 1998.

VAN LEEUWEN, T. The representation of social actors. *In*: Caldas-Coulthard, C. R.; Coulthard, M. (Ed.) **Texts and practices: readings in critical discourse analysis**. London: Routledge, 2003, pp. 32-70.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Neila Priscila dos Santos Costa

Doutoranda em Linguagem, Cognição e Discurso pelo PPGLinC/UFBA. E-mail: neila_priscila@yahoo.com.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7229076710686300>

Tatielle Gomes Rodrigues

Doutoranda em Linguagem, Cognição e Discurso pelo PPGLinC/UFBA. E-mail: tatielle_rodrigues@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9814266797553480>

Daniele de Oliveira

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA (PPGLinC-UFBA). Líder do grupo de pesquisa Margens e Entrelinhas (GME). E-mail: danieleoliveira99@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5889942218776022>

DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Una caracterización del discurso anti-género/sexualidad y sus estrategias desde el Análisis Crítico Del Discurso

*Uma caracterização do discurso anti-
gênero/sexualidade e suas estratégias a partir
da Análise Crítica do Discurso*

*An operationalization of anti-gender/sexuality
discourse and its strategies from a Critical
Discourse Analysis perspective*

RESUMO

Este artigo oferece uma reflexão crítica sobre um aspecto do “armamento simbólico” das atuais lutas contra o gênero e a diversidade sexual: as estratégias discursivas. Para tal, é apresentada uma definição operacional de “discurso anti-género/sexualidade” que mostra o complexo quadro social, político, económico e cultural que sustenta a produção e circulação deste discurso. Em seguida, são identificadas as estratégias mais recorrentes do discurso anti-género/sexualidade e seus potenciais efeitos retóricos – com base em pesquisas próprias e de outros autores regionais. Isso nos permite vislumbrar possíveis linhas de pesquisa e desafios futuros nos estudos críticos do discurso com foco em gênero e sexualidade.

Palavras-chave: discurso anti-género; sexualidade; estratégias discursivas; análise crítica do discurso.



Recebido em: 20 de outubro de 2023
Aceito em: 10 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.51256

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Germán Canale

german.canale@fhce.edu.uy

germcanale@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5149-1442>

Universidad de la República (UDELAR), Uruguay

ARTIGO

ABSTRACT

This paper offers a critical reflection on one of the “symbolic weapons” of anti-gender/sexuality struggles: their discourse strategies. The article first introduces a working definition of “anti-gender/sexuality discourse” that foregrounds the complex entanglement of social, political, economic and cultural phenomena that contributes to the production and circulation of this discourse. Drawing on the work of other regional researchers and my own, the paper identifies and discusses some of the most recurrent strategies in anti-gender/sexuality discourse and their potential rhetorical effects. This sheds light on potential future directions and challenges for critical discourse analysts examining gender and sexuality.

Keywords: antigenderism; sexuality; discourse strategies; Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

Este artículo ofrece una reflexión crítica en torno a un aspecto específico del “armamento simbólico” de las luchas actuales anti-género y diversidad sexual: sus estrategias discursivas. Para ello, se presenta una definición operativa del discurso anti-género/sexualidad que muestra el complejo entramado social, político, económico y cultural que sostiene la producción y circulación de este discurso. Luego, se identifican –en base a investigaciones propias y de otros varixs autorxs regionales - algunas estrategias recurrentes del discurso anti-género/sexualidad y sus potenciales efectos retóricos. Esto permite vislumbrar posibles líneas de investigación y desafíos futuros en los estudios críticos del discurso con foco en género y sexualidad.

Palabras clave: discurso anti-género; sexualidade; estrategias discursivas; análisis crítico del discurso.

Como citar:

CANALE, Germán. Una caracterización del discurso anti-género/sexualidad y sus estrategias desde el Análisis Crítico Del Discurso. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 357-377, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51256. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUCCIÓN

¿Qué es el discurso anti-género/sexualidad?¹ ¿Quiénes son los agentes discursivos responsables por su producción? ¿Y por su circulación social? ¿Cómo opera este discurso al nivel de las prácticas sociales? ¿Qué estrategias situadas esgrime este discurso para producir efectos de sentido específicos en diversas audiencias? Estas son algunas de las preguntas que se hacen lxs analistas críticos del discurso al momento de abordar diversos aspectos textuales, visuales y, en un sentido más amplio, semióticos de la producción, circulación y reproducción del discurso anti-género/sexualidad en la actualidad. Estas preguntas no son para nada triviales ya que la circulación del discurso anti-género/sexualidad tiene efectos – concretos – en nuestras vidas, identidades y experiencias cotidianas; de manera explícita o implícita este tipo de discurso persigue fines de jerarquización, control y dominación política, social y cultural.

Las últimas décadas han visto un crecimiento notorio de las investigaciones en torno al género y la sexualidad en el campo de los estudios críticos del discurso. Sin embargo, su abordaje parece requerir de una atención especial en la actualidad dados los procesos y dinámicas sociales que están en juego en la coyuntura internacional actual: la re-emergencia de derechas extremas y neo-populistas y su instalación en el poder a través de mecanismos democráticos, el surgimiento de grandes activismos digitales transnacionales anti-derechos, la deslegitimación y ataques a la militancia de grupos y movimientos sociales feministas, *queer*, LGBTQIA+ y otros varios fenómenos que apuntan a una suerte de “cruzada conservadora” anti-género/sexualidad (Corrêa, 2020). Esta cruzada se materializa en diversas formas de creación de significados (Caldas-Coulthard, 2020) y por ello es de interés para el análisis del discurso.

Aunque los focos de producción del discurso anti-género puedan no ser siempre evidentes, en nuestra vida cotidiana abundan ejemplos de circulación y reproducción de este discurso. Algunos de estos ejemplos resultan más banales y otros tantos altamente estructurales y estructurantes, algunos pertenecen al ámbito público y otros a diversos ámbitos de la intimidad, algunos se manifiestan en acciones concretas por parte de individuos aislados y varios otros en prácticas sistemáticas por parte de instituciones, grupos, movimientos organizados o incluso gobiernos, algunos son altamente mediatizados mientras otros quedan velados. Como se discutirá a lo largo del artículo, mientras que la reproducción de este discurso – o más bien estos discursos – puede no ser siempre planificada, su producción implica un alto grado de orquestación semiótico-discursiva y de planificación estratégica.

¹ A diferencia de lo que ocurre generalmente en la literatura especializada en que se hace referencia al “discurso anti-género”, en este artículo opto por la denominación “discurso anti-género/sexualidad”. Esto permite vislumbrar no solo el hecho de que el género y la sexualidad son dimensiones distintas pero entrelazadas de la identidad sino también el hecho de que muchas veces los discursos anti-derechos atacan identidades, grupos y colectivos apelando, en paralelo, a argumentos que se apoyan más fuertemente en cuestiones de género y/o sexualidad, según el contexto y la audiencia específica.

A pesar de estas diferencias, existe un aspecto central que nuclea todos estos procesos discursivos y es que a través de ellos se habilitan mecanismos que sustentan un sistema ideológico cisheteronormativo (patriarcal) dominante que permea discursos y prácticas sociales cotidianas. A nivel social, esto favorece el mantenimiento y la reproducción de cierto “sentido común” – en el sentido de Fairclough (2003) – naturalizando prácticas y discursos de género/sexualidad que sustentan relaciones asimétricas de poder.

El presente artículo tiene como objetivo ofrecer una reflexión conceptual desde el Análisis Crítico del Discurso (ACD) en torno a la definición y operacionalización del discurso anti-género/sexualidad y de algunas de sus estrategias. No se estudian aquí los movimientos anti-género/sexualidad ni sus formas de planificar acciones a nivel regional y transnacional. Tampoco se ofrece una historización del discurso anti-género/sexualidad. A pesar de que evidentemente existen puntos de conexión entre todas estas cuestiones, mi discusión se centra exclusivamente en la dimensión lingüístico-social del discurso anti-género/sexualidad.

El artículo se estructura de la siguiente manera. En el primer apartado se presenta una definición operativa de discurso anti-género/sexualidad. En el segundo se discuten tres procesos fundamentales del discurso: producción, circulación y reproducción, con especial atención a la lógica de interconexión entre estos procesos en el caso del discurso anti-género/sexualidad. En el tercer apartado se presentan algunas de las estrategias más recurrentes de este discurso, tomando ejemplos ilustrativos de una investigación previa. A modo de conclusión, en el cuarto apartado se esbozan algunas reflexiones finales para pensar la labor del ACD como crítica negativa pero también pronóstica (Wodak, 2001) y generadora (Macgilchrist, 2016).

1. DISCURSO ANTI-GÉNERO/SEXUALIDAD

El discurso anti-género/sexualidad se puede definir como un conjunto de recursos semióticos y prácticas discursivas – intertextual e interdiscursivamente conectadas – que se movilizan estratégicamente en diversos contextos con el fin – explícito o implícito – de atacar y deslegitimar prácticas, discursos, identidades y/o derechos relativos al género y/o la sexualidad, intentando así limitar su visibilidad y viabilidad política, social, económica y/o cultural. En algunos casos esto incluye incluso la propia negación del género como categoría social y analítica (Bracke; Patternote, 2018). Los ataques se dirigen fundamentalmente a dos tipos de actores sociales: aquellos de *primer orden* – por ejemplo, grupos minorizados que funcionan como chivo expiatorio – y aquellos de *segundo orden* – grupos o actores sociales de élite, es decir, aquellos que gozan de mayor visibilidad pública/mediática y de valor simbólico en la defensa de derechos y de diversas identidades (Pelinka, 2013).

La dinámica social del discurso anti-género/sexualidad responde al anudamiento de diversas prácticas sociales que, a lo largo del tiempo, sostienen y son sostenidas por estructuras ideológicas

dominantes. Mientras que este discurso se articula de manera más directa o explícita con sistemas ideológicos como el sexismo y el cisheterosexismo (Caldas-Coulthard, 2022) y la cisheteronormatividad (Borba, 2020), también se articula, de manera a veces menos evidente, con otros sistemas ideológicos de dominación, exclusión y control social, como el capitalismo, el racismo, el clasismo y el capacitismo, entre otros.

La agenda de los grupos asociados a la producción del discurso anti-género/sexualidad se canaliza a través de acciones y prácticas planificadas, muchas de ellas transnacionales (Abracinskas et al., 2019; Corrêa, 2020; Patternote; Kuhar, 2017), que luego son “trasplantadas” a contextos locales. Dicho de otro modo, esta orquestación necesariamente requiere de cierta “flexibilidad” de manera de que el discurso sea adaptable a contextos sociopolíticos muy diversos. Esto permite su legitimación a través de una autenticación local. Emergen así, en diversas regiones, prácticas (g)localizadas que, en principio, parecen estar desconectadas entre sí pero que, en realidad, están íntimamente vinculadas.

A modo de ejemplo, entre mujeres blancas conservadoras del sur de Estados Unidos emergen prácticas identitarias como aquellas de las denominadas “tradwives” (esposas tradicionales) (Tebaldi, 2023), quienes reivindican un supuesto rol “ideal” de la mujer/esposa en la década del 50 asociado, entre otras cosas, al dominio del hogar. Además de estas mujeres, otros actores sociales, como por ejemplo sus esposos, reivindican estas prácticas que se sostienen interdiscursivamente en ideologías supremacistas blancas reformuladas como “derecha alternativa” y reproducen discursos que vuelven a limitar el rol de la mujer en la esfera doméstica y social al mismo tiempo que reclaman ser el “verdadero feminismo”. Mientras tanto, en el contexto chino los medios de comunicación generan pánico moral en torno a la “amenaza” a la masculinidad esgrimiendo discursos sobre la creciente “feminización de los adolescentes varones” para referir a formas no-hegemónicas de performar masculinidades. Estos discursos discriminatorios atacan explícitamente las prácticas feministas y reclaman un modelo masculino estereotípico íntimamente ligado con el nacionalismo (Yu; Sui, 2022). Por su parte, en Uruguay, tras la creación de un programa educativo de género y sexualidad para la educación pública, algunos líderes políticos de derecha, colectivos religiosos y otros aparentemente civiles² reclaman la exclusión de cualquier material didáctico que se oriente a la educación de género y sexualidad, apelando a la “(homo)sexualización de la infancia”, al rol “adoctrinador” de las maestras en la conformación de la identidad sexo-genérica de lxs estudiantes y a la “agenda antidemocrática” de “colonización ideológica” por parte de los gobiernos de izquierda que impulsaron estos programas educativos (Canale, 2023a).

² Como ha ocurrido en otros países de la región, algunos de estos colectivos tienden a emplear formas de auto-representación en que secularizan sus prácticas, identidades y argumentos (Pérez; Torres, 2020). Sobre esto se volverá más adelante.

Estos tres ejemplos, que parecen totalmente aislados, responden a discursos transnacionales y, de hecho, evidencian cómo el discurso anti-género/sexualidad se “aclimata” a diversos contextos políticos, sociales, económicos y culturales. En todos estos casos, además, subyace un objetivo común: contrarrestar los avances en términos de derechos de género y sexualidad – y de los colectivos y grupos – así como regular las identidades a través de ideologías esencialistas, ya sean biológicas o culturales. Además, los tres ejemplos evidencian otros puntos en común; en todos ellos se reproduce, estratégicamente, una tensión ideológica entre las categorías nacional/global, íntimo/público, democracia/autoritarismo. Al mismo tiempo que se pone en tensión categorías políticas como las anteriores, la retórica que recubre la producción discursiva de estos grupos apela a una negación – parcial o total – de las dimensiones políticas e ideológicas propias de manera de auto-representarse como actores “neutrales”, “apolíticos” o “desideologizados” – en oposición a sus adversarios que persiguen una “colonización ideológica”. Al negar el entramado político e ideológico de su propio lugar de enunciación – y exaltar el ajeno – propician mecanismos para reproducir órdenes sociales que naturalizan varias formas de desigualdad (Martinis; Rodríguez Bissio, 2021).

Estas prácticas y acciones anti-género/sexualidad deben entonces ser entendidas como un conjunto de acciones orquestadas, es decir, como una forma organizada y estratégica de actividad productiva –y no meramente reactiva- (Patternote; Kuhar, 2017). Si bien es cierto que los avances en derechos de género y sexualidad causan, en ciertos sectores de la población, una “fatiga” de género (ibid.), esta no debe considerarse una reacción espontánea sino más bien el resultado de lo que podríamos denominar como una “ingeniería del hartazgo” a través de la cual diversos grupos e instituciones propagan discursos que persiguen un doble propósito retórico:

- (i) alinear negativamente a la audiencia a través de una prosodia altamente moralizante y emotiva que construye el pánico moral con relatos distópicos en torno a: la caída de la identidad moderna, el desmantelamiento de la noción tradicional de familia como unidad de continuidad social, el cuestionamiento de la cisheteronormatividad como forma extendida de sentido común, entre otros.
- (ii) convocar a la audiencia a la (re)acción colectiva frente a estas “amenazas” morales a través de manifestaciones en la calle, activismo digital y diversas formas de protesta que amplían considerablemente el circuito de circulación y visibilidad de su discurso³.

De los dos puntos anteriores se desprende que el discurso anti-género/sexualidad se apoya fuertemente en la construcción de un adversario, sobredimensionado y demonizado, con diferentes connotaciones según el lugar de enunciación desde el cual se lo construya. Un significante flotante (Laclau; Mouffe, 1985) como “ideología de género” puede ser asociado a: “la nueva izquierda global”, “la hegemonía gay”, “el lobby trans”, “el totalitarismo feminista”, “las élites globales” o “la

³ También es cierto que las acciones que llevan a cabo estos grupos anti-género/sexualidad muchas veces son disonantes internamente ya que existen grandes diferencias políticas e ideológicas entre ellos. Sobre este punto se volverá más adelante.

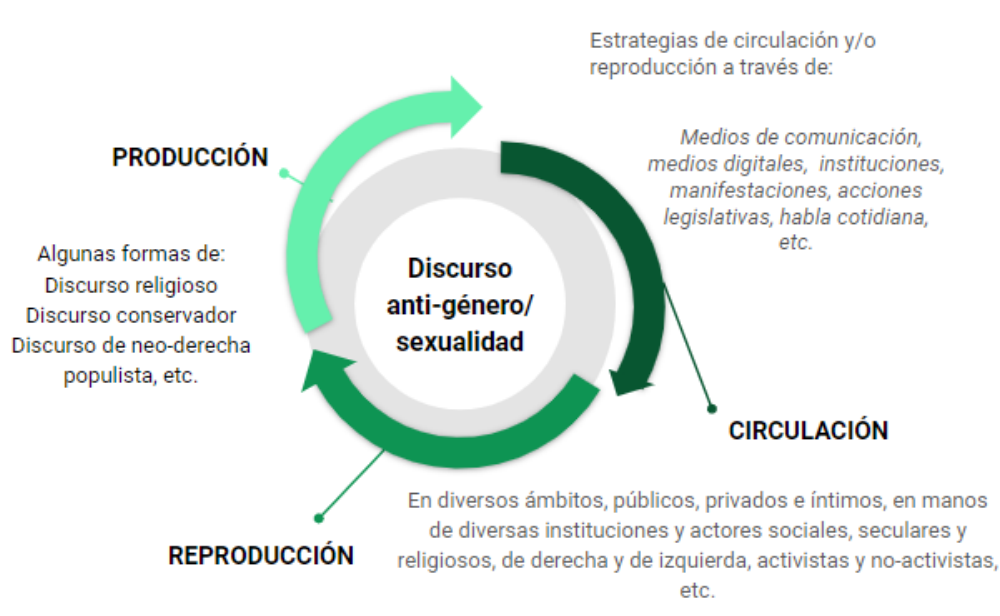
cultura de la muerte”. A través de la apropiación de términos asociados al terreno político-semántico de diversas formas de progresismo, izquierdas y feminismos (Borba, 2022) se construye la imagen de un adversario global y con aspiraciones hegemónicas que busca destruir la familia, los valores morales y toda forma de estabilidad social (Butler; 2019). Es decir, más allá de las denominaciones específicas que se empleen en cada contexto, el repertorio terminológico para denominar al adversario siempre cumple con una misma condición: apunta a la construcción retórica de una élite corrupta que atenta contra “los buenos ciudadanos” y los “ciudadanos de a pie” (Mudde, 2007).

En la próxima sección esbozo tres procesos – íntimamente interconectados – del discurso anti-género/sexualidad: su producción, circulación y reproducción. A partir de un modelo tentativo, propongo una caracterización conceptual de las formas en que opera este discurso en la actualidad.

2. PRODUCCIÓN, CIRCULACIÓN Y REPRODUCCIÓN DEL DISCURSO ANTI-GÉNERO/SEXUALIDAD

La Imagen 1 ilustra la dinámica de tres procesos fundamentales del discurso: producción, circulación y reproducción. Por el propósito de este artículo, me interesa pensar este esquema específicamente para el caso del discurso anti-género/sexualidad en la actualidad. La visualización no capta toda la complejidad de estos procesos, pero es una herramienta útil porque ofrece un primer acercamiento conceptual.

Imagen 1: El discurso anti-género/sexualidad como proceso



Fuente: Autor

El uso del círculo como forma de visualizar este proceso busca mostrar que, de hecho, *producción*, *circulación* y *reproducción* del discurso son prácticas íntimamente conectadas que

forman parte de un mismo ciclo aunque, por motivos estrictamente analíticos, son separables/separadas. Por ejemplo, la reproducción está siempre habilitada y condicionada por los elementos y posibilidades que ofrece un entorno semiótico concreto, es decir, las formas de reproducción dependen en cierta medida de los espacios y posibilidades de circulación. Al mismo tiempo, la reproducción habilita nuevas formas de circulación. Por otro lado, la producción del discurso también está condicionada por ciclos anteriores de *producción-circulación-reproducción* en tanto ningún texto es ni una creación totalmente innovadora ni una reproducción plena de textos anteriores (Bajtín, 1998), es decir, ningún texto/discurso se produce en un vacío semiótico, histórico o cultural. Finalmente, el empleo de flechas dislocadas que abren el círculo permite pensar que las prácticas de producción, circulación y reproducción del discurso no son completamente auto-sostenidas. Por el contrario, estos procesos necesariamente tienen “fugas”.

En los próximos apartados describo brevemente algunos aspectos centrales de cada uno de estos procesos del discurso anti-género/sexualidad en su dimensión actual, al menos en lo que refiere al contexto local y regional que conozco en mayor detalle.

2.1 Producción

Estudiar la producción del discurso implica atender a las prácticas sociales a través del análisis de la mediación entre los textos y sus contextos de producción (Fairclough, 1995) ya que toda producción discursiva está determinada socialmente (Fairclough, 1989).

Uno de los aspectos particularmente complejos de las condiciones de producción del discurso anti-género/sexualidad es que, tal como sugiere la Imagen 1, estas se articulan a través de una heterogeneidad de lugares de enunciación que se traducen en una heterogeneidad de grupos con formas diversas de filiación y objetivos políticos específicos. Dicho de otro modo, no se puede reducir la producción del discurso anti-género/sexualidad actual a un ámbito único, a una modalidad discursiva específica o a un contexto y grupo particular. Aunque es sabido que gran parte de la producción del nuevo “registro anti-género” (Borba, 2022) proviene, por lo menos en occidente, de la Iglesia Católica y diversas formas de discurso religioso, también es sabido que existen otros varios contextos de producción que mantienen conexiones más laxas con el discurso religioso (Pérez; Torres, 2020) así como existen otros contextos conservadores no religiosos donde también se produce este tipo de discurso. Es decir, la producción del discurso anti-género/sexualidad también está ligada a diversas manifestaciones políticas de conservadurismo de derecha y ultraderecha – religiosa o laica –, que han tenido un rol central en el resurgimiento de acciones transnacionales anti-género/sexualidad.

La producción del discurso anti-género/sexualidad recubre grupos organizados con agendas políticas, legislativas, económicas y culturales diversas. Muchas veces estos grupos crean alianzas estratégicas a nivel local, regional y/o transnacional. Sin embargo, en tanto sus agendas difieren en

otras temáticas, estos grupos disputan entre sí otros terrenos políticos pero convergen en la cruzada contra los derechos, las identidades y la diversidad sexo-genérica. En la literatura sobre el tema se emplean varias metáforas que ilustran la coarticulación de las agendas de estos grupos como una “sinergia oportunista” (Graff; Korolczuk, 2022) y al género (y, podríamos agregar, también la sexualidad) como el “pegamento simbólico” (Kováts; Põim, 2015) que une sus alianzas.

A través de diversas prácticas, estos grupos anti-género/sexualidad producen conocimiento/saber –en el sentido de “producción de conocimiento alternativo” – (Patternote; Kuhar, 2017). Esta forma de conocimiento alternativo, que a la interna de los grupos anti-género/sexualidad se presenta como pre-ideológico (van Dijk, 2005), busca dismantelar conceptualizaciones posmodernas y posestructurales de la identidad y desprecia la producción de conocimiento académico de las ciencias sociales y humanas (Patternote; Kuhar, 2017) pero, a su vez, se apoya en la creación de espacios, prácticas y figuras académicas “alternativas” (Torres; Pérez Moragas, 2020) para legitimar su reclamo principal: la vuelta a un esencialismo de las identidades, ya sea de corte biológico o cultural.

De lo planteado hasta aquí, me interesa destacar dos dimensiones en que se hace aparente el aspecto “parasitario” del discurso anti-género/sexualidad en tanto su producción se alimenta, selectivamente, de prácticas y argumentos de un variado abanico de grupos (políticos, religiosos, civiles, laicos, etc.) que son reapropiados y reformulados para confluir en una agenda común; además, sus mecanismos de legitimación se basan, entre otras cosas, en la apropiación de discursos, prácticas y léxico académicos o “cientificista” de manera de que el “conocimiento alternativo” que produce se adapte a formas de circulación y validación académica.

2.2 Circulación

Las formas de circulación del discurso siempre están sujetas a los entornos semiótico-materiales concretos, a los potenciales que ofrecen y las limitaciones que imponen estos entornos para la representación, la interacción y la comunicación.

En la actualidad, las formas y condiciones de circulación discursiva están, en gran medida, mediadas por lo que Koopmans y Olzak (2004) denominan “oportunidades discursivas”, es decir, por un conjunto de aspectos y elementos del discurso público que condiciona las posibilidades, formas, esferas y extensión de la circulación y mediatización. Esto implica un juego de poder -en términos de visibilidad, acceso y voz - en que son centrales las figuras de *gatekeepers* – quienes pueden dar forma, administrar, diseminar o bloquear la conformación y circulación de ciertos mensajes en la esfera pública y *claim makers*, quienes gozan, por ejemplo, de estatus de citabilidad mediática.

Dentro de esta lógica de oportunidades discursivas, el discurso anti-género/sexualidad circula en contextos mucho más amplios que sus ámbitos de producción. Se trata de contextos

mediáticos y no-mediáticos, institucionales y no-institucionales, públicos, íntimos y privados, religiosos y seculares, de derecha y de izquierda, etc. Aunque los propósitos de su circulación pueden ser bien distintos en estos espacios, en cualquier caso el discurso anti-género/sexualidad adquiere gran presencia y visibilidad en prácticas cotidianas de distinta índole. Para explicar mejor este punto, a continuación me centro en el proceso de reproducción discursiva.

2.3 Reproducción

El término “reproducción” puede resultar ambiguo. Al hablar de reproducción del discurso no me refiero aquí a una práctica meramente mecánica, totalmente pasiva. Toda práctica discursiva implica necesariamente una tensión entre reproducción/transformación ideológica y entre reproducción/creatividad (Fairclough, 1989, 2003). Es decir, toda práctica discursiva de alguna manera re-produce – vuelve a movilizar – recursos semióticos anteriormente movilizados y, al reproducirlos, los transforma agentivamente (Kress, 2015).

El término “reproducción” tal como se emplea aquí intenta captar la doble posición del sujeto como paciente y agente creador que se encuentra – dialécticamente – habilitado e inhabilitado por estructuras sociales mayores (Fairclough, 1989). Entonces, al hablar de “reproducción del discurso” me refiero a una actividad semiótica que puede reforzar – pero también cuestionar, rechazar y/o transformar – prácticas, significados y recursos semióticos. Es la propia relación entre producción y circulación la que habilita estas variadas formas y posibilidades de reproducción.

En lo que refiere al discurso anti-género/sexualidad, me interesa pensar tres grandes formas de reproducción discursiva, es decir, tres formas de apropiación de su circulación, según los posicionamientos discursivos y mecanismos valorativos (explícitos o implícitos) de los agentes discursivos a través de los cuales el discurso anti-género/sexualidad circula:

- i) una forma de reproducción que apunta a la continuidad ideológica reforzando, de diversas maneras, el discurso anti-género/sexualidad y sus prácticas asociadas;
- ii) una forma de reproducción que apunta al cuestionamiento, el rechazo y/o la transformación evidenciando huellas de discontinuidad, resistencia y/o creatividad ideológica;
- iii) una forma de reproducción inespecífica o, más bien, indeterminada que, por el contrario, no deja huellas semióticas o marcas de compromiso (valorativo, afectivo, axiológico) con el discurso en circulación.

Las primeras dos formas de reproducción están contempladas en el planteo general de reproducción discursiva de Fairclough (1989, 2003). Sin embargo, la tercera posiblemente requiera de una explicación más detallada. Para ello, me apoyo en un ejemplo concreto de una investigación anterior.

En un estudio sobre la cobertura en medios informativos digitales y redes sociales de la publicación de una guía didáctica de género y sexualidad para la educación estatal en Uruguay (Canale, 2023b), examiné cómo las voces periodísticas tienden a mostrarse distantes, sin comprometerse con el contenido del discurso anti-género/sexualidad al mismo tiempo que, a través de diversas estrategias y mecanismos extratextuales, hacen circular las voces que (re)producen este discurso. En este caso concreto, para entender cómo opera la ausencia de huellas de compromiso – o indeterminación – en la reproducción discursiva se debe atender al propio sub-género de estas noticias: el informe de cita. Este tipo de género de noticia, frecuente en la actualidad, permite la creación textual de un evento potencialmente noticioso a partir de la entextualización fragmentada de las voces de variis actores sociales que, más que hacer avanzar una narración, muestran una dimensión polémica en torno a un evento concreto a través del “recorte y pegue” de citas. En este proceso, la voz periodística parece, en principio, limitarse al rol de articular textualmente las citas aunque evidentemente esto implica la regulación de la intertextualidad como forma de poder (Canale, 2023a).

Al estratégicamente indeterminar la relación entre la voz periodística y las voces (anti-género/sexualidad) reportadas (White, 1998), se crea una aparente división de la labor semiótica entre aquellas voces que realizan trabajo evaluativo – explícito o implícito – (voces de actores sociales reportados) y aquellas que parecen simple o solamente hacer circular estas evaluaciones (voz periodística). Esto remite, en última instancia, a una diferencia entre discursos primarios y secundarios, o entre las voces reportadas y las voces que reportan (Caldas-Coulthard, 1994; Fairclough, 1995). Mientras en mi corpus este fenómeno está íntimamente vinculado con la propia construcción discursiva de la “objetividad periodística” y con las prácticas actuales de periodismo digital (como la creación de noticias como informes de cita), el fenómeno sirve para ilustrar un punto mayor: la necesidad de distinguir, por lo menos provisoriamente, formas de reproducción en que se evidencian huellas de compromiso (afectivo, axiológico) con el discurso anti-género/sexualidad y otras formas en las que, estratégicamente, no se encuentran tales huellas en el circuito de circulación discursiva⁴.

En el próximo apartado esbozo algunas de las estrategias del discurso anti-género/sexualidad en la actualidad, al menos aquellas que parecen ser más recurrentes en el contexto regional. Tres puntualizaciones deben realizarse al respecto. En primer lugar, la lista no es exhaustiva sino más bien ilustrativa. En segundo lugar, estas estrategias pueden materializarse de diversas maneras en contextos específicos. En tercer lugar, cada una de estas estrategias – por separado – también

⁴ Nótese que la discusión aquí es en torno a las huellas discursivas de compromiso y no a la discusión tradicional sobre la construcción de la “neutralidad” periodística. Resulta evidente que, de las propias prácticas y decisiones en torno a qué voces se reportan y cómo se las reporta, se desprende cierto compromiso periodístico en un nivel más abstracto. Sin embargo, me interesa aquí enfocarme en el hecho de que la ausencia de huellas de compromiso funciona, estratégicamente, como una forma de distanciamiento con el discurso reportado/reproducido en el texto como producto.

aparece en otros tipos de discurso; sin embargo, la co-articulación de todas ellas – y de otras estrategias discursivas no esbozadas aquí – caracteriza el discurso anti-género/sexualidad.

3. (ALGUNAS) ESTRATEGIAS DEL DISCURSO ANTI-GÉNERO/SEXUALIDAD

En el ACD generalmente se entiende una estrategia (discursiva) como un plan de acción orientado a fines (políticos, económicos, culturales, etc.) específicos, que se materializa o instancia en textos concretos. Estos planes pueden tener diversos grados de organización, planificación e intencionalidad (Meyer, 2001; van Leeuwen; Wodak, 1999). Por el propósito del presente artículo, dejo de lado algunas discusiones en torno a la propia noción de estrategia en el ACD como, por ejemplo, si es una categoría del discurso o si es además una categoría de la teoría de la acción social, o hasta qué punto se puede pensar una relación estrecha entre la noción de estrategia y la de argumentación (Fairclough; Fairclough, 2012).

Me interesa destacar aquí que las estrategias son la materialización discursiva de prácticas sociales más amplias que buscan reforzar, cuestionar o transformar un conjunto de creencias, valores u otros sistemas de significados. Las estrategias son manifestaciones semióticas – con consecuencias representacionales y retóricas – a través de las cuales se proyectan, implícita o explícitamente, fines (sociales) específicos. En términos ideacionales, buscan imponer – o al menos privilegiar – unos sistemas de representaciones sobre otros; en términos retóricos, diseñan audiencias específicas sobre las cuales se proyectan valores (positivos, negativos) y posiciones de sujeto (con diversos grados de filiación, alineación, compromiso, etc.) ofreciendo márgenes mayores o menores para su negociación. Finalmente, cabe destacar que las estrategias discursivas cobran fuerza por su conexión intertextual e interdiscursiva que es, en última instancia, la forma en que a lo largo del tiempo sostienen – o contribuyen a transformar – las prácticas sociales.

A continuación, defino someramente cuatro estrategias recurrentes del discurso anti-género/sexualidad, apelando a ejemplos ilustrativos de mi investigación anterior sobre la cobertura mediática en torno a la publicación de una guía didáctica para la educación sexual (*Propuesta Didáctica para el Abordaje de la Educación Sexual en Educación Inicial y Primaria*)⁵ en la educación pública uruguaya (para estudiantes de 4-11 años). En trabajos anteriores (Canale, 2023a y 2023b) se puede encontrar mayor información contextual sobre el fenómeno estudiado y sobre la investigación así como el análisis textual de algunas de estas estrategias.

3.1 Victimización

La victimización es una estrategia discursiva a través de la cual se representa o auto-representa, según el caso, una identidad – individual o colectiva – como amenazada, atacada o

⁵ La guía completa está disponible en: <https://www.anep.edu.uy/15-d/propuesta-did-ctica-para-el-abordaje-educaci-n-sexual-en-escuelas> (última visita: 2/10/2023).

vulnerada por fuerzas agentivas – individuales o colectivas – externas a ella, creando así una prosodia de significados valorativos que construye una situación o acción como injusta. Esta estrategia se enmarca muchas veces en un proceso discursivo mayor de cuadrado ideológico (van Dijk, 1996) donde el “yo/nosotros” se carga de valoraciones positivas – minimizando aquellas negativas – y, por el contrario, el “ellos” – que se construye como perpetrador – se carga de valoraciones negativas, minimizando aquellas positivas.

En el discurso anti-género/sexualidad generalmente la victimización no es individual sino más bien colectiva. Esto permite sobredimensionar el efecto del “perpetrador” (“la izquierda global”, “el feminismo totalitario”, etc.). Además, esta victimización colectiva permite, en vez de pasivizar la categoría “víctima”, representarla como un colectivo convocado a la acción (civil, ciudadana, religiosa, política, según el contexto). El eje de la victimización generalmente está vertebrado por la noción cisheteronormativa de familia y sus miembros en su rol de padres-madres (como ciudadanos con potencial de acción) o hijos (como víctimas sin potencial de acción pero objeto de responsabilidad de sus propios padres).

Los siguientes ejemplos ilustran esta estrategia:

“De acuerdo a Sebastián Villar: “La guía plantea **dejar de lado a los padres**⁶ para que sea la educación pública la que genere ese vínculo con el niño. **Yo estoy en contra de eso. Y como padre me siento invadido; ya no vamos a ser los padres los que les enseñemos eso tan íntimo a los niños.** La ideología de género ha generado polémica en todo el mundo” [victimización de padres: auto-representación colectiva]

(“A Mis hijos no los tocan: Grupo de padres afirma que guía sexual de primaria los deja de lado y los cuestiona en su rol”, *Teledoce*, 11/08/2017).

“Según Bianchi: “se quiere **imponer a los niños** una ideología de género, donde **los heterosexuales pasamos a ser una minoría discriminada**” [victimización de heterosexuales: auto-representación colectiva]

(“Polémicas entre Primaria, Sturla y oposición por guía de educación sexual”, *Subrayado* 29/07/2017).

Las identidades representadas como víctimas pueden construirse de diversas maneras, como “padres”, “niños”, “heterosexuales”, etc. Muchas veces, como en el segundo ejemplo, la estrategia de victimización requiere también de una inversión estratégica de los roles de víctima-perpetrador (Wodak, 2015).

3.2 Amenaza

La construcción discursiva de la víctima requiere necesariamente de la construcción de una amenaza a través de una situación o escenario o de acciones que posicionen a diversos actores sociales en términos asimétricos. En el caso del discurso anti-género/sexualidad, la estrategia de

⁶ Todos los destacados a lo largo del texto son propios.

amenaza consiste básicamente en construir discursivamente un rango de identidades (individuales, institucionales, colectivas) que ponen en peligro ciertos valores y las estructuras que los contienen (por antonomasia, la familia tal como es concebida generalmente en el discurso religioso y el conservador). De este modo, pasan a ser representantes de la “muerte de la familia heterosexual” (Apple; Oliver, 2003) actores funcionalizados (docentes), actores colectivos (movimientos sociales, colectivos feministas, LGBTQIA+ y *queer*), actores políticos (“la izquierda global”).

A modo de ejemplo, pocos días después de la presentación oficial de la guía didáctica se publicó una columna editorial por parte de un conocido periodista local. Esta columna, que fue repostada en varios medios digitales, blogs y sitios web, advertía:

“Alguno se sorprenderá por el potencial erótico que la actividad descrita podría tener para los niños/as y preadolescentes de edad escolar. Pero hay algo más delicado. Obsérvese que, **desde la autoridad del docente, se impone a los niños y a las niñas mantener contactos físicos de gran intimidad** (masajes, cosquillas, soplidos, abrazos, masajes capilares) con aquellos compañeros o compañeras que el docente designe, **contactos que no responden a la espontánea voluntad y elección del niño o niña involucrado** (...) En definitiva, **es la ideología de género introduciéndose una vez más en el ámbito escolar**. Esa ideología, que niega o minimiza el papel de la biología en la definición de las identidades sexuales, **fue creada y promovida, desde diversos ámbitos internacionales, como un mecanismo indirecto de control de la natalidad.**”

(“El sexo en la escuela”, *Seminario Voces* 26/07/2017)

Este ejemplo muestra que la construcción de la amenaza – y del perpetrador – muchas veces viene acompañada por construcciones discursivas paranoico-conspiracionistas en torno al ataque a la familia; en este caso se trata de la “ideología de género” que intenta “colonizar” a “los niños y las niñas” para lograr propósitos ocultos como el “control de la natalidad”. De esta manera, no solo se victimizan unos grupos y se demonizan otros sino que también se construye un victimario colectivo (global, de elite) dominante y altamente orquestado. Además, el ejemplo deja en evidencia otros de los puntos centrales del discurso antigénero (ver apartado 2) como el apoyo en la esencialización de la identidad (“*el papel de la biología en la definición de las identidades sexuales*”) y las formas estratégicamente vagas de representar supuestas grandes élites de poder con intenciones de adoctrinamiento ideológico (“*la ideología de género...creada y promovida desde varios ámbitos internacionales*”).

3.3 Secularización

Secularización y secularismo son términos con distintas acepciones según el contexto histórico y político que se considere y mantienen, como destaca Scott (2018), una relación compleja con el género y, podríamos agregar, con la sexualidad. En esta ocasión me interesa pensar la secularización exclusivamente como operación discursiva que persigue fines específicos. Para el

caso del discurso anti-género/sexualidad, la secularización puede implicar estrategias en apariencia diferentes.

A la interna de los grupos anti-género/sexualidad (y, en este caso, aquellos religiosos) la secularización muchas veces funciona como una estrategia discursiva de demonización – cercana a la amenaza – en que a través de argumentos propios del discurso religioso se alude, por ejemplo, a la secularización como una forma de instalación de prácticas moralmente cuestionables o reprobables. Esto ocurre incluso en ámbitos comunicativos de carácter público pero intra-grupales. Por ejemplo, tras la publicación de la guía didáctica, Monseñor Jaime Fuentes publicó en su blog personal a través del cual les habla a creyentes/fieles:

“¿Se acuerdan de que hace unas semanas **recordaba a Juan Pablo II**, que hace años nos advertía acerca de **la guerra que hay entre la cultura de la muerte y la cultura de la vida?**... ¡No podemos dormirnos! Es necesario estar vigilantes”. (“Mientras los hombres dormían”, blog: <http://www.desdelverdun.org/2017/07/mientras-los-hombres-dormian.html>).

Además de las referencias a figuras centrales de la Iglesia Católica, sus argumentos se articulan de manera explícita con otras temáticas anti-género en el discurso de la Iglesia – como la interrupción voluntaria del embarazo – y la caracterización del feminismo como una “cultura de la muerte”. Por las propias características del blog y por la construcción de audiencia que se hace en él⁷ podemos pensar en este dispositivo como un mecanismo de comunicación más bien intra-grupal, a pesar de su evidente carácter público. Sin embargo, la comunicación de estos grupos con una audiencia más amplia – o con la sociedad civil en pleno – generalmente se materializa a través ya de la producción de argumentos estrictamente seculares o de la articulación de argumentos seculares y religiosos. A modo de ejemplo, por su visibilidad a nivel nacional la voz del aquel entonces Cardenal Daniel Sturla fue la voz religiosa que circuló más intensamente en medios nacionales en los que se expresaba su rechazo a la guía de educación sexual en cuestión. Sin embargo, sus palabras se cargaban en menor o mayor medida de connotaciones religiosas/laicas según el contexto mediático en cuestión. Por ejemplo, en medios de noticias su discurso se apoyaba exclusivamente en argumentos sobre la laicidad, la democracia y la constitucionalidad:

“El Cardenal Sturla afirmó que el Estado quiere imponer una ideología y que ello **va en contra del artículo 41 de la Constitución** que da a los padres el deber y derecho del cuidado y la educación de sus hijos, algo que a su entender **“es propio de Estados totalitarios” pero que “no puede serlo de uno democrático”**” (“Cosquillas, besos y abrazos: las polémicas de la guía de educación sexual”, *El Observador* 31/07/2017).

⁷ Por motivos de espacio no ahondaré en esta cuestión pero existen varias marcas lingüísticas, discursivas y retóricas que indican que a través del blog sistemáticamente se construye una audiencia intra-grupal de fieles católicos.

En otros medios masivos – pero con un anclaje explícitamente religioso, como es el caso de *Radio Oriental*⁸, recurren también argumentos secularizados que apuntan a la laicidad:

“Defendamos **la verdadera laicidad**, esa que el Estado se compromete a defender. No permitamos que una ideología determinada **-que no condice con la Constitución de la República-**, llegue a dominar en la educación afectivo-sexual de nuestros niños” (*Radio Oriental*, 28/07/2017).

En este caso, “verdadera” en “*verdadera laicidad*” parece atribuirle un carácter histórico a la laicidad a la vez que marca una presunción de valor (Fairclough 2003), es decir, la existencia de una posible “*falsa laicidad*” posiblemente vinculada con la enseñanza de género y sexualidad en las escuelas.

A pesar de que en esta transmisión los argumentos anteriores se articulan con elementos legitimantes o autoridades religiosas (el Papa Francisco, pasajes de la Biblia, etc.), en todas ellas los argumentos se fundamentan en cuestiones que, en apariencia, están por fuera de los argumentos religiosos, sobre todo: la constitucionalidad, el derecho de los padres sobre la educación de sus hijos y el problema de la “negación de la diferencia antropológica entre hombres y mujeres”, como dice el propio Sturla en la transmisión radial.

Como estrategia de comunicación exo-grupal, la secularización implica que los argumentos del discurso anti-género/sexualidad asociados al discurso religioso circulen, en otras esferas públicas, borrando las asociaciones o significados religiosos y así se construyan como “pre-ideológicos” en el sentido de que no serían eventualmente rechazados o descalificados como argumentos exclusivamente ligados al ámbito de la religión. Es decir, mientras que los argumentos seculares pueden ser contruoidos como una amenaza ideológica (dentro de la comunicación interna al grupo), también pueden ser contruoidos como un terreno argumentativo pretendidamente “neutral” o “pre-ideológico” (para la comunicación externa al grupo). En este segundo caso, la secularización sirve para alinear a una audiencia potencialmente más amplia que aquella con afinidad religiosa y también como forma estratégica de auto-representación secular (con foco en la “ciudadanía” o el colectivo civil) evitando contra-argumentos *ad hominem* ya que son las voces de figuras de la élite católica nacional las que circulan en los medios. Así, se establece la capacidad camaleónica del discurso religioso que, en contextos específicos, puede negar su propia operación en la cruzada anti-género/sexualidad (Pérez Navarro, 2020).

3.4 Pluralismo

En consonancia con la estrategia de secularización, la estrategia de auto-representación pluralista permite al discurso anti-género/sexualidad presentar a los actores sociales involucrados

⁸ Emisora radial privada que en 2003 es adquirida por Arquidiócesis de Montevideo.

como una gran variedad de ciudadanos con ideas, perspectivas, creencias y valores bien distintos que mantienen un factor en común: su hartazgo con la “ideología de género”. Apelar a esta supuesta pluralidad – que obviamente nunca aparece representada en términos de género y/o sexualidad – permite, a nivel argumentativo, desligarse de otros movimientos que puedan ser identificados por características específicas (por ejemplo, religiosas o político-conservadoras) y, a nivel interactivo, permite apelar a una audiencia potencialmente más amplia que se sentirá representada en por lo menos uno de los rasgos de la población que pretendidamente constituye estos movimientos.

Un caso particularmente interesante es la producción discursiva de algunos movimientos organizados como “Con mis Hijos no te Metas” (Pérez; Torres, 2020). En el caso uruguayo, este movimiento apuntó a una secularización discursiva a pesar de que varias de las figuras de élite asociadas al grupo eran actores sociales de filiación católica o evangélica y reproducían, en última instancia, argumentos propios de la Iglesia Católica, pero sin establecer conexiones textuales específicas (Canale, 2023a). Sin embargo, las estrategias de este grupo también apuntaron a una auto-representación pluralista.

A modo de ejemplo, en las noticias en torno a la publicación de la guía didáctica para la educación sexual, se reporta la voz del colectivo:

“Villar aseguró que “A mis Hijos no los tocan” se diferencia de otros grupos que están en contra de la guía porque “no tiene un fin político ni ninguna actividad religiosa detrás” **“Acá tenemos ateos, macumberos, evangélicos, católicos, mormones; de todo”**, señaló y agregó que en sus filas también hay **“frentistas, blancos, colorados, del Partido de la Gente y otros que son totalmente apolíticos”**.

(“El colectivo A mis hijos no los tocan planea juntar 30.000 firmas para que la “guía sexual” de Primaria salga de circulación”, *La Diaria* 25/09/2017).

La auto-representación como grupo heterogéneo sirve para construir discursivamente cierta “espontaneidad” del grupo y, a la vez, legitimarlo a través de una suerte de ideología pluralista que “lava” los discursos de la diversidad de manera de que la propia constitución diversa del grupo funcione como elemento legitimador de sus argumentos. Es decir, a través de una representación lavada de la diversidad se pasa a justificar y legitimar los argumentos esgrimidos por los grupos en cuestión.

CONSIDERACIONES FINALES

El discurso anti-género/sexualidad evidencia una complejidad importante en torno a su producción, circulación y reproducción. Mientras que en cierta medida los contextos de producción de discurso anti-género/sexualidad (como construcción de saber/conocimiento “alternativo”) son diversos pero acotados, las formas de circulación y reproducción de su discurso son ciertamente

mucho más amplias y extendidas, sirviéndose de escenarios, contextos, instituciones y otros elementos que propician ciertas “oportunidades discursivas” para su circulación.

El conjunto de estrategias que esgrime este discurso evidencia prácticas semióticas que tienen como objetivo último mantener un sentido común cisheteronormativo, conservador y esencialista (a veces biológico y otras tantas cultural), que desacredita y/o borra las complejidades históricas en torno al género, la sexualidad y otras categorías sociales, a la vez que instala una prosodia negativa a través de una ingeniería discursiva del hartazgo y de pánico moral frente al avance de derechos de la agenda de género/sexualidad y frente al reconocimiento – todavía desigual en muchos sentidos – de diversas identidades y disidencias.

Ahora bien, el desafío más grande que nos enfrenamos como analistas críticos del discurso posiblemente no sea la descripción y el análisis – en términos de crítica negativa – ya que el ACD cuenta con un amplio repertorio de herramientas analíticas para estudiar estas cuestiones y, sobre todo, para examinar la “ideología del otro”. Quizás el desafío mayor y la urgencia que enfrentamos consisten en diseñar estrategias para contrarrestar este discurso a nivel social y abrir espacios para instalar una crítica transformadora y generadora de una praxis alternativa.

Esto implica, evidentemente, poner el conocimiento y las prácticas académicas al servicio de la comunidad y no a la inversa (Freire, 2003). Por cuestiones de espacio, me limito a nombrar solamente algunas de las experiencias – aisladas – que pueden resultar insumos interesantes para futuras acciones colectivas. Por ejemplo, en términos de divulgación y diseminación de conocimiento, recientemente se han confeccionado “diccionarios” y audiovisuales para adultos y jóvenes (*Termos ambíguos do debate Político Atua*⁹) con reflexiones en torno a términos de la lucha política (SPW, 2022a, 2022b). Esto permite contextualizar la lucha semántica por algunos términos, como “género” e “ideología de género”, y acercar a la ciudadanía herramientas para una lectura crítica de estas discusiones que recurren cotidianamente en medios masivos y digitales. Por otro lado, en entornos escolares se han diseñado experiencias de talleres con docentes en formación, docentes formadores y estudiantes para repensar el lugar del género y la sexualidad en la enseñanza, con miras de apropiarse y transformar los materiales didácticos para un abordaje crítico (Canale 2022, 2023b), entendiendo que las acciones “desde abajo hacia arriba” tienden a producir grietas ideológicas que permiten generar transformación. En lo que refiere a la mirada desde los colectivos que son objeto de ataque de los discursos anti-género/sexualidad, se han estudiado sus propias prácticas discursivas de rebelión y resistencia. El estudio de las prácticas internas de estos grupos nos permite identificar principios y vínculos de confianza y solidaridad que dan lugar a espacios alternativos de enunciación. En Furtado (2022), el trabajo con uno de estos colectivos feministas permitió identificar cuatro ejes fundamentales que vertebran la organización intragrupal:

⁹ Disponible en: <https://sxpolitics.org/pequenodicionario/> (visitado el 2/10/2023), este proyecto surge de la colaboración entre el Sexuality Policy Watch y el Program Interdisciplinario en Lingüística Aplicada de la Universidad Federal de Río de Janeiro, Brasil.

el principio de cuidado, el principio de credibilidad, la garantía de audibilidad y la reciprocidad. Este tipo de abordaje permite un meta-análisis de las prácticas de solidaridad que puede migrar a otros contextos – por fuera de los colectivos – como mecanismo para contrarrestar las acciones, prácticas y discursos anti-género/sexualidad.

El momento actual, caracterizado por la inestabilidad semiótica, la generación de prácticas discursivas alternativas y la tendencia a la des-institucionalización y pos-institucionalización de las formas de filiación y creación de significados puede ser central para que lxs analistas críticos del discurso actuemos en marcos colaborativos de activismo lingüístico.

REFERÊNCIAS

- ABRACINSKAS, L.; PUYOL, S.; IGLESIAS, N.; KREHER, S. *Políticas Antigénero en Latinoamérica. Uruguay, el mal ejemplo*. Montevideo: MYSU, 2019.
- APPLE, M.; OLIVER, A. Becoming Right: Education and the formation of conservative movements. In APPLE, M. (org.) *The State and the Politics of Knowledge*. Nueva York / Londres: Routledge, 2003.
- BAJTÍN, M.M. *Estética de la creación verbal*. Madrid: Siglo XXI, 1998.
- BORBA, R. Enregistering “gender ideology”: The emergence and circulation of a transnational anti-gender language. *Journal of Language and Sexuality*, v. 11, n. 1, 2022.
- BORBA, R. Introdução. *Linguística queer: algumas desorientações*. In BORBA, R. (org.). *Discursos Transviados. Por uma Linguística Queer*. São Paulo: Cortez, 2020.
- BRACKE, S.; PATTERNOTE, D. Desentrañando el pecado del género. In *Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. Textos Seleccionados*. G&PAL, 2018.
- BUTLER, J. What threat? The campaign against “gender ideology”. *Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation*, v. 3 n. 1, 2019.
- CALDAS-COULTHARD, C.R. Sexismo cotidiano banal e persistente na política brasileira. *Ilha do Desterro*, v. 75 n. 3, 2022.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. Preface. In CALDAS-COULTHARD, C.R. (org.) *Innovation and Challenges: Women, Language and Sexism*. Londres: Routledge, 2020.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. On reporting reporting: the representation of speech in factual and factional narratives. In COULTHARD, N. (org.). *Advances in Written Text Analysis*. Londres: Routledge, 1994.
- CANALE, G. *A Multimodal and Ethnographic Approach to Textbook Discourse*. Londres / Nueva York: Routledge, 2023a.
- CANALE, G. CDA as Local Praxis: Educational media and anti-gender/ sexuality discourse in news reports in Uruguay. In CALDAS-COULTHARD, C.R. & COULTHARD, M. (orgs.), *Texts and Practices Revisited. Essential Readings in Critical Discourse Analysis* (pp. 195–212). Londres / Nueva York: Routledge, 2023b.
- CANALE, G. Breaking the Heteronormative Prosody: What a Family Tree Tells us about Gender and Sexuality in the EFL Classroom. In: BANEGAS, D.L. & GOVENDER, n. (orgs.), *Gender Diversity and Sexuality in English Language Education. New Transnational Voices* (pp. 65–83). Londres / Nueva York: Bloomsbury, 2022.

- CORRÊA, S. (ed). *Anti-Gender Politics in Latin America. Country Case Studies Summaries*. Rio de Janeiro: G&PAL, 2020.
- FAIRCLOUGH, N. Semiosis, ideology and mediation: A dialectical view. In LASSEN, I.; STRUNCK, J. & VESTARGAARD, T. (orgs.), *Mediating ideology in text and image. Ten critical studies* (pp. 19–36). Amsterdam / Filadelfia: John Benjamins, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Nueva York / Londres: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. Londres: Hodder, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. Nueva York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. *Political Discourse Analysis*. Routledge: Nueva York, 2012.
- FREIRE, P. *El grito manso*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- FURTADO, V. *Mujeres transformando el silencio en lenguaje y acción. Las prácticas discursivas del feminismo en el Uruguay contemporáneo*. Tesis de la Maestría en Ciencias Humanas, opción Lenguaje, Cultura y Sociedad. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República. <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/37040>, 2022.
- GRAFF, A.; KOROLCZUK, E. *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. Londres / Nueva York: Routledge, 2022.
- KOVÁTS, E.; PÕIM, M. eds. *Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilization in Europe*. Brussels: Fondation for European Progressive Studies and Friedrich-Ebert-Stiftung Budapest, 2015.
- KRESS, G. Semiotic work. Applied linguistics and a social semiotic account of multimodality. *AILA Review*, v.28 n.1, 2015.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso, 1985.
- MACGILCHRIST, F. Fissures in the discourse-scape: Critique, rationality and validity in post-foundational approaches to CDS. *Discourse & Society*, v. 27, n. 3, 2016.
- MARTINIS, P.; RODRÍGUEZ BISSIO, G. Ofensiva conservadora y educación en Uruguay. *Temas em Educação*, v. 29, n. 3, 2021.
- MEYER, M. Between Theory, Method and Politics: positioning of the approaches to CDA. In WODAK, R. & MEYER, M. (orgs.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2001.
- MUDDE, CAS. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PATTERNOTE, D.; KUCHAR, R. "Gender Ideology" in Movement: Introduction. In KUCHAR, R. & PATTERNOTE, D. (orgs.) *Anti-Gender Campaigns in Europe. Mobilizing against Equality*. Londres / Nueva York: Rowman y Littlefield, 2017.
- PELINKA, ANTON. "Right-Wing Populism: Concept and Typology." In WODAK, R.; KHOSRAVI-NIK, M. & MRAL, B. (orgs.) *Right-Wing Populism in Europe*. Londres: Bloomsbury, 2013.
- TORRES, G.S.M.; PÉREZ, S. I.; MORAGAS, F. "Gender Ideology" in Conservative Discourses: Public Sphere and Sex Education in Argentina. In PÉREZ, M. & TRUJILLO-BARBADILLO, G. (orgs.) *Queer Epistemologies in Education. Luso-Hispanic Dialogues and Shared Horizons*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- PÉREZ, S.; TORRES, G. Discurso religioso: "Ideología de género" y grupos anti-género en América Latina. *Comunicación para la Igualdad*, 2020.
- PÉREZ NAVARRO, P. Retórica antigênero e orden pública: a cruzada das crianças. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, n. 2, 2020.

- SCOTT, J.W. *Sex and Secularism*. Princeton y Oxford: Princeton University Press, 2018.
- TEBALDI, C Tradwives and true warriors: Gender and nationalism in US white nationalist women's blogs. *Gender and Language*, v. 17, n. 1, 2023.
- VAN DIJK, T.A. Opiniones e ideología en la prensa. *Voces y Culturas*, v. 10, n. 2, 1996.
- VAN DIJK, T.A. Discurso, conocimiento e ideología: Reformulación de viejas cuestiones y propuestas de algunas soluciones nuevas. *Cuadernos de Información y Comunicación*, v. 10, n. 1, 2005.
- VAN LEEUWEN, T.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, v. 1, n. 1, 1999.
- VIEIRA, V.C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In DE MELO RESENDE, V. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, Pontes, 2019.
- WHITE, P.R.R. *Telling Media Tales: the news story as rhetoric*. Tesis Doctoral. University of Sydney.
[https://www.prrwhite.info/prrwhite,%201998,%20Telling%20Media%20Tales%20\(unpublished%20PhD\).pdf](https://www.prrwhite.info/prrwhite,%201998,%20Telling%20Media%20Tales%20(unpublished%20PhD).pdf) , 1998.
- WODAK, R. The discourse-historical approach. In WODAK, R & MEYER, M. (eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2001.
- WODAK, R. *The Politics of Fear. What Right-Wing Populist Discourses Mean*. Londres: Sage, 2015.
- YU, Y.; HONGSHENG, S. The anxiety over soft masculinity: a critical discourse analysis of the "prevention of feminization of male teenagers" debate in the Chinese-language news media. *Feminist Media Studies*, v. 23, n. 5, 2023.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Germán Canale

Doctor en Second Language Acquisition (Carnegie Mellon University). Profesor Agregado del Departamento de Estudios Sociales del Lenguaje (Instituto de Lingüística, FHCE, Udelar). Sus campos de investigación incluyen el análisis crítico del discurso, los enfoques etnográficos del discurso y la multimodalidad. Correos electrónicos: german.canale@fhce.edu.uy y germcanale@gmail.com

DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

Dossiê Rede Discurso e Gênero

Representaciones sociodiscursivas sobre la trata de personas: un estudio de caso en medios de comunicación argentinos hegemónicos y alternativos

*Sociodiscursive representations about the
human trafficking: a case study in hegemonic
and alternative Argentine communication
media*

*Representações sociodiscursivas sobre o
tráfico de pessoas: um estudo de caso em
meios de comunicação argentinos
hegemônicos e alternativos*



Recebido em: 10 de setembro de 2023
Aceito em: 28 de novembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.50761

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Valentina Maccarone

valentinamaccarone@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-4282-696X>

FFyL, UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires,
Argentina

Mariana C. Marchese

marianacmarch@yahoo.es

<https://orcid.org/0000-0002-5820-4650>

CIAFIC, CONICET, Ciudad Autónoma de
Buenos Aires, Argentina

FFyL, UBA, Ciudad Autónoma de Buenos
Aires, Argentina

ARTIGO

RESUMO

Este artigo trata do tráfico de pessoas, entendido como uma sequência criminosa que inclui o sequestro e o desaparecimento forçado de mulheres, que são consideradas corpos-objetos e comercializadas para exploração sexual (Staff Wilson, 2009; Torres Falcón, 2016). O objetivo específico é analisar contrastivamente como essa questão é construída por uma mídia hegemônica, "Página 12: la otra mirada", e a abordagem de uma mídia alternativa. Através da análise linguístico-discursiva, identifica-se que a mídia hegemônica, embora se apresente como divergente, está restrita pela matriz genérica (Bajtín, 2003), enquanto a mídia alternativa se afasta dessa matriz e, assim, pode alcançar maior empatia com essa realidade.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; tráfico de pessoas. discurso e gênero; representação sociodiscursiva; mídias hegemônicas e alternativas.

ABSTRACT

This article addresses trafficking in persons, understood as a criminal sequence that includes the kidnapping and forced disappearance of women, who are considered bodies-objects and marketed for sexual exploitation (Staff Wilson, 2009; Torres Falcón, 2016). The specific objective is to contrastively analyze how a hegemonic medium, which is presented as "La otra mirada", and an alternative one construct said problem. Through the linguistic-discursive analysis, it is identified that the hegemonic medium, although it is proposed as divergent, is restricted by the generic matrix (Bajtín, 2003), while the alternative medium moves from it and, thus, could achieve greater empathy. about this reality.

Keywords: Critical Discourse Analysis; human trafficking; discourse and gender; sociodiscursive representation; hegemonic and alternative media.

RESUMEN

Este artículo aborda la trata de personas, entendida como una secuencia delictiva que incluye el secuestro y la desaparición forzada de mujeres, quienes son consideradas como cuerpos-objeto y comercializadas para la explotación sexual (Staff Wilson, 2009; Torres Falcón, 2016). El objetivo específico es analizar contrastivamente cómo construyen dicha problemática un medio hegemónico, que se presenta como "La otra mirada", y uno alternativo. Mediante el análisis lingüístico-discursivo, se identifica que el medio hegemónico, aunque se proponga como divergente, se encuentra restringido por la matriz genérica (Bajtín, 2003), mientras que el medio alternativo se desplaza de ella y, así, podría lograr mayor empatía sobre esta realidad.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; trata de personas; discurso y género; representación sociodiscursiva; medios hegemónicos y alternativos.

Como citar:

MACCARONE, Valentina; MARCHESE, Mariana C. Representaciones sociodiscursivas sobre la trata de personas: un estudio de caso en medios de comunicación argentinos hegemónicos y alternativos. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 378-399, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.50761 Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUCCIÓN

Este artículo reflexiona sobre la problemática de la trata de personas, entendida como una secuencia delictiva que incluye el secuestro y la desaparición forzada de mujeres, quienes son consideradas como cuerpos-objeto y colocadas en diversos mercados para el comercio y la explotación sexual (Segato, 2018; Staff Wilson, 2009; Torres Falcón, 2016).

El objetivo específico es presentar un análisis contrastivo sobre cómo un medio hegemónico y uno alternativo construyen dicha problemática. El corpus de investigación se compone de diez noticias de medios digitales argentinos. Cinco de ellas son de Página 12, que pertenece a los medios hegemónicos y, dentro de ellos, se propone a sí mismo como La otra mirada, tal como indica su eslogan. Las otras cinco son de Enredando las mañanas, que integra la Red Nacional de Medios Alternativos.

El objetivo mencionado se inserta en un objetivo general que posee dos ejes: a) visibilizar las estrategias lingüístico-discursivas que construyen representaciones sociodiscursivas en torno a la problemática de la trata de personas con fines de explotación sexual en Argentina y b) indagar sobre su impacto en las prácticas sociales.

El paradigma adoptado es el interpretativista y el marco teórico es el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Consecuentemente, la metodología es predominantemente cualitativa, con triangulación de datos (Pardo, 2011), y el método aplicado para el estudio del corpus es el Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD (MALC) (Marchese, 2012, 2019). A través de él, se exponen datos lingüístico-discursivos respecto de cómo los movimientos o desplazamientos dentro de la matriz genérica (Bajtín, 2003) en las noticias del medio alternativo construyen representaciones que colaboran en dar un espacio discursivo a la voz de las personas afectadas por este tipo de problemáticas y a su comunidad. En paralelo, se evidencia que el medio hegemónico, aunque se proponga como La otra mirada, se encuentra restringido por dicha matriz.

Finalmente, a partir del análisis lingüístico-discursivo, se reflexiona a propósito de la relación de esos desplazamientos con el denominado giro afectivo (Lara y Giazú Enciso Domínguez, 2013), su impacto en las ciencias sociales y en el vínculo entre ellas y la sociedad. El análisis aquí presentado y las reflexiones en torno a él se enmarcan en el proyecto de adscripción de la Lic. Maccarone bajo la dirección de la Dra. Marchese (materia Análisis de los lenguajes de los medios masivos de comunicación Cátedra B a cargo de la Dra. Pardo, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires).

1. BREVE ESTADO DEL ÁREA SOBRE LA TRATA DE PERSONAS

Según diversas disciplinas (Molina, 2010; Quintana y Bernal, 2011; Segato, 2018; Staff Wilson, 2007; Torres Falcón, 2016), el concepto trata de personas se delineó a lo largo del tiempo. Específicamente, en Latinoamérica, se originó en 1492 a partir de los enfrentamientos entre

colonizadores y pueblos originarios, dada la práctica de tomar el botín de mujeres del ejército vencido. Así, se generó el comercio sexual con la creación de establecimientos específicos para dichos intercambios. Hacia finales del siglo XIX, se acuñó el concepto trata de blancas, luego reemplazado por trata de personas para incluir diferentes géneros, edades y culturas (Quintana y Bernal, 2011). Hoy, se entiende como una secuencia delictiva, ya que incluye delitos como el secuestro y la desaparición forzada, y se define como el reclutamiento, el traslado y la privación de la libertad con fines de explotación sexual (Staff Wilson, 2009).

Actualmente, la trata de personas es una de las formas de esclavitud que continúa vigente: es una violación directa a los derechos humanos y es considerada un delito de lesa humanidad según el artículo 7 inciso G del Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional (CPI). Cabe destacar que Argentina adhirió a este mediante la Ley 25.390 (sancionada en 2000 y promulgada en 2001).

En particular, el grupo más afectado por la trata son las mujeres, quienes son consideradas como cuerpos-objeto y colocadas en distintos mercados para el comercio sexual (Segato, 2018; Staff Wilson, 2007; Torres Falcón, 2016). Asimismo, este delito se caracteriza por ser un fenómeno territorial (Moreno, 2018, 2019). Por ello, existen cartografías para mapearlo y dar cuenta de las redes que lo conforman. En Argentina, estas cartografías evidencian que todo el territorio nacional está implicado en la problemática.

Entre las investigaciones más relevantes sobre la trata desde el Análisis del Discurso (AD) en Argentina, se encuentran los trabajos de Cuadra (2013, 2014, 2017), en los cuales se analiza el discurso jurídico sobre las víctimas y su situación de vulnerabilidad, definida por la Ley 26.364. El corpus consta de una selección de fallos judiciales, que llegaron a la instancia de juicio oral, y de entrevistas a operadores de la Justicia (fiscales, jueces, secretarías y escribientes) de diferentes regiones del país, que cuentan con experiencia en la temática. La metodología que implementa es cualitativa a partir del uso de herramientas que aportan los Estudios de Género para captar las creencias, valores y significados que subyacen a los discursos de los actores implicados. La principal conclusión de la investigadora es que las representaciones en el discurso judicial en torno a las víctimas de trata son hegemónicas y se estructuran sobre una lógica atributiva, binaria y jerárquica.

Desde el AD a escala latinoamericana, se encuentran investigaciones como la de Escárcega Chavarría (2015), quien estudia las representaciones de la víctima y el victimario en el discurso legislativo mexicano en materia de trata de personas. También, en el marco del ACD, se destaca la investigación de Gómez-San Luis y Almanza-Avedaño (2013), quienes analizan entrevistas etnográficas a comerciantes jóvenes y adultas mexicanas.

Si bien el volumen de investigaciones que abordan la problemática está en expansión en la actualidad y se seguirá profundizando en ellos en futuros trabajos, hasta el momento se aprecia que, mayormente, se relacionan con análisis de discursos jurídicos. En este sentido, este artículo

propone examinar la problemática a partir de otro corpus (los medios de comunicación), cuyas prácticas también impactan en la formación y en la circulación de representaciones sociodiscursivas.

2. CORPUS

En función del objetivo de este trabajo: presentar un análisis contrastivo sobre cómo un medio hegemónico y uno alternativo construyen la problemática de la trata de personas, en particular de mujeres, en Argentina, el corpus está constituido por diez noticias digitales. Cinco fueron producidas por un medio de comunicación hegemónico y cinco por uno alternativo, ambos argentinos. Para la recolección de ambas muestras del corpus, se utilizaron los siguientes criterios: a) búsqueda del sintagma “trata de personas” en el portal de cada medio, b) eliminación de resultados cuya temática central no era la trata con fines de explotación sexual y específicamente de mujeres (por ejemplo, hechos vinculados a otros delitos como el tráfico de personas y la pedofilia), y c) selección de noticias (por orden de aparición) correspondientes a diferentes zonas del territorio argentino en el período 2015-2020.¹

Por una parte, *Página 12* fue seleccionado por ser uno de los medios hegemónicos de mayor alcance a nivel nacional y por proponerse a sí mismo, dentro de ellos, como *La otra mirada*, tal como indica su eslogan, es decir, como una perspectiva divergente. Por otra parte, la *Red Nacional de Medios Alternativos*, específicamente *Enredando las mañanas*, fue elegido por ser uno de los medios alternativos con mayor trayectoria en el país desde su creación en 2004, ser organizador del *Encuentro Nacional de Medios Alternativos* y estar compuesto por equipos de distintas provincias.

El interés en este corpus se centra en el hecho de que los medios de comunicación actúan como “organizaciones complejas de naturaleza diferenciada según sus objetivos y modos de concebirse, y que a su vez [...] trabajan con la dimensión política y simbólica de la producción social de contenidos y discursos” (Marino y Espada, 2019, p. 54). Desde este punto de vista, en línea con van Dijk (1993), se entiende que los medios construyen representaciones que orientan la cognición social.

Respecto de la clasificación de los medios abordados en este trabajo, se comprenden como hegemónicos a aquellos que “[...] repiten y modulan las versiones oficiales y las construcciones monopólicas de la verdad” (Piglia, 2000, s/n) y están en línea con un ordenamiento mundial que define los temas y los modos de decir (Atorresi, 1997; Piglia, 2000). En cambio, los medios alternativos se caracterizan por elaborar una agenda formada por “[...] noticias que privilegian el interés público por encima de intereses particulares, con la intención de poner en evidencia temas y protagonistas que los medios grandes porteños no quieren ver ni mostrar” (Lamas, 2020, p. 7).

¹ Este periodo se debe a que la investigación comenzó en el año 2020.

Además, cuentan con una estética y un modo de decir diferenciados y se autodefinen como proyectos políticos y comunicacionales transformadores, cuya meta es “[...] disputar la construcción de sentido, visibilizar injusticias, hacer públicos los reclamos de la comunidad y ejercer el derecho humano a la comunicación” (Lamas, 2020, p. 18).

A fin de esquematizar el diseño de la muestra teórica, se elaboró el siguiente cuadro:

Figura 1 - Diseño de la muestra teórica

Representación sociodiscursiva de la trata de personas con fines de explotación sexual	
Periodo (2015-2020) - Localización (Argentina)	
Medio hegemónico	Medio alternativo
<i>Página 12: la otra mirada</i>	<i>Enredando las mañanas (Red Nacional de Medios Alternativos)</i>
Género discursivo periodístico: noticias digitales	
5	5

3. ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

El paradigma de investigación en el que se cimienta este trabajo es interpretativista (Guba Y Lincoln, 1998). El marco teórico es el Análisis Crítico del Discurso (ACD) (Barros, 2015; Fairclough y Wodak, 2000; García da Silva, 2007; Marchese, 2012; Montecino, 2010; Pardo Abril, 2007; Pardo, 2011, 2015; Ramalho y Resende, 2011; Resende y Ramalho, 2006; Santos, 2022; Soich, 2017; van Dijk, 1993). Consecuentemente, la metodología utilizada es, predominantemente, inductiva y cualitativa (Pardo, 2015).

El análisis lingüístico-discursivo emplea el *Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD* (MALC) (Marchese, 2012, 2019), el cual articula: 1) el *Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos* (MSDALT) (Pardo, 1995, 2011), 2) la jerarquización de la información en el plano macrodiscursivo (Firbas, 1964; Marchese, 2012; Pardo, 1996, 2011) y en el plano microdiscursivo (Lavandera, 1986; Marchese, 2012; Pardo, 1996, 2011) y 3) los procesos y roles participantes (Halliday y Matthiessen, 2004).

Las citas dan cuenta de que el MALC se inspira en las investigaciones sobre el uso del lenguaje de la Dra. María Laura Pardo. Así, este método se apoya en esos trabajos y agrega, con un software (*Excel*) adaptado al análisis lingüístico-discursivo, rastreos de frecuencia de aparición de elementos lingüístico-discursivos, cruzamientos de datos mediante subindizaciones, operaciones de filtrado de datos, etc. De esta manera, el MALC amplía el MSDALT y extiende su potencia analítica.

Del mismo modo que el MSDALT, la naturaleza del MALC es semántico-discursiva. Tres fases (con operaciones analíticas) articulan (1), (2) y (3). La PRIMERA FASE (el MSDALT) genera un mapeo categorial, la SEGUNDA FASE (la jerarquización de la información) manifiesta a qué elementos lingüístico-discursivos se les otorga mayor o menor prominencia y la TERCERA FASE (los procesos y roles participantes) materializa el modo en que la asignación de determinados procesos y roles construye a los sujetos sociales que aparecen en el discurso. El *software* ejecuta la convergencia de esas fases. Este trabajo expone los resultados de la primera y la segunda fase, que se explicarán, sucintamente, a continuación.

En la **Fase 1**, la operación analítica se denomina categorización discursiva (MARCHESE, 2012). Esta operación da cuenta de las *categorías gramaticalizadas (G)* y *categorías semántico-discursivas (S-D)* (Pardo, 1995, 2011). La importancia de este relevamiento radica en que posibilita adentrarse en cómo los sujetos sociales (individuales o colectivos) categorizan la realidad. En este sentido, *categorizar* es el proceso por el cual uno individue asigna a otro, a un objeto o a una situación una serie de propiedades que construyen, lingüístico-discursivamente, a ese otro, ese objeto o esa situación.

Las *categorías semántico-discursivas* surgen, específicamente, en cada discurso. A diferencia de estas, las *categorías gramaticalizadas* son obligatorias en el uso de la lengua: *OPERADOR PRAGMÁTICO (OP)* (posee distintas funciones, como conectar emisiones o señalar a los oyentes o lectores cómo interpretar una emisión²); *HABLANTE-PROTAGONISTA (H-P)* (persona/s pronominal/es o referente/s nominal/es, no necesariamente coincidente/s con el sujeto sintáctico, que asume/n el argumento central a partir del cual se proyectan otros argumentos realizados lingüístico-discursivamente a través de la/s categoría/s *Actor/es*; la categoría *H-P* es aquella que vertebra, argumentativamente, el discurso³), *ACTOR/ES* (persona/s pronominal/es o referente/s nominal/es que toma/n argumentos generalmente opuestos al que se desarrolla desde la categoría *H-P*); *NEXOS DE VALOR (Nv1, 2, 3...)* (pueden corresponder, por ejemplo, a verbos, nominalizaciones deverbales o verboides y manifiestan las acciones y los estados ligados a la categoría *H-P* y a la/s categoría/s *Actor/es*); *TIEMPO* y *ESPACIO* (categorías que tienden a aparecer con recurrencia en los discursos occidentales socialmente circulantes); y, finalmente, *NEGACIÓN* (puede corresponder, por ejemplo, a adverbios de negación, como no y es definida como categoría flotante, porque no reviste el mismo grado de obligatoriedad que las demás).

Sobre la Fase 1, la **Fase 2** agrega la Teoría de Focalización de la Información (TFI) (MARCHESE, 2012). Esta posee dos fuentes: las nociones de *distribución de la información* y de

² *Emisión* se distingue de *oración*, *proposición*, *enunciado* y *cláusula*. Apoyándose en la noción de *dinamismo comunicativo* (Firbas, 1964), Pardo (1996) la define como una unidad de análisis menor al discurso y constitutiva de este. Las emisiones se delimitan a partir de pausas y entonación (en la oralidad), presencia de diversas marcas de puntuación (en la escritura) y realización completa de un tema y un rema (en ambos casos); poseen longitud variable y no se ciñen a las reglas de la normativa gramatical.

³ Apoyándose en el estudio de las argumentaciones en el lenguaje en uso (Toulmin, 1958), Pardo (2011) no define *argumento* según el modelo del silogismo, sino como estructuras de datos que sostienen posiciones discursivas.

dinamismo comunicativo (Firbas, 1964, 1992) y el *principio de jerarquización de la información* (Pardo, 2011). Estos conceptos se pueden resumir en el hecho de que todo en el discurso se encuentra jerarquizado y en que existen dos modos de jerarquizar. Uno de ellos, en términos de tema-remata-foco. El otro, en términos de cómo se tonaliza la información según la selección de recursos mitigadores y reforzadores. Estos análisis resultan significativos para comprender cómo se enfatizan ciertos elementos en detrimento de otros, es decir, evidencian cuáles son los componentes más y menos relevantes de una problemática o de un fenómeno para quien emite el discurso.

La aplicación de la TFI constituye, entonces, la Fase 2 del MALC y sus operaciones analíticas son: a) *señalización de categorías focalizadas y triangulación de datos* y b) *marcación de mitigadores y reforzadores*. En (a), las categorías focalizadas (gramaticalizadas o semántico-discursivas) son aquellas categorías en las cuales el emisor finaliza sus emisiones. Estas categorías se señalan (de aquí, la denominación de la operación) con una combinación de letras inexistente en español: WF, que actúa a modo de bandera. Esta bandera es la base para la siguiente operación de triangulación de datos: búsqueda de banderas mediante la instrucción al *software* (*buscar WF*). El resultado de esta última operación es una estadística descriptiva sobre cuáles son las categorías focalizadas predominantes frente a aquellas que son secundarias.⁴ En (b), la operación de marcación consiste en marcar con cursivas y negritas (provistas por el *software*), respectivamente, mitigadores y reforzadores.

Para sintetizar, la integración de la TFI al estudio de los discursos revela cuáles son las categorías, obtenidas previamente en la Fase 1, que el emisor focaliza (jerarquización de la información: plano macrodiscursivo) y cuáles son los recursos lingüístico-discursivos empleados para mitigar cierta información y para reforzar otra (tonalización de la información: plano microdiscursivo).

Con el propósito solo de ilustrar, puesto que en el apartado análisis se entrará en detalles, la Figura 1 presenta un fragmento del corpus de esta investigación para exponer cómo se plasman las fases descritas en los párrafos anteriores. G corresponde a las categorías gramaticalizadas, S-D a las categorías semántico-discursivas, los mitigadores y reforzadores se encuentran marcados con cursiva y negrita (en dicho orden) y, finalmente, en la última fila se puede observar cómo se materializa la estadística sobre las categorías focalizadas.

Por último, se resalta que el MALC provee *de zonas de anclaje lingüístico-discursivo (zonas L-D)* (Marchese, 2022). Esto es datos lingüístico-discursivos que actúan como base sobre la cual apoyar, anclar, las interpretaciones y las reflexiones críticas posteriores en torno a la construcción de representaciones sociodiscursivas, que se definen como un constructo teórico cuya naturaleza

⁴ La triangulación de datos no es un instrumento de validación en sí, sino un acercamiento para lograr una comprensión más acabada de los corpus en estudio. Asimismo, los datos que aporta son interpretados desde un punto de vista cualitativo.

es inherentemente social y cuya materialidad, predominantemente lingüística, surge de la correlación entre categorías discursivas que se realizan mediante recursos y estrategias lingüísticos (Marchese, 2012; Pardo, 2011). La riqueza del estudio de las representaciones así definidas radica en que aporta datos cualitativos concretos del modo en que los sujetos sociales (individuales o colectivos) se posicionan frente a los fenómenos.

Figura 2 - Fases primera y segunda del MALC

FASES Y OPERACIONES DEL MALC (profundización del MSDALT)									
CATEGORÍAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS									
G	G	G	G	G	G	G	G	G	S-D
OP	H-P (MINISTERIO PÚBLICO)	Nv1HP	NEG.	ACTOR (FUNCIONARIOS ACUSADOS)	Nv2	ACTOR (MUJERES SOMETIDAS)	TIEMPO	ESPACIO	PROSTÍBULO / ILÍCITO
		e18[En ese procesamiento,							
	el juez federal							de Santa Rosa,	
	Luis Salas,	había afirmado que	"sin		la participación				
				de Cabak e Iglesias					
			no		se hubiera podido llevar a cabo				el ilícito,
en tanto que				desde la posición de poder que sus cargos le	conferían, realizaron				un aporte necesario para la consumación delictiva y mantenimiento del ilícito
							en el tiempo,		en perjuicio
						de las mujeres sometidas			a explotación sexual". WF
<p>Fase 2: operación de triangulación de datos (obtención de categorías focalizadas predominantes con la instrucción "buscar WF").</p> <p>CATEGORÍAS FOCALIZADAS sobre un TOTAL de 23 EMISIONES (la diferencia para alcanzar el total se debe a que la categoría Nv3 de Actor-mujeres sometidas no se encuentra en el ejemplo y posee 2 categorías focalizadas).</p>									
3	3	0	0	1	0	1	1	1	11

4. ANÁLISIS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO

A continuación, presentamos el análisis contrastivo. Para ello, primero se introduce la estrategia y, luego, se explican y se ejemplifican los recursos utilizados, en el medio hegemónico (MH de aquí en adelante) y en el medio alternativo (MA de aquí en adelante), para construir representaciones sociodiscursivas sobre la trata de personas.

4.1 Estrategia 1: Posicionamiento de la figura de los entrevistadores respecto de los hechos comunicados

En todas noticias (5/5) del MA, las categorías *HABLANTE-PROTAGONISTA (H-P)* están integradas por la figura de los entrevistadores y de la/s persona/s entrevistada/s. En tal sentido, dicha categoría es construida con referentes nominales que dan cuenta del medio de comunicación conjuntamente con las víctimas y/o con las personas o agrupaciones vinculadas a ellas de forma afectiva.

El Ejemplo 1 da cuenta de que la categoría H-P está formada por Natalia Bilbao Carmona, abogada de la víctima, y por el programa que la entrevista, *Enredando las mañanas*. Como se observa en el *NEXO DE VALOR 1 (Nv1H-P)*, correspondiente a la categoría H-P, ambas figuras realizan las acciones de *difundir* y *visibilizar* el caso.

Ejemplo 1 - Posicionamiento de la figura de los entrevistadores respecto de los hechos comunicados en el MA

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 2 (MA)					
<i>H-P</i> (<i>ABOGADA BILBAO CARMONA y ENREDANDO LAS MAÑANAS</i>)	<i>Nv1H-P</i>	<i>ACTOR</i> (<i>NORA: víctima</i>)	<i>Nv2</i>	<i>ACTOR</i> (<i>ACUSADO y ESTADO</i>)	<i>Nv4</i>
	e6[Para conocer	el estado de la causa,			
en el Enredando las Mañanas de este jueves	entrevistamos				
a la abogada Natalia Bilbao Carmona.]		e7["Nora	es seleccionada	por una persona que	trabajaba
				con otras, puntualmente con otra que se	llama
				Eduardo Garzuzi y que	
	estamos empezando a difundir			su nombre,	
	porque es necesario que se empiece a visibilizar",				
	señaló				
la abogada: (...)]					

Como mencionamos, en las otras noticias del MA, la construcción de la categoría *H-P* sigue la misma línea. Así, en ellas, la construcción de dicha categoría reúne al medio *Enredando las mañanas* con distintas personas o agrupaciones ligadas a las víctimas: *Madres Víctimas de Trata* (noticia 1), *Red contra la trata* (noticia 3), *la sobreviviente de la trata Alike Kinan* (noticia 4) y *Fundación María de los Ángeles* (noticia 5).

En cambio, en todas las noticias (5/5) del MH no aparece ni referida ni desarrollada la figura de los entrevistadores. Por lo tanto, no aparecen en ninguna categoría del MALC, como se manifiesta en el Ejemplo 2. Allí, la figura de los entrevistadores no surge en ninguna categoría discursiva, es decir, no hay ítems léxicos que indiquen su participación en la difusión de la problemática al producir la noticia y es el Estado y sus instituciones quienes construyen la categoría *H-P*, como se desarrollará más profundamente en la siguiente estrategia.

Ejemplo 2 - Posicionamiento de la figura de los entrevistadores respecto de los hechos comunicados en el MH

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 9 (MH)						
OP	NEGACIÓN	H-P (ESTADO)	Nv1H-P	ACTOR (CHICAS VÍCTIMAS)	Nv3	INVESTIGACIÓN
		e45[El fiscal				
también			puso de resalto			el daño causado
				a las víctimas,		
			dijo que			
incluso				las damnificadas	podrían ser más que	
				las rescatadas		en los operativos,
e incluso	no		descartó que	entre ellas	podiera haber	
				menores.]		
			e46[Sostuvo que			esta hipótesis impulsó
		a la Fiscalía	a promover con el fin de poner-			las detenciones y allanamientos -le freno a estos delitos.]

4.2 Estrategia 2: Construcción de la figura del Estado

El MA presenta una tendencia (3/5) a que *Estado* y *Redes de Trata* construyan, juntos, la categoría *ACTOR* y a que esta se oponga a la posición discursiva de la categoría *H-P*, la cual, como mencionamos, está construida por el medio conjuntamente con las víctimas y/o con las personas o agrupaciones vinculadas a ellas. El Ejemplo 3 pone en evidencia lo descripto, puesto que, en él, la categoría *H-P* está conformada por la agrupación *Madres Víctimas de Trata* y *Enredando las mañanas*, que se opone, discursivamente, a la categoría *ACTOR Redes de trata y Estado*. Esta oposición se visibiliza en la inclusión del discurso referido. Específicamente, en la aparición de la categoría *NEGACIÓN: no* (en *no parimos putas para el estado*), puesto que esta actúa como un elemento de separación, división u oposición entre las categorías *H-P* y *ACTOR*. Asimismo, esta negación coloca en el mismo plano discursivo a *Redes de trata* y a *Estado* mediante el uso de la preposición *para* (en *putas para el estado*).

Ejemplo 3 - Construcción de la figura del Estado en el MA

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 1 (MA)				
H-P (MADRES VÍCTIMAS DE TRATA y ENREDANDO LAS MAÑANAS)	NEGACIÓN	Nv1H-P	ACTOR	
			REDES DE TRATA	ESTADO
		e28[(...) somos		
más mamás que		somos		
víctimas			de esta tragedia (...)	
		y como siempre decimos,		
	"no	parimos	putas	para el estado".]

En contraste y en la misma línea del Ejemplo 2, en la mayor parte de las noticias del MH (4/5), el *Estado* tiende a ser la categoría *H-P*, es decir, esta categoría es construida por funcionarios e instituciones estatales. En el caso de la noticia 10 (Ejemplo 4), la categoría *H-P* está conformada por *la policía, la gendarmería y el aparato judicial*. Estas instituciones son referidas en distintas partes del discurso a través de ítems léxicos como *agentes de la Policía Federal, los investigadores, la Justicia*, etc. En la misma línea, la categoría *H-P* de la noticia 6 (Ejemplo 4) está constituida por *la fiscalía, el aparato judicial y la ley*, a los cuales se los nombra como *la Cámara Federal de Casación Penal, la Gendarmería Nacional, los magistrados*, entre otras formas.

Ejemplo 4 - Construcción de la figura del Estado en el MH

DISCURSOS EN ANÁLISIS	
NOTICIA 10 (MH)	NOTICIA 6 (MH)
H-P (ESTADO: policía, gendarmería, aparato judicial)	H-P (ESTADO: fiscalía, aparato judicial, ley)
e6[(...) de la Unidad de Investigación de la Policía Federal (...).]	e4[La fiscalía (...).]
e8[(...) a los investigadores, (...).]	e6[(...) una fiscal (...).]
e9[(...) el jefe (...).]	e6[(...) la ley que (...).]
e17[(...) a fuentes de la investigación, (...).]	e7[La Fiscalía Federal General santiagueña, (...).]
e17[(...) de agentes de la Policía Federal, (...).]	e7[(...) de Indiana Garzón, (...).]
e17[(...) asistentes sociales y psicólogas del Ministerio de Justicia de la Nación, (...).]	e7[(...) por el Tribunal Oral Federal (...).]
e18[(...) a los investigadores, (...).]	e8[La fiscal Garzón (...).]
e21[(...) con la Justicia respecto a (...).]	e9[(...) en la requisitoria, (...).]
e21[(...) por la Policía Federal Argentina (PFA)	e10[La Justicia (...).]
e21[(...) del juzgado federal N° 6 (...).]	e11[(...) la Cámara Federal de Casación Penal (...).]
e21[(...) del Dr. Rodolfo Canicoba Corral".]	e11[(...) la ley (...).]
e25[(...) de las fuerzas policiales (...).]	e12[En sus requisitorias, (...).]
e28[(...) un operativo de la Policía (...).]	e12[(...) la fiscal Garzón (...).]
e30[(...) por la policía local (...).]	e12[(...) esa disposición de Casación.]
e30[(...) del fiscal general (...).]	e13[(...) Gendarmería Nacional (...).]
e31[(...) gendarmería (...).]	e14[(...) ante el Tribunal Oral Federal (...).]

4.3 Estrategia 3: Densidad de elementos lingüístico-discursivos en relación con la problemática y las víctimas

En todas las noticias del MH (5/5), las categorías *SEMÁNTICO-DISCURSIVAS* se refieren a los prostíbulos o a las investigaciones en relación con el delito. Además, se observa mayor densidad de elementos lingüístico-discursivos en dichas categorías respecto de la categoría *ACTOR Mujeres*

víctimas de trata. Asimismo, las categorías *SEMÁNTICO-DISCURSIVAS* son las categorías focalizadas predominantes en la totalidad del corpus del MH (5/5).

El Ejemplo 5 da cuenta de esa situación discursiva, puesto que la categoría *ACTOR Mujeres víctimas de trata* posee una única categoría focalizada (señalada con la bandera WF), mientras que la categoría *SEMÁNTICO-DISCURSIVA Prostíbulo* cuenta con veinticuatro categorías focalizadas. Adicionalmente, el ejemplo seleccionado pone de manifiesto que la categoría *SEMÁNTICO-DISCURSIVA Prostíbulo* presenta un desarrollo de elementos lingüístico-discursivos más denso, en comparación con la cantidad y la carga semántica de los ítems léxicos que se vinculan a la categoría *ACTOR Mujeres víctimas de trata*. Así, mientras que esta última categoría es construida de forma bastante genérica a través de sustantivos comunes (como *mujeres víctimas*, *mujeres en situación de vulnerabilidad*, *la joven*, *chicas*), la categoría *SEMÁNTICO-DISCURSIVA Prostíbulo* es más adjetivada (*juicio histórico*, *primer juicio*, *sistema prostibulario*, *diversos locales nocturnos*, etc.) y referida de modo más preciso con el uso, por ejemplo, de sustantivos propios (*prostíbulo Sheik*, *uno de los más conocidos*).

Ejemplo 5 - Densidad de elementos lingüístico-discursivos y categorías focalizadas en el MH

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 7 (MH)	
<i>ACTOR (MUJERES VICTIMAS DE TRATA)</i>	<i>PROSTIBULO</i>
e1[(...) a mujeres (...).]	e2[La trata tiene su juicio histórico] WF
e3[(...) por las mujeres víctimas (...).]	e3[(...) de trata.] WF
e12[(...) al menos a ocho mujeres en situación de vulnerabilidad, (...).]	e4[(...) inicia el primer juicio en que (...).]
e16[(...) contra las mujeres", (...).]	e7[(...) de la trata.] WF
e26[(...) de las mujeres (...).]	e8[(...) en el sistema prostibulario (...).]
e28[(...) de las mujeres explotadas, (...).]	e8[(...) por diversos locales nocturnos.] WF
e29[(...) de una víctima (...).]	e8[(...) contra la explotación sexual.] WF
e30[La joven (...).]	e10[(...) un reclamo civil]
e58[(...) chicas.] WF	e11[El histórico juicio por trata (...).]
	e12[(...) con fines de explotación sexual]
	e12[(...) al prostíbulo Sheik, uno de los más conocidos (...).]
	e13[(...) del local.] WF
	e14[(...) del inicio del juicio oral y público (...).]
	e14[(...) amenazas, presiones, extorsiones, comunicaciones, llamados, videos.] WF
	e15[Mecanismos todos ellos (...).]
CATEGORÍAS FOCALIZADAS	
1	24

En contraste, en las noticias del MA se da mayor prominencia discursiva a la experiencia de las víctimas. Esto se aprecia en el desarrollo de las categorías *NEXO DE VALOR* correspondientes a las *Víctimas de trata*. Así, en el Ejemplo 6, la categoría *NEXO DE VALOR 2 (Nv2)* de la categoría *ACTOR Chicas víctimas* cuenta con una carga agentiva, ya que los procesos asociados desarrollan la serie de acciones que las chicas víctimas realizan en relación con la trata (*asisten*, *llegan de forma voluntaria*, *manifiestan voluntad* y *debe(n) hacer un proceso previo*). Esta construcción de los *NEXOS DE VALOR* respectivos a las víctimas no pudo ser identificada en el MH.

Ejemplo 6 - Densidad de elementos lingüístico-discursivos en el MA

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 3 (MA)					
OP	H-P (FUNDACIÓN MARÍA DE LOS ÁNGELES y ENREDANDO LAS MAÑANAS)	Nv1H-P	ACTOR (CHICAS VÍCTIMAS)	Nv2	TRATA
e6[(...) por lo tanto			las chicas que	asisten	
	a esta institución			llegan de forma voluntaria”.]	
			e7[Cuando la persona	llega	
	a la fundación			es atendida	
	por un equipo técnico interdisciplinario que	está compuesto, en su mayoría,			
	por una abogada, una psicóloga y una trabajadora social.]				
	e8[Laura	sostiene que			
	“la fundación	tiene			
	una postura abolicionista				en relación a la prostitución
por lo tanto			las chicas que	llegan	
				manifiestan la voluntad o el deseo de querer salir	de la situación de prostitución”.]
	al lugar				
e9[Respecto al	abordaje profesional	cuenta que			
		se centran en la denuncia penal,			
ya que				para poder denunciar	
			la persona	debe hacer un proceso previo.]	

4.4 Estrategia 4: Configuración discursiva de las víctimas

En el MA, se recupera el nombre propio de las víctimas a partir del uso de hiperónimos e hipónimos. De esta manera, en el Ejemplo 7, advertimos que la categoría *ACTOR Chicas desaparecidas* se configura mediante la siguiente secuencia de recursos. Primero, se las alude con un hiperónimo (*los nombres*). Segundo, se las nombra específicamente con una serie de hipónimos que concretan las identidades de las chicas en cuestión (*Diana Colman, Yamila Cuello, Marita Verón*). Tercero, se vuelve a emplear el hiperónimo (*los nombres*). Cuarto, se agregan nuevos hipónimos de otras víctimas (*Erika, Jennifer, Layla, Ester, Marta*). Finalmente, se utiliza, de nuevo, el hiperónimo, pero con una función comunicativa diferente. En *todos los nombres de niñas, de jóvenes*, el propósito es incluir a todas las mujeres (las mencionadas y las no mencionadas) quienes

en cuanto víctimas de trata fueron *arrancadas de nuestros barrios, de nuestras familias, de nuestras casas, de nuestras aulas.*

Ejemplo 7 - Configuración discursiva de las víctimas en el MA

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 4 (MA)						
H-P (RED DE DOCENTES, FAMILIARES y ORGANIZACIONES DEL BAJO FLORES y ENREDANDO LAS MAÑANAS)	Nv1H-P	ACTOR (CHICAS DESAPARECIDAS)	Nv3	TIEMPO	ESPACIO	PROSTIBULO
	e4[Cuando empezamos a hablar					de las redes de trata para la explotación sexual,
	comienzan a resonar-					
-nos		los nombres:]				
		e5[Diana Colman			en Guernica,	
		Yamila Cuello			en Córdoba,	
		Marita Verón			en Tucumán...]	
					e6[En el Bajo Flores de la ciudad de Buenos Aires,	
		los nombres que		hoy		
	pegamos en los postes y en los murales escolares,		son			
		los de Erika, Jennifer, Layla, Ester, Marta... todos nombres de niñas, de jóvenes, todas	arrancadas			
de nuestros barrios, de nuestras familias, de nuestras casas, de nuestras aulas.]						

Además, el MA proporciona los audios de las entrevistas grabadas incrustados en las noticias. De este modo, se recuperan las voces de las personas o agrupaciones vinculadas con las víctimas de forma afectiva. Esto permite que los lectores accedan al material “crudo” a partir del cual se elaboraron las noticias, como se ve en una captura de pantalla del portal de noticias en el Ejemplo 8.

Ejemplo 8 - Configuración discursiva de las víctimas en el MA



Paralelamente, el análisis revela que el MH presenta un borramiento de los nombres propios de las víctimas y la aparición de estos ligados a instituciones estatales y a sus operadores. En tal sentido, en el Ejemplo 9, figura *la fiscal federal subrogante Adriana Zapico* como parte de la categoría *H-P Ministerio público*, en contraposición a la categoría *ACTOR Mujeres*, referida solo de esta misma forma: *mujeres* (en la misma dirección que lo descripto para la *Estrategia 3*). El Ejemplo 10 cuenta con una construcción similar, en la cual la categoría *H-P Estado* está integrada por *La Fiscalía Federal General santiagueña a cargo de Indiana Garzón*, en contraposición a la categoría *ACTOR Mujeres*, señalada como *un grupo de mujeres*.

Ejemplo 9 - Configuración discursiva de las víctimas en el MH

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 8 (MH)						
H-P (MINISTERIO PÚBLICO)	Nv1H-P	ACTOR (FUNCIONARIOS ACUSADOS)	Nv2	ACTOR (MUJERES)	Nv3	PROSTIBULO
e6[(...) la fiscal federal subrogante Adriana Zapico	consideró acreditado	que el intendente Jorge Luis Cabak	sabía "cabalmente"			que en la whiskería Chicho Show había
				mujeres	en situación de vulnerabilidad explotadas sexualmente, (...]	

Ejemplo 10 - Configuración discursiva de las víctimas en el MH

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 6 (MH)					
H-P (ESTADO)	Nv1H-P	ACTOR (MUJERES)	Nv2	ESPACIO	PROSTÍBULO
e7[La Fiscalía Federal General santiagueña	a cargo				
de Indiana Garzón,	Presentó				la solicitud que
	debe ser resuelta				

DISCURSO EN ANÁLISIS: NOTICIA 6 (MH)					
H-P (ESTADO)	Nv1H-P	ACTOR (MUJERES)	Nv2	ESPACIO	PROSTÍBULO
por el Tribunal Oral Federal que	Instruyó				la causa por explotación sexual
		de un grupo de mujeres	captadas	en Misiones.]	

CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo partió del objetivo específico de exponer un análisis contrastivo sobre cómo un medio hegemónico y uno alternativo, ambos argentinos, construyen en sus noticias representaciones sociodiscursivas en torno a la trata de personas con fines de explotación sexual. A continuación, se resumen los puntos más destacados que surgieron del análisis lingüístico-discursivo respecto de la construcción de dicha representación.

- *ESTRATEGIA 1 (Posicionamiento de la figura de los entrevistadores respecto de los hechos comunicados)*: en las noticias del MH, se produce un borramiento de la figura de los entrevistadores como partícipes de los hechos comunicados, dado que no aparecen en ninguna categoría discursiva. En cambio, el MA integra dicha figura dentro del desarrollo de la problemática. Esto se observa en el hecho de que las categorías *H-P* reúnen referentes nominales que dan cuenta de los entrevistadores, de las víctimas y de las personas o agrupaciones vinculadas con ellas de forma afectiva.
- *ESTRATEGIA 2 (Construcción de la figura del Estado)*: en los discursos del MH, las categorías *H-P* son construidas por funcionarios e instituciones estatales y, así, estos discursos se centralizan en la figura del *Estado* en relación con la investigación de hechos sobre la trata. Por el contrario, en las noticias del MA, el *Estado* se construye como parte responsable de la problemática. El dato lingüístico-discursivo radica en que *Estado* y *Redes de Trata* tienden a construirse, juntos, como una única categoría *ACTOR* (que se opone a la posición discursiva de la categoría *H-P* configurada por el medio y por las víctimas y su comunidad).
- *ESTRATEGIA 3 (Densidad de elementos lingüístico-discursivos en relación con la problemática y las víctimas)* y *ESTRATEGIA 4 (Configuración discursiva de las víctimas)*: el MH lleva a cabo un borramiento de la figura de las víctimas en las noticias, que se aprecia a partir de tres datos lingüístico-discursivos: 1) las categorías *SEMÁNTICO-DISCURSIVAS* refieren a los prostíbulos o a las investigaciones vinculadas con el delito y poseen mayor carga semántica que la categoría *ACTOR Mujeres víctimas de trata*; 2) tales categorías *SEMÁNTICO-DISCURSIVAS* son las categorías focalizadas predominantes; por último, 3) se produce la desaparición de nombres propios de las víctimas y la aparición de estos ligados a personal de las instituciones estatales que interfieren en la trata. En cambio, el MA

propone la aparición de las víctimas discursivamente. Esto se identifica en las categorías *NEXO DE VALOR* correspondientes a las categorías *ACTOR Mujeres víctimas de trata*. Además, el MA recupera los nombres propios de las víctimas (con el uso de hipónimos e hiperónimos) y las voces de su entorno (a través de la incrustación en el portal de los audios a partir de los cuales se desarrollaron las noticias).

Desde el ACD, los datos obtenidos nos interpelan a partir de la pregunta: ¿por qué surgen construcciones discursivas diferenciadas de la trata de personas en estos medios? La reflexión en torno a dichos datos nos permite interpretarlos en línea con un movimiento, en los discursos del MA, respecto de la matriz genérica (Bajtín, 2003) del periodismo tradicional. En tal sentido, consideramos que dicha situación discursiva se puede vincular al impacto del *giro afectivo* en las ciencias sociales y otras dimensiones ligadas a ellas, dentro de las que se incluyen los medios de comunicación (Lara y Enciso Domínguez, 2013; Arfuch, 2016). Este fenómeno da cuenta de una emocionalización de la esfera académica y de disciplinas afines, que modifica la producción del conocimiento: se comienzan a colocar en el centro las experiencias directas de los sujetos en relación con la problemática social. Entonces, esta pasa a ser construida a partir de dichas experiencias y no de forma aislada.

Como resultado de ese proceso, entendemos que el vínculo entre el movimiento dentro de la matriz genérica y el impacto del giro afectivo se basa en una tendencia que consta del desplazamiento discursivo desde la función referencial (JAKOBSON, 1984) hacia la función emotiva, es decir, desde una estructuración del discurso que coloca al contexto como función central se pasa a otorgar mayor jerarquía a las experiencias de los hablantes y a sus emociones. De esta forma, los datos lingüístico-discursivos hallados en las noticias del MA manifiestan la incorporación de subjetividades, ya que la trata de personas en cuanto problemática social es representada mediante la experiencia y las emociones de sujetos particulares, quienes la atravesaron de forma directa o indirecta. Y quienes elaboran la noticia también son construidos como parte del discurso.

Por el contrario, por más que el MH se proponga desde su eslogan como *La otra mirada*, o sea, desde una perspectiva divergente o diferenciada de los demás medios hegemónicos, se encuentra restringido por la matriz genérica del periodismo tradicional y, así, continúa construyendo representaciones de la problemática que resultan características de este género, como el intento de objetividad en la narración de los hechos (con la consecuente mitigación de los sujetos productores de las noticias) (Atorresi, 1997) y el alineamiento con los discursos oficiales impartidos por operarios de las instituciones del Estado (Piglia, 2000). En suma, los recursos y las estrategias observadas en el MA dan cuenta de un proceso de modificación en la modulación de los modos de decir y, en esta línea, un cambio en el modo de construir los hechos.

Finalmente, entendemos que, desde el ACD, en tanto corriente que, explícitamente, estudia las relaciones de poder y las situaciones de vulneración social, se puede colaborar a visibilizar las distintas construcciones de representaciones sociodiscursivas circulantes hoy en la sociedad. Por

ello, sostenemos que las representaciones construidas por el MA resultan beneficiosas para dar un espacio discursivo a la voz de las personas afectadas por este tipo problemáticas y a su comunidad y esto, a su vez, resulta una estrategia comunicativa provechosa para lograr empatía y compromiso social.

REFERENCIAS

- ARFUCH, L. El "giro afectivo". Emociones, subjetividad y política. **deSignis (Federación Latinoamericana de Semiótica)**. París, v. 24, p. 245-54, 2016.
- ATORRESI, A. **Los estudios semióticos**. El caso de la crónica periodística. Buenos Aires: Prociencia-CONICET, 1997.
- BAJTÍN, M. M. **Estética de la creación verbal**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- BARROS, S. M. **Realismo crítico e emancipação humana**. Contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- CUADRA, M. E. Se dice de mí... análisis del discurso judicial sobre las víctimas de trata de personas con fines de explotación sexual en Argentina. *In: Actas del V Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología / XX Jornadas de Investigación Noveno Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR*. Buenos Aires: Facultad de Psicología (UBA), 2013. p. s/n.
- CUADRA, M. E. **Se dice de mí...** Análisis del discurso judicial sobre las víctimas de trata con fines de explotación sexual y su situación de vulnerabilidad en Argentina. Tesis de Maestría. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: FLACSO, 2014.
- CUADRA, M. E. ¿Qué ves cuando me ves? El discurso judicial y la caracterización de las víctimas de trata de personas con fines de explotación sexual. **Pensamiento penal**. Buenos Aires, v. s/n, p. s/n, 2017.
- ESCÁRCEGA CHAVARRÍA, F. **Victimario**: análisis del discurso legislativo en materia de Trata de Personas. Tesis de grado. Distrito Federal: UNAM, 2015.
- FAIRCLOUGH, N. Y WODAK, R. Análisis crítico del discurso. *In: T. A. VAN DIJK (Comp.). El discurso como interacción social*. Estudios sobre el discurso II. Una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 367-404.
- FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. **Travaux Linguistiques de Prague**. Prague, v. 1, p. 267-80, 1964.
- FIRBAS, J. **Functional sentence perspective in written and spoken communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GARCÍA DA SILVA, D. E. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. *In: L. BARBARA y SARDINHA, T. B. (Eds.) Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress*. São Paulo: PUCSP, 2007. p. 932-49.
- GÓMEZ-SAN LUIS, A. H. Y ALMANZA-AVENDAÑO, A. M. Análisis crítico de discursos sobre prostitución de niñas y adolescentes. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales, v. 11, n. 2, p. 647-58, 2013.
- GUBA, E. G. Y LINCOLN, Y. S. Competing Paradigms in Qualitative Research. *In: N. K. DENZIN y LINCOLN, Y. S. (Eds.) The Landscape of Qualitative Research*. Theories and Issues. Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 195-220.
- HALLIDAY, M. A. K. Y MATTHIESSEN, C. M. I. M. Clause as representation. *In: An Introduction to Functional Grammar* (3rd ed.). London: Arnold, 2004. p. 168-305.

- JAKOBSON, R. Capítulo XIV. Lingüística y poética. *In: Ensayos de lingüística general*. Barcelona: Ariel, 1984. p. 25-75.
- LAMAS, E. **Medios comunitarios en tiempos de pandemia**. Nueva normalidad, otra comunicación. Buenos Aires: FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG Argentina, 2020.
- LARA, A. Y ENCISO DOMÍNGUEZ, G. El Giro Afectivo. **Athenea Digital**. Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), v. 13, n. 3, p. 101-19, 2013.
- LAVANDERA, B. Decir y aludir: una propuesta metodológica. **Cuadernos del Instituto de Lingüística**. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1986.
- MARCHESE, M. C. **Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado**. El déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad. Tesis de Doctorado. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2012.
- MARCHESE, M. C. Método de abordajes lingüísticos convergentes: una propuesta para la reflexión sociodiscursiva crítica aplicada a la problemática habitacional de la CABA. *In: O. I. LONDOÑO ZAPATA Y G. OLAVE ARIAS (Coords.). Métodos de Análisis del Discurso*. Perspectivas argentinas. Bogotá: Ediciones de U, 2019. p. 151-75.
- MARCHESE, M. C. Categorización discursiva diferencial-selectiva: análisis crítico sobre la representación sociodiscursiva problemática habitacional en la CABA. **Signo y Señal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 40. p. 31-56, 2022.
- MARINO, S. Y ESPADA A. ¿Quiénes producen y quiénes distribuyen información en la Argentina? **Voces en el Fénix**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 74, p. 52-59, 2019.
- MOLINA, M. L. **Explotación sexual**. Evaluación y Tratamiento 2ed. Buenos Aires: Librería de mujeres editoras, 2010.
- MONTECINO SOTO, L. (Ed.) **Discurso, pobreza y exclusión en América Latina**. Santiago: Cuarto Propio, 2010.
- MORENO, M. Las cartografías de la trata de personas con fines de explotación sexual en Argentina, a comienzo del siglo XXI. *In: MIKKELSEN, C. Y PICONE, N. (Comps.) Geografías del presente para construir el mañana: miradas geográficas que contribuyen a leer el presente* 1a ed. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. p. 239-50.
- MORENO, M. El espacio de la trata de personas con fines de explotación sexual. Sus representaciones en Argentina, a comienzos del siglo XXI. **Geograficando**. La Plata, v. 15, n. 2, p. s/n, 2019.
- PARDO, M. L. **La Gestación del Texto: La Emisión Líder**. Tesis de Doctorado. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995.
- PARDO, M. L. **Derecho y Lingüística**. Cómo se juzga con palabras. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.
- PARDO, M. L. **Teoría y metodología de la investigación lingüística**. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Tersites, 2011.
- PARDO, M. L. Metodología de la investigación en Lingüística: reflexiones y propuesta. **Revista da Associação Brasileira de Lingüística**. Campinas, v. 14, n. 2, p. 271-88, 2015.
- PARDO ABRIL, N. G. **Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso**. Una perspectiva Latinoamericana. Santiago: Frasis, 2007.
- PIGLIA, R. ¿Qué va a ser de ti? Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades), Suplemento Radar. **Página 12**. Buenos Aires, p. s/n, 2000.
- QUINTANA, M. S. Y BERNAL, C. A. Políticas anti-trata en la región andina. **Boletín del Sistema de Información sobre Migraciones Andinas – FLACSO**. Ecuador, v. 11, p. 2-10, 2011.

RAMALHO, V. Y RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. Y RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SANTOS, G. Para que(m) estamos falando? Redes Pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos. In: V. M. RESENDE (org.) **Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, Interdisciplinaridade.** Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 11-28.

SEGATO, R. **Contra-pedagogías de la crueldad.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SOICH, M. **Los devenires y la identidad de género: hacia un análisis lingüístico-crítico y conceptual de la construcción de representaciones discursivas sobre la identidad de género en historias de vida de personas trans de la Ciudad de Buenos Aires (2013-2015).** Tesis de Doctorado. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2017.

STAFF WILSON, M. **Recorrido Histórico Sobre la Trata de Personas.** Quito: Programa Andino de Derechos Humanos (PADH), 2009.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Valentina Maccarone

Adscripta en las cátedras Análisis de los Lenguajes de los Medios Masivos de Comunicación (cátedra Dra. María Laura Pardo) y Psicolingüística II (cátedra Dra. Valeria Abusamra) en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA). En dicha institución obtuvo los títulos de Profesora de Enseñanza Media y Superior en Letras y Licenciada en Letras. Es integrante de La Retaguardia, un medio de comunicación comunitario, popular y alternativo, donde es editora del portal de noticias y operadora televisiva en la transmisión, vía YouTube, de juicios por crímenes de lesa humanidad y otras temáticas vinculadas con los derechos humanos. Además, forma parte de la Red de Discurso y Género (REDIGE) desde su fundación. Fue colaboradora del Programa Integral de Apoyo a la Alfabetización (PIAA) en la Universidad Nacional de Hurlingham (UNAHUR). Actualmente, colabora en el área de comunicación (regional argentina) de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED).

Mariana C. Marchese

Jefa de Trabajos Prácticos concursada en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA), donde obtuvo los títulos de Profesora de Enseñanza Media y Superior en Letras, Licenciada en Letras y Doctora de la Universidad de Buenos Aires (área Lingüística). Es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), miembro fundador de la Asociación de Lingüística Forense Argentina (ALFA), miembro honorario de la Asociación Mujeres para la Justicia (AMJ), integrante, desde sus inicios, de las siguientes redes: Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de y sobre la pobreza (REDLAD), Red de Discurso y Género (REDIGE) y Red de Discurso Jurídico y Grupos Minorizados (REDEJUR), entre otros grupos que propenden por el desarrollo de los derechos humanos y sociales en nuestra región. Además, actualmente, es delegada regional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED) (período: noviembre 2021-noviembre 2023).

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014

Resenhado por Yasmim Yonekura

Wendy Goldman é uma historiadora e professora estadunidense, com foco no passado político e social da Rússia e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Seu trabalho de denúncia social da memória da repressão no período de Stalin e análise crítica das políticas relacionadas ao gênero e a família na União Soviética são conhecidos e aclamados, tendo ganhado o Berkshire Book Award em 1994 pesquisando nessas temáticas.

A obra aborda as questões relacionadas a visão pós-revolução russa sobre os direitos das mulheres, a estrutura familiar e a concretização dessas novas ideias nas políticas públicas da União Soviética. Goldman também documenta a lenta dissolução das conquistas no campo de direitos das mulheres pós-revolução bolchevique, com a reburocratização do estado soviético, a forte influência do conservadorismo stalinista e a repressão no que tangem as discussões sociais atreladas ao tema



Recebido em: 07 de setembro de 2023
Aceito em: 12 de dezembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.51817

**CADERNOS
de
LINGUAGEM
&
SOCIEDADE**

Papers on Language and Society

Yasmim Yonekura

yasmimdeschain@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4522-3211>

University of Leeds (SIGLA), Cidade, Estado,
País

RESENHA

No primeiro capítulo, cujo título é "As Origens da Visão Bolchevique: Amor Sem Entraves, Mulheres Livres", Goldman nos dá o contexto de 1918, logo após a chegada da ala socialista ao poder através do processo revolucionário. Cita o novo Código da Família elaborado por Alexander Goikhbarg, que esperava que a lei, o Estado, o casamento e a família definhassem ao ponto de tornarem-se completamente obsoletos. Adentrando o questionamento radical e trazendo a exposição de novas concepções sobre a divisão dos afazeres domésticos, a moralidade conservadora socialmente construída e a inserção da mulher enquanto indivíduo político na esfera pública, Goldman nos traz Alexandra Kollontai, uma das poucas líderes femininas entre os bolcheviques, que encontrou resistência a suas ideias mesmo entre seus pares mais radicalizados.

No segundo capítulo, intitulado: "O Primeiro Retrocesso, Besprizornost' e a Criação Socializada da Criança", Goldman mapeia o desafio do novo governo revolucionário em relação a 7,5 milhões de crianças em estado de vulnerabilidade social na União Soviética pós-Revolução e pós-guerras imperialistas dos anos finais dos Romanov. Esse cenário foi complexo e inesperado aos novos governantes, de tal forma que a tentativa de criar instituições infantis foi fracassada, visto que a demanda social era enorme e eram poucos os recursos internos para atender essas crianças. As creches e os orfanatos sofreram grandes sobrecargas e, com as crises após o conflito entre Japão e Rússia, os soviéticos viram-se obrigados a cortar o auxílio financeiro nesses pontos para focar em outras áreas da sociedade necessárias a reestruturação econômica. Isso resultou na frustração aos planos de libertar mulheres e reconstituir modelos familiares mais justos.

No terceiro capítulo - "A Lei e a Vida Colidem: União Livre e População Assalariada" - Goldman foca no direito ao divórcio como fundamental para os bolcheviques. A autora pontua como a perspectiva da independência frente ao casamento era advindo de debates teóricos feitos por mulheres ricas e de classe média, que poderiam construir carreiras e viver a própria liberdade. Porém, para a maioria das mulheres da classe trabalhadora, o casamento era um lenitivo financeiro e também representava um ciclo de codependência para poderem subsistir no mundo. Registra-se também que o pensamento libertário bolchevique estava em contradição com a realidade russa. A Nova Política Econômica (NEP) trouxe grandes prejuízos às trabalhadoras e as camponesas. O aumento da prostituição, o abandono legalizado pelo divórcio das novas leis bolcheviques, a dificuldade em conseguir pensões dos maridos que as abandonaram, a discriminação no mercado de trabalho e a falta de amparo no cuidado com a família geraram grandes pressões populares por mudanças nas novas leis soviéticas.

No quarto capítulo - "Agitando o Mar de Estagnação Camponesa" -, Goldman foca no perfil camponês da Rússia. Ela coloca como fundamental o direito comum e coletivo dos camponeses a propriedade, mas apenas na titularidade do camponês homem. Essas ideias eram validadas pelo Código da Terra. O Código da Família bolchevique trazia uma questão radical dentro do âmbito da individualidade e do gênero, já que a mulher não só passava a ter direito de propriedade, mas como o direito a abandonar o núcleo familiar. Outro destaque é para a mulher camponesa solteira que

frequentemente era vítima das próprias comunidades, que utilizavam sua mão de obra, mas tomavam-lhe a terra e não reconheciam seus direitos em relação a propriedade e trabalho. Nesse sentido, o formato de atividades e reuniões dos soviéticos trouxeram a possibilidade dessas mulheres se fazerem ouvidas e se imporem dentro das eleições e processos coletivos das suas aldeias. Goldman destaca que as mudanças na aldeia começaram a acontecer, apesar dos séculos de poder patriarcal camponês, e que a educação das mulheres camponesas e a conscientização destas por seus direitos foi uma das grandes vitórias da Revolução.

No quinto Capítulo - "Podando o 'Matagal Burguês': Um Esboço de Um Novo Código da Família", Goldman expõe a criação do Código da Família de 1925 que passou por um debate entre os mais radicais juristas pela dissolução da família e os juristas mais contidos que queriam proteger crianças e mulheres dos impactos das mudanças soviéticas, tão disruptivas em relação ao recente passado do país. Goldman expõe os diversos conflitos causados pela tentativa da criação de novas normas - visto que os soviéticos queriam abolir a lei - familiares.

O capítulo de número seis, intitulado "Liberdade Sexual ou Caos Social: O Debate sobre o Código de 1926" discute o embate após a apresentação do esboço final do Código da Família para o país. As camadas mais conservadoras alegavam que o Código era idealista e baseava-se numa emancipação social e sexual que não era possível dada a realidade soviética naquele momento. Outro ponto de tensão era a validade legal do matrimônio tendo por base o medo de que a separação de bens levasse a dissolução dos lares camponeses. A ala progressista defendia que o registro do casamento fosse opcional e que a validade e os direitos das uniões não ficassem restrita ao registro. Apesar das muitas discussões, o Código foi aprovado em uma perspectiva alinhada ao pensamento revolucionário, mas sua conturbada aceitação mostrava a diferença entre a idealização bolchevique pela lei e as condições materiais para construção do socialismo num país pobre.

O capítulo sete tem por título "Controlando a Reprodução Mulheres versus Estado" e começa falando sobre o decreto de 1920 que legalizava o aborto de forma gratuita em todos os hospitais pelos médicos. Goldman também aponta aos curiosos três pilares que eram vinculados a questão da pobreza, depois a uma idealização de um cenário onde as mulheres não precisariam abortar e a terceira que as necessidades de reprodução eram coletivas e prevaleciam sobre as da mulher. A autora enfatiza que a perspectiva revolucionária no que tange ao casamento, divórcio e união livre não chegaram na questão da maternidade. Depois versa-se sobre a dificuldade do acesso ao aborto porquanto a burocracia e ao fato de o procedimento oferecido ser rápido, mas dolorido e sem anestesia. Também é apresentado o tipo de mulher que geralmente buscava o aborto após regulamentação da prática: Casadas, mãe de pelo menos um filho, dona de casa ou assalariada, ou seja, majoritariamente mulheres com perfil urbano. A autora comenta a mudança nas motivações das mulheres ao abortar: Em 1920, não queriam ter o filho pela pobreza, mas em 1930 era pela vontade de não ter um filho. O período marcou uma queda na taxa de natalidade no país. Em 1936, a União Soviética proíbe o aborto e começa a promover políticas públicas em prol da maternidade.

Ambos falharam em promover o aumento da taxa de natalidade. A autora ainda finaliza o capítulo com o fato que em 1938 registrou-se aumento das redes de aborto ilegais organizadas por mulheres e maiores taxas de mortalidade em decorrência disso.

O capítulo oito intitula-se "Reformulando a Visão: A Ressurreição da Família", a autora explora as políticas conservadoras que trouxeram de volta a família e ideais semelhantes aos burgueses para as políticas públicas soviéticas. Apesar de a década de 1920 ter marcado uma significativa melhoria na União Soviética nos âmbitos sociais, culturais e econômicos, principalmente nas políticas públicas de cuidados coletivos e entrada das mulheres no mercado de trabalho, não houve o cumprimento da promessa da emancipação feminina tão sonhado pelos bolcheviques.

Na conclusão, "O Oxímoro de Stalin: Estado Socialista, Direito e Família", Goldman aponta-nos como os ideais e políticas no que tangem a família e a libertação femininas foram totalmente invertidos: Da perspectiva da abolição a luta pela manutenção. Goldman define a situação como trágica, pois as mulheres soviéticas perderam a memória da Revolução e aprenderam a chamar o conservadorismo stalinista machista e misógino de "socialismo" e "libertação".

A obra de Goldman é uma importantíssima leitura, que mais do que recomendável é necessária. Para além disso, o enfoque na historiografia sobre políticas públicas, práticas institucionais, discursos e práticas educacionais no que tange a questão de gênero, maternidade, aborto, família e cuidados é rica e ajuda-nos a refletir porquanto a nossa própria realidade.

É uma obra que escancara a coragem, as vulnerabilidades e potencialidades do processo revolucionário bolchevique, de seus principais atores políticos e também da realidade social do camponês e do operário, principalmente das mulheres dessas categorias sociais. Rememorar a União Soviética e a trajetória e luta de suas mulheres é necessário e urgente.

Olhar o passado, para lutar pela construção de um novo futuro.

REFERÊNCIAS

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Yasmim Yonekura

Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários pelo Programa de Pós-graduação em Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina. No ano de 2021, tornou-se doutora após defender sua tese no Programa de Pós-Graduação anteriormente referido, sob orientação da professora doutora Alessandra Brandão.

Como citar:

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014. Resenhado por Yasmim Yonekura. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 402-406, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.51817. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



MULHERES EM DISCURSO – MULHERDIS

Monica G. Zoppi Fontana

Monica G. Zoppi Fontana é Professora Livre Docente do Departamento de Linguística, atuando nas áreas de Semântica da Enunciação e Análise de Discurso, do Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Tem experiência docente e em pesquisa na área de Linguística, com ênfase nas especialidades de Semântica da Enunciação, Análise do Discurso e Políticas Linguísticas. Licenciatura: Letras (Universidad de Buenos Aires, 1985) e Bacharelado: Letras – Habilitação em Linguística (Universidad de Buenos Aires, 1988); Doutorado: Linguística (UNICAMP, 1994); Livre Docência: UNICAMP, 2016; Pós-doutorados: École Normale Supérieure Lyon / Triangle-UMR 5206 (2005-2006) e (2014-2015). *É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB), NUDECRI/UNICAMP e participa do quadro docente do Mestrado Multidisciplinar em Jornalismo Científico e Cultural, IEL/LABJOR, UNICAMP. É pesquisadora associada do laboratório PLEIADE-Université de Paris 13. Participou em Programas Estaduais e Municipais de Formação Continuada de Professores em Língua Portuguesa e coordenou ambientes virtuais de educação à distância, nas modalidades de extensão e de ensino.*



Recebido em: 20 de novembro de 2023.
Aceito em: 28 de novembro de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.52027

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Entrevista concedida a

Maria Carmen Aires Gomes

maria.carmen@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

Litiane Barbosa Macedo

litiane.macedo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3742-0300>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

ENTREVISTA

Tem experiência na produção de material didático multimídia. É criadora do blog #LINGUÍSTICA, destinado à divulgação dos estudos linguísticos, premiado pela Associação Brasileira de Linguística-ABRALIN. É Representante da área de Linguística, Letras e Artes da Rede de Cientistas Argentinos no Brasil, vinculada ao Programa Raíces do MINCyT- Argentina. Participa em projetos de intercâmbio científico com universidades da América Latina (Argentina, México, Uruguai) e da Europa (França). Sua pesquisa aborda as temáticas da enunciação e dos processos de subjetivação no discurso, em particular relacionadas às questões de gênero; desenvolve estudos em políticas e direitos linguísticos e em teorias da argumentação. Tem trabalhado nos campos do saber urbano e linguagem, do discurso político e no discurso jurídico. Atualmente tem se dedicado ao estudo dessa temática na sua articulação particular com as questões de gênero/sexualidade. Atuou como professora visitante junto a diversas instituições de ensino no exterior, entre as quais: a Universidad Autónoma de Xochimilco (México), Universidad Pedagógica Nacional (México), Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Rosario, Universidad Nacional de Misiones e Universidad de Córdoba (Argentina), Université de Paris 13-Villetaneuse (França), University of Montana (Estados Unidos)

COMO SURTIU O GRUPO DE PESQUISA MULHERDIS?

O grupo de pesquisa *Mulheres em Discurso (MulherDis)*¹ foi criado em 2013 por ocasião do projeto de pesquisa *MULHERES EM DISCURSO. Lugares de enunciação e processos de subjetivação*, aprovado na Chamada Universal do CNPq, processo 307842/2017-7, liderado por Mônica G. Zoppi Fontana. O **MulherDis** está vinculado ao Centro de Pesquisa em *Política, Enunciação, História, Materialidades, Sexualidade* – PoEHMaS, do Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Desde seu início o grupo desenvolve de forma ininterrupta atividades de formação, pesquisa e extensão, nucleando alunos de graduação e pós-graduação e pesquisadores colaboradores que desenvolvem seu estágio pós-doutoral. A criação do grupo institucionalizou um espaço de debate acadêmico que deu continuidade a pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas no IEL, desde início da década de 2000, sob orientação da profa. Mônica Zoppi Fontana, em torno da noção de *lugar de enunciação*². A discussão inicial almejava desenvolver uma reflexão sobre a produção e interdição histórico-discursiva de *lugares de enunciação*³, na sua relação com processos de subjetivação/identificação do sujeito do discurso. Foram objeto de análise os dispositivos de enunciação que permitem historicamente a produção de subjetividade, focalizando principalmente a relação do dizer com sua circulação na sociedade e as determinações que ele sofre no conjunto das práticas discursivas. As análises exploraram diversos processos de emergência de lugares de enunciação, assim como de sua interdição e silenciamento na sociedade brasileira atual. Nos trabalhos realizados pelo grupo logo se destacou a relevância e dominância das identificações de gênero e étnico-raciais, juntamente com as de classe, na constituição discursiva dos lugares de enunciação. Isto levou a

¹ Página institucional do grupo disponível em <https://www.iel.unicamp.br/br/content/mulheres-em-discurso-lugares-de-enunciacao-e-processos-de-subjetivacao>

² Grupo de pesquisa/CNPQ *Lugares de enunciação e processos de subjetivação*, ativo entre 1999 e 2014.

³ Cf. Zoppi Fontana (2001).

propor pesquisas sobre temas como revistas feministas⁴, publicidade de lingerie⁵, discurso pornográfico⁶, e a figura da mulher na política⁷. Na mesma época, a profa. Mônica Zoppi Fontana participou de um importante projeto de produção de material didático multimídia e junto com estudantes e colegas produziu reflexões sobre a violência contra a mulher, que deu lugar a produtos no formato de áudio e de atividades conexas⁸.

Esse trabalho prévio serviu de fundamento para a elaboração do projeto coletivo apresentado ao CNPq, que deu origem formal ao grupo de pesquisa e a sua institucionalização junto à UNICAMP e o CNPq⁹. Para divulgar essa produção e estabelecer um diálogo com a academia e mais amplamente com a sociedade, a equipe organizou o primeiro blog do grupo: *Mulheres em Discurso*.¹⁰

A partir de 2013 a produção do grupo se intensificou, com a participação ativa em eventos nacionais e internacionais, com a organização de eventos na Unicamp¹¹, com a oferta de cursos de extensão presenciais e em formato remoto¹²; também se multiplicaram as publicações dos integrantes do grupo em periódicos nacionais e internacionais, além da publicação coletiva de coletâneas¹³ e de números temáticos em periódicos científicos¹⁴. O grupo atua fortemente na divulgação de suas atividades e no compartilhamento de sua produção, com presença nas redes sociais por meio de: uma página no *Facebook*, uma conta no *Instagram*, um canal no *YouTube*, e um podcast, além da página institucional¹⁵.

⁴ CESTARI, Mariana Jafet. *A constituição do discurso feminista do pós-75 ao final do ano 1980*. 2007. Iniciação científica (Letras) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CNPq e da mesma autora *A constituição do discurso feminista no Brasil na década de 70*. 2011. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa Fapesp.

⁵ PINTO, Gislaine Ferreira. *A duloren faz arte. Sexualidade e a construção de lugares de enunciação pela publicidade*. 2003. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CAPES

⁶ MOTA, Ilka de Oliveira. *O corpo no imaginário nacional - uma textualização do corpo feminino no espaço discursivo da Brazil Sex Magazine: uma revista 100% nacional*. 2004. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CNPq.

⁷ Pós-doutorado desenvolvido por Maria Célia Passeti de 01/07/2009 a 30/06/2010.

⁸ Projeto *Condigital-Conexão linguagem*, financiado pelo FINEP-MEC 2008-2011. Recursos: podcast "Hora de debate: violência contra a mulher": <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=32504> e <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=32505> ; <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=32510> e <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=32511> .

⁹ Cf. <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/38437>

¹⁰ Disponível em <http://mulheresemdiscurso.wordpress.com/>

¹¹ *Jornada Mulheres em Discurso*, com duas edições, a primeira em 2017 (disponível em <https://mulheresemdiscurso.wordpress.com/2017/05/10/jornada-mulheres-em-discurso/>) e a segunda em 2022 (disponível em <https://www2.iel.unicamp.br/2mulherdis2022/2022/08/23/ola-mundo/>), e a *Jornada binacional de formação e pesquisa Discurso, Gênero e Sociedade* em parceria com o Laboratório Plêiade da Université de Paris XIII, realizada em 2017 no IEL-Unicamp (disponível em <https://youtu.be/J5b4lk9Ekdo?si=d97nfQqb9OQWnNmQ>) e na Université de Paris XIII em 2018.

¹² Curso *Introdução à filosofia de Judith Butler: linguagem, gênero, política e ética*, ministrado pelo prof. Jacob dos Santos Biziak, disponível em <https://youtu.be/aomq0SvFxOU?si=ZcltLiUE7dGwL2Zx>

¹³ Zoppi Fontana, M.; Ferrari, A. (2017) *Mulheres em discurso. Gênero, linguagem e ideologia* vol. 1 e das mesmas organizadoras *Mulheres em discurso. Identificações de gênero e práticas de resistência* vol 2; e Zoppi Fontana, M. e Biziak (2021) *Mulheres em discurso. Lugares de enunciação e corpos em disputa* vol 3, todos publicados pela editora Pontes.

¹⁴ *Revista Leitura*, Maceió, n. 69, mai./ago. 2021; *Dossiê especial Discurso, Gênero, Resistência*, disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/issue/view/585> ; e *Revista Diálogos pertinentes* – online, v. 17 Número Temático - "Práticas de resistência frente à Barbárie: língua, discurso, sujeito e sentido", 2021, disponível em <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/issue/view/227>

¹⁵ Cf. o Linktree do grupo, disponível em <https://linktr.ee/mulherdis>

O objetivo do grupo é analisar os dispositivos de enunciação, em suas diversas materialidades, que produzem historicamente a subjetividade, na contradição de filiações em memórias discursivas a partir das quais se constroem as identificações, tanto de gênero, quanto outras historicamente entrelaçadas. Descrevem-se também práticas de resistência nas quais as identificações de gênero se imbricam a outras identificações contra-hegemônicas. Almeja-se, assim, compreender a relação entre o processo de formação do sujeito político e social e as práticas discursivas que deslocam sentidos na história. As identificações de gênero são compreendidas como efeito de práticas discursivas ancoradas em processos de interpelação/subjetivação complexos e contraditórios, que as articulam constitutivamente a identificações de raça, etnia, classe, sexualidade, afetadas historicamente por determinações de territorialidade, idade/geração, trabalho, religiosidade, entre outras. O grupo trabalha sobre arquivos que incluem diversos campos discursivos (jornalístico, político, jurídico, midiático, publicitário, religioso, empresarial, dos agronegócios e da economia familiar, de comunidades tradicionais e indígenas) e diversas materialidades simbólicas contemporâneas (produção escrita, produção audiovisual, performance, mídias digitais, produção gráfica etc.).

QUAIS TEMAS, OBJETOS E ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS SÃO DESENVOLVIDOS NO MULHERDIS?

O grupo *Mulheres em Discurso* é formado por pessoas cujo interesse recai sobre as relações entre gênero, sexualidade, corpo, linguagem e ideologia na constituição das subjetividades. A equipe tem predominantemente formação em Letras e Linguística e mobiliza o quadro teórico da Análise do Discurso Materialista e da Semântica Histórica da Enunciação¹⁶ nas suas análises, em diálogo com áreas afins como os Estudos de Gênero, a Teoria da Reprodução Social, os Estudos sobre o Cuidado, os Estudos Decoloniais e os Estudos sobre Feminismo Negro. O objetivo teórico do grupo é compreender a relação entre os processos de constituição do sujeito político e social e as práticas discursivas que transformam os sentidos das identificações de gênero na história. Para a análise, definimos identificações de gênero como efeito de práticas discursivas complexas e contraditórias de interpelação. Pensamos nas identificações de gênero articuladas a outras identificações nos processos de subjetivação. Em particular, investigamos a relação entre os processos de subjetivação e as práticas de resistência que surgem das contradições internas à dominação ideológica. Os trabalhos da equipe avançam questões teóricas dentro do nosso próprio campo de referência ao se propor a:

- 1- Descrever as diferentes modalidades de identificação de gênero e sexualidade a partir das quais os sujeitos discursivos se constituem nas diversas práticas sociais.

¹⁶ As pesquisas se filiam à corrente teórica que se reconhece nos trabalhos da Análise de discurso desenvolvida por Michel Pêcheux e colaboradores na França e por Eni Orlandi e colaboradores no Brasil, assim como aos estudos enunciativos desenvolvidos por Eduardo Guimarães e colaboradores no Brasil.

- 2- Problematizar o sistema binário sexo/gênero, considerando o debate sobre as noções de transgênero, transfeminismo e diversidade sexual.
- 3- Desenvolver uma revisão teórica das noções de interpelação ideológica e forma-sujeito, considerando a contradição dos diversos processos de identificação na constituição do sujeito discursivo (classe, raça, gênero, sexualidade, territorialidade).
- 4- Analisar as práticas contemporâneas de resistência de gênero, em suas manifestações no espaço público e privado e em suas diversas formas de ativismo político, social e acadêmico.
- 5- Analisar o funcionamento enunciativo-discursivo das novas modalidades de mobilização e protesto social, por meio dos mecanismos de autoconvocação por meio das redes sociais, em relação às determinações de gênero.
- 6- Refletir sobre os processos discursivos de constituição de novos coletivos de identificação, revisitando teórica e analiticamente o funcionamento da figura do porta-voz e outros dispositivos enunciativos de delegação da voz e de enunciação de demandas sociais e denúncias relacionadas ao gênero.
- 7- Analisar os processos de estereotipação e estigmatização das imagens de gênero na circulação social do discurso.

Nesse sentido, destacamos algumas contribuições que consideramos importantes para os estudos materialistas dos discursos e da enunciação:

- Definição e exploração metodológica da noção de "lugares de enunciação" e sua comparação com a noção de "lugar de fala" e de porta-voz
- Revisão do esquema de constituição do sujeito do discurso a partir da figura de interpelação ideológica para incluir nele de maneira constitutiva as identificações de gênero e os processos de racialização
- Reflexão sobre a dinâmica dos afetos e das emoções em relação às posições-sujeito nas formações discursivas
- Discussão sobre a relação entre corpo e discurso, em sua dimensão simbólica e imaginária, e seu impacto nos dispositivos de enunciação
- Análise dos modos de subjetivação cínica e sua relação com as identificações de gênero

Dada a história do nosso grupo, ativo há mais de uma década, e da abrangência dos estudos realizados pela nossa equipe, apresentamos os temas abordados a partir dos seguintes eixos de pesquisa:

A. Gênero e circulação discursiva das representações sociais das mulheres:

1. em guias de turismo estrangeiros e brasileiros
2. em material publicitário e jornalístico
3. em séries de TV e no cinema
4. em ensaios fotográficos (por exemplo, *Projeto Scar*)
5. em biografias científicas e políticas
6. no discurso político

B. Gênero e sexualidade:

1. A cibermilitância e a construção de coletivos de identificação e mobilização social
2. Violência de gênero (violência doméstica, violência obstétrica, transfobia e homofobia)
3. Trabalho Sexual, Políticas Públicas e regulação
4. Identidades queer, drags queens e drags kings

C. Gênero e Comunidades Tradicionais

1. Mulheres Indígenas
2. Mulheres Quilombolas e o reconhecimento dos direitos dos descendentes de escravizados
3. Mulheres e agricultura familiar e extrativista

D. Gênero e feminismos

1. Movimento de Mulheres Negras
2. Movimento de Mulheres Lésbicas
3. Transfeminismo
4. Feminismo islâmico
5. Pró-feminismo e homens feministas
6. Linguagem inclusiva não binária e práticas linguísticas não sexistas

E. Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

1. Trabalho doméstico e trabalho reprodutivo
2. O debate sobre a regulamentação da prostituição
3. A institucionalização da profissão de Enfermagem e o trabalho de cuidado
4. Mulheres CEOs e empreendedoras
5. Escrita Feminina e Feminista; Movimento Hip Hop, "Saraus" e "Slams"

QUAL A IMPORTÂNCIA (E TAMBÉM AS CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS) DE SE DESENVOLVER ESTUDOS SOBRE DISCURSOS E MULHERES (E QUESTÕES DE FEMINISMOS E DE GÊNERO) EM UMA REDE DE PESQUISA?

O grupo *MulherDis* tem mantido de maneira constante relações de trabalho e cooperação científica com outros grupos de pesquisa no país. Novos grupos de pesquisa no Brasil foram criados por colegas cuja formação acadêmica está vinculada ao IEL-Unicamp e em particular ao *Mulherdis*¹⁷. Esse intercâmbio constante foi fundamental para a abrangência das pesquisas desenvolvidas, que incorpora questões específicas que trazem marcas culturais e territoriais desafiadoras tanto para a teoria quanto para os procedimentos metodológicos. Nosso trabalho também incorporou, ao longo dos anos, parcerias significativas com grupos de pesquisa e colegas de México, Argentina, Uruguai, França e Suíça, o que permitiu alargar nossas referências de leitura

¹⁷ Grupo *Masculinidades* (UNEB-BA) <https://www.instagram.com/masculinidades/> ; Grupo GEPEDIS (UFMA-MA) https://www.instagram.com/gepedis_ufma/ ; Grupo GETSSE (UFAL-AL) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/93736> .

e problematizar nossos recortes de pesquisa. A construção de uma rede de pesquisa interinstitucional e internacional é, sem dúvida, uma tarefa urgente e necessária, que permitirá não só avançar na discussão teórica e metodológica quanto trazer inovação e problematização nos campos de conhecimento nos quais se enquadram as equipes. Principalmente permitirá desenvolver estudos de maior abrangência e impacto, ganhando na compreensão de fenômenos que se estendem em diversos territórios com particularidades próprias. Não menos importante é fortalecimento em termos de política científica, tanto no que diz a respeito do financiamento quanto ao reconhecimento institucional de cada um dos grupos parceiros, o que se mostra oportuno e fundamental em tempos em que a ciência sofre ataques por diversos governos da região.

DE QUE FORMA OS RESULTADOS DAS PESQUISAS DO GRUPO MULHERDIS APONTAM PARA UM AVANÇO DA VISIBILIDADE DE ALGUMAS QUESTÕES PROBLEMÁTICAS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIODISCURSIVAS DE MULHERES, POR EXEMPLO?

Dada a abrangência das temáticas estudadas pelo grupo e a predominância de estudos sobre populações vulneráveis ou discursos silenciados e/ou contra-hegemônicos, as pesquisas do grupo permitiram dar visibilidade a práticas sociais e discursivas que são geralmente apagadas ou deixadas à margem na circulação social dos discursos. A produção científica do grupo está disponível publicamente no repositório institucional da Unicamp, nas publicações impressas e digitais do grupo, nas suas redes sociais e em páginas institucionais individuais e/ou perfis individuais dos integrantes em plataformas como *ResearchGate*, *Academia.edu*, entre outras. Participantes do grupo têm sido procurados para dar entrevista em diversos meios jornalísticos. A oferta de atividades de extensão abertas à comunidade externa favorece também a disseminação dos saberes produzidos. Merece destaque especial a participação constante do grupo no evento *Universidade de Portas Abertas*, organizado anualmente pela Unicamp para a divulgação e promoção dos cursos de graduação e das pesquisas desenvolvidas na instituição junto às escolas de ensino médio e o público em geral. O grupo tem estado presente a cada ano ministrando palestras, propondo conversas com os visitantes e organizando amostras de trabalhos; nos orgulha fazer constar que nossa sala é anualmente uma das mais visitadas no IEL durante o evento.

QUAIS OS DESAFIOS DOS ESTUDOS QUE PESQUISAM DISCURSOS E FEMINISMOS/MULHERES, QUESTÕES DE GÊNERO, NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO?

A formação social no contexto latino-americano se caracteriza historicamente, dado o processo de colonização ao qual foi submetida, por relações sociais estruturadas pelo sistema patriarcal, pelos efeitos de práticas escravagistas e de extermínio étnico-racial e pela profunda desigualdade social produzida pelo capitalismo na sua fase neoliberal. No continente está fortemente presente uma matriz cultural conservadora de raiz religiosa que promove um olhar

moralista a partir do qual se naturalizam práticas de exclusão, permeadas pela violência física e simbólica, contra pessoas e práticas sociais, culturais e religiosas. A universidade e a pesquisa acadêmica, assim como as atividades de formação, têm um papel importante na luta contra práticas e discursos de ódio e discriminação, ao produzir conhecimento e promover ações contra: a violência contra as mulheres, a violência de gênero, o racismo estrutural e sua manifestação em diversas práticas de racismo institucional e no cotidiano, contra a homofobia, a lesbofobia e a transfobia, contra o etarismo e o capacitismo, e a favor dos direitos reprodutivos das pessoas que engravidam, da educação sexual integral no ensino formal, e dos direitos civis das pessoas trans e dos casais homoafetivos. Os desafios enfrentados dizem a respeito do crescimento de ideológicas ultraconservadoras no continente, que quando presentes no governo, interferem nas ações e estrutura do Estado, produzindo campanhas de deslegitimação da ciência, da universidade e da docência.

TERIAM PESQUISAS COMO ESTAS ALGUM COMPROMISSO NECESSÁRIO COM UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRACISTA, ANTISEXISTA, ANTICLASSISTA?

Com certeza. As reflexões desenvolvidas por nosso grupo foram fundamentais para nossa atuação na docência e na formação de professores, assim como na militância. A oferta de cursos de extensão e a participação em programas de formação continuada e de aperfeiçoamento/especialização de professores do ensino básico fundamental e médio demonstraram o quanto há ainda de desconhecimento, preconceito e falta de preparo não só no meio escolar, mas na sociedade como um todo, para construir relações sociais inclusivas, sustentadas nos valores da equidade, do respeito e do reconhecimento da diferença. A produção de conhecimento nos temas abordados por nosso grupo não só permitiu uma clareza e posicionamento mais preciso por parte da equipe, mas, principalmente, uma percepção mais acurada sobre onde e como intervir para mudar comportamentos excludentes e discriminação na sociedade.

PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GRUPO: INICIAÇÃO CIENTÍFICA, TCC, DISSERTAÇÕES E TESES

Iniciação científica

CESTARI, Mariana Jafet. *A constituição do discurso feminista do pós-75 ao final do ano 1980*. 2007. Iniciação científica (Letras) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CNPq <https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvicongresso/paineis/009358.pdf> e

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *“Cisgênero” nos discursos feministas: “uma palavra tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”*. 2015. Iniciação científica (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CNPq. Prêmio à Melhor monografia do curso de Linguística 2015. <https://www.academia.edu/40050609/> _

MEDEIROS, Matheus da Silva. *Torcida que canta, vibra e luta: Lugares de enunciação, práticas de resistência e silenciamento em um estudo discursivo de páginas de torcidas LGBTQ+ de futebol*. 2019. Iniciação científica - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CNPq. Menção honrosa no Congresso PIBIC-UNICAMP 2019. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1129311>

Monografia de conclusão de curso

ALMEIDA, Pamella Opsfelder de. *Estudo enunciativo das designações da palavra vagina em textos de divulgação de conhecimento sobre a anatomia feminina*. 2019. Curso (Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Campinas.

<https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/le/article/view/6420>

BERTAZZOLO, Giovanna Maria. *Marcas da vida: cicatrizes e mutilações na produção de sentidos no corpo feminino*. 2013. Curso (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Paulo Vitor da. *A despatologização da homossexualidade vista pelos jornais paulistas*. 2013. Curso (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

DIAS, Giulia Valério Anguiano. *Uma análise sobre as discursividades acerca da pílula anticoncepcional*. 2018. Curso (Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Campinas

PEREIRA, Juliana Francisco. *Lavando calcinha: uma análise discursiva da música "Meu namorado é mó otário" de MC Carol*. 2018. Curso (Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Campinas.

ROSA, Laís Cardoso da. *Eu falo, você dança, nós significamos*. 2013. Curso (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

Dissertações de mestrado

(disponíveis no repositório da Unicamp <https://www.repositorio.unicamp.br/>)

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. 2019. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

BALBINO, Jéssica. *Pelas margens: vozes femininas na literatura periférica*. 2016. Dissertação (Divulgação Científica e Cultural) - Universidade Estadual de Campinas

CESTARI, Mariana Jafet. *A constituição do discurso feminista no Brasil na década de 70*. 2011. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa Fapesp.

CHAVES, Tyara Veriato. *Feminismo e novas práticas de resistência. Uma análise discursiva da Marcha das Vadias*. 2015. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Valéria Cristina *Mulher E Extrativismo Na Comunicação Da Pesquisa Agropecuária Brasileira*. 2013. Dissertação (Divulgação Científica e Cultural) - Universidade Estadual de Campinas

FONTANA, Larissa da Silva "O discurso sobre o colorismo na mídia negra brasileira: corpos racializados e gendrados e tensões entre visível e legível". 2021. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

PINTO, Gislaíne Ferreira. *A DULOREN FAZ ARTE. Sexualidade e a construção de lugares de enunciação pela publicidade*. 2003. Dissertação (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Bolsa CAPES

Teses de doutorado

(disponíveis no repositório da Unicamp <https://www.repositorio.unicamp.br/>)

BONANÇA, Raquel Noronha. *Discurso neoliberal e gênero: uma análise discursiva do discurso empresarial*. 2020. Tese (Linguística) – Universidade Estadual de Campinas

CESTARI, Mariana Jafet. *Olhar o próprio umbigo e enegrecer o feminismo brasileiro ou feministas e anti-racistas graças às orixás*. 2015. Tese (Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Prêmio melhor tese ALED 2015

CHAVES, Tyara Veriato. *Entre a escrita e o olhar: uma poética dos acontecimentos*. 2020. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

FRANÇA, Glória da Ressurreição Abreu. *Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França*,. 2018. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Tese em cotutela com a Université de Paris 13, prof. Dra. Marie-Anne Paveau.

LIMA, Valquiria Botega de. *Sentidos de mulher(es) urbana(s) :uma análise discursiva*. 2016. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. *“Empoderamento” nos discursos feministas on-line: uma análise de um objeto paradoxal em seus diferentes processos discursivos*. 2023. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas.

PERON, Ana Paula. *Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal*. 2016. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas

RESENDE, Sheilla Maria. *O silenciamento discursivo das cafeicultoras no sul de Minas Gerais*. 2022. Tese (Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. Tese em cotutela com a Université de Picardie Jules Verne, prof. Dr. Thierry Guilbert.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Maria Carmen Aires Gomes

Professora Titular da Universidade de Brasília, docente no CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, com experiência na área de Linguística, com ênfase em Estudos do Texto e do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos Discursivos Críticos, Multimodalidade, Relações entre corpo, discurso, práticas sociais a partir de perspectivas decoloniais e interseccionais. E-mail: maria.carmen@unb.br.

Litiane Barbosa Macedo

Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área Linguística Aplicada, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise Crítica do Discurso; Gramática Sistemática Funcional; Estudos da Linguagem e Interseccionalidades; Estudos da Tradução; Estudos decoloniais; Feminismo Negro; Estudos de Gênero em contextos africanos; Educação Antirracista. E-mail: litiane.macedo@gmail.com

Como citar:

FONTANA, Monica G. Mulheres em discurso - Mulherdis. [Entrevista concedida a] Maria Carmen Aires Gomes e Litiane Barbosa Macedo. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 405-415, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.52027. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..

